HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 7

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 7
São Paulo

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados” e da “Folha Registro de Entrevistas”, esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, “deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles”. Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

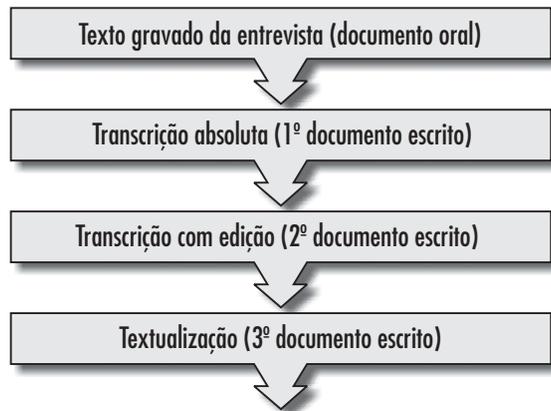
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

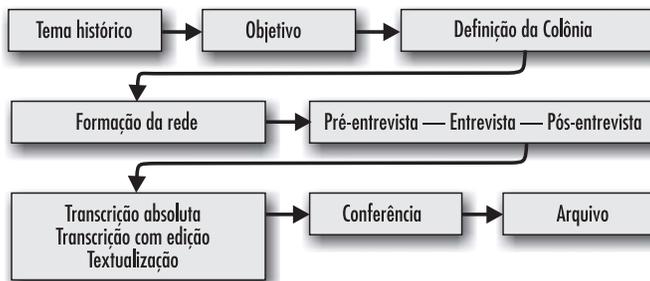
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Antonio Ferreira Marques

Nascido em 10 de julho de 1916, na cidade de Belém-PA.

Como cadete cursou a Escola Militar do Realengo, hoje Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 22 de novembro de 1937. Ao longo de sua carreira militar, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil.

Foi promovido a 2º-Tenente em 1938; a 1º-Tenente em 1940; a Capitão comissionado em 21 janeiro de 1944 e a Capitão em 25 dezembro de 1944; a Major, por merecimento, em 1952; a Tenente-Coronel, por merecimento, em 1959; a Coronel, por merecimento, em 1964; a General-de-Brigada em 1970; a General-de-Divisão em 1976 e a General-de-Exército em 1980.

Participou das ações contra os comunistas na Intentona de 1935 e contra os integralistas no levante de 1938. E no teatro de operações na Itália, na Segunda Guerra Mundial, integrou a 1ª DIE como oficial de operações do II Batalhão do 1º Regimento de Infantaria, o Regimento Sampaio, participando dos ataques a Monte Castelo, Montese, La Serra e Cota 958, e da perseguição levada a efeito no Vale do Rio Pó.

Como General-de-Exército, Comandou o III Exército (atual Comando Militar do Sul), com sede em Porto Alegre-RS e encerrou a carreira militar como Chefe do Estado-Maior do Exército, em Brasília.

Pela sua participação na Campanha da FEB, recebeu as condecorações de Cruz de Combate 2ª Classe, Medalha de Guerra e Medalha da Campanha.

Entrevista realizada em 13 de novembro de 2001.

Ao iniciar o meu depoimento sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, gostaria de fazer uma observação que reflete a minha crença. Creio que seria muito melhor citarmos a "Contra-Revolução de 31 de Março de 1964" e explico o motivo: estava no Poder, como Presidente da República, João Belchior Marques Goulart, que assumira a Presidência em face da renúncia de Jânio Quadros.

E por que essa minha afirmação de que a presença dele não inspirava confiança? Porque a sua formação política era reconhecidamente comunista-leninista; empolgara o Poder em função da renúncia de Jânio Quadros, eleito Presidente da República no dia 3 de outubro de 1960, num pleito em que teve uma votação estrondosa, deixando o povo brasileiro feliz e esperançoso. A sua votação foi absoluta, mas, no mesmo dia, também foi eleito Vice-Presidente da República o Senhor João Goulart, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), derrotando o candidato da União Democrática Nacional (UDN), Milton Campos, um homem de passado político ilibado e reconhecido saber, mas naquele tempo havia a eleição do presidente e a do vice-presidente.

Em chapas separadas.

Em chapas separadas. Hoje, na eleição para Presidente, o eleito leva consigo o seu Vice-Presidente. Então, aconteceu que Jânio Quadros foi eleito pela UDN e seu candidato a Vice-Presidente, que era o Milton Campos, viu-se derrotado por João Goulart.

Jânio Quadros assumiu o Poder no início de 1961, trazendo grande esperança para a Nação e o povo brasileiro. Mas, no dia 25 de agosto do mesmo ano, quando comemoramos o Dia do Soldado e o Duque de Caxias, Jânio compareceu às comemorações que estavam ocorrendo no Quartel-General (QG) de Brasília. Chegou, presidiu a cerimônia e não deu demonstração de coisa alguma do que ele iria fazer algumas horas depois. Ao regressar ao Palácio do Planalto, mandou uma carta para o Congresso renunciando à Presidência da República!

Enviou a carta ao Congresso e, em seguida, embarcou num avião para São Paulo, aterrou na Base Aérea Militar de Cumbica, onde foi ter com o Governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto.

Há várias versões sobre os motivos da renúncia. São apenas versões, porque Jânio jamais os comentou; apenas dizia que forças ocultas o impediam de governar.

Segundo uma das versões, teria havido um "bate-boca" entre ele e o Governador Carvalho Pinto que acabou sendo agredido fisicamente por Jânio. Alguns dizem – é uma outra versão – que quando ele voou para São Paulo, teria levado consigo a faixa de Presidente da República sob o paletó, na esperança de que a sua renúncia fosse negada no Congresso e ele voltasse à Presidência nos braços do povo. Mas são só versões.

E o Congresso? Qual foi a atuação do Congresso? Era presidente da Casa o Senador Auro de Moura Andrade. A renúncia verificou-se num fim de semana e o Senador Moura Andrade envidou todos esforços para impedir o esvaziamento do Congresso, porque em fins de semana os deputados e senadores voam para suas bases políticas nos diferentes Estados.

Ele fez de tudo para segurar os congressistas, a fim de que houvesse número suficiente para a votação da renúncia, e conseguiu. A votação foi feita na parte da tarde, quando chamou o deputado-secretário do Congresso e ordenou-lhe que lesse a carta-renúncia; ao término da leitura, os adeptos de Jânio Quadros pediram a palavra com a intenção de procrastinar a decisão, para que não fosse tomada naquela ocasião e sim levada mais adiante, mas o Senador Moura Andrade não permitiu, dizendo: "A renúncia é um ato unilateral, não comporta discussão. Está aceita a renúncia! Está encerrada a sessão!"

Foi a sessão mais rápida ocorrida até hoje no Congresso e assim assumiu a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que começou a trabalhar buscando uma solução política. Os ministros militares lançaram um manifesto à Nação – o Ministro da Guerra era o General Odylio Denys; o da Marinha, o Almirante Sylvio Heck; o da Aeronáutica, o Brigadeiro Grüm Moss – alertando para o perigo da assunção ao Poder de João Goulart, que, pela sua formação política, poderia procurar implantar no País uma república sindicalista. Quiseram, apenas, alertar a Nação e não dar um golpe de estado. O Ranieri Mazzilli trabalhou em busca de uma solução constitucional e o desfecho foi a implantação do parlamentarismo, com a finalidade de diminuir o Poder do Presidente João Goulart.

Os adeptos de Jango telefonaram para ele, que se encontrava na China Comunista, dizendo: "Volta! Regressa! Você vai assumir o Poder."

João Goulart estava temeroso, mas dada a insistência dos seus amigos, acabou regressando ao Brasil, vindo por Porto Alegre e de Porto Alegre para Brasília. Aí ele assumiu o Poder e constituiu o Governo com aqueles homens que pensavam como ele, homens da extrema esquerda, grande número de comunistas, conhecidos de toda a Nação.

Procurou a cúpula do Exército para conseguir apoio, mas não conseguiu nem na cúpula das outras Forças Armadas. Encontrou respaldo apenas em poucos generais, como Assis Brasil e Osvino Ferreira Alves. O Osvino tinha uma tendência de esquerda, tanto que era conhecido como "general do povo". Todos eles sem nenhuma liderança no Exército.

Então o que Jango buscou? O apoio de subtenentes, sargentos, cabos e soldados e vou mostrar que ele conseguiu sucesso através dessa manobra de infiltração.

Determinou que todos os oficiais do Exército que estavam à disposição do Governador Carlos Lacerda fossem transferidos para fora do Rio. Estou relatando essa parte porque, nessa ocasião, encontrava-me à disposição do Governador Carlos Lacerda, exercendo a função de diretor do Detran (Departamento de Trânsito). Fui imediatamente transferido para fora do Rio, para São João Del Rei. Viajei só, não pude levar a família, porque minha filha estava cursando o Instituto de Educação. Fiquei em São João Del Rei durante um ano e aí consegui a minha transferência para a 1ª Região Militar, em cujo comando estava o General-de-Divisão Benjamin Rodrigues Galhardo.

Como conseqüência da minha ligação com Carlos Lacerda, quando cheguei à 1ª Região Militar, não me deixaram assumir o cargo da 3ª Seção, que estava vago; fizeram um remanejamento e fui designado para o Serviço Militar. Logo em seguida, o Galhardo foi transferido e chegou o General Ladário Pereira Telles, homem ligado a João Goulart. Não posso afirmar que tenha sido dele, não tenho provas, mas a verdade é que me vi matriculado na Escola Superior de Guerra (ESG), sem ter requerido isso, quer dizer, fui compulsado a cursar a Escola Superior de Guerra.

Ou seja, queriam tirar o senhor da tropa.

Mas penso que aí incidiram num erro, porque já estava conspirando desde o tempo de Carlos Lacerda, eles deveriam saber, e, na ESG, tive mais tempo para conspirar. E quem fui encontrar lá, também matriculado compulsoriamente? O General Syzeno Sarmento, que fora meu Comandante de batalhão na guerra, aí nós nos unimos e passamos a conspirar juntos.

João Goulart conseguiu êxito nas infiltrações entre os subtenentes, sargentos, cabos e soldados, porque assistimos, no dia 12 de setembro de 1963, ao levante dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em Brasília, como protesto pela impossibilidade de se candidatarem às Casas Legislativas. E, em curso desse protesto, chegaram a tomar o Ministério da Marinha, mas o Exército não aderiu, trocou tiros, houve até três mortos entre eles.

Até porque os dois prédios são contíguos, um depois do outro.

Houve troca de tiros e o Exército dominou o levante.

Depois tivemos a rebelião de marinheiros e fuzileiros na sede do Sindicato dos Metalúrgicos que eu testemunhei, porque fui lá ver, a mando do General Syzeno, que me telefonou e disse:

– Marques, vai lá, vê e me traz as informações.

Parti para o local e quando ia passando encontrei as tropas do Exército; havia um carro de combate e soldados da PE (Polícia do Exército) posicionados; quando me aproximava, o Comandante da Unidade de carros, Coronel Theodorico Gahyva, disse-me:

– Marques, o que é que você está fazendo aqui?

– Olha, estou tendo uma oportunidade ímpar, nunca tinha visto uma rebelião de sargentos, vim assistir ao espetáculo gratuito – respondi.

Ele queria saber o porquê de eu estar lá. Em seguida, cheguei próximo ao Coronel Domingos Ventura Pinto Júnior, Comandante da PE, responsável pelo cerco da área, e então vi os marinheiros sem túnica, numa demonstração de indisciplina total e absoluta, tendo à frente o cabo Anselmo, que era muito inteligente. Ainda brinquei com o Ventura, dizendo: "Ventura, isso aí a gente tira a tapa. Veja, comportam-se como se estivessem tomando banho de sol."

Nessa ocasião chega uma tropa, mandada pelo Ministro da Marinha, para prender e dominar os rebeldes. Essa tropa chegou, depositou as armas no chão e aderiu aos revoltosos. Assisti a isso. Fiquei lá algum tempo e vi o cabo Anselmo tomar a palavra e dizer que eles estavam comemorando dois anos da fundação da Associação de Cabos e Soldados. Faziam reivindicações, entre as quais a mudança do Ministro da Marinha e a anulação das punições já impostas ao cabo Anselmo e a outros, aplicadas por uma outra indisciplina havida anteriormente. Apresentavam, até, uma lista tríplice com nomes de almirantes para substituir o almirante que estava no cargo de Ministro da Marinha.

João Goulart estava em Porto Alegre, voou de regresso e o que fez?

Trocou o Ministro da Marinha e por coincidência nomeou um daqueles que estava na lista apresentada pelo cabo Anselmo.

Da reserva até.

Era da reserva e em última instância apoiou aquela indisciplina; todos concordam que essa infiltração foi proveitosa para o João Goulart, no sentido de implantar uma república sindicalista.

A última demonstração de infiltração ideológica e indisciplina foi a reunião na sede do Automóvel Clube do Brasil, em que os graduados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ofereciam um jantar ao Presidente e iam prestar uma homenagem ao cabo Anselmo. Mas, além dessa rebelião dos sargentos e do jantar do Automóvel Clube do Brasil, houve, em data anterior, no dia 13 de março, o célebre comício da Central do Brasil, o qual foi a gota-d´água que alertou a Nação para o perigo que estava correndo de perder a liberdade e passar da democracia para um regime totalitário comunista.

Miguel Arraes e Leonel Brizola fizeram discursos revolucionários, pedindo o fechamento do Congresso, dizendo que as Forças Armadas eram valhacouto de gorilas e pedindo também a implantação de reformas, tudo isso aceito pelo Presidente que estava no palanque, tendo ao seu lado o Ministro da Guerra, o General Jair Dantas Ribeiro.

A Nação estava estarrecida com aquele comício-monstro, com representação dos sindicatos e organizações dominados pelos seguidores de João Goulart.

A conspiração cresceu e fui convidado pelo General Syzeno a acompanhá-lo numa reunião que seria realizada no dia 30 de março, na casa do Coronel de Artilharia Jayme Portella de Mello.

Lá encontravam-se alguns oficiais; o General e eu ficamos até praticamente meia-noite; após atender um chamado telefônico, voltou para onde estavam os oficiais e disse: "Olhem, podem ir para casa, porque a Revolução não vai sair nestes dias. No dia 1º de abril não sairá, porque isso pode levar a um gracejo, visto ser o dia da mentira. Então, os senhores podem ir e já fiquem sabendo que vai ser só depois do dia 1º."

Muito bem, também soube de outras reuniões que se realizavam com o General Ademar de Queirós e com o General Cordeiro de Faria.

Peguei meu Fusca e fui para casa; morava na Rua Barata Ribeiro, nº 280, e ao chegar lá, quando mudava a roupa, tocou o telefone e ao atender recebi a mensagem: "Marques, aqui é o General Syzeno: 'A procissão saiu'. Vá imediatamente para a Duvivier, nº 42, na casa do Doutor Guimarães."

Troquei de roupa imediatamente, fardei-me e fui para a casa do Dr. Guimarães. Encontrei vários companheiros, acompanhando a evolução dos acontecimentos, porque o General Olympio Mourão Filho tinha partido de Minas, surpreendendo a muita gente que chegou a dizer que ele havia embarcado numa verdadeira aventura. Hoje se esconde esse fato, mas houve gente do alto escalão comentando isso.

Ficamos então na casa do Doutor Aurélio Guimarães, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, após sabermos da partida do General Mourão.

Cerca de seis horas da tarde, o General Syzeno atendeu a um telefonema e, após a conversa disse: "Vamos nos reunir com o General Costa e Silva numa casa em Botafogo."

Encontramos o General Costa e Silva com uma equipe; ele virou-se e disse: "Está na hora de entrarmos no Ministério. Sigamos para o Ministério!"

Partiram com ele os seguintes oficiais: General Syzeno Sarmento, Coronel Jayme Portella, Coronel Raul Lopes Munhoz, Tenente-Coronel Omar Diógenes de Carvalho, de Artilharia, Tenente-Coronel Teotônio, Major Paulo, Capitão Hilton do Valle, Ajudante-de-Ordens do Costa e Silva, totalizando oito oficiais, comigo.

Entramos no Quartel-General – atual Palácio Duque de Caxias (PDC), no Rio de Janeiro – e o General Costa e Silva ordenou: "Vamos inicialmente para o Estado-Maior do Exército, que o pessoal é gente nossa."

Fomos para lá, e o que tínhamos visto na entrada do PDC? As seguintes Unidades: o 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, desdobrado no campo de Santana e se não me

falha a memória sob o comando do Coronel Celso Araripe; o Regimento de Carros de Combate, comandado pelo Gahyva, desdobrado na frente; no lado voltado para a Central do Brasil, o Batalhão de Guardas; distribuído dentro e fora do quartel, a PE comandada pelo Coronel Ventura; e dentro do PDC um Batalhão do Regimento Escola de Infantaria (REI). Veja a quantidade de tropa!

Fomos para o Estado-Maior do Exército e depois de uma conversa entre o General Syzeno e o General Costa e Silva, este disse: “Agora, para o Gabinete do Ministro.”

Subimos para o 9º andar, onde ficava o gabinete. Conversa daqui, conversa dali, disse o General Costa e Silva: “Mande chamar o Comandante do I Exército!”

Era o General Armando de Moraes Âncora, mas ele não subiu; aí o General Syzeno vira-se para o General Costa e Silva e sugere: “É bom descer novamente, porque estamos na ‘boca do lobo’. Toda essa tropa está ainda nas mãos dele que pode nos prender.”

Voltamos ao Estado-Maior e, lá chegando, o General Syzeno teve uma idéia que achei feliz; vira-se para o General Costa e Silva e diz: “General, mande chamar os comandantes de tropa e ordene que eles recolham as Unidades aos quartéis, porque, se obedecerem, ganhamos a guerra.”

O primeiro chamado foi o Gahyva, a quem o General Costa e Silva determinou: “Coronel Gahyva, recolha o Regimento de Carros de Combate e aguarde novas ordens lá no quartel.”

Ele desceu, e quando ouvimos o ronco dos motores: Ah! foi um alívio; aí começamos a ganhar a guerra.

Depois veio o Comandante do Batalhão de Guardas, e com cara feia, mas só cara feia; o General Costa e Silva ordenou: “Recolha o seu Batalhão!”

E ele recolheu. Em seguida, chamou o Domingos Ventura Pinto Júnior e houve o seguinte diálogo:

– Ventura, você é um soldado, acredito em você. Gostaria que continuasse comigo, no comando da PE.

– General Costa e Silva, por favor, não faça isso comigo. Não quero passar para a história como um traidor.

– Mas Ventura, você é um soldado, queria que continuasse no comando! – retrucou o Costa e Silva.

– General, pelo amor de Deus! Não me peça isso!

E o Ventura não retornou ao quartel e nem foi mandado embora, porque o General Costa e Silva acreditava nele.

Finalmente, o Batalhão do REI, que era comandado por um major; esse oficial apresentou-se já afirmando que estava do nosso lado.

Restou a artilharia antiaérea. Aí chamaram esse rapaz que, para mim, foi o único que fez um gesto para tentar puxar a arma, mas o seguraram e ele foi levado à presença do General Costa e Silva que colocou a mão no ombro dele e disse:

– Que bobagem! Que bobagem! Passe o comando ao subcomandante e aguarde ordens em casa.

Ele fez a continência, passou o comando, que na certa era o que queria, e foi embora. Feito isso, o General Costa e Silva alertou: "Está na hora de voltarmos para lá."

Fomos para o 9º andar, de novo, porque tropa eles já não tinham mais e mandou chamar o General Comandante do I Exército que, então, subiu e aí houve um diálogo muito interessante. Estávamos todos presentes, os oito oficiais que tinham entrado com ele, quando chegou o Comandante do I Exército, também substituindo o Ministro Jair, que estava doente, na ocasião. Ao chegar, disse a seguinte frase:

– Aqui está o general vencido!

– Que é isso?! – exclamou o General Costa e Silva.

E antes de se abraçarem, o General Costa e Silva colocou todo mundo para fora da sala:

– Todo mundo, fora daqui!

– Mas meu Deus do céu! Não estou entendendo mais nada; entramos com esse homem e ele nos bota para fora! – falei, espantado e surpreendido com a ordem.

– Olha, eles são dois colegas de turma – argüiu o General Syzeno.

Sei que se abraçaram, chorando, e tudo se resolveu.

Começaram então as substituições. Foi nomeado comandante da 1ª Divisão de Infantaria (DI), o General Orlando Geisel, mas surgiu, logo, um problema com ele, cujo motivo foi o Coronel Nilton Freixinho que comandava um Grupo de Artilharia, integrante da Divisão. O General Costa e Silva mandou um coronel para substituir o Freixinho, porque diziam que o mesmo não comungava das mesmas idéias vitoriosas da Revolução.

E o General Orlando Geisel, que gostava do Freixinho, disse peremptoriamente:

– Não, eu não o substituo!

E isso chegou aos ouvidos do General Costa e Silva, que decidiu:

– Bom, se não quer tirar o Freixinho; então sai ele!

E removeu o General Orlando Geisel.

Continuaram as mudanças de comando. Nomeou o General Octacílio Terra Ururahy, que era de Engenharia, Comandante do I Exército; trocou os Comandantes do Batalhão de Guardas e da PE, foi mudando todo mundo, até que chegou ao 1º Batalhão de Caçadores (1º BC), de Petrópolis, RJ, comandado pelo Kerensky Túlio

Motta, cujo nome já diz tudo – Kerensky uma das figuras da revolução comunista russa. O General Costa e Silva chegou para o General Syzeno e disse:

– Mande, agora mesmo, um tenente-coronel para substituir o Kerensky.

– Mas General Costa e Silva, são 3h da manhã, quem é que vou mandar? – ponderou o General Syzeno.

Eu estava ao lado tomando nota daquelas coisas; era tenente-coronel de Infantaria, olharam para mim e o General Costa e Silva disse:

– O Marques, o que é que está fazendo?

– Mas o Marques é o meu assistente – respondeu Syzeno.

– Lavra o Ato e manda o Marques para lá para assumir o comando – determinou Costa e Silva.

– Marques, parta então e vá já para lá – disse o General Syzeno, virando-se.

Perguntou, ainda, se eu queria levar homens, no que respondi:

– Não, prefiro ir sozinho.

Preferia ir sozinho, para explorar o fator surpresa, que é muito importante, pois há um princípio que diz: "Um chefe surpreendido é um chefe praticamente abatido!"

Novamente no meu Fusca, subi a serra, sozinho, cheguei lá fardado, com a minha pistola 45 no coldre; desembarquei, eles me olharam, eu estava fardado e perguntei:

– Onde está o comandante?

– Está no 1º andar – responderam-me.

Entrei, subi, fui ao 1º andar e ele estava escrevendo qualquer coisa. Quando abri a porta, ele disse:

– E aí Marques, você por aqui! Pra quê?

– Eu vim assumir o comando do 1º BC – respondi.

– Quem mandou?

– O General Costa e Silva, Comandante Supremo das Forças Armadas (ele mesmo se intitulava assim).

– Eu não conheço! Eu o desconheço! – retrucou Kerensky.

Aí vira-se e diz:

– Onde está o Ato de Nomeação?

Lembro bem que o General Costa e Silva virou-se para o General Syzeno e disse: "(...)manda o Marques, lavra o Ato." Mas, naquela confusão toda, acabei saindo sem levar o Ato, o papel oficial, aí eu disse:

– Não trouxe, mas fui nomeado.

– Eu não vou passar o comando – Kerensky objetou.

Senti que ou a minha carreira terminava ou eu assumia; não queria encerrar a minha carreira ali. Fui para a porta – estou contando isso pela primeira vez –

tranquei-a, tirei a chave e coloquei-a no bolso. Quando voltei, já não enxergava mais quem estava na minha frente; apenas via um vulto, aproximei-me e disse:

– Coronel Kerensky, você passa ou não passa o comando do 1º BC agora? Responda!

Eu deveria estar completamente transtornado. Ele disse:

– O que é isso Marques!?

– Eu não quero saber! Estou perguntando: passa ou não passa o comando do 1º BC, agora? Kerensky! Diga!

Ele verificou que estávamos só os dois, que alguma bobagem poderia sair entre nós, uma vez que eu tinha fechado a porta. Então concordou:

– Passo o comando, vou reunir os oficiais e vou passar o comando.

– Não, Kerensky, você vai mandar tocar "formatura geral" e vai passar o comando do 1º BC, com todo o Batalhão em forma.

Como manda o regulamento.

Fui para a porta, abri, ele saiu e mandou tocar "formatura geral". O Batalhão formou e recebi o comando. Dispensei o Kerensky, mandei-o embora para casa, bem como os quatro majores, porque eram todos da mesma linha. Não gosto de falar nisso; é a primeira vez que conto esse fato, para constar do depoimento, que é histórico.

Para mim estava terminada a Revolução naquele momento em que assumi o comando do 1º BC, mas não quero acabar esta minha entrevista sem dizer algo a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964.

Digam o que disserem: golpe militar, complô, revolução de gorilas, revolução de militares, a verdade é única e ninguém pode desmentir. Quando os governos militares assumiram o Poder – não quero falar sobre os governos, é uma área política e não quero falar disso – mas, quando assumiram, o Brasil era o 48º País em economia no mundo e no final dos governos militares já era a oitava potência econômica do mundo!

Progredimos 1.100% no terreno das comunicações, porque, em março de 1964, para falar com o Rio de Janeiro, levava-se seis, oito horas e no fim do Governo militar falava-se para o mundo todo na mesma hora. Houve progresso na educação, houve progresso social.

A Revolução de 1964 é um marco histórico e vitorioso neste País. Muito obrigado.

General-de-Exército Oswaldo Muniz Oliva

Nasceu em 2 de fevereiro de 1925, em Santos – SP. Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na arma de Artilharia, tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial em 1945; concluiu os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficias em 1955; da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 1963; da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1982 e do Royal College of Defense Studies, Londres, em 1986.

Foi Assessor-Chefe da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, de 1967 a 1970; Observador da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, na delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), Genebra, Suíça, em 1967; Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, Praia Grande, SP de 1970 a 1973; Chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar, São Paulo, de 1974 a 1975. Como General, foi Comandante do 3º Grupamento de Fronteira, Rondônia, de 1979 a 1980; Diretor de Transportes, Brasília, de 1981 a 1982; Diretor de Informática do Exército, Brasília, de 1983 a 1985; Comandante da ESG, Rio de Janeiro, de 1988 a 1990 e Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações, Brasília, em 1990.

Condecorações e Medalhas: Medalha do Pacificador do Exército, Medalha do Mérito Santos Dumont, Medalha do Mérito Tamandaré, Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grã-Cruz, Ordem do Mérito Militar – Grã-Cruz, Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Na reserva remunerada do Exército desde 1990, é atualmente Membro do Conselho Consultivo da Associação Comercial de São Paulo, desde 1993. É também Diretor Executivo da PENTA (Prospectiva Estratégica Limitada Sociedade Civil).

Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2001

Inicialmente, agradeço o convite para prestar este depoimento, basicamente, sobre a Revolução de 1964. Fui revolucionário e do ponto de vista dos princípios e valores, continuo revolucionário de 1964.

Na minha trajetória militar houve uma aspiração, um sonho secreto, que não consegui realizar. Desejava completar cinqüenta anos de serviço ativo, mas nas minhas alterações, meu tempo de serviço, contado dia a dia, consta como 48 anos, dez meses e três dias. Lamentavelmente, só completei esse tempo se acrescentar os três anos de licenças não gozadas, três anos de licença-prêmio, mas isso não vale. Minha vontade era, no dia a dia, ter chegado aos cinqüenta anos de efetivo serviço. Poucos conseguiram atingir esse tempo. Seria para mim uma felicidade e um orgulho, mais uma vaidade do que um orgulho, porque o orgulho de servir o Exército tenho até hoje, vaidade seria o meio século.

Enfim, não pude dedicar-me ao Exército durante meio século como desejava, mas cheguei pertinho; a idade e os 12 anos no posto de general me excluíram, mas estou de acordo com a lei, acho que tem que haver renovação dos quadros.

O que me motivou a aceitar este convite, fundamentalmente, é a sistemática campanha de mistificação sobre a História do Brasil; mais do que isso, estão reescrevendo-a com uma falsidade deslavada. Recentemente, uma entidade política lançou um trabalho e seu mentor, numa entrevista posterior à publicação do mesmo, mostrou-se, a meu ver, profundamente falho e equivocado. Não posso dizer que é maldoso, porque maldade é intenção e intenção não se atribui a ninguém, mas o texto claramente distorce a realidade.

Ele disse que Dom Pedro II é a única figura de destaque do século XIX. Não fala em José Bonifácio e no seu papel de relevo para promover a independência e estruturar o Brasil. Sua atuação na defesa da unidade nacional, no enfrentamento firme à pressão dos grupos financeiros ingleses que impuseram a Dom Pedro I, após proclamada a Independência, a assunção de dívidas de Portugal, merecem toda a gratidão e o respeito nacionais. José Bonifácio e seu irmão, Martim Francisco, Ministro da Fazenda, não aceitavam o empréstimo estrangeiro que queriam nos impor. São de Martim Francisco, em 1824, com endosso de José Bonifácio, a seguinte frase: “O povo que depende de dinheiro estrangeiro não é livre.” Ambos foram demitidos e José Bonifácio exilado.

Dom Pedro I foi buscá-lo no exílio para orientar a educação de seu filho Dom Pedro II, quando da crise que o levou a renúncia. José Bonifácio propôs, por exemplo, a mudança da capital para o interior – só concretizada com Brasília – e a libertação dos escravos, que só ocorreria mais de sessenta anos depois. É um grande brasileiro que honra nosso País. Orgulho-me de ser santista como José Bonifácio.

Outras duas figuras, entre outras, se destacaram no final do século XIX, já entrando no século XX: Caxias e Rio Branco. Assim como José Bonifácio, também não são citadas nesse trabalho.

Por que Caxias e por que Rio Branco?

Rio Branco foi o homem que, com inteligência, sagacidade, cultura, persistência e coragem, traçou a fronteira oeste do Brasil, mediante acordos internacionais pacíficos. Ele não desconhecia, contudo, que a atitude pacífica para garantir um tratado pressupõe Forças Armadas fortes. Nesse espírito, equipou a Marinha com dois grandes encouraçados, o *Minas Gerais* e o *São Paulo,* na época os encouraçados mais poderosos do mundo. Nossa Esquadra ficou suficientemente forte para cumprir a missão de desanimar qualquer pretensão platina, para uma aventura militar.

Se Rio Branco com a pena e a inteligência soube estruturar a fronteira, Caxias com a espada, inteligência e bondade esvaziou pressões internas, pacificou Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e, finalmente, a meu ver a maior obra dele, acabou com a Revolta dos Farrapos, no Rio Grande, sem deixar seqüelas de ódio. Uma das frases que pronunciou: "Não há vencidos e não há vencedores." Quando quiseram comemorar a vitória, ele disse: "Não! Vamos rezar uma missa pelos brasileiros mortos."

Era um homem de uma grandeza moral muito grande Antes de morrer, deixou um testamento no qual condicionava: "Eu quero ser enterrado numa cerimônia simples; quero que meu caixão seja levado por quatro soldados de bom comportamento." Essa foi uma decisão de grandeza. Não precisava de homenagens; a homenagem que merecia foi a sua própria vida.

Esses homens não poderiam faltar na História, exceto se mistificada intencionalmente.

Até por pressão de amigos, estou começando a escrever um livro, para estabelecer, não a minha versão, mas a verdade que possa documentar. É esse respeito à verdade que me faz participar deste trabalho, para combater o ludíbrio sobre a Revolução de 1964. Estimula-me continuar lutando pelo nosso povo, a revolta por ver a velhacaria de maus compatriotas. Quem não souber a verdade, não entenderá a Revolução de 1964 e o pós-revolução.

Meu testemunho se servirá de poucas notas. Trouxe algumas para não cometer enganos.

Uma instituição como o Exército só sobrevive quando seus dois fundamentos, a hierarquia e a disciplina, permanecem sólidos. Forças Armadas que abdica de um dos dois, por concessões de modismo, está condenada à destruição e à desmoralização. É melhor morrer do que ficar desmoralizado, como instituição e

como pessoa humana. Esses dois fundamentos foram, sempre, profundamente cultuados no Exército.

Na longa caminhada, cabe ressaltar meus primeiros passos na carreira. Sou Aspirante-a-Oficial de 1945. Em 1941, prestei exame para a Escola Militar do Realengo, este um subúrbio do Rio de Janeiro; não logrei classificação, mas fui aproveitado para constituir a primeira turma da Escola Preparatória de Fortaleza. Lá cheguei em abril de 1942; aliás, de 242 alunos da turma, quase trinta chegaram a general, sendo que uns dez ou doze, a generais-de-exército.

Viajei para Fortaleza pelo navio *Itapé*, da Costeira. Os reflexos da guerra travada na Europa podia ser sentidos no litoral brasileiro. Próximo a Abrolhos, cruzamos com um comboio marítimo escoltado por um navio caça-minas, de casco de madeira, brasileiro, um barco minúsculo. A Marinha fazia a escolta com os meios de que dispunha.

Os dois grandes encouraçados que o Rio Branco havia comprado, no final do século XIX, já não estavam em condições de navegação. Foram transformados em fortalezas fixas, um ficou em Salvador e o outro ficou encostado em Recife, para defenderem o acesso aos portos.

O velho Ita, em blecaute total, navegava tão perto da costa que dava para distinguir os coqueiros nas praias. Era para fugir da ameaça dos submarinos alemães que já estavam infestando aquela área. Isso foi crescendo e levou-nos a declarar guerra à Alemanha.

Quando paramos em Salvador, lembro-me bem, na Rua Chile, ainda rua central de Salvador, alguém disse: “Afundaram o *Itapé*!” Era engano, o navio afundado foi um cargueiro brasileiro à nossa frente. Durante a viagem, permaneci indisposto o tempo todo; sou antinaval: basta embarcar para ficar enjoado. De Salvador em diante o organismo se adaptou.

Impressionou-me, na parada em Salvador, a grande quantidade de militares e seus familiares que haviam sido transferidos do Sul para o Nordeste. Essa movimentação fazia parte do esforço de guerra do Exército Brasileiro. A maioria desceu com sua esposa e filhos e foi por terra, através do sertão – não existiam estradas – porque o risco de afundamento de navios era muito grande.

No porto do Recife, observei orgulhoso outro cargueiro brasileiro, *Siqueira Campos*, com um canhão à proa. Ao atracarmos em Fortaleza fiquei sabendo que ele fora afundado. Torpedearam um navio à frente do meu e outro atrás.

Esse foi o meu batismo de guerra naval, meu batismo de guerra; felizmente não participei de guerra alguma, a guerra é um prejuízo brutal para qualquer nação vencida, mas para as vencedoras também. O que o povo americano tem de paranóico

e de desequilibrado por conseqüência da participação em várias guerras é uma tristeza. Talvez isso explique muitos desacertos que têm cometido.

Afirmei que a hierarquia e a disciplina são os suportes responsáveis pela solidez do Exército, mas havia outro fator poderoso: um sentimento arraigado de anticomunismo. Em 1942, ao ingressar no Exército, notei essa incompatibilidade, conseqüência da desvairada tentativa de Prestes, que agora andam enfeitando. Eles se revoltaram no Rio, Recife e Natal. No Rio de Janeiro, no 3º RI (Regimento de Infantaria), na Praia Vermelha, militares comunistas mataram colegas dormindo, um foi morto lendo jornal, seu colega sentou-se na cama ao lado e deu-lhe um tiro. Eu nunca esqueci, porque aprendi isso menino, de 16 para 17 anos.

Minha formação pessoal e profissional transmitiu-me o anticomunismo e a aceitação do regime democrático, porque era assim que o Exército se colocava, mesmo que o Governo fosse a ditadura de Getúlio Vargas. Na verdade, não chegamos a ter uma ditadura do tipo de Stálin, em Moscou, do tipo de Hitler, em Berlim, do tipo Fidel Castro, em Havana, ou como a da Albânia. Getúlio era um ditador à moda gaúcha, era muito mais um caudilho de fronteira no Poder do que um ditador no sentido político.

Então, entrei no Exército, com essas características; zelar sempre pela hierarquia e disciplina, e o fiz da melhor maneira possível, ao longo da minha vida. Considero que comandar significa ligar-se bem para cima, ligar-se bem para baixo, ligar-se bem para os lados; se não, não é comandar. Procurei sempre manter essa conduta.

Vamos rememorar o cenário internacional da época da eclosão da Revolução de 1964 e em que ambiente ela se desenvolveu.

No final da Segunda Guerra Mundial, no Tratado de Yalta, foi tomada uma decisão de repercussão mundial e que afetou o Brasil. O mundo comunista fortaleceu-se e entusiasmou os seus adeptos brasileiros.

Menino, ainda, admirava Roosevelt pela sua extraordinária grandeza moral e não há por que mudar de opinião, mas avaliava mal a capacidade geopolítica de Churchill que, hoje reconheço, era maior que a de Roosevelt. As propostas de Stálin, contrárias às de Churchill, foram apoiadas por Roosevelt, que se encontrava por completo incapaz, intelectualmente. Sofrera um forte derrame. Possuía um assessor direto, comunista, que influiu decisivamente. Stálin recebeu, de presente, meia Europa, como desejava. Ali nasceu a guerra fria.

A partir do Tratado de Yalta seguiu-se uma onda crescente de conflitos em vários países e a conseqüência foi o aumento da área sob o controle comunista.

Os comunistas brasileiros sempre foram e, ainda, são minoria absoluta no País, mas tal não quer dizer sem capacidade de ação. Segundo princípios marxis-

tas, um comunista no meio de 40 democratas, manipula todos, porque possui uma orientação ideológica e os outros são divergentes entre si.

Outro fato externo foi a divergência entre a Rússia e a China, causando a primeira e brutal rachadura no bloco monolítico marxista. A história chinesa é uma história maravilhosa, de um povo de cultura extraordinária, que admiro e respeito. O livro de Tao é um tratado de bondade humana, é um tratado de administração pública, é um tratado militar. Tao, há mais de cinco mil anos, escreveu esse livro que impregna toda a cultura comum do povo chinês. Eles ainda estão sob regime comunista, mas sempre acreditei no que vou aqui afirmar, embora correndo o risco de errar: "A China foi obrigada a engolir o comunismo; vai digeri-lo e irá cuspi-lo." A China vai cuspir fora o marxismo. É a minha opinião.

Já começou, na parte econômica.

Iniciou reformas no campo econômico. Ao ceder três províncias, apenas, ao regime democrático, cedeu nada menos que 300 milhões de pessoas, o que é quase o dobro do Brasil, mantendo um bilhão ainda sob o controle do comunismo.

O terceiro acontecimento internacional de importância foi a consolidação de Fidel Castro em Cuba, pela asnice da CIA (Agência Central de Inteligência) que tentou um golpe na Baía dos Porcos; um golpe que merece o nome da baía. Em vez de derrubar Fidel Castro, foram invadir e perderam, atuando de maneira inepta, despreparada e desconhecedora do povo. Essa derrota americana consolidou o comunismo em Cuba.

Fidel Castro matava em público, na televisão; esse "democrata", que está sendo visitado por brasileiros, fuzilava pessoas. Esse homem matava em praça pública – filmava e exibia na televisão – aqueles que se opunham ao movimento comunista. Ele se afirmava democrata, mas assim que assumiu o Poder declarou-se comunista. É, pois, mentiroso, e recebe respaldo de muita gente desta terra nossa que nunca aceitou o comunismo.

Para sobreviver recebia vultosa ajuda financeira diária da União Soviética, até Gorbachev suspender a remessa do dinheiro. Possivelmente, a União Soviética impunha condições a Fidel Castro, como treinar guerrilheiros da América do Sul. O grupo que desenvolveu aquela asnice de Caparaó foi treinado em Cuba.

O que eles faziam?

Pegavam os meninos líderes das universidades e, nos fins de semana, saíam daqui por uma rota, que incluía Recife, e iam para Cuba, onde eram treinados e voltavam, com uma semana ou 15 dias de curso. Ninguém derrota o Exército Brasileiro fazendo cursinho de 15 dias. Isso é brincadeira! A leviandade de Fidel Castro induzia os coitados dos moleques despreparados a pensarem que eram heróis.

O Brasil sofreu as repercussões desse cenário internacional. Em 1956, o Partido Comunista Brasileiro concluíra que só poderia dominar o Brasil se dominasse as escolas. Assim, fizeram infiltrações nas faculdades de Filosofia, que formavam professores. Foram hábeis, capazes, eficientes e tiveram êxito, é verdade. Nós falhamos em prevenir isso, até porque pouca gente conhecia o tema, pouca gente estudava o assunto.

Buscaram, como sempre, dominar centros de poder. Tiveram êxito no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), junto com o Jango, na União Nacional dos Estudantes (UNE); José Serra, o atual Ministro da Saúde, presidiu a UNE. Havia um grupo de teatro popular, na UNE, que fazia campanha difundindo o marxismo entre os estudantes secundários. Tentaram infiltrar-se na área militar e chegaram a obter algum sucesso.

A esquerda acusava os Estados Unidos da América de interferirem nos assuntos internos do Brasil, de mandarem no País. Mentira, não mandavam. Mas é verdade que o Governo americano demonstrou simpatia pela Revolução de 1964 e, mais do que isso, deu-lhe cobertura. Afinal, convinha aos interesses americanos que o Brasil fosse forte e anticomunista, as duas condições. Era uma necessidade que o Brasil fosse forte na América do Sul.

É oportuno antecipar este fato. Em 1969, o Presidente Johnson, dos EUA, pouco antes do Presidente Arthur da Costa e Silva adoecer, escreveu-lhe uma carta pessoal, na qual pedia ao Presidente que não comprasse os Mirage – aviões de caça, franceses –, mas os F-5 americanos. Dizia o Presidente americano que embora não pudesse atender de imediato, por causa da limitação da venda de material bélico imposta pelo Congresso americano, em tempo de guerra do Vietnã, prometia que forneceria os aviões – vinte aviões, ou algo assim, para atender à necessidade da Força Aérea Brasileira (FAB) – no mais curto prazo. Logo após a doença do Presidente, compramos os aviões dos franceses.

A carta passou pelas minhas mãos e, ainda, dizia que "o Brasil é um parceiro fundamental para a América do Norte". Esse documento foi arquivado no Palácio do Planalto, na antiga Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, hoje Secretaria de Assuntos Estratégicos, dirigida pelo General Alberto Cardoso. Se não jogaram fora os arquivos, está lá.

Quanto ao cenário interno anterior à Revolução de 1964, destaca-se, de início, o mal-estar pelo retorno de Getúlio Vargas ao Poder. Havia sido deposto em 1945; depois da guerra os americanos resolveram ser democratas. Até então, para eles, convinha a ditadura.

Apesar de ter opinião pessoal contrária ao Getúlio Vargas, não posso negar-lhe as qualidades. Conheci-o pessoalmente. Foi um grande líder, carismático e

um homem com aguçada visão geopolítica. Respeito sua memória; creio que enxergava o Brasil e defendia os interesses dos brasileiros.

Ele trouxe à cena política um afilhado, João Belchior Marques Goulart. Ambos, João Goulart e Getúlio, tinham a mesma formação de caudilho de fronteira e é preciso entender isso. Não tentem imaginar Getúlio em São Paulo, estudando na Universidade de São Paulo (USP); ele e João Goulart eram de São Borja, pequena cidade fronteiriça.

João Goulart, homem inteligente, simpático, bonachão, tomador de chimarrão, falava devagar, era envolvente. Não creio que tenha sido comunista, mas usou os comunistas e por eles foi usado, isso é verdade. Seu "dispositivo militar" concentrava-se no Ministro da Guerra, hoje Comandante do Exército, no Chefe de Gabinete Militar, na Petrobrás e nos Correios. Neste último fazia censura de toda a correspondência dos militares, censura mesmo, de abrir as cartas. Esses eram os pontos principais do chamado "dispositivo militar".

Ocupava o Gabinete Civil, um antropólogo, Darcy Ribeiro, homem brilhante, culto. Considerei-o um comunista, naquela época. Reconheço que, no final da vida, ele mudou.

O Presidente tinha mais um amigo gaúcho, o General-de-Exército Amaury Kruel. Também um homem brilhante, culto, firme, um chefe. Amigo do Presidente, era anticomunista e isso redundava numa incoerência. João Goulart tinha um esquema sem poder militar, porque o General Kruel não compactuava com a esquerda, como Ministro da Guerra. Após sua saída do ministério, assumiu o General Jair Dantas Ribeiro, outro cidadão honesto, absolutamente anticomunista.

Eu era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 1961, 1962 e 1963, portanto naquele burburinho todo de antes da Revolução. Certa noite, um colega meu, afilhado do General Jair, general na reserva hoje, o Cid de Goffredo Fonseca, de Infantaria, foi a minha casa com outro companheiro, o então Major Acioly, muito bom amigo também, e disseram-me:

– Oliva, nós queremos que você vá conosco à casa do ministro.

– Eu? Não conheço o ministro. O que é que vou fazer lá?

– É porque você pensa diferente de nós – responderam.

Eles eram ligados ao Jair, um era afilhado e o outro tinha sido ajudante-de-ordens (ou ajudante geral). Explicaram:

– Queremos falar com ele; ele está em má situação e você pode falar porque não tem a mesma intimidade que a gente tem.

– Vocês estão querendo que eu saia preso da casa dele – retruquei.

Lá fomos para a casa do Ministro Jair; ele morava naquela primeira estação da Central, depois da estação São Francisco Xavier, subúrbio do Rio de Janeiro. Era

uma daquelas casas antigas do Rio, com duas águas grandes, estava um calor danado e chuviscando. Havia um guarda à porta.

A senhora dele estava de roupão e ele à vontade de pijama, os dois velhos sentados. Posso dizer velhos porque hoje sou mais velho do que eles eram na época. O casal estava tomando o ar fresquinho da noite. Ele cumprimentou os dois, a esposa beijou-os; foi aquela conversa de amigos e eu sobrando ali, até que o Goffredo me apresentou: "Esse é o Major Oliva, aluno da ECEME."

Sabia que o General Jair era um homem direito e, para mim, politicamente ingênuo. A ingenuidade política é um defeito comum nos militares, não é qualidade. É preciso conhecer política mas sem se meter na política partidária, o que é diferente, mas tem que acompanhar e entender tudo que ocorre na vida política nacional.

Então começamos a conversar e eu disse ao general:

– Viemos aqui porque estamos preocupados com a situação. O General Amaury Kruel foi destituído do ministério, o senhor sabe que vão agora destituir o Presidente da Petrobras, considerada um dos pontos de apoio da esquerda. O senhor sabe que lá dentro existem uns comunistas que estão prontos para derrubar o General. É mais um passo para desmoralizar e acabar de dividir o Exército.

– Ah! meu filho, não se preocupe. Enquanto eu for ministro, não vão dividir o Exército – ele disse.

– Então que Deus proteja o senhor, para que possa fazer isso.

Foi o fim da conversa. Tratou-me bem e só posso ser muito agradecido, por ter permitido a petulância de um "majorzinho", aluno de escola, ir lá falar-lhe. Só um major para fazer isso, um coronel veterano não o faria, porque se sentiria mal, mas major é como todo jovem, vale mais o ímpeto do que a experiência. Portanto, eu me senti muito à vontade, depois, quando apoiei a Revolução, contra o Jair.

Outros fatos ocorreram, na fase pré-revolucionária. Certo dia de 1963, o General Kruel ainda era ministro, o Major João Baptista Baère de Araújo, meu amigo até hoje, disse-me:

– Oliva, vamos à Ação Democrática.

– Que Ação Democrática? Não sei o que é isso!

– É um grupo que está se reunindo para impedir que os comunistas tomem conta do Clube Militar.

Por que eles queriam o Clube Militar?

Porque já tinham conquistado a liderança operária e a UNE, só faltava entrarem na área militar. Como não conseguiram entrar na tropa, tinham que tomar o Clube Militar; estavam montando uma jogada para isso. Disse ao Baère:

– Não quero perder tempo com isso, é uma bobagem, não vou.

– Vamos Oliva, quem vai falar é um tenente-coronel muito bom, de Infantaria, o Meira Mattos – insistiu.

Eu nem sabia quem era o Meira Mattos. Hoje é meu amigo, um grande homem, história viva da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do Exército, por quem tenho o maior respeito e amizade. Grande escritor militar.

E lá fui eu para a Ação Democrática. Eram 14 oficiais, não tinha mais ninguém. Dois eram tenentes-coronéis instrutores e os demais alunos da ECEME, e mais um tenente chamado Zamith (José de Ribamar Zamith). Era preciso ter cuidado com ele, por ser muito afoito, embora fosse bastante sério. Esteve sempre do nosso lado. Eu o respeito, embora ignore se ainda está vivo. Assim integrei esse primeiro núcleo, cujo objetivo era um só: impedir que os comunistas tomassem posse do Clube Militar.

Passamos a nos reunir na casa de Deodoro, que era a sede da Ação Democrática, presidida por um general intendente da reserva, Gomes.

Esses foram os prólogos da Revolução, no que me concerne.

Os dois tenentes-coronéis eram José Magalhães da Silveira, mais tarde Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), e João Baptista de Oliveira Figueiredo. Os dois eram nossos instrutores, na ECEME.

E quem mais estava lá?

Adalberto Pinto de Azevedo, mais tarde general, Joaquim Abreu Fonseca, de Artilharia, que também chegou a general; Antônio Joaquim Soares Moreira, depois Ministro-Chefe do Superior Tribunal Militar (STM); Ari Capella, que morreu como tenente-coronel, um infante brilhante. Capella foi primeiro de turma em todos cursos que fez e morreu com câncer no cérebro, parece até uma ironia. João Baptista Baère de Araújo, Décio Luiz Fleury Charmillot, que morreu, e mais alguns outros de quem não mais lembro os nomes. Destaco, ainda, um oficial veterinário, José Candido Maes Borba, muito inteligente e ativo.

Decidimos fazer uma campanha para apoiar um general de força e de prestígio para Presidente do Clube Militar. Ganhamos a "parada". O Ministro Kruel até abriu Inquérito Policial Militar (IPM) para nos enquadrar. Mas nos enquadrar em quê? Lutávamos para impedir o comunismo no Clube Militar e ele teve que concordar.

Existe uma questão básica ligada à Revolução: Por que os militares, eu me incluo, resolveram agir em desrespeito à lei, para depor um Presidente? Fazer revolução é ficar fora da lei, não adianta ficar enrolando. Para mim não foi fácil e, para a maioria, também não foi.

Internamente, a Instituição sentiu os seus valores fundamentais de hierarquia e disciplina ameaçados. Primeiro, a revolta de sargentos em Brasília, em

1963; a maioria era de sargentos da Aeronáutica e poucos do Exército. O Major Odin comandava a Bateria Antiaérea, tropa que ajudou a abafar a revolta em Brasília. Dizia-se que era para implantar o comunismo no País, com estímulo do Brizola.

Nesse mesmo ano ocorreu uma assembléia no Clube Militar para adoção do voto secreto. O Governo não queria, porque com o voto secreto nós elegeríamos livremente e no voto ostensivo, que era o tradicional do clube, o oficial ficaria marcado. Na ocasião, puseram o Milton Câmara Sena na mesa diretora. Ele era da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e fora à reunião para observar o que estava acontecendo, por ordem do chefe, o General Castello Branco. Ele que fora para observar, ao integrar a mesa, no dia seguinte estava transferido para Campo Grande. Foi punido porque cumprira ordem do General Castello. Erro do Gabinete do Ministro.

A assembléia começou com uns seiscentos oficiais; os comunistas e seus aliados de esquerda, cerca de trinta, fizeram de tudo para perturbá-la, mas nós tínhamos nos organizado. Para cada comunista ou simpatizante, colocamos dois dos nossos, do lado, para controlar-lhes a ação. Quando o chefe deles, que era o Tenente-Coronel Freitas, percebeu que iriam perder – ele estava lá em cima, eu o vi – com um papel enrolado tipo canudo na mão, esticou o braço acima da cabeça e girou-o num gesto previamente estabelecido, e todos se retiraram. Estavam retardando com muita eficiência a reunião de quase seiscentos.

Deram uma demonstração da forma como são capazes de agir. São especialistas em produzir fermento para aumentar o bolo, mas não são capazes de fazer o bolo. Foram embora e a reunião foi vitoriosa para nós.

Ao terminar o curso da ECEME, em 1963, fui para Campo Grande, Mato Grosso. A escolha do lugar recaiu nessa cidade por um motivo fundamental: lá existiam casas funcionais. Com cinco filhos, tinha que ter casa, se não iria ficar desesperado. Também era o caso de Belém, escolhida em primeiro lugar. Tinha vontade de servir na Amazônia, mas atendi ao pedido de minha sogra e mudei para Campo Grande. Ela pediu que não fosse para a Amazônia, porque era muito longe de São Paulo. Para Campo Grande poder-se-ia ir de trem.

Cheguei em Campo Grande no final de janeiro de 1964. A situação começou a fermentar com a sucessão dos episódios do Rio de Janeiro. Estagiava na 4ª Divisão de Cavalaria (4ª DC), hoje Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados, MS.

A Marinha estava mal, em março ocorreu a revolta dos marinheiros, no Rio. A Aeronáutica tinha um problema sério: uma infiltração grande no quadro de sargentos e alguma no quadro de oficiais. No Exército havia muito pouca infiltração.

O mal-estar aumentou quando o Governo fez um comício na Central do Brasil. Foi no dia 13 de março. Eu era radioamador e meu receptor tinha banda comercial, ouvi o comício e fiquei horrorizado. Morava ao lado do Coronel Câmara Sena – Dona Miriam, sua esposa, ainda estava no Rio – que tinha sido punido e classificado na Circunscrição do Serviço Militar (CSM) de Campo Grande e, depois, transferido para chefiar o Estado-Maior da 4ª DC. No dia seguinte, de manhã, saímos e ele disse:

– Guri! – eu tinha sido cadete dele – você viu aquilo lá?

– Vi, sim senhor.

– O que você achou?

– Estou contra esse Governo!

Manifestei-me desse modo, porque o Presidente rompera com a hierarquia e a disciplina. Não podia admitir o desrespeito à Instituição mediante o estímulo a uma artificial luta de classes, entre oficiais e sargentos. Esse foi o motivo que me levou a fazer parte da Revolução. Não tinha outros interesses. Dedicava-me somente a minha carreira e a minha família. Câmara Sena, também, disse que estava contra o Governo e que deveríamos, em primeiro lugar, participar ao general.

Moacyr Araújo Lopes, era o general. Homem digno, sério, duro. Um grande militar. Resolvemos falar com ele, pois era o nosso chefe. Chegamos ao Quartel-General (QG) antes das 7h. Despontava um sol bonito e a temperatura estava agradável. O general já estava na sala, ele que sempre chegava depois de nós. Nesse dia estava nervoso. Fizemos a continência do bom-dia e ele foi logo perguntando:

– Vocês viram aquela indignidade, ontem?

Sentimos um imenso alívio. Graças a Deus, teve a mesma reação nossa e disse:

– Eu não aceito mais isso, quero uma reunião de todos os comandantes de Unidade com o Estado-Maior às 9h.

Na reunião, e ao estilo dele, dispôs os oficiais por ordem hierárquica. Era uma mesa longa; de um lado ficaram os oficiais do Estado-Maior e do outro os comandantes e subcomandantes, dois de cada Unidade. O Coronel Fagundes Ourique comandava o Grupo de Artilharia e seu subcomandante era o Nicanor de Sá Oliveira, um baiano excelente que já morreu, muito meu amigo e, lá por último, vinha a Companhia de Comunicações, com um 1º-Tenente Comandante e, como Subcomandante, um Aspirante que tinha vindo comigo no mesmo avião, portanto com dois meses de oficial. O general expôs a situação e, no fim, quis saber a opinião de cada um. Apontou para o aspirante e disse:

– Primeiro você que é o mais moderno.

O menino assustou-se, levantou, tomou posição de sentido e disse:

– Eu sou contra isso!

E seguiu a seqüência de respostas: "Contra! Contra! Contra! Contra!" Ninguém na mesa concordava com os rumos dos acontecimentos. O General Moacyr demonstrou sua satisfação com o resultado da reunião e disse:

– A decisão está tomada: a DC está contra o Governo!

O General Moacyr enviou ofício ao General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, em São Paulo, informando-o da decisão e ainda, se necessário, em 48 horas a DC estaria na capital de São Paulo, para a manutenção da lei e da ordem. Enviou-se, também, um Pedido de Busca dizendo o seguinte:

"No comício do dia 13, da Central do Brasil, no Rio, junto do Presidente da República, no palanque, estavam comunistas e agitadores sobre os quais temos ordem desse comando para acompanhar-lhes as atividades.

Solicito informar se devemos continuar a acompanhar esses comunistas ou não, pois são amigos do Presidente."

De modo semelhante, foi enviado ofício ao General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, informando-o de nossa disposição de agir, preventivamente, para impedir qualquer movimento marxista. Esse ofício foi entregue em mão, por meio de um piloto amigo de um oficial da DC, pertencente a VASP (Viação Aérea São Paulo) ou Panair, não lembro direito qual a companhia.

O General Moacyr determinou que treinássemos o Plano de Segurança Interna. Na noite de 31 de março ele foi posto em execução e, em Campo Grande, ocupamos todos os pontos sensíveis previamente levantados.

Outro fato marcante no Rio de Janeiro foi a reunião de João Goulart com os sargentos, no Automóvel Clube do Brasil. Foi um vexame de indisciplina. Por muitos anos, guardei uma revista com uma reportagem sobre o episódio. Havia uma foto do Presidente com os sargentos, parecendo ser um time de futebol com goleiro deitado com a bola debaixo dos braços. Estavam sentados com o Presidente – como se fosse o treinador –, os uniformes em desalinho. O sargento deitado na frente do grupo – o "goleiro" – serviu comigo, mais tarde. Bom rapaz. Na foto, era um "menino novinho", um 3º-sargento inexperiente. Nunca soube que possuía essa fotografia.

O Exército vinha dividido, historicamente, desde novembro de 1955, entre "gregórios", a favor da posse de Juscelino, e "golpistas", contra a posse. Esses fatos causaram um impacto grande na Instituição e uniu-a. Ninguém aceitava a indisciplina; acabaram os "gregórios" e os "golpistas".

Em Campo Grande, existiam dois ou três oficiais defensores de Jango, embora nenhum fosse comunista, na minha opinião, mas poderia tornar-se um problema, e três sargentos e um subtenente que tinham participado daquela baderna

dos pára-quedistas no Rio, ligada à revolta em Brasília. A punição pela indisciplina foi a transferência para a 4ª DC. No dia 31, esses que eram de esquerda foram presos. Eles não foram cassados, porque nada fizeram; estavam presos e impossibilitados de agir.

Na tarde do dia 31, às 13h, ocorreu a reunião na DC. A decisão foi de apoio ao Movimento iniciado em Minas Gerais. Às 18h, ordens e mensagens estavam prontas para serem enviadas para todas as Unidades. O General Moacyr determinou a mim que informasse aos sargentos a decisão tomada. Na reunião que fiz com eles disse:

– Em face de tudo isso que vocês estão sabendo e acompanhando, estamos contra o Governo. A ordem do general é vocês armarem-se e equiparem-se.

Ordenei que se armassem primeiro que os oficiais, porque sabia da correção de atitudes dos sargentos e da interação muito grande existente entre eles e os oficiais. O mais antigo subtenente, evangélico, veio me dizer:

– Puxa! O senhor foi muito correto!

Esses foram os fatos que antecederam a Revolução, para nós, em Mato Grosso.

É bom recordar que, ao chegar em Campo Grande, com cinco filhos, descobri que não ganhava para morar em hotel; não ganhava para poder proporcionar três refeições diárias para a minha família. O Governo estava fazendo algo parecido com o atual momento, reduzindo o salário dos militares, para massacrá-los. Minha formação não aceitava trabalhar fora do Exército, e assumi o ônus de deixar minha família sem o reforço financeiro que poderia obter. Preferia dedicar-me às atividades de planejamento da 4ª DC.

A Divisão mantinha ligação permanente com o Comando do II Exército. O General Kruel, que havia recebido o ofício, ainda não dera resposta. Havia um pouco de dúvida entre nós. A atitude já havia sido tomada, mas como agir? Na minha opinião, um dos maiores líderes da Revolução, em São Paulo, foi o então Tenente-Coronel Rubens Resstel, sem demérito para a hierarquia de ninguém. O Resstel me contou que na noite de 31 de março, juntamente com o Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, então comandante do 4ª RI, depois foi ministro do Superior Tribunal Militar (STM), e outros oficiais foram falar com o Kruel, pedir-lhe uma definição.

As providências necessárias para o deslocamento da tropa para São Paulo já estavam tomadas. Recebida a ordem, ela seria cumprida de imediato. O presidente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Pedro Pedrossian, que depois foi governador, nos atendeu.

Informes chegaram, dando conta de uma possível concentração, preparada por Leonel Brizola ou seus seguidores, na região de Rio Brilhante, direção do Rio Iguatemi, para iniciar uma reação contra a Revolução. Deslocou-se um grupamento,

comandado pelo Major de Artilharia, meu amigo, Monção Soares, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), homem experimentado e tranqüilo. O grupamento era constituído de tropas de Cavalaria, Artilharia, Comunicações, Material Bélico, enfim, o que nos fora possível organizar. Monção foi para a fazenda indicada, chegou de madrugada e, de manhã, entrou. Encontrou sinais de treinamento de tiro, mas não havia mais ninguém.

Preparamos outro grupamento destinado a apoiar, se necessário, o Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos, designado para comandar o Batalhão sediado em Cuiabá. Câmara Sena recebia mensagens em código do Meira Mattos, informando a situação de seu deslocamento para Brasília. O Estado-Maior da 4ª DC acompanhou, desse modo, todo o movimento da tropa do Meira Mattos. Ele adotou processo engenhoso. Com apoio de um avião comercial tipo DC-3, cedido por civis favoráveis à Revolução, lançava seus pelotões em cidades alternadas ao longo do itinerário. Cada fração de tropa desembarcada prosseguia por terra até a próxima comunidade urbana onde havia pista de pouso. O avião voltava, para apanhar os que estavam por último, e transportava a tropa para outra parada. Desse modo, por lanços aeroterrestres ele chegou rapidamente a Brasília.

Enquanto a tropa comandada pelo Meira deslocava-se na direção de Brasília, a da 4ª DC permanecia pronta para atuar. Podia ser sobre Brasília ou sobre São Paulo. Sugeri ao General Moacyr:

– General, o senhor não vai empregar a tropa? Vamos registrar nossa presença.

– Não vamos gastar dinheiro à toa. Só se houver requisição. O transporte ferroviário é caro – respondeu o General Moacyr.

Fazer guerra com restrições orçamentárias não é fácil. Ele, acertadamente, não ordenou o deslocamento da tropa.

O Coronel Câmara Sena ligava-se com o Coronel Jayme Portella de Mello, no Rio de Janeiro. Não sabia, até que o Câmara Sena disse:

– Oliva, liga você para o Portella e diga a frase tal.

Era a frase de identificação; fiz uma ou duas ligações.

Há um detalhe familiar, para mim importante. Para ser bom em sua atividade o militar ou cidadão comum precisa de uma retaguarda em casa. Eu tinha minha mulher e cinco filhos. Disse, então, para minha esposa:

– Yara, o dinheiro que tenho é este aqui. Guarde-o. Se eu tiver que partir; creio que teremos uns três meses de luta armada.

Daria para comprar o mínimo necessário para alimentar as crianças. No quintal da casa que recebera tinha várias árvores frutíferas: manga, laranja, limão, goiaba e caju. Os meninos estariam garantidos com a minha esposa.

Na ocasião, ligaram para minha casa, duas ou três vezes, fazendo ameaças de morte. Certo dia ela respondeu:

– Vamos fazer uma coisa? Parem de ligar para mim, está bem? Porque se vocês forem matá-lo, matem pelas costas, porque de frente vocês não são homens para enfrentá-lo!

Nunca mais ligaram; ela liquidou a "guerra psicológica" que queriam fazer e foi importante, porque a mulher do militar sofre tudo isso com a gente. Às vezes, são mais fortes que nós, em certas coisas, têm uma capacidade, uma resignação e uma força moral muito forte como a minha teve e tem.

Na noite de 31 de março, os civis da Ação Democrática de Mato Grosso liderados pelo Mário Fragelli, médico, Agostinho Bacha, comerciante, Daniel Reis, mascate decidiram agir por conta própria. Prenderam todos os comunistas da área que poderiam criar problemas e os mantiveram em uma fazenda. Depois, quando tudo acabou, foram soltos. Não tivemos trabalho de prender ninguém.

A Revolução em Mato Grosso foi relativamente fácil. Nas guarnições não houve problemas. Em Porto Murtinho existia uma Companhia subordinada ao Comando da 9ª Região Militar (9ª RM), onde servia um dos líderes pára-quedistas. O Comandante da Companhia, menino inexperiente, colocou o sargento para dirigir a segurança da área. O General ordenou a remoção dos dois para Campo Grande. O tenente pela sua ingenuidade e o sargento pelo seu histórico. Foi uma medida preventiva. A revolução é como uma máquina, sempre fiz essa comparação, passa por cima de quem fica na frente. Ela não vê se é justo ou injusto. É assim mesmo que ocorre.

O término desse momento revolucionário foi marcado com uma cerimônia religiosa, ecumênica, no QG. O General Moacyr, acertadamente, preocupava-se com a orientação espiritual do soldado. Foi ele quem me emprestou o livro de Tão.

Logo no primeiro mês após a Revolução, uma farmácia, lá no centro da cidade, aumentou os preços dos remédios, em uns 100%. Um sargento chegou para mim e disse:

– Compro esse remédio há muito tempo e ele custa duas vezes mais do que custava; assim não posso pagar.

– Você não vai pagar.

Falei com o General, mandei um pelotão fechar a farmácia e colocar na porta da mesma uma faixa que dizia assim: "Fechada porque aumentou o preço dos produtos sem motivo. Assinado: Comando da Revolução."

Noutra oportunidade, o dono do bar da esquina – todo lugar tem um bar onde se toma o cafezinho, onde se reúnem os amigos –, aumentou o cafezinho, dobrou de 50 para 100, não sei, aumentou. "Fecha e coloca a placa." Mas só fechá-

vamos por 24, 48 horas, porque havia uma lei em vigor, pela qual se teria de justificar a ação perante a Justiça. Nós dávamos o susto e depois saíamos. Com isso, parou a onda de aumentos abusivos.

O ato era arbitrário, evidentemente, não vou nem discutir esse aspecto. Mas revolução é isso, é mais ou menos ilegal, então usamos a força em benefício da coletividade, não em proveito próprio.

O General Costa e Silva, dentre os revolucionários, era o mais antigo na Guarnição do Rio. Nomeou-se "Comandante do Exército Brasileiro", função que não existia. O cargo vago era de Ministro da Guerra, mas não havia Presidente. Ia ser ministro de quem?

Nesse contexto, Costa e Silva tomou atitudes políticas e militares. Colocou em vigor um Ato Institucional sem número, pois a idéia era um único ato, redigido com a colaboração de Francisco Campos; nomeou Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões, homem digno e qualificado intelectualmente, um grande economista. Castello Branco, depois de ser eleito Presidente da República pelo Congresso, manteve Bulhões no ministério.

Soube, mas não assisti, da divergência entre os generais Orlando Geisel e Costa e Silva, no início da Revolução. Costa e Silva, com firmeza e serenidade, substituíra comandos, para controlar as áreas mais críticas. Entre elas, sem dúvida, estava a Vila Militar do Rio. Recém-assumira seu comando o General Orlando Geisel. Para o Grupo de Artilharia Costa e Silva nomeou o Tenente-Coronel Joaquim Antonio da Fontoura Rodrigues, o "Pipoca", depois seria promovido a general. Homem firme, bravo e digno. O Fontoura era um companheiro que todos respeitavam, sobrinho do General Apolônio Fontoura Rodrigues, de Cavalaria, da minha turma. No quartel, Fontoura encontrou outro coronel no comando, indicado pelo General Geisel. Diante desse fato, retornou ao gabinete. Costa e Silva, de imediato, decidiu: "Não, eu já nomeei e está nomeado. Afasta-se o indicado pelo General Geisel." Surgiu, deste modo, um mal-estar. Às vezes, um mal-entendido gera confusão. Essa história foi-me contada pelo General Portella, que redigira a Portaria.

Em meados de 1964 fui convidado para instrutor da ECEME. Aceitei o convite, mas meu nome não constou da relação dos oficiais classificados. Concluí, com tristeza, que não fora nomeado. No início de 1965 o Coronel Jayme Portella de Mello convidou-me para servir no Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, em Brasília, na função de Assessor de Imprensa. Ocupei uma vaga aberta com o afastamento de vários companheiros, não só do Gabinete, mas, também, do Serviço Nacional de Informações (SNI), em função do problema surgido com a deposição do Governador Mauro Borges, de Goiás. Nunca soube quem me indicou.

A questão do Governador de Goiás causou mal-estar; Costa e Silva e Castello Branco ficaram irritados, mas não puderam reverter a situação. Afinal, a Revolução fora a responsável pelo ato. Um grupo de bons oficiais, a maioria do SNI, que estava sendo estruturado pelo General Golbery do Couto e Silva, começou a atuar. Foram a Goiás e pressionaram para depor o Governador, aliás um companheiro da Reserva, o que acabou acontecendo. Foi no final de 1964. Naturalmente, num momento de crise, não há limites; não se tem uma norma, um manual ou um regulamento, mas a iniciativa. Precisa-se contar com Deus e, quem sabe, com a sorte para não errar.

A atitude desses companheiros, a meu ver sem má-fé, porém impensada, não era do conhecimento daqueles dois chefes. Não quiseram desrespeitá-los, mas tal comportamento, indo de encontro a hierarquia e a disciplina que se buscava restabelecer, não podia ser aceito e foram transferidos.

Em ocasião anterior, Mauro Borges recebeu em audiência um tal de Tarzan de Castro, esse sim, um comunista atuante. Quando chefiava a 2ª Seção da 4ª DC, recebi o informe de que ele estava na minha área de segurança interna. Liguei para o Capitão Benedicto Dalton Ferraz Prates, um senhor oficial de Cavalaria que comandava o Esquadrão Motorizado, em Três Lagoas. Prontamente localizou, prendeu e fichou todos aqueles que estavam com Tarzan de Castro.

Esse moço, goiano, tinha vindo de São Paulo e contou que Mauro Borges pretendia iniciar um movimento contra Castello. Contaria com o apoio de Adhemar de Barros, um revolucionário, homem importantíssimo na Revolução, mas que tinha mudado de posição, segundo o que constava. Com a prisão de Tarzan de Castro logrou-se qualquer tentativa nesse sentido. Mauro Borges não era comunista. Pertencia ao Partido Social Democrático (PSD) e era muito ligado a Juscelino. Tentou reagir à cassação dele e, talvez, por isso acabou tendo o mesmo fim. Nessa história entrou o Coronel Danilo Mello que comandava o Batalhão de Goiânia.

Basicamente, creio, assim nasceu o grupo da "linha dura": homens honestos, sérios, mas sempre mais radicais em suas posições, ao longo dos tempos; muitos eram e são meus amigos e eu divergindo deles, pois amigo é uma coisa e posição política é outra.

No Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, como Assessor de Imprensa, perguntei ao então Coronel Portella:

– De que verba disponho?

– Que verba? Você tem que fazer o seu trabalho, mas não tem dinheiro!

Não havia um tostão. Hoje, a publicidade do Governo Federal dispõe de milhões de reais. Nem cadeira para sentar existia. Disseram-me: "Lá embaixo existe um depósito..." Fui procurá-lo, para conseguir o mobiliário necessário a minha

seção. Nessa ocasião aprendi como tinha sido a inauguração de Brasília. Abri o cadeado da porta de madeira rústica e vi várias mesas novas e bonitas. Olhava de longe, da porta, o depósito pouco claro; não havia energia elétrica. Abri as persianas das janelas. Vergonha e indignação tomaram conta de mim. Os móveis eram leves, balançavam ao menor contato, feitos de plástico sem a madeira. Roubalheira é o nome disso; licitação fraudada no Governo Juscelino ou de Jango.

Consegui uma mesa antiga e cadeiras, para poder receber os jornalistas. A sala era dividida com o Tenente-Coronel José Tancredo Ramos Jubé, Chefe da Assessoria de Relações Públicas do Gabinete e assessor parlamentar, por sinal, um grande militar. Depois, na fase da sucessão do Castello, passamos a trabalhar juntos. Até as 16h fazíamos a parte de relações públicas e de imprensa e das 16h às 21h íamos ao Congresso.

Aberta a sucessão, o nome do Ministro Costa e Silva naturalmente surgiu. Eu e Jubé identificamos uma campanha difamatória contra ele, uma série de anedotas deste nível: "Ele usa óculos escuros, porque ao ver o verde da grama, vai querer pastar."

Decidimos levantar a origem dessas piadas infames e maldosas. A melhor maneira de destruir alguém é fazê-lo via anedota. Ridicularizar através de um humorismo inteligente, porém difamante, é pior que uma bomba nuclear, destrói qualquer coisa. Aquilo me preocupou pois era publicado na Imprensa, minha área. As investigações descobriram que as anedotas eram lançadas nos corredores do Congresso, trazidas por um oficial – não vou dizer se da Marinha ou da Aeronáutica – da assessoria parlamentar. Ele foi seguido e descobrimos que freqüentava o Gabinete do Carlos Lacerda, na Galeria Avenida, no Rio de Janeiro, de onde as anedotas saíam. Lacerda estava preocupado com o crescimento da candidatura de Costa e Silva. Estou contando um fato; quem disser que não posso provar, é verdade, não posso, mas estou contando porque participei do episódio.

Devo dizer que levava as anedotas ao conhecimento do Costa e Silva, que as achava engraçadas e, até, ria. Após o despacho, sempre trazia as últimas anedotas. Era um homem duro, mas de espírito alegre. Gostava de ambientes descontraídos. Contava-lhe a verdade para que soubesse o que se estava fazendo contra ele.

Descoberta a origem ficou mais fácil o combate. Quando diziam que era imbecil, que se tratava de um boçal, que Costa e Silva não servia nem para sargento, imprimíamos uma fotografia dele e no verso colocávamos um currículo resumido. No final, esclarecíamos que Costa e Silva fora o primeiro colocado da Infantaria na Escola Militar de Realengo, mesma turma de Castello.

Entre os dois, dizia-se que Castello era o mais brilhante. A meu ver, Castello era mais culto, continuou a estudar outros assuntos, um homem de grande capa-

cidade para os estudos. Havia uma grande diferença entre eles. Um era gaúcho, alegre e extrovertido, nas horas de lazer; o outro nordestino, fechado e ranheta.

Eu admirava Castello, homem de espírito vivo, agudo, quase sarcástico. Ambos foram grandes homens e importantes como presidentes; cada um teve o seu momento. Até poderia dizer o seguinte: melhor teria sido primeiro Costa e Silva e depois o Castello. Castello Branco não era um revolucionário, mas grande chefe militar, e o Costa e Silva era o típico gaúcho da fronteira, apto a decidir rapidamente.

No Congresso, Jubé e eu provamos que ele era inteligente. Começamos a trazer parlamentares para conversar com Costa e Silva, com sua aprovação prévia. Jubé organizou um excelente fichário sobre os parlamentares, de modo que antes do deputado ou senador vir falar com Costa e Silva – a visita era agendada com antecedência e o parlamentar escolhido "a dedo" – ele recebia a ficha. O Ministro "derrubava" o visitante com o conhecimento sobre a atuação dele no Congresso.

Certa vez, levei Mário Covas. Infelizmente, agora ele está passando mal. Quando conheci o Mário, ele era o "Zuza". Nascemos na Rua Mariz e Barros, em Santos. Sou cinco anos mais velho do que ele; Covas e meu irmão, Waldir, que foi reitor da Universidade de São Paulo (USP) e hoje está em Portugal, na Universidade de Lisboa, estudavam, juntos com outros colegas, em nossa casa. Tivemos pouco contato, pois fui embora com 15 anos. No dia em que ele nasceu, minha mãe vinha me puxando pela mão, tinha ido buscar-me na escolinha; parou na casa do "Zuza", viu a avó materna dele e perguntou:

– Como está a Alzira? Está passando bem?

– Sim, está ótima – disse. – A parteira veio, nasceu um menino, é o Marinho.

Costa e Silva gostava dele. Quando comandou a 2ª Divisão de Exército (2ª DE), na capital paulista, tornou-se amigo do pai de Mário. Costa e Silva sempre gostou do carteado. Participavam de um grupo que se reunia em Santos, para conversar e jogar, cada dia na casa de um deles. Costa e Silva conheceu o Mário ainda menino, nessas reuniões.

Quando Covas elegeu-se, pela oposição, não tive dúvidas em levá-lo para conversar com Costa e Silva. Nós não participávamos das conversas e, assim, nunca soube o que se falava. "Zuza" saiu satisfeito. Fora muito bem recebido. Eu disse: "'Zuza', se abandonar certas idéias suas, penso que vai ser Ministro de Estado. Acredito que você vai ser Ministro da Educação do Costa e Silva; ele é candidato e você sabe disso."

Ele deu risada e tal. Podia falar isso com ele, não por ser um político, mas pelo fato de ter sido colega e amigo do meu irmão. Toda vez que ele me encontra pergunta pelo Waldir.

A Revolução foi caminhando. A habilidade do político brasileiro é uma coisa extraordinária, transforma água em veneno ou veneno em sapato e você nem vê, são

políticos muito hábeis, muito qualificados, para o bem e para o mal. O brasileiro é muito criativo, muito engenhoso, muito esperto para fazer as coisas e os políticos são brasileiros como nós.

Os políticos, de maneira paulatina, começaram a colocar as "mangas de fora". Eu e Jubé acompanhávamos as atividades políticas, no exercício de nossas funções, e tornou-se claro o envolvimento que faziam do Governo. Com manipulações, o colocavam cada vez mais "legal" e menos "revolucionário".

Castello pretendeu fazer um Governo sem "ondas". Queria consertar o Brasil e, rapidamente, transferir o Poder para um sucessor civil. Sua simpatia e a da maioria, eu me incluo, recaía em Carlos Lacerda. Reconheciam-no o melhor líder civil. Um grupo defendia o nome de Magalhães Pinto.

Constrangido, porque não era da sua vontade, Castello assinou o Ato Institucional Nº 2 (AI-2). Nesse dia, todos os integrantes do Gabinete do Ministro foram para o Palácio do Planalto assistir à sanção presidencial. Eu estava presente na sala. O objetivo era mostrar o nosso apoio. Queríamos que ele, no AI-2, dissesse: "(...)que tendo em vista dificuldades administrativas, o mandato Presidencial se iniciaria naquele momento(...)". Castello não aceitou e, a meu ver, cometeu um erro que gerou conseqüências históricas. Entendíamos que um mandato de cinco anos, além daquele um ano e meio que já se passara, ele poderia arrumar a economia, promover o desenvolvimento social e, particularmente, montar uma estrutura política. Era isso que queríamos que ele fizesse. Era isso que Costa e Silva queria e é importante saber, que Costa e Silva queria isso, mas Castello decidiu não prorrogar seu mandato.

Eles eram amigos, existia intimidade para brincar e discutir. Não presenciei Costa e Silva insistindo para que Castello prorrogasse a duração do seu mandato, só soube depois. Então, Castello impôs que escrevessem no AI-2 que não haveria prorrogação de mandato.

O AI-2 extinguiu os partidos, criando o bipartidarismo, e adotou uma série de outras medidas, mas o mais importante não foi feito, fruto do firme desejo de Castello, a reeleição do Presidente. Automaticamente, abriu a sucessão. Talvez, não tenha pensado nessa conseqüência.

Nesse momento, quando ele abriu a sucessão, Lacerda surgiu como candidato, mas Costa e Silva, também, passou a ser um nome poderoso, preferido dos militares e alguns políticos. Lacerda erradamente, a meu ver, resolveu fazer uma reunião em Portugal para criar a Frente Ampla, com Jango e Juscelino. Nesse instante, perdeu a confiança nele depositada. Disse a dois amigos dele, eram deputados, um foi o Padre Godinho, que está em São Paulo, homem sério, um bom deputado e outro, já falecido, Jorge Curi, deputado pelo Paraná:

– O Lacerda está louco, isso não é artigo que se escreva, é besteira o que ele está escrevendo sobre as Forças Armadas.

– Você não quer corrigir? – respondeu um deles.

– Não! Eu sou assessor é do Costa e Silva, não do Lacerda. Ele está se jogando contra nós. Tem mais, ele acabou de perder o apoio da área militar, com isso que está escrevendo. Diga isso a ele.

Lacerda era o nosso candidato, mas passou a atacar a Revolução, distanciando-se do apoio militar. Começou a errar e a "engrossar", justamente, quando Castello decidiu transformar a eleição em indiretas. Milton Campos, Ministro da Justiça, homem da mais alta dignidade, foi convocado para enviar mensagem ao Congresso, a respeito do assunto. Castello chamou Magalhães Pinto e Lacerda, dois líderes civis da Revolução, à Brasília, para contar-lhes. Nenhum dos dois recebera as acusações, justa ou injustamente lançadas sobre Adhemar de Barros, que foi essencial para a Revolução. Lacerda saiu do Palácio, chegou ao Rio e, na televisão, desafiou Castello a manter a eleição direta, já sabendo que seria indireta.

Tal atitude de Lacerda deixou Castello muito aborrecido. No instante em que Lacerda antagonizou-se com Castello, ficaram dois candidatos militares, Oswaldo Cordeiro de Faria e Costa e Silva.

Eu fizera um estudo dos candidatos possíveis. Na minha opinião, não sendo o Lacerda, Castello preferiria o Bilac Pinto. Nomeou-o embaixador em Paris, para evitar desgastes. Teria sido um grande Presidente, mas não teve condição por causa das evoluções internas. Outro que ele gostaria era o Pedro Aleixo, um homem da maior dignidade. Os dois, Bilac Pinto e Pedro Aleixo, eram homens sem nada para criticar, inteligentes, cultos, capazes, firmes, democratas e do nosso lado.

Contudo, as circunstâncias fizeram aumentar a chance de Costa e Silva. O grupo do Castello ficou algo desarvorado e surgiu uma campanha contra Costa e Silva. O Coronel Jubé e eu, diariamente, conquistávamos novos apoios de parlamentares, graças a um trabalho de convencimento individual. Quando nós dois concordávamos que determinado parlamentar nos apoiaria, marcávamos numa relação que mantínhamos. Infelizmente, joguei fora essa minha relação.

Nós dois prestávamos conta do que acontecia no Congresso diretamente ao Ministro, quando estava em Brasília, e ao General Portella, nas oportunidades em que ele ficava no Rio. Era comum Costa e Silva permanecer um mês no Rio e 15 dias em Brasília; depois passou para 15 dias em cada cidade.

Assim, de forma progressiva, a candidatura de Costa e Silva consolidou-se. Conseguimos convencer a maioria absoluta do Congresso, mais de 80%, para o

caso de uma eleição indireta. Tudo isso, sem receber um tostão, nunca tivemos dinheiro para oferecer almoço, nem jantar, para ninguém.

Surgiu um início de antagonismo entre Castello Branco e Costa e Silva. Meira Mattos e Costa Cavalcanti foram a Brasília falar com Castello. Os dois não tinham compromisso com ninguém; eram amigos do Castello e nossos amigos, mais "castellistas" que "costistas", digamos assim. Disseram ao Presidente que deveria apoiar Costa e Silva. Foi a presença desses dois grandes brasileiros que influenciou profundamente a decisão de Castello em apoiar Costa e Silva. Faltando, aproximadamente, cinqüenta dias para a eleição, ele decidiu cerrar com Costa e Silva.

O grupo do Palácio queria Cordeiro de Faria, mas este não tinha condições. Era muito bom, não tenho nada em relação a figura dele, merecia todo respeito, mas não tinha força política no Exército. Costa e Silva tinha, mas faltava-lhe o suporte das outras forças militares. Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, era amigo pessoal do Castello e o Ministro da Marinha, também, era fiel ao Presidente. Quando Castello apoiou Costa e Silva, eles seguiram Castello. No Congresso e na área militar, o trabalho estava pronto para a homologação pelo Partido.

E por que tínhamos tanto apoio no Congresso?

Porque a política de Roberto Campos era recessiva, como a desses que estão, hoje, no Governo. Política recessiva nunca é boa para o paladar político. Os políticos sentiam-se mal com algumas medidas, algumas certas e outras erradas, como hoje. Uma coisa é você entender a economia do Brasil e a outra é a ensinada em Harvard. Em Harvard, aprende-se economia pela experiência e princípios americanos e não de nossa realidade.

Muitos parlamentares apoiaram Costa e Silva, para livrarem-se das medidas restritivas de Roberto Campos, do Planejamento, cujo apelido no Congresso era *Bob Fields,* justo o Roberto Campos, um homem brilhante. Eles sentiram que Costa e Silva tinha uma posição diferente de Roberto Campos.

O General Cordeiro de Faria lançou-se ou foi lançado candidato na prévia interna do Partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Conseguimos caminhar bem e, para não ficar mal, pedimos para votarem primeiro no Costa e Silva e em segundo no General Cordeiro. Não interessava o seu massacre. Tínhamos por ele grande respeito.

Houve a posse de Costa e Silva na Presidência da República. Não pude comparecer às solenidades, porque, no dia seguinte, haveria uma entrevista coletiva com a imprensa nacional e estrangeira. O trabalho de preparação das respostas deveria contar com quatro oficiais; três não foram, não vou citar os nomes, em virtude da

solenidade no Palácio e recepção no Hotel Nacional. Fiquei escrevendo as respostas para umas cinqüenta perguntas, mais ou menos, com a ajuda de dois oficiais do Gabinete do Ministro: um major lia o escrito a mão, corrigia e trazia-me para a revisão final e um tenente, da 2ª Seção, de confiança, datilografava.

Começando à tarde, o trabalho estendeu-se pela noite inteira, até as 5h da manhã. Nesse tempo não existia computador, nem copiadora, tudo foi rodado no "cachacinha", que era o mimeógrafo a álcool. Terminado o trabalho fui para casa, tomei banho e, na suíte presidencial do Hotel Nacional de Brasília, Costa e Silva recebeu o trabalho. Estavam presentes o General Portella, Chefe do Gabinete Militar; Rondon Pacheco, Chefe do Gabinete Civil; Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República; o Ministro Mário David Andreazza, além do Coronel Jubé e eu. Dona Yolanda, esposa do Presidente, também estava presente.

Fomos lendo, pergunta por pergunta, e sendo introduzidos os ajustes necessários – muda aqui ou muda ali. Pelo continuado contato, estava plenamente entrosado com as idéias do Presidente; ninguém estava inventando nada. Duas perguntas foram vetadas. Guardo, até hoje, os rascunhos da parte que foi impressa e daquele feito à mão, como testemunho de um tempo vivido.

Costa e Silva tomou posse em 15 de março de 1967. Dias antes, o General Portella me disse que eu deveria integrar a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), no futuro, quando fosse transferida para Brasília. Continuaria, nesse interregno, no Gabinete do Ministro do Exército. Nunca pedi ou me prometeram algo, logo não estavam me devendo nada. Fiz o que eu achava que devia, o que considerava minha obrigação. No dia 22 de março, o Coronel Jubé telefonou-me, dizendo que por ordem do General Portella deveria me apresentar no Gabinete Militar da Presidência da República, no Palácio do Planalto. O Jubé me disse que havia muito o que fazer e precisavam de minha ajuda.

Na mesma tarde fui para o Palácio, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, em Brasília, sem mesmo conhecer meu chefe, meus colegas e a sede, no Rio de Janeiro. O General Portella tinha uma função cumulativa, era o Secretário-Geral do CSN e Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Minha missão seria sintetizar todos os processos que viessem da SG/CSN do Rio e outros que interessassem à Segurança Nacional. O General Portella assim se expressou, bem ao seu estilo, ao definir minha atribuição: "Oliva, você pega essa papelada toda que veio do Rio e faz um estudo sucinto, de cada assunto, senão não dou conta de tudo isso." Chamava-se estudo sucinto quando a preparação da documentação para despacho presidencial era com poucas páginas; o outro modelo de estudo – especial – era elaborado com muitas páginas.

Crescentemente, a SG/CSN passou a ter atuação em algumas áreas consideradas estratégicas e mais críticas. Apontarei, a seguir, do Governo Costa e Silva, políticas, planos, projetos e ações de que tomei conhecimento direto ou conheci por fontes idôneas.

Uma vez o General Portella me chamou para dizer: "Você vai receber do Jubé uma documentação muito séria, vinda do Itamarati. Leia e apresente um parecer." Tratava-se da visita programada do Ministro Magalhães Pinto, para assinar o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares da América Latina, também conhecido por Tratado do México. Conhecia o assunto, tema de responsabilidade.

Só a relação dos documentos recebidos ocupava duas páginas. Solicitei e obtive prazo suficiente para um estudo cuidadoso. O Presidente aprovou-o – ainda tenho a cópia do estudo. Não cogitávamos usar energia nuclear para fins militares, mas defendíamos o direito de uso para fins pacíficos. Esse direito estaria claro no Artigo 18. Os Estados Unidos, com apoio do México, impunha sua posição sobre o uso da energia nuclear. A questão básica era saber se engenho nuclear seria considerado o mesmo que arma nuclear ou um artefato destinado a pesquisa nuclear pacífica e sem condições para ser empregado militarmente.

O Presidente Costa e Silva assinou o Tratado, dando a sua inteligência do Artigo 18. Deixamos bem esclarecido que entendíamos o compromisso como limitativo apenas do uso de arma atômica. Não aceitávamos armas nucleares na América Latina.

A posição defendida no Tratado do México serviu para a elaboração da Política Nacional de Energia Nuclear (PNEN), para fins pacíficos, analisada e discutida em 1967 e posta em vigor nesse mesmo ano. O estudo básico elaborado classificava o Brasil como um País potencialmente nuclear, porque nossa Nação tinha o minério, faltava a tecnologia.

Não foi fácil chegar-se ao anteprojeto da PNEN. Recebeu entre cinqüenta e sessenta emendas dos membros do CSN. Passou pelos ministérios para estudos e sugestões. Aproveitei muito o conhecimento especializado do meio universitário. Primeiro fiz um memento – oficial de Estado-Maior tem mania de memento, para depois fazer o conteúdo – e a seguir estabeleci a concepção, os objetivos, as atribuições e responsabilidades e as prescrições diversas. Uma revista francesa sobre energia nuclear tinha um índice muito semelhante ao procurado. O francês é tão cartesiano que o índice serviu para montar o memento.

Dentre os objetivos fixados na PNEN constou a pesquisa tecnológica do tório, além, é claro, do urânio. Nessa época, 1967, dizia-se que o tório seria um parceiro do urânio e não havia sido descoberto indícios de ocorrências importantes de urânio em nosso território, ao contrário do tório cujas reservas eram bem maiores.

A essa altura, fui designado para assessorar o Embaixador Araújo Castro, nas negociações visando criar um texto para o que viria a chamar-se de Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP). Antes, recordo sobre um pedido que chegou na Chefia de Assuntos Políticos, mais especificamente na Subchefia de Segurança (Interna e Externa) e Política Nuclear, onde trabalhava. O pedido, encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, era de Darcy Ribeiro, que residia na Tchecoslováquia, refugiado político, e estava com câncer no pulmão. Desejava morrer no Brasil. Reconhecemos ser mais que legítimo o que ele desejava. Houve uma condição: de que não participasse de atividades políticas. Ele voltou e realmente só foi atuar muito depois; não descumpriu aquilo com que se comprometeu. Era um homem culto e sério. Podia divergir dele, politicamente, mas no final da sua vida defendeu posições sobre antropologia e sobre o Brasil com as quais concordo.

Quanto ao TNP, viajei para Genebra, Suíça, em janeiro de 1968, local sede do Grupo dos 18 países encarregados de propor à Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) o anteprojeto do mesmo. Como disse, assessorei o Embaixador Araújo Castro neste mister, extraordinário diplomata, homem de elevada cultura e patriotismo. Para mim, de todos os diplomatas que conheci, sem demérito aos outros, ele foi o melhor. Ficamos amigos, até ele morrer, cedo ainda, quando chefiava nossa representação diplomática em Washington. Foi uma pena.

Fizemos um trabalho muito bom. No fim da reunião quase todos os países – o Grupo cresceu de 18 para 30 países – apoiavam a posição brasileira, contrária à Rússia e Estados Unidos, que estavam aliados. O assessor militar da delegação americana, no passado fora Ajudante-de-Ordens do Presidente Eisenhower, ficou meu amigo. Ao final dos trabalhos ele me disse que o Brasil mudara de posição, em relação ao TNP, de *No, but* para *Yes, but*.

Estava certo, porque o texto imposto atendia aos interesses de russos e americanos. Tinham o apoio canadense e inglês; a França ficou neutra. Na verdade, era um jogo de cena para validar o acordo feito antes pelas duas superpotências, cabendo, pois, aos demais países, papel de meros figurantes ou, no máximo, retardar a aprovação. O assessor precedente da delegação brasileira em Genebra foi o Coronel Luiz Alencar Araripe. Li todos os seus relatórios.

Exemplo de que não aceitariam proposta alguma, o Presidente Costa e Silva redigiu, pessoalmente, uma das emendas ao TNP apresentadas ao Grupo dos 18, na reunião em Genebra. A idéia, nobre, era aproveitar o urânio resultante do desmantelamento dos estoques de armas nucleares pelos chamados países atômicos, de acordo com o espírito do próprio TNP, o qual deveria ser vendido no mercado

internacional e o dinheiro obtido usado para recuperar a economia dos países atrasados. Lógico, não foi aceita.

Sobre a energia nuclear no Brasil, gostaria de trazer algumas informações lastreadas na minha participação em diferentes eventos dessa área. Creio que importantes decisões foram tomadas para a evolução desse setor nos governos de Costa e Silva e Emílio Médici.

Primeiro, decidiu-se fazer pesquisa mineral. Hoje, o Brasil tem expressiva reserva de urânio detectada, particularmente no Nordeste. Naquele tempo, o conhecimento da presença de urânio restringia-se a Poços de Caldas-MG. Depois, foi a definição sobre o tipo de reator da primeira usina nuclear a ser construída no Brasil.

Acompanhei o Ministro Costa Cavalcanti, das Minas e Energia, representando a SG/CSN, na viagem de estudos aos Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha e Inglaterra. Vimos que o melhor reator, mais confiável, para fins pacíficos, era o de água leve pressurizada (PWR) e urânio enriquecido. Escolhemos, então, esse tipo.

Devo registrar que, o estudo inicial sobre as diretrizes da política nuclear dividia-se em duas partes: para fins pacíficos e para fins militares. Ao lê-lo, o Presidente Costa e Silva ordenou o descarte da parte sobre a energia nuclear para fins militares. Disse: "Só quero política nuclear para fins pacíficos!"

Sob a inspiração dos fundamentos da PNEN, de 1967, foram feitas as primeiras análises sobre o avanço de diversos países no campo da energia nuclear. Dentre os diversos contatos internacionais, os empreendidos com a Alemanha frutificaram, vindo a concretizar-se com o Acordo Geral de Cooperação Tecnológica, assinado com aquele país, em junho de 1969, no Governo Médici. Costa e Silva havia morrido. Estava lançada a base da cooperação científico-tecnológica que iria permitir a assinatura do Acordo Nuclear, mais à frente.

A discussão sobre o tipo do reator a ser utilizado na central nuclear brasileira não foi nada fácil. Havia divergências entre os cientistas do Rio, São Paulo e Minas. São Paulo e Rio, rivais no futebol e em outras áreas, defendiam suas opiniões algo divergentes. Os mineiros queriam um reator a água pesada e urânio natural. A política nuclear aprovada descartava tal solução. Honra seja feita, era uma solução simpática à área militar.

Nos estudos contou-se com o assessoramento do brilhante cientista Hervásio de Carvalho, nomeado por Costa e Silva Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Ele orientava teses de pós-graduação na área nuclear, na Europa. Foi avaliada a solução do reator a água pesada e urânio natural. Naquela época, produziam água pesada a França e Canadá. O Canadá tinha construído uma grande usina de água pesada, no Ártico, e que redundou num fracasso. Hervásio

foi ver a usina, que tinha custado 100 milhões de dólares para ser construída e ia necessitar de mais 50 milhões de dólares, só para consertar as falhas apresentadas. Não havia recursos para isso.

A escolha do local recaiu na Região Sudeste, que se justificava plenamente. Quando criticam, é má-fé ou ignorância. A mais desenvolvida em termos industriais e próxima à costa para facilitar o transporte dos equipamentos pesados e aproveitar a água do mar para resfriamento. Havia deficiência de energia elétrica e a Região estava precisando de uma termelétrica de 300 mil quilowatts, além do potencial hidrelétrico. Decidiu-se que seria nuclear.

É preciso entender que as decisões são tomadas à luz do avanço tecnológico disponível e sob certos fatores. Naquela ocasião, dizia-se que o urânio duraria de 10 a 15 anos e o tório seria a alternativa para o seu esgotamento; ainda, que o reator para o próximo século seria o *Breeder,* para a transformação do tório em urânio. Caberia a Minas estudá-lo, e o Instituto de Energia Atômica (IEA), localizado na Universidade de São Paulo (USP) cuidaria do desenvolvimento de elementos combustíveis. O Rio cuidaria da usina do presente. Os esforços de execução da política nuclear seriam concentrados nesses três centros, sob coordenação da CNEN. A SG/CSN supervisionava o conjunto.

Regressara da Suíça, onde se desenvolveu a discussão do TNP, pouco antes do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Paramos os trabalhos referentes à energia nuclear e só mais tarde voltaria a ocupar a atenção merecida na SG/CSN. Nessa ocasião a chefia de Assuntos Políticos era dirigida pelo Coronel José Maria Covas Pereira, homem de absoluta confiança do General Portella. Em meados de 1968, fizemos uma avaliação da conjuntura da época. A análise da situação política apontava para um cenário provável, de futuro imediato, de previsão não-otimista. Levada ao conhecimento do Presidente Costa e Silva ele comentou: "De fato, a situação poderá agravar-se, mas a hora da decisão é minha atribuição pessoal."

O AI-5 surgiu quando enfrentávamos dificuldades políticas e havia um risco de ruptura militar, com as posições do General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, um patriota, nacionalista, talvez até em excesso. Ocupava o cargo de Ministro do Interior. Era um homem inegavelmente digno e sério, mas estava numa linha própria. Tinha proposto, no começo do Governo do Costa e Silva, que aquele que estivesse na função de ministro não fosse para a reserva, após dois anos, conforme a lei vigente. O Presidente Costa e Silva alertou-o que não iria mudar a lei do Castello, pois concordava com ela. Se quisesse continuar ministro, teria que passar para a Reserva.

Completados os dois anos, já com o AI-5 em vigor, voltou ao Costa e Silva e disse:

– Agora, o senhor pode fazer a mudança na lei.

– Gostaria que você permanecesse, pois é um bom ministro – disse Costa e Silva –, mas não posso promovê-lo. Se quiser ter quatro estrelas, volte para o Exército; se quiser ser ministro, vá para a Reserva.

Com isso, pediu demissão do cargo de ministro. Surgiu um mal-estar e gerou-se um antagonismo na área militar.

Considero o AI-5 uma correção necessária de rumos. Fez com que o Brasil crescesse, quando inseriram, na Constituição, normas sobre a Segurança Nacional. Creio que o AI-5 foi absolutamente necessário.

Com a doença do Presidente Costa e Silva e a sua transferência definitiva para o Rio de Janeiro, o centro das grandes decisões passaram para essa cidade. Fui mandado para a cidade carioca, a fim de compor o grupo que passaria a estudar os processos de cassações. Nunca se avaliou pessoas, mas os documentos. Só um detalhe, para mostrar o comportamento dos companheiros na Presidência. Todos os coronéis ficaram alojados no Corpo da Guarda, para não ser necessário sacar diárias de fora de sede. Arranchados no Palácio das Laranjeiras e dormíamos no Corpo da Guarda. Não havia outro local disponível. Estávamos estudando documentos sobre alguns políticos, mas não em hotel! Isso aparentemente não tem nada a ver, mas tem tudo a ver. Permanecíamos naquela situação para cumprir uma missão em favor do País, o que é completamente diferente de certas pessoas de hoje. Não se corria atrás de dinheiro.

Após uns três meses no Rio, voltei para Brasília e para a Política de Energia Nuclear. O local da central nuclear foi a Praia de Itaorna, em Angra dos Reis, litoral sul do Estado do Rio. Na licitação para a compra do reator venceu a Westinghouse. Exigimos que o financiamento fosse integralmente do estrangeiro, não tínhamos recursos para isso. A PNEN aprovada indicava uma usina somente.

Em 1967, levantamento de potencial hidrelétrico da Região Sudeste comprovou que havia potencial disponível, mas se o Brasil continuasse a crescer como se previa, em 1980, ocorreria uma crise de energia. Para resolver esse problema futuro, tínhamos duas soluções possíveis: fazer uma grande hidrelétrica ou uma usina nuclear. Se partíssemos somente para uma hidrelétrica grande no Rio Paraná, a Argentina poderia criar dificuldades. Se não saísse, oportunamente, faltaria energia em 1980.

A Argentina não aceitava a criação de Itaipu, porque significaria o desequilíbrio definitivo do poder econômico dos dois países. O risco de não construir Itaipu levou o País a construir a usina nuclear. Era a reserva estratégica para enfrentar a crise energética do Centro-Sul estimada para aquele ano.

Para que haja um entendimento da situação da energia elétrica no Brasil, em 1967, ninguém sabia qual era o nosso potencial hidrelétrico. Fizemos naquele ano

o primeiro inventário da Região Sudeste; nas demais regiões nada se conhecia. Mandamos fazer os outros levantamentos. Quando deixei a SG/CSN estavam terminando o do Sul e começando o do Centro-Oeste. Quando decidimos fazer Itaipu, foi uma luta difícil, porque interessava à Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina e ao Brasil; tínhamos que fazer concessões a uns e a outros.

O Presidente Castello tinha assinado um acordo, chamado Ata das Cataratas, com o Paraguai. Coube-nos prosseguir e implementá-lo, mas creio que o Ministro do Exterior errou. O texto baseou-se num princípio internacional segundo o qual o uso de rios contíguos internacionais gera direitos meio a meio. Poderíamos ter posto 70% ou 60%, pois iríamos financiar o projeto e seríamos os grandes consumidores. Honramos o que fora assinado.

Tanto a construção da central elétrica de Itaipu quanto o Acordo Nuclear com a Alemanha foram trabalhos conduzidos durante o Governo de Costa e Silva, enquanto vivo. O Presidente Geisel iniciou o enchimento da represa. A Argentina colocou toda a sorte de obstáculos ao projeto. Sabia que Itaipu iria desequilibrar o poder econômico em proveito do Brasil.

No título Segurança Nacional do Decreto-Lei Nº 200, aprovado em fevereiro de 1967 e que entraria em vigor no futuro Governo de Costa e Silva, constava a determinação de que incumbiria ao CSN elaborar o Conceito Estratégico Nacional (CEN). Este documento tratava das bases para a Política Nacional e os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP).

Para poder cumprir esta missão, atribuída a mim, ao Coronel Emygdio de Paula e ao Coronel Covas Pereira, mais tarde, quando assumiu a chefia de Assuntos Políticos, buscamos todas as publicações da Escola Superior de Guerra (ESG); ninguém mais, no Brasil, tratava do tema. Lembro as palavras do General Portella: "Não quero que vocês inventem; vejam o que existe na ESG. Lá há pessoas qualificadas nessa matéria. Vocês são muito poucos."

O CEN entrou em vigor e passou a orientar todas as nossas decisões no campo da Segurança Interna e da Segurança Externa. Com ele, o Brasil passou a ter um documento fundamental, um referencial maior que ordenou a ação governamental. Porque se existe um parâmetro geral, então existe um caminho, uma rota a seguir. O segredo do "milagre brasileiro" baseou-se neste fato: havia documentos que orientavam os trabalhos do Governo. Nada era feito de afogadilho.

Todos os ministérios passaram a adotar orientação coerente com o CEN. Na política nuclear, por exemplo, os Ministérios da Agricultura, Minas e Energia e das Relações Exteriores com interesses diretos no assunto, quando seus pareceres eram divergentes, a decisão era da Secretaria-Geral do Conselho, baseado no CEN.

Em nossa visita à Inglaterra, o ministro inglês disse ao Ministro Costa Cavalcanti: “Meus parabéns, vocês fizeram um documento importantíssimo, porque definiram tudo antes.” A Inglaterra ressentia-se de um documento semelhante para terminar com o desacordo sério entre eletricistas e nucleares.

Em 1970, comandava o Grupo de Artilharia de Santos, afastado portanto das atividades da SG/CSN e recebi estudos da CNEN. Para mim houve erro, a meu ver, do cálculo da demanda de energia elétrica na Região Sudeste. Foi estabelecido que haveria um crescimento de 10% ao ano, o que significaria dobrar a capacidade instalada a cada 7 anos. Sabia-se que a taxa histórica de demanda anual de energia elétrica era de 7%; não sei como se chegou aos 10%. Nessas condições, a CNEN concluiu que seria obrigatório construir uma usina de um milhão de quilowatts ao ano, durante 10 anos, e que só poderia ser nuclear. Nessa época, iniciava-se a crise financeira, com o primeiro choque do petróleo (1973), advindo-se as conseqüências negativas dessa política.

Recordo as palavras do Chefe do Estado-Maior da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1986, quando da visita do *Royal College of Defence Studies,* de Londres, que freqüentava por designação do Ministro do Exército. Ele disse o seguinte: “Estamos orgulhosos, porque a OTAN cumpriu o seu papel de dissuadir os soviéticos de fazerem a guerra. Há 30 anos estamos cumprindo bem o nosso papel.” Sua missão não é fazer a guerra, mas evitá-la.

Assim, pode-se constatar algo importante: enquanto os presidentes eram militares, não houve aumento brutal de recursos para investimentos na área de segurança. Era somente o imprescindível e Ernesto Geisel sintetizou a estratégia numa idéia, quando disse: “O máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável.” Costa e Silva lançou “Segurança com Desenvolvimento.” Forças Armadas fortes têm por missão fundamental não fazer a guerra, mas estarem, sempre, preparadas para ela em qualquer hipótese, em qualquer cenário. Sua missão é defender a soberania e garantir a integridade do País, em face de quaisquer óbices, sejam externos, sejam internos. O fundamental, é que devem estar sempre bem preparadas.

Em relação aos chefes atuais, considero muito difícil a posição deles, e isso eu respeito. Não era nada fácil naquela época, porém é muito mais difícil hoje. Por vários motivos que não interessam aqui, mas que conhecemos, sabemos quais são as causas que tornam o nosso orçamento pequeno. Esse orçamento, ainda que mínimo, tem que ser suficiente para que possamos dissuadir qualquer asneira interna ou qualquer pressão externa.

Lembrando o CEN, certo ponto estava escrito: “No caso do inimigo interno...”. O Presidente Costa e Silva disse: “Não quero essa expressão. Coloquem adver-

sário interno. Brasileiro não é inimigo de brasileiro. Inimigo externo e adversário interno, isso é importante entendermos." Assim foi feito. Ajudamos a Nação a crescer, criamos uma infra-estrutura moderna e nova.

Não havia sistema de comunicações, no Brasil. Quando cheguei a Londres, em 1986, fiquei na Casa do Brasil, que era uma hospedaria apoiada pelo Itamarati. Era equivalente a hotel duas estrelas, mas resolvia o problema. O pessoal falava português e nos ajudava a procurar casa para morar. Assistia à televisão para treinar o inglês. Certa vez, vi uma propaganda, se não me engano, da *British Telecom*, na qual aparecia um escocês tocando uma gaita; ele largava a gaita, pegava um machado e cortava o poste de madeira que suportava fios e dizia o seguinte: "Hoje, a Escócia está ligada a Londres por microondas." Já havia microondas no Brasil, ligando Brasília a Porto Alegre. Eles estavam ligando a Grã-Bretanha, mas estávamos na frente. A evolução, hoje, na área de comunicações somente foi possível graças ao plano implementado pelo Governo, no período 1967-1969.

Outra obra fundamental feita no período da Revolução de 1964, que hoje "esquecem" de ressaltar, é a organização do serviço de Correios. Em 1973, foi considerado o segundo melhor do mundo. Os Correios eram dirigidos por militares. Começou com o Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, que estava em São Paulo, na época da Revolução. Juntamente com um capitão de Artilharia, eles receberam ordem de ocupar a agência paulista da Av. São João. Começaram a administrá-lo. Levaram, para ajudá-los, o Tenente-Coronel Oyama de Almeida, um goiano bravo que só ele, muito bom.

Como deram certo, foram efetivados. O Presidente Médici levou o Botto a reformular os Correios em todo o País, nomeando-o Diretor da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Nenhum deles ficou rico, nenhum deles teve conta no exterior, nenhum deles tem riquezas, vivem dos seus proventos da Reserva; eles cumpriram a missão com eficiência e honestidade e trabalharam com o que está hoje fora de moda: patriotismo.

Roberto Campos (Governo Castello Branco) elaborou um Plano Decenal. Nele ignorava a indústria de construção naval e a da energia nuclear. O Governo Costa e Silva decidiu incentivá-las. Nos transportes marítimos, o Governo implantou o plano proposto pelo Almirante Macedo Soares Guimarães, nomeado para a Superintendência Nacional de Marinha Mercante (Sunamam). O Almirante era amigo do João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, presidente do Partido Liberal (PL), em São Paulo, paraibano, colega de turma do meu irmão, do mesmo ano, na Faculdade de Direito. Conhecia os meninos, eram uns anos mais jovens do que eu. Ajudava-os, orientando como enfrentar a União Nacional dos Estudantes (UNE), que estava quase nas mãos dos comunistas. Antes da posse do Presidente Costa e Silva, João Pessoa disse-me:

– Oliva, conheço um almirante que tem idéias muito boas sobre construção naval.

Eu não o conhecia, liguei para o General Portella, disse-lhe sobre o Almirante Macedo Soares e que o João iria apresentá-lo, no Rio. Ele já conhecia o João e recebeu-os. Costa e Silva acolheu e aceitou a idéia. Com isso, foi elaborado um plano e baixados os decretos, em 1967, estimulando a construção naval e modificando o transporte de mercadorias do Brasil para o exterior e vice-versa. Os estaleiros estavam paralisados, sem encomendas, aliás, como estão hoje. Com Juscelino começaram a produzir navios de duas mil toneladas; mudamos e chegamos a construir navios de até 200 mil toneladas para o transporte de minério e petróleo. Passamos a ser um dos maiores construtores navais do mundo. Os principais estaleiros eram: Ishikawagima, Verolme, Mauá, Emaq, Caneco, Só e Ebin. Hoje, não temos mais transporte marítimo.

Nos transportes terrestres, iniciamos a acelerada construção de rodovias pavimentadas, atingindo no final do Governo Figueiredo mais de 100 mil quilômetros. A opção, naquele momento, foi absolutamente correta, na minha opinião. Os que criticam a prioridade pelo transporte rodoviário menosprezam alguns argumentos. O transporte ferroviário é mais barato se for de longa distância e de grandes cargas homogêneas a granel. Nos pontos de origem e destino as cargas precisam ser armazenadas para posterior distribuição por caminhões.

Deve-se entender a opção pelas rodovias no conjunto de ações estratégicas destinadas à retomada do desenvolvimento, em curto prazo. Por certos aspectos, fazer ferrovias, teoricamente, tornaria o transporte mais barato. Só que iria levar sete ou oito anos e não se dispunha desse tempo. Tinha-se que retomar a economia logo. Na opção pelas rodovias gerar-se-ia o surgimento de empresas privadas de transporte de cargas brasileiras e de microempresas de um só proprietário: os caminhoneiros autônomos. Foram oferecidos estímulos à produção de caminhões e concedidos financiamentos aos caminhoneiros, que passariam a ser donos de seus veículos. Foi oferecida condições de transportes terrestres muito boas, com rapidez e caminhões novos. O dinheiro que ganhavam com o frete pagavam os caminhões.

Foi assim que Costa e Silva resolveu o problema. Na fase da busca da solução entre rodovias e ferrovias, o Ministro Mário Andreazza, Ministro dos Transportes, foi a Costa e Silva e disse:

– Se for mexer nas ferrovias, tem que demitir da ordem de 100 mil empregados.

– E onde eles irão trabalhar? – perguntou Costa e Silva – não quero que se ponha ninguém para fora do emprego.

E completou:

– Não posso fazer a reforma ferroviária. Quando esse pessoal cair na aposentadoria vai cortando-se as vagas, até que se possa fazer alguma coisa.

Quando chegou o final do Governo Médici, o País estava maduro para acrescer à matriz dos transportes algumas ferrovias reformadas.

O Sistema Ferroviário brasileiro, antigamente, caracterizava-se pela falta de planificação governamental e por ser formado de empresas quase todas privadas. Visando minorar a caótica situação criou-se a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), vinculada ao Ministério dos Transportes, grupando algumas ferrovias nacionais, com base na sugestão de uma missão americana.

Quando Costa e Silva assumiu, havia um problema sério. Nos governos de Juscelino, Jânio e Jango, a infiltração comunista nas ferrovias tornou-se muito grande. Na tradição histórica russa, foi no porto e na ferrovia que o comunismo afirmou-se, para conquistar a Rússia. Estavam tentando a mesma coisa aqui.

Ainda na área de infra-estrutura, o Governo Costa e Silva fez um esforço de pesquisa de petróleo no litoral da Bahia e do Rio de Janeiro, na Bacia de Campos. Ao preservarmos, constitucionalmente, em 1969, como patrimônio da União, a plataforma continental, visávamos o futuro. Começamos a perfurá-la em 1967, alugando uma sonda americana e criamos as bases para construção de plataforma com dois estaleiros, um no Rio de Janeiro e outro em Salvador. Hoje, o Brasil tem tecnologia para perfuração, inclusive, em águas profundas. Foi o Governo Costa e Silva que fez iniciar essa atividade estratégica pela Petrobrás.

No campo sensível da Segurança Nacional, estamos hoje diante da pouca eficiência das ações do Governo. A Constituição vigente, fruto do "revanchismo" que a caracterizou, seccionou a Segurança Nacional em duas partes distintas e isoladas e retirou do Exército a Segurança Interna. Criou-se a Segurança Pública, separada, sob a responsabilidade das polícias estaduais e da Polícia Federal. O Exército sempre considerou a Segurança com três círculos concêntricos. Segurança Pública é o inicial, de responsabilidade estadual e federal (esta em duas ou três áreas somente); em volta dela a Segurança Interna e por último Segurança Externa. Hoje, por influência do exterior, estão ampliando a área de atuação da Polícia Federal, a meu ver, erradamente.

Ao limitarem, na Constituição, o papel controlador das Forças Armadas quanto à Segurança, gerou-se o problema atual, cujas soluções esbarram na falta de lógica. O Exército coordenava a organização e os efetivos de pessoal, material, armamento e a própria missão das polícias militares (PM) estaduais. Talvez erradamente, vamos admitir, tenha-se dado, até pelas circunstâncias do período, uma atenção maior ao combate à subversão, para as PM. Porém, isto terminou há mais de 15 anos. A PM, como um todo, é reserva da Força Terrestre e, por isso, o Exército exercia essa função. Eu próprio inspecionei a PM em São Paulo, no Acre

e em Rondônia. Havia a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), mas os comandos das Regiões Militares coordenavam localmente. Hoje, nós estamos afastados. Porque a nossa presença era concreta, ao sermos afastados criou-se um vazio político e quem ocupou esse lugar foram os políticos. Hoje, o comandante da polícia para poder atuar, tem que obedecer ao deputado e "ai dele" se for contra o deputado do partido.

Retomando o problema político, e mais especificamente, a sucessão presidencial, nenhum dos presidentes militares quiseram continuar. O Presidente Costa e Silva, na minha opinião, queria Pedro Aleixo como seu candidato à sucessão. Era um estadista e um homem de dignidade, culto, grande político e grande jurista. Tinha sido Governador de Minas, deputado federal, líder do Governo e Vice-Presidente, mas as circunstâncias e a crise...

Um dos homens que lideraram aquela crise militar já morreu, não o estou criticando, apenas constatando historicamente. Quem quiser que dê o nome. Logo depois do AI-5, fui para o Rio trabalhar na comissão de cassação. Trabalhávamos no Palácio das Laranjeiras e morávamos no Corpo da Guarda. Raramente eu saía. Certa noite, já tinha terminado de jantar, quando chegou esse cidadão, um importante chefe militar e disse que queria falar com o Presidente. Ele estava à paisana e fomos lá em cima. Costa e Silva estava jantando sozinho. Fui até a porta, pedi licença e disse que o general fulano queria falar com ele. Costa e Silva disse:

– Entra fulano! Ué! Dizem que você está tentando me derrubar. É verdade!?

– Não Presidente, não sei o quê...

O diálogo aconteceu, mas eu, que era Tenente-Coronel, saí. Embora fossem amigos, era verdade; sabia de detalhes que envolviam aquele chefe. Não creio que ele quisesse, mas sei que ele seria o chefe se houvesse isso.

A luta política interna é complicada, particularmente quando envolvem Poder. O Poder embriaga. Sou contra a continuidade dos governantes, contra a reeleição e a ditadura, porque significa a manutenção de interesses de um Partido ou grupo que está no Poder. Partido não quer dizer o todo, mas uma parte do todo. No regime comunista o partido é o todo, é um só, entretanto no nosso regime existem vários. Quando um Partido está no Poder, a tendência compreensível é obter maiores vantagens para ele; não é o presidente, não é o governador, não é o "João", não é o "Manoel", é uma tendência lógica, porque ele é parte. Age dessa forma porque pretende continuar no Poder, às vezes, a preço muito alto para o povo.

Os nossos nunca quiseram repetir. Como disse, Costa e Silva queria Pedro Aleixo. Se não tivesse morrido, teria feito o maior Governo deste País. Na minha opinião, vinha se conduzindo muito bem. Tinha um Ministro da Fazenda, Delfim

Neto, que entendo ter sido o melhor analista, o melhor estrategista, o melhor condutor. Não o considero, no entanto, o melhor planejador. Delfim dá de dez a um nos outros, para não dizer a zero. Ele se destaca pela sensibilidade; tem um faro danado para as negociações internacionais. Não estou defendendo algo errado que ele possa ter feito, estou falando de suas qualificações.

Conhecera o Bulhões, do Governo Castello Branco, depois conheci o Delfim e o Mário Henrique Simonsen. Simonsen era, talvez, o mais culto de todos. Do ponto de vista da economia, era genial. Dava aulas na ESG, que eram um espetáculo. Porém não tinha apetite pelo Poder, não gostava, ele não queria ser ministro. Queria estudar economia, dar aulas na Fundação Getúlio Vargas, tocar piano e dirigir orquestra; seu *hobby*, assistir óperas. Era um homem de uma cultura notável. Em uma palestra na ESG, pedimos algo e ele apresentou muito além do que solicitáramos. Tudo muito claro, num português comum, não era "economês". Era um homem do maior nível, de uma grande correção de atitudes. O Delfim, além de ser bom, gostava do Poder e ficou muito amigo do Andreazza. Essa dupla trabalhou sempre junto, mas Costa e Silva não queria nenhum dos dois para presidente; queria Pedro Aleixo.

Médici não quis se preocupar com a sucessão, deixando-a nas mãos do Orlando Geisel, seu Ministro do Exército. Acabou escolhendo-se Ernesto Geisel, também, altamente qualificado. Era muito ligado a Golbery. Apoiou bastante o Petrônio Portela, Ministro da Justiça, brilhante, inteligente, qualificado, mas na comissão de cassação seu processo era alentado.

Vou encerrar contando algumas estórias que não estão na História.

A primeira, em Campo Grande, logo no início da Revolução. Mandamos um grupamento pequeno cumprir uma missão em Rio Brilhante, comandado por um aspirante, com uns vinte anos de idade. O jovem oficial saiu comandando seu grupamento e lá chegando os vereadores colocaram-no para presidir a sessão da Câmara. Quando voltou...

A estória seguinte é muito característica do Exército.

A Colônia Militar de Dourados é uma homenagem justa a Antônio João, está em nossa história:

"Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria."

Eram 15 brasileiros enfrentando três mil paraguaios, tinham que morrer. Mas nós não temos valorizado, como devido, Antônio João. O 10º Regimento de Cavalaria (10º RC), de Bela Vista, teve um comandante que se chamava José Cancello Santiago. Cancello era um gaúcho de São Borja, amigo do Getúlio, seu ex-ajudante-

de-ordens. Queria ser comandante de um RC e Getúlio nomeou-o. Foi o único comandante de Unidade nomeado por decreto presidencial; só poderia ser destituído por outro decreto do presidente. Portaria do ministro não serviria. Com isso, ele ficou mais de dez anos no comando e ninguém queria substituí-lo. A guarnição não era das melhores, o pessoal de Cavalaria achava bom, porque assim ninguém iria para lá. E o Cancello comandava o Regimento à moda dele. Visitei-o, como oficial estagiário de Estado-Maior. Fumava um charuto enorme, um charuto especial, ele acendia aquilo de manhã, apagava de noite e jogava fora, e no outro dia acendia outro, bem ao estilo do gaúcho da fronteira.

Pouco antes de ser transferido para o Gabinete do Ministro, em 1965, como E-3, fui ao 10º RC. Havia uma manobra, ele estava acamado e fui visitá-lo. Ele me disse:

– Oliva, me faça um favor. Estou sentindo uma dor forte, não estou muito bem.

– Vamos para Campo Grande – disse –, o senhor vai agora de avião, para tratar-se.

– Não! Eu não quero fazer nada disso. Oliva, minha mãe morreu, não tenho irmão, não tenho ninguém e não quero sair daqui. Só quero um favor seu. Comprei a Colônia de Dourados com meu dinheiro e quero doá-la para o Regimento. Quero que você regularize isso tudo para mim.

A Colônia de Dourados era uma fazenda particular. Respondi:

– Eu não sei como é que se faz isso, coronel.

– Mas eu quero que você faça.

– Está bom – concordei – então eu faço.

Esse homem comprou a propriedade para o Brasil homenagear a figura do Antônio João. Mais tarde, já na Reserva, conseguiu, não sei em que Governo, ser nomeado Diretor da Colônia Militar de Dourados. Ficou nessa função até morrer.

Estou homenageando o Cancello, que já morreu, porque ele merece, não vou falar dos defeitos, defeitos todos nós os temos, mas qualidades, a gente pode apontar as dos companheiros que merecem.

Noutra oportunidade, Cancello foi procurado por oficial da DC-1, uma Divisão de Cavalaria paraguaia, naquela região de fronteira, o qual lhe disse:

– Coronel, eu vim falar com o senhor porque o governo paraguaio vai construir um quartel aqui na fronteira, em tal lugar e...

– Não, aí não, tá errado – interrompeu –, aí não pode, é local muito ruim.

– Mas como não pode, coronel? – perguntou o oficial paraguaio.

– Não pode, já disse, está errado – disse firme o Cancello –, o lugar é outro.

O paraguaio atendeu-o e o local do quartel foi o Cancello quem escolheu. Ele era o líder da fronteira. Mudou o local do quartel paraguaio e isso é verdade. É claro que aquele oficial não levou essa questão ao Exército paraguaio. No limite

do Brasil com o Paraguai, naquela área, o nome do rio é Perdido, um rio que é perdido até no nome. Esse é o Cancello que merece ser homenageado, como muitos outros também merecem.

Minha terceira estória refere-se à época em que morreu aquele jornalista, o Vladimir Herzog. Era Chefe do Estado-Maior na 2ª RM e o General Antonio Ferreira Marques era chefe do Estado-Maior do II Exército.

O General Ednardo D'Ávilla Melo, em respeito ao Presidente Ernesto Geisel, nomeou o General Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, seu ex-assistente, para encarregado do inquérito; um general recém-promovido, que fora nomeado Comandante da Brigada de Caçapava, um brilhante oficial, meu amigo desde Capitão, mais antigo que eu três turmas. Homem de caráter, fez o inquérito com toda a lisura. À época, chegou para mim e disse:

– Oliva, estão aqui as fotografias do Herzog.

Por que ele me mostrou? Cerqueira Lima tinha um problema nos rins, uma virose, e todo dia depois do almoço necessitava descansar meia hora; tinha que deitar, pelo que passou a usar o meu apartamento, no QG.

As fotografias apresentavam o corpo pendurado e depois nu. Não apresentava marca nenhuma. Os legistas têm um método em que lavam o corpo e se existirem sinais de tortura, os sinais aparecem. Mas não havia nada. Ele enforcou-se com o próprio cinto – até então os presos ficavam com o cinto para segurar a calça, depois foi proibido, o preso tinha que segurar as calças com a mão. Perguntei-lhe:

– Cerqueira, alguém morre nessa posição?

– Oliva, eu não sei. Pedi para três médicos legistas me darem parecer, sobre se é possível alguém se matar dessa maneira. Os três afirmaram que sim. Nenhum preso ouviu nada, nem carcereiro, ninguém ouviu nada. O que eu tenho de concreto são os três pareceres dos médicos, logo concluo que houve suicídio.

Cerqueira Lima disse que para ele foi suicídio; até agora, com a prova que existe, documental, foi suicídio. Após o enterro, o "Estadão" publicou declaração do rabino – o Herzog era judeu –, que o enterro tinha sido antecipado por ordens superiores. Diziam que um capitão tinha dado essa ordem ao rabino. Nada disso tinha acontecido, fora notícia mentirosa.

Na ocasião, constou que a esposa dele ia aos colégios, de sala em sala, dizendo que o marido tinha sido torturado e morto. Começaram a promover greve estudantil. O Colégio Objetivo funcionava na Paulista e tinha cinco mil alunos. Seria uma loucura cinco mil meninos, nervosos na rua, à noite. Chamei lá em casa os dois diretores do Grêmio Estudantil e perguntei-lhes se sabiam de alguém que tinha visto ou falado algo. Disseram que não. Orientei-lhes, então, para avisar seus cole-

gas para terem calma e não fazerem bobagem; esperar o resultado do inquérito. Se vocês concordarem, tudo bem, se não, façam greve. Mas agora, não. Foi o único colégio em que não houve greve.

O General Cerqueira chegou a pesquisar a vida dele. Soube que Herzog estava em tratamento médico, era jornalista, atuava no jornal da TV Cultura. Politicamente, não tinha nenhuma expressão, na minha opinião pessoal. Alguém o prendeu, não sei o motivo. Aliás, não era a minha área. O Comando da 2ª RM só cuidava da corrupção de militares. Combate à subversão era com o Comando do II Exército.

Descobriu que ele estava em tratamento psiquiátrico. Dedução lógica, então, era um homem que provavelmente estava depressivo, em crise ou qualquer coisa dessa natureza; por ter sido preso, poderia ter se auto-sugestionado e cometido suicídio. Admito que a versão real seja essa, não estou dizendo que foi, eu não vi, só conheci a documentação.

Legalmente, no inquérito, ou você tem provas ou tem três testemunhas visuais, isso é da lei civil e militar. Se você não apresenta três testemunhas visuais, se não possui provas documentais, não pode condenar ninguém. Inegavelmente foi ruim para a Revolução, porque de qualquer modo justificou a posição dos líderes que eram contra nós.

A Revolução acertou muito e errou também. Eu diria que a Revolução acertou no atacado e errou no varejo. O grande erro da Revolução foi não ter feito outras coisas que poderia ter realizado. Não errou, basicamente, no que fez; o dinheiro foi gasto corretamente. O nível da dívida externa e interna cresceu imensamente, além disso, o patrimônio público foi liquidado.

Mas fizemos portos. Itaqui, no Maranhão, o maior porto de minérios do mundo, todo automatizado; o porto de Tubarão, no Espírito Santo, e a ferrovia ligando-o a Minas, para transporte do minério; o superporto de Rio Grande, que é o mais profundo porto do Brasil; reforma e modernização dos portos de Paranaguá e Santos.

Para que se tenha uma idéia do que se fez em Santos, era Comandante do Grupo e acompanhei o trabalho. Os japoneses optaram por construir uma via novíssima, mudando o sistema de tração para um mais moderno. Com isso, ao invés de levar três vagões, poderia levar seis, oito ou dez, era muito mais capacidade de tração. Os explosivos usados no serviço eram especiais e ficavam guardados no quartel.

Isso permitia multiplicar por muito a capacidade de escoamento do porto de Santos, mas só ele não daria conta. Então, foi construído o porto de Itapema, do lado de Guarujá. Aquilo tudo foi trabalho do Andreazza. Como se vê, fizemos os portos, fizemos a indústria naval, impusemos aos estrangeiros os acordos comerciais de

fretes: "Quarenta por cento do que sair do Brasil para seu país, nós transportamos, 40% do que sair do seu país para cá, vocês transportam, 20% é terceira bandeira."

Ganhamos a hostilidade da Suécia, Noruega, França e Estados Unidos, que dominavam o mercado e o perderam. Recentemente, o atual Presidente abriu os portos brasileiros para a navegação estrangeira, na obrigação de ser Nação moderna. Mas isso não é modernismo, é "atraso de vida". A Nação é incapaz de transportar seu comércio.

Então, diria que a Revolução fez muita coisa boa e falhou naquilo que não concluiu, que poderia talvez ter realizado.

Quero agradecer o convite para colaborar com o Projeto História Oral do Exército. É iniciativa que honra o Exército, procurar conhecer a nossa verdade, já que a dos outros tem acesso livre à mídia e a nossa nunca chega à imprensa. Muito Obrigado.

General-de-Brigada Euclydes Bueno Filho

Nascido em 15 de outubro de 1918, na cidade de Curitiba, capital do Paraná.

Cursos Militares: Escola Militar do Realengo, na arma de Cavalaria, concluído em 1937; Instituto Militar de Engenharia (antiga Escola Técnica do Exército), como engenheiro industrial e de armamento, feito em 1947; Curso de Informática, pelo Instituto Mackenzie de São Paulo, em 1981.

Principais Funções desempenhadas: Técnico da Fábrica de Itajubá; Diretor da Fábrica de Curitiba; Fiscal das Indústrias Bélicas, em São Paulo; Diretor de Projetos da INA (Industria Nacional de Armamentos); Comissão do canhão 127 polegadas, da Marinha Brasileira.

É membro da Academia Militar de Letras, onde ocupa a 17ª cadeira como acadêmico; é presidente da Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz, da ONU; foi presidente do Conselho Consultivo do Círculo Militar de São Paulo.

É condecorado, entre outras, com a Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau de comendador.

Entrevista realizada em 4 de julho de 2001.

Tenho muito prazer em estar aqui.

Primeiramente, congratulo-me com os responsáveis pelo Projeto História Oral do Exército Brasileiro, uma iniciativa que permite ouvir a voz dos arquivos; eu mesmo um arquivo ambulante, com 82 anos e muita coisa para comentar. Com este projeto será possível reunir as experiências de vários colegas que vivenciaram a Revolução de 31 de Março de 1964.

Nessa data, estava em São Paulo, de licença, duração de dois anos, vinculado ao II Exército, cujo comandante era o ilustre General Amaury Kruel.

Naquela ocasião, II Exército; atualmente Comando Militar do Sudeste.

Quando pedi licença, era chefe da seção que cuidava da fiscalização das fábricas militares e empreendimentos ligados à indústria bélica.

No mesmo dia do desencadeamento da Revolução, embora de licença, apresentei-me. Fiquei no Quartel-General e presenciei alguns episódios ocorridos na época, sobre a atitude que o General Kruel deveria tomar em face das tropas que se deslocavam de Minas, no início do Movimento Revolucionário.

Nos preparativos da Revolução, integrava um dos muitos grupos de oficiais que a forjaram. Conversávamos, na busca da convergência de opiniões, com a comunidade civil, com a sociedade, mas não estávamos realizando qualquer tipo de incitamento.

Meu cunhado, mais tarde General na ativa, Coronel Raul Lopez Munhoz, era da Casa Militar; mantínhamos contato permanente.

Assim, também tomei parte na atividade logística de apoio e acompanhei tudo, todos os momentos críticos da Revolução.

O senhor poderia contar algo daqueles acontecimentos marcantes de 1962, 1963, a insatisfação popular generalizada visível no País e o que a motivou?

Vou reportar-me a isso, sem dúvida. Gosto de memorar – minha filha sabe disso e, às vezes, até me critica – pois creio que a história é importante; repito, transformei-me num arquivo ambulante, até por força de minha idade – de 82 para 83 anos. Vivi no Exército uma grande parte deles e, de certo modo, encontro-me trabalhando, ainda, pela minha Instituição.

Passo a discorrer sobre os episódios próximos ao dia 31 de março e os acontecimentos mediatos, manifestando minha opinião sobre aqueles momentos de incerteza e importantes decisões. É importante focalizar muitos aspectos e a série de articulações e ações que acabaram por desaguar no 31 de Março de 1964.

Um desses momentos críticos refere-se à posição do General Kruel, que era duvidosa. Ele titubeava entre orientar-se pelos repetidos alertas do General Castello

Branco e manter-se fiel à Constituição, o que considerava correto e acreditava ser o espírito do Exército.

No dia 31 de março, à meia-noite, aconteceu o diálogo entre o Adhemar de Barros, Governador de São Paulo, e o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército. Afirmam que o Doutor Adhemar de Barros disse ao general que caso ele não se decidisse a favor do Movimento contra Goulart, já iniciado pelos Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, ele, Adhemar, iria colocar a força policial do Estado contra o Exército.

Que naquele tempo era a Força Pública de São Paulo.

E que estava bem armada e muito bem preparada. Mas não acredito, pelo caráter do general, homem íntegro e de uma estrutura profissional fantástica, que fosse decidir sob ameaça. Certamente, pesou tudo numa balança, porque todos nós, já experientes nos postos de oficial superior ou de general, estudamos as alternativas, considerados todos os fatores, e tomamos uma decisão. São os passos do processo decisório. E no meio do caminho, se estiver errado, você retoma o processo.

À meia-noite, ele aderiu à Revolução e deu a ordem para que seus comandados partissem na direção de Resende, em apoio às tropas dos generais Mourão e Guedes, contra as do I Exército enviadas pelo General Armando de Moraes Âncora, meu antigo Comandante de Esquadrão, na Escola Militar e em Três Corações, Minas Gerais. Um oficial digno e cumpridor de seus deveres.

Tropas do I Exército a favor do Presidente João Goulart.

A favor da Constituição, essa que é a verdade. Mas nesse momento, graças a Deus, e pelo espírito do povo brasileiro, prevaleceu o diálogo, e a Revolução venceu.

Sem derramamento de sangue, foi evitado o choque de forças militares.

Entendo que as causas da Revolução de 1964 começaram a aparecer em 1922, com o episódio dramático dos 18 do Forte de Copacabana e, a seguir, as primeiras revoluções. As investidas comunistas agravaram o ambiente. Depois, cresceu, cresceu, até explodir no dia 31 de março, sob a influência direta dos acontecimentos do dia 13 de março, quando se deu o famoso comício da Central do Brasil liderado pelo Presidente João Goulart, perto do Panteão de Caxias.

Tenho uma opinião pessoal sobre Luís Carlos Prestes que não preciso detalhar. De qualquer forma, revelou-se um integrante pernicioso do Exército. Aceitava subordinar o Brasil à União Soviética.

Em 1924, tinha seis anos de idade, nascendo para a vida, já ouvia falar sobre tudo isso. Meu pai era 1º-Tenente de Artilharia, quando comecei a dar os primeiros passos na política. Em 1930, com 12 anos, iniciei os estudos preparató-

rios para a Escola Militar. Criei-me dentro da caserna. Papai me levava às 6h da manhã para o quartel da 7ª Bateria de Artilharia de Costa, em Macaé. Lá, adolescente, acompanhava o dia a dia dos soldados, participando da rotina do quartel; assim vivenciei a Revolução de 1930. A onda dessa revolução trouxe Getúlio Vargas e derrubou o Governo de Washington Luiz. O Ministro da Guerra era o General Leite de Castro (José Fernandes Leite de Castro). Aliás, quando os revolucionários passaram por Macaé, papai aprestou o Forte e adjacências para suportar a forte pressão que se avizinhava.

Mas Prestes já realizava sua insidiosa tarefa de preparar o golpe comunista. Em 1932, irrompe a Revolução Constitucionalista, contra a qual o papai combateu. Embora tenha uma opinião formada sobre a mesma, certamente é um movimento sobre o qual não cabe qualquer comentário no curso desta entrevista.

Depois veio 1935; com 17 anos, cursava o 1º ano da Escola Militar. No dia 27 de novembro desse ano, às 2h da madrugada, tocou o alarme; eu era atirador da metralhadora Hotchkiss.

Isso como cadete?

Cadete do 1º ano de Infantaria da Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro), o meu Comandante de Pelotão era o Tenente Claraz e o Capitão Bittencourt, Comandante da Companhia. Fomos deslocados para o Campo dos Afonsos, fizemos o cerco, sendo a primeira tropa que lá chegou.

A Intentona Comunista de 1935 começara em Recife, espraiara-se para Natal e depois, no Rio, irrompeu no 3º RI, na Praia Vermelha.

Onde morreram vários companheiros.

Sim, morreram vários militares.

Eclodiu também no Campo dos Afonsos (Escola de Aviação Militar), porque os comunistas queriam usar os aviões para bombardear o Palácio do Governo. No Campo dos Afonsos os cercamos e recebemos ordem para atirar.

Com 17 anos de idade.

Lá embaixo, uma bagunça danada e nós atirando de uma posição dominante, tiro real, é lógico.

Mas o fato é que da Escola Militar do Realengo participaram vários companheiros, muitos já falecidos. Alguns ainda estão vivos, aqui em São Paulo. Foram presos na ocasião o Capitão Agliberto Vieira e outros revoltosos.

Que eram comunistas.

Sobre esses acontecimentos há alguns fatos. Um tenente de Cavalaria, um dos revoltosos comunistas, desviou o pelotão dele para outro lado e veio combater contra os colegas. Esse tenente, cujo nome não lembro, acabou desaparecendo e só

me recordo de que era de Macaé; ora, como vivi em Macaé, conhecia a família dele. O Tenente Danilo Paladini, da Infantaria, recebeu a senha para ir ao pátio da Infantaria da Escola de Aviação, e morreu no local com um golpe de baioneta nas costas. Um outro oficial, o Tenente Bragança (Benedito Lopes Bragança), cujo irmão era meu colega, foi morto pelos "vermelhos" enquanto dormia.

Certo é que, a partir de 27 de novembro de 1935, o quarto do oficial de dia, que era vulnerável, no Corpo da Guarda da Escola do Realengo, foi reformado. Quando saí Aspirante, em 1938, já encontrei o quarto do oficial de dia todo modificado, reorganizado.

Voltando à Intentona de 1935, os comunistas vitimaram vários companheiros nossos, como o Major Misael de Mendonça, assassinado na Praia Vermelha, no 3º RI; em Recife morreram vários outros e no total foram presos mais de 700 revoltosos. Sou testemunha da prisão do Capitão Agliberto Vieira. O General Mascarenhas de Morais, Comandante da Escola Militar, reuniu os cadetes e expôs o Capitão Agliberto, aquele traidor.

O General subiu ao palanque e disse:

– Está aqui este canalha que matou o Bragança!

E o Alcindo, meu colega, que se encontrava ao lado – todos os cadetes reunidos – perguntou:

– O que faremos com esse abjeto?

– Lincha! – respondeu a turma.

O General Mascarenhas não ia deixar linchar, mas o Agliberto Vieira ajoelhou-se e pediu misericórdia, dizendo:

– Pelo amor de Deus, não me entregue a essa turma!

Mas quando assassinou o companheiro, não teve misericórdia nenhuma.

Mas não foi só isso. Em Curitiba um oficial, também, assassinou o outro; entrou na sala do Major Comandante do Regimento de Artilharia, e o matou, dizendo "você não é da nossa!"

Então, isso veio se acumulando.

Em 1938, já aspirante, em Três Corações, no quartel do 4º Regimento de Cavalaria Divisionário (4º RCD), tirava serviço de oficial de dia; o Corpo da Guarda estava preparado para defesa contra uma possível ação comunista daquele tipo. Usávamos senha para receber ordem de prontidão. Eu tirava o serviço sem dormir, e meu pai insistia:

– Você não dorme em serviço!

Papai nessa época era major; eu ficava encostado, de pé, sem dormir.

De olho aceso.

E era preciso mesmo. Certa vez, às 2h da manhã, tocou o telefone, aquele aparelho de manivela, e era o Coronel-Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, de Juiz de Fora:

– Quem está falando?

– É o Aspirante Bueno, oficial de dia – respondi.

– Deus me livre! – exclamou – Como se pode colocar um aspirante inexperiente como oficial-de-dia?

– Coronel, não tinha tenente e então me escalaram, mas vou procurar atendê-lo. O que é que o senhor manda, qual é a sua ordem?

– Estou desesperado, estamos perdidos, pois um bloco de integralistas assaltou o Palácio Guanabara e o Presidente Getúlio Vargas está cercado.

E acrescentou:

– Os integralistas do Plínio Salgado, o Severo Fournier, preposto dele, e do outro lado o Prestes; fizeram uma sociedade, uma associação maléfica. E o Getúlio está lá atirando, a Alzira Vargas atirando...

– Tudo bem, qual é a ordem? – voltei a perguntar.

– Vai até o cofre e pega a senha.

Cheguei lá, abri o cofre e encontrei um envelope: era prontidão rigorosa. O quartel do 4º RCD, onde hoje se encontra a Escola de Sargentos, fica no interior de um vale, numa alça do rio, totalmente dominado pelas elevações. Bastam duas metralhadoras para liquidarem o quartel.

Então imagine, eu aspirante, com 19 anos de idade, que não é a idade de amadurecimento, ainda; chamei os sargentos, o pessoal do meu pelotão, no qual tinha confiança e tomamos as providências.

Agora, havia tanta dúvida quanto à lealdade de alguns oficiais que o Major Epifânio Alves Pequeno, o Subcomandante, não veio ao quartel. Mandei uma viatura buscá-lo, o cabo voltou e disse-me:

– Ele falou que não vem.

– Paciência, é problema dele – pensei.

Mas, como dizia, o Coronel me ligou e tomei as providências. Desloquei metralhadoras para as cotas superiores que dominavam o vale e conseguimos segurar a revolução lá. Aí voltei, liguei para o Coronel, que falou:

– Até que enfim, um Aspirante esperto, porque o senhor tomou todas as providências e inclusive está me telefonando para confirmar na hora.

Foi um fato positivo.

Ocorreu tudo isso, dominamos a situação, mas persistia a desconfiança e o temor, ainda conseqüência de 1935. O Major acabou vindo, mas sabe como ele

entrou no quartel? Como havia recrutas, era maio e estávamos em plena fase de instrução, ele pulou o muro. Em Três Corações existiam umas árvores bonitas, azaléias; de repente o sargento percebeu um vulto, apontou a metralhadora para ele, que se aproximava e, quando deu outro lanço, alertei:

– Alto lá! Se der mais um passo nós atiramos!

Aí ele veio de mãos erguidas, quase morreu do coração. Bom, isso foi em 1938.

Durante a Segunda Guerra Mundial, servia no Sul e percorri parte dos caminhos trilhados por Luís Carlos Prestes, atravessei o Rio Uruguai, no trecho lindeiro entre o Brasil e a Argentina, e entrei no território vizinho.

Conto hoje esse fato aqui, antes reservado, mas agora liberado. Recebi a missão de penetrar na Argentina, percorri uns 100km, sem falar castelhano, mas a ordem era ir, fui fardado, com um poncho daqueles típicos, acompanhado de um sargento e um civil, que era jagunço na fronteira.

Fiz um levantamento do itinerário, um detalhe impressionante na época da guerra; havia dúvida de se a Argentina viria ao encontro do Brasil, com a vitória dos alemães na África. Após Dacar, prestes a cair nas mãos deles, tornar-se-ia possível o ataque ao Brasil, por Fernando de Noronha e Natal.

Então o senhor foi escalado para fazer um reconhecimento em território argentino.

Sim, no tempo da guerra, essa foi a minha missão. Servia em Curitiba, no 5º Regimento de Cavalaria Divisionário (5º RCD), e o Coronel Teodureto, que era o nosso chefe, leu uma mensagem do Estado-Maior solicitando dez tenentes voluntários para a ação na fronteira. Se não aparecessem os dez, ele deveria escalar. Então, 15 se apresentaram e fui para São Luís das Missões. O que fiz lá? Deixei a minha primeira mulher e a minha filha de três meses em São Luís das Missões e fui para São Nicolau. Eram 200km de distância e lá fizemos uma patrulha tipo "Vai e Vem" que fazia movimentos erráticos. Estivemos no 1º RCI/Santo Ângelo, no 2º RCI/Santiago do Boqueirão, no 3º RCI de São Luís das Missões e no 4º RCI de São Borja, onde ficava o reduto de Getúlio. Fiz 600km, incluindo a Argentina, a cavalo, na fronteira, e a pé na Argentina. Saía e entrava na Argentina às três horas da manhã, porque precisava fazer o levantamento de itinerário, nunca mostrei o papel para ninguém, aquele papel devo ter guardado em algum lugar.

Lembro que o Brasil entrou na Segunda Guerra depois do massacre na orla marítima, quando os submarinos alemães torpedearam nossos navios que navegavam indefesos. Nossos canhões no litoral não tinham alcance suficiente para atingi-los. Por ser de Cavalaria, a convocação ficou para o último escalão, mas da Infantaria muitos foram; perdi vários companheiros que morreram na Itália.

Bem, veio a guerra, na realidade muitos em nosso País eram favoráveis à Alemanha, uma boa parte do Governo agia dessa forma, o Getúlio Vargas, talvez inicialmente, tendesse para os teutos.

Pelo menos era simpático à causa nazifascista.

Por que ele era favorável? Analisamos isso em várias conferências, em vários estudos estratégicos. Favorável por quê? Porque se tratava de um ditador, o Mussolini era o ditador na Itália, o Hitler na Alemanha e o Stálin na Rússia, quer dizer, um modelo falso de sucesso, mas por dentro estava tudo podre. Getúlio queria fazer aqui a mesma coisa, era o caboclo querendo copiar o modelo estrangeiro da ditadura.

Mas, naquela época, o comunismo continuava firme em suas ações, tanto que o Governo prendeu a Olga Benário, esposa do Luís Carlos Prestes, que estava grávida e em ato deliberado, entregou-a nas mãos dos nazistas que a enviaram para os campos de concentração, sem dúvida um inferno.

Ainda durante a guerra, prenderam o Severo Fournier, um integralista militante, oriundo da Cavalaria; morreu tuberculoso de tanta penúria na prisão, no posto de Capitão; o irmão dele serviu comigo em Três Corações; eram de uma família importante, mas para mim procedeu como um louco.

O Luís Carlos Prestes voltou para a Rússia e daquela turma toda de comunistas cada um foi para o seu lado, mas sem desistir de seus propósitos no Brasil.

Quando chegou a década de 1960, agravavam-se os problemas sociais e tiveram início as inversões de valores. Veio a eleição do Jânio Quadros, tendo como Vice João Goulart. Quando Jânio renunciou, Jango assumiu a Presidência do Brasil.

No episódio em que tentaram impedir a posse de Jango como Presidente, lá no Sul, o General Machado Lopes, Comandante do III Exército, posicionou-se favoravelmente à sucessão, conforme a Constituição. Machado Lopes receava transpor os limites da legalidade, pois respeitava o princípio que está sedimentado em nossa formação, preservar a Lei Maior do País.

João Goulart sempre foi visto como de esquerda por nós do Exército. Com ele começaram os desmandos. Sempre soube de tudo por trás dos bastidores porque um irmão da minha cunhada, o Badger Silveira, era Governador do Estado do Rio de Janeiro. Também participou, no dia 13 de março, do comício que fizeram, de propósito, junto ao Panteão de Caxias; assim entraram diretamente para o "vermelho", queriam nos colocar como um satélite a mais da União Soviética. (O Silveira foi deposto e preso posteriormente.)

Outros fatos ocorreram na Marinha e no próprio Exército. Na Marinha, por exemplo, os oficiais foram jogados ao mar pelas praças comunistas, usando inde-

vidamente as divisas, que macularam de forma sórdida. Também havia general comunista e eu até servi com um em Curitiba, bem como um major comunista que, inclusive, assinava livros, folhetos, panfletos etc...

Voltando ao comício de 13 de março, estava presente, também, o então Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro.

Recordo do Almirante Aragão, notório comunista, que costumava aparecer abraçado com marinheiros. Uma promiscuidade total!

Não se pode agir assim. A hierarquia tem que ser mantida e ele não só saía abraçado como era conduzido nos ombros dos marinheiros; uma verdadeira baderna.

Era a inversão da disciplina e da hierarquia, valores imprescindíveis às Forças Armadas de qualquer país. Aliás, são pilares básicos sem os quais ocorre a falência de qualquer atividade humana.

Perto do 31 de março, estava em São Paulo e, num fim de semana, ia para Guarujá, quando, ao parar na Praça da Independência, debruçou-se na porta do meu carro um camarada e disse-me:

– Essa "mamata" vai acabar!

Era o prenúncio da revolução. Embora de licença, estava a par da corrente dos acontecimentos, integrando um grupo que trocava informações, tendo como ponta-de-lança o Raul Lopes Munhoz que, na época, era Coronel de Cavalaria, como já citei.

Fazíamos o nosso trabalho, captando opiniões e nos preparando devidamente. Felizmente, dentro desse quadro da total falta de disciplina, total inversão de valores, tínhamos um eminente militar, o General Castello Branco que, nessa ocasião, era o Chefe do Estado-Maior do Exército (ele foi meu superior na Escola Militar). Em 1964, Castello idealizou a Revolução, cujo planejamento era fantástico.

Não chamo de "golpe", pois foi uma ação regeneradora, mas a mídia, atualmente, de propósito, desvirtua tudo. Falam em "golpe militar", mas não houve nada de "golpe militar". Quando usam essa expressão me irrito, porque não foi nada disso. O Exército apenas cumpriu a sua missão prevista na Constituição, de salvaguardar as Instituições, a Lei e a Ordem.

Na verdade, o Movimento de 1964 trouxe o País de volta à normalidade democrática e constitucional.

A Revolução fortaleceu os princípios saneadores e moralizadores. O Presidente Castello Branco promoveu a depuração na hora certa. Acercou-se de homens justos, nos lugares corretos e em princípio para durar no máximo, quatro anos. Estava olhando por um prisma progressista e não retrógrado; queria entregar o Poder aos civis, o mais cedo possível.

Qual foi o grande mérito do Marechal Castello Branco? Depurou não só nas Forças Armadas mas em toda sociedade: política, civil, empresarial, trabalhista, econômica, não poupou ninguém, comunistas e corruptos.

A corrupção é outra história triste que vivemos, especialmente no campo político. Dificilmente você vê isso no Exército ou nas Forças Singulares, pois nossos princípios são rígidos.

Lembro-me de um episódio em Curitiba, quando ocupava o cargo de diretor da Fábrica de Viaturas do Exército. Nessa ocasião, Major de Cavalaria, tinha passado a Subdiretor, e veio um tenente-coronel de Engenharia, mais antigo, embora de turma de formação mais moderna. Naquela época, havia essa disparidade, pois a Engenharia promovia mais rápido. Ele me chamou e ordenou:

– Você vai vigiar o Major Dória.

Major Dória, de Cavalaria, engenheiro químico que servia lá.

– Vigiar o Major Dória, Coronel?

– É isso mesmo, vocês são amigos, também de Cavalaria, freqüentemente se visitam, os seus filhos vão lá brincar com os filhos dele e quero que você o vigie.

– Não! Primeiro, não sou da 2ª Seção – neste caso seria funcional e não pessoal. – Estou seguindo o regulamento, a norma. Então, não posso fazer isso!

– Então, vou mandar a ordem por escrito.

– Não faço! – retruquei.

– Você está preso!

Deu-me voz de prisão. Falei:

– Dê-me licença Coronel, vou me queixar. Não estou mais sob suas ordens, vou me apresentar no Quartel-General (QG).

O Aurélio de Lyra Tavares, se não me engano, era o Comandante da Região Militar, naquela época. Fui ao QG, apresentei-me ao General e expliquei:

– General, o Coronel quer que eu espione as ações do Major Dória, mas eu não sou o S/2.

– Ele não pode fazer uma coisa dessas – disse o general.

Era simples perceber como o comunismo estava infiltrado. O meu chefe era comunista, havia um general comunista; não o Comandante da Região, mas um general subordinado ao comando da Região.

Claramente, ocorria infiltração comunista no Exército; você encostava no sargento, o camarada era comunista, o outro soldado era comunista.

Isso em 1964?

Não, isso tudo antes de 1964, nos anos precedentes. Em 1964, atingiu o ápice e no dia 31 de março ocorreu o que a mídia chama de golpe, mas não foi nada

de golpe. Apenas, a reação cívica do Exército, das Forças Armadas, que tiveram a coragem de restaurar a Constituição.

E o que dizem da Revolução? Ela produziu coisas boas e sofreu acidentes de percurso. Temos que ter a coragem de falar o que é bom e o que é ruim, mas a resultante final é ótima.

Fizemos Itaipu, tomei parte na construção de Ilha Solteira, recebi uma medalha de prata, quando fizemos o primeiro concreto sob refrigeração. O primeiro concreto refrigerado foi o de Ilha Solteira e eu dirigi o grupo que fez isso, uma equipe composta por um americano, um inglês e um brasileiro. E mais a Ponte Rio–Niterói, e tantas outras grandes obras.

Estou comentando alguns benefícios da Revolução.

Como engenheiro técnico fui nomeado para estudar a malha ferroviária, que queríamos construir, cinco mil quilômetros; e realizei o estudo completo. Era o presidente da comissão nomeado pelo Ministro Macedo Soares.

A Revolução também desenvolveu as áreas de siderurgia e fertilizantes. Fizemos a Embratel, na área de Comunicações, cujo presidente foi o Alencastro, um colega meu. Na parte social e comunitária foram inúmeras as ações de grande utilidade, colimando objetivos fantásticos.

Tudo feito pelos governos da Revolução.

Falemos um pouco sobre o Médici (Emílio Garrastazu Médici), pois com o Costa e Silva (Arthur da Costa e Silva) tive pouco contato. No Governo Médici fui à Argentina, a serviço. Na época, estavam ativos os *montoneros*.

Um grupo de esquerda que pretendia tomar o poder pelo terrorismo.

No Brasil, também, tínhamos terroristas terríveis, sanguinários. Encontrava-me em São Paulo, quando o traidor Capitão Lamarca, que servia em Quitaúna, burlou seus companheiros e roubou mais de cem fuzis FAL (Fuzil Automático Leve) do 4º RI (Regimento de Infantaria). Com isso, entre outros males, acabou com a carreira do seu comandante, Coronel Lepiane. Depois da deserção, Lamarca roubou, assaltou e assassinou. Naquela época trucidou a coronhadas um Tenente da polícia – Alberto Mendes Júnior – no Vale da Ribeira .

Matou a coronhadas para não fazer barulho.

Esfacelou o cérebro dele.

Lamarca, traidor, desertor, foi indigno em todos os atos que praticou.

Então, no Governo Médici acirrou-se o terrorismo e eu acompanhei a reação das autoridades. Presente à Comissão Militar Naval, situada na Rua Rego Freitas, no quinto andar, estourou um ato terrorista no prédio em frente e, de propósito, metralharam o prédio da Comissão. Localizados no nível acima do quinto andar e

mais alto, foram repelidos pelo Exército e a policia, a própria Marinha liberou o pessoal que servia lá. Fiquei só observando, nem cabia sair, não era a minha missão.

Houve portanto uma violenta ação de guerrilha na cidade.

Guerrilha urbana mesmo.

Agora, como é que o Presidente Médici acabou com a guerrilha? Ele não era arbitrário, era um homem equilibrado, mas foi pressionado pelo inimigo.

Teve que reagir à altura.

Em que pese as ações dos terroristas serem violentas, sempre trabalhamos em benefício do País, não fizemos nada de errado.

Depois do Médici e do Geisel (Ernesto Geisel), elegeu-se o General Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo), meu amigo, e colega de turma desde o Realengo, conhecia-o bem, e acompanhei interessado a vida dele. Uma vez almoçamos no Serviço Nacional de Informações (SNI) e ele me disse:

– Bueno, eles querem me fazer Presidente mas eu não desejo.

Contarei um episódio curioso do qual participei. O General Silvio Frota (Silvio Couto Coelho da Frota) também era amigão meu; servimos no 5º RCD, em Curitiba, como tenentes, ele mais antigo. Naquela época, Frota tinha uma rivalidade com o Figueiredo, ambos de Cavalaria, e um desencontro com o Presidente Geisel, cujo Chefe da Casa Militar era o General Hugo de Andrade Abreu.

O Presidente Geisel resolveu demitir o Ministro do Exército. Inconformado, o General Frota convocou todos os generais comandantes das Grandes Unidades do Exército para que comparecessem a Brasília. Mas Geisel manobrou e mandou recebê-los no aeroporto da cidade. Frota pretendia reunir todos os generais contra o Geisel, entretanto o Hugo Abreu antecipou-se – os generais não chegaram até a Sala *Vip*; pegou-os na porta do avião. O Ministro do Exército ficou sozinho, não recebeu ninguém, e foi substituído pelo General Bethlem (Fernando Belfort Bethlem).

Costa e Silva, apesar de muito criticado, fez coisas excelentes. Foi obrigado a assinar o Ato Institucional nº 5 (AI-5); quem viveu aquela época sabe que ele foi obrigado a isso, para restaurar a normalidade que vinha sendo ameaçada.

Quando o Figueiredo assumiu, fui à sua posse e até conversamos. Entretanto, ele foi mal assessorado, porque promoveu uma anistia descontrolada, dita ampla e irrestrita.

Não podemos confundir democracia com liberalidade, decorrente do uso errado da mídia, que veio a ocorrer no Governo do Presidente Figueiredo, em face da abertura. Ele mesmo me disse isso lá no Clube Militar, quando falou:

– Bueno, cometi um erro.

Qual foi o erro que ele cometeu? Permitiu a volta daqueles que eram baderneiros, que eram corruptos, o Brizola é um exemplo disso.

Tudo isso, ele permitiu em nome da abertura democrática que o Presidente Geisel tinha iniciado.

A situação atual é de crise total e é inegável isso. Acabamos entregando o Poder para uma turma rancorosa que veio com o Fernando Henrique: Mário Covas, José Serra e outros, todos com espírito vingativo.

E a mídia, até hoje, distorce os fatos sobre a Revolução.

A própria Prefeita de São Paulo não recebe general; entretanto, há dez anos, servimos de liame entre o Exército e a comunidade de São Paulo; fazemos isso, por intermédio de ações sociais, distribuímos cestas de Natal etc. Mas ela não recebe general. Alertei ao Rui Falcão, que é o Chefe-de-Gabinete dela:

– Os senhores estão confundindo, pois não estão recebendo aqui um político; estão recebendo uma Instituição e vocês são uma Instituição, também. Quando falamos com vocês, não falamos com o Partido dos Trabalhadores (PT), falamos com a Prefeitura do Município de São Paulo.

Mas eles são preconceituosos e vingativos.

Estou trabalhando para o sucesso das comemorações do Sete de Setembro, sem ganhar nada. O nosso Sete de Setembro, uma festa nacional, não sai uma notícia na mídia, não dão a menor importância. Então, entendo que devemos fazer o mesmo por um evento histórico, que de modo preconcebido é mal-explicado e maldifundido, porque aqueles que detêm o poder na mídia distorcem o que fizemos a partir de 31 de março de 1964.

A mídia hoje estranhamente age dessa forma.

E isso faz com que a memória brasileira, paulatinamente, vá sendo vilipendiada, criminosamente adulterada.

Recentemente, fiz uma palestra sobre civismo no Rotary, cerca de três meses atrás, e disse:

– Vocês civis são iguais aos militares, com uma pequena diferença. O civismo para os militares é um culto, vivo em nossa alma, fruto do exercício da profissão, o de vocês é preciso estimular!

O senhor poderia agora, no final da entrevista, deixar uma mensagem, sobretudo para os jovens que vão construir o Brasil do século XXI?

Volto à mídia que desinforma e aos que mistificam os fatos, que descaracterizam aquilo que os brasileiros fazem de bom pelo nosso querido e sofrido Brasil.

Não vemos nenhuma reação positiva, de peso, para que esse quadro se modifique. Sou professor, também, dou aulas em faculdades na área de Informática.

Observo a negligência com que é tratada a História do País. A sociedade brasileira, apática, é conduzida pela mídia, atraiçoada por interesses escusos.

Nesse sentido, faço um apelo aos jovens, aos companheiros que estão começando a carreira: sigam em frente substituindo os que já lutaram, prossigam no resgate da memória brasileira, pela sagrada lembrança dos que nos procederam: Caxias, Osório, Tamandaré, Rio Branco e tantos outros.

Como Antônio João, um cavalariano que morreu com 15 homens, em Dourados, no Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai, por amor à terra que defendia.

Como o General Ayrosa (Ernani Ayrosa da Silva), da minha turma, um dos vitoriosos na Itália, honrado pelos Estados Unidos e pela França.

Como o Sargento Max Wolf Filho, morto numa patrulha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, cortado ao meio por uma rajada de metralhadora. Serviu em Curitiba comigo.

Como tantos outros, como o Tenente Serpa (Alípio Serpa), que morreu, após seu navio ter sido torpedeado. Para salvar um cabo, afogou-se (cedeu seu salva-vidas) e o cabo sobreviveu.

Esses são alguns atos de heroísmo não fabricados, heroísmos próprios do coração, nascidos do patriotismo e da vibração cívica.

Quando venho às solenidades aqui no quartel, correm-me as lágrimas, ao ver a bandeira tremulando. Essa emoção deve somar-se ao respeito às leis, à hierarquia, à família, à esta Nação fabulosa.

Existe hoje no Brasil uma incrível inversão de valores: uma Comissão de Direitos Humanos tendenciosa e ideologicamente pervertida que reconhece o direito de assassinos e bandidos, mas daqueles que morreram pela Pátria, ou pela lei, não. Hoje estão esquecidos, ao passo que aqueles que mataram, que assaltaram bancos, que violentaram, que quebraram todas as regras, esses viraram “heróis”.

Concito vocês, jovens, a que respeitem a Pátria, a família e a sociedade, mas não apenas “de boca”. Se cada um oferecer uma pequena engrenagem nesse conjunto, o sistema funciona bem e vai em frente.

Os brasileiros precisam urgentemente de restaurar a dignidade e exaltar a memória de seu País. Em São Paulo, Estado que foi representado em combate, na Segunda Guerra Mundial, pelo 6º RI, de Caçapava, não tinha um só monumento digno, onde se pudesse apor uma coroa de flores e honrar o soldado caído pela Pátria. Soldado anônimo, como os que vimos lembrados na Itália, quando visitei um local onde havia uma placa feita pelos alemães com a seguinte inscrição:

“Aqui jaz três heróis brasileiros!”

Essas são páginas que não podemos esquecer.

Agora, felizmente, conseguimos construir esse Panteão que se encontra na pracinha ao lado do Círculo Militar. E há três anos, com o General Licínio (Licínio Nunes de Miranda Filho), pela primeira vez, aqui em São Paulo, depositou-se uma coroa de flores no cilindro onde então os nomes dos que morreram na guerra. Chorei nesse dia. Muito bem, chorei não foi só porque fiquei emocionado; foi por um sentimento de Pátria, muito difícil para se transmitir por palavras.

Estou certo de que todo trabalho feito com honradez e seriedade, em proveito da verdadeira História do Brasil, é muito bom. A preservação da memória é muito importante para se manter sempre acesa a chama da nacionalidade e do amor ao Brasil!

General-de-Brigada Rubens Resstel

Nasceu em 18 de setembro de 1919, na cidade de Jaú, SP.

Em março de 1964, o General Resstel era Major e servia no Quartel-General do II Exército, atual Comando Militar do Sudeste, no tradicional aquartelamento da Rua Conselheiro Crispiniano, no Centro da cidade de São Paulo.

Aspirante-a-Oficial de 1944, participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) como observador avançado do Grupo Bandeirante. O General Resstel foi Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no Curso de Artilharia, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), integrante da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e como oficial de estado-maior serviu na 4ª Divisão de Cavalaria e no Comando do II Exército. Após 1964 serviu na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e foi Oficial de Gabinete do Ministro do Exército.

Comandou o 5º Grupo de Canhões 90mm Antiaéreo (5º GCan 90 AAé) e a Guarnição Militar de Campinas, tendo sido promovido a General em 1972. Como oficial-general comandou a Artilharia Divisionária 6 (AD-6), de Porto Alegre e a Diretoria de Transportes.

Condecorado com a medalha *Silver Star*, atribuída pelo 5º Exército Americano, a Cruz de Combate de 1ª Classe, a Medalha Sangue do Brasil, por ter sido ferido em combate, a Medalha de Campanha, Medalha de Guerra, Ordem do Mérito Militar, Ordem do Mérito Militar do Paraguai e a Medalha de Artilharia do Exército Paraguaio.

Entrevista realizada em 25 de abril de 2000.

O tema a ser apresentado é a Revolução Democrática de 1964.

Devemos inicialmente enfatizar que não é nada edificante para uma Nação ver-se na situação de romper a ordem institucional. Uma Revolução, dependendo do seu sentido e das suas causas, é um direito e mais ainda um dever da Nação, quando a ordem institucional estiver sob risco. A Revolução de 1964 insere-se nesse contexto. Eclodiu numa época na qual as ideologias, que sempre repelimos, adquiriram uma forma avassaladora, em vários países do mundo.

Deveria chamar-se Contra-Revolução, porque já havia no País um movimento revolucionário visando levá-lo à condição de satélite da União Soviética, em desacordo com a índole e os valores da nacionalidade brasileira.

Os militares e civis de melhor compreensão da vida nacional, sentindo as ameaças que o futuro reservava, passaram a debater o assunto, a fim de impedir que a Nação brasileira entrasse na órbita dos países de esquerda da Europa e servisse de foco irradiador para contaminar outros lugares.

A Revolução de 1964 foi planejada em São Paulo. O exemplo paulista proliferou. No Rio de Janeiro, no Sul e no Nordeste, civis e militares passaram a entender-se, a confabular, a prever as conseqüências, se o regime comunista tão repudiado pela Nação assumisse o Poder. Hipótese que não aconteceria, porque o Exército não iria permitir; entretanto, é bem verdade que alguns poucos, dentro da Força, já se inclinavam para aquela ideologia espúria.

Devemos enfatizar bem que as reuniões, no meio militar, começaram no Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) de São Paulo. Eram capitães e tenentes, também praças graduadas, trocando informações, analisando a situação do Brasil e eventualmente a projeção dos acontecimentos. Os próprios alunos do CPOR começaram a integrar-se com os oficiais.

Depois, houve a natural expansão para outras Unidades, inclusive o Quartel-General. Nessa época, também me engajei na empreitada. Organizamo-nos muito bem, trabalhamos a ligação civil/militar, com o objetivo determinado de impedir que a Nação brasileira fosse lançada em uma aventura marxista. Enquanto isso, o principal líder comunista da época afirmava: "Já temos o Poder, falta-nos o Governo."

Os inimigos da Pátria, os sovietistas, haviam tirado a máscara e aconteceu o célebre comício junto à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Agora, a diferença era que nós, em São Paulo, estávamos organizados, prontos para o enfrentamento, cujo exemplo, conforme disse, frutificou em outros lugares, sobretudo, em Minas Gerais. No Rio de Janeiro, pelas características do Estado, não tinham se articulado tanto.

Mas há algo mais a dizer. O General Castello Branco era um homem de grande saber e magnífico combatente; conheci-o na guerra, na Itália, ele oficial do Estado-

Maior da FEB e eu 2º-Tenente. Em virtude disso, tinha acesso a ele, que era Chefe do Estado-Maior do Exército. Nos contatos que mantivemos com o General Castello e outros oficiais de alto posto, começamos a nos entender. Sabíamos perfeitamente que no Rio de Janeiro a articulação não era boa. O normal do Rio de Janeiro é acompanhar sempre o que está acontecendo. Em conversa com o General Castello Branco ele alertou: "Um movimento armado, se acontecer, não pode partir de São Paulo. Há uma animosidade natural entre quem nada tem e quem tem alguma coisa e São Paulo, no concerto dos Estados brasileiros, é o mais rico. Se chegarmos àquela grave conseqüência de sair pelas armas, deve-se começar por Minas Gerais."

E explicou, muito bem, que Minas Gerais era Sul, Centro, Leste e Oeste; ficava realmente no centro de gravidade do País. Isso é um aspecto que pouca gente tem ressaltado e o General Olympio Mourão Filho, Comandante da 2ª Região Militar (sede em São Paulo), estava ciente de nossas idéias e foi comandar a 4ª Região Militar (sede em Juiz de Fora). Então, havia um vínculo com eles (4ª RM), com quem ficamos sempre em contato e, periodicamente, alguns desses oficiais vinham a São Paulo.

Quando o General Castello Branco tomou conhecimento das linhas gerais do planejamento feito, repetiu: "Qualquer movimento armado deveria partir de Minas Gerais e não de São Paulo, porque todos se voltam contra São Paulo." Ele não queria a repetição do que aconteceu em 1932.

Frisando mais uma vez, a articulação começou em São Paulo e nessa cidade manteve seu núcleo. Depois, prosseguiu em Minas Gerais, no Paraná, no Sul, no Nordeste e em outros rincões do Brasil. O que havia de melhor desta Nação, no meio civil, se engajava conosco. Não podíamos de forma alguma permitir que o Brasil passasse para órbita da União Soviética, seria no mínimo um descalabro. Por isso dissemos "não".

Corremos sério risco. O Brasil é detentor de uma das áreas estratégicas para o equilíbrio mundial. Se entrássemos em um estado-maior de qualquer país do mundo, entre as principais áreas estratégicas identificadas encontraríamos o Nordeste do Brasil (saliente nordestino). É a parte do continente americano mais próxima do Velho Mundo e a Segunda Guerra Mundial mostrou isso quando o Brasil cedeu bases para a Marinha e Força Aérea americanas. Também se deslocaram tropas do Centro-Sul do País para o Nordeste, quando a guerra se desenvolvia no Norte da África. Tanto é que os expedicionários, como são conhecidos os integrantes da FEB, estavam preparados para desembarcar no Norte da África.

Justifica-se, desse modo, conseqüente de orientação da União Soviética, o esforço para uma revolução no Nordeste brasileiro, a fim de passar aquela parte

toda para a órbita da URSS. Estávamos bem informados e conhecíamos os riscos que estávamos correndo.

Com todo o planejamento feito pelo General Castello Branco, esperamos o momento certo para sairmos dos quartéis, porque sabíamos que já estavam vindo agentes soviéticos para o Brasil, alguns deles com malas cheias de dólares. Depois verificamos que se tratava de dólar falso para enganar os "caipiras". Nessas circunstâncias, não havia outra saída senão a reação armada.

Debelamos o risco que poderia deixar o Brasil em uma situação muito difícil em face das nações da América e do mundo ocidental. O momento certo chegou quando houve o comício na Central do Brasil, promovido pelos comunistas. No próprio Governo Federal encontravam-se os adeptos da doutrina comunista. Havia em outros partidos políticos, com menor expressão, mas também de esquerda.

São Paulo deu o pronto para Minas Gerais sair. Como dizia o General Castello Branco, São Paulo não poderia iniciar a Revolução. Enquanto Minas Gerais se lançava, tomamos conta de todas as estações de rádio; deixamos só uma no ar, cujas mensagens nós controlávamos. Passado algum tempo, bem entendido, São Paulo se mobilizou e desmoronou-se todo o esquema montado por aqueles que queriam que o País mudasse de rumo. Foi uma revolução sem sangue, simplesmente por ter sido muito bem planejada e mais bem executada.

Foi muito marcante, como o senhor disse. Lembro certas organizações de caráter sindical, como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e o Fórum Sindical de Debates, em Santos, cujos líderes tanta força alardeavam. (Lembro-me de um nome: Dante Pelacani, e muitos outros que enlamearam essa época da nossa História.) Aparentavam, queriam demonstrar que tinham força para tomar o Poder no País, mas isso tudo desmoronou de repente, quase sem reação. Foi assim que o senhor viu?

Uma razão fundamental para o rápido desmantelamento do Governo Goulart foi que a Nação estava conosco, o que havia de melhor nesse País. Quando digo de melhor não falo dos mais ricos ou mais abonados, falo do operário, do lavrador que não queria saber de um regime ateu no Brasil. Por isso a Nação inteira levantou-se, mas o Exército tinha que dar o exemplo e dar a partida; foi o que aconteceu.

Primeiro em Minas. No momento em que o País passa a saber que Minas Gerais tinha se revoltado, São Paulo aderiu e partimos para o Rio de Janeiro, ultrapassando a serra. Relembro o contexto de que São Paulo, Estado mais rico, despertaria animosidade natural contra sua atitude.

Próprio do povo do Rio de Janeiro, sua característica: fica sem saber de que lado vai ficar. Mas, quando as tropas de Minas e de São Paulo atravessaram a Serra da Mantiqueira e se encaminharam na direção do Rio, eles acordaram e resolveram o assunto, e no fim só fomos desfilar por lá. Mas foi com o nosso exemplo, é como relatei no início.

Não é edificante ver-se na contingência de derrubar a ordem instituída, mas também não se pode admitir que esta própria ordem venha a ser conspurcada; por essa razão nos levantamos naquela época, e com toda força, para impedir um mal maior.

Convém sempre registrar o agravamento da aflição da família brasileira. Notadamente em São Paulo, estávamos sentindo, até por instinto, que algo de ruim poderia acontecer, uma convulsão grave no País e foi justamente por isso que nos articulamos e planejamos a Revolução. Foi muito bem planejada, inclusive, atribuindo à Minas, Estado central, a prioridade. Aliás, existe mineiros em toda parte do País.

Essa foi a concepção. São Paulo teria que se levantar, também, por ser o Estado mais forte, de maior expressão, mas não deveria iniciar o processo. Realizou-se um planejamento sério e bem-feito, não houve, assim, um arroubo emocional.

A União Soviética tinha um projeto para conquistar o mundo.

Antes, lutamos contra a tirania de Hitler; não poderíamos nos aliar às tiranias de Stálin.

General, penso em outro fator que favoreceu a precedência dada a Minas para o início da Revolução de 1964, como o senhor frisou há pouco. Foi a presença do General Mourão Filho no comando da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, cujas idéias favoráveis à democratização do Brasil, à preservação da liberdade e de respeito aos ideais históricos do Brasil já eram conhecidos.

O General Mourão, antes de servir em Minas, foi Comandante da 2ª Região Militar em São Paulo. Ele já nos conhecia e sabia das articulações que estávamos fazendo, tanto é que, antes de partir na direção do Rio de Janeiro, no dia 31 de março, mandou mensageiros a São Paulo, para saber se estávamos prontos. Sem dúvida, o General Mourão estava perfeitamente integrado conosco.

Há outros aspectos importantes sobre a Revolução de 1964, como o papel desempenhado pelas mulheres. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, estimulada pela ação feminina, repercutiu de forma positiva em outras partes do Brasil e foi um incentivo marcante para o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964. Não é a primeira vez, no curso de nossa História,

que as mulheres saíram na frente, e se a examinarmos atentamente, verificaremos que, em muitos casos, os homens voltaram, se aquietaram para, depois, as mulheres mandarem-nos de volta para a frente, a fim de que lutassem novamente, até alcançarem a vitória.

Esse primeiro exemplo vem das mulheres dos bandeirantes.

Sim, vem da época dos bandeirantes.

O General Castello Branco dizia: "Se resolvêssemos tudo em 48h, não teríamos a luta armada." Então, tudo foi planejado para que se resolvesse imediatamente, como realmente aconteceu.

O senhor lembrou agora da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com uma participação ativa de organizações de mulheres. Em São Paulo foi muito expressiva e levou mais de um milhão de pessoas às ruas.

General, uma vez desencadeada a Revolução, na verdade uma Contra-Revolução em oposição à revolução marxista que estava em marcha, e representando a vontade da população, a próxima pergunta seria a seguinte: O que mais se esperava dos novos governantes? Mudança de mentalidade, honestidade, surto de progresso do País, punição dos corruptos e subversivos, administração competente, uma nova ordem para governar o Brasil?

Todos estes anseios. No início, vamos dizer, foi um alívio quando escolheram para a Presidência da República quem melhor poderia entender e executar tais anseios: o General Castello Branco, um homem sério, competente, inteligente e um grande patriota. Justamente toda essa gama de preocupações foi respondida com a indicação do General Castello Branco para Presidência da República.

Uma vez então escolhido o General Castello Branco, ele estaria em condições, como realmente demonstrou, de implantar uma administração honesta, impulsionar o progresso do País, mudar a mentalidade derrotista para uma mentalidade patriótica, implantar o pensamento empresarial moderno, além de ter ordenado a punição a muitos inimigos do Brasil.

Executou uma administração competente, o Brasil teve um grande impulso de progresso e se transformou, em algum tempo, na oitava economia do mundo.

Os inimigos internos da Pátria e os inimigos externos não se conformaram; através dos políticos inescrupulosos e de grupos armados, os inimigos do Brasil empreenderam uma escalada de terrorismo.

A Revolução, atendendo aos anseios da Nação brasileira, além do feito maior que foi livrá-la do marxismo, também, impulsionou o progresso do País através de

governos competentes, honestos, patriotas; isso tudo causou muita inveja, uma decepção muito grande nos políticos inimigos do Brasil, e aí desencadearam um terrorismo cruel e traiçoeiro, para ensangüentar a Nação brasileira. Isso, seguramente, obrigou a que os governos de então empreendessem uma escalada revolucionária e assinassem os Atos Institucionais. O senhor gostaria de falar algo sobre isso?

Vamos voltar ao Presidente Castello Banco. Arguto, concluiu que, para empreender a recuperação do Brasil, de forma a imperar a Ordem e o Progresso, tinha que assumir determinadas atitudes. Os derrotados de 1964 estavam se rearticulando, com orientação e recursos vindos do exterior, para tumultuar a vida do País. Havia necessidade dos chamados atos institucionais, que deram ao Presidente maior força para poder agir.

Sabíamos, nos momentos que se sucederam ao Movimento de 1964, que a União Soviética estava planejando o emprego de seus agentes no Brasil, brasileiros e de outras procedências, no sentido de recuperar para eles esta área imensa da América do Sul, principalmente, por causa do saliente nordestino; os inimigos tentaram, realmente, uma reação. O fato do Brasil não ter aderido a seus círculos de países dominados ou simpatizantes foi uma grande derrota para a União Soviética. Daí seguirem-se os atos institucionais, porque a Nação estava correndo risco.

Vou fazer uma revelação. Após o término da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida em dois países: Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental. A Ocidental, na órbita dos países democratas e a Alemanha Oriental dominada pela União Soviética. Depois da guerra, a União Soviética passou a coordenar aqueles países todos do Leste Europeu: Romênia, Hungria etc. Ampliou sua influência, e após a derrota sofrida no Brasil, já estava planejando como recuperar o País para tornar-se mais um satélite. Ficávamos sabendo disso tudo, porque o Serviço Secreto Alemão, da República Federal da Alemanha, nos informava. Eles tinham um serviço de inteligência – na época de informações – dentro da URSS, principalmente da Alemanha Oriental.

Posso dizer com conhecimento de causa, pois fui à Alemanha, e eles nos mostraram tudo, inclusive, existia um mapa da chamada Grande Alemanha e encimando a parte oriental estava escrito: “Parte da Alemanha atualmente sob outra administração.” Estavam pensando em trazê-la de volta e conseguiram depois. Os alemães possuíam um serviço de inteligência muito bom, tanto que se quiséssemos saber, por exemplo, de um chefe político de Vladivostok, ou de outro lugar qualquer, eles nos informavam tudo a respeito.

Faziam esse intercâmbio.

Informavam até se não se dava bem com a mulher, se gostava da sogra e todos os detalhes que precisássemos saber. Naquela conjuntura, era vital para os alemães ocidentais manter um bem montado serviço de inteligência. Qualquer outra convulsão mundial, a União Soviética poderia apoderar-se da outra parte do país. Naquele tempo ela estava no auge, era um império que ia do Atlântico ao Pacífico, que mantinha muitos países em sua órbita.

A questão brasileira deve ser entendida inserida na estratégia mundial. Por isso que insisto em destacar a importância do saliente nordestino. Foi chamado de "Trampolim da Vitória" por ingleses e americanos. Exerceu importância fundamental como suporte de bases aéreas e navais na Segunda Guerra Mundial. Assim, ao descrever questão como esta, deve-se examinar o quadro mundial, a situação que a precedeu e qual a sua projeção para o futuro. O Brasil dominado por uma ideologia que todos repelíamos seria um desastre total. Somos um País muito importante para sermos ignorados pelos outros, principalmente pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos.

Então ficou caracterizado, em face dessa importância do Brasil, que o senhor bem destacou, que a União Soviética não se conformou e acionou os seus agentes para uma tentativa de retomada do Poder no Brasil, em oposição à Revolução de 1964. E isso obrigou que fosse assinado, sobretudo, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e que fosse empreendida uma dura luta contra o terrorismo.

Os terroristas foram danosos e o Governo teve que se articular para responder a esta ação. A pergunta é a seguinte: O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo no Brasil?

Tratou-se de um período delicado. Pessoas foram para o cárcere; realizou-se exaustivos interrogatórios, pois era impositivo saber. Estavam acionando o terrorismo em todas as partes do Brasil, notadamente nas áreas mais importantes como São Paulo e Rio de Janeiro. Praticavam o terrorismo indiscriminado, como jogar bombas que até arrancaram a perna de um menino.

Realizaram assassinatos seletivos, como o do Capitão Chandler, do Sr. Boilensen (Grupo Ultra) e outros.

Lançaram-se ao terrorismo e ao assassinato, induzidos por agentes soviéticos.

Os métodos, que foram fortes, mobilizados pelos governos revolucionários, nada mais fizeram do que responder ao terrorismo proveniente do outro lado. A História deve ser bem ilustrada para sua compreensão.

A tendência de quem perdeu a guerra é culpar o que ganhou. Hoje os terroristas se fazem de vítimas, até recebem indenizações. Em decorrência dos

atos institucionais, companheiros nossos que estavam em uma linha errada foram reformados, mas continuaram recebendo os proventos da reforma, e os que, porventura tivessem falecido nos encontros, que foram poucos, as famílias foram amparadas, não deixamos ninguém ao desamparo.

Felizmente a Revolução foi feita à moda brasileira, não morreu tanta gente, morreu um aqui e outro ali. Hoje, os adeptos da linha comunista ou semelhante fazem um estardalhaço imenso; parece que transformamos o Brasil em um enorme centro de torturas. Fazem isso para embair a opinião pública, procuram modificar o pensamento do povo brasileiro.

O senhor acha que o trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi meritório neste contexto como, por exemplo, a divulgação de realizações como saneamento político administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alçamento à posição de oitava economia do mundo e outras conquistas e realizações? O senhor acha que o trabalho de divulgação desses feitos foi efetivo ou deixou a desejar?

Não foi apenas ineficiente, foi quase nulo. O próprio Presidente Castello Branco dizia que não queria a repetição daquele antigo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), do tempo de Getúlio, pois era um homem extremamente escrupuloso e não queria que existisse uma propaganda, inclusive das medidas que tomou no sentido de sanear o Brasil e de recuperar a economia brasileira.

O General Castello Branco era avesso a isso, mas creio que exagerou. Afinal, "nem tanto ao mar, nem tanto à terra". Manter um sistema de informação à população seria importante. Um cidadão tem o direito de saber o que o Governo está fazendo e qual a projeção dos fatos. Foi uma falha, um excesso de cuidado do Castello Branco. O Presidente Costa e Silva melhorou um pouco, mas por causa desses escrúpulos do General Castello Branco, muita coisa contra a Revolução espalhou-se por aí, pelos ares, sem que representasse a verdade. E aliás os comunistas são hábeis nisso.

Os democratas com seus escrúpulos acabam perdendo nesse campo; já quem não tem escrúpulo inventa, distorce, mente.

E com isso o verdadeiro democrata acaba perdendo a opinião pública, que é um fator muito importante no processo.

Se isso que o senhor disse, que foi quase nulo, infelizmente, esse trabalho para a conquista da população através da comunicação, em termos de Brasil, para a opinião pública internacional foi pior ainda. E ainda havia maus brasileiros que saíam para falar mal do Brasil no exterior.

Isto porque não possuíam escrúpulos de qualquer espécie, e se filiaram a uma doutrina estranha ao povo brasileiro.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente, ao final do ciclo revolucionário?

Não foi. O Castello Branco queria logo passar o Poder para um Governo civil, para tirar o Exército de atos que nunca praticou como Instituição, e jamais praticaria.

Muitos oficiais, entre os quais me incluo, pensávamos da mesma maneira. Tínhamos políticos qualificados para levar o País à frente, mas acontece que os próprios comunistas não deixaram, porque não lhes interessava. Estavam sabendo que o Castello Branco pretendia entregar a direção do País para um Presidente civil. Existia até um nome que ele preferia, o Embaixador Bilac Pinto, um político de Minas.

Veja a acuidade do Castello Branco: escolheu alguém do maior centro político do Brasil – Minas Gerais; Bilac Pinto era da UDN (União Democrática Nacional), um partido sério, anticomunista, sem fanatismo; e nomeou-o Embaixador na França. O Presidente tinha admiração pela França, porque a sua geração foi influenciada pela cultura francesa e, naquele tempo, até ensinava-se francês no ginásio.

Falando em Castello Branco, quero lembrar um fato aqui ocorrido entre ele e o General De Gaulle. Note-se que todos os nossos generais presidentes ficavam um tempo previsto, depois vinha outro, que era eleito pelo congresso; agora, que "ditadura" é essa em que o "ditador" tem tempo certo para sair, e sai!? Naquela ocasião, De Gaulle estava há muito tempo no Governo da França. Ele veio ao Brasil e no avião – sei disso porque estava lá – do Rio de Janeiro até Brasília, os dois conversaram em francês. Castello Branco cursou a Escola Superior de Guerra de Paris. De Gaulle disse a Castello Branco que estava preocupado com as ditaduras militares na América Latina. E o Castello Branco respondeu: "Os ditadores na América Latina não são necessariamente generais como eu e o senhor."

Aí o De Gaulle mudou de assunto.

Falando do momento atual, e o "revanchismo"?

O "revanchismo" sempre existiu e sempre existirá, e só não é mais intenso agora porque não tem apoio na opinião pública. O cidadão comum no Brasil de hoje quer trabalho, a preocupação atual, para todos, é não perder o emprego, é continuar trabalhando e sustentar a sua família, em busca do melhor; isso é nor-

mal no ser humano. Mas o “revanchismo” existe sim, sempre existiu, principalmente por palavras, discursos nas Assembléias, no Congresso, na Imprensa; é um “revanchismo” verbal. A mocidade, hoje, não quer saber mais de ação; sabe por palavras e discussão. Tudo indica que não haverá mais ação terrorista.

Até hoje falam, principalmente nos jornais, mas omitem que naquela época havia pleno emprego. Durante o chamado regime militar, os empregados, às vezes, se articulavam, iam ao patrão pedir aumento, que era possível conceder porque a Nação estava progredindo. Havia emprego satisfatório para todos.

Aqui mesmo, em São Paulo, as indústrias viviam “roubando” empregados umas das outras, para poder compor os seus quadros. Mas o “revanchismo” existe sempre, dos políticos que perderam a sua vez no Governo daquele regime e que hoje têm que se conformar com um regime democrático.

Medidas importantes foram adotadas, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Poucos falam nisso. O FGTS fez com que o empregado se fixasse mais na empresa, porque ele só teria vantagem nisso. Caso saísse, se fosse mandado embora, dispunha do Fundo de Garantia. Foi uma das muitas medidas de alcance social, muito bem planejada e mais bem executada no Governo Castello Branco, além de várias outras similares.

Alguns, naquela época, os mal-intencionados, achavam que a Revolução tinha sido feita contra o operário, contra o pobre, mas não foi nada disso, foi exatamente o contrário. Todas as medidas implantadas pelo Castello Branco foram continuadas pelo Costa e Silva e pelo General Médici.

A única coisa que se pode criticar é que houve uma sucessão de generais, mas todos homens de bem, corretos. Em um mundo bipolarizado como naquela época, de um lado o Ocidente e do outro a União Soviética com seus satélites, talvez fosse mesmo necessário um homem educado na escola da disciplina, da ordem e do patriotismo. Por isso que houve aquela sucessão de presidentes militares. O próprio General Castello Branco pretendia ter um sucessor civil, como já disse, mas os comunistas não deixaram, porque iniciaram o terrorismo e com isso, então, atraíram o General Costa e Silva e, depois, o General Médici.

Servia com o General Médici lá no Sul e sou testemunha de que recusou tanto quanto pôde a Presidência, mas todas as indicações se encaminhavam para ele; e inclusive dos políticos, que sabiam tratar-se de um homem de bem, sério e que poderia formar uma boa equipe, de pessoas capazes, patriotas e empenhadas no trabalho. Vemos muitos políticos que atingem até a direção de ministérios, mas que não gostam muito de trabalhar. Naquela época, havia o exemplo do próprio Presidente militar, que chegava cedo e saía tarde.

O senhor trouxe informações valiosas em sua entrevista e, desde já, somos muito gratos. Pediria que deixasse uma mensagem final para os nossos militares mais jovens, que vão saber da história real, desses eventos importantes para o Brasil, através de depoimentos como este que acabamos de ouvir.

O Exército Brasileiro nunca faltou à Nação. Nos momentos críticos sempre aparece para pôr a casa em ordem e sempre atento à projeção para o futuro. E por isso os jovens oficiais precisam louvar-se nos seus antecessores, fiéis ao espírito de ordem e de patriotismo.

General-de-Brigada Oacyr Pizzotti Minervino

Nasceu em 4 de abril de 1938, na Cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal do Brasil. É oficial da arma de Artilharia, formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1959. Como major, foi professor da cadeira de Português na Academia Militar de West Point, nos EUA.

Como coronel, foi Comandante do 2º Grupo de Artilharia Antiaérea, em Osasco-SP, instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro-RJ e Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, nas Assessorias nºs 2 e 3, em Brasília-DF.

Foi promovido ao posto de General, em julho de 1991, tendo exercido os seguintes cargos: Comandante da Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Exército (AD/4), em Pouso Alegre-MG; Comandante da Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações-MG; Diretor de Promoções e Diretor de Inativos e Pensionistas, quando esteve à disposição do Departamento Geral de Pessoal para planejar a informatização do Sistema de Pessoal do Exército Brasileiro.

Transferido para São Paulo, fez a informatização do Planejamento Logístico do Exército.

Já na reserva, passou à disposição do Comando Militar do Sudeste, onde planejou a implantação do sistema de informatização desse Quartel-General.

Entrevista realizada em 28 de novembro de 2000

Em primeiro lugar, congratulo-me com a decisão do Comandante do Exército de criar este projeto que visa a preservar a memória de fatos importantes vivenciados pela instituição. Não podemos esquecer de que somos herdeiros do passado, que devemos honrar, e do compromisso de proporcionar melhores condições àqueles que nos sucederão, a fim de que, orgulhosos de seu Exército, tanto quanto nós próprios, possamos, cada vez mais, elevá-lo e dignificá-lo.

Neste início de depoimento, creio ser conveniente descrever, de modo sucinto, o ambiente existente no meu quartel e no País, antes da Revolução de 1964. Meu ponto de vista será de um personagem tenente, em seu universo próprio dos pequenos escalões e cidadão, uma pessoa do povo.

Formado aspirante-a-oficial em 1959, no ano seguinte, fui servir no Regimento Mallet, glória de nossa Artilharia, localizado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Lá, surpreendi-me com a cisão entre os oficiais adeptos da linha da esquerda e os outros ditos de direita. Era evidente o antagonismo entre esses dois grupos.

No quartel onde morava – naquela época ainda era solteiro – havia, também residindo, um tenente-coronel recentemente movimentado de Cachoeira do Sul. Aguardava sua transferência para a Reserva. No jantar, invariavelmente, vinha conversar comigo, sempre buscando influenciar-me com suas idéias de esquerda, uma espécie de doutrinação sobre o comunismo. Com muito mais vivência do que eu, ele argumentava sobre os temas, sem que pudesse contestá-lo com propriedade. Desistiu de assediar-me com essa lengalenga, quando disse para ele que se a ideologia pela qual nutria tanta admiração fosse tão boa assim, os cidadãos dos países democráticos deveriam bandear-se para os de regime comunista, mas o que se via era justamente o oposto. As pessoas, ameaçadas e com risco da própria vida, fugiam das ditaduras dos governos comunistas, inclusive houve muitas mortes nessas tentativas de ganhar a liberdade.

No ambiente político do País, a situação estava tumultuada. O Presidente Jânio Quadros renunciou, em agosto de 1961, e acompanhei o trauma decorrente dessa decisão intempestiva. Jovem oficial subalterno, já casado, ainda não entendia bem como as coisas aconteciam. A realidade é que nós, militares, não temos formação política e, agravada pela juventude, faltava-me a compreensão, para entender os fatos que estavam ocorrendo no País. Apesar de procurar ler e me informar, às vezes, sentia-me um pouco perdido, para tomar decisões importantes.

Surgiu a primeira grande perplexidade: de que lado ficaria? Apoiaria João Goulart ou me manteria do lado das forças que se antepunham à posse dele. O Governador Brizola exercia forte influência e sobrelevava o sentimento de orgu-

lho regional, porque João Goulart era do Rio Grande do Sul. Houve um movimento em quase todas as Unidades no sentido da posse do Vice-Presidente João Goulart.

Meu Comandante, Coronel José de Anchieta Paz, se posicionou contra a posse de Goulart, mas constatando que estava sozinho, pois toda a Unidade optara favoravelmente, decidiu acompanhá-la, contrariando suas próprias idéias. Talvez, tenha percebido que poderia ser alijado do comando.

Decidi-me favoravelmente à posse de João Goulart, menos para acompanhar os meus companheiros e mais pelo fato de que não via argumentos plausíveis para impedi-la. Afinal, Goulart fora eleito Vice-Presidente dentro das normas constitucionais vigentes. No íntimo, porém, desconfiava que ele iria conduzir o País para o comunismo, contra o qual me colocava frontalmente. No entanto, não era, ainda, o momento de se criar antagonismos, que certamente restariam, pois permaneceria a dúvida, em não assumindo, de qual o rumo que iria seguir.

As forças militares se dividiram. Tropas do Sudeste marcharam para o Sul e ficaram frente a frente com as tropas do III Exército, no corte do Rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, gerando uma situação muito difícil, com a ameaça de uma luta fratricida. A situação ficou tensa durante bastante tempo. Em Santa Maria, tomamos nossas precauções; preparamo-nos para sair do quartel e nos mantivemos de prontidão, durante todo esse período de tensão. Havia a possibilidade de sermos bombardeados por tropas leais ao Ministro da Guerra, pois Santa Maria é um importante entroncamento rodoferroviário.

Sobreveio o acordo; João Goulart tomou posse e implantou-se o parlamentarismo. O confronto foi evitado, felizmente, porque uma revolução sabe-se como começa, mas não se tem idéia de como termina. Volto a dizer que não via razões para que nos confrontássemos, naquela época e daquela forma.

Em dezembro de 1961, fui transferido para o Rio de Janeiro, classificado no Regimento-Escola de Artilharia (depois Grupo-Escola de Artilharia – GEsA) no posto de 2º-tenente; designaram-me Comandante da Linha de Fogo da 3ª Bateria de Obuses e Subcomandante da Subunidade. O Coronel Aldo Pereira era o Comandante do Regimento, o Comandante da Bateria era o Capitão Affonso de Alencastro Graça. O Comandante da Seção de Reconhecimento era o 2º-Tenente Sylla (Sylla Esmeraldo Delorme), da turma de 1960, o Comandante da Seção de Serviços era o Tenente Caldas (Carlos Alberto Travassos Caldas Rodrigues) e tínhamos, como auxiliar do Linha de Fogo, o Aspirante Conforto (Sérgio Ernesto Alves Conforto), hoje General.

O novo ambiente nacional caracterizava-se pelas greves constantes e falta de gêneros alimentícios. Partindo do próprio Governo, tinham o intuito de tu-

multuar a vida política brasileira. Primeiro, foi a campanha pela volta do presidencialismo com incentivo aos movimentos grevistas e às manifestações de rua, orquestrados sempre pelo Partido Comunista.

A situação dos militares era bastante desagradável. Vivíamos em permanente prontidão. O GEsA apoiava os Exercícios no Terreno (ET) da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Era comum passarmos um longo período sem voltar à casa, porque regressava do campo e entrava de prontidão e, quando acabava a prontidão, de novo ia para o campo; assim era uma situação extremamente exaustiva, desgastante e que nos levava, certas horas, ao desânimo.

Pessoalmente, foi uma época muito problemática da minha vida. Desde menino, com cinco anos, dizia para a minha mãe que desejava ser oficial do Exército e, depois que alcancei o oficialato, encontrei uma instituição diferente da imaginada e na qual não gostaria de servir. Esse sonho tornado realidade transformara-se em pesadelo. Em outras profissões muda-se de emprego, mas nós militares não podemos trocar. Restava-me a opção de continuar naquele Exército que não me empolgava ou conviver com aquela situação com a qual não concordava. Como tinha mulher e dois filhos, a única solução era conviver com a situação até achar uma oportunidade para que pudesse sair; cheguei a pensar seriamente em deixar o Exército, devido às situações vexaminosas por que passávamos.

O GEsA era empregado, nessa época, no cumprimento de diversas missões estranhas ao seu preparo normal.

Houve uma ocasião em que o Governo João Goulart bloqueou a saída de arroz do Sul do País, impedindo-o de chegar a São Paulo e Rio de Janeiro. O Governo culpava os plantadores do Rio Grande do Sul e os capitalistas pela falta de arroz, mas, na verdade, sabíamos do bloqueio que era feito. Numa jogada demagógica fomos obrigados, por determinação de Goulart, a utilizar os caminhões militares para distribuir na rua o pouco arroz que chegava. Formavam-se filas intermináveis. Alguns sargentos mais jovens, muitas vezes, quando iam entregar o arroz, viam uma moça bonita e para namorar a jovem acabavam facilitando a entrega. Tal procedimento, como era de se esperar, provocava tumulto e confusões terríveis, envolvendo o Exército.

Outra situação, que visava nos desgastar e antagonizar com a população, pois sentíamos perfeitamente que era essa a finalidade, consistia nas missões de segurança das estações da Estrada de Ferro Central do Brasil. Com as constantes greves, freqüentemente recebíamos a missão de ocupar as estações e protegê-las de depredação. No entanto, tal encargo era muito mais um pano de fundo para o verdadeiro objetivo que era o desgaste. Determinava-se que apenas dois soldados

permanecessem no local para avisar que não havia trem circulando. As pessoas ficavam revoltadas.

No Grupo de Artilharia, os soldados incorporavam em janeiro e já em fevereiro tinham que participar de exercícios de tiro para a EsAO. Todo o esforço de treinamento de oficiais e sargentos voltava-se para o tiro dos obuses, visto que o prazo de um mês é muito curto para preparar o soldado recém-incorporado para realizá-lo. Alie-se ao prazo pequeno o fato de ser em proveito da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que exigia um comprometimento muito grande da nossa parte. Restava, com isso, muito pouco tempo para a instrução geral.

Pois nesse ambiente, tínhamos a missão de levar o pessoal até as estações de estrada de ferro. Os soldados nem conheciam o fuzil, quanto mais saber atirar. A formação dos motoristas militares não se completara; eram motoristas civis que, de uma hora para outra, tiveram que cumprir com o serviço militar, meninos novos, com 19 anos e, naquela época, poucos sabiam dirigir, poucos tinham automóvel. Recordo-me que uma vez o Tenente Sylla saiu com um jipe e um caminhão para distribuir os dois soldados de cada estação ferroviária e, em uma delas, quando estava saindo, naquela multidão, o motorista quase atropelou um transeunte. A massa se enfureceu e ameaçou quebrar e virar as viaturas do Exército. Ele me contou, quando chegou no quartel:

– Pizzotti, você não sabe o que passei hoje. Imagine que um soldado quase atropelou um civil, só não atropelou porque pisei no freio. Aí a turba veio contra mim. O que eu ia fazer?

– Até quero saber – respondi –, porque você chegou com o jipe e o caminhão inteiros.

– Bom, a única solução que encontrei foi a seguinte: já que não posso enfrentar a turba, vou aliar-me a ela. Subi no capô do jipe e fiz o maior discurso a favor do povo, dizendo que eles tinham toda razão e que o Exército estava com eles. Ao invés de quebrarem o jipe, eles me carregaram. Foi assim que cheguei com o jipe e com o caminhão inteiros.

– Graças a Deus! Você foi brilhante.

Um bom exemplo para ver como a necessidade faz com que tenhamos que encontrar saídas.

Nesse período pré-revolucionário, raramente saía à rua fardado, somente quando a missão ou serviço me obrigava, mas sempre armado, porque poderia ser agredido por turbas incitadas por elementos que tentavam colocar o Exército contra o povo. No entanto, mais de uma vez, fui abordado por senhoras. Pegavam-me pelo braço e diziam assim: “Tenente, o que o Exército vai fazer para acabar com

isso?" ou "Nós não agüentamos mais, chega dessa balbúrdia, chega desse Presidente!" Essa era a realidade percebida na maioria das pessoas.

O Governo manipulava no sentido de causar tumultos, greves, balbúrdias, comícios etc. Tudo era orquestrado.

Lembro de uma homenagem a João Goulart, realizada no Clube Militar, pouco antes da Revolução. Meu comandante imaginava ser promovido a general, em abril, porque era favorável às forças que estavam no Poder, e para mostrar essa posição obrigou todos os tenentes da Unidade, sócios do Clube Militar, a comparecerem à dita solenidade. Muito a contragosto, fui obrigado a ir; detestava João Goulart.

Fiquei, ainda, mais desgostoso com o que presenciei. Bando de pessoas o acompanhava, tentando agradar-lhe e a querer mimar sua mulher. Foi uma das noites mais tristes em toda a minha vida. Os detentores do Poder, parece, são como a luz que atrai as borboletas e mariposas; aqueles atraem as pessoas. Depois desse episódio, solicitei meu desligamento do Clube Militar, só voltando muitos anos mais tarde. Não podia conviver num clube que homenageava personalidades daquele tipo.

A situação se agravava. As prontidões tornaram-se comuns. Havia um plano de chamada, mas normalmente não era necessário desencadeá-lo. A ordem de prontidão saía quando ainda nos encontrávamos no quartel. No dia seguinte de manhã era suspensa e quando ia acabar o expediente voltavam com a ordem de prontidão; a finalidade, talvez, fosse desgastar o pessoal.

Entre oficiais e sargentos, o ambiente era o pior possível. Conseguiram convencer os sargentos de que receberiam regalias, caso a revolução comunista vencesse. Todos seriam oficiais; não existiriam sargentos no Exército Brasileiro. Não sei de que maneira se faria isso! Os militares ganhavam muito mal e a situação dos graduados ainda era mais grave, necessitando fazer trabalhos extras, para complementar seus salários. Assim, as praças eram mais suscetíveis à demagogia. Na minha Subunidade, havia um sargento que raramente estava presente, sempre de licença e integrava o movimento comunista. Ele fazia a cabeça dos sargentos.

É bom ressaltar que era um time de sargentos fantásticos, até hoje meus amigos, como o Sargento Severino Alves Ramos. Até pouco tempo trocávamos correspondências. Eles estavam do lado do Governo, não havia dúvida disso.

Para se ter idéia do ambiente pesado existente, quando de prontidão, um tenente permanecia acordado, de sentinela, a fim de que não se repetisse conosco o que ocorrera na Revolução de 1935, quando os oficiais foram mortos dormindo.

Não era fácil viver no Exército daquela época: comandante fraco, cisão entre praças e oficiais, grande desgaste pelo trabalho intenso e pela tensão advinda de

constantes missões na rua, como o caso relatado do Tenente Sylla. O fuzil era armamento inadequado para conter a turba e sabíamos dessa condição; só se descarregássemos as armas contra o povo, atitude que não poderíamos tomar – feria a nossa própria consciência. Todos os dias, ignorávamos como os mesmos iriam terminar. Esse ambiente desgastava a todos nós.

Eu, como tenente, desconhecia que algo estivesse sendo feito, para dar um fim a essa situação. A única vez em que tive alguma pista, algum sinal, e não entendi absolutamente nada do que foi dito. Foi em uma determinada prontidão, quando um tenente comprou um vinho branco da marca Castelo. Os oficiais sentados à mesa, eu ponderava sobre todos esses fatos que estavam acontecendo e afirmava que não agüentava mais e que estava pensando em sair do Exército. O Tenente Porto Alegre (Jorge Carlos Porto Alegre Rosa), que depois chegou a general-de-brigada, interveio:

– Pizzoti, fique calmo porque este vinho "Castelo Branco" vai nos salvar.

Sinceramente, não entendi coisa alguma e, ainda, tentei questionar. Ele insistiu:

– É o vinho que vai nos salvar; tome dele que você vai ser salvo.

Ficou nisso a conversa. Depois entendi o que ele quis insinuar, um mês antes.

Feito este resumo dos fatos que cercavam o ambiente pré-revolucionário, dentro da minha visão de tenente, rememoro a seguir os acontecimentos que vivi, ligados à eclosão da Revolução de Março de 1964.

Nessa época, matriculara-me no Curso Brasil-Estados Unidos, de ensino do idioma inglês. Faltava muitas aulas devido ao serviço e prontidão. No dia 31 de março de 1964, quando cheguei à casa, a minha mulher me transmitiu o seguinte recado:

– Olha, um colega seu, Hélcio Silva, esteve aqui e deixou recado para, assim que você chegasse, se dirigisse para o quartel. Está de prontidão.

– É, mais uma – comentei.

Estava tão acostumado que nem "dei bola". Peguei o paletó e a gravata, daquelas de pendurar no colarinho – para entrar no quartel era preciso paletó e gravata – e com a mesma calça e camisa que usava saí com a pastinha com que sempre ia ao Grupo. Fui na maior calma.

Os trens estavam parados por motivo de greve dos ferroviários. Embarquei num ônibus com destino ao GEsA, na Vila Militar. De Marechal Hermes não havia como prosseguir, todos os transportes parados. Também não era novidade, naquele tempo, e resolvi correr, era tenente, jovem, de Marechal Hermes até a Vila Militar.

Entrei no quartel e perguntei o motivo da prontidão. Um colega disse:

– Você não sabe o que está acontecendo!?

– Não! O que está acontecendo?

– As tropas de Minas estão vindo para o Rio de Janeiro e a 2ª Bateria já saiu para Resende.

Não consegui entender. Se a tropa está vindo de Minas para o Rio, o que foi fazer em Resende, que é para o lado de São Paulo.

A 2ª Bateria, que já estava completa, saiu na frente das demais. Deveríamos nos preparar para partir, também, na direção daquela cidade, tão logo estivéssemos prontos. Coloquei o uniforme e me incorporei aos preparativos em andamento. Carreguei as viaturas com munição de artilharia, inclusive, conforme a ordem recebida, a sétima peça, que eram duas viaturas de 2 ½ toneladas.

No dia seguinte, 1º de abril, pela manhã, iniciamos o deslocamento na direção de Resende. A munição individual transportada em cunhetes, na carroceria das viaturas, só foi distribuída aos oficiais. Os sargentos levavam seus armamentos, mas sem munição. Deslocamo-nos em velocidade normal pela pista única da Rodovia Rio–São Paulo da época. Pouco antes da fábrica Dupont, nas cercanias de Barra Mansa, paramos. Até este momento, ninguém sabia por que estava indo para Resende e qual era a nossa missão.

Devo dizer que a confiança entre mim e o meu Comandante de Bateria, Capitão Alencastro, oficial excepcional, era mútua. Considero-o e o Capitão Lacy Antônio Haas dois grandes comandantes. Aprendi bastante com eles. Haas muito me orientou no meu tempo de Aspirante no Regimento Mallet.

O Comandante do Grupo convocou uma reunião com o Subcomandante, Capitão Sylvio Pereira Brunner, o Chefe da 3ª Seção, Capitão Willy Seixas e os comandantes de Bateria. O Alencastro me contou. O Coronel Aldo ordenou que as Baterias de Tiro ocupassem posição, dentro de um quadro tático de defensiva. Em dado momento Brunner perguntou:

– Quem é o inimigo? De onde ele vem?

A pergunta era pertinente pois até aquela hora não sabíamos quem era o inimigo e nem de onde ele viria. Apontar as peças para onde? O Comandante foi obrigado a dizer.

A situação do GEsA era a seguinte: a 2ª Bateria estava em posição; a Bateria de Comando espalhada, lançando fios e fazendo reconhecimentos. As 1ª e 3ª Baterias e a Bateria de Serviços com as suas viaturas dispostas em coluna, no acostamento da estrada.

Quando o Alencastro retornou da reunião informou-nos que o II Exército (atual Comando Militar do Sudeste) e a AMAN, tinham aderido à Revolução e que iríamos fazer face às tropas que vinham de São Paulo. Para tanto, íamos entrar em posição defensiva até a situação se definir melhor.

O Capitão Seixas, oficial de bastante iniciativa e reconhecida liderança, logo que terminou a reunião do Comandante do Grupo, convocou os comandantes das 1ª e 3ª Baterias, Alencastro e Silveira (José Antonio Silveira), este pára-quedista, nos quais confiava, e propôs a passagem para o outro lado. Explicou que seria necessário sigilo total; só os oficiais de nossa total confiança poderiam saber. Os capitães comandantes das Baterias solicitaram tempo para consultar os oficiais. O Alencastro nem consultou os oficiais, perguntou a mim:

– Pizzotti, os oficiais da nossa Bateria vão conosco?

– Com os oficiais o senhor nem precisa se preocupar, porque eu os arrasto.

Minha resposta com convicção estava baseada na união e afinidade muito grande entre nós, tenentes, acima do fato de ser o mais antigo. Nessa ocasião, meu auxiliar de Linha de Fogo era o Aspirante Ricardo Barbalho Lamellas, hoje General. O Aspirante Conforto, promovido a 2º-Tenente em agosto de 1963, assumira outra função. Na verdade, aquele time do GEsA era de primeira grandeza.

O Capitão Alencastro ordenou, a seguir, que mantivesse os sargentos sem munição e que nada lhes dissesse sobre nosso destino. Sairíamos como se fôssemos para um reconhecimento.

– Mas vai ser difícil esconder; reconhecimento com todo o efetivo! O pessoal vai desconfiar – argumentei.

– O problema é teu, te vira – retrucou, dando a questão por encerrada.

Os tenentes, instados por mim, imediatamente toparam. Em cada viatura, na boléia, além do motorista e o sargento chefe da mesma, como era normal, iria um oficial. Eu e o Comandante da Bateria fomos de jipe. Aproveitamos ao máximo a capacidade em pessoal das viaturas. Disse aos sargentos que se tratava de um reconhecimento e que iriam todas as viaturas. Reagiram:

– Tenente, nunca vimos um reconhecimento que utilizasse todas as viaturas!

– Certo, mas esse é um reconhecimento diferente – respondi.

Expliquei a maneira como seria feito o deslocamento, inclusive com um oficial na boléia das viaturas. Devem ter percebido que havia algo de diferente, porque não eram bobos, afinal, eles eram tão profissionais quanto eu.

– Ordens devem ser respeitadas – disse. – Eu, também, estou cumprindo ordens e não as questionei. Vamos fazer o que está sendo determinado.

O comboio começou a ser formado. Algumas viaturas da Bateria Comando estavam mais adiantadas, mas não participariam do movimento. O pessoal dessa Bateria desconhecia o que estava acontecendo. Pronta a organização do comboio fui verificar e encontrei, no fim, integrando a coluna, as viaturas de munição do Grupo, pertencentes à Bateria de Serviços. De certo modo fiquei aborrecido e transpareci aos meus tenentes:

– O que está acontecendo? Integram a coluna viaturas que não são nossas e alertei que não deviam falar com mais ninguém.

Eles explicaram. A Bateria de Serviços estava, naquele momento, sob o comando do Aspirante La Porta (Marco Antonio de Mattos La Porta), reconhecidamente contrário ao rumo seguido pelo Governo Goulart. O Comandante efetivo ficou no quartel ou fazia algum reconhecimento. O Lamellas, muito amigo do La Porta, colegas de turma, falou com ele, que resolveu incorporar-se à nossa Bateria.

A coluna iniciou seu deslocamento em direção ao Sul. Os momentos seguintes foram os mais tensos da minha vida. Teríamos que atravessar a linha de defesa estabelecida à nossa frente pela 2ª Bateria do GEsA e por um Batalhão do Regimento-Escola de Infantaria (REI). No movimento, corríamos o risco de ser alvejados pelas costas. A ação teria que ser firme, rápida e de surpresa. Estávamos saindo de um lado, para nos incorporarmos às fileiras adversárias. Todos que conhecem aquela região sabem que a estrada é totalmente encaixotada pelas elevações, que possuem completo domínio de vistas e fogos sobre ela.

Sem contar que o REI era a Unidade mais bem armada e equipada do País.

Vou ser sincero, foram momentos muito tensos, aliás, toda a viagem foi tensa. Enquanto estávamos no deslocamento, não sabíamos qual o nosso destino; depois, quando decidimos passar para o outro lado, estávamos à mercê do que viesse a acontecer.

O golpe de mão foi fantástico. Encontrava-me numa das últimas viaturas do comboio. O Comandante do Grupo, sentado no meio-fio, não era bobo, percebeu que tinha perdido o controle da tropa. Sabia muito bem que não se faz reconhecimento com aquela quantidade de viaturas. Ultrapassado, em prantos, a coluna desfilando na sua frente, exclamava: “Traidores!” “Traidores!” Soube, posteriormente, que ameaçou se suicidar, mas os oficiais que estavam perto impediram-no. Retiraram a sua arma. Não creio que fosse homem para isso.

Seguimos em frente e mais adiante paramos. Colocado à retaguarda do comboio, pouco ou quase nada sabia do que estava acontecendo. O Capitão Seixas destacou-se em busca de contato com a tropa da Academia, para alertar sobre a nossa decisão de aderir às forças revolucionárias. Saí do meu jipe e fui até a viatura onde estava o Hélcio Silva – nós o chamávamos de “Mosquetão” – e começamos a conversar:

– Hélcio, você já pensou na nossa situação?

– É, estou pensando, não é nada boa.

– Você ouviu o noticiário das rádios? Elas repetem, a todo instante, que as forças do Governo estão ganhando.

Acontecia que as estações estavam na mão do Governo e tentavam ludibriar, dizendo que as forças da revolução tinham fracassado. Naquele momento, antevíamos a derrota, ou seja, havíamos passado para o lado que fracassara, perdedor. Na conversa entre mim e Hélcio concluímos que a nossa situação era dramática. Desertamos diante do inimigo e não seríamos perdoados pelos comunistas. No mínimo vinte anos de prisão, se não nos condenarem à morte. Sabíamos ser esse o destino dos opositores do comunismo.

– Então, o que vamos fazer? – perguntou o Hélcio.

– Morro mas não vão me prender. Prefiro morrer a ser preso por eles. A minha solução é a seguinte: "você serviu em Campo Grande, eu não servi..."

E começamos a discutir um plano de fuga. Naquela época, chegar a Campo Grande era uma epopéia. Não existiam estradas, a não ser que se utilizasse os caminhos que serviam às fazendas. Outra opção era trem ou avião. De trem não seria conveniente, porque seríamos pegos. Propus ao Hélcio:

– Temos que agir de surpresa, sem dizer a ninguém. Tão logo verifiquemos que, de fato, perdemos...

O plano era o seguinte: com auxílio das nossas duas viaturas, deteríamos um carro na estrada, retiraríamos os passageiros e fugiríamos. Armas nós possuíamos, mas era preciso nos desfazer das fardas e, um carro com pessoas, na estrada, provavelmente trazia malas com roupas. Diríamos que, depois, eles seriam avisados – anotaríamos o telefone – onde encontrar o automóvel. Sairíamos na direção da fronteira do Brasil com o Paraguai ou Bolívia. O melhor seria a Bolívia, mas se chegássemos ao Paraguai, em seguida, partiríamos para àquele país e iniciaríamos, então, um movimento de guerrilha contra os comunistas. Nossas famílias seriam avisadas para sumirem, para que não pudessem forçar a nossa volta com a prisão de algum parente próximo. Hélcio concordou:

– Creio que essa é a solução.

Logo depois de acertado o plano, sou surpreendido por um grupo de cadetes armados até os dentes. Cadete é cadete, estavam adorando aquilo; enquanto eu estava preocupado com a minha família, eles achavam aquilo "o máximo". Um deles empunhava uma metralhadora .30 e trazia a fita de munição enrolada no corpo, munição real. Outro aproximou-se e apontou a arma para mim.

A essa altura, sabia que havíamos ultrapassado a linha de posições do Curso de Cavalaria da AMAN e nos encontrávamos próximos às posições do Curso de Infantaria, pois o Alencastro me avisara. No entanto, por questões de mau funcionamento dos rádios que faziam a ligação da AMAN com a Infantaria, o aviso dos cavalarianos à Academia sobre a nossa passagem não pôde ser transmitido aos

infantes. O episódio tornava-se, assim, curioso; os cadetes estavam achando que éramos inimigos. Olhei para um deles e disse:

– Meu filho, você já viu alguém atacar com Artilharia na frente? Por favor, abaixa essa metralhadora.

Ele queria brigar com alguém, estava decepcionado, porque passáramos para o lado deles. Acrescentei:

– Tenho mulher e dois filhos, estou do teu lado. Não quero morrer pelas mãos dos meus aliados; deixe-me morrer pelas mãos do inimigo. Vamos associar forças.

Ele ficou tão sem graça que me pediu desculpas e disfarçadamente foi embora. Esse foi um momento de medo.

Tudo esclarecido, fomos para a Academia e ficamos acomodados junto ao estádio, naquela parte da arquibancada que tem uma cobertura. Nossas viaturas estacionaram nas imediações.

Em seguida, o Capitão Seixas convocou uma reunião de oficiais e sargentos, ocasião em que não se mostrou muito hábil, no meu ponto de vista. Se tivesse deixado que eu falasse com os meus sargentos, por exemplo, creio que os teria trazido para o nosso lado. Seixas se expressou assim:

– Atenção! O problema é o seguinte. O II Exército aderiu à Revolução e nós passamos do lado do I Exército para o lado do II. O General Médici (Comandante da AMAN) é favorável à Revolução e é por isso que estamos aqui e vamos engrossar-lhes as fileiras contra as forças do I Exército. O momento, portanto, é de definição. Os oficiais têm conhecimento desses fatos e já se definiram: estão comigo. Os sargentos, do mais antigo para o mais moderno, quem é a favor da Revolução e quem é contra a Revolução?

Aí já viu; havia sargento que recém-concluíra o curso da Escola de Sargento das Armas (EsSA); estava tão "por fora", ou até em situação pior, quanto eu, quando era aspirante, lá em Santa Maria. Um subtenente manifestou-se:

– Sou contra a Revolução.

Quando o subtenente disse que era contra, o outro subtenente também já foi contra e os demais, até o último sargento, declararam-se contra. Então, o Seixas determinou:

– Todos estão presos. Coloquem as armas no chão.

Decidiu-se que os sargentos permaneceriam junto às arquibancadas, sob a guarda de dois tenentes, que se revezariam de duas em duas horas, durante as 24 horas do dia. Depois de todo o desgaste pelos últimos acontecimentos, surgiu mais esse encargo de vigiar os sargentos. A qualquer momento, eles poderiam

voltar-se contra nós, a única solução que lhes restava. Lembro-me do protesto de alguns sargentos mais chegados a mim, entre eles, o Sargento Feijó, que dizia:

– Tenente, não é possível, estou do lado do Governo e da Constituição e estou preso. Isso é um absurdo.

O Sargento Feijó não se conformava, porque sua mente fora muito bem trabalhada pelo pessoal da esquerda. Os outros, mais idosos, experientes, ainda oscilavam, como os sargentos Gomes e Ramos. Estavam naquela de "deixa correr para ver como é que fica"; depois as coisas se arrumariam. Sabiam, também, da minha estima por eles e, por isso, expliquei-lhes:

– Isso é circunstancial. Depois vou "brigar" por vocês; tenham a certeza de que nunca abandonei meus subordinados nos momentos difíceis.

A situação, ainda, estava obscura. As informações eram imprecisas e não havia jeito de saber, pois as estações de rádio continuavam sob o controle do Governo. Até que em um dado momento, fomos informados que haveria uma reunião, na própria Academia, do General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, com o General Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército, e que chegariam a uma decisão. Aguardamos ansiosamente o resultado dessa reunião.

Acreditava, até agora, estar no lado derrotado e eu continuava com a idéia fixa de fugir para a Bolívia, porque não me ocorria outra solução. Às 3h30min da tarde meu Comandante de Bateria, Capitão Alencastro, nos informa:

– Bem pessoal, a Revolução acabou!

– Mas como! Acabou!? Não é possível. Nós não vamos nos entregar?

– Não! Ganhamos! – esclareceu o Alencastro.

– Não posso acreditar.

Surpreendi-me, pois às 10h da manhã conversava com o Hélcio sobre o plano de fuga para a Bolívia e, às 3h30min, tudo está terminado.

Passou-se a discutir o retorno ao GEsA, no Rio. O Capitão Seixas disse ao General que não havia ambiente favorável ao regresso, enquanto o Coronel Aldo fosse o comandante. Ficou decidido que voltaríamos somente depois da passagem de comando. Permanecemos na AMAN mais algum tempo, até que fosse providenciada a troca dos comandantes, algo demorado no bojo de uma Revolução. Há providências bem mais importantes para serem tomadas. Continuamos pernoitando ali embaixo da marquise do estádio, tirando serviço de guarda dos sargentos.

Chegou um momento que não agüentávamos mais; éramos poucos para esse serviço, o dia todo. O Capitão Seixas solicitou e foi atendido e os sargentos foram transferidos para as prisões da Academia, acabando com a necessidade de

vigiá-los constantemente. Os sargentos "viraram feras" e aumentou a revolta no grupo. Exclamavam:

– Não é possível!

Aproveitei a oportunidade:

– Agora, vocês perderam e não podem mais reclamar. Eu fui o ganhador. Antes, vocês estavam vencendo, agora somos nós.

A transferência dos sargentos para o xadrez da AMAN proporcionou uma "atenuada" boa. Pelo menos, pudemos voltar a dormir, o que há mais de uma semana fazíamos, apenas, três horas por dia. Finalmente, soubemos que já poderíamos regressar. O comandante havia sido substituído pelo Coronel José Pinto de Araújo Rabelo, que depois comandou o I Exército e foi um brilhante General.

No quartel, após a volta, começamos a ouvir as histórias contadas pelos oficiais que haviam permanecido na Unidade. Um dos que ficaram foi o Capitão Belham (José Antonio Nogueira Belham). Teria havido uma reunião, no dia 31 de março, antes do Grupo sair para ocupar posições – eu não participei dessa reunião, cheguei tarde, porque estava no curso de inglês – e, naquela ocasião, o Coronel Aldo disse que o Grupo deslocar-se-ia para ocupar posições, somente acrescentando, além disso, a direção do deslocamento: São Paulo. Ato contínuo, passou a escalar os oficiais que seguiriam: fulano, beltrano, sicrano, quando chegou na vez do Belham, ele disse:

– Belham, você fica.

O Coronel Aldo sabia que o Capitão Belham pertencia ao lado contrário; até hoje ele é bastante incisivo na defesa de seus pontos de vista. O Belham teria, ainda, questionado, mas o Coronel Aldo insistiu:

– Não, eu quero que você fique.

A história que passo a registrar aconteceu com o Belham e o dentista do GEsA, de nome Abílio Moutinho. Contam que o Coronel Aldo Pereira incumbiu o Abílio de retornar ao quartel, levando a notícia da defecção de parte da Unidade. O Belham era o oficial mais graduado entre os que permaneceram no quartel. O Abílio era uma pessoa superenrolada e medrosa. Certa vez, ao extrair um dente que provocou forte hemorragia, desmaiou no consultório. O médico da Unidade, quando chegou, não sabia se atendia o dentista que desmaiara ou o paciente que estava com hemorragia. Quando o Abílio deu a notícia ao Belham, este disse:

– Se um grupo passou para o outro lado e você ficou, então você está do lado deles.

– Deus me livre! – exclamou o Abílio. – Sou da Legião da Boa Vontade, não sou de um lado e nem do outro, eu distribuo sopão.

O Belham, sem saber dos acontecimentos, supôs que fora dada a cada um a opção: "Quem quer passar para o outro lado passa, quem quer ficar, fica."

Esses foram os episódios que vivi ou ouvi dizer, relacionados com a participação do GEsA, na eclosão da Revolução. Devo registrar que me encontrava algo confuso, sem saber direito o que tinha acontecido. Mais tarde, por me sentir completamente "por fora da situação", fui ler e ouvir o noticiário e interei-me de tudo o que ocorreu naquele dia.

A vitória da Revolução trouxe novo ânimo para mim e todos os oficiais que vieram para o Exército por amor e dedicação; foi uma reviravolta fantástica. Toda aquela corrupção que campeava, as cisões internas motivadas por questões políticas, começaram a desaparecer. O lado ético do Exército passou a preponderar. Meu novo comandante, Coronel José Pinto de Araújo Rabelo, era um oficial simples, com iniciativa, excepcional; servir sob seu comando é motivo de orgulho para qualquer um. Ponderado e corajoso nas suas atitudes, mudou o ambiente do quartel.

O Coronel Aldo passou nessa ocasião para a reserva ou ainda continuou na ativa?

O Coronel Aldo não pediu passagem para a reserva. Passou o comando, aliás, já comandara os dois anos e nada mais normal que saísse. Foi designado para chefiar uma Circunscrição de Serviço Militar (CSM), no interior do Nordeste. Cumpriu o restante do pouco tempo de serviço que lhe faltava para a Reserva. Tenho a impressão de que, ao se demorar um pouco para solicitar a transferência para a inatividade, acreditava numa reversão da Revolução. Se a vitória fora rápida, era lícito imaginar que, talvez, fosse também rápido e fácil a Revolução cair.

Formou-se no País um ambiente extremamente favorável à Revolução. As pessoas, quando saía fardado, vinham cumprimentar-me, agradecendo ao Exército pela decisão tomada. Tudo que se diz hoje contra a Revolução é uma mentira deslavada. Basta ler o que a imprensa publicou ou conversar com as pessoas daquela época. A Revolução de 1964 foi um alívio para cada brasileiro. Antes dela, o ambiente era simplesmente aterrador.

Um fato me chamou a atenção, logo depois da vitória do movimento. Eu vi, ninguém me contou. Foi na antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM), que funcionava em Xerém, arredores do Rio de Janeiro, a única fábrica de veículos brasileiros, os famosos "Feneme". De serviço, com uma tropa, o que vi lá foi estarrecedor; nos postes havia escrito o seguinte: "Nesse poste será enforcado o engenheiro tal, nesse poste será enforcado fulano de tal, nesse poste será fuzilado sicrano de tal." Os nomes das pessoas estavam escritos pelos comunistas que dominavam a fábrica e pensavam, um dia, tomar conta de tudo e assassinar os desafetos. Na FNM, a mais

nítida demonstração de qual era a situação brasileira; as pessoas já tinham local certo e tipo de morte escolhida, se era enforcamento ou fuzilamento.

Tinha certeza de que seria o fim de todos os que levantassem um braço contra o comunismo, pois em qualquer parte do mundo foi assim. Comunismo é um regime "tão fantástico" que Stálin matou dez milhões de russos, Mao Tsé-tung também assassinou milhões de chineses e, no Camboja, a revolução comunista matou mais da metade da população. Acho graça, é simplesmente ridículo, quando hoje falam das torturas, dos sofrimentos, suportados pelos opositores da Revolução.

Na verdade, derrotados pela Revolução, eles foram treinar na Albânia, Cuba e outros países comunistas, até mesmo na Rússia, com o propósito de pegar em armas e desencadear as guerrilhas urbana e rural. Levaram três anos treinando, exatamente o período entre 1964 e 1967, intervalo de tempo necessário para poder organizar as células da luta armada e partirem para o confronto em movimentos tentados no sul de São Paulo, em Xambioá e nas grandes metrópoles brasileiras, apropriando-se para tal do entusiasmo dos jovens estudantes. Desencadeou-se, então, uma guerra civil surda, não há dúvida de que foi isso que aconteceu.

É bom salientar que a população brasileira, logo após a Revolução, sentiu uma certa angústia com o Governo revolucionário. A inflação prevista para o ano de 1964, herdada do Governo anterior de Jango, era de 80%. O Presidente Castello Branco, ao assumir, foi obrigado a adotar medidas recessivas, atitude normal nestes casos. Várias empresas quebraram, muitas pessoas que investiram em empreendimentos perderam dinheiro e o número de desempregados aumentou.

O próprio Castello Branco, muito sisudo – nunca vi o Presidente dar um sorriso – e inflexível, não sabia agradar as massas. Comportava-se como o Comandante de uma Força, apesar de ser uma pessoa extremamente educada e amável, opinião de todos que o conheceram, e ter se revelado grande estadista. De qualquer forma, a imagem que o povo fazia não era exatamente essa e chegou a existir grande antagonismo contra ele. Quando tenente-coronel, interessei-me em pesquisar a vida de Castello Branco. Li publicações da Imprensa Nacional tratando de seus pensamentos, retratados nos vários discursos que fez, bem como, o que ele já tinha escrito antes da Revolução. Castello Branco era um ferrenho democrata. Dizia que todo governo de força, em pouco tempo, começa a demonstrar que deseja manter-se no Poder, a todo custo.

Creio que chefiar uma revolução foi o maior desgosto para ele, razão pela qual a denominou de Revolução Democrática e tanto se preocupou em manter o Congresso funcionando. Pretendia, a curto prazo, fazer o País retornar ao regime democrático normal. Cometeu um erro, que foi o de limitar-se, dizendo que o seu

Governo completaria o período do Presidente João Goulart. Era pouco tempo para se fazer as modificações básicas necessárias para que a inflação fosse contida e o País voltasse a funcionar a contento. Gerou um antagonismo, porque ele mesmo percebeu que deveria prorrogar o seu mandato. A partir de seu Governo, o Brasil começou a melhorar.

Castello Branco, ao contrário dos radicais, não queria aplicar punições violentas aos perdedores. As sanções ficaram restritas às cassações políticas, consentindo que o indivíduo continuasse sua vida normalmente. Não promoveu perseguições e todos os vencidos puderam sair de seus esconderijos e desfrutarem uma vida normal. Sua atitude magnânima foi semelhante à de Caxias.

As forças de direita eram terminantemente contra. Sabiam que restaria o "paredão", no caso de terem sido derrotadas, e não se conformavam com a situação. Sob o efeito da recessão, Castello desgastou-se. Soube de uma reunião na Vila Militar do Rio, na qual foi preciso o Costa e Silva usar de energia para manter o Castello Branco.

Tenho certeza de que Costa e Silva não estava preparado para assumir a Presidência, mas o resultado dessa reunião deu a ele a condição de substituto natural de Castello. Sem o mesmo carisma e ponderação do Presidente anterior, mergulhamos outra vez em problemas, essa é a realidade.

Nessa época, surgiu um movimento dos capitães na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), onde servia. Não participei porque não gosto de política dentro do quartel. Creio que só divide. Talvez o que me impeça de trazer política para dentro do quartel seja resquícios da minha traumatizante vivência de Aspirante. Você passa a não saber em quem confiar. A política nas Forças Armadas deve ficar restrita aos comandantes das Forças, que para isso devem contar com estrutura adequada. Por esse motivo me mantive alheio ao movimento dos capitães. O Comandante da EsAO era o próprio José Pinto de Araújo Rabelo, então General. Foram momentos muito desagradáveis, até porque o movimento era forte. Os capitães tinham razão no que ponderavam, porque de fato o Brasil estava voltando a uma situação que não queríamos que acontecesse. A corrupção já rondava o Palácio e aí não dava para aceitar.

Costa e Silva adoeceu e acabou morrendo. Após breve interregno assumiu a Presidência o General Emílio Garrastazu Médici, um dos maiores estadistas brasileiros. Implacável no combate aos comunistas, conseguiu acabar com os movimentos revolucionários de esquerda no Brasil. Com certeza, essa é a razão do ódio que os comunistas o devotam. Por ser tão fantástico, tão incrível precisam manchar-lhe a imagem.

A guerrilha de Xambioá surgiu com toda a força, muito bem estruturada, logo que ele assumiu o Governo. As primeiras tropas do Exército mandadas para combater

o movimento sofreram um revés; não digo que foi uma derrota, mas um contratempo. A estratégia comunista era mostrar ao público a existência de forças opositoras ao Governo Federal, buscando, num segundo instante, o reconhecimento das potências comunistas. É o mesmo caso da criação da nação indígena Ianomâmi, que pode vir a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Contrapondo-se a essa condução do foco guerrilheiro, nosso Governo conseguiu mantê-la desconhecida. Poucas pessoas tinham conhecimento da guerrilha de Xambioá. A estratégia imaginada pelo Governo Médici, para sufocar a rebelião, foi extremamente bem-sucedida. Orgulho-me desse feito do Exército Brasileiro, porque não conheço outro caso de sucesso, como esse aqui no Brasil, sem deixar qualquer raiz.

Basicamente, consistiu na atuação de pequenos destacamentos especializados e muita informação.

Foi mais uma operação de informações do que uma operação militar propriamente dita. Achava graça, porque sabia de sua existência. Nessa época, era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e lembro-me que perdia pontos na prova, porque empregava um destacamento com determinado número de combatentes, em desacordo com a doutrina de combate à guerrilha ensinada, baseada na norte-americana. Mas sabia que se empregava algo muito mais efetivo, com bons resultados, em Xambioá. Fui penalizado na prova por uma doutrina que sabia ser completamente ultrapassada e que estava fracassando radicalmente nos Estados Unidos (contra o Vietnã).

O Exército Brasileiro possui competência inequívoca, habilidade e versatilidade para encontrar as soluções certas em momentos incertos. Às vezes, convive com determinadas situações, completamente adversas, sabendo o momento oportuno para tomar a decisão. É o caso típico do Tenente Sylla, que subiu no jipe e reverteu a situação junto da população, conforme citei no início da entrevista.

Essa versatilidade do Exército, dos seus oficiais, a formação que possuem, é o que penso ser mais precioso, na estrutura. É de um valor imenso, que os mais jovens não percebem, mas pode-se identificar, repassando a História do Brasil. Ela confunde-se com a História do Exército Brasileiro. Os principais movimentos na evolução política, social e econômica do Brasil contaram com a participação do Exército Brasileiro e a Revolução de 1964 é um desses marcos. Levou o País a uma transformação radical.

Concluindo sobre o Presidente Médici, diria que foi um Governo que reputo excepcional. Acredito que tenha enfrentado um dos momentos mais difíceis da Pátria brasileira. Ocorreram cisões graves e pressões de poderosos interesses internacionais e ele se saiu muito bem.

Acrescente-se que no Governo Médici alcançamos a oitava posição no ranking *das economias mundiais. Antes da Revolução éramos a 48ª. Ele conseguiu estabilizar a inflação em 13% com o crescimento do Produto Interno Bruto de 14%.*

É impressionante, a Revolução de 1964 conseguiu em 15 anos mudar radicalmente o Brasil.

Discorrendo sobre as conseqüências da Revolução, devo dizer que ela foi extremamente competente na área econômica. Reduziu a inflação de uma forma impressionante, construiu todas as grandes obras de infraestrutura que ainda hoje temos no País. O Brasil era um País insignificante economicamente, antes da Revolução.

O atraso era tremendo. No Rio de Janeiro pré-1964, para telefonar de Cascadura para Madureira, bairros contíguos da cidade do Rio, necessitava-se de auxílio da telefonista e utilizava-se o telefone de manivela. Minha mãe levou simplesmente 14 anos na fila, esperando por uma linha telefônica. A energia elétrica era racionada. Lembro que os meus alunos do curso de Defesa Antiaérea tinham que programar os seus estudos para os horários de luz. O corte era feito por bairro. Esse era o Brasil pré-revolucionário, antes do 31 de março de 1964.

Existiam poucas estradas asfaltadas e, assim mesmo, de má qualidade e traçado bem antigo. Poder-se-ia citar a rodovia Porto Alegre–São Paulo, inaugurada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, faltando concluir um trecho de 150km, na Serra, entre Curitiba e São Paulo. Para se chegar à Santa Maria, só se fosse de avião ou trem; em Mato Grosso só de trem e para o Nordeste só se podia ir de navio ou, então, de avião. Todas as estradas que temos hoje, na realidade, foram feitas durante a Revolução. Para se aquilatar o nível de incompetência e calamidade existente, o Ministro dos Transportes Mário Andreazza, durante os 7 anos que esteve à frente da Pasta, construiu trinta mil quilômetros de estradas asfaltadas, quantidade superior à rede rodoviária existente, até então, no Brasil.

Hoje, mais de 15 anos depois da Revolução, não conseguiram duplicar a Fernão Dias e a Régis Bittencourt, que são estradas fundamentais para o Brasil e vêm causando acidentes quase diários, devido às más condições, provocando, a cada mês, dezenas de mortes. São estradas vergonhosas para a expressão e valor do Brasil.

Somos a mesma "republiqueta" de antes da Revolução, a reboque do que o americano e os outros querem, eis a grande realidade; no Brasil, na época da Revolução, descobrimos nossos próprios caminhos, essa é uma verdade incontestável.

O senhor falou sobre as conquistas da Revolução com vistas a melhorar o Brasil, sobretudo a respeito da infra-estrutura, transportes, telecomunicações e produção de energia elétrica, o que possibilitou ao País a base para o seu grande salto em termos

econômicos, agora minha pergunta seria a seguinte: Constatado isso, o trabalho de comunicação social, para a conquista da opinião pública brasileira, funcionou a contento, na sua opinião?

Sob a minha óptica, entendo que a Revolução refletiu muito a formação que os militares recebem nas Escolas Militares. A Academia Militar descende de uma escola de engenharia e, até hoje, essas raízes são evidentes, no currículo e mentalidade que vigora no Exército. Nunca precisei de Descritiva e tinha que estudá-la; nunca precisei de grande parte das matérias que estudei na Academia. Fui obrigado a estudá-las, por quê? Pela tradição de engenharia. Na realidade, a carreira castrense, exceto, evidentemente, os que vão para a área da engenharia militar, é voltada para o campo psicossocial.

Ocorreu que fez-se no Brasil o que se costuma fazer no Exército: obras. Ignorou-se que é importantíssimo trabalhar as cabeças das pessoas. Durante todo o período, enquanto a atenção direcionava-se para as obras, os comunistas não estavam dormindo. O que eles fizeram? Foram para as áreas capazes de atuar sobre a sociedade, influenciando-lhes a opinião.

Que áreas são essas? Primeiro a área da educação. O educador lida com jovem que possui mente aberta, uma espécie de quadro em branco no qual se pode desenhar o que quiser. Hitler e Stálin transformavam os jovens, respectivamente, em nazistas e comunistas ferrenhos. Felizmente, alguns não se deixam iludir e conseguem resistir às lições, tanto que existia oposição, na Alemanha e na Rússia. Os comunistas brasileiros colocavam todo o seu esforço na área do ensino.

A segunda área que tem um poder tremendo sobre a sociedade é a Justiça. Se pensarmos bem, tudo acaba sendo resolvido pela Justiça; se houver juízes que o favoreçam ou que pensem igual a você, tudo bem.

A última área é a da Comunicação Social. Sou formado em Administração e há muitos anos ensino *marketing*, inclusive tenho curso sobre propaganda, realizado nos Estados Unidos. Conheço Comunicação Social, que é uma das ferramentas do *marketing*. O que ocorre é que se consegue levar a opinião pública para o lado que quiser, não só pelas notícias divulgadas, mas particularmente pelas notícias omitidas. O que a massa pensa é o que os donos da mídia querem que ela pense, essa que é a verdade. Meus alunos, também sou da área acadêmica, ficam revoltados, quando digo que não possuem opinião própria. Também já senti na própria pele.

Ainda tenente, fui escalado para fazer um curso de Relações Públicas. Confesso que imaginava consistir, única e exclusivamente, em lembrar o aniversário dos outros, presentear com flores as pessoas homenageadas e, quando muito,

preparar um discurso ou recepção para saudar alguma autoridade. O curso foi realizado na H. Stern do Rio de Janeiro, às quartas-feiras à tarde, sem prejuízo das obrigações militares. Seus palestrantes e professores eram autoridades no assunto, como um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) ou jornalistas consagrados; enfim, pessoas especializadas em Relações Públicas. Espantei-me com meu nível de ignorância. Aprendi como era possível conduzir a opinião pública; não sabia que me havia transformado em uma mera palha ao sabor do vento. Sempre acreditei que tinha opinião própria e esse desgosto, de certa forma, fez com que começasse a estudar Relações Púbicas. Pelo menos, poderia voltar a ter a minha própria opinião.

Mesmo depois da faculdade de Administração, quando estudei *Marketing*, e ter tomado todas as precauções, cheguei à conclusão, ainda assim, de que a minha opinião era conduzida. Não é muito difícil fazer as pessoas pensarem o que se quer que elas pensem. Não se percebe, mas o comportamento do consumidor num estabelecimento comercial é conduzido; nada é feito ao acaso. É força dos princípios científicos, não adianta contestar, pois é a ciência sendo usada para controlar as pessoas.

Bem, então creio que faltou à Revolução de 1964 a Comunicação Social, porque nós oficiais não tínhamos essa formação na Academia. Faltou aos nossos líderes, na época, essa percepção de que além das obras é preciso, também, fazer a cabeça das pessoas. Tudo que estamos sofrendo hoje é fruto exatamente dessa falta de consciência.

O Presidente Médici foi muito bem assessorado pelo Coronel Octávio Costa. Tenho uma admiração profunda pelo trabalho desse oficial que merece ser homenageado por todos nós, pelo que conseguiu implantar em termos de mudança da mentalidade do Exército. O Octávio Costa conseguiu montar um sistema de Comunicação Social extremamente competente, ágil e rápido, inclusive associado à Informação, algo que se perdeu e, até hoje, não se conseguiu refazer, dentro do Exército. São atividades complementares e devem ser tratadas de forma integrada, no Gabinete do Ministro. Tive oportunidade de ressaltar esse ponto de vista aos chefes militares dessas áreas, embora reconheça ser difícil que se faça a integração, considerando a falta de sedimentação da mentalidade entre os oficiais.

Não resta dúvida que o desprezo pela Comunicação Social provocou uma perda do Poder, logo depois que a Revolução acabou. As pessoas conduzem-se pelo que lhes é colocado nas suas mentes; não adianta dizer que o outro é ruim, você tem que convencer que ele é ruim, convencer sobre os malefícios que é

capaz. Isso é o que os opositores do Movimento de 1964 estão fazendo com a nossa população. Nada foi mais benéfico para o Brasil do que a Revolução e se você perguntar para qualquer jovem a sua opinião, responderão que "a Revolução foi tortura" ou "anos de chumbo". Os bandidos passaram a ser heróis.

A falta de competência espalhou-se em outros campos, além da Comunicação Social. Quando qualquer decisão vai para a Justiça, somos derrotados, não tenha dúvida. Possuo muitos amigos advogados e sei que "fizeram a cabeça" deles, na faculdade. Impregnados da ideologia, apesar do óbvio, não conseguem manter a isenção ou a impessoalidade no que fazem, como eu estou apontando, agora, os erros.

No momento, lutamos dentro de um terreno minado. A cada passo nos confrontamos com uma mídia desfavorável; se formos para o lado da Justiça, a mesma dificuldade e continuamos vítimas de pedagogos de esquerda.

Freqüento o meio universitário e sei que a maioria é de esquerda; a Universidade de São Paulo (USP) está cheia deles, fora o patrulhamento ideológico terrível para quem não é de esquerda. Eles são extremamente organizados, principalmente nas universidades públicas. Nas particulares, o número de professores simpáticos às idéias de esquerda, também é extremamente alto. Gerou-se um círculo vicioso: os que se formam vão "fazer a cabeça" dos novos alunos.

Cometemos no Brasil, nessa área, o mesmo erro dos americanos no Vietnã. A população vietnamita era extremamente pobre e dominada por um governo corrupto. A elite apropriava-se da riqueza, deixando muito pouco para ser distribuído pelo povo. Os americanos, para defenderem os seus interesses na região, em vez de promoverem um governo capaz de alterar essa estrutura, limitavam-se a apoiar o governo corrupto.

O Vietnã do Norte, com base numa estrutura comunista muito bem montada, infiltrou-se no território vizinho. Enquanto os americanos construíam escolas e hospitais, os comunistas infiltravam professores, nas escolas, e enfermeiras, nos hospitais, de modo que, ao final de cada estágio dos alunos e pacientes, surgiam novos adeptos do comunismo. O vietnamita queria a unidade cultural de sua Nação e o americano raciocinava com os bens materiais.

Até certo ponto, cometemos o mesmo erro. Construíram-se hidrelétricas, estradas, escolas, muitas escolas – o Brasil era um país de analfabetos e a Revolução, em 15 anos, reverteu esse quadro –, mas não se preocuparam com a cabeça das pessoas.

Outro ponto que gostaria de opinar é que um Governo forte, mesmo os Governos revolucionários que mudavam de governantes, tende a desgastar-se. A luta pelo Poder seduz as pessoas, os grupos começam a se digladiar para alcançá-lo e,

nem sempre, os melhores são os escolhidos. A grande verdade é que após o Governo do General Médici o caminho da Revolução apresentou-se em declive contínuo.

Quando servia na academia militar norte-americana de West Point, fui convocado para ministrar duas aulas para o curso de História dos cadetes. Um dos temas era comparar a atuação do Exército dos EUA e do nosso, na vida política de seus paises. Deveria concentrar-me nos motivos que levaram o nosso Exército a envolver-se nos movimentos políticos ao longo da nossa história, contrariamente ao Exército daquele país. A outra intervenção referia-se ao programa nuclear brasileiro.

Precisei estudar bastante, pois não tinha pensado muito sobre esses assuntos, apesar de ser matéria do concurso de admissão à Escola de Estado-Maior. Mas o compromisso das aulas exigia que me aprofundasse bem mais. O tema nuclear era quente, por causa do recente acordo com a Alemanha, assinado no Governo Ernesto Geisel, e a oposição frontal dos norte-americanos.

O programa nuclear era uma utopia. Gastar-se-ia milhões e milhões de dólares em cima de uma tecnologia não comprovada. A crise do petróleo reduziu os recursos disponíveis do País e gastaríamos uma fábula de dinheiro. Tinha quase certeza de que não iria dar certo, como não deu. Ainda major, visualizei a inviabilidade do empreendimento e creio que quem estava no Poder teria muito mais ferramentas para enxergar o que eu já estava vendo.

Nessa entrevista fiz menção específica a alguns governos revolucionários. Retomando esse viés afirmo que depois do Presidente Médici começaram a declinar os ideais e valores que presidiram a implantação do Movimento de 1964. Os principais focos da ameaça estavam eliminados, a estrutura do inimigo já apresentava desorganização, em termos de força militar. A continuação do processo revolucionário desgastou muito o Governo. Infelizmente, desaguou no desastroso período do General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Lamento ter que dizer isso, estando ele morto, mas sinto profundamente que tenha assumido a Presidência. Conheci-o um pouco antes de galgar o Poder e fiquei simplesmente desesperado, porque se encontrava totalmente despreparado para exercer um cargo de tamanha importância, e pior, usando o nome do Exército Brasileiro.

Para terminar, apenas lhe pediria, como sempre faço com os demais colaboradores, que deixasse algumas palavras de estímulo para os jovens militares, pois ao longo deste novo século que iremos vivenciar, analisarão sua entrevista e nela se basearão para o aproveitamento de importantes conclusões.

A profissão militar é bem complexa. Exige de seus seguidores forte idealismo, tenacidade e obstinação. As Forças Armadas existem para atuar nas situações

mais difíceis de uma Nação e, para isso, devem estar preparadas para serem capazes de enfrentar as adversidades.

Minha vocação, desde pequeno, era ser oficial do Exército e, mais tarde, oficial de Estado-Maior. Na primeira oportunidade fiz o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Não obstante minha vontade, houve momentos em que tive dúvidas, particularmente nos anos de 1963 e 1964, porque eram tantas as pressões e desilusões que, reconheço, quase esmoreci. Quis o destino que viesse a Revolução e pude continuar.

A primeira mensagem, então, para os jovens iniciantes na carreira militar é que sejam obstinados naquilo que decidiram fazer. Ou acreditamos e vamos em frente ou não estamos preparados.

Às vezes, chego a me emocionar quando leio sobre a vida de nossos antecessores, como Mallet, Caxias, de quem sou admirador incondicional. É impressionante como conseguimos ter um Exército do jeito que temos, em um País do jeito que era. Sempre esteve na dianteira pela busca de melhores condições de vida para o povo. Em todos os anos de serviço no Exército, desde que ingressei no Colégio Militar, até quando passei para a Reserva, com 61 anos de idade, sempre senti o entusiasmo e a empolgação quando se falava de Brasil e povo brasileiro. Exército e povo juntos geram uma força indestrutível e nunca devem se separar. Jamais podemos cometer o erro que alguns exércitos incidem, inclusive na América do Sul, de tornarem-se uma força à parte da sociedade.

Devemos evitar a expressão sociedade civil, criação da esquerda para nos separar, na medida que haveria duas sociedades: a civil e a militar. Existe uma sociedade brasileira da qual fazemos parte e devemos ter orgulho de integrá-la e comungar dos mesmos ideais.

Conseguimos crescer como Nação graças à unidade do Exército Brasileiro, à identidade de pensamento de oficiais, sargentos e praças que têm formação semelhante e passam pelas mesmas dificuldades. Isso jamais poderá ser quebrado.

Alguns momentos foram difíceis. Lembro o início da Guerra do Paraguai, quando fomos invadidos pelo país vizinho. Pesquisei e ficou claro o por quê das forças paraguaias ousarem tal empreitada e, pior ainda, foram necessários cinco anos, para chegarmos à vitória. O Imperador simpatizava mais com a Marinha; tínhamos 14 mil homens para defender todo o território brasileiro. Os soldados eram considerados a escória da sociedade e, como tal, desprovidos de importância; viviam bêbados e brigando. O Paraguai contava com setenta mil homens de primeira linha e vinte mil de segunda linha, equipados e armados com o que existia de mais moderno na Europa.

A vantagem da República está na criação de um Exército que, apesar das deficiências materiais e das restrições orçamentárias, impediu, depois de um certo tempo, que se produzissem as divisões internas e foi suficiente para dissuadir ameaças dos nossos vizinhos.

É bom que tenhamos essa consciência histórica do nosso Exército, seus períodos difíceis, alguns piores do que o atual. Nem de longe posso comparar os momentos angustiantes que vivi em 1961 e 1962 e, depois, em 1964, com os de hoje. Até mesmo pelos chefes de hoje, pessoas íntegras, honestas, sempre juntos aos seus subordinados. Pode-se questionar um ou outro caminho adotado, mas sem comparação com o passado recente. Quem não testemunhou como era antes, dificilmente pode imaginar a situação real. Essa é a mensagem, em termos de Exército.

Quero, agora, ressaltar a liberdade que gozamos no Brasil e que poucos povos do mundo desfrutam. É uma ilusão dizer que há liberdade em determinados países. Durante o Governo Médici, colega holandês da faculdade, casado com uma brasileira, vivia se lamentando das dificuldades em levar os filhos para visitar seus avós, na Holanda. Havia uma taxa, um tipo de empréstimo compulsório, obrigando-o a pagar o dobro da passagem. Brinquei com ele:

– Está vendo! Você sai da Holanda, país democrático, e vem para o Brasil, que acusam de ditatorial... Por que você saiu da Holanda?

– Ah! Aqui temos liberdade. Na Holanda sou vigiado pelo meu vizinho, sou vigiado pela policia e sou vigiado pelo governo.

Nosso povo é solidário em qualquer emergência. Sou testemunha de que várias vezes, na defesa civil, ao saber de um problema grave qualquer, uma massa humana se apresenta para ajudar. Torna-se até difícil contê-la, no seu ímpeto solidário.

Em qualquer país do mundo o estrangeiro sempre é malvisto, colocado em segundo plano; aqui recebemos os estrangeiros muito bem e, de braços abertos, os acolhemos em nossas famílias, algumas vezes até os prestigiamos mais do que aos nossos compatriotas. Em nenhum país do mundo é assim. Quando se sai do Brasil e vai-se para outros lugares, podemos bem avaliar como nosso País é bom e passamos a valorizá-lo ainda mais.

Sem dúvida alguma, passado o tempo, sedimentada a história e sem o calor das paixões, a Revolução de 1964 será vista como o ponto de inflexão, a mola propulsora que elevou o Brasil de País subdesenvolvido para uma potência emergente. O povo brasileiro, por suas características, merece isso.

Volto a externar os meus agradecimentos pela oportunidade de falar sobre os acontecimentos que participei da Revolução de 1964. Passaram-se alguns anos e

nesse período ninguém me perguntou o que aconteceu. Nada do que acabei de dizer está registrado nem mesmo no boletim da Unidade, e essa falta de memória é lamentável. Quis o destino que pudesse contar a minha vivência agora, um momento adequado, quando exerço as atividades de professor, na formação e nos cursos *lato e stricto sensu* de várias universidades na área de Administração.

Da mesma forma que aconteceu comigo, aconteceu com outros oficiais. Há tanto para ser contado, a fim de montar esse quebra-cabeças conseqüente da visão de quem, na época, estava em diferentes posições. Essa lacuna, talvez seja um dos motivos dos momentos difíceis do presente. Falta aos jovens, até aos moços militares, a consciência sobre os fatos ocorridos, na Revolução de 1964.

A decisão do Comando do Exército de preservar a história da Força Terrestre possui um valor inestimável. É preciso que todos entendam a História real brasileira e não a História virtual, que está sendo contada.

Ao encerrar, peço desculpas pela minha franqueza. Expressei exatamente meus pontos de vista; disse nomes de pessoas que discordava de suas atuações.

Entendo que somente reconhecendo os próprios pontos fracos e buscando identificar, enfrentar e superar os problemas da forma mais inteligente possível, podemos evoluir. Se não formos capazes de tomar essa atitude desprendida, se quisermos acobertar o que não está correto, iniciaremos a grande marcha para o fracasso.

Sempre fui extremamente franco com meus subordinados. O chefe que mente para os subordinados dá o primeiro passo para deixar de sê-lo. Foi assim que meu comandante ficou no meio da rua. Jamais menti para eles e, por essa razão, nunca fui deixado no meio da rua; meus subordinados sempre me acompanharam de perto. Se alguém discordasse de meus pontos de vista, ouvia a outra opinião. Muitas vezes até mudei-os, porque os argumentos que estavam sendo apresentados eram bem mais sólidos e consistentes do que os meus.

Então, é por isso que sou tão franco e lamento, porque quem é franco corre o risco de ser mal-interpretado. Mas, às vezes, é melhor ser franco do que encobrir o que não deve ser encoberto. Muito obrigado.

Coronel Antonio Erasmo Dias

Nasceu em 1924, em Paraguaçu, interior de São Paulo. Em 1941 ingressou na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre.

Cursou inicialmente a Escola Militar do Realengo, formando-se aspirante-a-oficial da arma de Artilharia na primeira turma da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende.

Foi comandante, como major, da 3ª Bateria de Obuses de Costa, em Guarujá-SP, e como coronel, do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, em Praia Grande-SP. Foi Chefe do Estado-Maior do Comando da Artilharia de Costa, em Santos e Chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar, em São Paulo.

Encontra-se reformado como Coronel do Exército.

Foi Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo nos governos Laudo Natel e Paulo Egydio.

Foi Deputado Federal, inclusive presidente da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados. Deputado estadual, por 3 legislaturas, tendo sido presidente da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa e, durante a constituinte, relator da Comissão Temática no capítulo da Segurança Pública.

É Bacharel pela Faculdade de Filosofia da Universidade da Guanabara e licenciado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).

Foi diretor administrativo da Companhia Docas do Estado de São Paulo, em Santos.

É atualmente vereador no Município de São Paulo-SP.

Entrevista realizada em 17 de outubro de 2000.

Quando cheguei a São Paulo, em 1962, para servir no Quartel-General da 2ª Região Militar, habilitei-me a obter licenciatura em História na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, no quarto ano, então funcionando na Rua Maria Antônia. Conciliei o trabalho profissional no Exército com a faculdade durante a noite, tendo inclusive terminado o curso já na Cidade Universitária. Tive a oportunidade inclusive de redigir uma monografia editada posteriormente sob o título "A Educação no Período Colonial".

Obtive registro no Conselho Federal de Educação de diversas matérias ligadas à Economia e História, o que me proporcionou atividades de ensino durante cerca de 15 anos, trocando o lazer pelo trabalho como professor, em noites e mais noites, sempre conciliando a caserna e a cátedra, exercendo o magistério em faculdades de Economia e Administração de Empresas em Santos e São Paulo.

Tive, portanto, a oportunidade nesses longos anos de 1956 a 1972 de viver e conviver com a sociedade civil nas faculdades, como aluno e professor, o que muito me serviu no exercício de outras atividades.

Militar por formação, professor por vocação, policial por devoção e político por obrigação.

Terminado o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), fui classificado no Estado-Maior da 2ª Região Militar, em 1962, quando então a Nação já sentia o desequilíbrio provocado pela renúncia de Jânio Quadros, com a marca indelével de "peleguismo" patrocinado por João Goulart.

Nesse mesmo ano, por indicação direta do Comandante da Região, General Aurélio de Lyra Tavares, com menos de um ano no Estado-Maior da 2ª Região Militar, recebi ordens para assumir o comando da 3ª Bateria de Obuses de Costa – Forte dos Andradas, em Guarujá. Motivou minha designação, particularmente, a comunhão de idéias e ideais entre o General Lyra Tavares e nós.

De 1962 a 1965 no comando do Forte dos Andradas, praticamente em todo o período estivemos engajados no Movimento Contra-Revolucionário, na Baixada Santista que assistia ao crescimento vertiginoso do domínio dos sindicatos, via de regra, sob direção comunista, gozando de privilégios do "peleguismo" no Poder.

Greves e mais greves, todas de fundo político, pretendendo o sindicalismo peleguista-comunista ditar regras em todos os setores de atividades, com a finalidade de subverter e inverter o regime.

Esclareço que chamo de Movimento Contra-Revolucionário o movimento patriótico-democrático que se opunha à revolução comunista em curso no Brasil, naquela ocasião.

Durante o decorrer de 1963, Santos passava a ser a verdadeira "cidade vermelha", dominada pelo "peleguismo", com a simpatia e apoio dos poderes políticos do

Executivo e Legislativo. O sindicalismo peleguista-comunista instituiu o "Fórum Sindical de Debates", congregando os sindicatos, verdadeiros "sovietes", órgão político gerenciador de todo movimento contra o regime democrático.

Nossa tropa foi preparada, além de sua missão normal, para atender a qualquer tipo de emprego como elemento de Segurança Interna com elevado grau de profissionalismo, obtido na "selva da mata e dos morros" do litoral, na região do Monduba.

Ante à "revolução comunista" silenciosa, porém atuante e em marcha com o beneplácito do Governo Federal, mantivemos com o Estado-Maior da Guarnição de Santos, particularmente no setor de operações o Coronel Varella e de informações o Major Garboggini (José do Amaral Garboggini), companheiros dos mesmos ideais, estreita ligação, bem como com o Movimento Contra-Revolucionário, tanto na Capital de São Paulo, como no Rio e em Minas.

Ao alvorecer de 1964, nossa Unidade, os oficiais citados do Estado-Maior da Guarnição de Santos e outros segmentos representativos de entidades civis se incorporaram ao Movimento Contra-Revolucionário.

No âmbito político e sindical campeava à solta a "Revolução Progressista Peleguista".

Na tarde de 31 de março de 1964 tivemos conhecimento do movimento em Minas, ocasião em que mantivemos nossa tropa em condições de a qualquer momento cumprir ordens. Situação difícil, eis que todas as outras unidades, 2º Batalhão de Caçadores (2º BC), 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM), Base Aérea e Capitania dos Portos, bem como o General Carlos Buck Júnior, Comandante da Guarnição, e o Coronel Adston Pompeu Pizza, Chefe do Estado-Maior, estes contrários ao regime, os demais omissos.

Nessa tarde de 31 de março, particularmente em Cubatão, o sindicalismo peleguista-comunista ocupou a Refinaria Presidente Bernardes e a Cosipa, áreas críticas, certos de que a "revolução comunista" se deflagrara. O poder político em Santos, exultante, programara nesse dia homenagem a Jango Goulart.

No Quartel-General do II Exército, onde o General Amaury Kruel se mantinha com posição indefinida, seu Estado-Maior já tomara posição contra-revolucionária anticomunista, tendo em toda Baixada Santista apenas o nosso apoio em termos de atuação de força.

Recebemos ordem de "manter e garantir a Refinaria de Cubatão", a fim de assegurar o combustível indispensável. Não pudemos dispor de nossa tropa, pois o General Comandante não estava engajado na Contra-Revolução, inclusive se recolheu ao Forte de Itaipu a fim de não ser encontrado.

Fomos autorizados a dispor de elementos da Polícia Marítima de Santos, órgão do Governo de Adhemar de Barros, com a qual me fiz presente na Refinaria, eu e meu

capitão oficial-de-operações, por volta das 10h ou 11h da noite. Estava ocupada pelos "bonés vermelhos" dos pelegos comunistas, ameaçando explodir a refinaria caso pretendêssemos ocupá-la.

Eu, na época major, e o Capitão Ribeiro, ambos armados com metralhadoras, mantendo elementos da Polícia Marítima no lado externo como se cobertura fossem, no dia 31 de março adentramos à Refinaria sob apupos, vaias e mesmo xingamentos de todo o tipo, além das ameaças de explodir dois enormes carros tanques de amônia que bloqueavam a entrada principal.

Entramos os dois, dirigimo-nos à Superintendência onde estava o Almirante Zavataro, pelego comunista chegado ao General Osvino (Osvino Ferreira Alves), Presidente da Petrobras, da mesma linha ideológica. Alto e bom som, ante o espanto do citado Almirante, declaramos que ocupávamos a Refinaria *manu militari* por ordem do General Comandante do II Exército.

Momentos difíceis, de grande tensão, isolados do exterior, apenas mantendo contatos velados com informantes de que dispúnhamos e que nos mantinham relativamente bem informados dos acontecimentos internos. Ameaças e mais ameaças, que aliás foram concretizadas em plano subversivo posto em ação dentro da Refinaria, com sabotagem adrede preparada, aliás confirmada em inquérito policial realizado depois.

Já nos dias 1 e 2 de abril, consolidado o Movimento Contra-Revolucionário no exterior e a duras penas mantido um certo controle interno, a Refinaria – embora paralisada por 21 dias – retornou ao seu funcionamento sob nova direção, com nosso apoio e inclusive da tropa que garantia a segurança das instalações. Durante algum tempo foi necessária nossa presença até que se estabelecesse o controle efetivo por pessoal qualificado e identificado com o novo quadro político.

Amenizado o problema principal – garantir o combustível – fomos designados para atender a outros propósitos e objetivos da Revolução: o combate à corrupção.

A Alfândega de Santos era o exemplo da instituição da corrupção no âmbito governamental pela "máfia" ligada ao janguismo e pela "burguesia-pelega" da época. Inspetores, conferentes, despachantes, constituindo verdadeiras quadrilhas, não raro com o beneplácito de elementos do Judiciário, como advogados e juízes, forjando mandados de segurança, oficializando o contrabando.

Na ponta do fio os despachantes patrocinavam "andorinhas", pessoas de todo o tipo, desde garçons a vendedores de loja, com passaporte, viagens e estadas pagas nos Estados Unidos. Dessas viagens, tão "ilustres" passageiros, importavam Impalas – automóveis de último tipo da época – com porta-malas lotados de muamba com destino ao Paraguai, em trânsito por Santos, como "bagagem desa-

companhada". Chegavam a Santos Impalas e mais Impalas que, através de "mandados de segurança" impetrados pelos "viajantes" – isto é, despachantes – eram liberados no Porto de Santos e negociados de imediato por figurões da época que já aguardavam a "mercadoria".

Tudo forjado, falsificado, contrabandeado, enriquecendo a burguesia pelega da época. Fui designado encarregado de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a corrupção latente, o que realizei a duras penas, desmascarando a máfia e apontando à Justiça os envolvidos.

A Contra-Revolução de 1964 adotou um lema "contra a corrupção e a subversão"; na Baixada Santista eram "instituições" que, durante certo tempo, tornaram-se notórias e contumazes mas acabaram desbaratadas.

Tão carente de líderes era o Movimento Contra-Revolucionário, que assumiu a condução do Movimento na Baixada o Capitão-de-Mar-e-Guerra Bierrembach, até então estranho à região, tendo sido nomeado Capitão dos Portos pelo Governador Adhemar de Barros, por delegação do Movimento Contra-Revolucionário.

Nesse tempo não faltaram tentativas de todo o tipo no âmbito da Baixada, não raro com sabotagens e infiltrações de todas as maneiras de velhas raposas políticas de vários matizes, obrigando inclusive que o Poder municipal fosse entregue a um oficial da Marinha, o Comandante Ridel.

Apesar da época política conturbada nos idos de 1962 a 1965, como Comandante do Forte dos Andradas, em missões externas, tive oportunidade de tomar uma iniciativa que no futuro muito me serviu de subsídio. A unidade era carente de mão-de-obra para atender a inúmeras necessidades no administrar a área do Forte do Monduba, o que tínhamos que fazer com recursos próprios. Desde a subsistência da tropa, inclusive o fornecimento de luz e água, tudo dependia de estrutura de órgãos próprios. Dentro desse quadro geral, a nossa Unidade era carente de elementos qualificados para mobiliar vários daqueles órgãos existentes.

No Comando do Forte dos Andradas, vivendo e convivendo com a comunidade guarujaense, aconteceram diversas atividades marcantes na época no campo político. A sadia união da comunidade civil e militar em Guarujá, em época tão conturbada, permaneceu sólida e harmônica, apesar das ocorrências ocasionais de perturbação política.

Episódio significativo foram os contatos que então mantive com Jânio Quadros que durante certo tempo escolheu Guarujá como "exílio" político após a sua renúncia. Residindo na Praia das Pitangueiras, constantemente visitava Jânio Quadros, sempre cercado de elementos civis que com ele participaram da política, oportunidade que me serviu para conhecer de perto esse ilustre brasileiro.

De 1965 a 1968, chefiei a 2ª Seção – Informações – do Quartel-General de Santos, intimamente ligado aos setores de informações do Exército que, a todo custo, procurava consolidar o Movimento Contra-Revolucionário ainda ameaçado por vários segmentos sociais de elementos descontentes contrários ao regime. Alguns episódios significativos servem de exemplos.

No campo religioso, a Igreja progressista, liderada pelo Bispo Davi Picão, elemento de proa dessa ala, se fazia presente, não raro apoiando movimentos de desafio ao regime.

No campo político, remanescentes em atividades clandestinas e mesmo públicas, aglutinavam-se no MDB tomando posturas subversivas.

Tais atitudes exigiram acompanhamento diuturno, vez por outra com medidas mais severas, inclusive de detenção de líderes a fim de abortar outras tantas manifestações atentatórias ao Governo e ao regime de então.

Os Atos Institucionais e a inclusão de Santos como Município de Segurança Nacional, com os prefeitos diretamente nomeados pelo Governo Federal, mantiveram certa calmaria política. É dessa época a nomeação do General Bandeira Brasil, homem de confiança do General Costa e Silva, como prefeito de Santos.

Na Capital, em São Paulo, nesse período, o movimento estudantil infiltrado por elementos marxistas, da mesma forma deflagrava manifestações contra o regime. Por outro lado, a esquerda radical liderada por marxistas-leninistas se agrupava e lançava a guerrilha urbana, que passou a enfrentar o regime em luta armada.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e outros tantos grupos "terroristas-comunistas" lançaram o desafio ao Governo, ao regime e à própria população.

Episódios significativos foram os atentados ao Quartel-General do II Exército e o assalto ao Hospital Militar de São Paulo dentre outros, bem como o assassinato do Capitão Charles Chandler, do Exército americano, e a traição do desertor Carlos Lamarca.

Nessa época, pelo Secretário de Segurança de São Paulo, o Coronel José Paulo da Rocha Fragoso, que substituíra Cantídio Nogueira Sampaio, fui convidado a assumir a Guarda Civil de São Paulo, convite gentilmente recusado por motivos particulares. Quis o destino que alguns anos após fôssemos nomeado Secretário de Segurança Pública de São Paulo, inclusive ocupando a antiga sede da Guarda Civil como Gabinete da referida Secretaria.

Em 1968, assumi o Comando do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado – Forte de Itaipu, Praia Grande, onde, como em 1962, preparamos nossa tropa nos morros e nas matas de Itaipu, para participar do confronto com a guerrilha que,

dia a dia, se fazia presente nos centros urbanos, “assassinando, a título de fazer justiça, roubando, a título de expropriar”, triste doutrina leninista.

Durante este período, colaborando com as forças do regime, mantivemos sob nossa custódia os “estudantes” de Ibiúna e participamos ativamente do confronto com a “guerrilha rural” do traidor Lamarca.

Episódio que merece registro foi a nossa participação no célebre Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna. Quando a polícia paulista planejava o “aborto” do Congresso da UNE – a UNE era ilegal – fomos questionados pelo então chefe de Polícia, Hely Lopes Meirelles, da possibilidade de apoiá-lo, pois a detenção de “estudantes” era problemática quanto ao local do “recolhimento”. Apesar do inusitado pedido, problemático e complexo, fiz ver ao ilustre Secretário que dependia de ordem superior, do Comandante do II Exército. De pronto foi obtida a aquiescência com o total ônus sobre nossa responsabilidade, a que não nos furtamos.

Em curto prazo, providenciamos os reparos em um pavilhão no topo do Forte de Itaipu, antigo alojamento de praças, na época desativado. Construímos dentro de um alojamento uma prisão “duas estrelas”, com conforto relativo para abrigar os que seriam detidos no congresso, à luz da legislação da época, Lei de Segurança Nacional. Como resultado da operação montada, fomos incumbidos de “receber os custodiados”, algumas dezenas, dentre os quais os líderes estudantis da época, Francisco Travassos, da UNE – Rio; José Dirceu, da União Metropolitana de Estudantes (UME) – São Paulo; Wladimir Palmeira, da UME – Rio, além de outros. Figuras de proa que lideraram nessa época passeatas, quebra-quebras e mesmo confrontos com a polícia de São Paulo, com a pretendida experiência e liderança aperfeiçoadas no exterior, inclusive de guerrilha, disputando a primazia de liderar a UNE, então ilegal.

Durante alguns meses, causando trabalho dobrado para minha Unidade, mantivemos os “ilustres” personagens sustentados pela Nação e pelo povo. A maioria deles hoje está encastelada no poder político, como dignos representantes da “democracia”.

Somos testemunha viva desse período! Foram trocados pelo Embaixador americano seqüestrado. Essa experiência nos serviu para, anos após, como Secretário de Segurança Pública, enfrentar e confrontar, nos idos de 1977, nova tentativa para ressurgir a UNE.

O Vale do Ribeira, na região de Jacupiranga, assemelha-se muito com a floresta tropical, junto à Serra do Mar e ao Oceano Atlântico, cortado pelo Rio Ribeira do Iguape e seus afluentes. Região pobre, de população rarefeita, entre a

Rodovia Régis Bittencourt e a Serra do Mar, tendo a banana como produto principal, foi o palco escolhido para o traidor Lamarca encenar a guerrilha rural, dentro de seus conhecimentos militares e da doutrina marxista-leninista, que adotou de corpo e alma.

Implantou um núcleo guerrilheiro na região de Jacupiranga, integrado por outros tantos traidores do Exército, juntamente com alguns fanáticos do "leninismo". Detectado o grupo, foi a área inicialmente cercada por elementos do Centro de Informações do Exército (CIE) e logo a seguir por elementos da tropa do II Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com apoio de órgãos da 2ª Região Militar, sob o Comando do General Paulo Carneiro Thomaz Alves, tendo nós como seu Chefe do Estado-Maior, então Comandante do Forte de Itaipu.

Pouco mais de uma dezena de "guerrilheiros", com armamento roubado do 4º Regimento de Infantaria (4º RI) pelo desertor-traidor Lamarca, perceberam a incapacidade de confronto com nossa tropa – em que pese a inexperiência, nesse tipo de luta, de nossos soldados – e encetaram longa fuga por mais de 30 dias na mata cerrada, acidentada e recortada de riachos. Tarefa inglória de cerco em uma área imensa, sofrendo com a carência de informações. Procurou-se realizar um cerco afastado, nas áreas vitais de provável fuga, e um cerco mais próximo, em função das informações disponíveis.

O confronto em Eldorado com o destacamento local da Polícia Militar foi o primeiro indicativo da possível rota de fuga, que seria na direção de Sete Barras e do Planalto, subindo a serra, eis que a outra alternativa, a Rodovia Régis Bittencourt, estava bem policiada, inclusive onde foram aprisionados os primeiros "fujões", logo no início da contraguerrilha. Barrado o grupo próximo a Sete Barras, ocasião em que foi feito refém o Tenente PM Alberto Mendes Júnior, e logo detidos dois "terroristas perdidos", um deles ex-sargento do Exército. Após esse episódio, ficou definida a possível rota da fuga, Sete Barras–Alto da Serra, tendo como eixo a estrada de terra em demanda do Planalto.

Nesse período procedeu-se a todo planejamento possível, bloqueando-se as vias de acesso, buscando informações, a fim de melhor precisar a via de escape. Por duas vezes esteve próximo o confronto com patrulhas nossas, não se concretizando o objetivo pela natureza do terreno e particularmente pela decisão do grupo em não confrontar.

Fruto da inexperiência da tropa, aliás, facilmente explicável, bem como pela decidida disposição de evitar o confronto, o grupo guerrilheiro conseguiu escapar, inclusive usando veículo do próprio Exército. Esse, em linhas gerais, o episódio da pretendida "guerrilha rural" no Vale do Ribeira.

Alguns meses após a fuga, foi preso Ariston Lucena, um dos integrantes do grupo. Juntamente com o Coronel Mero e Delegado Furquim, procedemos à reconstituição de toda a fuga, desde a área de Jacupiranga até o topo da Serra do Mar.

Episódio significativo foi a tentativa de reconstituir o "assassinato" do Tenente Mendes Júnior. No preciso local de sua "sepultura", questionamos o Lucena – fazia 19 anos no dia da reconstituição – de como se dera o assassinato. Lamarca decidira que deveria ser "justiçado", eis que "teriam sido executados" os dois guerrilheiros perdidos – que até hoje continuam vivos. O justiçamento deveria ser "silencioso" pois perto do acampamento do grupo estavam elementos do 4º RI. Aliás, em uma das bravatas literárias a respeito do episódio, Bacuri – traidor do Exército, terrorista – dizia que os guerrilheiros e praças comiam abacaxi da mesma horta.

Teria sido decidido que deveria o tenente ser morto a "coronhadas", tendo Yoshitame Fugimore dado a primeira e os demais, um a um, repetido a dose, transformando a cabeça do nosso herói em uma folha de papel. Todos participaram da feitura da cova, um amplo túmulo cavado no chão, ainda existente no dia da reconstituição.

Determinei ao Lucena que entrasse na "sepultura". Pálido, tremendo, fiz com que entrasse impulsionado por uma rajada de minha Thompsom (metralhadora de mão). Por alguns minutos, para assustá-lo, fiz o terrorista sentir a proximidade da morte a que, sem dó nem piedade, submeteu o nosso herói, Tenente Mendes Júnior.

Cooperamos sempre que solicitado com os quadros do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em formação no Quartel-General do II Exército, para fazer face à luta armada, garantindo a segurança interna.

Em 1971/1972 passamos a chefiar o Estado-Maior da Guarnição de Santos, sob as ordens do General Thomaz Alves, e em 1973, a servir no Quartel-General da 2ª Região Militar, da mesma forma, como Chefe do Estado-Maior do General Thomaz Alves, então General-de-Divisão, Comandante da 2ª Região Militar. Em todo esse período acompanhei de perto o desenrolar da luta do regime contra os seus eternos inimigos, que continuava a cargo do II Exército, através do DOI-CODI, que conseguiu refrear a atividade terrorista pela decidida reação contra os eternos subversivos.

Em 1974, passei para a reserva, "escalado" que fomos, para assumir a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Nesse último período, com exceção do pólo de Araguaia, o movimento subversivo foi diminuindo e contido em suas manifestações mais graves.

Quando Secretário de Segurança Pública, asseguramos o apoio ao II Exército em sua missão de garantir a segurança interna, já obtida com manifestações de menor vulto de desafio ao regime, contudo, com campos de atuação alternados

como aconteceu na época com o movimento de defesa de presos políticos liderados por estudantes e intelectuais de formação marxista.

Merecem registro os episódios envolvendo um oficial da Polícia Militar, um jornalista e um metalúrgico, detidos no DOI-CODI para averiguações de envolvimento em atividades atentatórias ao regime, que foram encontrados mortos naquela dependência. Particularmente a morte do oficial da Polícia Militar mereceu de nossa parte e do então Comandante da Polícia Militar; questionamento junto ao Chefe do DOI-CODI pela maneira como se procedia, detendo elementos da Polícia Militar supostamente envolvidos em atividades subversivas sem o nosso conhecimento.

Sempre aceitamos e colaboramos com o DOI-CODI, reconhecendo a difícil tarefa de combater o terrorismo, que impunha o exercício de certas normas garantidoras da surpresa necessária a esse tipo de combate. À época citada, entretanto, o terrorismo já fora eliminado. Mantinham atividades subversivas grupos de menor expressão, como seria o caso da célula comunista na Polícia Militar. Não se exigia prisões clandestinas ao arrepio do Sistema de Segurança Interna, engajado na defesa do regime.

Episódio que, infelizmente, guardadas as proporções, se repetiu nos casos do jornalista e do metalúrgico, com conseqüências danosas ao regime, que não teria tido necessidade de a todo preço e a todo custo pretender "mostrar serviço", isto é, criar problemas maiores dos que realmente poderiam existir.

Aliás, fato um tanto quanto semelhante ocorreu quando assumiu o Comando do II Exército o General Dilermando Gomes Monteiro, que substituíra o General Ednardo D'Ávila Mello, intempestivamente demitido. Pagou o General Ednardo pela ausência de certo tipo de autocrítica e comportamento dos órgãos de Segurança Interna, sobrepondo-se às regras imperativas da disciplina e hierarquia militar, a título de "a qualquer preço" manter o regime como missão principal – que não estava correndo risco – colocando em xeque outros tantos princípios capitais da Instituição, o Exército.

O Quartel-General do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na Rua Pio XI foi liquidado em uma mega operação em que se supervalorizou o inimigo. Com esse triste episódio, praticamente se encerravam as atividades de lado a lado.

Nos meus 35 anos de vida militar, tive a feliz oportunidade, durante alguns anos, de ser chefiado, liderado e, sobretudo, ter como amigo um militar exemplar, correto, obstinado, capaz e sobretudo profissional, orgulho de nosso Exército: Paulo Carneiro Thomaz Alves. Nosso primeiro contato, foi no Grupo Bandeirante, em São Paulo, nos idos de 1947, quando eu era 2º-Tenente e ele Capitão, recém-vindo da gloriosa Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Por ocasião do Movimento Democrático de 1964, mantivemos contatos ligados pelos mesmos ideais, ele, Coronel, servindo no II Exército, e eu Major, Comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, em Guarujá. Ainda na década de 1960, como Chefe da 2ª Seção do Quartel-General de Santos, tive como Chefe de Estado-Maior o Coronel Thomaz Alves. Um episódio marcante nos uniu, mais de perto.

Quando Major, Comandante do Forte dos Andradas, fui ativo participante da Contra-Revolução de 1964, tendo ocupado simultaneamente a Refinaria Presidente Bernardes e encarregado de IPM, na Alfândega de Santos, à revelia do então Comandante da Guarnição, General Carlos Buck, um dos "Generais do Povo" de então. Aquela missão me custou uma prisão, determinada pelo Comandante da Guarnição. Como Comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, tive que ouvir, em nosso Boletim Diário, na 4ª Parte "Justiça e Disciplina", um dia, junto à minha tropa, a minha prisão, "por ter deixado de cumprir como Comandante da Unidade normas disciplinares". Tinha sido chamado pelo General Estevão Taurino de Rezende Netto, encarregado geral dos IPMs em todo o País, para prestar contas do IPM de que estava encarregado, missão de que não dei ciência ao então Comandante, por motivos óbvios.

Deixamos o Comando da Unidade, em 1965, classificado no Quartel-General de Santos, tendo o Comandante de então, General Vicente de Paulo Dale Coutinho, nos indicado para receber a Ordem do Mérito Militar, que foi negada em virtude de termos "punição de prisão" em nossos assentamentos. Dessa decisão superior, não questionamos. Causou-me uma surpresa inusitada quando o Coronel Thomaz Alves mandou publicar despacho do então Ministro do Exército Ademar de Queiroz, que anulava punição ao Tenente-Coronel Erasmo Dias, concedendo-lhe a Ordem do Mérito Militar, em requerimento endereçado ao Ministro pelo Coronel Thomaz Alves, representando contra a decisão de "não concessão da referida Ordem do Mérito" para mim.

Tomou o ilustre chefe e amigo a iniciativa de reparar a injustiça que inclusive já tinha aceito, aliás, como outras que a nossa vida militar nos proporcionou. Gesto de grandeza, de chefe, de amigo. Em 1968, fui nomeado Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, Forte de Itaipu, em Praia Grande, tendo como Comandante da Guarnição de Santos, o já General Thomaz Alves. Novamente nos encontramos.

No episódio do Vale do Ribeira, o General Thomaz Alves foi designado Comandante da tropa do II Exército, encarregada de fazer frente à "guerrilha rural" do traidor Lamarca. Fui seu Chefe do Estado-Maior nessas operações.

Em 1970, deixei o Comando do Forte dos Andradas e assumi a Chefia do Estado-Maior do General Thomaz Alves na guarnição de Santos.

Episódio digno de registro na época foi a experiência, ímpar e creio inusitada, de presidir um Conselho Especial de Justiça, na Justiça Militar. Estava em vigor a pena de morte. Assaltos a bancos, terroristas, bandidos comuns, todos estavam sujeitos ao Código Penal, enquadradas na Lei de Segurança.

O assalto à Caixa Econômica na Joaquim Floriano, no Itaim, ficou tristemente célebre pelo assassinato de um agente federal. O processo correu. Os assaltantes foram presos. Quadrilha composta inclusive de dois irmãos, um menor de idade, porém assassino. Réu preso, processo em curso na Auditoria Militar. Pela lei, impunha-se um Conselho Especial de Justiça, presidido por um coronel da ativa, pois a pena prevista poderia ser a morte.

Urgia nomear o Conselho Especial, pelo Comando do II Exército, e não se conseguia um coronel disponível em São Paulo. E por que não o Coronel Erasmo? Eu servia em Santos. Aceitei como sempre o fiz: iria presidir o primeiro Conselho Especial que teria oportunidade de aplicar a pena de morte. Tarefa árdua, difícil e que mais se tornava delicada à medida que o julgamento caminhava. A quadrilha era realmente perigosa: assaltara, assassinara e chegara, até, a fugir de presídio em Ribeirão Preto.

O juiz togado, três oficiais superiores no conselho, e eu, Coronel, presidindo. Todos valorosos cidadãos, imbuídos do espírito revolucionário e mesmo de fazer justiça. Alguns favoráveis, outros duvidosos. Meu voto, tudo indica, foi decisivo: contra a pena de morte! Meu íntimo assim recomendou, para não criar problemas futuros quanto à aplicação real da pena de morte, particularmente em momento difícil do regime e da Revolução.

Iria, como fui, na qualidade de Secretário de Segurança, conviver mais amiúde com o crime e com os crimes graves. Formei a convicção bem enraizada de que a sociedade tem todo o direito de defender-se contra o crime e, particularmente, o crime violento. Estupro, roubo, seqüestro seguido de morte, praticados por criminosos de antecedentes criminais, deveriam ser enquadrados como crimes passíveis de serem apenados com a morte. A pena nesses casos agirá de certa forma como elemento dissuasivo, inibidor, nem que seja para um simples criminoso em potencial.

E aqui fica o exemplo: no ato final da decisão, tivemos misericórdia, o que não acontece com o bandido cruel e sanguinário. Não a apliquei quando tive oportunidade, porém, entendo que sua previsão nos códigos em tais casos é válida, em particular nos tempos atuais da impunidade como regra.

Em 1972, fui servir no Quartel-General (QG) da 2ª Região Militar em São Paulo, ocasião em que o General Thomaz Alves, promovido a General-de-Divisão,

assumiu o Comando da Região e eu como Coronel assumi a Chefia do Estado-Maior. Mais uma vez estávamos juntos.

Em 1974, era Governador Laudo Natel e o Secretário de Segurança Pública o General Sérvulo Motta Lima que tinha sido exonerado. O Comandante da 2ª Região Militar, por delegação do Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, foi encarregado de indicar um oficial do Exército para a referida Secretaria, norma então em vigor por acordo dos Governos Federal e Estadual.

Incumbiu-me o General Thomaz Alves de indicar um oficial para assumir a referida secretaria. Pusemo-nos a campo, não tendo conseguido conciliar nomes para a indicação, quando fomos surpreendidos por uma decisão praticamente irreversível. Já que não conseguiria escolher, seria eu o indicado, inclusive por ter manifestado ao General Thomaz Alves o desejo de praticamente encerrar minha carreira militar, não tendo aceito proposta de acompanhar o ilustre chefe que estava prestes a ser transferido para Brasília. Fui assim nomeado pelo Governador Laudo Natel, de comum acordo com as autoridades militares ligadas ao problema, inclusive pelo então Ministro do Exército General Dale Coutinho, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Estávamos completando 35 anos de serviço. Requeremos transferência para a reserva e assumimos, já fora dos quadros da ativa, o cargo de Secretário de Segurança Pública, inclusive, tendo sido aconselhado pelo então Ministro do Exército que continuasse na ativa, na forma da lei, apenas afastado. Agradecemos ao manifesto interesse do ilustre Ministro Dale Coutinho que pouco tempo deixou o mundo dos vivos. Foi pranteado com saudade.

Nessa mesma época, também fomos concitado a participar da indicação de um nome para Prefeito de Santos. Nesse sentido, intercedemos defendendo a indicação de Antônio Manoel de Carvalho que foi nomeado Prefeito de Santos e marcou de forma indelével sua passagem à testa da comunidade santista.

Durante todo ano de 1974, vivemos hora a hora, o cargo de Chefe da Polícia de São Paulo. Montamos uma equipe de companheiros da reserva que, em conjunto com outros tantos da Polícia Militar e Polícia Civil, durante 24 horas, planejamos e executamos uma política de Segurança Pública eficiente, harmônica, atuante, liderada, chefiada por profissionais capazes, dando o exemplo e apoiando os subordinados. Em pouco tempo comprovou sua eficácia, com retorno de credibilidade e confiabilidade da população.

Assumindo o Governo em 1975, Paulo Egydio Martins, expoente marcante da conjuntura nacional de então, político competente, identificado com os ideais de março de 1964, nos manteve como Chefe de Polícia, dando-nos todo o apoio

necessário, o que permitiu dar continuidade à política de Segurança Pública por nós implantada, já então em plena execução com eficiência a toda prova. O Poder de Polícia, com seus órgãos executantes, mostrou-se em todos os aspectos eficiente e produtivo, não tendo tido outros problemas que não os corriqueiros e facilmente superáveis.

O crime e a criminalidade foram mantidos em padrões normais como "problemas sociais", sem ultrapassar ou atingir a limites indesejáveis de incidência. A população teve segurança em níveis permissíveis e razoáveis.

Problema maior foi a "ordem pública", constantemente "desordenada" pela tentativa de segmentos sociais, particularmente a massa estudantil infiltrada por contestadores do governo e do regime. A desobediência civil tornou-se atuante, desafiando as autoridades constituídas, desrespeitando as normas legais em vigor, particularmente pela tentativa de desafiar o regime com a reativação da UNE, ponto de convergência de todas as manifestações contra o Governo.

Outro problema ainda preocupante à época era remanescente da "luta armada da guerrilha urbana". Entidades subversivas, ainda atuando na clandestinidade, em conjunto com o Movimento Estudantil, procuravam desestabilizar o regime. A Segurança Interna, sob a direção e supervisão do Comando do II Exército, continuava sua atribuição de fazer face a esse tipo de atividade subversiva, cabendo ao Chefe de Polícia colaborar e complementar essa atribuições.

O episódio de 22 de setembro de 1977, conhecido como da "PUC" (Pontifícia Universidade Católica), foi a última manifestação de desobediência civil, após cerca de uma dezena de manifestações semelhantes. O Movimento Estudantil, assim chamado, envolvendo falsos estudantes, militantes subversivos de todos os matizes, incentivado por uma elite marxista ainda atuante, tinha como objetivo o ressurgimento da UNE, posta na ilegalidade, e que representava a "baderna" de contestação ao regime.

Assim, durante inúmeras vezes, em locais diferentes foi tentada a realização de congresso da UNE como desafio ao regime e ao Governo, em manifestações de "desordem pública", de conseqüências imprevisíveis. Proibidas por todos os órgãos federais e estaduais, tínhamos a obrigação de "prevenir e reprimir se necessário" essas manifestações, que foram tentadas na Faculdade de Medicina, na Faculdade de Direito, e que foram sempre por nós, através de plano adrede preparado, abortadas sem maiores conseqüências.

O episódio da PUC, como se disse, após mais de uma dezena de tratativas frustradas pelo Movimento Estudantil, foi planejada dentro de outras características e circunstâncias, sob o resguardo do local bafejado pela "proteção magnífica

de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo". A PUC tornou-se o pretenso bastião intocável e seguro de toda atividade de desobediência civil, que tinha como objetivo capital proporcionar, com sucesso, a realização de Congresso da UNE, que até então não tinham conseguido em outros locais. O próprio Centro Acadêmico da PUC era sede de toda a "imprensa" do movimento, tudo sob a guarda da Pontifícia Universidade Católica, transformada em "templo da subversão" sob pretenso manto de "templo da religião".

E assim, naquele 22 de setembro, dentro dos muros da PUC, anunciado com alarde pela fachada engalanada de que tinha sido realizado o Congresso da UNE, inclusive, com o abuso e prepotência que julgaram poder demonstrar além de seus portões. A manifestação foi transferida para o lado externo, propositalmente, com maioria maciça de elemento feminino, inclusive de pessoas estranhas à PUC. Local acanhado, com centenas de jovens desafiando o regime, desobedecendo normas em vigor, deu-se então à repressão necessária preparada para fazer face a essa desobediência indicativa de desrespeito ao principio de autoridade e de manifesta desordem pública. Com mandado de busca e apreensão no centro de imprensa do Diretório Acadêmico, obtida de autoridade judiciária competente, foi executado o seu cumprimento, bem como à determinação de dissolução da manifestação não cumprida que impôs a detenção para averiguação dos "desobedientes" e "incentivadores" da desordem pública.

Tanto a dissolução – em certo momento com bombas de gás lacrimogêneo – quanto a busca e apreensão no Centro Acadêmico, no interior da PUC, geraram certo estado de pânico momentâneo, particularmente pela resistência comprovada de manifestantes em desafio público às autoridades constituídas e normas em vigor. Durante a intervenção do Poder de Polícia, eu, como Secretário, acompanhei o seu desenrolar ao lado da Reitora da PUC.

O espaço estreito e a desobediência dos manifestantes à determinação de dissolução, provocaram queimaduras em algumas jovens, pelo gás desprendido. Ressalta-se que o procedimento do Poder de Polícia nesse episódio foi o mesmo em manifestações semelhantes. Para dissolução da massa torna-se necessário o emprego de água e de gás lacrimogêneo.

Assim, as lamentáveis queimaduras, imprevisíveis, tiveram como principais responsáveis as vítimas que, por desobediência e insistência no confronto, motivaram essas conseqüências indesejáveis. Cumprimos, dentro da lei, nossa obrigação.

Acabamos processados através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, responsável que fomos pela utilização do Poder de Polícia sob nossa chefia. Dessa CPI, resul-

tou pelo Ministério Público, o arquivamento do processo, sendo considerado que "cumprimos o dever legal".

Por certo tempo, inclusive, cheguei a patrocinar atendimento médico às vítimas, atestado de reconhecimento em relação às conseqüências não desejáveis.

Os fatos referentes às mortes em dependências do II Exército diziam respeito à Segurança Interna, problema da alçada das Forças Armadas, cabendo ao Poder de Polícia do Estado apenas atender à convocação da autoridade militar no que diz respeito às atribuições inerentes à Polícia, particularmente a realização da perícia no local das mortes e à necropsia legal em cadáveres. Essas providências foram tomadas dentro do corpo do Inquérito Policial Militar, no âmbito da Justiça Militar, tudo portanto fora das atribuições da Segurança Pública de responsabilidade do Poder de Polícia sob minha chefia.

Quando da ocorrência da terceira morte, do metalúrgico Manuel Fiel Filho, fomos convocados pelo Chefe do Estado-Maior do II Exército a acompanhar o caso a partir da constatação de que, nas dependências do DOI-CODI, o referido cidadão tinha sido encontrado morto sob circunstâncias desconhecidas. Convoquei um médico legista que, comigo presente, constatou a morte ocasionada por lenços amarrados em torno do pescoço da vítima como se fosse um torniquete, não se podendo tirar outras conclusões, somente possíveis com a necropsia completa, o que foi providenciado.

Dei ciência pessoalmente ao General Antonio Ferreira Marques que comunicou o fato ao CIE, em sua sede no Rio de Janeiro.

Na noite desse mesmo dia, procurei o Governador Paulo Egydio a quem relatei o fato que, de imediato, via telefone, participou ao General Ernesto Geisel, Presidente da República. Decorrente dessa informação, segundo consta, o Presidente teria interpelado o Ministro do Exército, que alegou desconhecer o acontecido. Tudo indica que a agência do CIE no Rio não passara a informação ao CIE em Brasília, motivo do Ministro desconhecer o fato.

Tal episódio acarretou a demissão do General Ednardo D'Ávila Mello pelo Presidente, eis que tendo sido a terceira morte, transbordou sobre qualquer tipo de explicação ou justificativa de triste acontecimento. Foi nomeado Comandante do II Exército o General Dilermando Monteiro. A demissão ocasionou extrema inquietude em todo o Exército, com repercussões na Instituição e no próprio Governo da República.

Impõe-se ressaltar que nosso testemunho e participação no episódio são significativos e verdadeiros. O General Marques, Chefe do Estado-Maior do II Exército, informou a quem de direito, o CIE. Eu, como obrigação, informei ao meu Governador, que por seu turno informou ao Presidente.

Se houve alguma falha na cadeia de informações, o II Exército não as teve. Quanto à demissão de General Ednardo Mello, tal assunto dizia respeito ao Presidente e ao Ministro do Exército.

Durante minha gestão como Secretário de Segurança Pública, alguns episódios ligados à política obrigaram minha participação direta e indireta que merecem ser lembradas para que, a bem da verdade, a História seja escrita.

Os deputados federal e estadual, respectivamente, Marcelo Gatto e Nelson Fabiano, fizeram em certa ocasião, pela imprensa, críticas severas ao Governo e ao regime de então, que foram julgadas difamatórias e caluniosas, tendo eu como Secretário de Segurança sido incumbido de fazer gestões junto aos referidos políticos no sentido de que confirmassem ou não as inusitadas ofensas ao Governo e ao regime.

Na residência de George Nogueira, assessor direto do Governo Paulo Egydio, obtive a aquiescência dos dois políticos para uma conversa informal, na tentativa de dissuadi-los a "reconsiderar" o sentido das críticas, que entendi ser possível, eis que aceitaram o convite. Mas Marcelo Gatto e Nelson Fabiano reafirmaram a mim que nada tinham a "reconsiderar", mantendo o que a imprensa publicou.

Transmiti ao Governador Paulo Egydio o resultado improdutivo de nossa tentativa, tendo então, de ordem do Governador, seguido para Brasília e pessoalmente informado o Presidente Geisel que as críticas tinham sido mantidas, o que ensejou de imediato o ato de cassação política dos deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano.

Outro episódio significativo de que participei direta e indiretamente foi o processo político da sucessão do Governador Paulo Egydio. A sucessão, durante certo tempo, permaneceu um tanto quanto indefinida, pela falta de unanimidade, já que o futuro Presidente General João Baptista de Oliveira Figueiredo tinha predileção por Laudo Natel e o Presidente Geisel e o Governador Paulo Egydio defendiam simultaneamente, sem ser contrários ao que seria predileto do General Figueiredo, um outro candidato.

Dentro desse quadro, Paulo Maluf passou a disputar o Governo de São Paulo, percorrendo todo Estado em busca dos votos dos delegados do partido que escolheriam o futuro Governador.

Assim, oficialmente, o candidato do regime era Laudo Natel, tendo Paulo Maluf como seu opositor, em uma atitude desconfortável para com o regime, eis que inclusive fora Secretário de Transportes de Laudo Natel, isto é, todos dentro do partido político afinado com o regime de então.

Acompanhei de perto a campanha, inclusive sendo várias vezes interpelado pelo Serviço Nacional de Informações, a respeito do andamento da disputa que se

mostrava sem definição. Tal fato preocupava o Governador e o regime, pois a disputa dentro dele não se recomendava, como fator de dissociação, ao se reiniciar novo período sob a égide do General Figueiredo.

No dia aprazado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, durante a votação dos delegados, com indícios veementes de disputa acirrada e probabilidade inclusive de Maluf vencer, pretenso foco de incêndio nas galerias da Assembléia levantou suspeição de algo anormal, o que recomendou que a apuração das urnas fosse feita em local mais seguro. Foi então montado um esquema de segurança e as urnas transportadas para o Anhembi, onde a parte final da apuração foi consolidada, ficando vitoriosa a candidatura de Paulo Maluf. Tal vitória teve um sabor de derrota de Laudo Natel e do próximo Presidente General Figueiredo, gerando certo desconforto na homogeneidade do Governo e do regime.

Durante essa fase crítica da apuração das urnas no Anhembi fui testemunha de certas *démarches* tentadas no sentido de anular o processo de votação, pelo fato de ter sido feito fora do recinto da Assembléia Legislativa, o que de minha parte, quando concitado a opinar, fui contrário, isto é, não havia por que contestar o resultado das urnas, permanecendo a dúvida dos propósitos não esclarecidos do pretenso fogo nas galerias da Assembléia.

Merece registro fato ocorrido alguns dias antes da posse de Maluf no Governo de São Paulo e de nossa investidura como Deputado Federal. Maluf convidou-me a comparecer em sua casa na Rua Costa Rica, o que fiz, acompanhado do Delegado Romeu Tuma. Maluf, espontaneamente, afirmou-me que se sentia na obrigação de reafirmar a nossa longa amizade e que desejaria que eu continuasse como Secretário de Segurança Pública, entretanto, face à situação que o obrigara a competir com o preferido do regime, tinha necessidade de mostrar independência, nomeando um civil para Secretário de Segurança. Civil esse – afirmou Maluf – que era amigo comum de nós dois. De fato, foi nomeado o Desembargador Octávio Gonzaga que, inclusive, foi relator no Tribunal de Justiça, quando eu Secretário de Segurança fui julgado pelo Plenário do Tribunal, como réu de ação movida por Hélio Bicudo contra mim.

Bicudo havia declarado à Imprensa que a Polícia Militar era integrada por "setenta mil assassinos". Dei-lhe o troco pela imprensa declarando que não passava Bicudo de um "energúmeno", o que motivou ação sua contra mim, tendo como advogado José Carlos Dias e eu o ilustre e saudoso Viana de Moraes. Fui julgado pelo Tribunal e, por unanimidade, absolvido, tudo com fundamento no parecer do relator Desembargador Gonzaga Júnior.

O fato relatado, perante o Tribunal de Justiça do Estado, e o caso da PUC na Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa são dois episódios

significativos: em pleno regime autoritário militar, eu, como Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, fui processado, julgado e absolvido no primeiro caso e arquivado o processo no segundo. Não me furtei como chefe e líder da Polícia paulista, ao contrário, assumi toda a responsabilidade naqueles dois casos.

A opinião pública conhece outros tantos episódios ocorridos com o Poder de Polícia nestas duas últimas décadas em "pleno regime democrático", bem como todos os seus desdobramentos sob a chefia de "ilustres" secretários de Segurança Pública.

Encerrando a conversa, Maluf, futuro Governador, me propôs a Prefeitura de Santos, convite que declinei em virtude de ter que cumprir o mandato que me fora outorgado de deputado federal.

Episódio também digno de ser lembrado foi o convite a mim feito por Carlos Caldeira, um dos proprietários da *Folha* para um almoço na sede do jornal.

Qual minha surpresa! Fora convidado, também, o Cardeal Dom Paulo Arns. Participaram desse almoço eu, o Cardeal, Caldeira e Otávio Frias, pai e filho. Justificou o meu velho amigo Carlos Caldeira o desejo de proporcionar um diálogo sugerido pelo Cardeal. Fato notório eram nossas divergências políticas irreversíveis.

Durante o almoço, o Cardeal nos solicitou uma melhor solução para os ditos "presos políticos" condenados pela Justiça Militar e que estavam cumprindo penas em vários presídios, inclusive no Hipódromo e na Casa de Detenção. Alegara o Cardeal as condições subumanas desses presos, merecendo respeito seus "direitos humanos". Aleguei de pronto que o problema não era de nossa alçada e sim da Justiça Militar, bem como não reconhecia "direitos" a "terroristas e assassinos" condenados. Por insistência dos participantes a favor de Dom Paulo, prometi estudar o assunto.

Depois de algumas tratativas propus uma solução dentro das possibilidades da Secretaria de Segurança, que deveria ter o aval do Poder Judiciário. Esse aval foi conseguido e minha proposta aceita. Com verbas próprias do Gabinete do Secretário, em tempo recorde foi construído na área do Barro Branco da Polícia Militar um autêntico presídio "3 estrelas", para todos os condenados da Justiça Militar.

Pareceu-nos que concentrada a fina flor da subversão e terrorismo, além de tê-los sob nossa guarda direta, o que proporcionou o acompanhamento de todas as suas ligações com o exterior e que vinha realmente a nos servir como "informações", também, deixavam de fazer proselitismo junto a outros tantos apenados.

Fui aquinhoado com a Ordem do Mérito Judiciário Militar, por contribuir para solucionar o problema de um presídio da Justiça Federal.

Em 1978, já adentrando cinco anos à testa da Chefia de Polícia de São Paulo, quando no âmbito federal se discutia a sucessão do General Geisel, fui concitado pelo então General Figueiredo, candidato à sucessão, a disputar uma vaga por São

Paulo na Câmara dos Deputados. O convite pegou-me de surpresa, como já acontecera quando "escalado" para ser Secretário de Segurança Pública, pois jamais cogitara de ser polícia, muito menos de ser político.

Enfim, como soldado que sempre fui e sou, dispus-me a participar do desafio, eis que outros setores da opinião pública passaram também a encampar minha entrada possível no Congresso. Recebi, extremamente surpreso, apoio inusitado, tudo indica, pela segurança que foi proporcionada à população como Secretário de Segurança Pública e particularmente pelo apoio decisivo do amigo Paulo Egydio. Mais uma vez, com surpresa, recebi votos de mais de 150 mil eleitores, tendo sido um dos deputados federais mais bem sufragados em 1978.

Assumi o mandato de deputado federal ao mesmo tempo que o General Figueiredo a Presidência da República e Paulo Maluf o Governo do Estado. Deputado neófito, da bancada governista, inclusive, gozando da amizade pessoal, militar como eu, do General Figueiredo, durante todo o mandato não me senti realizado como político e repita-se, apoiando o Governo como obrigação de soldado, porém marginalizado em tudo e por tudo da "política fisiológica". E além disso, tendo como regra, ter que suportar a "política esquerdista".

Tive a felicidade de participar de dois episódios que por si só justificaram minha primeira experiência política. Fui presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, que me ensejou conseguir junto ao Ministro do Exército uma visita de estudos com um grupo de deputados federais à Amazônia.

Em um Hércules da Força Aérea Brasileira (FAB) a comitiva percorreu de Porto Velho a Tabatinga, Cucui, São Gabriel da Cachoeira e Bela Vista, toda a faixa da fronteira, visitando os quartéis do Exército e tomando contato com a realidade maravilhosa da Amazônia. Todo brasileiro, sobretudo aquele que possa ter qualquer participação no Poder Público, deveria conhecer a Amazônia, em particular o papel magnânimo das Forças Armadas naquele mundo de selva e água.

Um episódio marcante merece ser relembrado. A existência de "religiões" de vários matizes na Amazônia tem sido discutida, seja no problema indígena, na questão de sua "internacionalização", e no "esquerdismo" do problema da terra.

O General Leônidas, então Comandante da Amazônia, realizou para a comitiva uma palestra reservada sobre esses problemas. Tendo sido, como Coronel, Adido Militar na Colômbia, informou-nos de que naquele país, para evitar a influência religiosa estrangeira, "nacionalizaram os bispos da Igreja", sugerindo que fizéssemos o mesmo. De pronto, encampei a idéia e, quando em Brasília, apresentei um emenda a Projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados, "nacionalizando os bispos". Era sabido o fato de que certos bispos naquela área eram estrangei-

ros, defensores de "filosofias do progressismo esquerdista", outros da "doutrina de internacionalização da Amazônia" e da famigerada tese da "ocupação da terra".

Certo dia, o Presidente Figueiredo me interpelou, demonstrando a situação difícil e indesejável da minha emenda, que já vinha sofrendo críticas severas dos bispos "esquerdistas". Não tive condições de continuar a defender a proposta e, dada a insistência do Presidente, retirei minha emenda.

Outro fato digno de registro foi a visita oficial da comitiva de deputados à Rússia e Alemanha Oriental: Leningrado, Moscou, Tblishi, Berlim Oriental etc., roteiro "comunista" que nos serviu para ter uma visão global do "regime", em que pese ter sido a nós mostrado o que deveria ser "mostrado": museus, hospitais, fábricas, fazendas.

Mesmo assim o que se viu deixou indelével o ritmo de vida no regime comunista. Pobreza de produção e consumo sob todos os aspectos. Vida controlada e robotizada dentro de padrões mínimos de sobrevivência, com ausência flagrante de liberdade em todos os aspectos. Era véspera de Natal, frio com temperatura abaixo de zero. Nos "*shoppings* comunistas" pobreza completa. Para quem tinha passado por lojas em Paris e Roma, em Moscou ou Berlim Oriental a exposição de "sabonetes" a de brinquedos artesanais e rústicos chocava ante o esfuziante de tudo que se encontrava em uma loja do "mundo capitalista". Sabonete sem fazer espuma, papel higiênico áspero, desconforto de todo o tipo, cotidiano, regido pelo severo "comunismo" não complacente com qualquer tipo de vida "burguesa capitalista". Alguns exemplos minoraram o que vimos apenas na Rússia.

Povo um tanto quanto mais alegre da Geórgia, inclusive nos pedindo notícias do Pelé, e mesmo na Moldávia, povo sofrido que preferia sofrer menos sob o guante da Rússia comunista do que ficar isolado, penando nas mãos dos vizinhos.

A formação militar sempre ditou o meu caráter e mesmo a minha conduta, alicerçada nos princípios basilares da disciplina, hierarquia, lealdade, camaradagem, chefia e liderança, que são um tanto quanto antagônicos com a atividade política.

Pertencendo ao partido que por tradição era remanescente do período de 1964 a 1985, que conosco tinha afinidades ideológicas, e face à minha formação militar e mesmo meu passado de oposição intransigente com a ideologia esquerdista de todo o tipo, fui sempre questionado e mesmo "marginalizado" por certos segmentos, particularmente os de notório passado "esquerdizante".

Com relação ao governo atual, diria que transformou uma democracia numa "democratura", porque quando vejo que o governo da República edita mais Medidas Provisórias que todos os generais juntos durante o governo militar, fico meio céptico, pois ainda acho que há remanescentes, digamos assim, uma idéia-força de filosofia

esquerdista com um "revanchismo" solerte, muito bem conduzido e que até hoje não nos engoliram e não nos engolem, mas sempre tentando nos colocar à margem.

E eu sempre fui e sou contra o Ministério da Defesa, porque foi um modo de alijar as Forças Armadas do papel que representam. Sempre fui favorável e afirmo que o nosso pólo principal de atração é a Amazônia, onde realmente os inimigos solertes, de todos os lados, estão de olho e no momento em que se enfraquecem as Forças Armadas, no momento em que se deixam o Exército e praticamente as Forças Armadas sem recursos, reduzidas a um estado de insignificância e que mais serve aos políticos medíocres do que à Nação, vejo com um certo cepticismo as perspectivas do futuro.

Esse trabalho de História Oral deveria ser difundido, particularmente nas nossas academias militares, pois a desinformação é notória, mesmo porque, um Exército mal-informado é um Exército derrotado.

Coronel Erasmo, o seu depoimento foi sem dúvida muito importante para o Projeto de História Oral do Exército. Pelo conhecimento, pela espontaneidade, pela sinceridade, pela firmeza de convicções que o senhor reafirmou aqui, nós que conhecemos a sua carreira militar e a sua vida pública, esperávamos exatamente isso. Agradecemos a sua presença e a sua participação e solicitamos suas palavras finais, uma mensagem para os jovens militares do Exército, que seguramente estudarão o seu depoimento e se espelharão nas suas palavras para orientar as suas carreiras militares.

A mensagem que dirijo é para você cadete e você aluno da Escola de Sargentos das Armas, a você cabo que está em um corpo de tropa, a você sargento que está na Amazônia, a você tenente lá no Chuí. É que o soldado só tem dois destinos: manter na túnica a honra e a dignidade, com o juramento que fez de servir à Pátria com o sacrifício da própria vida ou então se meter num sarcófago e ser enterrado no túmulo dos covardes, não há outra alternativa para nós.

E é no Exército, estendendo às Forças Armadas, símbolo de nacionalidade, que se encontram o civismo, o patriotismo, mais, o bom senso, a lógica, o cartesianismo, o humanismo e o cristianismo. Temos que ser tudo isso, porque o mundo de hoje está aí conflagrado por ideologias de todo tipo. Temos aqui o nosso inimigo interno. Há uma publicação nossa cujo nome é "O Revanchismo – Caça às Bruxas", que contém a relação de todos aqueles que nesse período morreram, paisanos e militares, defendendo esses valores, sobre o que conversamos.

Quer dizer, houve uma guerra suja, houve uma tentativa de levar o País a outros destinos que o mundo inteiro hoje repudia. Se alguma justificativa houvesse

para tudo que se fez, com todos os erros, porque seria até um absurdo pensar que se poderia fazer tudo somente com acertos, pode-se lembrar que, o grande acerto foi este: o Brasil continua sendo o nosso Brasil, livre de filosofias heterodoxas de todo tipo, embora ainda haja remanescentes que precisam ser conduzidos aos seus devidos lugares; e quem deve acompanhar essa evolução futura é o Exército, porque é a sentinela da Nação.

De resto quero que vocês pensem como nós, porque essa idéia que nos une, do sacrifício da vida em defesa da Pátria, é um juramento que não existe em outro lugar, só existe o nosso, e juramento é coisa para ser cumprida. Que Deus ajude o Brasil, esse é o nosso desejo.

Coronel Godofredo de Araújo Neves

O Coronel Godofredo nasceu em 9 de novembro de 1928, na cidade de Teresina, Piauí. Foi comandante do 2º Regimento de Carros de Combate (2º RCC), em Pirassununga, no período de 1974 a 1978 e comandou interinamente a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, em Campinas, em 1978. Foi um dos fundadores da Escola Nacional de Informações, em Brasília. Por ocasião da Revolução de 1964 era aluno da Escola de Estado-Maior do Exército e, posteriormente, foi designado instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Outras comissões de maior relevo dentro de uma expoente carreira: Chefe do Estado-Maior da 9ª Região Militar, em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, Chefe de Gabinete do Departamento Geral do Pessoal (DGP) e Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Exército, em Brasília.

Principais medalhas e condecorações: Medalha Militar de Ouro, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Santos Dumont, Medalha do Mérito Naval, Medalha do Mérito Aeronáutico e Medalha do Mérito Militar.

Reside atualmente em Pirassununga – São Paulo, em companhia de sua esposa Laurinda Ferreira da Silva Neves, Dona Zina.

Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2001.

Foi uma imensa honra ter recebido o convite para dar o meu testemunho, ainda que pequeno e humilde, sobre a Revolução de 1964.

Desde que ingressara na Escola de Estado-Maior, em 1962, já sentia no ar que aquele estado de coisas que vivenciávamos teria que chegar um fim. Sempre lutei, no limite de minhas possibilidades, para contrapor-me aos desmandos e anarquias tão comuns no Governo João Goulart. Nossa posição, minha e de outros companheiros da Escola de Estado-Maior, era conhecida; nunca nos escondemos no anonimato. O Governo sabia, tanto que na nossa promoção a major, em 1962, deveria reconhecer o mérito da aprovação no difícil exame para a escola. Depois de quase sete anos no posto de capitão, fomos promovidos por antigüidade; mas foi uma honra para nós, pois a o ato oficial foi assinado pelo senhor João Goulart, de triste memória, como castigo, é o que penso.

Hoje em dia, ouvimos, a toda hora, a campanha difamatória assacada contra a Revolução de 31 de Março e contra as Forças Armadas, que a desencadearam com apoio do povo brasileiro, em sua imensa maioria; ficamos pensando o que seria do Brasil se não tivesse havido o bendito Movimento de 1964.

A Revolução salvou o Brasil das garras do comunismo internacional, das garras da União Soviética e seus satélites, cujos agentes foram enviados ao Brasil. Nesse particular está Cuba, infelizmente submetida ao guante desse ditador cruel, hoje homenageado em nosso País, Fidel Castro; enquanto xingam Pinochet, elogiam Fidel Castro.

A Revolução eliminou o perigo de nos transformar numa Albânia, Cuba, ou Hungria e todos os países que viviam debaixo da bota do comunismo internacional.

A Revolução de 31 de Março de 1964 – não falam sobre isso mas sabem que é verdade – livrou o mundo de uma guerra mundial e destruidora, livrou o mundo porque iniciou a derrota do comunismo aqui no Brasil. A queda do Muro de Berlim configura o fim do movimento comunista internacional, não do comunismo, porque infelizmente ele ainda vive. Mas a Revolução de 1964 foi o início, e a queda do Muro de Berlim o marco final.

O comunismo está apenas adormecido, pronto para dar o bote novamente, utilizando-se dos covardes traidores da Pátria que existem no mundo todo, inclusive e lamentavelmente no nosso País.

Voltando à Escola de Estado-Maior, no terceiro ano os instrutores desenvolviam um tema de Logística, exercício dos mais longos, que dura quase uma semana de aulas, quando fomos interrompidos, no dia 31 de março de 1964, pelo Instrutor-Chefe que nos informou:

– As aulas estão suspensas a partir desse momento e nós só obedeceremos ao Comando Revolucionário.

A Escola de Estado-Maior revoltava-se contra o Governo Goulart. Foi uma alegria imensa para os oficiais que estavam no recinto e esperavam ansiosamente que o governo baderneiro chegasse ao fim.

Lembremos, em largos traços, os motivos que levaram a tomada de posição das Forças Armadas unidas ao povo brasileiro. O caos reinava nos anos do Governo João Goulart, o "peleguismo" atuava em todos os lugares, a anarquia já atingia as Forças Armadas: revolta de sargentos, em Brasília; marinheiros carregando nos ombros um "almirante" chamado Aragão, denegrindo, não a Marinha, mas o quadro a que ele pertencia; o comício da Central do Brasil, bem ao lado do prédio do Ministério da Guerra, onde me encontrava, o qual assisti me remoendo. Inúmeras bandeiras vermelhas, a foice e o martelo do Partido Comunista, fora da lei, figuras de gorilas fardados com o uniforme do Exército Brasileiro. O Presidente da República e oficiais generais, ali presentes, ouviam os discursos inflamados do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de Leonel Brizola e de outros.

Os movimentos no campo, levados a efeito pelas "Ligas Camponesas" lideradas por Francisco Julião, muito se assemelham aos do atual MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sendo que este é mais organizado e eficiente. As "Ligas Camponesas" promoviam agitações no Nordeste, tocavam fogo em canaviais e incentivavam toda a baderna possível. Isso tudo com a ajuda de um governador comunista, chamado Miguel Arraes que foi cassado e depois voltou nos ombros dos pernambucanos como o "grande herói injustiçado".

Finalmente, o que fez entornar a água desse copo, já cheio, foi uma reunião de sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, com a presença do João Goulart e de oficiais generais, onde o então Presidente fez um discurso em ambiente de completa baderna, convocando os sargentos a "virarem" a mesa. Esse foi o teor do discurso e quem possui revistas daquele tempo é só conferir, porque está tudo lá, escrito e fotografado, para que não digam que é mentira.

Pois bem, com isso, o povo que já vinha revoltado, saiu às ruas e pediu às Forças Armadas para tomarem uma providência. Os seus integrantes, intérpretes do pensamento e da vontade do povo brasileiro, pois são povo, cidadãos fardados, sob o compromisso de defender a Pátria com o sacrifício da própria vida, atenderam ao chamamento.

E assim fizemos. Eu, major à época, e os meus companheiros, todos da Escola de Comando e Estado-Maior, seguimos em frente. Esses foram, sucintamente, os fatos que ocorreram, quando o Brasil crescia como rabo de cavalo, para baixo, a inflação era monstruosa, o País quase imobilizado pela baderna janguista. Por isso irrompeu a Revolução de 31 de Março.

Encontrava-me na sala de aula com mais alguns companheiros, quando foram chamados oficiais dispostos, aqueles que “topavam qualquer parada”. Fiquei preocupado por ter sido incluído nesse grupo. Fui um dos últimos a ser chamado; quando ouvi dizer: Godofredo! pensei: “Ai minha Nossa Senhora!” Tinha, apenas, um revólver 38 e envergava o uniforme de passeio. O Coronel Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo), instrutor, dirigiu-se a nós:

– Nós os escolhemos porque temos confiança em vocês e vamos cumprir uma missão muito árdua. O Palácio Guanabara enviou um pedido para que mandássemos alguns oficiais para organizar a defesa do Palácio, sede do Governo do Estado, onde se encontram o senhor Carlos Lacerda e o pessoal mais chegado a ele. Consta que vão ser atacados pelos fuzileiros navais do Aragão; já estão lá três ou quatro oficiais da Aeronáutica, comandados pelo Coronel Burnier, que confessam não saberem fazer defesa terrestre. A Escola só pode dar a condução de ida para vocês. Alguém não deseja ou não aceita a missão?

– Não senhor! – respondemos – nós iremos.

E assim fomos até lá; do lado do Palácio há uma escolinha e ali ficou sendo o nosso PC (Posto de Comando). Quando chegamos, lá estava o Coronel Burnier. Havia um canhão de avião colocado em cima de um jipe e outros oficiais da Aeronáutica com granadas dependuradas no uniforme. Senti que estavam decididos a reagir, prontos para a guerra. Pensei comigo: “Vai ser fogo isso aqui!”

Entramos, fomos conversar com eles e organizar a defesa do Palácio, em sua parte externa, onde estava o Lacerda.

Organizamos o dispositivo, mas não houve ataque de fuzileiro naval. Mais tarde vieram em apoio os tanques do Regimento de Cavalaria Mecanizada (RCMec). Foram primeiramente para o Palácio das Laranjeiras, mas o Jango fugiu, depois seguiram para o Palácio da Guanabara, que é perto, para participar da defesa do mesmo. Foi aquele júbilo, muita alegria e distribuíram lenços azuis e brancos; o meu foi assinado por todos os que estavam ali por perto.

O que nos fez ficar contentes – vamos confessar, medrosos, também – foi ver que a maioria era de jovens, diferentemente de hoje, porque os jovens, agora, estão do lado de lá. A maioria era de jovens defendendo a democracia verdadeira, contra o comunismo que tentava enquistar-se em nosso País. Todos armados com metralhadoras que nunca tinham visto na vida, homens de idade, com capacetes da Revolução de 1932, espingardas de dois canos para resistirem ao ataque dos fuzileiros navais que – afirmavam – iriam desembarcar na Praia de Botafogo, ali perto. Eles já teriam treinado a manobra para tomar o Palácio. Nós íamos morrer ali, porque não dava nem para fugir, já que existe uma pedra enorme atrás do Palácio.

Bem, terminado esse ato, fomos carregados nos ombros do povo, cantando, pela praia, até perto da Escola de Estado-Maior.

No dia seguinte, voltamos à Escola e recebemos novas missões. A minha foi a seguinte: antigamente, não havia o Serviço Nacional de Informações (SNI), em seu lugar existia o SFICI, cujo significado era Serviço Federal de Informação e Contra-Informação, um órgão subordinado à Presidência da República. Esse órgão funcionava como se fosse o SNI, só que muito menor. Eu e alguns companheiros fomos designados para ir lá; pensávamos em pôr os comunistas para correr, mas fugiram antes. Encontramos tudo abandonado.

Esse SFICI, para quem conhece o Rio de Janeiro, ficava no prédio da Casa da Borracha, acho que ainda existe, um edifício antigo na esquina da Rua Carioca com a Avenida Rio Branco, bem no Centro da cidade.

Examinamos os arquivos; quem era do nosso lado constava como "comunista". Eu, o Figueiredo, todos eram "comunistas". Faziam isso para semear a dúvida. Um tipo de contra-informação. Aqueles que trabalhavam lá, os verdadeiros comunistas, foram cassados pela Revolução. Mais tarde, voltaram bem melhor que os revolucionários. Foram perdoados.

O meu trabalho consistia em receber os processos de todo o País, para serem escoimados e despachados pelo Presidente da República. Pude ver o dossiê do camarada com todas as provas e, graças a Deus, me foi dada a felicidade de, ainda novo, tomar parte num momento histórico do Brasil. Identificamos os comunistas de verdade, os ladrões, os corruptos – hoje estão todos novamente mandando. Fazíamos um apanhado, resumíamos tudo, e passávamos para o Coronel Ariel Pacca da Fonseca, que procedia a avaliação final da documentação, aprovando-a ou não. A seguir, era remetida para o General Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar, que, por sua vez, selecionava alguns e mandava para o Presidente da República, Marechal Castello Branco. Outros voltavam para nós, sem efeito.

De dez processos de cassação de mandato que a gente enviava, só uns quatro passavam e isso causava um pouco de frustração em todos nós que trabalhávamos ali, inclusive no coronel. E assim foi até o final, quando passou para a Comissão Geral de Investigações, mas as principais cassações foram dali, inclusive o Juscelino. Por ter tomado parte ativa nisso, pude ver as entranhas desses camaradas, toda a corrupção e bandalheira; depois, infelizmente, voltaram ao Poder.

Nessa fase, diversos companheiros cumpriam outras missões; a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) voltou a funcionar, depois de uns três ou quatro meses, e terminamos o curso. Após ter sido diplomado, o General convidou-me para instrutor e disse que poderia ser na ECEME ou na Escola de Aperfeiçoamento

de Oficiais (EsAO), mas gostaria que fosse para a EsAO. Justificou dizendo que lá estudavam capitães jovens e muito afoitos que precisavam, também, de um oficial disposto, que não deixasse o espírito revolucionário amainar ou mesmo ocorrer uma mudança de atitude, porque estávamos na fase de consolidação da Revolução.

Nomeado instrutor da EsAO, continuei trabalhando pela Revolução. Ministrava instrução da Arma – Cavalaria – e blindados; sempre que possível, como aprendi no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde tive a felicidade de estudar, ensinava algo mais. No meu tempo de aluno, um professor do Colégio Militar, lecionando Matemática, quando via que os alunos estavam desmotivados, contava uma estória, com fundo moral, educativa.

Por isso, quando dava minhas aulas naquele calor ruim da Vila Militar, e os alunos mostravam-se enfadados, falava sobre os comunistas, sobre a guerra que a gente tinha que travar contra o comunismo. Minha atuação não escapou da verve típica dos oficiais-alunos e meu apelido ficou sendo "gorila blindado".

Depois, fiel ao meu espírito revolucionário, fui cursar a Escola Superior de Guerra (ESG). Antes, em 1968, ainda servindo no Estado-Maior do Exército (EME) assisti à baderna geral promovida pelos comunistas vencidos em 1964. A Revolução estava progredindo democraticamente, até mesmo muito permissiva, embora alguns continuavam chamando-a de ditadura. A oposição não foi proibida de falar o que quisesse. Naquele ano cresceram os desafios, a ponto de tombarem viaturas do Exército em via pública. Havia ordem para não ir fardado para o quartel, pelo receio de atentados e represálias. Os comunistas prosseguiam desinibidos, quantas vezes dirigidos por um bando de corruptos e de pederastas. Padres na frente de passeatas, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, e em São Paulo. Incentivados do exterior, os comunistas promoviam marchas pela "democracia", estimulados, entre outros, por Chico Buarque de Hollanda, grande figura da música popular brasileira, praticante da subversão regada a alcoólicos e um dos habituais viajores para o turismo político em Cuba, mancomunado com Fidel Castro.

Pois bem, todos assistimos à subversão nascida da estranha conjunção de jovens, homens e mulheres, padres e freiras. No Rio de Janeiro, na Cinelândia, há um bar, se não me engano, o Amarelinho, onde é servido um chope muito elogiado. Lá se postava essa camarilha do alto comando subversivo, Chico Buarque e os demais comunas, bebericando, enquanto os outros, não tão espertos, estavam levando porrada em manifestações de rua, os pichadores de palácio; isso em 1968.

Assim se desenrolavam os acontecimentos, quando Márcio Moreira Alves, deputado que hoje escreve nos jornais, desafiou o Exército na Câmara dos Deputados, anarquizando com os militares e com a Revolução de 1964.

O Presidente Costa e Silva, a contragosto, porque se tratava de um homem bom, bonachão, mas firme, foi obrigado a editar o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Os subversivos vivem falando no "AI-5", mas eles nunca o leram. O Ato Institucional foi um documento correto, estritamente dentro da lei, diferente dos de hoje que precisam retornar, cheios de incorreções. Foi aprovado e preparado por gente capaz. Aqueles governos revolucionários, que chamam de "ditadura", de "anos de chumbo", foram governos capacitados, muito superior aos que os sucederam.

Pois bem, após o AI-5, agravou-se a contestação com o acirramento de guerrilhas urbana e rural. Aqueles guerrilheiros estão, hoje, travestidos de deputados, senadores, juízes, ministros de governo. Foragidos para o exterior, porque nenhum deles saiu exilado, foram caluniar o Brasil na Europa.

Executei, a mando do Chefe do Estado-Maior, um trabalho de informações onde tudo isso foi levantado, com nome e fotografia dos responsáveis, na França e na Inglaterra, principalmente.

Essa investida caluniosa sobre o Brasil, na Europa, foi profunda e repercute até hoje, tal a força da campanha difamatória do Brasil no exterior. A imagem do País foi destruída por esses maus brasileiros que hoje estão no governo, acarretando enorme prejuízo em tudo, inclusive no comércio exterior.

Eu mesmo ouvi, certa ocasião, o bispo Dom Hélder Câmara falar que no Nordeste morriam mais de mil crianças por dia, de fome. Sabemos que embora haja subnutrição, morrer mais de mil crianças por dia, de fome, é uma mentira muito grande e coisas dessa natureza eles espalhavam aos ventos.

Mas esse quadro de mentiras deslavadas persiste. Eles aproveitam fotografias de exercícios militares dos Batalhões de Selva, na Amazônia, em que aparece um camarada amarrado, nos exercícios de fuga e evasão, e acrescentam inscrição, embaixo, com a afirmação que o Brasil tortura oficiais do Exército.

O primeiro governo da Revolução criou o arcabouço do novo Brasil; Costa e Silva prosseguiu a ordenação do País, com aquele seu jeito bondoso e firme. Líder nas Forças Armadas, por infelicidade do Brasil morreu vitimado por grave doença.

No seu lugar assumiu a Junta Militar, porque o Vice-Presidente foi considerado incompatível, em face de sua oposição à aprovação do AI-5. O triunvirato da Junta Militar soube muito bem, com segurança, conduzir o País naquela quadra conturbada. Para desgosto nosso, bem mais tarde, no Congresso, um político contrariado e já decadente, Ulisses Guimarães, que sempre militou na política buscando vantagens, sob o "charmoso" chapéu da democracia do "venha a nós o vosso reino" – a Constituição de 1988, viria a comprovar isso – de forma agressi-

va, ressentida e grosseira, chamou os três ministros de "três patetas". Recebeu as devidas respostas que, civilizadamente, o desmoralizaram.

Aí veio a fase magna do Brasil, quando escolheram um homem firme chamado Emílio Garrastazu Médici. Sem dúvida, bafejado pela sorte, além de chefe íntegro e ímpar, apreciava o futebol, era torcedor do Flamengo. Foi assistir no Maracanã, naquela época, a um jogo Flamengo e Vasco e viu-se aplaudido de pé pela torcida. Os "intelectuais", políticos e jornalistas omitem isso. Sob ditadura, quem iria aplaudir de pé o Presidente da República? Esse homem trabalhou para o desenvolvimento do Brasil, alçando-o da 48ª posição para a oitava potência econômica, no mundo. O Brasil prosseguia em ritmo de crescimento.

O General Ernesto Geisel, quarto Presidente da Revolução, nunca foi um revolucionário completo. Logo iniciou o processo de abertura política, quando não era chegado o momento. Proporcionou uma brecha a um tipo de inimigo ideológico que a ninguém concede favores ou perdão. A anistia é para questões partidárias, como na Revolução de 1930, mas não para inimigos comunistas. O regime comunista não concede anistia para ninguém. Lá, eles matam o inimigo.

Essa foi uma das causas do desgosto, segundo consta, do General Médici, não pela anistia, mas pelo rumo que a Revolução estava tomando. Entretanto deve-se reconhecer que fez uma coisa muito boa, pressionado ou não, como romper o acordo militar com os Estados Unidos, esse nosso "amigo" que muito pouco nos ajudou. Lutamos na guerra ao lado deles, mas depois cobraram até a agulha de injeção dos nossos febianos.

Nós os agradamos derrotando o comunismo aqui, nas costas deles; se o Brasil caísse, seria o fim do mundo. Pois bem, antes o armamento que utilizávamos no Brasil era todo de lá, a nossa indústria bélica não ia para frente. Pois a Revolução de 1964 tem esse mérito também, rompeu com acordo militar e, a partir daí, começou a crescer a nossa indústria bélica e aeronáutica, produzindo produtos de primeira qualidade.

Inclusive, um projeto no qual tive a honra de participar, na fase de estudos, quando classificado no EME. Tratava-se do carro de combate *Osório*, considerado o melhor da época, no mundo. Servia com o General Rondon, de saudosa memória, general brilhante, moço inteligente, revolucionário até a última gota. Era Assistente-Secretário dele no cargo que ocupava na subchefia do EME com a missão de avaliar novos materiais de emprego militar.

O Ministro do Exército foi à Argentina assistir a uma demonstração e voltou decidido que deveríamos fazer um blindado, um carro de combate nacional, um tipo de carro de combate principal do Exército Brasileiro, com orçamento em dólar e tudo. Então o Rondon me disse:

– Godofredo, vou iniciar e deixá-lo encarregado de prosseguir, porque você será promovido a general...

Trabalhei com jovens engenheiros de armamento, engenheiros de metalurgia de São Paulo, de Curitiba e do Rio de Janeiro. Percorri vários RCC – fui comandante de um – para saber qual tipo de carro de combate que achavam melhor.

Assim tudo isso foi feito e saiu o *Osório*, um produto da Revolução, como o *Xavante* e o *Tucano*, que vendíamos para o mundo todo e ganhávamos dinheiro. O *Tucano* é sucesso, vendido até hoje.

Negociamos aqueles carros blindados sobre rodas, o *Urutu* e o *Cascavel* para o Iraque e como estavam comprando o nosso material, ajudavam na pesquisa científica.

O dinheiro ganho por essas indústrias pesava muito no prato da balança do comércio exterior, coisa que não acontece mais, pois acabaram com a nossa indústria bélica e hoje estamos subordinados ao estrangeiro em quase tudo.

O senhor falou ainda há pouco que surgiu o Osório, na época o melhor carro de combate.

Inclusive ganhou uma concorrência de desempenho em pleno deserto, para ser vendido para a Arábia Saudita. O negócio só foi abordado porque os americanos pressionaram os sauditas para, em troca do apoio militar e evitar serem ameaçados por Saddan Hussein, adquirirem o carro de combate deles, o Abrahams M1 *e não o nosso, muito melhor que os blindados americano, francês e inglês.*

Apoiados em nossas empresas, a Engesa e outras mais, iríamos repotencializar os carros de combate da China, com *know how* brasileiro. Isso era o Brasil grande que estava se apresentando, não este Brasil pequenininho de hoje, era o Brasil da Revolução de 1964.

Só para não me perder e por merecer referência, foi eleito o General Figueiredo que pegou a bomba quente da anistia e teve que concedê-la. Não deveria ter concedido a anistia tão cedo, e sim colocar, primeiro, na Presidência um civil, um civil também revolucionário, íntegro, determinado, apoiado pelos militares.

A verdadeira democracia não é a que proclamam por aí. Já vão perdidos na poeira da história, Platão e seus discípulos. Quanto mais falam nela, menos a praticam. O exercício democrático apóia-se nos direitos e nos deveres e confere ao Estado e ao cidadão obrigações recíprocas que, via de regra, não são respeitadas. Criminosos, corruptos, não podem, sob o manto da democracia, escafederem-se do látego da lei, aplicado com justiça e serenidade. Antidemocrático é ser passivo, frouxo, deixar de cumprir com o dever e tornar-se conivente com o crime.

Nossa “Democracia”, hoje, permite que você viva num país da desigualdade, num país onde os dirigentes, especialmente do Legislativo, praticam atos

desabonadores. Uma ascensorista da Câmara dos Vereadores de São Paulo ganhar seis mil reais, um cidadão, ex-prefeito no Nordeste, receber cinqüenta e seis mil reais de aposentadoria, cidadãos locupletarem-se em cidades que não têm renda, sustentadas pelo Estado e Governo Federal.

Nossa "Democracia" permissiva assiste a um cidadão deixar a prefeitura na bancarrota, não ser preso, não acontecer nada.

Essas coisas revoltam, porque todos apaniguados, de boca cheia, dizem que isso é Democracia. Não, Democracia é uma coisa muito mais sublime, é um regime de liberdade com responsabilidade. Pode-se dizer que, desde o 31 de Março de 1964, praticamos a democracia no bojo de um processo revolucionário, sob o lema de segurança e desenvolvimento. Hoje é o "Destrambelhado com o Atraso", pois não temos nem segurança, nem desenvolvimento.

Mas voltando ao ciclo dos presidentes militares, a anistia no Governo do General Figueiredo permitiu que voltassem todos aqueles que estavam no exterior e que declaravam ter sido exilados; exilados foram apenas uns vinte, o resto apenas fugiu.

Pois bem, esses homens retornaram perdoados, alguns depois de terem cometido até assassinato. Um oficial, meu aluno na EsAO, morreu metralhado por uma terrorista, traiçoeiramente. Em Recife, no Aeroporto de Guararapes, uma bomba foi colocada para assassinar o General Costa e Silva, mas o artefato explodiu antes e matou um almirante, além de causar ferimentos graves em outras pessoas.

Quem foi o responsável pelo atentado?

Integrantes da Ação Popular (AP), de cujos quadros o já falecido Betinho era figura de proa. O General Helio Ibiapina Lima, que servia no Nordeste, sabe disso perfeitamente.

Esse pessoal foi anistiado e por isso sofremos hoje toda sorte de perseguição. Oficiais competentes são tirados de postos-chave no exterior, como o de adido militar. Uma artista que esteve presa por subversão, comprovadamente mentiu e denunciou o Coronel Adido no Uruguai, como torturador. Tiraram-no do cargo sem que lhe fosse concedido o direito de defender-se.

Isso não é democracia, é torpe vindita, pois que se apóia em mentiras e falsidades. Vários outros oficiais deixaram de ocupar cargos até dentro da administração do Exército, como o General Fayad, delatado por um livro, acolitado por um suspeito personagem amigo de terrorista, Dom Paulo Evaristo Arns, adepto do credo vermelho. Segundo este livro, vermelho, também, por fora, à semelhança do "Livro Vermelho" de Mao Tsé-tung, um sargento do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), apenas datilógrafo, para seus acusadores, trabalhou na tortura, encontra-se nesta lista fajuta.

Então a Revolução de 1964 é distorcida por seus detratores, é malcontada para os nossos filhos, nossos netos, para os jovens de hoje. Mentiras que são espalhadas por aí, mentiras que são divulgadas oficialmente, operando verdadeiras lavagens cerebrais em toda a juventude. Essa foi uma das falhas da Revolução, não limpamos como deveríamos ter feito a área da educação. Não impedimos a infiltração e doutrinação comunista nos quadros do magistério, em todos os níveis.

Uma boa iniciativa foi a criação da matéria Educação Moral e Cívica (EMC), entretanto de maneira solerte os professores esquerdistas exploraram o assunto a seu talante e interesse.

Há um livro distribuído por intermédio da Internet e que cita como heróis da História do Brasil, em primeiro lugar, o Luís Carlos Prestes; em segundo lugar, a Olga Benário, que nem brasileira é, alemã e mulher do Prestes, que Getúlio entregou para a Gestapo; em terceiro lugar, Lamarca; quarto lugar, Marighela e por aí vai, para o autor energúmeno esses são os "heróis" da História do Brasil. Na verdade, ele não é toupeira para pensar assim, trata-se de provocação rasteira associada ao ato de desinformar a mocidade. Contra-informação, em que são mestres os comunistas.

As nossas moedas, as nossas notas não têm mais os retratos dos vultos nacionais. Agora só temos bichinhos como o mico-leão-dourado, quer dizer, trocaram os vultos nacionais por espécimes da fauna. Está muito bem, é até louvável a proteção da fauna, mas isso porque não podem colocar nas notas o retrato do Mao Tsé-tung, do Che Guevara, do Stálin, do Lamarca e desse pessoal todo. Então, põem figuras de bichos. Mais do que cretinice é desinformação. Trata-se de uma técnica bastante sutil. Fui criado ouvindo expressões como: "Me dá um Cabral aí, pai.

"Cabral" era a nota de mil cruzeiros, um "Barão", "Getúlio", "Caxias", "Tamandaré", "Barroso" e você relacionava o valor da nota ao vulto nela registrado, só que hoje não pode mais.

Isso chama-se "revanchismo", uma das desgraças que apareceram após a Revolução, nascido por obra e arte daqueles inimigos que não neutralizamos. Uma ação covarde e imoral, praticada em todos os campos do Poder, principalmente pela mídia que se utiliza de instrumentos – jornais, rádio, televisão – cujo acesso negam aos que desejam defender-se. É portanto covarde e falaciosa.

Sabemos que o senhor tem, dentro de sua notória habilidade e seu exacerbado patriotismo, escrito páginas de verdadeiro civismo. Uma maneira corajosa de protestar contra esse atual estado de coisas, uma das poucas maneiras que nos restaram, já que a grande mídia é dominada pelos nossos inimigos, pelos comunistas que foram derrotados, mas hoje militam nos principais jornais e cadeias de televisão.

Então, a maneira que o Coronel Godofredo tem de protestar contra esse estado de coisas é escrever artigos sobre a Revolução e sobre a conjuntura brasileira. Artigos esses que encontram guarida apenas em publicações especializadas como Revistas do Clube Militar e outras congêneres, o jornal Letras e Marchas, Ombro a Ombro.

Em Pirassununga, existe um deputado federal do PTB chamado Marques que foi soldado no Regimento, no tempo em que a Unidade era hipomóvel, tendo servido um pouco antes que eu me apresentasse. É um denodado defensor dos militares, embora não tenha nenhum parente militar.

Ele possui um jornal na cidade e, sabendo da minha maneira de ser, perguntou se eu não desejava escrever para o jornal dele. Comecei a escrever, ele gostou e esse jornal ele leva para a Câmara dos Deputados e distribui entre seus colegas, bem como, o envia para ministros. Já tenho fãs eméritos, para me "trucidar" ou elogiar, na "corte" brasiliense.

Minha arma, para lavar a honra do Exército contra as acusações infundadas, são meus artigos; houve um que, falando sobre a Revolução, intitulei "Ganhamos a Guerra e Perdemos a Paz".

Realmente, a Revolução ganhou a guerra, transformou o País, restaurou a autoridade, reduziu a inflação e a corrupção. Criou a Telebrás, Eletrobrás, Embratel – hoje estão todas vendidas aos estrangeiros –, manteve e aumentou a Vale do Rio Doce – também entregaram aos estrangeiros –, tudo que a Revolução fez ou se destrói ou se vende.

Agora, quais foram os erros da Revolução?

Perdemos a paz, porque as cassações tiveram prazos, permitindo que os cassados retornassem às atividades políticas.

Entendo que o vencido numa guerra dessas, se punido, deve ser afastado sem prazo para voltar; afinal, na URSS e em Cuba, só para citar esses, o afastamento sempre foi definitivo, seja no calabouço seja no *paredón*.

Perdemos a paz, pois agora são julgadas as ações revolucionárias, exatamente por aqueles que foram derrotados. É um tipo de julgamento faccioso, desonesto. O General Walter Pires disse uma frase em Brasília, que está até gravada, nesses termos:

"Os nossos companheiros que lutaram, que deram suas vidas em prol do Brasil, enfrentando os comunistas e as guerrilhas, jamais deixaremos que (esses companheiros) sejam perseguidos ou sofram qualquer sanção."

Mas hoje, estão todos eles sendo perseguidos, sofrendo sanções e ninguém reage. Finalmente, tenho aqui um trecho de um artigo que vou ler, porque é de um general muito correto. Ele disse uma coisa belíssima sobre tudo isso que estamos comentando:

"A Revolução de 31 de Março de 1964 não teme o julgamento da História. O verdadeiro juízo da Revolução será feito pela geração do século XXI, totalmente

sem compromisso com o emocional próprio dos perdedores que buscam a revanche hoje. A versão da história que vem sendo construída pelas esquerdas, com base em referências ideológicas inconsistentes, certamente será desqualificada." "A Revolução de 31 de Março de 1964", pelo General da reserva José Saldanha Fábrega Loureiro, no *Ombro a Ombro*.

Isto é realmente o que podemos falar sobre a Revolução de 1964. Sabemos que a Revolução salvou o Brasil, os mais velhos se lembram disso, mas muitos se omitem; muitos se aproveitaram da Revolução de 1964, alguns militares foram promovidos a general, a coronel, durante o período revolucionário, mas esquecem-se disso, muitos ficaram ricos, puderam trabalhar descansadamente, enquanto o Brasil progredia em paz e sossego, e esquecem-se disso.

Esse é o meu testemunho sobre a Revolução de 1964, a que devoto fidelidade até o fim de meus dias, pronto para, enquanto Deus me der vida, defendê-la com os meios que Ele me puser às mãos.

O senhor já abordou de uma maneira genérica, mas gostaria que fizesse comentários sobre um dos itens do artigo "Ganhamos a Guerra mas Perdemos a Paz", exatamente o seguinte:

Analistas da Revolução de 1964 acham que uma das falhas do Movimento – porque é claro que a perfeição absoluta não existe em nenhum governo – foi não ter conseguido conquistar para o nosso lado – e quando digo do nosso lado, refiro-me o lado do Brasil – três setores importantes da sociedade brasileira; a imprensa, já que, inclusive com apoio dos governos militares, foram criadas as Escolas de Comunicação Social visando profissionalizar o nosso homem de imprensa; entretanto essas escolas logo após a sua criação, caíram em mãos contrárias e passaram a ser verdadeiras fábricas de repórteres e jornalistas detratores da Revolução e, pior ainda, a favor das teses e práticas comunistas.– Essa foi a primeira grande falha, nessa análise que depois vou pedir para o senhor comentar.

A segunda grande falha foi ter perdido totalmente o controle da Educação; – o senhor mesmo citou o exemplo da criação de matérias visando dar maior embasamento patriótico e moral, Educação Moral e Cívica (EMC), no nível inicial; no nível intermediário era Organização Social e Política Brasileira (OSPB); e no nível de terceiro grau era Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), onde se valorizariam os verdadeiros vultos nacionais, que ajudaram a erigir a sociedade brasileira, cultuar os valores da verdadeira democracia. Essas matérias foram todas exploradas exatamente pelos inimigos, preparados para falar o contrário do que deveriam.

E em terceiro lugar a Justiça, que não sofreu a reorganização adequada. Lembro o aspecto da má-formação nas faculdades de Direito que proliferaram exagera-

damente com a conseqüente queda de qualidade, os concursos fraudados e a infiltração nas organizações de classe, por elementos de esquerda, de extrema esquerda, comprometidos apenas com a sua ideologia.

Nesses três setores básicos, estamos convictos de que a Revolução falhou, não por desinteresse ou displicência, mas sobretudo por ingenuidade dos nossos chefes e companheiros. A garotada de hoje aprende que herói nacional é Lamarca, é Luís Carlos Prestes e outros piores como o senhor citou há pouco. O que o senhor teria a comentar sobre o assunto?

O Presidente Castello Branco, inegavelmente um grande vulto nacional, um dos melhores presidentes da República do Brasil, preocupou-se com a legalidade, com o império da lei e com a imagem do Brasil no cenário internacional. A meu ver, os mais jovens da época não aceitavam essa política e, daí surgiram essas falhas. No estado de direito, alguns dos sustentáculos da ordem são o poder de polícia e o poder de censura.

Ora, o que é o poder de polícia?

É um poder democrático que o Estado deve usar para proteger o cidadão, o povo, contra as investidas nocivas de qualquer natureza.

E o poder de censura?

Sem que se ouçam os ignorantes, que não sabem, o poder de censura é exercido pelo Estado a fim de preservar a informação de tudo aquilo que pode conspurcar a mente do cidadão, do povo em geral. Se sou democrata, tenho que, democraticamente, através da Lei, exercer um poder para não permitir que se disseminem valores que invalidem os anseios de liberdade do meu povo.

Travestidas de "arte" e "cultura", não deve ser permitido que se exibam maldisfarçadas cenas de sexo explícito na televisão, comuns aos programas de hoje. No teatro ainda vá lá, porque tais cenas não invadem o meu lar, as salas de espetáculos freqüenta quem quer.

O poder de censura fere a individualidade das pessoas?

Não, ele está protegendo a família. Entretanto, através de qualquer brecha, em nome da democracia e repúdio à censura, despejam-se os lixos de mentes pervertidas que infestam a sociedade.

Em termos de Revolução, os interesses prejudicados mobilizaram a maioria dos frustrados que hoje nos antagonizam.

Consta que determinado empresário, líder de um império jornalístico passou a vergastar a Revolução por ter seu interesse de importar um iate, desobrigado de impostos e obrigações, sido contrariado pelo Ministro da Justiça com aprovação do Presidente Figueiredo. Adquirimos, por isso, um ferrenho inimigo.

Atualmente o jornalismo ideológico, maiormente a serviço da esquerda, penetrou na maioria dos órgãos de comunicação. Isso se constata facilmente. Antes atuavam disfarçadamente, mas, hoje, agem sem pejo.

As emissoras de televisão governamentais só convidam comunistas para entrevistar; daí ouvir-se que, na época do "partidão", eram machões e brigões. Tudo mentira, porque muitos se acovardaram mesmo sem sofrerem qualquer tipo de pressão.

No setor educacional não houve depuração. Na Capital, a Universidade de Brasília era um antro de comunistas, em pleno estado revolucionário. Nós, os mais jovens, queríamos promover a limpeza necessária; quem tentou realizar esse trabalho de Hércules foi um oficial da Marinha, reitor, inteligente e capaz que imagino tenha morrido de tanto desgosto. Ele iniciou o processo, mas depois voltou tudo.

Após ter sido instituída a matéria Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), deixaram entrar uma leva de comunistas que passou a executar os planos de um camarada da Itália, um famoso "educador", Antonio Gramsci, que afirma poder dominar um país sem dar um tiro, bastando tomar conta da educação do povo.

Um dia, telefonaram para a minha casa e perguntaram à minha senhora se eu podia atender umas alunas que precisavam fazer um trabalho da escola sobre a Revolução de 1964. Aceitei, e vieram seis jovens, filmaram e gravaram tudo o que falei e, tempos depois, uma delas ligou e pediu à minha senhora para me dizer que elas tinham tirado grau dez. Fiquei contente e até falei: "Esse colégio é bom."

Colégio Athenas. Aí pedi uma fita, porque queria conferir; elas, inocentemente, mandaram a fita. Então, quando comecei a assistir, tremi na base. Antes que eu começasse, entrou um professor, que é do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), já candidato a prefeito umas duas ou três vezes, em Pirassununga, foi soldado e quando encontra com a gente me chama de general a toda hora.

Fez uma exposição sobre o mesmo tema que eu estava fazendo, só que arrasou com a Revolução, mas arrasou mesmo. Deixei a fita ir até o final; quando veio o meu depoimento, percebi logo que tinha algo errado. Com a minha experiência em informações, já notei isso.

Depois veio um garoto do colégio falar comigo, sem me conhecer, sem nada e falou:

– Coronel, eu sou o fulano de tal, aluno do Colégio Athenas, onde foi exibido esse filme que o senhor fez para as alunas. Vim aqui revoltado pelo que fizeram. Enquanto o Professor Vitoreli "esculhambava" os militares e as Forças Armadas, foi tudo muito bem, bateram palmas; mas quando o senhor entrou começaram a zombar, dar vaias e não chegaram nem ao final do seu filme.

Comandados por uma professora petista, uma despreparada que ficou agitando os alunos, foi a maior farra, os alunos vaiando e gritando:

– Uhhhh! Uhhhh! Sai daí ô velho!

Uma vergonha, e eu conheço outros colegas que também não gostaram, e se o senhor quiser eu trago eles aqui, porque nós queremos acabar com isso.

Parece-me algo muito bom, há uma reação, os esquerdistas não conseguem dominar todos os alunos.

Pois bem, o colégio é valhacouto de partido político petista, quer dizer, transmitem isso aos alunos, o diretor é petista, todo mundo é petista lá, inclusive a mulher de um oficial aviador, o que é um perigo, sei lá se ele também não é petista.

Comentando acerca da Justiça, nos processos judiciais, por qualquer detalhe de somenos importância, permitiram a liberdade de criminosos, de subversivos do mais alto grau e de terroristas. Valia mais a forma do que a essência. Os inúmeros recursos jurídicos sempre foram habilmente manejados sob a complacência daqueles que deveriam zelar pela aplicação de justiça.

Até hoje temos uma figura que é dos tempos coloniais, a do dono de cartório; cartório tinha que ser do Estado.

São vitalícios os direitos sobre o cartório, passam a ser herdados pelos descendentes dos atuais proprietários, que ganham rios de dinheiro.

Uma das falhas da Revolução foi não ter reformulado a Justiça. Trata-se daquela noção de que a Revolução foi tímida naquilo a que se propôs realizar, preocupada com o que iriam dizer.

Num artigo que escrevi, disse o seguinte:

"...jamais abdicaremos da Revolução de 1964, em homenagem a todos os militares e civis que com o risco da própria vida não hesitaram em se opor àqueles que queriam comunizar a Nação..."

Melhor "anos de chumbo" do que "anos de sangue" que evitamos. Eles são mal-agradecidos.

João Goulart e seus seguidores, instalados no Poder, só não concretizaram a virada comunista para dominar a Nação, devido à reação das Forças Armadas, instigadas e inspiradas pelo povo brasileiro, através das Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade, aqui em São Paulo e em diversos lugares. Na verdade foi feita uma Contra-revolução, pois removemos esses maus elementos do Poder, desde o mais alto, o próprio Presidente da República.

A Nação brasileira aplaudiu a reação das Forças Armadas; o Brasil passou a progredir, respeitado no concerto internacional; a única maneira que eles arruma-

ram para se contrapor a isso foi o recurso ao terrorismo, que começou com o atentado no Aeroporto de Guararapes e que depois prosseguiu, particularmente, nas tentativas para implantar a guerrilha urbana nos principais centros, especificamente na cidade mais importante do País, que indiscutivelmente é São Paulo.

Muito bem, dessa forma a Revolução, com os governos de Costa e Silva e depois com a Junta Militar e Médici, particularmente, tiveram que se antepor aos terroristas e tiveram que ser duros também com o inimigo que nos agredia por intermédio de atentados, assaltos a bancos, seqüestros de aviões e outros tipos de ações infames. Não se pode combater assassinos com flores, então o Governo teve que ser duro, demorou um pouco, mas reagiu e finalmente ganhou essa guerra também, então a minha pergunta é a seguinte:

O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Entendo que os métodos usados foram os mesmos que se usam em qualquer parte do mundo, quando cometidos os atos de violência semelhantes.

Eles falam em tortura. Acusações que não comprovam.

Os métodos usados excepcionalmente eram adequados naquela época e para aquele problema. Não se pode tratar uma doença grave com porções de água e açúcar.

Terrorismo, seqüestro e tortura se nivelam.

Vale para um lado e não vale para o outro? Então, "quem não quer ser lobo que não lhe vista a pele".

Certa vez fui falar com uma moça presa no campo de futebol do Botafogo, no Rio de Janeiro, atrás de uma outra pessoa que procurava por lá. Aí olhei a menina bem vestida, uma menina bonita e perguntei por que uma jovem bonita estava numa situação daquelas, metida com um bando de vagabundas.

E sabe o que ela fez?

Cuspiu-me na cara!

As mulheres engajadas na luta armada eram as piores que existiam, as mais perversas, pegavam os jovens pelo sexo.

Quer dizer, qual o tratamento que esse pessoal merecia?

O que os franceses fizeram com o terror na Argélia?

Como os americanos combatem o terrorismo?

O que os ingleses também fizeram na construção do Império Britânico?

A História ainda vai dizer. Vocês já viram que ninguém fala mal do Stálin, possivelmente o autor do maior genocídio conhecido, maior do que Hitler, outro grande assassino em escala mundial.

Entretanto, os jovens não são esclarecidos, não sabem que houve seqüestros, não sabem que mataram um soldado de sentinela no QG do Ibirapuera, o Mário Kozel

Filho, não viram o rapaz ser estraçalhado por uma bomba assassina. Mas "viram matar", no DOI-CODI, o Herzog, comprovadamente um suicida.

Zuzu Angel que morreu num acidente de trânsito, não havia ninguém do Exército perto, muito tempo depois arrumaram "testemunhas" que criaram uma situação esdrúxula.

Aquele caso do Riocentro. Alguém pode supor que militares, capacitados em operações de informações, vão levar uma bomba acionada para explodir no meio do pessoal? Não é um procedimento profissional, a primeira coisa que se ensina no manuseio com explosivos é que não se leva nada acionado dentro de viatura, não se abandona viatura que conduz explosivos ou mesmo quando você vai realizar qualquer operação. Você não leva o torpedo armado, arma na hora de lançar.

Quem prova que aquilo não foi feito por eles mesmos, os subversivos?

Creio que foi.

Eles cumpriam missão de informações; o capitão estava ao volante e o sargento desceu e foi falar com um camarada. O sargento já era "plotado" pelo serviço deles. Quando o sargento chamou o capitão, este errou ao deixar o carro sozinho. Possivelmente, numa questão de segundos, alguém colocou a bomba no assento. Ambos voltaram e viram o artefato, tentaram remover, e a bomba sobre as pernas do sargento, quando o carro começou a andar, explodiu.

É muito difícil você classificar quais as medidas duras e as menos duras que foram adotadas, o que foi tortura ou o que não foi tortura. E tudo isso que falam por aí são mentiras, o brasileiro não tem a índole de torturar ninguém. Mas os comunistas justiçam: o Lamarca assassinou a coronhadas um tenente da Polícia Militar (PM) de São Paulo; o Prestes mandou matar uma mocinha que ele achava fosse traidora. Pessoas inocentes foram "justiçadas" pelos terroristas.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia que estamos vivendo no Brasil preenchem os anseios e as necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos face aos ideais da Revolução de 1964?

Vou dizer o que ouço nas ruas. Muita gente, a maioria civil, quer que voltem os militares; isso é a maneira de dizer deles, que volte aquele regime sério, duro, mas correto, direito.

Ora, meu Deus, estamos vivendo uma verdadeira baderna, a democracia tem que se despojar de uma porção de apêndices que criaram, que não valem nada. Direitos humanos com respeito aos direitos dos outros humanos.

Inclusive, os direitos humanos obrigam os homens de bem a permanecer trancados dentro de casa; os bandidos, assassinos e estupradores estão passeando

livremente na rua e protegidos pelas comissões de direitos humanos, pastoral disso e daquilo e assim por diante.

Outra coisa, essas Organizações Não-Governamentais (ONGs) devem sofrer uma investigação que apure seus objetivos, composição, financiamento e atuação. Não podem servir de abrigo a subversivos e a interesses internacionalistas.

Por que na Amazônia o Governo não pode fazer nada, que todo mundo grita?

É inegável a ambição sobre a Amazônia.

A criação da reserva Ianomâmi, nos termos em que se fez, transformou-se num crime lesa-pátria. Ignoraram a faixa legal de 100km de fronteira.

Nos territórios demarcados para as "nações indígenas", inclusive como o senhor citou, a nação Ianomâmi, onde vivem menos de dez mil índios num território superior ao de Portugal, ali nem o Exército pode entrar, mas Organizações Não-Governamentais, estrangeiras, missões "religiosas", que utilizam aparelhos sofisticados para exame de nosso solo, de nossa biodiversidade, podem entrar lá. O Exército não pode, porque é "santuário" da "nação Ianomâmi" ou de outras.

E ainda há o caso do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), cujas denúncias de corrupção é uma campanha para impedir-lhe a implantação, em que pese a importância de seu funcionamento. Foi cabalmente provado que nada há de irregular.

A verdadeira Democracia no País deve apoiar-se no binômio Segurança e Desenvolvimento, com autoridade e respeito.

A Autoridade é respeitada hoje?

Um delegado ou um policial não é respeitado mais, o bandido atira num policial como em um inimigo de guerra, mata e acabou.

Então a autoridade não se impõe mais e isso é um dos problemas; não seria mal dar uma balançada de árvore para caírem alguns "grandões" de cima, porque assim não dá. Não podem vender o que estão vendendo.

Antigamente, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), tinha elementos designados em várias comissões, nos diversos ministérios. Não se fazia nada que interessasse à Segurança Nacional sem que tivesse alguém do EMFA para opinar; não era a opinião pessoal dele, era a opinião do EMFA como um todo.

Criaram o Ministério da Defesa. Para quê? Para tirar os ministros militares do plano político da Nação, substituídos pelos Comandantes de Força.

O senhor vê a possibilidade de uma futura aliança ostensiva (porque sigilosa pode existir desde já), entre os narcoguerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o MST do Brasil?

Penso que sim, porque toda a cúpula do famigerado MST faz curso de extensão política em Cuba, e os de lá também. O que será que estão fazendo? Estão se unindo.

O MST está aumentando sua área de atuação, sem deixar o Sul, e estão subindo rumo ao Nordeste e Norte do País.

Quem é que pode dizer que isso não vai acontecer?

Na minha modesta visão, entendo que deve merecer um cuidado especial das nossas Forças Armadas e dos serviços de informações, porque pode transformar-se num tremendo pesadelo.

Porque como o senhor falou agora, o MST está bem mais organizado em termos estruturais e nacionais do que as famosas "Ligas Camponesas" do Francisco Julião, de quarenta anos atrás.

Então basta receberem armamento e passarem às ações armadas que estarão atuando como as FARC...

No Norte ou Nordeste do País seria o local ideal para receberem esse armamento.

Mas, em seguida, passariam a atuar também no Sul, porque eles têm estrutura em todo o País.

Sabemos também que o MST, em todo o Brasil, mantém cursos para educação das crianças, inocentes filhos dos pobres coitados que são massa de manobra dos seus líderes; lideranças suspeitas e comprometidas com as facções de esquerda nacionais e estrangeiras.

As crianças são inocentes, porém recebem, desde os primeiros bancos escolares, a doutrinação esquerdista. São submetidas a um currículo escolar adrede adaptado, totalmente direcionado para transformar aquelas crianças em um futuro jovem revoltado, convicto de que a única solução dos problemas dele, do País e do mundo é a adoção do regime socialista comunista.

Os livros deles lembram aquelas cartilhas de triste memória, preparadas por Paulo Freire, extremamente deletérias. Ele morreu, mas deixou o veneno espalhado, haja vista muitos de nossos "livros didáticos".

Coronel Godofredo, chegamos ao final desse excelente depoimento com que nos brindou, nós todos, brasileiros, autênticos e eternos patriotas, orgulhosos de nossa Pátria, de nossa gente sofrida, povo brasileiro, nas mãos de tantos maus políticos.

Levantamos um quadro, nessas últimas palavras, preocupante em relação ao momento atual e ao futuro do Brasil, mas acreditamos que o povo vai superar esse momento difícil, como em 1964 e em outras ocasiões, ao longo de nossa História.

Posso afirmar que os companheiros que trabalham conosco, jovens militares, autênticos patriotas, são nossos sentinelas da Pátria. Jovens militares e também civis irmanados, serão os vitoriosos do futuro.

Agora, pedimos a sua mensagem a todos os jovens que seguramente irão ler este seu depoimento.

A juventude brasileira, a militar em particular, é abençoada por Deus, como abençoado é o nosso País por ter o Exército que tem. Este Projeto de História Oral do Exército servirá para demonstrar toda falsa história que os maus brasileiros não se cansam de repetir.

Não sei se nas outras Forças Singulares existem trabalhos semelhantes. O ideal seria que existisse. Tenho fé em Deus e na mocidade militar, e na esmagadora maioria da mocidade civil que ainda não está infectada. Sinto-me honrado de ter vindo aqui, a convite do Exército, para expor as minhas idéias e o que fiz, pela Revolução de 31 de Março de 1964, cujos anseios ainda não foram totalmente atingidos. A nossa Revolução é permanente; o objetivo final é tornar poderoso este imenso Brasil, mesmo contra o trabalho nefasto das grandes potências. Hoje estamos sujeitos a um capitalismo ferrenho, duro, sem alma e sem espírito, como não tinha o comunismo internacional, também.

Derrotado o comunismo, apareceu a figura dessas sete (oito) nações mais ricas do mundo, para as quais a soberania não existe, apenas o interesse e o dinheiro. Acredito, contudo, no Exército Brasileiro, que haverá de preservar nossas fronteiras. Muito obrigado.

Coronel Luiz Carlos de Avellar Coutinho

Nascido em 15 de abril de 1934, na Cidade do Rio de Janeiro, então Capital da República.

Em 1953, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sendo declarado aspirante-a-oficial de Artilharia em fevereiro de 1955.

Cursou a Escola de Material Bélico, na especialidade de Motomecanização, em 1959.

De 1963 a 1965, foi instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras; ainda em 1965 cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

De 1966 a 1967, foi Administrador dos Palácios da Presidência da República.

De 1967 a 1969, foi ajudante-de-ordens do General Emílio Garrastazu Médici, no Serviço Nacional de Informações (SNI) e no III Exército.

De 1969 a 1974, foi chefe do Serviço de Segurança no Governo Médici, então Presidente da República.

De 1975 a 1977, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

De 1979 a 1983, foi Secretário para Assuntos Especiais do então Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

De 1983 a 1985, acumulou também o cargo de secretário particular do Presidente Figueiredo.

De 1981 a 1984, foi Secretário de Estado do Governo do Amazonas, em Brasília.

Em 1985, passou para a reserva e até a presente data exerce atividade na área empresarial no ramo de transporte, importação e indústria de materiais sensíveis (informática).

Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2001.

Em primeiro lugar, gostaria de demonstrar a minha satisfação por ter sido lembrado para narrar, ainda que em um modesto depoimento, os fatos que presenciei ao longo da minha carreira militar, particularmente a partir de 1962, na fase pré-revolucionária e, depois, mera questão de oportunidade, a minha participação em dois governos, ambos de presidentes-generais.

Antes de 1964, encontrava-me na Escola de Material Bélico e já convivíamos com uma agitação muito grande no Brasil e, particularmente, no Rio de Janeiro. Mais tarde, fui para a Academia Militar, um oásis, pois sempre ficou preservada das injunções políticas. Realmente, um lugar magnífico para servir e praticar a vida profissional.

Mas o nosso País caminhava para um desfecho imprevisível, naquela ocasião, e a própria Academia acabou se envolvendo, sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici. Foi nessa ocasião que conheci o General Médici, com quem iria servir durante 13 anos e meio, no Exército e na Presidência da República. Tratava-se de uma pessoa admirável, um grande exemplo para mim. Privei de sua amizade até o seu falecimento. Foi um homem de destacadas qualidades humanas, sobretudo pela firmeza de caráter.

Aquele ambiente de desordem geral, de 1961 a 1964, que afetou também a disciplina nas Forças Armadas, desaguou no Movimento de 31 de Março de 1964. Ainda na Academia Militar, Capitão, a minha participação foi modesta. Acredito que a grande decisão que o Capitão toma é a de concordar ou não concordar, e depois cumprir as ordens. E a ordem que recebi foi interditar e reservar todos os postos de combustível da região de Resende e adjacências para o abastecimento das viaturas do II Exército, cujas Unidades se deslocavam na direção do Rio de Janeiro. O combustível só era liberado com minha autorização. Em determinado momento gracejei com o General Médici, dizendo:

– General, temos que ganhar esse negócio porque, se não, como é que vou pagar esse combustível todo?

Mas tudo acabou dando certo e o Brasil livrou-se de uma situação caótica que hoje é minimizada propositadamente, sobretudo na época atual estão reescrevendo a História do Brasil. Entendo que eles cometem um equívoco, porque os homens passam e o Exército fica, como uma Instituição nacional permanente. Nós, seus integrantes, somos transitórios.

E veio 1964. O Presidente que assumiu foi o General Castello Branco, um homem respeitado, no Exército particularmente. Era Chefe do Estado-Maior do Exército, de carreira brilhante. Justamente nessa época fui convocado para servir na Presidência da República, ainda Capitão, para ser administrador dos palácios.

Testemunhei episódios importantes como o do Ato Institucional nº 2. Cito-o porque a Revolução de 1964 sempre visou manter a democracia no Brasil e se analisamos o processo em toda sua extensão, constataremos que todos os presidentes tinham como meta normalizar a vida política do País.

O General Castello Branco tentou, até com um pouco de ingenuidade. Acreditava que depois de 31 de março de 1964, em pouco mais dois anos, o Brasil estaria em condições de retornar a uma vida absolutamente normal. Inclusive tentou fazer seu sucessor civil, o então Senador Bilac Pinto, um cidadão sem mácula, da região onde fui criado, no sul de Minas Gerais; conheci-o pessoalmente. Mas acabou não dando certo, em virtude da contestação que enfrentou. O Governador Carlos Lacerda, inegavelmente uma das lideranças civis da Revolução, depois não aceitou que o Movimento fugisse de sua causa política. Tornou-se, então, um grande crítico do Presidente Castello Branco e da Revolução, à qual acabou traindo inapelavelmente.

Há uma passagem de que tive conhecimento, na qual o Carlos Lacerda enviou uma carta ao Presidente Castello Branco, através do Secretário de Fazenda, Dr. Mário Lourenço Fernandes, com o seguinte recado: "Que o Presidente entendesse que aquela carta era de um político, mas ele era favorável à eleição indireta." Só que, naquela mesma noite, ele foi para a televisão e leu a carta pela qual pedia a eleição direta e, num gesto teatral, terminou a sua participação jogando-a em cima da mesa, dizendo:

– Só não há eleição direta neste País se o Presidente Castello Branco não quiser!

O Presidente Castello foi surpreendido, mercê de sua formação militar, com a dificuldade de convivência com o jogo político. Não que o político seja um homem sem retidão de comportamento, mas a política é realmente flexível.

Conheci homens de muito valor na política, nesses anos que transitei por seus meandros, homens de muito respeito, patriotas, preparados. Cito o próprio Bilac Pinto, um homem admirável, mas todos os nossos presidentes tiveram essa dificuldade de convivência, porque a nossa formação não se ajusta ao jogo político, que é *mutatis mutandis*. Como dizia o Senador e ex-Governador Magalhães Pinto: "A política é como nuvem, você olha é um camelo; minutos depois você olha e já vê um jacaré!" Vai mudando com rapidez.

Como a política é casuística, no bom sentido, porque, efetivamente, move-se em função de causas que vão surgindo na sociedade. Como conseqüência, produzem-se modificações, inclusive de legislação, nós, militares, não sabemos fazer isso. Essa foi uma observação que fiz aos nossos chefes, mas o Presidente Castello foi um homem admirável, habituado a uma rígida disciplina pessoal. Tive a honra de trabalhar com o General Castello Branco por um ano e meio, mais ou menos.

Substituiu-o o Marechal Costa e Silva. Passei a ocupar o cargo de ajudante-de-ordens do General Médici no SNI e, depois, no Comando do III Exército. Seguimos para lá em abril de 1969; no fim de agosto o General Costa e Silva foi vitimado por uma trombose. Se dermos um passo atrás, constataremos que o General Costa e Silva assumiu o governo sem Ato Institucional em vigor, sem censura à imprensa, com o Congresso votando, e modificando-a sem restrições, uma Constituição apresentada pelo Governo do Presidente Castello Branco. Sou testemunha do esforço que o General Costa e Silva fez para governar dentro dessas regras legais em vigor no País.

Infelizmente veio 1968, quando o processo revolucionário foi crescentemente contestado. Não se tratava apenas de um movimento de oposição, mas de uma real contestação ao sistema que teve que defender-se e editou o Ato Institucional nº 5. Inegavelmente uma pena. Na ocasião em que o Presidente teve a trombose, estava em curso uma revisão da Constituição, tornado-a mais liberal, juntamente com a participação do Vice-Presidente, renomado jurista, o Dr. Pedro Aleixo. O General Costa e Silva também tentou fazer a legalização democrática.

Aconteceu depois um ato grave no País: pela primeira vez verificou-se a ação de terrorismo no Brasil, o seqüestro do embaixador da nação mais poderosa no mundo, os Estados Unidos. Na ocasião não estávamos preparados para lidar com aquele tipo de ação criminosa, porque nunca acontecera antes, no País. Então, a Junta Militar composta pelos três ministros militares, Brigadeiro Grüm Moss, General Lyra Tavares e Almirante Augusto Rademaker, que assumira o Poder provisoriamente, como ficou declarado no ato de assunção, enfrentou uma situação de barganha, em face da exigência que os terroristas seqüestradores haviam feito.

Sabíamos onde se encontrava o embaixador americano, e não se tentou resgatá-lo com o justo receio de que pudesse suceder algo de mais grave contra ele, o que seria muito danoso para o Brasil. Os militares, os chefes da época, em face daquela situação, concluíram que o problema era militar-político e entenderam que a solução tinha que sair de dentro das Forças Armadas. Vivi esse drama intensamente, pois estava com o General Médici no Rio Grande do Sul; promovido a major, permaneci como seu assistente. Nessa época viemos sete vezes ao Rio para reuniões do Alto Comando.

O General Médici não queria ser Presidente da República, deixou isso consignado. Confirmaram-no os documentos, as atas das reuniões do Alto Comando; ele afirmava que não queria. Pois bem, entenderam que deveriam consultar os oficiais-generais das três Forças e que cada um deveria indicar três nomes, sem ordem de preferência. O General Médici obteve, se não me falha a memória, 93 votos; o

segundo foi o General Orlando Geisel, com 43 e o terceiro o General Antonio Carlos da Silva Muricy, com 41.

Nessa reunião do Alto Comando em que o resultado foi apresentado, o General Médici disse:

– Eu quero que conste que não aceito ser Presidente da República.

O Ministro Lyra Tavares, achando que deveria resolver rapidamente o problema, interveio:

– Tudo bem, sabemos que você não quer, mas não precisa registrar isso na Ata.

– Então, não assino a Ata! – retrucou o Médici – Insisto que conste que não quero ser Presidente da República!

Tudo bem, voltamos para o Rio Grande do Sul e depois o General foi convocado para uma reunião com o Alto Comando das Forças Armadas. Essa reunião ocorreu no Ministério da Marinha, no Rio de Janeiro, perto da Rua São Bento. Estavam presentes os três ministros militares, os três Chefes de Estado-Maior e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), General Orlando Geisel; quem presidiu a reunião foi o Almirante Rademaker, o mais antigo deles.

Quando o General Médici foi introduzido – a isso não assisti, repito a versão que ouvi do General Muricy, com quem tive conversa pessoal, e que me relatou, em detalhes, essa reunião – o Almirante Rademaker interpelou o General Médici sobre as razões pelas quais não aceitava, já que a maioria das Forças Armadas entendia que ele era a solução para aquele momento de crise do processo revolucionário. O General Médici respondeu que eram três as razões: primeiro, achava que estava velho; segundo, que já não tinha a saúde que o cargo requeria; e terceiro, que não gostava e não sabia fazer política.

Quer dizer, o General foi um homem absolutamente sincero, nós militares realmente, com raras exceções, não sabemos fazer política, não sabemos jogar o jogo político, essa é que é a verdade; o Almirante então voltou:

– Mas os seus companheiros acham que o senhor é a solução e eu lhe pergunto diretamente: o senhor não vai cumprir a missão que lhe vamos dar?

Segundo o que me contou o General Muricy, o General Médici parou por alguns momentos e falou:

– Olhem, estou há 45 anos cumprindo ordens e não vai ser agora que vou deixar de cumprir.

Aí deu-se um fato muito interessante, veio à tona a indicação para seu Vice-Presidente, seu companheiro de governo. Ele respondeu que tinha um nome: Almirante Rademaker.

– Não! Eu não posso ser – argumentou o Almirante – porque nós três ministros temos um compromisso de não aceitar nenhum cargo.

Agora, voltando um pouco, quando o General disse que não iria negar-se a cumprir aquela missão, antes de dizer que aceitava, virou-se para o Almirante Rademaker e perguntou:

– O senhor cumpre ordens minhas a partir de hoje?

– Sim – respondeu o Almirante.

Na seqüência, o General Lyra fez a mesma pergunta a todos os oficiais do Alto Comando, inclusive ao General Orlando Geisel que tinha sido seu comandante no III Exército, quando o General Médici ainda era General-de-Divisão. Todos disseram que cumpririam as ordens dele.

Quando da indicação do Almirante Rademaker para Vice e que o Almirante disse não poder aceitar, ele se levantou e declarou:

– Vou me retirar, porque a minha primeira decisão os senhores já não querem respeitar. Eu vou voltar para o meu III Exército.

E saiu porta afora, o General Lyra agarrado no braço dele. Nós que estávamos lá fora tomamos um susto e ficamos perguntando:

– O que está havendo? O que houve?

Dali fomos para o avião, deixamos as malas e regressamos a Porto Alegre. Durante a viagem, no avião, ele permaneceu quieto e quando a gente já estava chegando a Porto Alegre, ele pediu que avisasse ao piloto para informar ao General Figueiredo, seu Chefe de Estado-Maior, para passar um rádio convocando todos os generais do III Exército para uma reunião ainda naquele dia, à noite, e que usassem qualquer meio possível para chegarem a tempo. Assim relatou o fato e concluiu:

– Eu não vou ser o Presidente da República por essas razões.

Dois dias depois, apareceu em Porto Alegre o Almirante Thedim Barreto, duas estrelas, trazendo uma carta do Almirante Rademaker na qual declarava aceitar o cargo de Vice-Presidente e que tomava aquilo mais como uma homenagem à Marinha. O General Médici virou-se para o General Figueiredo, com a carta na mão e disse:

– Seu Figueiredo, comecei a “segurar o boi pelas guampas”!

Na minha avaliação, porque conhecia muito bem o General – ele me tratava como um filho, eu fazia a declaração de Imposto de Renda dele, das propriedades que ele e a senhora dele possuíam –, entendi que ele sentiu, a partir de determinado momento, que iria dar o seu nome e queria ter independência. Isto porque não era o mais antigo, pelo contrário, era um general de quatro estrelas recém-promovido, tinha sido promovido em março e esse fato aconteceu em setembro.

Acho que o General Médici estava buscando com aquela atitude a autonomia que efetivamente conseguiu. Isso constatei, pois passei cinco anos muito próximo

dele, como chefe da sua segurança. Ia ser o chefe dos ajudantes-de-ordens, mas um dia me chamou, na época em que começaram os atos terroristas, e disse:

– Eu quero que você seja o meu Chefe de Segurança, cuide da minha família. Você aceita?

– General – respondi – aceito trabalhar com o senhor, a função o senhor estabelece.

Foi realmente um período muito difícil, porque ocorreram as tentativas de seqüestro da Dona Scylla; fui alvejado com um tiro, no meu carro, na inauguração da Estrada Curitiba-Blumenau; um atentado à bomba contra o Presidente, numa viagem a Porto Alegre, mas essa bomba não funcionou, era um artefato de fabricação caseira. Esses e outros incidentes deixavam o General preocupado, sobretudo com as noras dele e com a esposa, D. Scylla que ainda é viva, tem 92 anos e está lúcida. Recentemente falamos ao telefone e ela me pediu que fosse visitá-la. Na minha próxima ida ao Rio irei visitar D. Scylla, é uma pessoa muito querida para mim.

O General Médici, quando assumiu a Presidência naquelas circunstâncias, fez um pronunciamento no qual disse esperar, ao final do seu mandato, que a vida política estivesse reconstituída no Brasil. O General, novo Presidente, mostrava, como os outros dois, a intenção de normalizar a vida política do País.

Infelizmente, sobreveio a guerra revolucionária no Brasil. Fui testemunha de um episódio na saída de uma reunião dos ministros com o Presidente, quando ele se virou para o Ministro João Leitão de Abreu, seu Chefe da Casa Civil, e disse:

– Eu não tenho mais tempo para fazer a abertura, fica para o outro.

Portanto, certamente ele também teve esse desejo.

Do Governo Ernesto Geisel não participei, pois estava fazendo o curso de Estado-Maior, mas conheci o General Geisel muito bem, pois servira com ele e, além disso, era colega de turma e de arma do meu pai e eram muito amigos. Acredito até que eu tenha ido para o Governo do General Castello Branco por indicação dele, porque tinha o curso de motomecanização e o administrador dos palácios tinha que ter esse curso, por causa das viaturas e tudo mais.

Bom, o General Geisel começou, também, um processo de abertura sobre a qual ele mesmo disse: (...)a abertura política será lenta, gradual e segura.

No final do seu mandato, extinguiu o Ato Institucional nº 5. Substituiu-o, na seqüência, o Presidente Figueiredo que fez a anistia, consciente de que era o último mandato dos presidentes generais. A esse propósito, lembro-me do fato que narrarei a seguir.

Quando o Presidente falou, em 1981, na anistia, o Deputado Ulisses Guimarães elaborou um projeto de anistia que permitia a volta à vida pública de todos os que

estavam punidos pela Revolução, mas não podiam ser candidatos na próxima eleição na qual ele era candidato. Então o senhor Leonel Brizola não poderia ser candidato, o senhor Fernando Henrique Cardoso, o senhor Mário Covas; o Ulisses queria fazer uma anistia para favorecer a ele e foi aí que o Presidente Figueiredo se insurgiu e disse aquela frase que na época foi muito difundida:

– A anistia é total ou não é anistia e lugar de brasileiro é no Brasil!

E fez a anistia ampla, geral e irrestrita.

Bem, aí o meu prezado amigo, General Figueiredo, de quem fui secretário nos seis anos de seu Governo – inicialmente para Assuntos Especiais e depois acumulei também a secretaria particular –, segundo penso, foi um ingênuo, voltando àquela minha idéia de que nós militares realmente não sabemos manipular o jogo político, não sabemos jogar esse jogo muito especial.

O Presidente Figueiredo se rebelava, pois tinha um gênio diferente dos outros quatro que eram mais fechados; o próprio General Médici era um grande caudilho, eu mesmo dizia para ele e ele me perguntava:

– Você sabe o que é caudilho?

Mas ele era um grande caudilho e a característica do caudilho é ser um homem de poucos amigos, um sujeito introvertido, normalmente; já o General Figueiredo era um homem para fora e eu ainda brincava, dizendo:

– O senhor quer ser um caudilho do asfalto, mas não tem caudilho do asfalto, isso não existe.

O Presidente quando fez a anistia, achava que estava promovendo o congraçamento da Nação, mas isso foi aceito pela metade; o nosso lado aceitou e pratica; o outro lado não aceitou, com exceções, é claro. E tivemos um grande azar, porque o Dr. Tancredo Neves, que ganhou as eleições – conheci o Dr. Tancredo em Minas –, além de ser um político muito experiente, era um homem muito moderado, mas infelizmente o destino não permitiu que ele chegasse à Presidência, morreu antes.

O Presidente José Sarney, embora fosse também um homem do jogo político, entrou muito cerceado na sua autoridade. O Dr. Ulisses Guimarães não aceitava o Sarney e atrapalhou muito, quis diminuir o mandato do Presidente; seus adversários políticos fizeram uma série de outras coisas, tornando o Presidente Sarney limitado na sua autoridade.

Queriam até fazer um governo parlamentarista.

Exatamente. Com isso o Dr. Sarney foi muito prejudicado e acho que o País também.

Passo a contar um fato que ocorreu ontem, comigo, num jantar com pessoas conhecidas, aqui em São Paulo, onde moro hoje, e já estou aqui há 14 anos. Um amigo empresário me perguntou como é que nós militares vemos um Aloísio

Nunes Ferreira, que foi terrorista – assaltou bancos, assaltou trem pagador, assaltou supermercado, foi motorista do Marighela em algumas ações e quando o Marighela morreu, fugiu do Brasil – ser Ministro da Justiça. Aí, nesse mesmo jantar, um político de esquerda disse:

– É, ele conseguiu escapar.

– Ele escapou, porque ninguém queria prendê-lo. O Aloísio ficou três dias escondido na casa do seu pai, no Morumbi, e nós sabíamos – disse.

Ele ficou pasmo. Não era importante prender o Aloísio, apenas um jovem entusiasmado envolvido com o Marighela, queríamos era o Marighela, esse era um homem de liderança, um profissional da luta armada, e acrescentei ainda não haver problema nenhum em Aloísio ser ministro, em virtude da anistia.

Agora, o que não é certo é que eles estão voltados para as vinditas, como fizeram com aquele nosso companheiro médico, que, afinal, foi absolvido. A mídia nada publicou sobre a sua absolvição; praticamente sua vida profissional foi encerrada.

Criaram um sistema de indenização para as famílias dos que inicialmente morreram sob a guarda do Estado, o que não sou contra. Mas acho errado pagar à família do Marighela que morreu combatendo; o Marighela era um combatente, aliás corajoso, ou à do Lamarca, cuja esposa já recebia pensão desde o dia em que ele desertou, porque a nossa lei ampara a família nesse aspecto, e hoje ela recebe pensão de general. Poucos sabem disso, e ainda recebeu uma indenização daquele projeto que foi criado por idéia do Ministro José Gregori, cuja mulher é uma ativista de esquerda; ele não, ele é um marxista de leitura, mas ela é uma ativista.

E os nossos que morreram? Policiais federais, sargentos, um major do Exército, o José Júlio Toja Martinez Filho, grande amigo meu, o "Zazá", morto traiçoeiramente por uma mulher. Sei que isso cria ressentimentos e nota-se no nosso pessoal uma certa mágoa. Estive em Brasília há poucos dias e tinha gente comentando. Disse a eles que isso faz parte da lei de guerra. "O derrotado nunca perdoa o vencedor."

Mas agora acredito que vai começar a acontecer a recolocação da História no seu devido lugar.

E isso devido à divisão da base parlamentar, que penso ser inevitável. O Partido da Frente Liberal (PFL), no seu destino adesista, o Jorge Bornhausen é meu amigo. Conversei com ele:

– Vocês são medularmente adesistas, se voltar a Monarquia no Brasil, provavelmente o vice-rei será do PFL.

Ele até ficou bravo comigo porque falei isso.

O livro do General Agnaldo Del Nero Augusto é a primeira obra séria que conta uma versão histórica. O livro é intitulado "A Grande Mentira". O General Del Nero, para aqueles que não sabem, era um homem de informações e que não esteve na linha de frente no combate ao terrorismo. Isso o favoreceu ao escrever o livro, porque lhe deu maior isenção para discorrer sobre o assunto. Ali está uma versão provavelmente verdadeira, pois o General Del Nero é um homem muito sério.

Através da minha empresa, comprei trinta livros e os estou distribuindo de forma direcionada para os homens do mundo civil, como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Não que queira fazer conspiração, isso acabou, mas é para que a gente coloque as coisas no seu devido lugar e que as Forças Armadas ocupem o espaço seu de direito, na sociedade brasileira. Convivo muito com o mundo empresarial e sinto que eles são patrulhados, há um patrulhamento da mídia, uma coisa terrível, e eles então se acovardam.

Voltando ao General Figueiredo, o último dos presidentes militares, creio que foi ingênuo nessa crença, ele entendia que a coisa ia funcionar e, na minha avaliação, cometeu um erro inaceitável: desinteressar-se de conduzir o processo final da Revolução, o da sua sucessão. Tive a oportunidade de falar, pois gozava de muita liberdade com o General. Certa vez disse-lhe:

– O senhor é o Chefe da Revolução, mas não é o dono dela. Isso é um processo que envolve muita gente.

Mas o General se desencantou com os políticos. Ele me contou, por exemplo, que o Dr. Tancredo Neves foi duas vezes, às escondidas, falar com ele, na sua casa, no Torto, para pedir a manutenção das eleições indiretas e dali ia para o palanque pedir as "Diretas Já". Mas esse é o jogo do político; Tancredo dizia que numa eleição direta, não ganharia na convenção do seu partido; na indireta ganharia, como efetivamente ganhou, do Deputado Ulisses Guimarães. Só que ia para o palanque e pedia "Diretas Já" e cobrava do Governo; realmente o Presidente Figueiredo não tinha estrutura para aceitar essas coisas, rebelava-se contra isso, a tal ponto que se desinteressou de conduzir o processo. Fizemos algumas tentativas para que o Presidente não entrasse nessa, mas ele ficou irredutível e eu ainda tive oportunidade de falar com ele assim:

– Presidente, Poder se perde, não se entrega. Poder se perde para outro que é mais forte.

Mas ele deixou o barco correr e a oposição venceu, sem ter que assumir qualquer compromisso de entendimento, que era o espírito do Ato da Anistia.

Eis algumas das observações que fiz ao longo desse meu tempo na Presidência. Naturalmente, em alguns aspectos é a minha versão.

Na época do Governo Médici havia uma grande euforia no Brasil, quando praticamente tudo dava certo. Ganhamos até o Concurso de Miss Universo e, sobretudo, o Campeonato Mundial de Futebol de 1970. Havia patriotismo, orgulho de ser brasileiro; o Produto Interno Bruto disparando, chegando a níveis de 14% de crescimento ao ano. Foi uma época muito feliz para o Brasil.

Mesmo vendo tudo isso, os inconformados de sempre fizeram essas ações contra-revolucionárias, tentando ensangüentar a família brasileira e forçaram os governos de então, sobretudo o do próprio General Médici, a reagir. Gostaria que o senhor falasse alguma coisa sobre esse período.

O Presidente Médici era tido como homem radical e entendo isso como absolutamente falso, pois o General era um homem muito ponderado e comedido nas suas decisões; o que houve é que o General assumiu o Governo com a guerra revolucionária e com o terrorismo se expandindo no Brasil e não tínhamos a menor experiência ou prática sobre isso.

Fomos aprender na própria luta armada e coube ao General a liderança, como acho que os outros procederiam igualmente, se ocorresse isso em seus períodos de governo. Mas é por essa razão, e por ter saído vitorioso, que o General Médici não é perdoado pelos seus "inimigos".

Foi um Governo, claro de continuidade. O Brasil estava bem, mas realizamos grandes obras que não estamos vendo no Brasil de hoje; um país para ser grande precisa de obras grandes.

Assisti a todo o processo de Itaipu, a maior hidrelétrica que existe no mundo, cujas negociações para a construção foram iniciadas no Governo do General Costa e Silva, depois foi assinado ato de criação da empresa binacional em Bela Vista-MS, no Regimento Antônio João, entre os Presidentes Médici e Stroessner e foi dado início à obra. No Governo do General Geisel desviou-se o rio e no Governo do General Figueiredo entrou em funcionamento a primeira turbina.

Temos a outra hidrelétrica lá no Norte, a de Tucuruí, cuja pedra fundamental foi lançada durante o Governo Figueiredo e começou a funcionar ainda no Governo dele; uma obra da Construtora Camargo Corrêa.

A Rodovia Transamazônica, um projeto talvez audacioso demais, ao qual mais dia ou menos dia far-se-á justiça; essa rodovia vai ganhar o nome do Presidente Médici, assim como a Belém-Brasília tem o nome do Presidente Kubitschek, com justiça é claro. Hoje, a Transamazônica, na sua primeira parte, tem um movimento espetacular.

Ela já está asfaltada?

Em Marabá está começando a ser asfaltado o trecho Marabá-Altamira. Altamira tinha 5.500 pessoas, hoje tem 55 mil habitantes.

Ela só não foi um sucesso completo até hoje porque não deram prosseguimento ao que os governos militares iniciaram e as grandes chuvas amazônicas destroem tudo se não houver firmeza no solo.

A verdade é que foi no Governo Médici que se lançou o Plano Siderúrgico Nacional; o Presidente Fernando Henrique inaugurou ontem uma aciaria nova na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Cubatão. Mas foi o Presidente Médici quem lançou o Plano Siderúrgico, cujo objetivo era produzir 16 milhões de toneladas de aço por ano, sendo que nossa produção era de apenas 6 milhões de toneladas e conseguimos atingir o objetivo. Foi quando o Brasil passou a ser exportador de aço, o que hoje incomoda até os Estados Unidos.

Foi no nosso governo que suportamos as crises do petróleo, vivi isso intensamente. Foi muito duro para o Brasil e no primeiro salto o preço do barril passou de U$ 2,40 para U$ 12,00. Nós que tínhamos uma conta de petróleo em que produzíamos 163 mil barris e comprávamos novecentos mil, em 24 horas passamos a ter que pagar U$ 12,00 por barril; isso ocorreu no Governo do Presidente Geisel e foi muito duro para o Brasil.

Criou-se a Comissão Nacional de Energia e participei dela como elemento de ligação do Presidente com o Vice, o Dr. Aureliano Chaves. Fizemos o pró-álcool que chegou a produzir 14 bilhões de litros e depois foi abandonado; isso é um defeito que temos no Brasil.

Foi decisão política, porque já estava dominada a fabricação do álcool carburante e de motores a álcool.

Hoje estamos produzindo quase 1,5 milhão de barris de petróleo e mesmo assim ainda importamos bastante, pesando muito na balança comercial. Mas faz parte do aprendizado de uma Nação; insistem em dizer que o Brasil é jovem e acho que a gente tem que parar de falar dessa forma, porque entendo que não podemos continuar repetindo que o Brasil é jovem por mais quinhentos anos, não é possível.

Temos avançado em certos aspectos, acho que criamos coisas positivas, mas infelizmente em algumas áreas recuamos. É o caso dessa violência absurda em que o Brasil vive mergulhado atualmente, isso atrapalha muito e a juventude de hoje é pressionada pelo tóxico. Não me lembro na minha juventude de ter ouvido falar que alguém fumasse maconha, não via isso e hoje a gente tem que se preocupar com os nossos filhos. Mas isso também faz parte da formação de uma sociedade e vamos ver onde o Brasil chega.

Coronel Coutinho, o senhor abordou a História de uma maneira que veio ao encontro das necessidades do Projeto de História Oral, pelo que somos muito gratos.

Então, agora, como normalmente ocorre, para terminar, gostaria que o senhor deixasse uma mensagem final aos jovens, sobretudo aos militares das nossas escolas de formação e eventualmente até aos civis que ao longo deste século que se inicia irão conhecer esse seu depoimento histórico.

Para o nosso público interno, digo que acredito no patriotismo e na competência dos nossos chefes de hoje, que são da minha geração, pois o General Gleuber Vieira é de uma turma na minha frente e o General Francisco Roberto de Albuquerque fez o curso de Estado-Maior comigo. Acho que eles devem estar preocupados e voltados para o aconselhamento dos companheiros mais jovens, procurando mostrar-lhes a verdade, não a "nossa verdade", mas a "verdade verdadeira". Cometemos erros nesse período, inclusive pecados e não temos que esconder isso. Acho que precisamos ter fé, precisamos acreditar que o Exército Nacional é permanente, tem uma função importante no País e está cumprindo a sua parte.

E para os jovens do Brasil diria que se Deus fez o Brasil grande, cabe a nós brasileiros fazer o Brasil maior ainda, pelo nosso trabalho.

Fico muito grato pela oportunidade e até mesmo orgulhoso por prestar este depoimento, que repito, necessariamente não é a verdade absoluta, mas é fruto de uma observação de quem conviveu muito próximo do Poder, pelo menos nesse período da História do Brasil.

Muito obrigado.

Coronel Luiz Gonzaga de Toledo Camargo

Nasceu em 23 de março de 1933, na Cidade de Itu-SP.

É Aspirante-a-Oficial da turma de 1955 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1965; possui o Curso de Comando e Estado-Maior – 1970.

Principais Funções Exercidas como oficial superior: Chefe do Serviço Militar Regional e Chefe de Seção, na 9ª Região Militar (9ª RM), Campo Grande, MS; Chefe da 3ª e 5ª Seções no Comando do II Exército, SP, de 1983 a 1986. Na Presidência da República, Analista de Informações da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), Brasília, de 1972 a 1973; Chefe da Seção de Operações da Agência São Paulo, do Serviço Nacional de Informações, de 1973 a 1981; Estagiário no BND (Serviço Federal de Informação) da então Alemanha Federal, em Munique, 1975; Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º G A Cos M), Praia Grande, São Paulo, de 1981 a 1983.

Medalhas e Condecorações: Medalha Militar de Ouro, Ordem do Mérito Militar, no grau de cavaleiro, Medalha do Pacificador, Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial e Ordem do Ipiranga, no grau de Grande Oficial.

Outros Dados: Reside na cidade de Itu – São Paulo. Sua esposa é Dona Ana Maria, tem dois filhos e três netos.

Entrevista realizada em 1º de fevereiro de 2001.

É com satisfação que compareço a este local para relembrar o que se passou antes e durante a Revolução, no meu pequeno horizonte, horizonte de um capitão, servindo no interior. Então quero crer que a minha memória seja capaz de resgatar o maior número de detalhes e fatos que possam contribuir para o levantamento da grande e verdadeira História da Revolução de 1964.

Em setembro de 1962, como capitão, fui transferido para o 2º Regimento de Obuses 105 (2º RO 105), em Itu, São Paulo. Em abril de 1963, assumiu o comando do Regimento o Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida. No seu período deu-se toda a preparação e a eclosão da Revolução, no 2º RO.

Durante o ano de 1963, o grau de insatisfação com o quadro de desordem tolerada pelo Governo, também estava presente em Itu. Havia o consenso de que alguma providência deveria ser tomada; ainda não se sabia quem e como tomá-la. O corpo de oficiais do 2º RO 105 constituía um grupo coeso, onde todos eram amigos. Não existia uma pessoa que discrepasse do pensamento geral da oficialidade. Era comum a presença de um grande número de oficiais, em horários fora de expediente ou fins de semana, mesmo sem estarmos de prontidão ou sobreaviso, que iam ao Regimento simplesmente para se colocarem à disposição do Comandante para o que fosse necessário.

Entre os capitães que serviam no RO, o mais antigo era o Nestor Do Val Filho, formado em advocacia, natural de Piraju, líder natural pela antigüidade e pelas qualidades de chefe. Ele liderava, realmente, a oficialidade e gozava, também, de grande prestígio no meio civil. Ele organizou um "Ciclo de Palestras" sobre o Movimento Comunista Internacional (MCI), cujos palestrantes eram oficiais, capitães principalmente, que se revezavam, cabendo a cada um ou à dupla, a abordagem de um aspecto do MCI. Essas palestras tiveram grande aceitação entre os civis e eram realizadas à noite, nos fins de semana, não havendo sacrifícios para a vida da Unidade, nos auditórios de escolas, sindicatos, igrejas e cinemas. Onde existisse um local, nos oferecíamos para fazê-las. Poucas pessoas do meio civil tinham consciência exata do perigo que representava uma revolução comunista.

Nessa ocasião, com auxílio financeiro de amigos civis do Capitão Nestor, foram impressos vários panfletos, que eram distribuídos em Itu e outras cidades da região, fazendo propaganda contra o comunismo e anunciavam o local e data das próximas palestras; então, o pessoal de cidades vizinhas sabia que no dia tal e em tal lugar iria acontecer uma reunião.

A execução das palestras serviu para motivar não só o meio civil como, também, o próprio meio militar. Durante todo ano de 1963, esse foi o clima de ação e reação. Era comum nas festas de casamento, aniversário etc., as discussões entusiasmadas entre nós

e o pessoal de esquerda, a ponto de precisar da intervenção de outras pessoas, para impor o controle, porque acabávamos sendo mal-educados com os donos da casa. Mas, a realidade é que aconteceram estes confrontos, entre os esquerdistas e nós.

Toda essa movimentação contava com o beneplácito do Coronel Benedicto e do seu Subcomandante Dywal Corrêa Rodrigues, um anticomunista ferrenho e que nos dava todo o apoio.

Quando chegou o mês de novembro, assumi a função de Oficial de Informações (S/2) do Regimento. Nessa qualidade, de S/2, compareci a várias reuniões em casas de lideranças civis, em São Paulo, a fim de discutir a situação política e definir as estratégias a adotar em função do conhecimento que tínhamos da situação. Lembro-me de que fui à casa do futuro Ministro da Justiça, Dr. Gama e Silva. Entre os coordenadores, a presença marcante dos então coronéis Rubens Resstel e Augusto Cid de Camargo Osório. Este servia no QG do II Exército, creio que era o E/3 (chefe da 3ª Seção) e aquele também era membro do II Exército. Ligava-me com eles, para orientação, e encontrei nessas reuniões grande número de companheiros que serviam em Quitaúna, Osasco, enfim, de todas as guarnições de São Paulo.

Transmitia o que estava acontecendo para os oficiais que tinham permanecido na Unidade, em Itu. Quando chegou o momento da Revolução, estávamos de tal maneira organizados, que foi fácil a nossa participação no Movimento.

No dia 27 de março, Sexta-Feira Santa, fomos convocados pelo telefone, eu e o Capitão Flávio Miranda, que faleceria alguns anos mais tarde, vítima de uma fatalidade muito grande, atingido por uma bala no estande de tiro da Academia Militar das Agulhas Negras, para nos deslocarmos para a Capital, para uma importante reunião. Convém lembrar que a 27 já tinha havido o comício da Central, no Rio de Janeiro, e a desordem dos marinheiros, episódios marcantes pela quebra da disciplina, para nós fundamental. Isso ajudou a nos motivar. Um motorista nos aguardava na região da Ponte Nova, 5km de Itu, para onde nos deslocamos por nossos próprios meios. Minha esposa me levou até o local e voltou. Embarquei no outro carro, junto com o Miranda, e seguimos para São Paulo.

Nesse dia, a reunião foi realizada em um clima de intensa vibração na casa do Comandante do II Exército General Amaury Kruel. Os coordenadores da reunião incitavam o Comandante do II Exército para que fizesse algum pronunciamento ou alguma ação que queríamos da parte dele. Nós, os capitães jovens dos seus 30 e poucos anos, com aplausos, apoiávamos as palavras que o General Kruel pronunciava.

Após a reunião, o Coronel Cid colocou à nossa disposição um Mercedes, com o mesmo motorista da ida, que nos levou de volta a Itu, já de madrugada. Achei-o bastante educado; depois, fiquei sabendo que era um major.

Nessa reunião, recebemos instruções da coordenação do Movimento para colocarmos o Coronel Benedicto a par do que estava acontecendo, para ele "entrar na guerra", digamos assim. Até então, a atividade era dos capitães, que estavam mais apurados, sem relação com o comando. A partir dessas instruções que trouxemos, eu e o Miranda, o Comando do 2º RO passou a participar mais efetivamente. No mesmo sábado pela manhã, comparecemos à casa do Coronel Benedicto e contamos tudo o que tinha acontecido na reunião, inclusive com quem ele deveria ligar-se do grupo de São Paulo, se não me engano, o próprio Coronel Cid, muito amigo do Coronel Benedicto.

Uma das instruções determinava que o Grupo – o Regimento era composto da Bateria Comando do Regimento e de mais um Grupo apenas. Naquele tempo não havia o outro Grupo que viria a ser reativado uns dois anos depois – saísse do aquartelamento e permanecesse em ordem de marcha, pronto para se deslocar, na estrada para São Paulo. Entre os sargentos, havia alguns que estavam do outro lado, então, tínhamos receios de que a atuação do Grupo fosse prejudicada por uma eventual indisciplina dos sargentos, algum tipo de sabotagem, caso as viaturas permanecessem nas garagens. Felizmente, não houve transtornos e as viaturas totalmente abastecidas pôde se deslocar para um ponto da estrada, em direção à Via Anhangüera, onde o Grupo ficou aguardando ordens para prosseguir. Com isso, eliminamos o risco de um possível obstáculo.

Outra das instruções recebidas falava do reabastecimento das viaturas. Todos os Postos Atlantic, por ordem do Governador do Estado, Adhemar de Barros, estavam autorizados a encher os tanques, quantas vezes fossem necessárias, sem burocracia; assinava-se uma "notinha" e pronto. Ignoro se os Postos Atlantic eram de propriedade do Governador ou se esse procedimento fazia parte de algum "Plano de Mobilização", mas a verdade é que o apoio do Governador Adhemar de Barros foi muito importante.

Permanecemos em prontidão, na segunda e na terça-feira. Eu, como S/2, tinha que acompanhar o noticiário e decifrar os radiogramas secretos. No dia 31, terça-feira, pela manhã, já se tinha notícia, através de rádio e televisão, que o General Olympio Mourão Filho deslocava suas tropas na direção do Rio. Continuamos de prontidão o resto do dia e, à noite, a oficialidade, reunida no cassino de oficiais, muito ansiosa, ouvia o noticiário da televisão, aguardando a posição oficial do Comandante do II Exército, General Kruel.

Acredito que a essa altura ninguém, sobretudo o S/2, deve ter tido algum minuto de sono, teve que virar direto.

Isso mesmo. Ficamos no cassino de oficiais, acesos, ligados na televisão. Por volta de 1h para 1h15min da quarta-feira, dia 1º de abril, o General Kruel decidiu

apoiar o movimento. Foi com uma explosão de contentamento e vibração que recebemos a definição do General Kruel. Ficamos sabendo depois, que, na tarde desse dia primeiro, ele participara de uma conferência com o Comandante do I Exército, General Armando de Moraes Âncora, na AMAN, comandada pelo General Médici. Lá devem ter definido os acordos para evitar o derramamento de sangue.

Assim, desde o amanhecer apreensivos, somente à 1h da manhã do dia seguinte, dia 1º, foi que soubemos a posição do Comandante do II Exército.

Pelo radiograma recebido do II Exército, datado de 31 de março, o RO tinha ordem para deslocamento. Entretanto, não nos movimentamos; creio que por falta da palavra final. Sobre esse aspecto nada posso afirmar, porque envolveu o nível de comando. Eu era capitão e não tinha todo o conhecimento.

Ao clarear do dia 1º, saímos de Itu – à testa da coluna estava a viatura Dodge-comando com o Estado-Maior do Regimento: Coronel Benedicto; Capitão Luiz Conforti Júnior, S/1; Capitão Flávio Miranda, S/4; e eu, S/2 e o Grupo, a seguir – com destino a São Paulo. A Bateria Comando do Regimento permaneceu no quartel. A ordem recebida era até meio gozada: "cerrar sobre a Infantaria", no caso o 4º Regimento de Infantaria (4º RI), que já tinha partido em direção à Via Dutra. Fomos para São Paulo, conforme a ordem recebida e, quando chegamos na altura do Bairro da Lapa (zona oeste da cidade; na época não havia a avenida marginal), recebemos nova ordem: prosseguir na direção do Rio de Janeiro, junto com o 4º RI, de Quitaúna.

Convém relembrar um episódio ocorrido durante o deslocamento pela Anhangüera, mais particularmente na região de Jundiaí, SP, ponto de passagem obrigatória na rota Itu/São Paulo. O 2º Grupo de Obuses 155, está aquartelado à margem da Via Anhangüera, com ampla dominância sobre a estrada; só passaríamos se eles deixassem. Por isso, foi considerado como obstáculo a transpor, em virtude das posições meio dúbias de seu Comandante e do Comandante da Artilharia Divisionária (AD/2); mais o Comandante do GO do que propriamente o Comandante da AD.

Para afastar a possibilidade de uma possível reação do Comandante, o Coronel Benedicto ligou para os oficiais confiáveis daquela Unidade, alertando-os de que iríamos passar por lá e que desenvolvessem algo para nos proteger. Então, eles arrumaram um artifício, não sei qual foi, para manter os dois comandantes, da AD e do GO/155, ocupados na sede do Quartel-General da AD, que ficava no centro da cidade de Jundiaí, longe portanto da estrada, enquanto o RO prosseguia com segurança, sem ser importunado. Entre esses oficiais, lembro-me do Major Manoel Augusto Teixeira e os capitães Jayme Britto Júnior, que mora em Jundiaí até hoje, e Della Nina.

A marcha na direção do Rio foi dura. A primeira refeição quente foi servida às 9h da noite. Todos pegaram seu prato de sopa, e fui para o meu jipe, porque

estava começando a garoar. A lona estava furada, formou-se um funil de água que caiu em cima do prato; a sopa de batata ficou um gelo e com gosto de lona.

Prosseguimos após o jantar e atingimos Resende, RJ, e no silêncio da madrugada do dia 2 de abril, cerca de 1h, encostamos as viaturas na pista auxiliar da Via Dutra, em frente às residências dos oficiais da AMAN. O motorista da Dodge-comando, sentiu sono na viagem e quem a estava dirigindo era eu próprio. Assim, chegamos a Resende, eu dirigindo a Dodge-comando, aquela viatura pesadona e senti uma vibração mais intensa no coração ao ter consciência daquele ato. O que estava fazendo lá, naquela hora? Dirigindo uma Dodge-comando, levando o Estado-Maior do Regimento, entrando na Academia. É um instante gostoso de ser recordado.

Logo às 7h30min da manhã, após o café, nos dirigimos para o Portão Monumental, onde seria realizada uma formatura para recepcionar os cadetes que, na véspera, tinham sido empregados como tropa em operações de guerra, guarnecendo posições de combate na Via Dutra. Assistimos a uma das mais belas e emocionantes manifestações de brasilidade, jamais vista. Sentíamos, na ocasião, um intenso orgulho de sermos brasileiros e de sermos originários daquela mesma Academia que forjara aquele agrupamento de bravos e heróicos Cadetes, que garbosos e vibrantes víamos desfilar. Estavam também formadas, tropas de Lorena, Quitaúna, Barra Mansa, Rio de Janeiro, São Paulo e de outras guarnições que haviam participado do Movimento.

Foi lida na ocasião a Ordem do Dia do General Médici em que descreve as circunstâncias que cercaram a tomada de sua difícil decisão, ou seja, a de empregar o Corpo de Cadetes em operações de guerra, após um alheamento de 29 anos. Sempre procuramos preservar as nossas jóias, os nossos Cadetes, os oficiais do futuro. O General Médici tomou uma decisão da mais alta gravidade, com a coragem que sempre demonstrou. Era a decisão que dele se esperava. Essa Ordem do Dia é uma peça que tem que ser lida, tem que ser divulgada, porque realmente retrata o que aconteceu naquele momento.

Mais tarde, os companheiros que vieram do Rio e aderiram ao Movimento, descreveram lances da participação dos Cadetes, ainda bisonhos, sem experiência, embora bravos, barrando a penetração das tropas do I Exército. Um deles disse:

– Eles estavam em linha, se tivesse uma metralhadora, matava o Grupo de Combate inteirinho, com uma única rajada.

Começavam a vida militar.

Sendo os oficiais do lado de lá formados pela mesma Academia, o clima foi de congraçamento. A partir da junção houve entendimento e todos os oficiais pas-

saram para o nosso lado. Isolamos os esquerdistas que estavam vindo do Rio, onde havia o maior medo. Essa formatura foi um dos episódios mais vibrantes, para mim.

Compreensível o emocionar e com razão. Deu-se ali um congraçamento de ideais de várias gerações e mostra que a chama desse ideal cívico e patriótico era a mesma. Queriam o melhor para o Brasil.

O restante do dia foi para visitas à Academia, para as recordações e preparo para a marcha de volta. Às 5h30min da manhã do dia 3 de abril, retomamos o caminho de volta para Itu e, ao chegarmos a São Paulo, ficamos acantonados no Ginásio do Ibirapuera, em condições de atuar em qualquer frente. Poderia surgir algum foco de reação, pois a vitória da Revolução não estava, ainda, totalmente consolidada.

Permanecemos três dias de prontidão, sem sair do ginásio. Recebemos um apoio muito gratificante do meio civil. Pessoas formavam filas para manifestar seu apoio à nossa atuação. Além do apoio moral, éramos brindados com revistas, jornais, barras de chocolate, cigarros – naquela época fumava-se mais do que hoje. A própria fábrica doou pacotes e mais pacotes para que ninguém ficasse sem cigarro.

No dia 6 de abril, depois desses três dias no Ginásio do Ibirapuera, retornamos para Itu. Quando chegamos, agrupamos as viaturas e desfilamos pelas principais ruas da cidade sob os aplausos calorosos da quase totalidade da população. A impressão que dava é de que não permanecera ninguém dentro de casa, todos tinham saído de seus lares e se colocado em algum ponto da cidade para ver o desfile. Na observação do Comandante, havia mais pessoas nas ruas da cidade do que na tradicional procissão de São Benedicto, santo protetor da cidade de Itu.

Esse foi um fenômeno muito bonito ocorrido na ocasião, e que se repetiu, de uma maneira geral, nas diversas cidades que tinham tropas que se deslocaram para cumprir missão e que retornaram vitoriosas. Foi muito gratificante o apoio do povo brasileiro. Só para lembrar, mais uma vez, que as tropas interpretavam o anseio da população brasileira, acabando com aquele estado anárquico e pré-comunista que estavam tentando impor à nossa Pátria.

Foi através daquelas Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade que o povo se aglutinou e exigiu que as Forças Armadas tomassem posição.

Nesse início do ciclo revolucionário, o apoio foi muito intenso, mas com o tempo, parecido um fenômeno que pouco a pouco vai esmaecendo, no final, só os mais vibrantes permaneciam no apoio. O restante, é natural, foi caindo.

O que mais se esperava da Revolução era o combate à subversão e à corrupção e, infelizmente, este combate foi enfraquecendo e o vigor dos primeiros atos foi cedendo ao acomodamento e ao "jeitinho brasileiro". Deixou-se de combater o corrupto e o subversivo e fomos caindo na normalidade, digamos assim, muito contesta-

da. Porque, à esta altura, o pessoal do lado de lá continuava atuando, procurando o momento mais propício para anular a nossa Revolução.

Foram se organizando até que começaram a mostrar a face e chegou-se ao momento de confronto.

A idéia inicial da Revolução, como fez, era manter em funcionamento todos os órgãos institucionais e democráticos, inclusive o Legislativo e o Judiciário. Entretanto, embora esse fosse o desiderato dos chefes revolucionários, sobretudo do primeiro Presidente, Castello Branco, a atuação dos maus políticos e o terrorismo redundaram numa escalada revolucionária e nos Atos Institucionais. O senhor gostaria de opinar sobre isso?

O que a esquerda, hoje, procura pintar como sendo "combate à ditadura", na realidade foi uma decorrência da esquerda, que não se afastou do objetivo de implantar uma república socialista, no Brasil. Os militantes do movimento comunista recebiam treinamento em Cuba e o Governo, por meio de seus órgãos de informação sabia o que estava se passando. A esquerda não queria acabar com a "ditadura", mas implantar o comunismo. Se o Congresso permanece funcionando, não há ditadura.

O termo "combate à ditadura", muito usado pelo pessoal da esquerda, era uma mensagem mais simpática para o povo, e aí passaram a obter apoio de alguns segmentos da sociedade. Usavam o lugar comum "vamos acabar com a ditadura".

A escalada do movimento terrorista e a atuação mais desinibida dos políticos forçaram o comando da Revolução a editar os Atos Institucionais, para se contrapor justamente a esses movimentos. Considero que, naquela ocasião, estávamos em guerra, porque éramos ameaçados por uma potência estrangeira, através de seus agentes, e cabia ao Governo impedir. Então, era uma guerra!

Naquela época, fizemos a Revolução, procurando interpretar a vontade do povo brasileiro. Estivemos unidos e coesos dentro das Forças Armadas, de um modo geral, junto aos bons brasileiros, incluindo aí os civis, e vencemos.

Evitamos que o País, e por conseqüência, outros países da América Latina, se transformassem também em estados comunistas subordinados à órbita da União Soviética, o que poderia ter mudado a história do mundo. Prova de nosso acerto, eventos posteriores levaram ao fracionamento da União Soviética, berço do comunismo. Mesmo eles não quiseram mais esse regime.

Depois vieram os governos chefiados por militares e eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre cada um deles, Castello Branco, Costa e Silva, Junta Militar, Médici, Geisel e Figueiredo.

O marcante na ação dos Presidentes, por serem militares, foi o destemor em tomar decisões de interesse do Brasil, muito embora algumas fossem antipo-

pulares. O militar tem coragem para tomar decisões, ele não depende de eleições; ele existe para defender os interesses maiores do País. Eis o traço comum dos governos militares.

Dentro desta ordem de idéias, cada evento que ocorreu em cada período, tinha suas peculiaridades. O General Castello Branco buscou preparar ao máximo possível o terreno, para tentar implementar as instituições, sem vícios.

O Costa e Silva tomou também uma série de atitudes, todas corajosas e acabou chegando ao final de Governo de uma maneira trágica...

Ele adoeceu, tanto que veio a morrer.

A doença dele foi provocada pela tensão do cargo, pois nunca deixou de cumprir dedicadamente sua missão e, com o desgaste, acabou tendo afetada a própria saúde.

Nessa ocasião, a desordem vinha se agravando, quando em outubro de 1968, o Deputado Márcio Moreira Alves fez o seu pronunciamento, pedindo para as moças não dançarem com os cadetes, nos bailes, jogando uma parcela da população contra os militares, provocando, então, no dia 13 de dezembro, a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Esse Ato foi conseqüência do acirramento das posições, pois, em nenhum momento, a esquerda deixou de ser agressiva ou baixou a guarda. Entraram na clandestinidade e continuaram agindo de acordo com a orientação de tomar o Poder.

Tivemos, a seguir, a fase mais dura e que exigiu decisões ainda mais cruciais, porque se considerava que estávamos em guerra. Elementos alienígenas orientando nacionais para atuarem contra o Exército e as Forças Armadas, a quem cabiam defender a Nação. O Governo do General Médici foi o que enfrentou turbulências mais graves e o que exigiu decisões mais difíceis.

Para poder combater o terrorismo.

Exatamente. “A toda ação corresponde uma ação igual e de sentido contrário.” Foi isso que aconteceu. Para nos precavermos, partimos para o ataque e como éramos mais organizados do que eles, acabamos colhendo grandes vitórias. Sofremos uma derrota no Vale do Ribeira mas, em seguida, aprendemos com os nossos erros e desbaratamos uma boa parte do terrorismo.

Em São Paulo, instalou-se o centro intelectual da guerrilha e praticaram-se as maiores ações de guerrilha urbana: assaltos, seqüestros, “justiçamentos” – como eles chamavam os assassinatos. Em resposta, as forças legais de São Paulo também se organizaram e passaram a responder aos ataques de forma vitoriosa.

Depois do Médici, o Geisel encontrou o terreno mais aplainado e deu prioridade às ações políticas. O político não reza pela mesma cartilha do militar. Nós,

militares, nos atemos ao que a lei prescreve e o político não, ele sempre tem uma saída para burlar a lei em seu proveito e ainda assim ficar de bem com o Poder. A opção desenvolvimentista do Geisel, com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), visava, também, obter sucesso no campo político. No meu modo de ver não atingiu plenamente esse objetivo. Além do mais, qualquer apoio que viesse a existir, estaria, na verdade, em busca do interesse menor.

A partir daí, sem os instrumentos legais coercitivos que antes empregávamos, não dava para manter a ordem necessária. Fomos perdendo a opinião pública. O Governo Figueiredo foi a época de transição.

Foi realmente uma transição muito dolorosa e que acarretou conseqüências que geraram o "revanchismo" exacerbado até os dias de hoje.

Essa política revanchista, também está presente no Chile, na Argentina e no Uruguai. Deve haver um comando organizado que coordene tudo isso.

Talvez se estivessem vivos alguns dos presidentes brasileiros do ciclo militar, os nossos atuais políticos, a exemplo do Chile, como o senhor falou, e de outros países, iriam querer colocá-los no banco dos réus.

O senhor disse algo muito importante, que fomos pouco a pouco e justamente pela disciplina e, até certo ponto, por alguma ingenuidade e pureza dos militares, perdendo a opinião pública e com o passar do tempo houve o desgaste natural dos governos. Então, a pergunta agora seria a seguinte: o trabalho de Comunicação Social para a conquista da opinião pública brasileira funcionou a contento? O trabalho para mostrar as realizações, como o saneamento político administrativo, as grandes obras de infra-estrutura que os governos revolucionários construíram, nas quais o País até hoje se apóia, a queda da inflação, a melhoria das condições de vida da população, o alçamento à posição de 48ª para 8ª economia mundial e muitas outras, que o País se aproveita até hoje, funcionou a contento ou ficou faltando algo?

Da nossa parte não faltou nada, tínhamos os fatos. Porque propaganda é contar o que está sendo feito, não é inventar algo que não foi realizado. Tínhamos as obras reais que divulgamos com oportunidade, e até um plano para difundir tudo isso. Mas, a mídia em geral, desde aquela ocasião, era contra. É fácil para o jornalista, ao publicar uma notícia, omitir certas palavras e expressões, destarte enfraquecendo o evento, o ato, ao mesmo tempo em que realça uma falha qualquer.

Existem muitas artimanhas para fazer isso, em termos de mídia.

Eles manipulam o fato da maneira que querem e isto acontece calculadamente, desde aquela ocasião. Qualquer esforço do Governo, visando mostrar as realizações palpáveis e reais, sempre esbarrou na mídia, que era contrária.

É interessante comparar a posição da imprensa em 1964 e mais para frente um pouco. Fui a uma palestra, na qual o Clóvis Rossi falava claramente:

– O importante não é ser o dono do jornal, o importante é você ter o redator-chefe.

Constatava-se nos jornais *Estadão*, *O Globo,* etc. que a presença do dono do jornal estava só no editorial e pronto. O editorial era de responsabilidade do dono do jornal, mas se você virasse a página, iria ver o mesmo fato, defendido pelo dono do jornal, desmentindo de forma cabal.

Porém, essa opinião contrária, ilustrada com fotos, com uma diagramação mais atraente, superava o editorial, por ser algo apenas escrito, não atrai tanto, nem todo mundo lê, a maioria não lê.

Até hoje se vê isso. O dono deixou de ter uma posição no jornal, quem manda no jornal é o redator-chefe, são os "pauteiros", que dizem que notícias têm que ser buscadas e o redator dá o toque final etc.

Tenho comigo uma coleção de jornais de 1964, um a um, e é interessante como o jornal *O Estado de São Paulo*, daquela ocasião, tratava a Revolução e como trata hoje.

Primeiro, ele já não chama de Revolução, chama de "ditadura" e de "golpe militar". Antes, chamava de Movimento revolucionário e governos militares. Isso é lamentável, e se aconteceu em relação à opinião pública nacional, qual a sua opinião sobre a "conquista", porque não houve uma conquista, da opinião pública internacional para a causa do Movimento Democrático de 1964?

É a mesma coisa, porque a imprensa internacional é alimentada pelos correspondentes que estão no Brasil e os correspondentes fazem parte do mesmo grupo político-ideológico, então a origem da notícia é a mesma.

Sabemos que maus brasileiros saíam daqui e iam fazer palestras na França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Estados Unidos, contra o Governo brasileiro de então, mas é claro que, ao falar contra o Governo, falavam contra o nosso País. Parece-me que se criou um hábito da imprensa internacional, que permaneceu até hoje, de só noticiar os aspectos negativos que ocorrem no Brasil; os aspectos positivos são ignorados. Se acontece algo de ruim eles maximizam, multiplicam por dez ou cem.

Sobre esse aspecto da técnica de divulgação no jornalismo, para anular ou realçar notícia, devo dizer que a redação do jornal é conseqüência da ação de estudantes e profissionais de comunicação formados pela mesma escola. Ouvem conselhos dos mesmos mestres. Assim, devem agir de acordo com esse consenso; quem não comungar das mesmas idéias perde o emprego.

Na semana passada, no jornal *O Estado de São Paulo*, aconteceu um fato que considero um absurdo, mas conhecendo a infiltração da esquerda nos meios de comunicação, admiti como perfeitamente normal; identifiquei nos dois cadernos mais lidos do jornal, o primeiro caderno e o caderno "Cidade". Ora, o jornal, na banca, é exposto dobrado, então a manchete que estiver na parte de cima vale mais do que uma manchete que esteja por baixo; quem não tem dinheiro para comprar, só lê o que estiver na frente, em cima. Então, nessa edição do jornal *O Estado de São Paulo*, de uma semana atrás, a prefeita petista da capital era contemplada com duas fotografias coloridas quase do tamanho de um quarto de página e em dois cadernos da mesma edição.

O que mostra o privilégio de que a esquerda desfruta, no acolhimento da mídia e isso me leva à próxima pergunta ou assunto, sobre o qual queria saber a sua opinião. A Revolução foi feita por militares e civis patriotas, viveu muitas vitórias e algumas derrotas, já que todos seres humanos estão sujeitos ao erro.

Sob muitos aspectos parece que a Revolução não conseguiu dominar a Comunicação Social ou a mídia; a Educação, apesar da criação das matérias de Educação Moral e Cívica, em nível de ginásio, Organização Social e Política Brasileira, em nível colegial e Estudo de Problemas Brasileiros, em nível de terceiro grau, universitário. Mas, apesar disso, o sistema educacional brasileiro, mesmo na ocasião e sobretudo hoje, ficou em mãos que consideramos adversas dentro dos princípios da Revolução de 1964; e, também, a Justiça. Essa é uma opinião desenvolvida por alguns companheiros. O que o senhor pensa a respeito?

Tem-se a impressão de que todas as atividades partem do mesmo ponto. A pregação do marxismo-leninismo de um professor, numa sala de aula, veio de um outro professor que ele teve na faculdade; a posição de um repórter ao fazer uma matéria para o jornal, sofre a influência do mestre que teve na Faculdade de Comunicação.

À medida que passa o tempo, maior é o patrulhamento sobre os profissionais. Hoje, o advogado que não for a favor de todos os pontos de vista que a esquerda defende, cai no descrédito, está sujeito à campanha que tenta desmerecê-lo. Quem não segue a cartilha deles, é quase banido profissionalmente. Esses são os aspectos essenciais: uma combinação completa e um patrulhamento constante; eles fazem isso muito bem.

Ou seja, para mudar este estado de coisas, além de ser difícil, teria que ser realizado um planejamento minucioso e muito bem executado. A origem sendo na faculdade, cada vez mais teremos jornalistas e repórteres pensando como eles, cada

vez mais advogados que também assim trabalham e, no bom sentido da educação, vamos ter, com o tempo, novas levas de alunos malformados.

A prioridade da Educação do Governo atual é o método do Paulo Freire, que não se contenta apenas em ensinar a ler, mas em fazer proselitismo ou ensinar aquelas frases feitas, para doutrinar os alunos a favor do comunismo.

Como se deu o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário? Ou seja, na sua opinião, o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente?

Não. Penso que deveria ter sido cumprida uma série de eventos até chegar à abertura total. O melhor exemplo disso é que, apesar da Lei da Anistia, a esquerda tem o direito de nos atacar.

O Exército desengajou-se de forma não homogênea, ao talante do Comandante. Cito um exemplo, comandei de 1981 até 1983, já "na hora de desengajar", mas não desengajei, continuei. Nos dois anos, em nenhum momento, deixei de comemorar com ênfase o aniversário da Intentona Comunista de 1935. Todo 31 de Março fazia uma semana de festividades, com palestras, desfile militar, Ordem do Dia tachativa etc. Mas houve companheiros nossos que não tiveram a mesma atitude, a mesma maneira de desengajar.

Dentro desse raciocínio, é alvissareiro que nos dois últimos anos, a Revolução de 31 de Março tenha sido comemorada devidamente, com formaturas e outros eventos, no Exército Brasileiro. Há um bom tempo, vinha sendo esquecida.

Depois fui morar em Itu. Lá não houve 31 de Março, mesmo nos dois últimos anos, porque os jornais e a televisão, que são as minhas fontes de informação, não publicaram coisa alguma.

Soube que em São Paulo, no QG do Comando Militar do Sudeste (CMSE), no ano 2000, o quartel esteve repleto, muitas personalidades civis que tinham até se afastado do Exército ao longo dos últimos anos, estavam presentes.

Estive no Quartel-General, em fevereiro, quando se comemora a vitória brasileira de Monte Castelo, na Segunda Guerra Mundial, e houve uma homenagem ao Mário Kozel Filho, um momento vibrante. O Comandante não usou meias palavras para contar a história do Mário Kozel Filho, mas em Itu, se houve alguma solenidade, não fui convidado.

O que acha do "revanchismo"?

Acho que não foi feito o que deveria ter sido feito; deixou-se de fazer algo, tanto é que o inimigo está renascendo através do "revanchismo".

O senhor citou há pouco a Lei de Anistia, lei essa que foi instituída para ser recíproca, total e geral, então os eventuais excessos de ambos os lados seriam perdoados, esquecidos e apagados.

Os militares assim procederam, mais uma vez disciplinadamente e como bons brasileiros, decidiram engajar-se na batalha pelo progresso do Brasil, pelo bem-estar do Brasil e foi tudo perdoado de coração. Mas talvez o outro lado não, já que as Forças Armadas têm sofrido constantes perseguições, não só pela mídia, mas também em outros setores igualmente importantes.

Enquanto tivermos este atual Ministro da Justiça, pode-se esperar as ações mais absurdas, pois ele é capaz de patrocinar as indenizações que são pagas a bandidos, terroristas, assassinos e seqüestradores. O seqüestro é um crime hediondo, mas os seqüestradores comunistas vêm sendo premiados com polpudas quantias. Um mês atrás eles comemoraram não sei quantos anos do vôo que os levou para a Argélia, e saiu até nos jornais. Todos "heróis", alguns não compareceram, porque tinham missão do Governo.

Isso faz parte do "revanchismo" como um todo.

O que ainda me alegra, é que, em várias pesquisas de opinião, as Forças Armadas são aprovadas com mais de 80%, 82% para ser exato, de aceitação perante a população, na frente da Igreja, Partidos Políticos, Legislativo, Judiciário e da própria Imprensa.

Mesmo com as constantes campanhas de difamação que têm sido feitas contra elementos das Forças Armadas.

E esse dado não é repassado para a mídia comum, a posição de primeiro lugar em aceitação, por parte da população, com 82%.

Isso sai escondidinho num canto do jornal, e tudo faz parte do "revanchismo". O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e as necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos, em face dos ideais do Movimento Democrático de 1964?

A Constituição de 1988 criou um número muito grande de direitos e esqueceram de situar os deveres. Criou uma série de despesas sem a competente receita para fazer face a isso.

Atualmente, no processo político, a barganha e a compra de votos são claras, é uma vergonha. Sempre que ocorre uma votação importante, o Governo, através da sua base política, consegue o que quer do Congresso, que é muito fraco. Não há divisão de poderes; o Legislativo e o Executivo são a mesma coisa. Torna-se um processo viciado: o que o Governo quer, por mais errado que seja, é aceito "conve-

nientemente" pelo Congresso. Dizem que este é o espelho da sociedade de um país, mas acho que a sociedade não é tão ruim assim. Existe um conluio entre os três Poderes, cada um procurando tirar o máximo da Nação.

O Judiciário e o Legislativo, todos os anos, de 1994 até aqui, encontraram uma manobra jurídica para obter um aumento substancial nos seus vencimentos, o que não aconteceu com o Poder Executivo, em algumas carreiras, porque outras carreiras foram muito beneficiadas, como diplomatas, policiais federais, o pessoal da Receita Federal etc. A Polícia Federal ameaçou com greve e imediatamente conseguiu o aumento que estava pleiteando.

O Exército, como é certinho, paradinho, dentro de sua disciplina e as autoridades sabem disso, covardemente então, deixam de nos tratar como iguais. Não se está pedindo privilégio algum, somente a igualdade; queremos contribuir com a mesma parcela de "sacrifício" do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Essas Medidas Provisórias, o impedimento de abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito, o rumor sobre escândalos envolvendo as privatizações, envolvendo o sistema financeiro, etc., todo esse rumor é acobertado por iniciativa do Executivo e com a conivência do Judiciário.

É preciso que haja algum sistema que coíba certas práticas e vícios. Por exemplo, um Poder não pode decidir sobre assuntos que possam lhe atingir positiva ou negativamente. Outro Poder deve julgá-lo. O Judiciário não pode se conceder aumento de vencimentos. A mesma coisa para o Legislativo. São vícios da Constituição de 1988, que outorgou o máximo de Poder ao Congresso e o mesmo não tem demonstrado capacidade e isenção moral para exercê-lo.

O senhor serviu, durante um bom período de tempo, em órgãos ligados às Informações. Sabemos que hoje não se chama mais Informações – "Informações é coisa de militar" – chamam de Inteligência. Na ocasião tivemos um serviço muito bem estruturado e que atendeu à finalidade de manter os clientes municiados com as informações pertinentes para permitir a melhor governabilidade para o Brasil. Entretanto houve alguma mudança que desconhecemos. O senhor poderia falar algo a respeito?

O Serviço de Informações está presente em todos os governos responsáveis do mundo. O Governo que não tiver um Serviço de Informações decide mal ou deixa de decidir.

A base do Serviço de Inteligência, como chamam atualmente, é a disciplina do sigilo. Ao entrar no serviço, a pessoa tem que se despir do orgulho de saber mais que o seu companheiro de fora, do tipo: "Eu sei disso e ele não sabe, então tenho que apregoar o que sei." Esse é um defeito de origem do Serviço. A pessoa que entra ali tem

que ser a mais humilde possível, a mais calada. A ninguém interessa saber. A disciplina do sigilo é um dos aspectos que caracteriza um verdadeiro Serviço de Informações.

Com a adoção do novo modelo, a gente vê absurdos em cima de absurdos. Primeiro, é um grande número de pessoas a tomar conhecimento do que se está fazendo. A informação envolve uma série de segredos e os segredos têm que ser mantidos. Faz vinte anos que deixei o serviço e até hoje nem minha esposa sabe os conhecimentos que tenho.

O Serviço de Inteligência atual é um arremedo, não funciona, é uma "palhaçada", ao ponto do recrutamento ser feito por concurso em vez de ser por escolha. É preciso uma longa "peneiração" entre os elementos que já estão no Serviço, na função pública, para se escolher uma ou outra pessoa de alta confiança e, sobretudo, com vocação.

É preciso saber ser discreto não só enquanto estiver no Serviço, mas para sempre. O senhor já nos brindou com muitas informações importantes e úteis; estamos chegando ao final e perguntaria se deseja acrescentar algo?

Procurei transmitir as informações que a minha posição, naquela ocasião, permitia conhecer. Essas informações de tal maneira estão vivas na minha memória, que até fui traído pela emoção, que permanece, passados quase quarenta anos. Penso que a atitude que tomamos foi a mais correta e, até hoje, não me convenceram do contrário ou que existisse uma outra mais correta do que esta. Não me arrependo da atitude que tomei conscientemente; faria tudo de novo, na mesma intensidade, talvez até um pouquinho mais, se pudéssemos antever. Então, este é o ponto.

Coronel Camargo, o senhor está vendo, diante de si, jovens militares que entraram para o Exército quando já tínhamos cumprido nossa missão. Este trabalho que hoje estamos realizando vai resultar num documentário que seguramente será examinado pelas novas gerações de militares do Exército Brasileiro. Será objeto de pesquisa, tenho certeza.

Assim sendo e para finalizar ainda teria um último pedido para fazer: que aqui dissesse suas palavras finais e deixasse uma mensagem aos jovens militares que estão iniciando a carreira ou que ainda militam na ativa do nosso Exército.

Pertencer ao Exército é comungar de vários ideais, vivenciar uma vida rígida, padrões morais altíssimos. Como dizia Salomão da Rocha: "À Pátria tudo se deve dar, nada se deve pedir, nem mesmo compreensão."

Assim, o elemento que ingressa no Exército tem que ter esse espírito de renúncia e pensar sempre no melhor para o Brasil. Se tiver alguma dúvida sobre isso é melhor não permanecer no Exército.

Votos de uma boa carreira para os novos profissionais!

Coronel Marnio José Signorelli Teixeira Pinto

Nasceu no dia 1º de março de 1937, em São Paulo–SP. É praça de 13 de março de 1952, na Escola Preparatória de Fortaleza.

Cursos Militares: Escola Preparatória de Fortaleza, de 1952 a 1954; Academia Militar das Agulhas Negras, de 1954 a 1956; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1966; Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de 1970 a 1972.

Cursos Civis: Graduação em Ciências Administrativas – SUAM – Rio de Janeiro, de 1974 a 1975 e Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 1976.

Principais Cargos e Funções Desempenhadas: Comandante de Companhia do Batalhão de Guarda Presidencial (BGP) – 1964; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – 1974 a 1977 e 1979 a 1980; Membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai – 1977 a 1979; Comandante do 11º Batalhão de Infantaria, Regimento Tiradentes, em São João Del Rei – 1981 a 1983; Chefe do Estado-Maior da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, Campinas – 1986 a 1988 e Chefe de Gabinete do Departamento Geral de Serviços (DGS) – 1988 a 1990.

Condecorações Nacionais: Medalha Militar de Ouro, Medalha do Pacificador, Medalha da Ordem do Mérito Militar, Medalha do Mérito Tamandaré.

Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2001.

Tenho dois motivos que justificam minha participação no Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964. O primeiro é que realmente assisti ao fato histórico, pois no dia da eclosão da Revolução encontrava-me de Oficial de Dia no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), em Brasília. Então, tomei conhecimento de certas particularidades que normalmente permanecem ocultas sob o véu da História ou acabam distorcidas. Quando ouço falar em "golpe militar", repudio a expressão e seu significado pejorativo porque presenciei o que houve; e o que testemunhei foi uma simples substituição constitucional.

O segundo motivo é a importância do registro histórico; todos falam o que quer, mas a verdade não aparece, porque aqueles que presenciaram ou participaram dos acontecimentos, não se dispõem a vir e contar o que sucedeu realmente. Sempre que alguém repete o que ouviu, ocorrem distorções: aumentam ou diminuem a realidade. Aquele que presenciou o fato relata-o com autenticidade, e é por isso que não pude furtar-me a este convite.

Para melhor descrever os antecedentes da Revolução de 1964, tenho que me reportar a 1961, ano da renúncia de Jânio Quadros. O Vice-Presidente João Goulart encontrava-se na China e foi levantada a possibilidade dele não assumir, pois se sabia qual a tendência que daria ao seu eventual governo. Suas tendências políticas e ideológicas se contrapunham aos ideais democráticos e cristãos do povo brasileiro.

Uma corrente resistia à posse, liderada, principalmente, pelo Ministro da Guerra, e em contrapartida, por parte do Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, uma reação contra o veto. Os adeptos da posse formaram a "cadeia da legalidade", uma campanha que obteve êxito. Muitos no Exército a apoiaram. O espírito de fidelidade aos regulamentos, às leis e às autoridades constituídas é muito marcante e para voltar-se contra tais princípios, só mesmo com um motivo bastante forte, como aconteceu em 1964.

Nessa ocasião, o 11º Batalhão de Infantaria (11º BI), de São João Del Rei, Unidade que comandei, mais tarde, teve problemas com o seu pessoal. Oficiais e sargentos se dividiram. O Subcomandante do Batalhão, Bolivar Oscar Mascarenhas, presença forte no BI, ficou do lado da legalidade. Esse oficial, depois, foi ser Subcomandante do BGP. Em 1962, quando cheguei ao Batalhão, já o encontrei nesse cargo, e continuava a fazer certo proselitismo entre os oficiais a favor do Governo que se instalou, o Governo do Jango, achando realmente que ele iria fazer a "mesa do povo" etc. Naquela conjuntura, a conduta do Comandante do BGP era bem esquisita. Vivia ausente, quase não aparecia, deixava a maioria dos assuntos para a solução do Subcomandante.

Mas não era exatamente o que se assistia. Eu e meus companheiros tenentes tirávamos serviço de Comandante da Guarda do Palácio do Planalto, do Palácio da

Alvorada e da Granja do Torto, a residência do Presidente, e assistíamos a coisas de estarrecer: os conchavos políticos, o desregramento, as motivações sem nenhum fundamento ético e moral. Pela lealdade e pelo cumprimento do dever, assistíamos a tudo isso calado. Percebíamos que não estava correto.

A campanha do Subcomandante era só a favor do Governo de então ou era mais abertamente a favor do comunismo mesmo?

Até hoje tenho dúvidas sobre as suas intenções, porque mais adiante este mesmo Oficial iria ter atitudes quase que heróicas, como opor-se às ações extremadas de outros elementos. Não sei se ele era realmente muito sincero ou se simplesmente se tratava de um aproveitador. Ele goza do beneplácito da minha dúvida.

Os dois, o Comandante e o Subcomandante, deixaram o Batalhão. Assumiu o comando o Coronel Raymundo Netto Corrêa, um baixinho, parecia-me nordestino, pessoa extraordinária, e o Subcomandante era o Tenente-Coronel Serra.

Em setembro de 1963, em Brasília, a fim de contrapor-se a uma resolução do Supremo Tribunal Federal sobre questão de inelegibilidade, os sargentos rebelaram-se. Quase tomaram conta de tudo, não o fazendo por mero acaso. Ocuparam a Base Aérea, a Base Naval, os quartéis do Exército, sujeitaram os ministérios da Aeronáutica e da Marinha. Não foram tomados o Ministério do Exército, cuja guarda reagiu e o BGP.

E o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), eles tomaram?

Tomaram o BPE, prenderam os oficiais e os levaram para a Base Aérea.

Por que não tomaram o BGP? Quando o motorista do Comandante da Base Aérea, após ter deixado o Coronel em casa, chegou à noite na Base, encontrou uma grande agitação. Perguntou o que estava havendo e lhe responderam: "É a Revolução! Pega o seu fuzil!" Ele se esgueirou, pegou o carro de novo e foi para a casa do Coronel avisar-lhe o que estava acontecendo na Base Aérea. O Coronel, já de madrugada, ligou para o Comandante do BGP. Não sei se propositadamente ou não, o Presidente estava ausente; o Comandante da Região Militar também. Estavam todos viajando, restando presente como maior autoridade o Coronel Raymundo. O Comandante da Base disse o que tinha acontecido.

O Comandante, imediatamente, ligou para alguns oficiais do quartel, um deles fui eu, por acaso tinha telefone. Ele me ordenou para apanhar os companheiros que pudesse e me dirigir para o quartel, porque havia problemas. Não disse mais nada. Pois bem, ele saiu, foi para o quartel e quando entrou no Corpo da Guarda, disse:

– Sargento, coloca a Guarda em forma!

Ele não sabia que aquele sargento estava ali para imobilizar a Guarda. Mas, diante da ordem de supetão, o sargento a cumpriu. Assim ele evitou a surpresa.

O Oficial de Dia mandou o Adjunto fazer uma ronda nos fundos do quartel e ele foi preso pelo pessoal da Aeronáutica que já estava cercando o aquartelamento, com uma boa quantidade de armamento e munição, muito mais novo do que o nosso. Mas o Adjunto teve presença de espírito, e disse:

– Calma, também sou sargento. Esperem aí que vou lá e aviso aos companheiros que vocês estão chegando.

De volta, relatou tudo para o Oficial de Dia que acordou algumas subunidades; o pessoal começou a armar-se e a fazer os preparativos. Quando chegamos de carro, por volta das 2h30min ou 2h40min da manhã, assumimos o comando dos pelotões de recrutas e saímos para romper o cerco do quartel. Houve tiros, prendemos muita gente e recuperamos as viaturas, a munição e o armamento que eles tinham. Rechaçamos o cerco do quartel.

A partir daí o combate aos rebelados foi planejado. Um pelotão foi designado para reforçar a guarda do Ministério do Exército, sob o comando de um companheiro, Tenente André, que foi caçado juntamente com seu pelotão na Esplanada dos Ministérios, pelo pessoal dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica. Era fogo cerrado em cima e ele com um pelotão de recrutas, mas só ele e os sargentos respondiam ao fogo, pois os recrutas não sabiam atirar direito. Conseguiram progredir e se abrigaram no prédio do Ministério, mas as rajadas de metralhadora estilhaçavam os vidros e as persianas caíam sobre eles; foi difícil.

O Comandante Raymundo Netto Corrêa assumiu o comando de toda operação. Organizou três colunas: uma partiu para a Esplanada dos Ministérios, a fim de retomar os ministérios da Marinha e da Aeronáutica; uma foi para a Base Aérea e a outra coluna para a Base Naval. Cercamos esses locais, os revoltosos se renderam e foram todos enviados para uma prisão na Baía de Guanabara.

Apurou-se que haviam documentos com os nomes de todos os companheiros que eram contra eles, relacionados para serem fuzilados debaixo da grande torre de TV, de Brasília, onde havia uma plataforma de concreto. Isso já serviu de ensinamento, mais adiante, e aconteceu em setembro de 1963.

Os fatos se sucederam cada vez mais graves. Tínhamos ciência da existência do que seria o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) daquela época, a chamada Polícia da Boa Vontade, comandada por um cidadão de nome Raulino, na cidade satélite de Taguatinga. A sede era lá, mas eles vinham em direção a Brasília, fechavam os acessos e reivindicavam isto ou aquilo. Quando a polícia se aproximava para tentar liberar a via e retirar os manifestantes, chegava a ordem do Palácio do Planalto para deixá-los. O Governo era conivente com aquela situação, mais ou menos parecida com que se vê hoje com relação ao MST. Aceita-se violência da parte deles.

No dia 31 de março de 1964, estava de Oficial de Dia no Batalhão da Guarda Presidencial, quando se ouviu pelo rádio que havia uma insurreição em Minas Gerais e que o 11º BI tinha seguido em direção ao Rio de Janeiro. Ao saber dessa notícia, nos entreolhamos e naturalmente todos concordaram: "Nós também estamos a favor!" Aquela insurreição destinava-se a terminar com a baderna implantada no País.

Nós, que estávamos ali, na Guarda Presidencial, assistindo àquilo tudo, mais do que ninguém sabia ser verdade e portanto surgia o momento de definição: ou o comunismo ou sair da legalidade e participar da insurreição. Essa conduta novamente dividia os companheiros; no BGP a adesão foi espontânea, porque tínhamos contato com o que acontecia nos Palácios. O Batalhão de Polícia do Exército e o Esquadrão não tinham este contato, portanto preferiam a lealdade às autoridades constituídas. Houve até companheiros que disseram que as armas e os carros de combate estavam apontados para nós, se tentássemos algo mais positivo em favor da Revolução.

Mas também não se sabia como deveríamos agir. Não tínhamos conhecimento ou contatos; não fôramos nem sondados nem alertados nem orientados. Nem o famoso documento do General Castello Branco, dando um basta àquele caos que estava destruindo o País, tinha sido difundido para nós. Certamente pensavam, cometendo um engano, que por estarmos no Batalhão da Guarda Presidencial seríamos elementos da alta confiança da Presidência. Por exemplo, eu fui para lá por acaso, ninguém me perguntou nada. Simplesmente, cumpria o meu dever ali como cumpriria em qualquer outro local. Mas aquele era um momento de decisão e tinha que tomar a minha, como todos tomamos, a favor da Revolução.

Passo, a seguir, a relatar os fatos ocorridos no desencadeamento da Revolução, no âmbito do BGP, em Brasília. Para não ser traído pela memória, vou me reportar ao documento de 24 de julho de 1964 que encaminhei ao Chefe da 2ª Seção do BGP, em atendimento à sua solicitação. Deixo uma cópia para o arquivo do Projeto.

Às quatro e meia da tarde do dia 31 de março, recebi ordem de sustar o "fora de forma" e avisar os comandantes de subunidades que o Batalhão entrava de prontidão. Não se sabia o motivo da medida. Como os telefones normais do quartel estavam defeituosos, foi instalada no Batalhão uma estação de rádio para ligação direta com o Palácio do Planalto.

Por volta das nove horas da noite, o Coronel Raymundo Netto Corrêa reuniu os oficiais para informar que havia um levante em Minas Gerais e que tropas do I Exército marchavam para sufocá-lo. Esses foram os primeiros informes recebidos. A partir daí é que procuramos ouvir o rádio e acompanhar os acontecimentos.

Rapidamente, em conversa, chegamos à conclusão de que de um modo geral a mentalidade da oficialidade, capitães e tenentes, era revolucionária. Procuramos o Subcomandante do Batalhão, Tenente-Coronel Serra, e expondo o nosso pensamento, concluímos que ele tinha as mesmas idéias – ele mesmo disse que podíamos contar com ele, pois estava ali mais ou menos orientado pelo Estado-Maior do Exército, para que tomasse as decisões a esse respeito –. Dos demais oficiais superiores, desconhecíamos a tendência – permaneceram absolutamente amorfos.

Na noite do mesmo dia, após várias ligações telefônicas feitas pelo Quartel-General (QG) da Região Militar (RM), o Coronel Raymundo mandou chamar o Comandante da 4ª Companhia de Fuzileiros, Capitão Dário, e lhe deu a missão de deslocar-se, fazendo parte de um Grupamento Tático (GT), para a região da ponte sobre o Rio São Marcos, no eixo da Rodovia Brasília – Belo Horizonte, a fim de deter tropas que por ventura demandassem a Brasília – depois fiquei sabendo que essa medida visava a permitir que, em Brasília, fosse constituída a resistência da Presidência –. O GT foi reunido no BGP e estava composto por uma Companhia de Fuzileiros, uma Seção de Metralhadora Antiaérea e dois carros de combate.

Recebi a tropa de Artilharia – uma Bateria de Artilharia Antiaérea – e me inteirei de que os oficiais, Tenente Carvalho e Tenente Nogueira, também eram partidários da Revolução. Soube por intermédio do Tenente Carvalho que na Bateria os demais oficiais comungavam das mesmas idéias, com exceção do Comandante, Major Stockler que, inclusive, demonstrava querer jogar os sargentos contra os oficiais, e dois capitães que se limitavam a aguardar o desfecho da Revolução, para se pronunciarem.

Em face dessa ordem de operações, novamente retornamos ao Tenente-Coronel Serra que seria o comandante da coluna, a fim de expor a vontade dos oficiais que a compunham, de não cumprir aquela missão e nem mesmo iniciar o deslocamento.

O Tenente-Coronel Serra afirmou que ainda não era oportuno adotar essa medida e que deveríamos aguardar uma decisão de São Paulo. A coluna sairia e depois decidiriam sobre um novo destino a ser tomado, que pudesse melhor cooperar com a Revolução. A partida foi prevista para as 5h do dia 1º de abril e iniciado o deslocamento dentro do horário.

Neste momento, o Coronel Macieira, Chefe do Estado-Maior da RM, ligou para o Coronel Raymundo. Imediatamente, deu-me o Comandante as seguintes ordens: “Mande parar a coluna e me chame o Major Henning.” Supondo que essa medida visava ao afastamento e prisão do Comandante da coluna, o que de fato ocorreu, antes de dar cumprimento às ordens recebidas, mandei que o Tenente

Murilo se antecipasse e informasse ao Tenente-Coronel Serra as providências que estavam sendo tomadas, para que ele tivesse tempo de decidir qual a ação a adotar.

Parece que a decisão foi aceitar o fato, uma vez que a coluna parou e aguardou a chegada do Coronel Raymundo, que acompanhado de dois oficiais do QG, efetuou a prisão do Tenente-Coronel Serra, enviou-o para o QG e substituiu-o no comando pelo Major Henning.

Com essa alteração de comando, o Capitão Dário, falando em nome dos oficiais, declarou que o pensamento de todos era de não prosseguir no deslocamento. A resposta do Coronel Raymundo afirmava que prenderia, por covardia, todos os que se recusassem a seguir. Aconselhou a seguirem, tomando depois o rumo que desejassem.

Declarando que ali não havia covardes, o Capitão Dário prosseguiu no deslocamento com sua tropa, mas imutavelmente resolvidos a não impedir o acesso das tropas mineiras, pelo contrário, juntar-se-iam a elas.

Ao retornar ao quartel, determinou-me o Coronel Raymundo que fizesse reunir os oficiais em seu gabinete.

No momento dessa reunião, no gabinete, ele começou a perguntar aos companheiros:

– Você! Está a favor ou contra a Revolução?

– Estou a favor da Revolução.

– Então, está preso! – disse o Comandante – E você?

Desculpe a pergunta, ele começou do mais antigo para o mais moderno ou do mais moderno para o mais antigo?

Acho que ele começou dos mais modernos para os mais antigos, porque não me lembro do pronunciamento de nenhum major, os majores nunca falaram nada, então começou pelos tenentes, perguntando um a um: "E você fulano?" Quem respondesse que estava a favor da Revolução, ele dava ordem de prisão.

Muito poucos eram contra a Revolução, um ou outro era contra, diria que uns 95% eram a favor e quando chegou mais ou menos na metade do pessoal, o Coronel viu que a maioria era a favor da Revolução, então declarou-se sem condições de continuar no comando. Dado o respeito e a amizade que havia entre o Coronel e a quase totalidade dos oficiais, e o seu exemplo de eficiência, de coragem, de ação de comando quando do combate à rebelião de sargentos de setembro de 1963, foi unânime o pedido de que permanecesse no comando e ficasse do nosso lado. Naquele momento estávamos decidindo entre comunismo e democracia.

Mas o Coronel Raymundo declarou que ocupava um cargo de confiança e que se ele não tinha rompido com o General Nicolau Fico, Comandante da Região,

até então, aquela não era mais hora de romper. – Foi um ato de grande dignidade. Ele poderia ter se aproveitado da situação, vangloriar-se, mas foi muito ponderado, deu exemplo. Não tinha compromisso com o peleguismo, com as mutretas do governo, nada disso –. O Coronel seguiu para a Região e avisou ao General Fico que o Batalhão estava revoltado.

Capitães e tenentes se reuniram e surgiram várias sugestões para a execução de ações, mas como nenhuma delas tinha objetivo definido e proporcionaria a divisão dos nossos recursos em pessoal e material, acrescido ainda da ausência de um plano logístico para apoiar as ações, naturalmente permanecemos no aquartelamento, prontos para defendê-lo ou para manter a integridade de Brasília. – Não sabíamos o que fazer, porque não tínhamos ligação com ninguém, não fomos previamente contatados, a gente participou da Revolução espontaneamente.

A Revolução tinha sido particularmente articulada no Rio de Janeiro e em São Paulo e depois foi desencadeada em Minas Gerais devido à ida para lá do General Mourão Filho e o apoio do General Guedes, ou seja, Brasília, sede do Poder central, estava mais ou menos imune a essas pregações revolucionárias.

Notícias nos davam conta de que seriam 15 mil os candangos armados que atacariam o quartel, destruiriam o Congresso e saqueariam os supermercados. Essa resistência em Brasília seria montada com a tal Polícia da Boa Vontade armados pelo General Fico e que este teria desistido da idéia ao saber que o BGP estava revoltado.

Ao regressar da Região, acompanhado pelo Tenente-Coronel Serra, o Comandante convocou nova reunião dos oficiais, ocasião em que se afirmou ter havido equívoco na prisão do Tenente-Coronel Serra e para provar a confiança nele depositada pelo General Fico, seria designado E/4 da Região – não estava preso, mas foi afastado do quartel.

Essa medida nos causou decepção, pois víamos nela a intenção de afastar o Tenente-Coronel Serra do Batalhão, por ser ele o único em condições de aglutinar e orientar os partidários da Revolução. A partir deste momento, nenhuma ordem de natureza tática nos foi dada e o Coronel Raymundo permaneceu no comando apenas administrativamente – não nos deu nenhuma ordem de operações, ele sabia qual era o nosso pensamento. Também não foi hostilizado por nós, que o respeitávamos.

Durante a tarde do dia 1º de abril, tivemos notícia da chegada do Jango a Brasília – área escolhida para organizar a resistência. Nesta mesma tarde – penso ter sido o Tenente Machado Borges que ligou para o Tenente Walmensi, Comandante da Guarda da Granja do Torto. O Tenente Walmensi tem dúvidas de se foi realmente o Machado Borges ou se teria sido o Tenente Vargas ou mesmo o Tenente Eichler –, mas o fato é que um tenente ligou-se com Walmensi e disse-lhe o que estava se

passando no BGP. O Walmensi teria respondido que também era revolucionário e perguntado se nós queríamos que ele prendesse o Jango, pois o mesmo se encontrava no Torto. O companheiro de cá respondeu que iria consultar os colegas e depois daria uma resposta.

Esse telefonema bastou para que a Revolução fosse ultra-rápida. Por que isso? Porque a ligação passava pela central telefônica dentro da Granja do Torto e o Jango tomou conhecimento de que estavam querendo prendê-lo. Então, abandonou a esposa Maria Teresa e os filhos por lá, pegou o automóvel e foi direto para o aeroporto. Embarcou num avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e comboiado por outros aviões da Aeronáutica foi para Porto Alegre; de lá voou para Montevidéu.

O Presidente tinha abandonado o cargo, em face desse vôo para Montevidéu, e Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso, deu posse ao substituto legal, Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara. Então, o que houve, sequer foi um golpe, mas uma substituição constitucional. Havia uma insurreição, que o Jango não teve força nem coragem para conter, apenas fugiu e abandonou o cargo.

Retomando o relato dos acontecimentos, na tarde do dia 1º de abril recebemos a visita do General Fico. Em nova reunião e em tom provocativo mencionou que nós, recebendo a "dobradinha" – diária de Brasília –, tínhamos por obrigação apoiar o Governo e defendê-lo. Pareceu na ocasião que ele tentava uma saída honrosa, ser preso por nós. Entretanto, todos viraram as costas para o general.

Mais adiante, na noite desse dia 1º, um general foi ao Batalhão, reuniu-se com os sargentos numa Companhia, para obter o apoio à ação que pretendia empreender: dar um golpe de mão no QG, tirar o General Fico e assumir o comando da Região. Detalhes dessa reunião não foram do meu conhecimento. O general retirou-se em seguida.

A Revolução foi vitoriosa sem dar um tiro, sem prender ninguém. Até esse momento não tinha prendido ninguém, a não ser o Tenente-Coronel Serra, momentaneamente. A Nação esperançosa aguardava as providências renovadoras. A eleição tornou-se indireta, realizada pelo Congresso. O problema foi determinar quem assumiria, porque não havia um chefe revolucionário explícito.

Eleito o novo Presidente, acatado pelas Forças Armadas, não havia mais motivos para divergências.

Efetuando um parênteses, estou vivendo um 2001 muito parecido com o quadro político de 1963, em que pese as inteligências no momento serem muito mais aguçadas do que as do passado.

Tomar uma decisão acertada no presente para que seja válida no futuro, é problemático e muito difícil. É muito fácil, agora, avaliar as decisões do passado

e dizer que tomaria esta ou aquela. De qualquer modo, naquela oportunidade, as pessoas que estavam lá para decidir, não o fizeram da forma como desejava. Eu era apenas um tenente recém-promovido a capitão, mas o fato é que pensava que deveríamos ter tomado conta de tudo no Brasil, por dez anos apenas. Tempo para poder, justamente, conseguir um novo perfil de que o Brasil precisava, baseado na ética, moral, honestidade, nos princípios cristãos e patriotismo. Sobretudo onde assumimos, a coisa ficou uma beleza e vou dar um exemplo: os Correios e Telégrafos passaram às mãos de um companheiro da Marinha que foi mundialmente aplaudido, tanto assim que o levaram para ser o presidente do órgão internacional de Correios e Telégrafos, na Suíça.

Foi considerado o melhor serviço de Correios do mundo na época, o brasileiro.

Hoje já está bem deteriorado, mas ainda mantém alguma coisa da estrutura feita no passado.

Designaram-me para fazer um inquérito no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) de Brasília; entendi que não era o caso de ficar indiciando por qualquer besteirinha, razão por que muito se perdeu nesse aspecto. Os grandes culpados deveriam ter sido cassados de forma clara, explicitando o porquê da medida. Por isso, hoje em dia, fica a impressão de que eles foram perseguidos, embora saibamos que tinham, sim, culpa no cartório.

Outro grande problema que me pareceu na ocasião, foi a falta de providências para realizar uma limpeza no Judiciário. Por não ter sido feita, os erros daquela época estão presentes até os dias de hoje. A manutenção da parte podre do Judiciário frustrou as expectativas de Justiça.

O Judiciário ficou quase intocável, apesar das evidentes mostras de corrupção, incompetência, incúria e outros problemas.

Aquela aspiração de justiça, no sentido estrito da palavra, ficou prejudicada, ficou comprometida, porque a Justiça não funcionou a contento, a despeito de certos instrumentos revolucionários que faziam, de certa forma, as pessoas a temerem. Chegamos ao ponto em que estamos, a bandidagem não teme nada, está cada vez mais forte, a criminalidade virou uma atividade econômica normal e rentável.

Tanto da bandidagem, vamos dizer, do "baixo clero", para fazer uma analogia com os políticos, ou seja, do bandido que assalta à mão armada, mata, estupra, seqüestra e sabe que no final vai ficar impune, quanto dos crimes de "colarinho branco". Quando num órgão público havia um roubo, e nós lembramos disso, eram os tais 10% que o larápio ganhava. Hoje, eles superfaturam dez vezes mais, ou seja, não ganham somente 10%, ganham 100%, 1.000% de roubo, às vezes mais. Como recen-

temente, no caso do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, que ficamos conhecendo, e sem considerar aqueles de que não ficamos sabendo.

A Revolução surpreendeu-se com a própria rapidez; de certa forma, impediu que ela fosse se conscientizando, se organizando. Os que realmente a idealizavam, ansiavam pela melhoria da situação do País, foram surpreendidos com a rapidez. A solução, normalmente militar, de assumir o mais antigo, poderia não recair no mais preparado, ou no mais adequado, o qual poderia encontrar-se, de certa forma, inabilitado por estar em desacordo com o processo e, portanto, não seria o de preferência geral. Mas se era para assumir, que fosse o mais antigo, e assim foi.

O Presidente Castello Branco não queria, mas foi convencido pelas Forças Armadas e assumiu. Pegou o "abacaxi". Foi ele quem colocou o trem nos trilhos novamente, resolveu uma série de situações catastróficas que existiam no País, regularizou a economia e proporcionou uma esperança muito grande para nós brasileiros.

Houve relutância do próprio Presidente Castello Branco em responsabilizar-se por tudo. Jamais concordei com ele, nesse particular, e até disse para o meu círculo de amigos: "É preciso que se assuma tudo, que se façam os reparos e se entregue o Poder, em dez anos no máximo!" Mas não foi isso o que aconteceu, a Revolução foi ficando, foi ficando até estiolar-se de uma maneira tal, à custa, à revelia dos revolucionários da primeira hora. Os próprios militares já estavam loucos para que o próximo Presidente fosse civil.

O que se teve foi uma solução parcial. Permaneceram várias pessoas que conviviam com o *status quo* de Goulart e até integrava-lhe o Governo. Fingiam-se amigos, mas faziam coisas para minar totalmente a administração revolucionária, para deteriorar o que a Revolução estava querendo realizar. A maioria da Nação tinha esperança de que a mentalidade fosse mudada, a conduta e gestão da coisa pública fosse aperfeiçoada. Isso é notório, todos querem isso. Atualmente, quem pegou essa bandeira foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, essa conduta sempre foi apanágio das Forças Armadas.

Deixo bem claro aqui que, hoje em dia, maldosamente procuram caracterizar os militares como aproveitadores, privilegiados, protegidos ou coisa que o valha. Fazem alusão ao que existia no tempo dos romanos – os militares ganhavam sal, como salário, e se locupletavam do que conseguiam saquear dos outros povos, quando atacavam e conquistavam novas terras. No século que terminou há pouco, esta mentalidade transformou-se totalmente. As Forças Armadas passaram a ser formadas dentro de padrões morais absolutos: ética, lealdade, honestidade pessoal, respeito, correção de atitudes e, principalmente, zelo pelas

coisas do País. Mas a mídia quer descaracterizar essas qualidades dos militares, insistindo em mostrar um ou outro caso isolado, de algum excesso, de algum elemento desviado.

É preciso entender que as Forças Armadas se constituem em uma fatia da sociedade brasileira. No entanto, a parte podre é cortada como corpo estranho, logo no início, na rigorosa seleção para ingresso e, mais tarde, durante a formação. Os que não se adaptam e divergem da correção de atitudes compatível com o desempenho da função militar saem da carreira. Não são merecedores da confiança que a Nação e o cidadão depositam no seu Exército.

Sempre é possível que passe um ou outro neste crivo, porque numa coletividade sempre há o excepcional, o bom, o regular, e alguns inadaptados. Estes, conscientes de que estão destoando de um conjunto harmonioso e responsável, logo se afastam. O Exército é absolutamente democrata, está aberto aos brasileiros, sem restrição de cor, de profissão, de religião, de coisa alguma, absolutamente imune aos preconceitos.

No País que emergiu da Revolução de 31 de Março de 1964, sempre houve esperança de honestidade, de oportunidades de trabalho e de progresso social, não resta dúvida nenhuma. Recordo-me perfeitamente de que no Governo Médici, a área de Relações Públicas não servia para fazer propaganda de "A", "B" ou "C". Destinava-se a exaltações dos valores morais, do trabalho, da produtividade. Recordo-me de que apareciam umas vinhetas de um indivíduo na lavoura, outro construindo um automóvel, outro desempenhando qualquer atividade, um profissional liberal, enfim, um imenso leque de trabalhadores. E aí vinha a pergunta: "Estes estão construindo o País! E você?"

Isso era um estímulo para que o indivíduo participasse do desenvolvimento do País, mas tudo foi esquecido e deteriorado depois.

Há tanta coisa para contar... A punição dos corruptos e dos subversivos...

A origem dessa punição foram os inquéritos a que o senhor se referiu, nos vários órgãos, para denunciar os corruptos e subversivos, para fazer a limpeza desses organismos.

A bem da verdade, esses inquéritos incidiram mais sobre a corrupção, pois os subversivos estiveram sujeitos a um outro tipo de conduta, uma central própria para isso, uma central de investigações com essa finalidade.

Podem até dizer que não se apresentaram provas, mas a corrupção ficou nitidamente caracterizada. Você já viu apresentarem provas na Justiça!? Até hoje estão mencionando que o "Lalau" não é tão "lalau" assim. Não é possível uma coisa destas! A corrupção, na ocasião, ficou caracterizada nos inquéritos realizados. Por

exemplo, na construção de Brasília a “caixinha” funcionou direto, tranqüilamente e muito, muito se roubou naquele negócio.

Mas o fato é que a vida do País tinha que prosseguir, pois não era possível punir todo mundo, afinal de contas, faltaria carcereiro. Assim, os mais graúdos e os “políticos pesadões”, responsáveis por uma série de coisas ruins foram afastados. Simplesmente cassaram-lhes os mandatos e os direitos políticos; achavam que era uma punição suficiente e ficou nisso.

Outra aspiração da Revolução foi a competência administrativa e realmente aconteceu uma reformulação muito grande, uma reforma administrativa de peso que modernizou inúmeros comportamentos e, percebe-se a estultícia, houve época em que alegavam, lembro-me disso perfeitamente, que nossas obras eram faraônicas, como a de Itaipu. Meu Deus, se Itaipu não tivesse sido construída, não estaríamos aqui sob estas luzes. Não era obra faraônica coisa alguma! Era até pequena para atender as necessidades do Brasil, mas “metiam o pau” dizendo que era obra desnecessária.

Toda a infra-estrutura pesada do Brasil no campo da energia, das comunicações, dos transportes, foi criada nos governos revolucionários. Depois só fizeram manutenção e, em alguns casos, deixaram deteriorar-se de tal forma que acabaram entregando serviço e acervo para os estrangeiros, como é o caso das comunicações.

É o caso da Rodovia Transamazônica, que foi implantada, não foi conservada e quase se anulam seus benefícios.

Apesar disso, a rodovia serviu perfeitamente para a fixação de diversos núcleos populacionais. É bem verdade que naquela época em que foi feita, não trouxe resultado econômico palpável e imediato. Mas o objetivo era estratégico, não perceberam e por isso não cuidaram da manutenção, deixaram que se estragasse, talvez até propositadamente, com intenções não muito claras, quem sabe até para atender postulações vindas do estrangeiro.

O mais grave erro da Revolução, no meu modo de ver, foi o abandono da juventude. Falhamos porque não assumimos diretamente. Entregamos para o civil que já estava acostumado com os procedimentos viciados anteriores. Apenas não usufruíram deles em respeito aos atos institucionais; afastaram-se temporariamente, durante a vigência dos mesmos, porque tinham medo. No momento que acabou, imediatamente desandou a corrupção e a infestação ideológica de uma maneira geral e desenfreada.

O abandono da juventude, particularmente a universitária, ofereceu aos subversivos a oportunidade de impor a sua versão da História, já que no professorado a semente marxista estava muito bem plantada. A maior parte dos professores só divulgava e ensinava os dogmas marxistas.

Pela Revolução foram criadas as cadeiras de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), consideradas necessárias e suficientes para o ensino dos princípios democráticos e valores nacionais. Mas ministravam essas aulas, o professor que estivesse marginalizado pelos demais por ser a favor da Revolução ou pelo próprio professor subversivo que ensinava a versão que desejava, deturpando tudo e plantando a semente de marxismo na juventude.

Constatei, quando trabalhei no meio civil. Perguntei a minha secretária:

– Minha filha, isso que você aprendeu foi ensinado na Universidade, na Faculdade, no Colégio?

Ela respondeu-me afirmativamente e quando disse como realmente aconteceu, admirada, explicou:

– Puxa, eu não sabia! Essa versão jamais ouvi falar. Disseram-me que era assim, assim e assim.

– É isso que você está sentindo em mim? – perguntei –. A minha atitude é compatível com aquilo que ensinaram a você? Estou lhe ensinando, simplesmente, a ética, a moral, os bons costumes, o patriotismo e nada mais.

Abandonamos, de certa forma, os estudantes. Não interviemos diretamente.

Outra atitude tomada a partir de 1968, quando houve um movimento organizado de reação dos estudantes, dos jovens, foi a introdução dos créditos durante o curso. Deixou de haver o curso seriado, no qual a turma permanecia reunida até a diplomação. Com aulas de uma matéria aqui e outra lá, as turmas não eram as mesmas em cada aula, e não havia condição para muita bagunça, evitava a movimentação dos estudantes. Isso ocasionou um problema muito sério. As turmas de formação, em qualquer universidade, servem de freio ético e moral para os próprios integrantes, porque no momento em que qualquer um deles faz algo completamente errado, os companheiros que se formaram com ele são os primeiros a ponderar:

– Rapaz, espera aí, não faça isso, você está estragando o nome da nossa turma!

Então, com os créditos, esse sentido de turma acabou. Pode até ser um sistema moderno, mas não foi adequado; cometemos mais essa falha.

A Revolução pecou muito em três setores fundamentais para a formação da opinião pública e da juventude: a Educação, a Comunicação Social e a Justiça. Esses três setores, hoje, são quase que totalmente infiltrados por elementos que não se importam, a fim de contribuir para o destino grandioso do Brasil.

Admito até que se encontre neles bastante gente apenas mal-informada. Pessoas sinceras, que trilham o caminho errado, equivocado e que lhes foi ensinado.

Um caminho que não conduziu nenhum povo do mundo à felicidade. A União Soviética sofreu quase um século de falta de liberdade, foram assassinados mais de

60 milhões de seus concidadãos, sobretudo no período stalinista, e resultou numa miséria total, moral e material, e degradação do meio ambiente. Nada de bom surgiu ali com o comunismo.

Não há exemplo de nenhum lugar do mundo em que, implantado o comunismo, tenha dado certo. Outra falha da Revolução de 1964 que me pareceu muito forte foi a falta de diálogo com os adversários e simpatizantes. Admito que tenho argumentos suficientes para conversar com um comunista; se não posso convencê-lo, planto a semente e ele não me doutrina porque já tenho arraigados os meus princípios. Penso que afastar do convívio só faz com que eles se fortaleçam e não tenham pejo em atirar pedras, mas se conviverem comigo, primeiro não vão me atirar pedras e segundo, planto alguma coisa para ele pensar. Vou semear as minhas idéias para que ele comece a comparar.

Na época em que comandei, adotei tal procedimento. Chamei o pessoal que era do contra, para almoçar e conversar comigo. Nunca fizeram nada contra mim e convivíamos perfeitamente em São João Del Rei, em que pese a ocorrência de problemas em anos anteriores. Houve o caso, numa Parada de 7 de Setembro, que um dos colégios desfilou exibindo faixas sobre torturas e não sei o que mais; quase custou o comando do meu antecessor. Decidi evitar que acontecesse isso e tomei a iniciativa de conversar com eles.

Ofereci as instalações do quartel para que realizassem as competições esportivas, consegui conferencistas para as atividades da faculdade, pois não tinham professores suficientes, ofereci alguns estágios etc. Os elementos que não aproveitaram os meus oferecimentos foram derrotados nas eleições universitárias. Havia um muito difícil, bem radical, que era filho de duas pessoas queridíssimas na Universidade. Não poderia perder esse cidadão, pelo contrário, tentei aproximação, mas ele acabou por mudar-se da cidade, pois reconheceu que ali não tinha mais campo para ele.

Aponto mais um exemplo aqui em São Paulo, em 1973, quando estava estagiando e o Comandante do II Exército era o General Humberto Sousa e Mello; não sei se ele era evangélico, batista, era de uma corrente destas. Pois bem, na ocasião, Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, ainda não estava totalmente envolvido com a esquerda, embora andasse freqüentando ambiente desse segmento ideológico. O General o alijou definitivamente, pelo fato de ter outras idéias. Passou a ser um indivíduo totalmente voltado para as atividades de esquerda.

E até hoje é um inimigo radical da Revolução e das Forças Armadas do Brasil.

No meu modo de ver, se tivesse continuado freqüentando o nosso meio, teríamos condições de evitar que se bandeasse para o outro lado. Primeiro, influiríamos em seus assuntos e, de repente, atenderíamos alguns anseios dele. Perceberia que não

queríamos guerra e sim construir este País com retidão. Entretanto, só encontrou apoio e identidade de pensamento no outro lado. Aí, aquilo que poderia fazer de bom junto a nós, passou a fazer de ruim, porque os outros o orientavam nesse sentido.

Perdemos duplamente.

Exatamente, e no meu modo de ver não deveria existir esse radicalismo, poderia ter havido um pouco mais de diálogo.

A reação à Revolução de 1964 ocorreu a partir de 1968. Perdemos a oportunidade de desativar esta bomba que foi estourar quatro anos depois. Os métodos que os terroristas trouxeram lá de fora mostraram-se terríveis. É sabido que quem menos quer uma guerra é o militar, porque sabe o que é uma guerra, com todo o sofrimento que dela decorre. Quando é detonada, falharam a diplomacia e o poder civil, gerando a necessidade de um conflito armado para solução do antagonismo. Porém, uma guerra normalmente não resolve, cria seqüelas e mais problemas, mesmo para o lado vitorioso.

No nosso caso, combate ao terrorismo e à guerrilha, capítulo cruento de uma luta armada desencadeada pela subversão, acusam-nos da prática de tortura que excepcionalmente terá decorrido de algumas deformações pessoais, casos de exceção, em meio a verdadeiras operações de guerra, sem alternativa. Explicam-na métodos policiais arraigados, em ambiente de pressão. Hoje, olhando do lado de fora, dizem: "Foi um absurdo, um crime contra a Humanidade."

Um crime contra a Humanidade é você tentar jogar a Nação num conflito revolucionário comunista.

Como eles estavam fazendo.

Porque, sem dúvida, tentaram subordinar o nosso País à esquerda internacionalista. Usamos as armas que existiam na ocasião. O Exército foi absolutamente surpreendido com este tipo de guerra. Ainda estávamos no tempo de "capa e espada", intimando-se o inimigo para que capitule. E o inimigo após haver capitulado, recebe o tratamento de prisioneiro de guerra: se identifica, respeitam-se, conforme as convenções, os direitos de quem é vencido. Não é esta guerra bárbara que se instituiu aqui e que não partiu de nós, apenas defendemos a Nação, tivemos que proteger a Nação.

Conforme nosso juramento de defender a Pátria.

Agora, podem dizer: está falando assim, porque nunca recebeu missão nesse tipo de guerra. Graças a Deus! Mas, se tivesse ocorrido, eventualmente teria usado os mesmos expedientes, apesar de ser católico apostólico romano praticante e detestar violência, ser amigo do diálogo, porque não me dariam outra alternativa. Não é justo jogar pedras no companheiro, acusando-o de agressões e maltratos, muitas vezes indevidamente. Qualquer tipo de guerra é uma coisa terrível, e depois que começa não tem mais limites para a violência. Mas nós não começamos a guerra.

Sem contar que foram os guerrilheiros, os subversivos que começaram a usar os métodos do terrorismo: seqüestrar, matar, "justiçar" como chamam.

Tenho um exemplar da cartilha do Marighela, "O Guerrilheiro Urbano", pela qual se constata quão "bonzinho" seria esse cidadão. Ela serviu de base para operações que até hoje são desenvolvidas pelos grupos terroristas de todo o mundo: O ETA, na Espanha; o IRA, na Irlanda; as Brigadas Baden Baden, na Alemanha; as Brigadas Vermelhas, na Itália. Esses grupos usam os mesmos métodos, inspirados na cartilha do guerrilheiro urbano do Marighela. No entanto, estão querendo erguer um mausoléu para este indivíduo, como se fosse o mais "bonzinho" de todos os mortais. Basta ler a cartilha para saber da violência que ele preconizava.

Ali se vê, por exemplo, uma artimanha que jogou a opinião pública contra as Forças de Segurança. Tratava-se de uma norma para ser empregada no caso de um terrorista ser preso. Deveria resistir ao interrogatório por 24 horas, não contar nada, porque senão prendiam os outros sequazes, mas, depois de 24 horas, podia "soltar o verbo", com a obrigação de denunciar inocentes, para que a repressão iludida fosse atrás desses inocentes. A repressão iria em cima dos denunciados, na certeza de que também fossem subversivos. Por outro lado, no início, muitas vezes foram cheios de atenções procurar estes criminosos, e foram recebidos à bala. Muitos companheiros morreram porque confiaram e foram assassinados.

Assim, possuindo-se uma informação de que certa pessoa fazia parte do movimento terrorista, já se chegava com pontapé na porta, etc. e tal. No fim, às vezes, chegava-se à conclusão de que a pessoa não tinha nada a ver com isso. Como uma pessoa, sem culpa, iria aceitar uma violência daquela feita com ela que era inocente? Mas isso era executado propositadamente pelos terroristas, tática própria, totalmente sem ética e sem escrúpulos. Jogavam a opinião pública contra a repressão. Consta da cartilha de Marighela.

Outro ponto. As lideranças civis e militares foram esquecidas, não se criaram líderes. Os civis progrediram na oposição sistemática, persistente, inteligente. Os líderes atuais, que assumiram o Poder, são todos da oposição, maciçamente de esquerda. Muitos líderes civis pró-Revolução que sobreviveram freqüentam a banda corrupta da política nacional. Fica difícil defendê-los. O elemento está simplesmente do seu lado, do ponto de vista político ou organizacional, mas faz parte de um segmento podre da Sociedade.

Parece que a virtude está só do outro lado, de cá, não. Daí o esmagamento dessas lideranças boas da Revolução, impedindo que crescessem. Deveria existir um tipo de preparo, através de cursos de administração pública, em níveis municipal, estadual e federal, alguma coisa assim, com um objetivo superior de seleção política.

Sobre o ciclo dos presidentes militares, tenho o maior respeito pelo General Castello Branco, a despeito de achar que ele cometeu alguns erros, por teimosia. Não quis que ocupássemos o Poder por dez anos e insistiu uma série de coisas. Acabou aceitando apoios que não foram os mais adequados, para poder governar.

O Governo Costa e Silva foi um Governo muito curto, de transição, uma fase em que talvez uma pequena parte do Exército tivesse envolvido o Presidente, digamos assim. Mas, foi por pouco tempo, e aí veio o Médici.

O General Médici, para mim, é o mais injustiçado dos brasileiros. Ele teve uma missão a cumprir, nunca quis ser Presidente, mas impuseram-lhe o cargo. Foi humilde, cumpridor de seu dever, de uma honestidade a toda prova e corajoso. Assumiu o encargo pesado da guerra subversiva, enfrentou-a e saiu vencedor.

Naturalmente, como disse, qualquer conflito deixa profundas seqüelas tanto do lado perdedor quanto do lado vencedor. Faço uma comparação entre a postura da mídia com relação ao Médici e com relação a Tancredo Neves. Tancredo Neves, que conheci em São João Del Rei, quando comandei naquela cidade, era uma pessoa muito boa, com um papo agradável e que não fazia mal a ninguém. Sem dúvida, um político mineiro, passou a vida inteira dando emprego, ajudando seus correligionários, nada mais fez do que isso. No entanto, morreu como se fosse um herói nacional, só que não fez nada de extraordinário pelo País. E o General Médici, que enfrentou a guerra subversiva e deixou o País em uma situação econômica admirável, oitava economia do mundo, Produto Interno Bruto crescendo a 14% ao ano, a mídia insiste em cuspir no túmulo dele. É uma das maiores injustiças do País.

O período revolucionário, no meu modo de ver, deveria ter terminado com o Médici. Não era necessário prosseguir, o Brasil já estava pronto para ser entregue a um líder civil, que poderia ser acompanhado de perto, para cumprir corretamente o esquema da transição; no entanto, a aspiração do General Geisel fez com que assumisse a Presidência com ares de onipresente, onisciente, "onitudo", permitindo que, à sua retaguarda, sob o guarda-chuva de abertura, se desenvolvessem no Brasil grandes manobras de corrupção política.

E o pior de tudo, não tomou as providências, em tempo hábil, para evitar as conseqüências do choque do petróleo. A alta do preço exigia prontas adaptações como as feitas pelo Japão e Alemanha, mas demoramos muito a reagir, acarretando o crescimento da dívida externa.

Começou a denegrir as Forças Armadas brasileiras, quando puniu injustamente chefes militares do porte do General Ednardo D'Ávila Mello, inexplicável o porquê daquela atitude. Foi um marco e a partir daí todos começaram a atirar

pedra nos militares, até com o aval ou omissão consciente. Poderia até ter, depois dele, passado a Presidência para um civil mas também não o fez, impingiu a candidatura Figueiredo, que no meu modo de ver não estava preparado suficientemente. Acabou-se por se deteriorar a imagem da Revolução como se ele fosse nosso representante. Mas não era mais! Não era o que queríamos e ele, também, não queria, tanto que, no fim de seu período, doente e enfraquecido, pediu que o esquecessem. De tal forma foram os equívocos e descontroles que, ao término do Governo, todos ansiavam por uma mudança. Aos militares só se imputavam aspectos negativos, omitindo-se os inúmeros méritos alcançados.

Tivemos uma Comunicação Social eficiente até o Governo Médici, mas a opinião pública internacional foi sempre orientada pelos nossos adversários contra nós. Não conseguimos uma ação adequada do nosso Itamarati. Privei com alguns companheiros da diplomacia brasileira, quando servi no Paraguai e, pelo menos lá, não constatei nenhum tipo de esforço ou interesse para defender-nos diante da opinião pública internacional.

O Brasil, até por fatalismo geopolítico, será potência. Entretanto, há interesses que pretendem retardar essa evolução o máximo possível. Forjam-se muitas coisas propositadamente, para deter o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

Tudo isso faz parte de um movimento internacional; antigamente preponderava o comunismo internacional que hoje está falido; persistem os setores de esquerda remanescentes do comunismo, um todo bem coordenado e atuante. Só que os Estados Unidos convivem com a esquerda porque são muito fortes e possuem dinheiro, dinheiro que compra a esquerda, a direita, o centro, o de trás, o da frente, compra tudo e continuam comprando.

Está difícil encarar o futuro com otimismo, do jeito que a coisa vai. Nossa dívida externa cresceu tremendamente. Nos dois últimos anos, pagamos 200 bilhões de reais de juros da dívida pública. Os juros são estipulados pelo próprio Governo e, por que não baixaram? Para segurar a inflação e, por sua vez, para manter a comida do povo e evitar a revolta, pois já não há segurança, emprego e esperança. Subiu pouco a alimentação, o resto foi afetado pela inflação: serviços, gasolina, impostos, a carga tributária é tremenda. O povo está comendo e se está comendo, menos mal.

A saída do Exército do processo político, como Instituição, foi conduzido pelos dois últimos presidentes militares. O Poder passou às mãos dos adversários num momento inadequado e de maneira desmoralizante para os militares. Chegou-se ao ponto do último Presidente revolucionário não passar a faixa presidencial ao seu sucessor e retirar-se pelos fundos do Palácio.

O "revanchismo" é um processo de asfixia da Instituição Militar e de seus integrantes. Eles têm a sutileza de nos asfixiar, ao mesmo tempo que tentam transmitir à Nação de que estão sendo justos e compreensivos conosco.

Preparei um documento, "Ensaio sobre Previdência Militar", no qual levanto tudo o que já paguei para a Pensão Militar. Se esse dinheiro tivesse sido colocado pelo Governo numa poupança ou sido financiado pelos juros das letras do Tesouro Nacional, teria acumulado, hoje, quantidade suficiente de recursos para pagar até meus proventos na inatividade, sem necessidade de nenhum tostão do Governo. Mas este dinheiro que descontamos entra no Tesouro e é usado para pagar outras despesas. No dia em que minha filha for postular a minha pensão, eles classificam de privilégio! O dinheiro que é meu!

Mas isto não é difundido corretamente, enganam o público acusando-nos de privilegiados. Sou privilegiado apenas por ser honesto e cumpridor dos meus deveres e leal com a Pátria, este é o meu privilégio.

Num estudo que realizei chamado "Instrumentos Básicos para a Prevenção da Criminalidade", em abril de 2000, para um simpósio internacional, apresentei uma avaliação da conjuntura. Permito-me lê-la, iniciando pelas generalidades.

Avoluma-se na composição do noticiário nacional as informações sobre a degradação ética e moral da sociedade brasileira, particularmente de suas autoridades municipais, estaduais e federais. Nepotismos, estelionatos, prevaricações, formação de quadrilhas, concussões, tráfico de entorpecentes, e praticamente todos os demais crimes contemplados pelo texto do nosso Código Penal.

Chegou-se ao cúmulo da decretação de greve dos magistrados por vantagens pecuniárias corporativistas, aliás, coercitivamente obtidas com sucesso. Enquanto isso, permanecem nos discursos as ansiadas modificações de vulto tão esperadas para a solução dos problemas de toda ordem, cuja cronicidade angustia cada vez mais a Nação brasileira.

Apesar da melhoria de determinados índices econômicos, – cujos reflexos estão ainda longe de aquinhoar a vida dos cidadãos com alguma elevação de padrão, – como a sugerir a possibilidade da obtenção de algum desenvolvimento sustentado, permanecem os baixos níveis de popularidade do Governo Federal, submetido à contestação de toda a ordem com relação ao rumo adotado para a economia. – Agora já há algumas pessoas que dizem que a economia está melhorando. Meu Deus do céu! Está melhorando depois que chegamos ao fundo do poço, logo qualquer mínimo progresso significa melhorar alguma coisa.

São consideradas insatisfatórias as políticas para Saúde, para a Ciência e Tecnologia e para a Agricultura. Inaceitável a situação da Segurança Pública. Rupturas

políticas tornam-se públicas e os próprios políticos se encarregam de posicionaram-se cada vez mais distantes dos anseios nacionais e torna-se mais patente a perspectiva de os postos de direção serem disputados pelas mesmas figuras contumazes em fazer fenecer as esperanças mais puras do povo brasileiro.

Sobre o suporte sociológico vivido, hoje em dia, pela Nação, que se apresenta de uma forma muito peculiar, cheguei às conclusões seguintes:

Antigamente, o cidadão brasileiro procedia correta e honestamente estimulado por três motivações: A primeira delas; princípios éticos e morais, nos quais acreditava e portanto aceitava; a segunda motivação era a possibilidade de ascensão social, política ou profissional, cuja concretização exigia comportamento ilibado e inconteste; a terceira motivação, para dar certo, era o receio do corretivo legal, da sanção da sociedade exercida pelas autoridades.

Constata-se no cenário nacional de hoje que:

Primeiro, a famigerada "Lei de Gerson" acabou por revogar os princípios éticos e morais até então vigentes. A sociedade, à guisa de atualizar as relações humanas, os destruiu e mostrou-se incapaz de substituí-los por outros princípios de idêntica força, validade, e permanência. Em vigor, apenas o "tudo vale, cada um na sua".

Segundo, a ascensão por mérito, fruto de julgamentos, em princípio, isentos e de oportunidades oriundas da potencialidade do candidato ou, ainda, a resultante do trabalho sério e fecundo, porém árduo e demorado, foi alijada do *modus vivendis* atual pela certeza da obtenção do almejado através de qualquer processo que utilize uma das incontáveis formas de corrupção. – Então, não basta você ser bom para subir, tem que participar de alguma quadrilha ou arranjo espúrio para poder subir.

O pior que é a realidade.

Em pleno vigor está o "é dando que se recebe", principalmente, se for dando o que não é nosso e recebendo o que não nos é devido!

Terceiro, por terem-se tornado inócuas as suas aplicações, as leis passaram a objeto de chacota e o medo da sanção deu lugar ao desafio da contestação constante, acintosa e debochada. – Basta ver no trânsito. O sujeito dirige na contramão, na maior "cara-de-pau" e não está nem ligando; não interessa multa nem nada. Isso acontece nas menores coisas. Aquele que cumpre as leis é ridicularizado e até indiretamente sancionado.

Quarto, o medo de morrer! Existe parcela da população, em quantidade crescente, que nem isso mais tem, em virtude de ter optado pela criminalidade como atividade econômica rotineira que lhe proporciona vida faustosa, embora perigosa, enquanto durar. Movida, costumeiramente, por tóxicos, faz da violência gratuita sua conduta normal. Não hesita em matar sem nenhum remorso. Sabe

que "direitos humanos" existem realmente apenas para a proteção dos criminosos, por isso apela para a sua acolhida, tão logo sinta prenúncios de retaliação por parte da sociedade ofendida. – Ele pode delinqüir, mas se a sociedade o enfrentou, colocando-o no cárcere ou lhe deu um "pé no ouvido", acionam-se os "direitos humanos" do bandido.

Amplia-se a ocorrência de seqüestros, antes demorados, hoje, também, relâmpagos, mas sem abdicação da violência. Vítimas são buscadas nas próprias residências! O crime se aperfeiçoa e, pasmem, até se terceiriza. Os assaltos são diuturnos e onipresentes, não escapam nem as delegacias nem os quartéis.

O restante da população sente-se acuado, sem segurança e, portanto, sem esperança de ver seus direitos respeitados e sua cidadania vigendo sem necessidade de submissão aos achaques da violência e da corrupção. Acredita que a lei é letra morta para a defesa da maioria.

A sociedade reage sem orientação, fazendo proliferar as ações de grupos justiceiros – realizando chacinas; a população, quando não agüenta mais, contrata grupos justiceiros para dizimar um magote de bandidos – ou então, por sobrevivência e movida pelos sentimentos de insegurança com relação ao comportamento das autoridades, fecha acordo com os bandidos.

Quanto às Polícias Civil e Militar, aguardam a imaginação criativa de alguém para solucionar a cronicidade de seus problemas e torná-las, novamente, operacionais. As polícias prendem, a Justiça, as ações de resgate ou a corrupção soltam. – O bandido compra o carcereiro ou ocorre uma ação de resgate por parte dos bandidos ou a própria Justiça se omite.

Cadeias são destruídas e a autoridade das autoridades idem. Negocia-se com os criminosos, mas nem sempre com o cidadão. A injustiça sente-se amparada até pelas próprias leis!

As pequenas cidades – que antes eram tranqüilas –, também já foram aquinhoadas com boa dose de crimes e razoável quantidade de criminosos:

– formados pelos "telecursos" diários graciosamente oferecidos pelas TVs;

– aperfeiçoados em atividades intensivas nas delegacias de polícia e nos presídios oficiais;

– reintegrados ao mundo do crime mediante compra direta da liberdade.

Os presos, que não fazem nada, ficam o tempo todo pensando besteira. O preso deveria trabalhar, até para servir de terapia.

É possível citar-se ao menos uma família que não tenha tido nenhum membro submetido a algum tipo de violência? Apelar para quem se os próprios policiais pedem socorro para se defender. – As delegacias de polícia estão fechando à

noite, de medo. Em Moema, uma delegacia foi assaltada e estupraram a delegada. É possível isso? Este é o País em que estamos vivendo.

As autoridades, sendo parte da sociedade, também perderam o senso da ética e da moral, apesar da imagem vendida pela mídia ser de pretenso amadurecimento democrático. – Isso é licenciosidade, não estão cumprindo com a obrigação de dar segurança à população. Autoritarismo sem arroubos de autoridade, isentos da ameaça do "prendo e arrebento", mas contundente na imposição da vontade, mesmo que rejeitada pela opinião pública, e na neutralização de qualquer reação, ainda que seja apenas de opinião.

Grande parte das autoridades de hoje são os contestadores de ontem que, hoje, não admitem contestações. O exercício do Poder parece estiolar a capacidade de aplicação dos juízos de valores consentâneos com aqueles desusados princípios éticos e morais do passado, fato que decorre da anestesia utilizada pelo jogo político das pressões e das compensações. – O que se vê é o político cobrar algo em troca, quando o Presidente precisa de voto nas casas do Congresso, nas Assembléias, nas Câmaras.

É verdade, é o velho "dando que se recebe".

Proliferaram-se as denúncias de ações criminosas perpetradas pelos representantes dos três Poderes. A sociedade vive perigoso equilíbrio instável dentro da desonestidade. De um lado, efetivo crescente de membros do Legislativo, do Executivo e do Judiciário e, do outro, parcela também crescente da sociedade tida como sendo composta por pessoas decentes e honestas, cuja participação espontânea ou coagida em algum ato ilícito, serve de capa protetora para evitar as denúncias e assegurar a impunidade.

O "custo desonestidade", muito pior do que o "custo Brasil", está inviabilizando o funcionamento político, econômico e social do País, tornando-o extremamente débil e vulnerável para enfrentar os óbices da globalização.

Segue-se uma análise dos aspectos políticos, econômicos e psicossociais do cenário vivido pela Nação. Vou ler a análise que fiz sobre as Forças Armadas brasileiras.

A maioria de seus integrantes estão incluídos na classe média baixa, parcela da sociedade que mais sofre com as pressões inflacionárias das oscilações de mercado, que é submetida ao maior impacto de qualquer mudança de rumo econômico, seja pelo achatamento salarial, seja por perda direta ou indireta do poder de compra, fatos decorrentes da absoluta ausência de elasticidade de conduta que caracteriza esse segmento nacional.

Dedicação exclusiva e princípios éticos dogmáticos, amparados por rígido regulamento disciplinar, fazem do militar um sofredor resignado, mercê, ainda,

da formação patriótica que o convence a não exigir direito isonômico, para não tumultuar a vida da Nação.

Certo isolamento social, motivado pelo exercício de funções em centenas de recantos, com permanência não-longa, e pela própria restrição econômica às atividades sociais dispendiosas, confere ao militar determinado grau de pureza de vivência, uma vez que fica preservado da intimidade com a atual situação sem ética e amoral da sociedade civil.

Democratas por convicção, embora a mídia tente caracterizar o "espírito golpista", e disciplinados por dever, sentem-se confortáveis sob a hierarquia das leis e dos regulamentos e, portanto, cultores do respeito às instituições.

Sofrem descabida e sistemática campanha de tentativa de incompatibilização com o povo brasileiro, como se fossem usufrutuários de supostos privilégios injustificados.

Tais características, de certa forma exploradas pelas autoridades federais para mascarar procedimentos injustos, não conferem ao militar a condição de alienado da conjuntura. Ele se preocupa e se prepara para, caso seja chamado pelo clamor público ou convulsão social, ter condições morais e operacionais de restabelecer a ordem. Nessa oportunidade, costumam aflorar as mais honestas reivindicações de justiça na plenitude de suas variadas expressões. Assim é o militar.

Essa foi parte da análise que fiz naquela oportunidade.

Como disse, assisti e vivi a Revolução de 1964, vitoriosa muito rapidamente, porque o governo anterior, envilecido, escafedeu-se e assumiu o revolucionário.

Coronel Teixeira Pinto, o seu depoimento, tenho certeza, foi muito importante pelos detalhes que explorou, inclusive, sobre o desencadeamento da Revolução em Brasília, episódio até então não abordado. Apreciaria ainda a sua opinião sobre dois aspectos que muito preocupam o militar brasileiro da atualidade.

O primeiro aspecto é a chamada internacionalização da Amazônia, inclusive com a criação de "nações indígenas" em áreas nas quais até o Exército está impedido de instalar os pelotões na fronteira, para a defesa do território brasileiro. Ali só entram os próprios índios e as "missões religiosas" estrangeiras; "religiosas", mas que trazem equipamentos sofisticados para pesquisar a nossa biodiversidade, o subsolo; parece presidir a idéia de que no futuro possam, sobre a égide de países estrangeiros ditos do primeiro mundo, formar nações indígenas, não só no Brasil, também Colômbia, ou Venezuela. Mas o maior prejudicado será o Brasil.

O segundo aspecto decorre de uma certa analogia do Movimento dos Sem Terra com as "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, em 1964. Pelo que se vê na

mídia, não é somente a minha opinião. O MST está acima da lei, não é responsabilizado por nada.

Vamos começar pela internacionalização de parte da Amazônia. Os ianomâmis não cultivam a terra, logo não se fixam. Ocorre que eles estão instalados sobre glebas imensas onde existe a maior província mineral do mundo.

Inclusive nióbio, que é um mineral estratégico.

Exatamente, tem de tudo lá. Como eles são nômades a amplitude da área foi absolutamente compatível com o tamanho da província mineral. Muito conveniente.

É maior que o território de Portugal, para menos de 10 mil índios.

Isto tudo é uma balela; o Governo é conivente com a manobra internacionalista e cede nosso território para o estrangeiro.

Um companheiro nosso da reserva, José Wilson, esteve na Argentina, numa reunião sobre problemas de Defesa Civil, e testemunhou a distribuição, pelo Comando Sul dos Estados Unidos, de um mapa do Brasil sem um pedaço da Amazônia.

Já ouvi falar.

Tenho um exemplar desse mapa, trazido pelo Wilson, para fazer a devida denúncia às autoridades. Sem um pedaço da Amazônia brasileira e venezuelana, possivelmente parte da nação Ianomâmi. Desconfia-se que querem evitar repetir o erro que fizeram na África, quando desrespeitaram as etnias na divisão artificial dos limites dos territórios, acirrando as lutas tribais, até hoje.

A distribuição das terras para os ianomâmis é artificial. A Amazônia, há muito tempo, vem sendo cobiçada por diversos grupos internacionais que já não escondem mais suas intenções. Postulam acintosamente, e o pior é que os Estados Unidos contam com os países europeus para internacionalizar a Amazônia, para preservá-la como uma reserva natural do mundo. Destruíram as deles e agora querem preservar a nossa. Nisso tudo, me choca a atitude do nosso Governo. Olha, acho que a omissão governamental é suficiente até para um *impeachment*.

Estão entregando tudo, cederam as telecomunicações, a energia elétrica, os bancos. Um exemplo rápido: o Banco Bilbao Vizcaia paga 0,6% ao mês de rendimento da poupança e usa este dinheiro para emprestar a 8%. O lucro líquido ao final do ano é enviado para a matriz, porque a remessa de lucros é permitida no País, para financiar a construção de casas para os espanhóis, no norte da Espanha, a 6% ao ano e mais nada, não tem correção monetária. Ou seja, as casas dos espanhóis estão sendo financiadas com o nosso dinheiro.

Uma sangria do dinheiro dos brasileiros que conseguem poupar!

Por que vendemos bancos para os estrangeiros? Por que não os vendemos para os grupos nacionais? Banco é uma atividade que não precisa de tecnologia

estrangeira; nós mesmos podemos fazer isso. A preservação do Brasil para os brasileiros, é importantíssima e essencial, e não é isso que está acontecendo. Estão entregando este País e cada vez mais.

O segundo ponto que queria destacar é a atuação do MST. Em 1993, trabalhava numa empresa de inteligência e segurança e levantamos os dados, daquele ano, sobre a formação dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Eles possuem uma escola em Santa Catarina, patrocinada por recursos internacionais. Não se trata pois de improvisação, não é um movimento de pobres coitados que estão precisando de terra e não têm. Terra neste Brasil não falta! Não falta terra!

Ah!, mas teve gente que ocupou, grilou, roubou. Esse é outro problema. Mas não falta terra; se o indivíduo quiser tem. No entanto, o objetivo deles é fazer a guerra revolucionária campesina, já que a urbana não deu certo, e estão organizados para isso, cada vez mais organizados. Eles até cobram pedágio de pessoas que recebem recursos do governo para o plantio, quer dizer, uma parte já fica para eles.

A produção deles é escoada para aonde? Se quisessem produzir para exportar e ter mais recursos para a balança comercial, tudo bem. Estão recebendo cada vez mais recursos para fazer a subversão e o pior de tudo isso é constatar que há conivência por parte do Governo. Não atino com a estratégia do Governo, porque penso o seguinte: se um movimento desses for vitorioso, os atuais integrantes do Governo não vão sobrar para contar a história. Não vão sobrar, porque revolucionário desse tipo acaba com tudo, manda para *el paredon*. Estão pensando que vão ganhar com isso ou, então, já têm o dinheiro suficiente lá fora, com essas manobras do sistema financeiro, para deixar o País. Nós ficamos com o problema.

Agora peço as suas palavras finais de despedida aos jovens militares que certamente tomarão conhecimento de sua entrevista.

Se este depoimento for visto por um esquerdista desses bem conhecidos, ele irá dizer que sou exagerado. No entanto, falei apenas fundamentado em fatos e atos que existiram e existem no Brasil, não criei nada da minha imaginação. Simplesmente processei os dados que existem, para serem examinados e chegar-se às conclusões mais lógicas. Boa parte do que falei, assisti e presenciei, portanto tenho autoridade para falar sobre o que testemunhei.

Aos jovens militares espero que tenham sucesso.

Acredito que Deus olha pelos brasileiros e há de abrir uma janela para que saiamos desse imbróglio em que estamos metidos, porque pode parecer que navegamos num mar de serenidade, mas não é verdade. Se olharmos com atenção, vivemos à margem de uma convulsão social.

Coronel José Gustavo Petito

Nasceu em Marília-SP, em 30 de maio de 1937.

É Aspirante-a-Oficial de Infantaria da turma de dezembro de 1957 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Suas promoções como Oficial superior foram todas por merecimento, sendo a última ao posto de Coronel, em abril de 1984. Possui os seguintes cursos: Especialização em Motomecanização, da Escola de Material Bélico, Aperfeiçoamento, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Brasil. E também Altos Estudos e Interarmas, da Escola Superior de Guerra de Paris, na França. É graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Estudos de Problemas Brasileiros.

Serviu como Tenente nas Forças de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), em Gaza – Palestina.

Era Tenente instrutor na Escola Preparatória de Cadetes do Exército por ocasião da eclosão da Revolução de 1964. Foi ainda Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior de Exército (ECEME), Oficial do Gabinete do ministro, Adjunto da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior do Exército e Comandante do 5º Batalhão de Infantaria Leve, de Lorena, São Paulo.

Foi condecorado com a Medalha Militar de Ouro, Medalha de Paz da Organização das Nações Unidas, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Santos Dumont e Medalha do Mérito Militar.

Entrevista realizada pelo Major Cézar Henrique Romão, da 5ª Seção do Comando Militar do Sudeste (CMSE), no dia 24 de outubro de 2000.

É uma satisfação muito grande poder integrar o Projeto História Oral do Exército, cuja finalidade precípua é resgatar a memória da Força Terrestre em grandes momentos, quais sejam, com a Força Expedicionária Brasileira e a Revolução de 31 de Março de 1964, através do testemunho de personalidades que participaram desses dois magnos eventos. Sabemos que, infelizmente, maus brasileiros tentam reescrever a história da atuação de nossas Forças Armadas, sem respeitar a verdade dos fatos e a dignidade dos homens que defenderam a liberdade e a integridade do Brasil naqueles graves acontecimentos da vida de nosso País.

Ambos os projetos visam a acolher os depoimentos daqueles que vivenciaram esses dois marcantes episódios, nos quais o Exército Brasileiro teve participação importantíssima. Dentro dessa idéia, aqui estou para falar um pouco sobre a Revolução Democrática de 1964, (ou Contra-Revolução, como a definiram alguns), seus antecedentes, seu desencadeamento, a escalada do Movimento, os presidentes militares e finalmente o desengajamento do Exército Brasileiro do processo político nacional.

Sobre os antecedentes da Revolução Democrática, poderíamos começar lembrando que a chamada Guerra Revolucionária foi um processo pelo qual a ideologia comunista pretendeu ou ainda pretende, remotamente, o domínio do mundo, por intermédio de ações combinadas de natureza psicológica e de natureza bélica. A Guerra Revolucionária aproveitou e misturou idéias e posições de muitos filósofos e estadistas esquerdistas de nosso século, tais como Marx, Lênin, Stálin, Mao Tsé-tung, num caldeirão de idéias onde prevalecia o ateísmo e a predominância do Estado sobre o cidadão. Chegaram a dominar quase meio mundo e, como não poderia deixar de ser, tentaram estender os seus tentáculos à nossa terra, nosso Brasil, cuja gente cristã é tão amante da liberdade, da dignidade pessoal e respeito ao semelhante.

Assim sendo, o Exército Brasileiro, como guardião fiel de nosso País há mais de quatro séculos, antevendo o problema, colocou como matéria de ensino obrigatório nas décadas de 1960 e também depois, em 1970, a chamada guerra revolucionária, onde se estudavam as técnicas utilizadas por um inimigo solerte e traiçoeiro, a fim de tentar impor, por intermédio de suas pregações, a submissão dos brasileiros. Isso foi muito importante, para que os militares brasileiros ficassem cientes desse tipo de guerra, diferente da guerra convencional com a qual estavam acostumados a lidar, com base, especialmente, na Segunda Guerra Mundial.

A guerra revolucionária visava, como objetivo maior, à conquista global e total da Terra. Global, porque a idéia maior era que o mundo inteiro se tornasse um mundo comunista, com um governo central, a partir da União das Repúblicas So-

cialistas Soviéticas, apoiando-se em governos locais, igualmente comunistas. Então seria global o objetivo e total porque visava à conquista da mente de cada cidadão, em cada território, em cada cidade, utilizando todos os meios possíveis e imagináveis, usando e abusando da imprensa, da propaganda, da agitação, das distorções dos fatos e das mentiras, num desprezo total por qualquer escrúpulo ou ética.

Na verdade, os militares, tendo estudado isso nas escolas de formação de oficiais e de sargentos, na década de 1960, já se preparavam contra esse solerte inimigo, que não se apresentava assim abertamente como adversário. Manifesta-va-se como uma doença insidiosa que vai dominando o corpo e quando se percebe, não tem mais cura. Mas estávamos prevenidos, porque nossos chefes tiveram essa visualização e colocaram o assunto como matéria obrigatória e, muito bem ensinado, fazia até parte do currículo de admissão para a Escola de Estado-Maior do Exército.

Sim, mas o assunto ainda está inserido na matéria História, não existe uma matéria específica de guerra revolucionária. Os temas estudados pertencem a um plano de matérias inseridas na matéria História.

E esse assunto, na década de 1960, foi fundamental, pois contribuiu para a coesão e uniformidade na reação das Forças Armadas, principalmente do Exército, por ocasião da Revolução de 1964.

Mas voltando ao início da década de 1960, a situação do Brasil era de desordem e caos, o quadro nacional estava muito ruim. Tinha ocorrido a renúncia do Presidente Jânio Quadros, uma grande decepção para a Nação brasileira, e a conseqüente ascensão à chefia do Governo pelo senhor João Goulart, também chamado de Jango, o que, ao invés de melhorar, piorou muito o País que continuou assolado por greves, desordens, desrespeito às autoridades, inversão de valores, corrupção e problemas muito graves que estavam inviabilizando o Brasil; mas tudo isso dentro de um contexto, como objetivo da guerra revolucionária. Porque a meta era provocar o caos para em seguida fazer a revolução socialista no Brasil e assumir completamente o Governo e o Poder.

Eles já tinham quase o Governo, não o Poder. Porque o Poder é a soma de todas as forças de um país, incluindo suas Forças Armadas, cujo controle não detinham, ainda. O senhor João Goulart era também um agente ou um aliado compassivo dessa situação de descalabro do País.

Lembro-me muito bem dessa ocasião, em 1962, como aluno do curso de Motomecanização do Exército, na Escola de Material Bélico, em Deodoro, no Rio de Janeiro. A nossa tão querida cidade maravilhosa, orgulho do Brasil, admirada no mundo, até hoje e sempre, vivia uma situação caótica, de greves e passeatas

todo o tempo, tudo incentivado pelo Governo. Naquele tempo, quase quarenta anos atrás, poucos dispunham de veículo próprio, já que mal estava começando a indústria automobilística brasileira. Éramos totalmente dependentes do transporte coletivo e, ainda hoje, a maior parte da população também é; assim sendo, a atuação do CGT, então Comando Geral dos Trabalhadores, provocando as greves, fazia-se sentir agudamente, sobretudo nesse aspecto.

Paravam o transporte no Rio e ninguém conseguia deslocar-se para o trabalho, ou se interrompiam durante o dia, prejudicavam o regresso para o lar, e isso se repetia continuamente, toda a semana. Entre outras, greves nos hospitais, houve até greve de coveiros, impedindo que pessoas enterrassem seus mortos, então a situação era de desordem incontrolada. E falei do Rio de Janeiro como um exemplo expressivo, mas era assim no Brasil todo, sobretudo nas grandes cidades.

Aí o que houve?

Começou a subir um clamor público contra isso e esse clamor originou inúmeras manifestações, dentre as quais a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade que, só aqui em São Paulo, reuniu espontaneamente mais de um milhão de pessoas que marcharam pedindo ordem, sossego, dignidade para viver e para trabalhar, coisa que no Governo de João Goulart não estava ocorrendo.

Lembramos neste momento uma coisa muito importante: a responsabilidade das Forças Armadas para com a História, para com a Nação. Se isso já é tradicional no mundo todo, as Forças Armadas, um Exército, uma Marinha, uma Aeronáutica – elas existem para defender o País; aqui no Brasil, com mais razão ainda, essa premissa é válida, porque a Nação brasileira nasceu nos quartéis, emulou-se nas atuações heróicas dos militares que combateram os holandeses em Guararapes, que nos defenderam das incursões inimigas em nosso território, ao longo do tempo, e sempre pelejaram incansavelmente para manter a unidade do País.

Com Caxias, o grande pacificador (pensem como a América espanhola se fragmentou em muitos países), a América portuguesa originou um país só, o Brasil, mantido íntegro, desde então, pela ação do Exército Brasileiro e da Marinha, rechaçando invasões, como a do Paraguai. As Forças Armadas do Brasil, o Exército particularmente, sempre estiveram afinadas com o pensamento do povo, não com o das elites, mas do povo, um todo fiel à Nação brasileira. Isso foi também fundamental para a decisão dos chefes militares daquela época, ao aderirem ao Movimento de 1964 opondo-se à revolução comunista que, como já disse, estava em curso, faltando muito pouco para desferirem o bote final.

Nesse momento é interessante lembrar o que falei antes: o estudo e o acompanhamento das investidas da guerra revolucionária em todo o mundo serviu para

alertar os militares contra o que estava acontecendo e, quando precisou dar um basta no calamitoso estado de coisas, havia unidade de doutrina e de pensamento e, mais ainda, havia, como há hoje também, uma união muito fraterna entre oficiais e praças, sargentos, cabos e soldados, de modo amplo e geral. Somos todos coesos, perante à Bandeira, ao compromisso de defender a Pátria com o sacrifício da própria vida. Além dessa união fundamental cultiva-se a camaradagem, uma sinergia muito saudável.

Esse amálgama bastante forte entre oficiais e praças recebeu substancial reforço de nossos pracinhas, na Segunda Guerra Mundial; antes desse formidando conflito existia um distanciamento entre oficiais e praças. Caso ainda persistisse, teria comprometido um movimento como a Revolução de 1964.

Essa avaliação foi malfeita pelos inimigos pois achavam que estimulando os sargentos a desrespeitarem o oficial, o cabo a indisciplinar-se com os sargentos, e assim por diante, fracionariam sub-repticiamente as Forças Armadas que se tornariam inoperantes. Mas, muito pelo contrário, mexeram no que há de mais sagrado para os militares, a disciplina e a hierarquia, segundo os princípios democráticos, como praticadas hoje, ontem e sempre, graças também aos exemplos de nossos companheiros febianos, nossos heróis que trouxeram suas experiências da Segunda Guerra, em contato com os exércitos aliados na Europa.

Dessa forma, quando a Nação em peso pediu que se desse um fim àquela situação caótica, desencadeou-se a Revolução de 31 de Março de 1964. Nas Forças Armadas foi pronta a reação. No Exército, que acompanhei de perto e melhor, houve muito pouca dissensão, muito pouca defecção, ou seja, poucos ficaram contra o Movimento.

Alguns oficiais e praças posicionaram-se contrários à Revolução, pouquíssimos, diria que não chegou nem a 2%, mas houve. Entretanto, os comandantes de Unidade que foram contra a derrubada de João Goulart, para a implantação de um novo governo democrático no Brasil, foram alijados de seus comandos e exonerados, porque não comungavam com o pensamento da maioria da Nação brasileira, muito menos com o dos demais companheiros do Exército.

Lembro-me, entretanto, de um fato marcante como participação pessoal no desencadeamento da Revolução. Era 1º-tenente e servia na guarnição de Campinas, recém-saído do Primeiro Batalhão de Carros de Combate Leves (1º BCCL); encontrava-me na Escola Preparatória de Campinas, atual Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). Havia mais dois quartéis em Campinas, além da Escola Preparatória, o já citado BCCL e o 5º GCan 90 AAe, de Artilharia – hoje Batalhão de Infantaria Blindado (BIB) e Batalhão Logístico (Blog).

O BCCL e a Escola Preparatória aderiram de pronto à Revolução. Lembro-me e presto aqui a minha reverência e minha homenagem ao Coronel Comandante da Escola Preparatória, Coronel de Artilharia Paulo Carneiro Thomas Alves, o qual como patriota e anticomunista que era, aderiu de imediato quando soube que as tropas de Minas Gerais, comandadas pelos generais Guedes e Mourão, se dirigiam para o Rio de Janeiro, o centro político do País na ocasião.

Ele reuniu seus comandados, disse o que pensava e todos concordaram, inclusive o comandante do BCCL. Até certo ponto, o Coronel Paulo pressionou o então comandante do II Exército de São Paulo a também aderir à Revolução, informando que a guarnição de Campinas já estava toda com o Movimento revolucionário.

Infelizmente, o 5º GCan enfrentou problemas mais sérios, não que o Comando não aderisse à Revolução, mas sentiu-se, até certo ponto, tibieza e falta de liderança. Cerca de três oficiais e meia dúzia de sargentos posicionaram-se completamente do outro lado.

O GCan, cuja missão principal era a defesa antiaérea, reunia oficiais e praças muito técnicos e de muito boa capacidade intelectual, pela própria natureza da missão antiaérea. Deixaram-se seduzir pelo "canto da sereia" da pregação comunista. Como comentei antes, os comunistas, através da guerra revolucionária total, usavam todos os meios para seduzir as pessoas, cooptando-as a seu favor, e é claro, queriam as organizações militares, igualmente. Felizmente aqueles militares do GCan eram poucos e não tiveram como reagir.

O BCCL já tinha se deslocado para o Vale do Paraíba, pois havia a expectativa de que a tropa do Rio pudesse colocar-se contra a Revolução. Por isso, as tropas de Minas e de São Paulo tinham que cercar os contingentes do Rio até que aderissem, como realmente veio a acontecer, porque o pessoal do Rio também estava a favor da Revolução. Entende-se que, no início, tivesse havido alguma confusão ou incerteza.

Então, com o BCCL todo fora do quartel, a Escola Preparatória possuía um núcleo razoável de oficiais, mas nenhuma tropa de combate. Restava o GCan e naquela noite, de dois para três de abril, ou seja, a Revolução ainda se consolidando, um grupo de oficiais da Escola Preparatória recebeu a missão de dar um golpe de mão, de madrugada, no GCan, para prender os oficiais e sargentos que se declararam contrários à Revolução. Eles tinham planos para dominar a guarnição de Campinas, tomar o Aeroporto de Viracopos e fazer desembarcar o Presidente deposto, João Goulart, para, a partir dali, tentar desde logo a retomada do Poder. Cumprimos a missão durante a madrugada; confesso ter sido uma missão espinhosa, chegar com a arma engatilhada, pronta para disparar e apontá-la para compa-

nheiros de farda, mas com postura ideológica e rebeldia inaceitáveis. Mas a missão tinha que ser cumprida, felizmente não houve reação e não ocorreu qualquer baixa; não precisamos atirar em ninguém. Episódio como esse também se repetiu em menores ou maiores proporções, em outros lugares do Brasil.

Bem, assim sendo, a Revolução foi sendo consolidada e aqueles que eram os principais agentes contrários aos seus ideais, isto é, os corruptos e os subversivos, sofreram as conseqüências de seus atos irrefletidos. Os parlamentares iam sendo cassados por Decreto Presidencial, pois a essa altura já tinha sido nomeado Presidente o General Castello Branco. Tanto os corruptos, ladrões das coisas públicas, quanto os subversivos perderam os direitos políticos, tiveram cassados seus mandatos, e foram tornados inelegíveis por uma década.

A população ficou muito feliz com a Revolução, houve uma euforia nacional, surgiu nova esperança no progresso do País, esperança no restabelecimento da dignidade da Nação brasileira.

E assim foi feito, só que com o tempo muita coisa começou a repetir-se, a fraqueza do Legislativo e do Judiciário e a reação dos maus compatriotas obrigaram os governos militares a editarem atos de força, como os Atos Institucionais, em que se suspendiam as garantias dos direitos individuais, a fim de combater a subversão e o terrorismo.

O que foi o terrorismo?

Tendo sido derrotados pelas forças democráticas no dia 31 de março, os elementos que queriam colocar o Brasil na órbita da União Soviética e implantar uma ditadura comunista no Brasil não se conformaram e começaram a apelar para a luta armada, executando atentados terroristas como no Aeroporto de Guararapes, em Recife, em 1967. Foi o início de uma série de mortes de inocentes, militares, civis, transeuntes na rua, pessoas que se encontravam em casas bancárias, foram assaltados e assassinados por grupos terroristas e assim por diante. Por isso, os Atos Institucionais deram aos governos de então instrumentos para combater esses criminosos.

Assim sendo, os grupos terroristas que foram criados para ensangüentar a Nação brasileira e tentar impor os seus métodos e os seus objetivos nefastos pela força e pelo derramamento de sangue de irmãos, passaram, com esses atos covardes, a inquietar, a angustiar a Nação brasileira e, por isso, deveriam ser duramente combatidos. Para tal tipo de luta, destacou-se, inicialmente, a Polícia, mas a Polícia sozinha não tinha condições de derrotar esses elementos, até porque tinham treinamento e experiência de guerra revolucionária comunista adquiridos nos campos de treinamento de Cuba, da Argélia, da Coréia do Norte e da própria

Rússia e, de repente, tornaram-se inimigos muito poderosos e muito fortes para uma Polícia Civil ou mesmo Militar desestruturada para esse tipo de ação.

Tiveram, portanto, o Exército e as demais Forças Armadas que entrar nessa briga e entrar para valer. O nosso Exército sempre esteve em campanha, inclusive na Segunda Guerra Mundial, para ganhar. O Exército Brasileiro é um exército vitorioso e dessa vez também tinha que entrar para vencer o inimigo, nenhum outro objetivo interessava, senão o desmantelamento das organizações guerrilheiras e terroristas que estavam atuando.

Dentre outras medidas foram criados os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e os DOI (Destacamentos de Operações de Informações), estruturados com base nas Forças Legais (Forças Singulares e Policiais) que reuniam as informações necessárias ao cumprimento de missões de combate à subversão. A integração das informações de todos esses órgãos foi fundamental para a obtenção do necessário conhecimento, a fim de infligir completa derrota ao terrorismo e às guerrilhas urbana e rural, tanto no campo das informações como no das operações propriamente ditas. Lutas empreendidas contra os desviados da razão e traidores da Pátria que buscaram no comunismo internacionalista o apoio para suas ações criminosas. As Forças Legais deram mais uma vez uma demonstração de capacidade, flexibilidade e criatividade do homem brasileiro.

Hoje se fala muito contra os CODI e os DOI, e a "repressão" da "ditadura militar". Tudo isso dito entre aspas, porque não houve uma ditadura, os órgãos do Judiciário e do Legislativo, institucionalizados pela Revolução, sujeitos às devidas depurações, continuaram funcionando normalmente e com as mesmas atribuições de qualquer democracia, inclusive como no Brasil hoje; talvez naquele tempo fosse até melhor, porque eles tinham receio de cometer ações delituosas, corrupção e outros escândalos; hoje, isentos de pressão e vigilância severa, fazem o que querem e fica tudo por isso mesmo. A integração de forças nos CODI e nos DOI serviu para combater e vencer aqueles males já referidos.

Essa luta insana, evidentemente não foi um combate de cavalheiros; fala-se que a "repressão da ditadura" foi violenta, que houve tortura. Entretanto, nada mais aconteceu do que usar, até certo ponto, os mesmos métodos do inimigo que tinha a iniciativa e já a vinha empregando com virulência; assaltavam, seqüestravam, aterrorizavam torturavam e assassinavam. Para obter a informação em tempo hábil, ao ser um terrorista capturado, realizava-se um interrogatório; sem ter participado, por força de minhas funções normais, compreendo que a execução de um interrogatório, combinado com as investigações, deveria chegar a uma resposta utilizável, em tempo útil. Esse procedimento, hoje, é con-

siderado um "crime muito grande" cometido pelo governo militar. Não foi nada disso, apenas uma resposta à altura e talvez a única em condições de derrotar aquele insidioso inimigo.

Os métodos, falando agora apenas sobre os métodos de um modo geral, o *modus operandi*, ou seja, o modo de proceder das forças integradas de defesa, aqui desenvolvidos, possibilitaram a vitória mais uma vez, com decidida atuação do Exército brasileiro. Foram tão bem desenvolvidos tais métodos que foram imitados pelas nações vizinhas que, por sua vez, também conseguiram derrotar os seus inimigos internos responsáveis pela guerra revolucionária, especialmente no Uruguai e na Argentina.

Muito bem, falemos então do ciclo dos presidentes militares; o primeiro Presidente militar foi o General Humberto de Alencar Castello Branco, herói da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e herói da Revolução de 1964, um grande brasileiro. Foi substituído pelo General Costa e Silva, também um homem corretíssimo, um militar e insigne patriota. Depois, o General Médici, com as mesmas qualidades dos anteriores e certamente um grande estadista; os dois últimos foram os generais Geisel e Figueiredo.

Durante os governos militares ocorreu um progresso em todos os campos do Poder como o Brasil jamais havia experimentado antes. Em matéria de telecomunicações, por exemplo, tudo se deve aos governos militares. O Produto Interno Bruto nos levou da 48ª posição para a oitava posição em termos de economia mundial, progredimos bastante, passamos a produzir muito no tempo dos governos militares, e não havia desemprego. Hoje já somos a 12ª, ou seja, em menos de duas décadas de governos civis, já conseguiram perder 50% da posição que, a duras penas, tinha sido conquistada.

Quando falamos em posição econômica mundial não é apenas para figurar nas estatísticas, mas uma posição econômica muito boa significa que o bolo da riqueza produzido no País é grande e, portanto, dá para repartir para mais gente, brasileiros que podem desfrutar dos bens produzidos. É um mérito dos governos militares, sobretudo no de Médici, que foi o ápice, o apogeu do período militar.

Nunca houve tanto patriotismo, tanto ufanismo, tudo dava certo naquele tempo, se vivia com muita alegria, era grande a auto-estima do povo brasileiro.

Tudo dava certo, o nosso lavrador que até então trabalhava até morrer, para não morrer de fome antes, passou a receber aposentadoria, no tempo do General Médici, ou seja, muitas conquistas no campo social vêm dessa data, tiveram origem nessa ocasião, no ciclo revolucionário. Hoje pouca gente sabe ou

reconhece, mas basta consultar qualquer órgão de imprensa da época; por exemplo a maior usina hidrelétrica do mundo, a de Itaipu, é obra dos governos militares, depois nunca se fez mais nada de tal grandiosidade no País.

A implantação das usinas nucleares para fins de produção de energia elétrica, como as de Angra dos Reis também datam dessa ocasião. A Transamazônica e muitas outras rodovias, idem. Hoje a imprensa questiona, porque a Transamazônica só é transitável em determinada época do ano, fora disso chove e ninguém passa ou passa com dificuldade. É verdade, porque, após desbravada, foi iniciada a construção e não a concluíram. As obras que a tornariam permanente não foram executadas pelos governos que sucederam aos da Revolução, bem como muitas outras coisas que não tenham dado tão certo, também.

Se houve uma falha na Revolução foi o desempenho da comunicação social. Os governos revolucionários, talvez pela própria natureza do comportamento militar, pragmático, cartesiano, evitavam bajulação a políticos e jornalistas. Os governos militares não se preocuparam com a mídia, não promoveram suas realizações, esqueceram a importância da opinião pública, quer nacional, quer internacional; a internacional em virtude dos maus brasileiros que, intelectualmente bem preparados, moviam forte campanha antinacional, sobretudo na Europa, na França, na Itália e na Alemanha.

Eu mesmo, quando estudava em Paris, assisti na televisão a uma entrevista realizada com o Bispo Dom Hélder Câmara que, a fim de atingir o Governo militar, falou muitas inverdades sobre a própria Pátria. Uma delas, afirmou que morriam mais de mil crianças de fome, por mês, no Nordeste. Certamente havia desnutrição, como hoje ainda há, não só no Nordeste como em outros lugares do Brasil, mas morrer mais de mil crianças de fome, por mês ou por dia, era uma deslavada mentira. Não recordo tudo o que falou, não me lembro bem, mas essa entre outras mentiras, com certeza, eu ouvi. Algumas foram proclamadas por pessoas que ocupam hoje altos cargos no cenário nacional e que desmoralizaram o Brasil no exterior. Muitos se perguntam: "E daí, o que eu tenho com isso?"

Acontece que, ficando desmoralizados, sofremos perdas no comércio internacional, quando os produtos brasileiros passaram a ser boicotados, outras vezes taxados arbitrariamente para prejudicar a nossa economia.

Porque deixaram lá fora a impressão de que o Brasil é dominado por uma elite incompetente, gananciosa e portanto não merece qualquer tipo de apoio ou ajuda. No final, quem mais sofre não é a elite, é o povo, a Nação brasileira como um todo. Esses maus brasileiros, repito, alguns dos quais estão hoje ocupando altos cargos públicos, repetidamente iam ao exterior só para falar mal do nosso País.

Isso é a pura verdade. A Revolução pecou porque, por ingenuidade ou descuido, os militares não souberam ou não quiseram montar um esquema de propaganda. Porque se tivessem tido vontade teriam feito um planejamento sério para conquistar a opinião pública, e a própria mídia. Pelo menos evitar que fosse infiltrada pela esquerda ressentida.

Assim sendo, o tempo foi passando e havia necessidade de um desengajamento do Exército Brasileiro, das Forças Armadas, para entregar de novo o Poder aos civis, até porque a participação dos militares na condução do País tinha que ser realmente uma situação temporária. Coube aos dois últimos governos, particularmente ao Governo do General Geisel, dar início à chamada abertura política, a fim de preparar para o retorno à plenitude ou à normalidade democrática, com eleição geral inclusive para Presidente da República, através do sufrágio universal.

Com a Lei da Anistia, os que tinham fugido do Brasil, os que tinham cometido aqui atos de terrorismo começaram a voltar, já não eram mais presos, durante o Governo Figueiredo, último Governo com Presidente militar.

A Presidência teria sido passada para Tancredo Neves; mas gravemente adoentado dias antes de assumir o cargo, por seu falecimento, empossou-se José Sarney.

Será que a dura lição serviu para os políticos que tiveram cassados os seus direitos políticos, em virtude de atos e fatos que os desmereceram, seja pela corrupção seja pela subversão, ou pela oposição mesquinha aos atos revolucionários?

Não, infelizmente não. Uma vez com os militares fora do Governo, e até mesmo antes, recomeçaram os novos desmandos dos maus políticos que voltaram com avidez muito grande a praticar negócios escusos. Não aprenderam a lição, pois os interesses nacionais têm que estar muito acima dos interesses pessoais e esse é um grande mal que hoje aflige a nossa Nação.

Foi proposta e aprovada uma lei de anistia ampla, geral e irrestrita, pela qual os ativistas de luta armada eram perdoados de suas ações bem como os militares que tinham combatido os guerrilheiros e terroristas, todos seriam isentados de seus eventuais excessos. Só que isso parece não ter sido uma realidade na história recente do Brasil. Os terroristas, sim, foram perdoados, tornaram-se livres de qualquer punição, até mesmo de culpa; mais ainda, foram readmitidos em seus cargos. Muitos foram presenteados com polpudas aposentadorias e outras grandes honrarias, nomes de ruas, nomes de auditórios, indenizações vultosas para as famílias, no caso dos terroristas mortos em combate.

E o outro lado?

E para os militares e civis que combateram os guerrilheiros, terroristas e que também morreram em combate? E representavam o Poder Legal. E vencedores.

Qual seu benefício?

– Nada!

Não bastasse isso, o mundo político está impregnado de um "revanchismo" odioso contra os militares, com integral apoio da mídia, que se reflete nas ações de governo, sempre pronto para desmoralizar os militares e a não conceder no orçamento, muitas vezes, nem as necessidades mínimas para o bom funcionamento das Forças Armadas, no cumprimento de sua missão constitucional.

Até porque os militares que hoje militam no verde-oliva do Exército, no azul barateia da Aeronáutica, ou na alva farda da Marinha, maiormente não são os mesmos que combateram os inimigos da subversão de décadas atrás; parece que há diversos políticos com muito ódio no coração, que desvirtuam a anistia e fazem de tudo para prejudicar o desempenho profissional dos membros das Forças Armadas e a preparação adequada, para que cumpram o seu papel histórico e constitucional. Assim sendo, a anistia não foi recíproca. Os militares a deram democraticamente, os políticos arraigados à ideologia exótica e destrutiva não o fizeram. Guardam ódio e rancor e sempre que possível prejudicam os militares em qualquer circunstância.

O momento político atual é bastante sensível e grave. O chamado Movimento dos Sem Terra (MST), por exemplo, há muito deixou de ser uma manifestação justa, em prol do trabalhador, lavrador que moureja no campo, que queira dedicar-se ao amanho da terra, que receba a gleba para produzir para si, para sua família e o excedente para destinar àqueles que trabalham na cidade. Esse movimento deixou de ter um objetivo puro, por uma reforma agrária justa, para se transformar em uma ponta-de-lança de um propósito duvidoso, apenas político e indisfarçável de tumultuar o ambiente rural no País. O MST de hoje reproduz as "Ligas Camponesas" de 1964 que tinham a mesma finalidade, sob a capa ou disfarce da reforma agrária, mas visam sim a levar a convulsão ao campo e à cidade, para finalmente tomar o Poder. O MST de hoje é simpatizante das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) que já dominam dois terços do país vizinho, através do narcoterrorismo e que inviabilizaram a Colômbia como país soberano e livre. O nosso MST é admirador deles e estão mesmo prontos para passar a iniciar um confronto armado em uma próxima e ainda indefinida fase.

Além disso, o momento político atual é perigoso para os brasileiros, nós das Forças Armadas que temos a missão de defender a nossa Pátria, porque são inquestionáveis as ameaças sobre a Amazônia, com a conivência de maus brasileiros também.

Já há áreas na Amazônia maiores do que países como Portugal, nossa pátria-mãe colonizadora, nas quais nem as próprias Forças Armadas podem adentrar, sob o pretexto de ser uma reserva indígena, onde não vivem nem dez mil índios.

Mas podem entrar, sim, missões "religiosas" de vários países do mundo, particularmente dos países do primeiro mundo, Estados Unidos e da Europa, sob o pretexto de apoio religioso e missionário, mas cujo objetivo obscuro ou oculto é explorar a nossa biodiversidade e a imensa riqueza mineral e estratégica do subsolo, incluindo o nióbio que abunda na Amazônia.

Têm havido, nos últimos tempos, muitas declarações de altas figuras americanas ou européias pela internacionalização da Amazônia e poucas vozes têm se levantado aqui no Brasil contra isso, além dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e de alguns civis patriotas e esclarecidos.

Aonde vamos parar?

Seria interessante lembrar que também vivemos um momento difícil, muito difícil, no que tange à corrupção cada vez mais desenfreada, da qual a imprensa só mostra a ponta do *iceberg*, porque a maior parte infelizmente permanece oculta.

E a violência que grassa no País como um todo, particularmente nas nossas duas maiores cidades, Rio de Janeiro e São Paulo?

Nunca foi assim, mas falta vontade política aos governantes, em nível federal e estadual, que são os responsáveis pela segurança e que deveriam combater o crime organizado e as demais práticas ilícitas.

Há áreas nas quais nem a polícia entra, domínio exclusivo dos narcotraficantes, isso já está sendo encarado passivamente, está sendo admitido como um fato normal.

Ora, não pode!

Onde estamos?

E a "Ordem e Progresso" de nossa Bandeira, como fica?

E o País que vamos passar para os nossos descendentes?

Será que vamos passar um País inteiro, ou fracionado em minúsculos e incongruentes países?

Isso tudo nos causa bastante preocupação.

Lembro ainda que no Brasil possuímos determinados partidos políticos que, com uma incompatibilidade total com a democracia, têm explícita e abertamente, como objetivo, destruir o Estado de direito no qual militam, fazer ruir o sistema de governo, consagrando um partido único, tal qual os bolcheviques de 1917 e que entretanto ganham votos, ganham prefeituras, governos estaduais, e até que um dia ganharão o poder central e provavelmente extinguirão os demais partidos e extinguirão uma porção de outras coisas e até a liberdade no País, se não for feita alguma coisa.

Voltando ainda a um exemplo muito interessante, na França onde tive a honra de representar o Exército Brasileiro, fazendo curso de Estado-Maior, lá, os

comunistas são patriotas. Existe o Partido Comunista, um só. Aqui há uns dez, sob matizes variados, mas são comunistas. Lá há um só, mas na hora de uma questão em que estão em jogo os interesses da nação e a ideologia, prevalecem sempre os interesses maiores da nação, ou seja, os próprios comunistas franceses, em questões que acompanhei, de divergências entre a então União Soviética e a França, ficavam sempre do lado da França.

Diferentemente dos nossos aqui que, em primeiro lugar, privilegiam sua ideologia, a sede de poder, tão contaminados que estão pela pregação da guerra revolucionária, que abdicam da sua nacionalidade, do seu amor à Pátria, ao Brasil e ao povo brasileiro.

Para defender interesses espúrios, que nada têm a ver com a nacionalidade, buscam alinhamentos deletérios e inexpressivos, hoje com Cuba, ou mesmo com outros países de maior expressão política e econômica no mundo, mesmo que tragam maiores prejuízos para o Brasil, até porque têm medo da concorrência que o nosso País possa fazer aos países europeus ou aos Estados Unidos. A eles não interessa que o Brasil progrida e desenvolva toda sua potencialidade.

Alguns maus brasileiros alinham fileiras desse outro lado, contra o Brasil, para atender aos seus deslumbramentos ideológicos.

Bem, chegando praticamente ao final deste meu testemunho, diria o seguinte: os idealizadores e os realizadores da Revolução Democrática de 1964 estavam certos, livraram o País do caos, permitiram que o País progredisse a contento e deram exemplo para outros países.

E estavam tão certos de que a própria "pátria do comunismo", o "paraíso socialista", a União Soviética se desintegrou, não existe mais União Soviética, não deu certo a experiência comunista deles, foi quase um século de escravidão, de maldade, de falta de escrúpulos, de fomento de guerras e de assassinatos, só na Rússia ao longo desse quase um século de comunismo foram assassinadas mais de 60 milhões de pessoas. Tanto foi ruim que os próprios russos repudiaram esse regime e o extinguiram, bem como em outros países da Europa Oriental, República Democrática Alemã e outros países do mundo.

Estavam portanto certos os brasileiros de que, naquela ocasião, arriscando a vida, heroicamente desencadearam uma contra-revolução, contra a revolução comunista que estava em marcha, venceram, venceram depois os terroristas e cumpriram o seu dever, era isso então o que tinha a trazer a esta entrevista.

Bem Coronel Petito, dentro do Projeto História Oral, aliás, hoje o senhor está como entrevistado, quando normalmente encontra-se sentado aqui no meu lugar. Minha

pergunta estabelece um paralelo entre os dois eventos do Projeto de História Oral do Exército, isto é, entrevistar personagens que estiveram presentes aos eventos da FEB e da Revolução de 1964.

O senhor entende que os ideais da Revolução de 1964 foram semeados por integrantes da Força Expedicionária Brasileira, já que alguns desses personagens de 1964 estiveram presentes na FEB, como o próprio Comandante da Escola Preparatória, o Coronel Paulo Carneiro Thomas Alves, o General Resstel e o próprio General Castello Branco?

Sim, e vale a pena ressaltar mais uma vez que os ideais da Revolução de 1964 foram em parte semeados por integrantes da Força Expedicionária Brasileira, já que alguns desses personagens de 1964 estiveram presentes na FEB, como os citados na sua pergunta.

Acho que isso é um fato, porque a identidade de objetivos que une a FEB à Revolução de 1964 é o ideal da liberdade e da verdadeira democracia. Então aqueles mesmos brasileiros que estiveram no Teatro de Operações Europeu para combater pela liberdade, pela paz, pela união dos povos, foram os mesmos patriotas que ajudaram a fazer a Revolução de 1964 no Brasil, pela mesma razão. Porque, como disse, já estava em curso uma revolução comunista para tomar o Poder no Brasil e privar a nossa Nação da liberdade e implantar o regime mais cruento que a história do mundo já conheceu.

Então acreditamos que aquele espírito de liberdade, de anseio de liberdade, de lutar pelo ideal que impregnou os oficiais e praças na FEB foi transplantado para 1964. Espírito que impregnou aqueles que não participaram da FEB, como é o meu caso e de tantos outros, que seguiram a carreira militar sob a égide desses ideais e que finalmente prevaleceram. Então esse é o ponto de união entre a FEB e a Revolução de 1964, o ideal pela liberdade, pela democracia, pela fraternidade e paz no País e no mundo.

O senhor vivenciou como tenente os antecedentes da Revolução de 1964, o senhor presenciou aquele cenário e conheceu a conjuntura. O senhor entende que o cenário político atual, a conjuntura atual se assemelham aos antecedentes da Revolução de 1964?

Muita coisa se assemelha a 1964, sobretudo no que diz respeito ao mundo político que parece não ter aprendido a lição. O importante, já dizia Bismarck, não é aprender com o próprio sofrimento e sim aprender com os erros dos outros, ou estudando a História. Então, infelizmente, a maioria de nossos políticos é muito desinteressada das coisas nacionais, coloca o interesse pessoal e a concu-

piscência acima do interesse coletivo e com isso tem permitido que no Brasil se desenvolvam condições vivenciais muito ruins, a violência grassando em todo lugar, o narcotráfico nos morros e nas favelas do Rio e de São Paulo e em outros lugares também. Corrupção nos altos escalões, seja do Legislativo, seja do Judiciário como é o caso da construção do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, fora os que nem aparecem.

Então, nesse caso, vejo identidade de condições ou semelhança com 1964, a diferença é que aquele apoio externo à guerra revolucionária que antes era proveniente da Rússia e de seus satélites, hoje não existe mais União Soviética e a Rússia não fomenta mais esse tipo de ação. A Rússia aprendeu que o comunismo não é a solução e lá hoje não há um governo comunista, há um governo eleito por sufrágio universal. Mas ainda existe Cuba e um dos ideais do ditador de Cuba, esse sim ditador, que está no Poder há quase meio século, Fidel Castro, um de seus ideais é fundar a URSAL. Já ouviu falar em URSAL?

Não.

União das Repúblicas Socialistas da América Latina. Essa nefasta idéia já tem o apoio das FARC, na Colômbia e uma base territorial na Venezuela, através do megalômano Chaves e está tentando fincar pé em território do Brasil, do Equador que também já está ruim. De forma que essa tentativa de tomada de Poder aqui, não terá apoio da União Soviética, mas terá outros apoios espúrios.

E outra coisa que a gente nota diferente de 1964, é que naquele tempo a imprensa era mais neutra; mais independente e esse foi outro erro da Revolução, que já citei, não se preocupou com a mídia e, pelo contrário, permitiu que nas chamadas escolas de comunicação social se formassem novos profissionais, todos com mentalidade bastante esquerdista, muito parciais. O homem de imprensa precisa de credibilidade, matéria-prima de sua profissão, conhecer o fato e comentar a verdade. Em resumo, hoje existem condições semelhantes, não totalmente iguais às de 1964.

Passamos por um momento difícil, mas muita coisa no País melhorou, em grande parte por herança dos governos militares.

Coronel Petito, deixo agora a oportunidade para que o senhor encerre com uma mensagem a sua entrevista.

Para encerrar, gostaria de deixar uma mensagem muito simples, mas que vem do fundo da alma.

Todos temos que nos adaptar aos tempos, mesmo nós militares acostumados à hierarquia e à disciplina, temos que evoluir sempre e, guardados os princí-

pios básicos em nossa honradez, em nosso patriotismo, devemos aceitar muitas coisas diferentes nos novos tempos.

O que não pode acontecer é que nós militares baixemos a guarda ou que olvidemos o nosso sagrado juramento de “dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria, com o sacrifício da própria vida”.

Venha de onde vier o inimigo, seja qual for a circunstância, temos que estar prontos desde o momento em que nos integramos ao Exército, Marinha ou Aeronáutica e resolvemos dedicar a nossa vida à carreira das armas; mesmo depois, na reserva, é mister envidar esforços totais para manter a Pátria íntegra, coesa, crentes no seu grande futuro que todos almejamos e esperamos em Deus venha acontecer.

Muito obrigado.

Tenente-Coronel Renato Guimarães

Nasceu em 17 de outubro de 1921, no Rio de Janeiro-RJ.

Cursos: Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre-RS (1940 a 1943); Escola Militar de Resende, Aspirante-a-Oficial de Cavalaria (1944 a 1947); Escola de Motomecanização (1954 a 1955); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1957); Escola Superior de Guerra-Ciclo de Extensão sobre a Conjuntura Econômica Brasileira-Políticas e Estratégias para a reativação da Economia (1984); e Administração de Empresas.

Principais funções: Diretor e Agente Diretor do Depósito Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar – DRMM/2 (1964 a 1967); Comandante e Agente Diretor do 17º Regimento de Cavalaria, Pirassununga-SP (1967); Comandante e Agente Diretor do Destacamento Avançado do 17º Regimento de Cavalaria, Amambay-MS (1967 a 1968); Chefe da Divisão Administrativa e fiscal administrativo do Quartel-General do II Exército-SP (1968 a 1969).

Medalhas e condecorações: Ordem do Mérito Militar, Medalha do Pacificador, Medalha Marechal Taumaturgo Mendes de Azevedo, Medalha Maria Quitéria.

Funções na reserva: Presidente do Conselho Municipal de Transportes da Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo-SP; Presidente da Sociedade Mackenzie de Educação, Pesquisa e Cultura; Chanceler da Universidade Mackenzie; Presidente da Fundação Educacional Presbiteriana; Presidente de Honra do Conselho da Universidade Mackenzie; Professor da cadeira de Estudos Brasileiros em diversas faculdades.

Entrevista realizada em 30 de outubro de 2001.

Primeiro quero agradecer a oportunidade que me está sendo dada, a fim de prestar este depoimento. Significa muito para mim ter participado, não só do Movimento de 1964, como também de vários episódios que o antecederam. São experiências, na vida de um octogenário, que marcaram sua devoção à Pátria.

Em 1930, com meu velho pai, fui receber o então revolucionário Getúlio Dornelles Vargas que chegava do Rio Grande do Sul, com as tropas gaúchas, para posteriormente, assumir a Presidência da República. Entendo que a Nação brasileira, no Império, teve um grande estadista, D. Pedro II, e na República, Getúlio Dornelles Vargas; um no Império e o outro na República.

Minha mocidade foi vivida sob a inspiração daquele momento, quando o Presidente Getúlio Vargas inseriu o Brasil na História.

Pouco antes do suicídio do Presidente da República, em 1954, procurei o então Coronel Anaurelino Santos Vargas, Comandante do 3º Batalhão de Carros de Combate, onde estava servindo, e disse:

– Coronel, estamos com um dilema muito sério. Ou o senhor, aparentado com o Presidente, desce com o seu Batalhão ao Rio de Janeiro e o General Caiado de Castro aciona o 1º RI (1º Regimento de Infantaria), que foi comandado por ele, e vão dar apoio ao Presidente ou então, Coronel, estaremos em breve segurando um caixão!

Há uma fotografia do sepultamento do Presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, antes de sair o féretro, em que estou de um lado e o Coronel Anaurelino Vargas do outro.

Passaram-se os anos e chegamos a 1961. Nesta oportunidade, tinha sido recém-transferido da fronteira da Argentina, onde servia, no 1º Regimento de Cavalaria Motorizado, em Santa Rosa das Missões, e vim para a Escola Técnica do Exército, que estava se fundindo com o IT (Instituto Tecnológico) dando origem ao Instituto Militar de Engenharia (IME). Ocupei o cargo de Chefe da Divisão Administrativa do IME.

Já era na Praia Vermelha?

Já estava na Praia Vermelha; do outro lado encontrava-se a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Estou enfatizando esses aspectos para caracterizar o motivo pelo qual fui comandar em São Paulo.

Naquele ano, deu-se a renúncia do Presidente Jânio Quadros, criando-se tremenda expectativa sobre quem assumiria a chefia do Governo. Chegou-se, até, a se pensar em organizar a Divisão Cruzeiro que, provavelmente, iria defrontar-se com as forças do III Exército, sob o comando do General José Machado Lopes, no Rio Grande do Sul.

Nessa Divisão Cruzeiro eu seria o Fiscal Administrativo, mas isso acabou não se concretizando. Houve um entendimento político e chegou-se à solução de empossar o Sr. João Goulart como Presidente da República, sob um regime parlamentarista.

O período parlamentarista foi curto e reverteu-se ao presidencialismo, após um plebiscito.

Em 1963, já passados dois anos do Governo de Jango, aconteceu no Rio uma greve na qual os paredistas resolveram interditar o acesso à Praia Vermelha, onde se localizavam o Instituto Militar de Engenharia (IME), a ECEME e o edifício residencial dos alunos das duas escolas.

Quando cheguei, vindo da minha casa para o expediente do IME, desci do bonde, trajado à paisana, e quando entrava na praça da Praia Vermelha, um daqueles grevistas me interrompeu:

– Ô meu, aqui ninguém entra!

– Eu vou entrar – respondi.

Não falei nem quem era. De imediato, avancei e recebi um tranco que me atirou longe. E alguém repetiu:

– Você não vai entrar aqui!

Mas, rapidamente, voltei e o tranco que levei, retribuí com outro muito maior. Nesse instante, os alunos do IME e da ECEME estavam saindo do edifício para suas aulas. Para encurtar a história, os alunos, meus colegas de escola, apontaram:

– Olha lá, aqueles grevistas estão batendo no Renatinho.

Para que! Acabaram-se as aulas nas duas Escolas, o pessoal veio em meu auxílio, os companheiros me ajudaram, saiu uma pancadaria grossa, gente fardada, gente à paisana e no "frigir dos ovos", acabamos prendendo, seguramente, uns vinte grevistas. Levamos todos para a polícia, num distrito ali perto, fomos testemunhas e autuaram todos eles; fizemos questão de registrar e assinar o boletim de autuação, por estarem impedindo a livre circulação, o "ir e vir", daqueles que têm direito para tal.

Quando voltei, o oficial de dia me avisou:

– Major, o Comandante disse que assim que o senhor chegasse, fosse lá em cima.

– Tudo bem!

Subi e o General me atendeu na hora:

– Mas Renato, você está me criando problemas.

– General, não criei problemas para o senhor; foi criado um problema, primeiro, para mim, porque fui agredido e me defendi.

– Não é assim, a gente tem que tolerar.

– O senhor me desculpe, mas não tolero, não aceito essas coisas.

– Então, você está livre para arranjar outra Unidade – disse, enfaticamente.

É preciso dizer que o general era muito amigo do Presidente João Goulart, isso tudo precisa ser caracterizado. Ele já faleceu e, por isso, respeito o nome dele.

Na época, o General Olympio Mourão Filho comandava a 2ª RM (2ª Região Militar), em São Paulo. Imediatamente, por telefone, descobri que havia uma vaga

e, em menos de 48h, a minha transferência já estava acertada e fui classificado como Subcomandante (Subdiretor) no Depósito e Parque de Motomecanização. A Unidade tinha um batalhão orgânico, naquela época, que depois se separou.

Cheguei no dia 12 de novembro de 1963; apresentei-me na Região imediatamente e, logo em seguida, o General Mourão foi transferido para Minas Gerais e o General Amaury Kruel assumiu o Comando do II Exército. Foi quase ao mesmo tempo em que aqui me apresentei. O General Pery Constant Beviláqua, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, no Rio de Janeiro, e passou o comando ao General Kruel.

Apresentei-me na minha Unidade, externei ao meu Comandante o porquê de estar vindo para cá, esclareci os meus pontos de vista e perguntei:

– Queria saber quais são as suas diretrizes para mim?

– Olha "chê" – ele era gaúcho –, vamos fazer o seguinte: "tu ficas com as disciplinas" e com toda a instrução do Batalhão e eu fico com a parte administrativa.

Era o que eu queria e, feito isso, fui apresentar-me na guarnição, comandada pelo Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, Comandante do 4º RI, um homem com quem fiz uma amizade extraordinária. Cumprimentei-o, expliquei o motivo de minha transferência e disse mais:

– Coronel, quero informar ao senhor que não concordo com a situação política em que nos encontramos. No que depender de mim, estarei conspirando contra esse estado de coisas.

E ele se levantou e disse:

– Nós!

Firmou-se aí uma aliança fantástica, e ainda acrescentei:

– Curiosamente, o comandante da minha Unidade encarregou-me da disciplina e instrução; estabeleceu esse vínculo comigo.

– Melhor ainda! – respondeu.

Como a minha Unidade localizava-se praticamente na saída da guarnição de Quitaúna, uma área imensa, o Coronel Carlos Alberto achou que estava ocorrendo uma ampla "comunhão de idéias".

E, mercê da função que exercia, volta e meia tinha que ir ao Rio de Janeiro conduzindo comboios, transportando suprimentos. Todo o material: lancha, motor, veículo, o que fosse comprado em São Paulo, vinha para meu Depósito, a fim de procedermos à distribuição para o Rio de Janeiro e o restante do Brasil. Comboios para o Rio Grande do Sul, para o Norte etc.

Essa função permitiu ligar-me muito, na oportunidade da conspiração, com aqueles que estavam trabalhando para um Brasil melhor. Com isso, no Rio de

Janeiro, encontrava-me com o General Oswaldo Cordeiro de Farias, um dos líderes da Revolução; General José Pinheiro Ulhôa Cintra, General Augusto César de Castro Muniz Aragão, com quem já tinha servido mais de uma vez, com o Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, muito meu amigo.

Tenho na minha correspondência pessoal, em casa, mais de trinta ou quarenta cartas trocadas entre mim e o Figueiredo. Outro dia, o General Carlos de Meira Mattos, lendo as cartas, disse-me:

– Renato, esses são documentos antológicos, você tem que preservar, porque este acervo já pertence à História, não a você!

Aqui em São Paulo, entendia-me muito com o General Ramiro Gorreta Júnior, General Agostinho Cortes, com o qual servi, em 1943, no Regimento Dragões da Independência e ele era 1º-Tenente.

Então com isso tudo, tive oportunidade de entrosar-me profundamente na Revolução.

Agora, como assumi o comando? Isso é outra coisa curiosa. Um comandante acima de mim, um gaúcho ligado ao grupo do João Goulart, falando a linguagem típica do sul, tinha um padrão de vida um pouco diferente do meu, dentro do Exército; um belo dia, o Batalhão entra em forma e eu apresento-lhe a Unidade:

– Pronto Coronel! Batalhão em forma!

– Assumo o comando do Batalhão!

Em seguida, virou-se pra mim e disse:

– Entrego o comando do Batalhão ao Major Renato Guimarães!

Parei; assumi o comando do Batalhão, não podia fazer outra coisa, e em seguida perguntei:

– O que há, Coronel?

– "Che" – respondeu ele –, vou para o meu Rio Grande do Sul, entrei em férias hoje.

– Mas Coronel, está marcada uma inspeção do Comandante do Exército para daqui a dez dias.

– Você é o Comandante – retrucou –, vou para o meu Rio Grande do Sul; levarei comigo o carro do comando, que vou dirigindo.

Bem, veio a inspeção do General Kruel e eu que conhecia o nível de instrução da tropa, em primeiro lugar, não coloquei a tropa em forma para a guarda de honra. Ela não tinha condições. Quando o General Kruel chegou, apresentei-me e disse:

– Excelência, sou o Subcomandante, o Comandante viajou para o Rio Grande do Sul em férias.

– Mas ele sabia que já tinha sido marcada esta inspeção?

– Sim, ele sabia que Vossa Excelência viria fazer a inspeção – respondi.

O General fez a inspeção, apresentei tudo o que ele exigiu na programação. Quando veio a crítica, simplesmente virou-se para o Chefe do Estado-Maior e disse:

– General Macedo, providencie a substituição do Comandante!

Enquanto o Comandante estava em férias no Rio Grande do Sul, em menos de cinco dias, deu-se a exoneração dele e fui efetivado no comando. Fiz as apresentações formais e apresentei-me também ao Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, comunicando:

– Coronel, agora sou o Comandante.

E relatei o que tinha acontecido; ele falou:

– Então temos que tomar uma série de providências.

Ele estivera presente à inspeção do General Kruel, como Comandante da Guarnição.

Isso foi antes do dia 31 de março?

Isso foi mais ou menos no dia 10 de março.

Na seqüência dos fatos, começou a agravar-se a situação no Rio de Janeiro; houve o comício da Central do Brasil – antes acontecera a revolta dos sargentos, em Brasília –, a revolta dos marinheiros, o comício no Automóvel Clube do Brasil e fui ao Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, perguntar:

– Coronel, o senhor tem alguma instrução, já que agora estou comandando?

– Tenho – respondeu. É preciso tomar uma providência urgente e agora com você posso fazer isso. Quero que prepare uma operação de ocupação, mediante ordem, de todas as pontes sobre o Rio Pinheiros, garantindo não só a posse mas, se necessário, até a sua destruição, dependendo da evolução dos acontecimentos. Essa operação vai ser designada como "Operação X".

Fui para a Unidade, preparei vários pelotões comandados por tenentes e programei instruções de ocupação das pontes como se fosse uma situação normal. Fiz isso várias vezes, de tal maneira que meus tenentes já estavam senhores da ocupação da Ponte da Cidade Jardim, da Ponte Rebouças, da Ponte da Cidade Universitária etc. No dia em que o General Olympio Mourão Filho deu início ao Movimento, de Minas Gerais, fui ao Coronel Carlos Alberto e disse:

– Coronel, estou achando que a situação não está muito boa.

– Coloque a sua Unidade em ordem de marcha e fique aguardando – disse ele.

O Movimento prosseguiu e na noite de 31 de março fui chamado à guarnição e ele me informou:

– Renato, estou mandando vários comandantes de Batalhão, e você vai também, à residência do General Kruel. Deixe o seu Subcomandante com a Unidade e vai lá!

Deveria ser mais ou menos umas 9h da noite quando cheguei à casa do General Kruel e, ao entrar, olhei e vi diversos companheiros da guarnição de São Paulo, em comando – alguns já estão mortos. Estavam presentes, ainda, além do próprio General Amaury Kruel, o General Riograndino Kruel, o General Macedo, o General Agostinho Cortes, o General Franco Pontes, que era o Comandante da Polícia Militar de São Paulo. Foi perguntado ao General Kruel:

– General, e o problema lá de Minas Gerais, o que o senhor acha?

O General Riograndino Kruel, que era mais velho e tinha acesso fácil ao General Amaury Kruel, sugeriu:

– Olha, você deve tomar um decisão, antes que esses meninos tomem a sua.

Casualmente ao lado do General Kruel, eu o vi dirigir-se a um telefone, pertinho de onde estava; ligou para um número que não conhecia, mas tenho certeza de que o interlocutor que atendeu do outro lado foi o Presidente, porque o General utilizou uma expressão coloquial que só ele poderia empregar:

– Compadre Jango, sou eu, Amaury.

Afastei-me e fiquei de longe, observando. Notei que ocorreu um diálogo áspero, no qual o General insistia em algo. Não sei qual foi a resposta de lá, mas Kruel acabou dizendo: "Bem, então vou tomar minha providência." Desligou o telefone, virou-se para nós e ordenou:

– Meus senhores, São Paulo está na Revolução! Aos quartéis!

Foi um... eu não sei se o termo que eu vou dizer é o mais apropriado, vou usar as palavras: aleluia! glória!

Foi um alívio.

Exatamente, foi um alívio. Cada Comandante disparou para o seu quartel, um para cá, outro para lá; peguei meu motorista e disse:

– Voa para o quartel, mas não desliga o motor do jipe, ao estacionar.

Chegando, chamei meu Subcomandante e disse:

– Põe a tropa toda em forma, armada e municiada, e prepara tudo para a Operação X.

Dirigi-me ao quartel da guarnição de Quitaúna, onde fui o primeiro a chegar. Assim que cheguei, relatei ao Coronel Carlos Alberto o transcorrido na reunião e ele me disse:

– Renato, volta e desencadeia a Operação X.

Nessa altura, o meu Batalhão já estava todo em forma; informei a todos o que estava acontecendo, chamei os tenentes e disse:

– Olhem, vocês agora vão cumprir a missão para a qual foram preparados. Há alguma pergunta?

Um 1º-tenente deu um passo à frente, o nome dele era Boness, e indagou:

– Comandante, tenho uma pergunta: se já tiver alguém na ponte, quando chegarmos lá?

– Tenente – respondi –, apenas mudo o verbo; estou usando o verbo ocupar, agora se já tiver alguém lá, mudo o verbo para conquistar, quero a ponte conquistada e intacta.

E disse ainda:

– Quanto mais tempo vocês levarem para perguntar coisas que considero bobagens, mais possibilidade vocês terão de mudar o verbo de ocupar para conquistar.

Acertamos os relógios e disse:

– Daqui a quarenta minutos estarei inspecionando as posições!

Isso deveria ter ocorrido mais ou menos à meia-noite e, logo em seguida, visitei os locais e verifiquei que as pontes estavam todas ocupadas com as metralhadoras colocadas em posição, a fim de impedir uma ação adversa ou, quem sabe, uma outra manobra qualquer; levamos petardos para, se fosse necessário, destruí-las.

Voltei ao quartel e tomei uma iniciativa, de foro íntimo. No meu quartel estavam estacionadas todas as viaturas novas que iriam ser distribuídas para as diversas Unidades do Exército. Nesse mesmo instante, recebi um telefonema do Rio de Janeiro, ligação muito difícil, naquele tempo, mas recebi o telefonema e me mandaram um radiograma no qual o General-Diretor de Motomecanização determinava: "Fica terminantemente proibida a utilização de qualquer viatura do estoque."

Mas distribuí, por minha auto-recreação todas as viaturas. Assumi o risco, mas sabendo o que iria acontecer. Inclusive o Comandante da Guarnição que estava sem viatura recebeu uma novinha, com um sargento motorista da minha alta confiança, tendo alertado:

– O senhor pode confiar nele.

Organizou-se o GT-4; a minha Unidade, parcialmente, fez parte do GT-4, inclusive tive que colocar as minhas viaturas de transporte de gasolina: uma viatura cisterna com capacidade de 30 mil litros e duas de 10 mil litros. Tinha ainda estocados, dentro do quartel, para mais de 220 mil litros nos subterrâneos. Intervi em todos os postos de gasolina, proibindo que o combustível de Osasco, Presidente Altino e Barueri, fosse distribuído para particulares, ficou todo estoque à minha disposição.

O que era o GT-4?

O GT-4 era um Grupamento Tático que tinha como base o 4º RI completo e mais uma Bateria do Grupo de Canhões Automático 40mm, com o apoio de supri-

mento da minha Unidade e ainda da Companhia Leve de Manutenção. Inclusive tinha, até, helicóptero.

E o GT-4, uma vez pronto, partiu para o Rio de Janeiro para enfrentar as forças do I Exército. Quando chegou perto de Caçapava, foi informado de que o Comandante do I Exército havia entrado em acordo com seus possíveis opositores e que estava sendo realizada uma reunião na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), com o General Emílio Garrastazu Médici. Então, fizemos meia-volta e partimos, cruzando São Paulo, e fomos parar em Ponta Grossa, para enfrentar forças do III Exército que vinham sob o comando do General Ladário Pereira Telles.

Nessa altura, o Presidente João Goulart tomou um avião, saiu do Rio de Janeiro e foi para o Uruguai, razão pela qual o III Exército não prosseguiu avançando.

Esse comboio foi até Ponta Grossa!? Entrou no Estado do Paraná!?

Foi até o Paraná e depois voltou. O combustível do helicóptero posto à disposição foi transportado pela minha Unidade. Nós o abastecíamos e ele sobrevoava o deslocamento da Unidade.

Como foi o contato com os companheiros do 13º RI, em Ponta Grossa?

Sobre esse detalhe nada posso dizer, porque fiquei na retaguarda. Quem permaneceu lá na frente foi o GT-4, eu apenas prestava o apoio de suprimento, combustível, gasolina e material bélico.

A adesão do III Exército e do 13º RI à Revolução foram confirmadas, sobretudo em seguida à chegada da informação de que João Goulart tinha fugido. Automaticamente, chegou-se à conclusão de que qualquer resistência era desnecessária, era inócua. Partimos para um outro Brasil.

Houve a participação total da população no Movimento. Fomos recebidos, no retorno, de maneira extraordinária. Não tenho dúvida de que a população apoiava o Exército.

Assumi diversos comandos e os exerci durante sete anos consecutivos, sem interrupção de um dia. Normalmente, um comando tem duração de dois anos. Deixei a direção do Depósito de Moto e passei a comandar o 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), em Pirassununga, São Paulo; depois de criado o Destacamento Avançado na fronteira, segui a fim de comandá-lo, em Amambay, de tal maneira que foram, no total, sete anos consecutivos. Acho que essa experiência de comandar durante sete anos deve-se ao correto desempenho e à responsabilidade que demonstrei, em face do exercício de comando e das atitudes que tomei, arriscando tudo, porque se o lado de lá vencesse não tenho dúvida de que estaria no paredão para ser fuzilado.

Era a confiança dos altos chefes no senhor, por isso lhe deram os comandos.

É, tive o privilégio. Coisas curiosas: havia servido com o General Castello Branco e também com o General Costa e Silva.

Quando estive na Escola de Motomecanização, onde estagiei em 1947, quem a comandava era o então Coronel Costa e Silva. Um dia ele me chamou e convidou:

– Renato, venha cá, vamos fazer um "exterior".

Subi com ele num tanque leve e ele ordenou ao motorista:

– Sai daí que vou dirigir esse carro! E você fica na torre!

Ele fazia um "exterior" que era uma coisa terrível, de meter medo. E, encurtando a história, o blindado caiu numa trincheira e fui jogado para a frente, projetado para fora do carro; tenho uma cicatriz enorme, porque me feri no acidente.

Também servi com o General Médici, no Rio Grande do Sul, ele como Capitão e eu como Tenente. Depois, quando fui ser Subcomandante em Santa Rosa, ele era Comandante da 3ª Região Militar e várias vezes fui à Região para conversarmos.

O General Figueiredo, nem preciso dizer por que, pois acompanhei a vida inteira; portanto tive o privilégio, durante longo período, de conviver com esses companheiros que foram chefes maravilhosos, sem dúvida alguma.

E há um detalhe curioso. Enquanto estavam se desenrolando todos aqueles fatos da Revolução, recebi na minha Unidade um chamado para comparecer ao Quartel-General. O General Kruel me recebeu e entregou um papel. Ele disse:

– Prenda todos esses subtenentes e sargentos – eram da minha Unidade – e recolha-os ao navio-presídio, em Santos.

Disse comigo mesmo:

– Meu Deus do céu, o que é que vou fazer?

Trinta e dois subtenentes e sargentos, não era brincadeira, mas antes de colocar toda Unidade em forma, chamei os oficiais e disse:

– Temos que fazer uma coisa muito séria, não vai ser fácil, mas vamos cumprir a ordem.

Coloquei o Batalhão em forma, mandei retirar os cabos e soldados e deixei todos o subtenentes e sargentos em seus lugares; cada um de nós, oficiais, com uma metralhadora INA (Indústria Nacional de Armamentos) na mão e esclareci:

– Meus senhores, o que vai acontecer agora exige a compreensão de todos. Por obséquio, cumpram as ordens e não se esqueçam de que vocês têm um Comandante.

À medida que o Ajudante ia chamando, o sargento saía de forma, encostava-se numa parede e um oficial ia lá. Depois que coloquei todos os 32 subtenentes e sargentos em condições, informei:

– Os senhores estão presos! Por enquanto, a única coisa que determino é que permaneçam em silêncio!

Vieram os caminhões, encostaram, cada viatura com um oficial na cabine, atrás mais um oficial, um tenente, cada um com uma metralhadora e foram distribuídos os 32 praças graduados, em cerca de três ou quatro caminhões. Organizado o comboio, partiu para Santos e todos os sargentos foram recolhidos ao navio-presídio *Rui Barbosa* que lá se encontrava atracado.

Entrei em entendimento com o almirante e ele deixou tudo preparado. Um dos presos começou a chorar e eu, mais uma vez, lembrei:

– Estou dizendo que vocês têm Comandante, não se esqueçam disso!

O problema era conseqüência de um inquérito na área do II Exército. Na casa de um sargento chamado Croco foi encontrada uma lista completa de todo pessoal suspeito da minha Unidade. No papel estava escrito, em seguida do nome: contra ou a favor ou pode aderir. O encarregado do inquérito, dando o certo pelo duvidoso, pediu ao General Kruel para prender todos os que constavam da lista do Croco, com a observação "pode aderir".

Croco era um comunista fichado e, afinal, todos foram presos. Passado aquele período normal, obviamente ficaram lá e eu fui imediatamente falar com o General Kruel, a quem informei:

– General Kruel, vou a Santos, vou com o meu capelão e com meu Chefe de Serviço Social dar todo apoio aos meus subtenentes e sargentos.

Fui à casa de cada família pedir roupa, material de higiene. No navio eles estavam presos isolados, cada um num camarote, fechados à chave por fora. Fui lá, levei alimento, roupa, material higiênico etc., eu e o capitão capelão, o Reverendo Juvenal Ernesto da Silva e mais o Dr. Ozanan Machado, Tenente Chefe do Serviço Social; ao meu lado, o Comandante do navio. A cada um deles eu dizia:

– Não se esqueçam de que têm um Comandante, conheço a vida de cada um de vocês.

Quando o inquérito se encerrou, já sabia o resultado; dos 32, somente dois, realmente, eram perigosos. Haviam preparado, inclusive, uma lista na qual estava escrito: "Fulano de tal, sicrano e beltrano... têm que ser mortos na hora em que nós ganharmos."

Inclusive eu, é claro.

Quando terminou o inquérito, fui ao general e solicitei:

– General, quero os meus sargentos de volta. Obviamente que não aqueles dois que vão ser presos e expulsos, já está tudo comprovado.

– Mas Renato – ele disse –, não estou entendendo.

– General, sou eu que estou pedindo.

– Você é o único comandante que está pedindo isso – retrucou.

Montei o comboio e trouxe todos eles de volta à Unidade. Com o tempo, vários foram promovidos a oficial. Creio que há um que ainda está na ativa, capitão, não sei se ainda está, porque já faz mais de trinta anos, é muito tempo, mas há pouco tempo eu o vi fardado.

Fui o único comandante que trouxe de volta os seus companheiros, alguns deles tiveram até problemas. Eu estava na reserva, quando eles foram propostos para a Medalha do Pacificador e a indicação não foi deferida, na ocasião, sob a alegação de que haviam sido presos no navio-presídio. Procuraram-me e imediatamente, mesmo na inatividade, fiz uma declaração, uma parte, e a encaminhei; vim ao Quartel-General do II Exército, falei com o Comandante e todos eles ganharam a Medalha do Pacificador; só aqueles dois que não.

Certa ocasião, estava na inatividade e exercia a função de Chanceler da Universidade Mackenzie, autoridade acima do reitor. Toda a universidade lhe é subordinada. A minha secretária disse-me:

– Tem alguém que quer falar com o senhor.

– Quem é?

– É um senhor de nome esquisito, Croco.

– O que será que esse camarada quer comigo? Mande ele entrar!

Eu o recebi e perguntei:

– O que é que você quer?

Nessa época já tinha sido concedida a anistia. Respondeu:

– É que fiz exame, passei, estou matriculado aqui na Faculdade de Direito e sei que o senhor é diretor do Departamento de Bolsa de Estudos...

– Sim, mas o que é que você quer?

– Quero uma bolsa de estudos.

– Ah! Meu caro, você bateu em porta errada.

– Ah! mas houve a anistia.

– E daí? – disse. – Sou o diretor, sou eu que decido. E mais, você recebeu a anistia e por isso foi promovido a 2º-tenente e está ganhando como tal. Não me venha pedir bolsa de estudos, dou para outro que realmente necessite, mas para você, não. E tem outra coisa, não se esqueça de que li aquela lista na qual você e mais um outro anotaram que eu seria um dos prováveis eliminados. Não aceito isso, você pode até procurar a imprensa e contar o que lhe falei. A anistia tem limites e eu estou dentro desse limite. Não dou bolsa de estudos, porque não vejo você tão necessitado assim. Você é um oficial da reserva anistiado, se utilize bem desse benefício.

Ele se formou em direito e quando a Prefeita Erundina foi eleita, o próprio Dr. Croco foi nomeado oficial de gabinete dela. Então, ele veio me falar:

– Ah, mas aquilo foi naquele tempo, o senhor não compreende?

– Não, não compreendo – disse. Você está muito enganado. Nossas atitudes devem ser definidas e firmes; se você tinha essa atitude, vá nela até o fim e agüente as conseqüências, porque eu mantenho a minha.

Foi uma passagem que estou citando porque, como disse o General Muniz Oliva, ontem, conversando comigo:

– Renato, a vantagem de você prestar esse depoimento é que você estava lá, na hora, atuando. Você viveu a situação; nem todos podem dizer isso, nem todos se deslocaram.

Para terminar, apreciaria ler um trecho de uma monografia feita por minha filha.

Tenho três filhos, a minha filha que está aqui, a Dulce, é a mais moça, a caçula, e tenho mais uma, atualmente, no Instituto Mackenzie-Tamboré, onde dirige os 1º e 2º graus. Freqüentou o Curso de Estudo de Problemas Brasileiros, na Universidade Mackenzie, dirigido pelo General Carlos de Meira Mattos, que trouxe para cá, a fim de ser diretor desse curso de pós-graduação: mestrado e doutorado. Na monografia que ela escreveu, em defesa da tese, começou assim:

"(...)Lembro-me dos meus tempos do Primário na inesquecível Escola Pública Rosa da Fonseca, na Vila Militar, em cuja guarnição meu pai servia, subúrbio do Rio de Janeiro...

Minha primeira professora, Dona Maria Emília, permanece viva em minha lembrança. Sua dedicação, vontade de ensinar, entusiasmo, estímulo, amor e autoridade, envolveram-me e marcaram-me para sempre, deixando uma saudosa sensação de bem-estar, orgulho e satisfação em minha vida.

A alegria que senti ao escrever pela primeira vez a palavra BRASIL jamais será esquecida!

Todos os alunos da classe, sem exceção, na saída da aula daquele dia especial, ganharam uma linda condecoração: uma fita verde e amarela presa ao peito, indicando a todos que nos viam orgulhosamente passar nos corredores, pátios e jardins, que já sabíamos escrever o nome de nosso País.

Ainda bem pequenina, foi plantado em minha alma e em meu coração um sentimento de amor verdadeiro por nossa terra, nossa Pátria.

De um lado, meus pais, avós e tios contavam e cantavam seu amor ao Brasil.

Do outro, minha professora, que soube fazer muito mais do que ensinar a ler e a escrever, soube também me passar valores cívicos para toda a vida!(...)"

Essa é a abertura e este aqui é o encerramento da monografia:

"(...)Faremos um pequeno parênteses neste trecho para contar uma história real e verdadeira dos idos de 1964.

Trata-se da experiência de uma menina de 13 anos, que viu seu pai – um patriota temente a Deus – entregar-se de corpo e alma para defender este belo Brasil.

Toda noite, como era costume, sua família se reunia para estudar a Bíblia e orar. Mas, alguma coisa estava diferente naquela noite... havia algo estranho no ar, que muito inquietou esta jovem e seus irmãos. Seus pais, na sua oração de fé, entregavam suas vidas e a de seus filhos aos cuidados de Deus e clamavam pela Pátria brasileira.

Após a reunião familiar, esta filha mais velha estava preocupada e foi conversar com sua mãe, que a tranqüilizou bastante.

Mas, quando os três filhos já estavam deitados em suas camas, seus pais foram até seus quartos e ficaram a abraçá-los longamente um a um naquela noite.

No outro dia, na hora do culto doméstico somente a mãe estava ali para dirigi-lo. Os filhos estavam entre amedrontados e curiosos, pois não sabiam onde o pai estaria.

Com muita ternura, paciência e fé, essa mãe, D. Lucila, continuou dia após dia, firme e ajoelhada com eles, pedindo e clamando a Deus pelo marido, pelos soldados brasileiros, pela democracia e pelos destinos da Pátria.

Passou-se mais ou menos um mês, até que o pai desta família retornou. Apesar de magro, abatido, com a barba por fazer, com as roupas sujas, ele estava muito feliz e radiante! A alegria foi geral! A esposa e os filhos, então, não conseguiam esconder tanto contentamento por ter o pai de volta e pela vitória, que Deus havia dado ao povo brasileiro.

Foi então naquela noite, após o culto doméstico, onde se agradeceu tantas bênçãos, que eles descobriram o que havia acontecido e onde estava o pai daquela família.

Major do Exército Brasileiro e Comandante do Depósito de Motomecanização de SãoPaulo, tinha uma missão a cumprir com seus oficiais, sargentos e soldados: defender, juntamente com outros militares, São Paulo da invasão do III Exército, que vinha do Sul. A estratégia era manter a posse de todas as pontes que davam acesso à Capital, pelos Rios Tietê e Pinheiros.

Este oficial comandava o quartel em Osasco e Barueri, no qual estavam estocadas as mais diversas viaturas militares e uma grande quantidade de combustível com capacidade para abastecer todo o II Exército.

Esboçou-se pequena tentativa de reação; seus comandados, alguns sargentos e cabos relutaram em cumprir as ordens dadas, ameaçaram explodir os reser-

vatórios de combustível e matar o Comandante. Ali, como em outros quartéis pelo Brasil, houve pequena desobediência à hierarquia e à disciplina, por diminuta infiltração e influência das idéias marxistas no poder político e militar. Mas Deus, na sua infinita misericórdia, preservou a vida deste oficial, de seus comandados, bem como a de muitos brasileiros civis e militares.

Havia uma urgente missão a cumprir, São Paulo não poderia cair nas mãos dos comunistas! Esse Comandante deu ordem de prisão a quem merecia, reuniu todos os outros e partiu para a ocupação das diversas pontes que davam entrada para a Capital.

Quando houve a rendição geral por todo o Brasil, a Revolução sem sangue tornou-se um sucesso, mas não foi fácil, uma vez que muitos militares, por desconhecimento, foram iludidos e influenciados pelas idéias marxistas.

Encontraram-se dias depois, nos vários "comitês" comunistas, ordens escritas com os nomes de todos os oficiais e suas famílias e da elite brasileira, que deveriam ser imediatamente mortos caso o Regime Comunista se instaurasse.

Este comandante, apesar de saber que seus sargentos tinham sido envolvidos por estas idéias marxistas, não os abandonou, nem às suas famílias. Enquanto estiveram presos num navio, foi visitá-los várias vezes e com eles leu a Palavra de Deus e falou da Soberania Divina em nossas vidas e em nosso País. Levou-os a entender que aquelas ideologias que eles, por imaturidade e ingenuidade, haviam quase aceitado, levariam a eles e ao País, a perda da liberdade. Pois os marxistas sendo ateus, buscavam conseguir o poder com promessas mentirosas, para depois, mostrar sua verdadeira face, a opressão dos homens, o desamor humano e o terror.

Assim, com idealismo e amor esse comandante deu toda a ajuda necessária para que pudessem voltar às lides do quartel e às suas casas. Cumpriu seu dever cristão, ético e moral.

Esta é a Revolução que eu vi e assisti. Tenho orgulho de meu pai, Coronel Renato Guimarães, de minha mãe e do meu Exército. Vi sofrer bem de perto aqueles que lutaram pela paz, para que não perdêssemos nossa Pátria amada.

Em nosso passado, parentes da família lutaram pela paz no mundo durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1932, pela Paz e Liberdade no Brasil, cujo exemplo está incluso na Sigla M.M.D.C; perdemos Camargo, primo-irmão de minha mãe, que é relembrado pela letra "C".

Nasci ouvindo o lindo toque do clarim brasileiro. Valorizo e valorizarei sempre, civis e militares que amam a Deus, lutam pela paz para que permaneçamos uma Nação livre e soberana.

É uma grande verdade as palavras de Maquiavel, quando diz: “Si vis pacem para bellum”, “Se queres a paz prepara-te para a guerra”.

Agradeço a Deus, por ouvir e ter ouvido as orações de todos aqueles que clamaram ontem, e, clamam hoje, pela nossa Pátria!(...)”

Isso foi escrito por uma menina, hem!

Essa é a colaboração que queria prestar; a de um velho soldado que andou por esse Brasil afora; passou dez anos na fronteira do Uruguai, Argentina e Paraguai: Tenente na fronteira do Uruguai, Capitão e Major na fronteira da Argentina e Coronel Comandante da Guarnição Federal na fronteira do Paraguai; que jamais deixou de amar a Pátria, jamais deixou de proteger a família, jamais deixou de proteger os seus subordinados. Muito obrigado.

Tenente-Coronel Roberto de Andrade Ninô

Nasceu em 12 de outubro de 1929, no Rio de Janeiro-RJ, Vila Militar.

Formação Militar: Colégio Militar do Rio de Janeiro, 1941 a 1947; Escola Militar de Resende na arma de Artilharia, 1948 a 1950, Artilharia Antiaérea, 1956, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1961, Técnico de Administração, 1972.

Curso Civil: Bacharel em Administração, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), 1976.

Condecorações: Medalha Militar de Prata e Medalha do Pacificador.

Atividades Civis: Assistente do chefe da Assessoria de Segurança e Informação da Companhia Energética de São Paulo (CESP), de 1976 a 1983; Técnico de Segurança da Rede Ferroviária Federal, em 1984.

Unidade onde servia no dia 31 de março de 1964: 2º Regimento de Obuses 105mm (2º RO 105), Itu, São Paulo.

Entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2001.

Sinto-me muito honrado por ter sido convidado para prestar este depoimento. Penso ser importante dizer algo a respeito do Movimento Democrático de 31 de Março de 1964. Na verdade, tenho falado muito sobre a Revolução, pois todo brasileiro precisa saber desses fatos que fogem ao conhecimento comum e não é do interesse da mídia que o povo tome ciência.

Há muita coisa para dizer; vivi intensamente a situação, "senti na pele" os antecedentes do Movimento, bem como os acontecimentos que o precipitaram. Hoje, com bastante tempo passado, considerando que a memória pode falhar, trouxe alguns documentos para compensar um lapso eventual.

Começarei por citar o ano de 1961, quando se iniciou essa problemática toda, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Imbuído de forte espírito militar – está no meu currículo: nasci na Vila Militar, ao som do clarim – de pronto apresentei-me ao Primeiro Regimento de Obuses 105 (1º RO 105), como voluntário, mesmo sendo aluno da EsAO. Estava sendo formado um destacamento de forças, um Grupamento Tático (GT) que, afinal e graças a Deus, não foi necessário. Voltei para a Escola, continuei o curso e o terminei, normalmente.

De 1961 a 1963, viveu-se um período muito conturbado, no Brasil inteiro, sobretudo no Rio de Janeiro, foco das agitações; as greves eram desencadeadas a todo momento.

Servia no mesmo 1º RO 105 acima citado. Capitão antigo, com o curso da EsAO, assumi a função de Subcomandante de um Grupo. O 1º RO 105, Regimento Floriano, era a Unidade de Artilharia com a maior potência de fogo da América do Sul, porque se tratava do único Regimento com dois Grupos de Artilharia e cada Grupo possuía três baterias de tiro a seis peças de 105mm. As outras Unidades eram constituídas com baterias de tiro a quatro peças.

O movimento de esquerda alastrava-se pelo Brasil. Meu comandante era muito bom, mas, infelizmente, adoeceu. Não conhecíamos seu substituto, vindo do Comando do I Exército, sob as ordens do General Osvino Ferreira Alves. Como sou disciplinado, vou deixar de fazer determinados comentários; o novo Comandante chegou na Unidade e assumiu sem que a gente soubesse qual era a sua posição na área política.

Mas servíamos num Grupo muito bom, com excelentes oficiais que se preocupavam muito com a situação de segurança. Um grupo da ordem de 15, 16 oficiais freqüentava reuniões do Clube Militar para discutir problemas gerais, com destaque para a questão salarial. Ganhávamos muito mal, mas muito mal mesmo, de tal maneira estavam aviltados os nossos vencimentos. Todos estavam congregados em torno de idéias comuns. Nas reuniões, ficávamos sempre juntos.

Com a continuação das reuniões, começaram a aparecer alguns oficiais tidos como comunistas – e eram notoriamente conhecidos como comunistas – e os ânimos foram se acirrando. Numa reunião, espalhou-se uma reação muito grande lá dentro, chegando a ocorrer até agressões pessoais. Correu uma lista de moção de solidariedade, em torno de assuntos que estavam sendo tratados, que assinei, aliás todos nós assinamos. Éramos tão inocentes que ao lado dos nomes dos oficiais do RO eu fazia uma chave e escrevia: 1º RO/105 – Regimento Floriano. Isso acabou nos prejudicando.

Com o evoluir da situação, o General Magessi (Augusto da Cunha Magessi Pereira), presidente do Clube, foi punido com prisão. Era um militar ilustre, respeitado por todos e ficamos muito aborrecidos com sua punição. Houve outra reunião no Clube na qual se decidiu fazer uma moção de solidariedade a ele, e nós assinamos.

Passados uns dias, fui chamado pelo Comandante da Unidade. Ele estava com um jornal, se não me engano, *O Globo,* com os nomes dos signatários da moção, sendo que os nossos do RO apresentavam-se grifados em vermelho, pelo oficial S/2 (de informações), que aliás ia conosco às reuniões.

Vou citar a conversa que tivemos. Ele virou-se para mim e disse:

– Ninô, você sabe que sou colega de turma do seu irmão? – Meu irmão mais velho, já falecido, também de Artilharia, era colega de turma dele.

– Sei, sim senhor.

– Mas quero que me diga: você realmente foi signatário do manifesto?

O jornal publicou que eu assinara só um manifesto e que os outros oficiais foram signatários de dois. Então, confirmei:

– Fui! – respondi – Mas não assinei só um, assinei os dois.

– Mas não perguntei isso.

– Mas eu assinei os dois – insisti.

– Você sabe que os oficiais a quem você prestou solidariedade foram punidos? – ele perguntou.

– Sei, sim senhor – respondi.

– E assim mesmo você assinou? – retornou com a pergunta.

– Assinei, sim senhor.

– Você acha que deve ser punido?

– Eu acho que devo ser punido também.

– Com quantos dias?

– Com o mesmo número de dias com que eles foram punidos.

Ele deu uma batida em cima da mesa e finalizou:

– Já esperava de você uma atitude dessas; pode ir embora.

No dia seguinte, recebi um recado de um soldado para comparecer ao Salão de Honra da Unidade. Chegando lá, encontrei todos os meus companheiros que também tinham assinado os manifestos. Não sabíamos o motivo da reunião. Um Major, cujo nome não vou citar e também nem merece que o faça, foi encarregado de fazer uma sindicância para apurar os fatos.

Sentamo-nos em torno de uma mesa. Entre os presentes, não esqueço o nome do digno Major Renê Coulaud, já falecido. Era o mais antigo dos capitães, havia mais uns três, um 1º-Tenente e um Aspirante. Sabe por que, o coitadinho? Porque tinha o sobrenome Câmara Senna, é o atual General Câmara Senna (Roberto Jugurtha Câmara Senna). O Major disse: "Os senhores vão responder ao seguinte questionário..."

Deu-me um papel, para mim histórico e guardo junto às minhas alterações. Comecei a ler e achei um absurdo; vou relê-lo, neste instante, já com as minhas respostas.

"QUESTIONÁRIO

1. A quantas reuniões compareceu no Clube Militar e se alguma foi fora do Clube?
   R: Fui a todas as reuniões no Clube Militar e a nenhuma fora do Clube.
2. Quais os motivos que o levaram a comparecer às reuniões no Clube?
   R: Sabendo que iria ser debatida, no Clube Militar, a questão do aumento de vencimentos e que seriam abordadas as reivindicações dos militares, isto é, a hierarquia salarial, o nível 17 para os 2º-tenentes e a vinculação ao salário mínimo, lá fui levado a comparecer.
3. Qual o ambiente que observou no Clube?
   R: O ambiente de modo geral era de insatisfação, em face da demora na concessão do aumento e das condições em que seria concedido, pois não satisfazia aos anseios da classe.
4. Houve manifestações de desagrado às autoridades constituídas?
   R: Sim.
5. De que maneira foram feitas as manifestações de desagrado?
   R: Quando se esclareceu que o projeto de aumento inicial não fora votado por ação do Poder Executivo, houve apupos na assistência e nas oportunidades em que essa ação do Poder Executivo era focalizada esses apupos se repetiam.
6. Foram em que termos?
   R: Não as ouvi sob outra forma, que não a de apupos.
7. Como militar, cônscio dos seus deveres para com a Pátria e o Exército, observou se nas reuniões do Clube foram respeitados os princípios hierárquicos, de disciplina e subordinação? Qual a sua atitude em conseqüência?

R: Não, mas esses princípios deixaram de ser respeitados porque achamos que há muito tempo não nos respeitam, aos militares, como de direito, isto é, com dignidade e respeito.

Diversos oradores se fizeram ouvir e alguns deles foram obstados pela quase totalidade da Assembléia, sob a alegação de serem comunistas e apesar de não os conhecer, fui levado a acreditar no que lhes era imputado em face das suas atitudes passivas e pouco enérgicas que uma acusação daquela gravidade não admita.

Minha atitude foi de solidariedade aos que se tornaram contrários a esses adeptos do credo vermelho.

8. Nas reuniões a que compareceu foram respeitadas as autoridades constituídas?

R: Não, conforme a resposta à pergunta 4.

9. No manifesto que assinou tomou conhecimento do texto do mesmo?

R: Perfeitamente.

10. Ao assinar o livro de presença e o telegrama, ambos de solidariedade aos presos, sabia que estava fazendo crítica a atos de superior?

R: Sim.

11. Já sabia que o Sr. Ministro da Guerra tinha dado ordem de prisão a algum oficial ao qual o senhor manifestou solidariedade?

R: Sim.

12. O texto do telegrama mencionava solidariedade a oficiais presos?

R: Sim.

13. Ao se conduzir às reuniões, quais os propósitos que o levaram?

R: Os mesmos já citados na resposta 2 e mais ainda o propósito de solidarizar-me aos Majores Torres de Melo e Stélio Dantas e ao Capitão Torres de Melo e obviamente ao Marechal Magessi e para reforçar o contingente de oficiais que congregados lutaram pela manutenção de um ambiente democrático em contradição com o da primeira assembléia.

14. Na sua solidariedade com relação aos oficiais presos pelo Sr. Ministro, qual foi a sua atitude?

R: A minha solidariedade aos oficiais presos teve por finalidade esclarecer à minha classe que as palavras proferidas pelos Majores Torres de Melo, Stélio Dantas e Capitão Torres de Melo, refletiam exatamente os meus pensamentos.

15. Apesar dos oficiais já estarem presos a eles manifestou solidariedade?

R: Sim.

16. Tem algo mais a declarar?

R: Sim, que tenho confiança nos destinos democráticos do meu País."

Muito poucos sabem da existência desse questionário. Em conseqüência, da ordem de 16 a 18 oficiais, os que compareceram à reunião no Clube Militar, foram presos. O mesmo questionário foi entregue a todos, para que respondessem. O pessoal era muito bom e respondemos com firmeza. Mas, agiram de modo maquiavélico. Passados três dias, o Boletim Reservado publicou a punição de apenas seis daqueles oficiais. Ficou a dúvida entre nós naquele momento: será que os outros não responderam? Mas responderam sim, integralmente.

Morava em frente da Unidade. Mandei um soldado ir à minha casa avisar que estava preso e, à noite, fomos fazer a refeição no cassino dos oficiais. Quando chegamos, lá estavam quase todos os oficiais para jantar conosco. Notamos aquela situação esquisita e chamamos o Tenente Petrônio, que era muito bom, e perguntamos:

– O que você está fazendo aqui na Unidade?

– É que nós temos que preparar instrução para amanhã e tal...

Na verdade, tinham ficado em solidariedade a nós. Fizemos um jantar bonito, com a presença do intendente, que mandou melhorar o rancho, mas quando terminou o jantar nos reunimos e eu disse:

– Vejam, estamos sabendo qual foi a finalidade de vocês terem ficado para o jantar. Aceitamos e agradecemos, mas não é interessante essa manifestação, porque já estamos “queimados” e não queremos “queimar” vocês também. Então, aceitamos, mas amanhã ninguém fica aqui, não.

E não ficaram. Cumprimos os seis dias de cadeia, no fim dos quais reassumi as minhas funções. Nesse meio tempo, chegou um Major na Unidade, tido também como comunista, que assumiu o comando de um Grupo. Eu perdi a função de Subcomandante do Grupo e ocupei o cargo de S/1 (Chefe da Seção de Pessoal). Quando estou lá recebendo a função de S/1, apresentou-se um soldado e disse:

– Capitão, telefonema para o senhor, no aparelho do saguão de entrada.

Tinha uma cabine de telefone. Fui atender e a pessoa falou:

– Aqui é o Coronel Jayme Portella de Mello, sou Chefe de Seção da Diretoria do Pessoal, e queria que você e mais os seguintes oficiais viessem aqui, pois tenho uma ordem de transferência para todos.

Pedi autorização para ir ao Quartel-General (QG). Autorizado, avisei aos outros oficiais e fomos imediatamente para o QG. Recebeu-nos num salão enorme, não esqueço nunca disso, e ouvimos:

– Olhem, tenho uma ordem aqui mandando transferir vocês do 1º RO, as Unidades de Artilharia que têm vagas são essas aqui...

Isso abertamente, e então, de acordo com a conveniência de cada um, fizemos as escolhas e lembro-me de que optei pelo 2º Grupo de Canhões 90 (2º G Can 90)

de Quitaúna, porque minha mulher é de São Paulo e eu tinha curso antiaéreo. Retornando ao 1º RO, fui ao Subcomandante e informei-o da transferência. Ele demonstrou surpresa, não estava sabendo de nada. Depois, disse-me que o Comandante ficou aborrecidíssimo, não entendendo como iriam movimentar seus oficiais sem o seu conhecimento.

Mas dois dias depois saiu a transferência no Noticiário do Exército, foi rapidíssimo. Na Unidade foi público no Boletim Interno a passagem de cargos e encargos; quando fui passar as funções para o meu substituto, aconteceu a mesma coisa, o espetáculo se repetiu, apresentou-se um soldado e disse:

– Tem um telefonema para o senhor lá na cabine.

Fui lá, era o Coronel Miranda, não mais o Jayme Portella. Este tinha sido transferido para a Circunscrição de Serviço Militar (CSM) de Ilhéus-BA, porque havia nos chamado; foi acusado de ser conivente conosco.

– Venham aqui que agora há uma ordem do Ministro da Guerra para retificar as transferências de vocês.

Aconteceu a mesma coisa, voltamos, já era esse outro oficial que disse:

– Convoquei vocês aqui, porque tenho um documento assinado pelo Sr. Ministro Jair Dantas Ribeiro mandando retificar-lhes as transferências. Mas, não podem servir nos territórios dos I, II e III Exércitos nem em Corpo de Tropa nem dois na mesma guarnição.

Só poderia servir em QG ou CSM. O Coronel Miranda trouxe uma relação e perguntou para aonde cada um queria ir; um tinha parentes em Pernambuco, foi para Pernambuco, e assim aconteceu com todos. Eu, como não queria sair daqui para muito longe, escolhi o QG da 6ª Região Militar (6ª RM), em Salvador. Para o jovem Aspirante não tinha jeito, teria que servir em Corpo de Tropa. O Coronel perguntou para aonde ele queria ir, daí o Câmara Senna foi para a Bateria de Artilharia, em Amaralina, Salvador. Fomos juntos para a Bahia.

Voltamos para o Quartel, informei o Subcomandante e ele foi falar com o Comandante que se exasperou, novamente: "Não é possível! Como fazem isso com os meus oficiais! Para encurtar a história, quem tinha pedido nossas transferências tinha sido ele. Um oficial do Estado-Maior me disse que ele esteve no QG, para informar que não havia mais condições da nossa permanência na Unidade, porque eram oficiais punidos e maus exemplos para os demais.

Nesse meio tempo, o pessoal não queria que saíssemos do Rio de Janeiro, porque estávamos engajados no movimento contra o Governo. Era verdade, estávamos mesmo e, depois disso tudo, me engajei totalmente.

Isso tudo em que ano?

Em 1963. O General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy), muito amigo da minha família e estava do nosso lado, disse-me:

– Olha Ninô, vou propor você para meu ajudante-de-ordens e assim você fica aqui no Rio.

Ele fez a proposta mas foi negado. Acho que foi o único caso na história do Exército Brasileiro em que foi negada a indicação de um General para seu ajudante-de-ordem. Tive que seguir destino.

Fui à Seção de Embarque e pedi para marcar uma passagem no navio do Loyd *Princesa Isabel*, muito bom, que sairia dois dias depois. O sargento que me atendeu, esclareceu:

– Olha Capitão, o senhor não pode ir nesse navio. Tenho uma ordem para o senhor viajar na primeira embarcação que for para lá; é o Itaquera, ele sai daqui amanhã.

Ainda ao tempo em que servia no 1º RO, chegou uma época em que as prontidões ocorriam quase toda semana. Às vezes, estava em casa, chegava um soldado e informava que tinha ordem de prontidão; atravessava a rua, desencadeava o plano de chamada, todos vinham para o quartel. Passados uns tempos, num sábado ou domingo, eu estava no Círculo Militar, praticando esportes. Era normal os comentários com os companheiros de outras Armas, de Infantaria, de Cavalaria, sobre nossas atividades. Nessa vez, conversou-se sobre prontidão e dissemos que ficávamos direto!

Os companheiros das outras Armas demonstraram surpresa: "Mas como? Nós não ficamos de prontidão!" Começamos a observar e realmente ninguém entrava de prontidão, a não ser o 1º RO. Reunimo-nos e chegamos à conclusão de que deveríamos dar conhecimento desse fato à Primeira Divisão de Infantaria (1ª DI). Naquela época, a 1ª DI e a Artilharia Divisionária da 1ª DI (AD/1) estavam instaladas no mesmo Quartel-General. Um companheiro de turma, "esquerdinha", servia na AD/1, escalão ao qual éramos subordinados, e uma vez conversamos:

– Olha, o negócio está ruim, estamos entrando toda semana de prontidão.

– Como prontidão? – respondeu, também surpreso.

Mandaram instaurar uma sindicância para saber como entrávamos de prontidão sem que a AD e a DI soubessem. Fomos chamados e ouvidos como testemunhas. Quando fui convocado, levei a relação de todos os dias em que tínhamos entrado de prontidão e ficou constatado o porquê daquela situação. Ocorria o seguinte: toda vez que o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) programava uma greve, o General Osvino, que comandava o pessoal da CGT, ligava para o Coronel, seu antigo assistente, nosso Comandante, e ordenava:

– Põe a Unidade de prontidão!

Então ficou comprovado como tudo acontecia. Era esse o comentário que eu queria fazer, para demonstrar o ambiente de loucura daquela época.

Bom, nós estávamos falando...

No ponto em que foi transferido para a Bahia.

Não tinha condições de levar minha família. O salário que ganhava não era suficiente, então mandei meus familiares para a casa de um tio da minha mulher que morava no interior de São Paulo. Eu tinha um garotinho com dois, uma filha com sete e outra com nove anos, fiquei muito longe dos meus filhos. Fico até emocionado em lembrar, porque perdi minha filha, a mais velha, há cinco anos.

Como recebi ordem para seguir no primeiro navio que partisse para Salvador, embarquei no *Itaquera*, da classe ITA. Levamos seis dias e meio do Rio a Salvador, o navio estava com problemas, cheio de defeitos. Para ver a falta de respeito e de consideração, marcaram para a gente zarpar do Rio às 7h da manhã. Por isso, saí da Vila Militar às 5h da manhã. Estava alojado na casa de meu cunhado que era coronel, enquanto aguardava o embarque. Cheguei ao cais, fardado, com uma mala enorme e fui para o navio. Apareceu um taifeiro e me alertou:

– O senhor não pode entrar no seu camarote, agora, porque ainda está ocupado.

Tratava-se de um pessoal que estava trabalhando no conserto do navio. Eu e um outro oficial, o Capitão Aranha, cujo nome não esqueço, ficamos do lado de fora ate às 18h. Minha mãe, meus familiares, foram todos levar-me ao cais. À hora do almoço, chamaram-me para almoçar no navio; e destaco um detalhe muito interessante, quando minha mãe observou:

– Puxa, tem refresco para vocês.

Quando fui tomar, era água, uma água amarelada, coisas de que não podemos esquecer. Às 18h, o Comandante, finalmente consentiu:

– Capitão, o senhor já pode colocar sua mala lá dentro.

Foi a hora em que o navio partiu. Levou seis dias e meio para chegar a Salvador. Apresentei-me no dia seguinte, e fui residir no QG, porque não tinha onde morar.

Respondia pelo Comando da Região, na época, o Coronel Chefe do Estado-Maior Humberto de Souza e Mello, pois o General Souza Aguiar havia deixado o mesmo. Na reunião regulamentar de apresentação aos oficiais, o Chefe do Estado-Maior, anunciou o meu nome e disse o seguinte:

– Quero dizer ao Capitão que a diretriz do Comando da 6ª RM é de irrestrito apoio às autoridades constituídas do País.

Fiquei temeroso, porque não pensava assim. À noite fui para o meu alojamento, estava arrumando minha malinha e bateram à porta. Era um soldado que avisou:

– Estão pedindo para o senhor ir a um quarto lá no fundo do quartel.

Fui e encontrei um grupo em confabulação mesmo, dentro do quartel, presentes até oficial da Marinha e da Aeronáutica.

Já sabiam que o senhor defendia essa mesma linha de pensamento.

Por ser muito antigo, assumi uma função de Major; fui para o Serviço de Assistência Social da Seção de Embarque. No QG havia um Coronel que me conhecia muito bem. Era o Chefe da 2ª Seção, pessoa extraordinária que infelizmente já faleceu, Coronel Marino Freire Dantas, de Artilharia, também. Logo ao chegar, ele me chamou e disse que iria falar com o Comandante da Região que, tendo em vista o pouco trabalho para fazer na minha seção – não havia mesmo muita coisa naquela época, estava tudo muito parado –, autorizasse a minha ida para auxiliar da 2ª Seção. Vibrei!

– Coronel, para mim é uma beleza!

Na Região encontrei vários oficiais estagiários da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), que eu conhecia. Um deles era meu amigo desde os tempos do Colégio Militar. Permaneci na 2ª Seção, o tempo foi passando, até que estourou o 31 de Março.

Uns 15 dias antes, assumira o Comando da 6ª RM o General Manoel Mendes Pereira. Não se sabia, ainda, qual era a linha dele, porque chegara havia poucos dias.

E o Humberto de Sousa e Mello?

Continuou como Chefe do Estado-Maior.

Mas depois ele adotou outra postura?

Sim. Quando eclodiu o Movimento em Minas Gerais, o General Manoel reuniu os oficiais e foi logo afirmando: “A 6ª RM está solidária ao movimento de Minas.” Pensei: “Graças a Deus, estou em casa!”

Fiquei encarregado da correspondência cifrada, bastante na época, e a despachava com o Chefe do Estado-Maior, o Coronel Humberto de Sousa e Mello.

Que futuramente viria comandar, aqui em São Paulo, o II Exército.

Realmente, comandou aqui, como general de quatro estrelas. Mudou muito a sua consideração comigo, passou a tratar-me muito bem e tudo mais. Uma quinzena depois, chegou um rádio do Ministro da Guerra General Arthur da Costa e Silva, mandando retornar às suas Unidades de origem todo oficial que tivesse sido transferido por motivo político. O Marino virou-se para mim e perguntou:

– Oh, Ninô você vai embora!?

No dia seguinte, o General Manoel Mendes Pereira me propôs:

– Ninô, o Marino veio falar comigo. Você se importaria de ficar mais um tempo aqui? É que temos muito trabalho.

Precisávamos cadastrar todo aquele pessoal. A Bahia era um foco do comunismo: Terminal de Aratu e outras áreas sensíveis. Havia muito subversivo na

região, era uma fila interminável de pessoas para cadastrar, fazendo ficha e tudo mais. Já estava sem minha família. Então, respondi:

– General, fico aqui o tempo que for necessário.

Permaneci o tempo suficiente para completar a missão, cerca de dois meses. Depois ele mandou me chamar, para dizer que eu estava liberado.

Fui à Seção de Embarque que me alertou sobre um navio que sairia no dia seguinte. Desta vez era o *Princesa Isabel*. Adoraria que a viagem durasse uns dez dias (o navio era bom), mas bastou apenas um dia e meio. Quando cheguei ao Rio, estava minha família toda me esperando. Inclusive meu cunhado, coronel de Artilharia, que me alertou:

– Você não vai mais para o 1º RO, você vai para o 1º GO 155, estou Comandando o Grupo.

Tinham substituído o antigo Comandante e ele já assumira. Até 1964, foi mais ou menos o que ocorreu comigo.

Fui a São Paulo ver minha família, porque tinha cinco dias de trânsito. Na época da Revolução o trânsito foi reduzido a apenas cinco dias. Um amigo arranjou uma passagem de avião e imediatamente liguei para minha família. Foram para Campinas e eu os encontrei lá.

Nessa oportunidade, recebi do Coronel Sidney Teixeira Alvares, homem extraordinário, herói de guerra, o convite para voltar à Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). Falei com o meu Comandante que se tratava de um problema pessoal, estava com a família distante, e acabou concordando. Dessa forma, servi pela segunda vez na Preparatória.

Gostaria de assinalar, porque se trata de uma honra muito grande para mim, o cartão que recebi, quando me apresentei na Escola Preparatória. Está guardado; para mim é histórico. Aquela punição de prisão de seis dias, referida neste depoimento, ficou registrada nas folhas das minhas alterações.

Não tinha sido anulada?

E eu nem queria, a cadeia estava lá. Em toda Unidade em que se vai servir a gente entrega a Caderneta de Alterações e eu a entreguei para o Comandante. Passados uns dias, em 13 de agosto de 1964, ele a restituiu, com o seguinte cartão:

"Ao Capitão Ninô:

O comando da Escola felicita o distinto companheiro pelas substanciosas alterações, particularmente pela cadeia honrosa que delas consta: um atestado vivo de idealismo sadio que o credencia como Revolucionário autêntico.

Boa Vista – Ten-Cel / Subcomandante.

13/08/1964"

Muito eloqüente, muito importante, isso.

Isso para mim representa muito e não sai daqui de dentro da Caderneta. Desde essa época, sempre que me apresentava nas Unidades onde servia, fazia questão de que meus comandantes lessem.

Depois, transferido para a reserva, passei a trabalhar numa empresa estatal, a CESP (Companhia Energética de São Paulo).

Que era a maior companhia energética do País e da América do Sul.

Ainda é. O maior potencial hidráulico era o nosso. Vim servir na Assessoria de Segurança e Informações, por indicação de um colega de turma, assessor do Presidente da CESP. Era o Major Franco que está no Círculo Militar, até hoje. Ele saiu do Exército como Major, colega meu de turma, é quase como um irmão. Na CESP, trabalhei de 1976 até 1983. Nesse meio tempo fui acometido de um câncer, operei o estômago, tirei quase todo o estômago e acharam que eu ia morrer. Sugeriram:

– Peça para aposentar-se, porque você tem direito.

– Não, eu não vou morrer, quero continuar trabalhando – respondi.

Mas devia ter aceitado o conselho, porque em 1983 fui demitido sumariamente da CESP, simplesmente por ser um oficial do Exército. Eu e mais uns três ou quatro oficiais que trabalhavam lá, o Governador mandou nos demitir.

Quem era o Governador?

André Franco Montoro mandou nos demitir por sermos oficiais do Exército e por isso faço questão de dizer o seguinte: Isso aconteceu durante o Governo militar, que eles chamam de "ditadura" e muito mais; mas não era ditadura, porque fomos mandados embora por um civil, por sermos militares, e ficou tudo por isso mesmo. Se fosse uma ditadura jamais teria ocorrido. Então, eis o que queria dizer, se você tem alguma coisa que queira me perguntar eu estou à sua disposição.

Tenho sim, Coronel Ninô. Não podia deixar de aproveitar a oportunidade para pedir-lhe a opinião sobre o clima nos idos de 1962, 1963 e início de 1964; sobre a insegurança, a desconfiança e mesmo o distanciamento do patriotismo, com os tentáculos do comunismo nos envolvendo, quase sufocando a Nação. Vivenciamos isso, mas o pessoal de hoje não, porque, graças a Deus, encontraram um País muito melhor do que era naquele tempo. Infelizmente, agora, por outro lado, a história não é bem contada nas escolas. Então queria destacar naquela época, antes de março de 1964, a insegurança, a insatisfação, não só do militar mas também do civil que ia trabalhar e não sabia como voltar para casa, pois quase todo dia ocorriam greves de transportes e coisas dessa natureza. Gostaria que o senhor falasse sobre isso.

Realmente, havia tudo isso sim. Por felicidade nossa, no Exército os quadros eram de qualidade. Servi com sargentos muito bons, de confiança e, acima de tudo, leais. Nunca tive demonstração alguma de desconfiança da parte de meus subordinados. Os oficiais também eram valorosos, comungavam das mesmas idéias, com aquelas raras exceções que sabíamos existirem: determinados quistos em algumas Unidades, núcleos de oficiais comunistas. No 1º RO 105, onde passei todo o período pré-revolucionário, havia um ou dois que conhecíamos, isso num universo de mais de quarenta, por isso ficavam deslocados. Um desses oficiais foi a duas ou três reuniões no Clube Militar, mas não ficava junto a nós. Não sabia do seu comparecimento às reuniões, embora fosse até meu amigo. Depois, ele me falou que estava lá e tinha me visto. Demonstrando honestidade, lembrou a derrota fragorosa que sofreram.

Mas o ambiente era esse mesmo: o clima de greve era irrespirável, a disciplina não existia mais, a hierarquia, que é uma das bases da nossa sustentação, estava sendo jogada para o alto.

Não só no Exército, mas em outras Instituições, parcelas da sociedade..

Totalmente.

E a CGT mandava no Governo.

Aquele comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, foi um acinte, uma barbaridade. Existia, até, Bandeira do Brasil que, em vez de ostentar o azul-celeste no centro, mostrava a cor vermelha com uma foice e um martelo. E o Presidente da República no palanque, assistindo a isso.

E incentivando também.

Exatamente, e infelizmente, também havia autoridades militares no palanque. Isso tudo acirrou o ânimo dos militares, porque não admitíamos tal desfaçatez, como não admito até hoje. Ainda há pouco tive o desprazer de pegar o jornal e ler que já foram deferidos alguns requerimentos concedendo indenizações polpudas às pessoas que se dizem prejudicadas pelo Governo dos militares. O País numa situação econômica difícil, sem recursos sequer para dar o aumento a um infeliz funcionário que há sete anos nada recebe. O Governo acena agora com um aumento de 3,5%, isso é um escárnio, é uma provocação!

Quando pego o jornal e constato que há gente que vai receber R$ 10.800,00 por mês, por ter sido terrorista, bandido, assassino, assaltante. Não posso me conformar, isso até me faz mal à saúde. Muitos processos já foram deferidos, existem não sei mais quantos mil na fila...

Também nos entristece muito.

Não aceito e digo francamente. Fico pensando naqueles companheiros que morreram, que se tornaram vítimas desses bandidos. Qual a satisfação que vamos

dar às famílias deles? Morreram em serviço e não receberam nada! Hoje, um indivíduo que participou da Intentona Comunista de 1935, todos sabem que eles mataram companheiros dormindo, vai ter direito à indenização e à percepção de proventos. E as vítimas dos comunistas, como ficam? Temos uma responsabilidade muito grande sobre essa distorção. Não deveríamos aceitá-la com tanta passividade.

Não sei se respondi à sua pergunta, porque às vezes me inflamo e até desvio do tema central, mas o ambiente, até março de 1964, era intolerável mesmo, tanto para nós militares, quanto para os civis. Quando havia aqueles comícios, ficávamos com a impressão de que grande parte da população civil estava do lado deles. Mas não era bem assim, apenas uma minoria ativa comparecia e agitava. Quando começou o Movimento, no dia 31 de março, o que se viu foi a população civil apoiando a ação dos militares e, por muito tempo, isso perdurou. Depois as coisas mudaram muito e chegamos à situação em que nos encontramos.

Coronel Ninô, boa parte da mídia está agindo estranhamente, e até mesmo sendo veículo para incentivo de ações que prejudicam o Brasil, talvez até mesmo subrepticiamente a serviço de potências estrangeiras que não querem que o Brasil se desenvolva. Para o Brasil não se desenvolver, uma das maneiras é ser conivente com a baderna, a greve, a inversão de valores, a invasão de terras e coisas dessa natureza que já tinham prosperado em 1962 e 1963, foram abortadas com a Revolução e hoje são praticamente estimuladas outra vez.

Quando o Brasil era só progresso, sobretudo no Governo do Presidente Médici – as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chegavam a 14% ao ano, com uma inflação bastante baixa –, inconformados com esse estado de coisas, os inimigos da Pátria iniciaram o terrorismo, as guerrilhas que tanto ensangüentaram o Brasil. Hoje, a mídia acusa os governos militares de repressores, de torturadores por terem derrotado o terror e as guerrilhas.

É oportuno lembrar, o maior atentado terrorista do mundo, perpetrado contra as Torres do World Trade Center, em Nova Iorque, há uma semana, no qual mais de cinco mil inocentes foram mortos por terroristas, já sob outra ideologia, mas igualmente terroristas, tal qual os que existiam aqui no Brasil, que atacavam indiscriminadamente e mataram muitos inocentes. Por isso peço esclarecimento sobre as razões que levaram os governos militares a agirem com firmeza contra esses tipos de ações violentas.

Não creio que os governos militares tenham sido assim tão firmes, penso que poderiam ter sido mais duros. Fomos muito condescendentes e hoje estamos pagando por coisas que não fizemos.

Sobre o atentado, existem pessoas que ainda criticam os Estados Unidos. Li um artigo interessante, hoje de manhã, antes de vir para cá. O autor fazia uma reflexão, referindo-se à manifestação contrária aos americanos feita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio Grande do Sul, como se eles fossem os culpados pelo atentado. Ele dizia: "Não! O PT está coerente, porque afinal de contas muitos deles são terroristas como esses que fizeram esse atentado!" É uma grande verdade.

Esse atentado é um fato que por mais radical que a pessoa seja, de um lado ou de outro, jamais poderia aceitá-lo. Foi um banditismo tão grande, uma desumanidade tão grande... e nem foi um objetivo militar; se tivesse sido só sobre o Pentágono, ainda poderíamos aceitar, mas atacar um lugar onde só tinha civil e civil de tudo quanto é nacionalidade...

Mais de cinqüenta nacionalidades, inclusive alguns brasileiros.

É um banditismo difícil de entender. Às vezes, fico em casa pensando: "como esses indivíduos conseguiram fazer uma monstruosidade dessas."

Então entendo que reprimir esse tipo de terrorismo, de atentado, seja agora, seja naquela época, é o procedimento correto, é a obrigação do Estado.

Absolutamente certo, porque em última análise defende os inocentes. Se os americanos tivessem tomado medidas mais drásticas, anteriormente, embora muitos ficassem contra eles, poderiam ter evitado aquele crime. Sob todos os aspectos, isso tudo é muito lamentável e difícil de aceitar.

Ainda entendo que derrotamos o terrorismo e a guerrilha, de forma equilibrada e justa, embora dura e inflexível. Mas se tivéssemos sido mais drásticos, talvez não estivéssemos sofrendo o "revanchismo" que estamos aturando. Anistia irrestrita e tudo mais; demos liberdade a eles para se voltarem contra nós com virulência, porque são virulentos quando nos atacam. São os únicos a olvidar a anistia.

Pediria que o senhor dirigisse uma mensagem aos jovens militares e civis que precisam ser mais bem esclarecidos quanto ao Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Quando compareço às solenidades militares, e venho a todas, quase sempre me emociono, do fundo da alma, porque nelas vejo demonstrações de patriotismo, de civismo, de disciplina e de ordem, tudo o que está faltando em nosso País.

Não deixo de vir, porque servem como bálsamo, um incentivo para a gente continuar. Os jovens devem acreditar no nosso País, no povo e na Instituição Exército. Falo em meu nome e no do Exército Brasileiro, como seu integrante mais fiel.

Sinto-me gratificado por ter seguido a carreira das Armas. Aprendi a ser patriota dentro do Exército e em casa. Meu pai, também militar, me orientou e

aconselhou. Procuro passar essa experiência para os jovens de hoje. Gostaria de citar um fato que ocorreu um tempo atrás. Um cidadão do Círculo Militar, mais ou menos da minha idade, chegou-se a mim e disse:

– Oh! Ninô, tenho um neto que quer ser militar.

– Pelo amor de Deus, me apresente a ele – respondi.

É muito difícil, hoje em dia, encontrar um jovem que queira ser militar, por pendor e vocação. Ele me apresentou o rapazinho, com quem conversei e disse:

– Se você quiser ser militar pensando em ganhar dinheiro, desista já! Se você quer ser militar por pendor, por amor, vá ser militar!

Aconteceu que fui agraciado com a Medalha do Pacificador. Liguei para o jovem e disse:

– Quero que você vá comigo a uma solenidade no Quartel-General para assistir a uma demonstração de civismo e de disciplina.

E ele veio. Veio e vibrou, tirei uma fotografia, os dois, lado a lado, fiz uma dedicatória e mandei para o rapaz, dizendo que esperava vê-lo em breve envergando um uniforme de qualquer Força Armada do Brasil. Veja, realizei-me com isso...

Muito obrigado.

Coronel Ninô, em nome do General Gleuber, Comandante do Exército, agradeço muito e do fundo do coração a sua presença, a sua sinceridade, esse seu depoimento que, sem dúvida, em muito irá engrandecer o Projeto História Oral do Exército Brasileiro, muito obrigado.

Eu é que me sinto gratificado em poder ter vindo aqui, muito obrigado.

Tenente-Coronel Licio Augusto Ribeiro Maciel

Nasceu na Cidade de Maceió-AL.

Em 1950, prestou exames para a Escola Militar de Resende, onde foi incluído em março do mesmo ano, sendo declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia em novembro de 1952, turma Barão do Rio Branco da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Como Aspirante, foi servir no 3º Grupo de Artilharia a Cavalo 75 (3º GACav75), em Alegrete, faixa de fronteira do Rio Grande do Sul.

Em setembro de 1953, prestou exames para a Escola de Pára-quedistas do Exército, onde permaneceu até 1960, tendo feito todos os cursos existentes. Foi um dos pioneiros do curso de Forças Especiais, criado em 1957.

Prestou exame para a Escola Técnica do Exército, então Instituto Militar de Engenharia (IME) em 1960, formando-se em Engenharia de Comunicações, em 1963. Foi classificado na 9ª Região Militar (9ª RM), Mato Grosso, em 1965.

Em 1968, foi nomeado para o Centro de Informações do Exército, órgão do Gabinete do Ministro do Exército (Gab Min Ex / CIE / ADF), onde permaneceu até 1974. Foi agraciado com a Medalha do Pacificador com Palma, em 13 de outubro de 1972.

Em 1973, foi ferido no rosto e na mão, por tiros à queima-roupa disparado por uma guerrilheira, no Araguaia.

Em 13 de fevereiro de 1974, foi transferido para o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), no Rio de Janeiro. Em 15 de julho de 1975, foi nomeado para a CMBW (Comissão Militar Brasileira em Washington), de onde retornou em 1978, sendo classificado na 1ª RM, Rio de Janeiro.

Em 1979, solicitou transferência para a Reserva, indo trabalhar na atividade civil, em Manaus. Até 1985 trabalhou em várias firmas, inclusive no exterior. Daí em diante, dedicou-se ao magistério e atividades de informática.

Relato feito pelo Tenente-Coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel por solicitação do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964 sobre as operações de combate e incidentes ocorridos na Guerrilha do Araguaia.

A Imprensa tem sistematicamente publicado versões fantasiosas e mentirosas de alguns combates e incidentes da guerrilha do Araguaia. São versões "por ouvir dizer", escritas maliciosamente por quem não tem a mínima idéia do que seja um combate, muito menos na selva. Sem exceção, são todos eles jornalistas de esquerda ou comunistas. Os de direita desapareceram.

Dos combates e operações de busca de informações, nos quais tomei parte, relato o ocorrido com alguns comentários adicionais.

Se os poucos militares combatentes ainda vivos, participantes, se omitirem, ficará valendo a versão dos derrotados.

O Exército Brasileiro deu inúmeras e demoradas oportunidades para que eles se entregassem: o local, descoberto em 1972, só foi neutralizado em 1974. Com a descoberta das áreas dos três grupos, seria muito fácil, por exemplo, empregar a Divisão de Pára-quedistas para neutralizá-los em curto prazo. Mas isso não foi feito; adotou-se uma solução humana, demorada e, inclusive, mais arriscada para os militares. Muitas outras soluções instantâneas poderiam ter sido adotadas.

No início de 1974, inúmeras vezes foram lançados panfletos e transmitidas mensagens por megafone, por meio de aeronave à baixa altura, concitando a que se entregassem, com a garantia de julgamento justo, tratamento humano e imparcial. Não surtiu efeito; eles preferiram o confronto e assim aconteceu.

Dizem os bandidos, mesmo assim, inconformados com a derrota, que esta demora de eliminação do foco aconteceu por incompetência do Exército Brasileiro. São fanáticos; a despeito da anistia e de mais de trinta anos já terem decorrido; mantêm o mesmo ódio inicial contra o Exército, particularmente.

Quando os militares chegavam na área, eles se escondiam em refúgios muito bem planejados e preparados, verdadeiras "tocas de onça", à beira de um córrego de águas cristalinas, com muito conforto, ficavam dormindo. Só saiam quando não havia mais perigo e se vingavam em quem tivesse tido contato com os militares.

Hoje tentam tornar crível uma série de mentiras, que sugerem aos moradores da área com interesses pecuniários, repetidamente. Mas contra fatos não há argumentos. O PCdoB tem por emblema a foice e o martelo, além do próprio nome, partido comunista.

Todos os componentes do grupo militar da guerrilha, encabeçados por Zé Carlos (André Grabois), foram formados em terrorismo nos países comunistas. E, mesmo assim, querem convencer que lutavam contra a "ditadura".

Já estavam no Araguaia, em treinamento, muito antes de 1964, logicamente para tomar o Poder, fosse qual fosse o regime.

A Descoberta da Grande Área

Pedro Albuquerque, preso pela Polícia em Fortaleza, CE, por vagabundagem (sem documentos), declarou ter fugido de um campo de treinamento de guerrilha localizado no Pará. Perguntado qual o efetivo em pessoal lá existente, respondeu que eram muitos, da ordem de trinta, num só destacamento.

Sobre a localização da área, informou que indo de Xambioá, subindo o rio Araguaia até Pará da Lama, pegando a trilha existente até o último morador, o campo de treinamento ficava além, a menos de seis horas de caminhada por uma picada. Recolhido ao xadrez, arrependido de ter falado e principalmente por saber que seria justiçado (como declarou posteriormente) pelos companheiros, tentou o suicídio, cortando os dois pulsos com uma lâmina de barbear. Foi salvo pela sentinela e levado para o hospital da Guarnição do Exercito.

Remetido o depoimento para o CIE/ADF, providenciou-se o seu transporte imediato para Brasília, onde foi novamente interrogado, quando acrescentou outros dados (detalhes sobre o local, efetivo, armamento, nomes dos componentes etc.).

Foi montada a operação de busca de informações, chefiada pelo Coronel Torres e Major Lício, como Comandante da Equipe de Busca, efetivo de dez homens da Brigada de Infantaria.

A grande área presumida foi bloqueada por tropa do Exército nos principais pontos da Transamazônica (Marabá) e Belém-Brasília (Porto Franco/ Tocantinópolis) e Araguaína.

A partir de Xambioá, subindo o rio Araguaia até Pará da Lama, antes da primeira corredeira, um dia inteiro de marcha pela trilha no sentido do Xingu. Partiram ainda escuro e, no final do dia, já noite, chegaram até a casa do último morador, Senhor Antonio Pereira.

Na madrugada seguinte, foi iniciada a marcha até os "paulistas", indo o filho mais novo do Antonio Pereira como guia. Cerca do meio-dia, são avistados dois homens sem camisa sentados em tocos, no pátio de uma grande palhoça, e uma velha, conversando, descansando para o almoço. Os cachorros da casa começaram a latir e iniciamos a corrida para onde eles estavam. Conseguiram fugir para a mata, pois havia sido preparado um obstáculo entre a picada e as casas: eles aproveitaram um leito de rio seco, cheio de troncos que tornaram pontiagudos, à guisa de abatises, retardando a nossa aproximação.

Foi encontrada uma grande quantidade de documentos e manuais de treinamento militar, livros de doutrinação comunista, grande quantidade de uniformes, mochilas de lona reforçadas e costuradas com linha grossa, máquinas de costura industriais, armamento e munição, oficina de rádio bem aparelhada, com os instru-

mentos básicos para transmissão e recepção (geradores de sinais na freqüência de HF e VHF, medidores etc.), grande quantidade de instrumentos cirúrgicos, grande estoque de remédios, os mais diversos, grande quantidade de bússolas portáteis, grande estoque de sacas de arroz em casca, feijão, milho, grandes plantações de macaxeira, jerimum, melancia, maracujá, melão, laranjas, limão, criação de galinha em cercados, porcos e animais silvestres aprisionados em chiqueiros etc.

Estava, assim, descoberta a "grande área" citada por Marighella em seus documentos apreendidos.

A equipe retornou a Xambioá, tendo sido o relatório transmitido para o CIE/ADF por fonia via São Paulo pela estação de rádio de uma serraria.

No dia seguinte, o Cabo Marra, da PM de São Geraldo, em frente a Xambioá, lado do Pará, vindo de canoa em companhia de um morador, Zé Caboco, apresentou-se ao Major Licio e informou que o morador se prontificava a levar a equipe até a casa da Dina, que era sua vizinha. Alguns moradores locais se aproximaram e um deles, Piloto Pedro Careca, informou que poderia levar de avião alguns elementos até o castanhal da Viúva, cujo capataz, senhor Victor, nos indicaria o caminho.

Quando a equipe (4 homens) chegou lá, o grupo da Dina já estava em fuga, avisado que fora pelos três elementos que fugiram anteriormente. Eram cerca de vinte pessoas. O Cabo Marra e quatro soldados da PM se juntaram à equipe do CIE, pois tinham marchado a noite toda até lá.

Foi iniciada a perseguição, quando aparece repentinamente um "morador" de mochila às costas, chapéu de vaqueiro, revolver e facão na cintura; declarou chamar-se Geraldo. Foi detido e deixado com o cabo Marra e soldados enquanto reiniciávamos a perseguição.

Pressentindo o avanço da nossa equipe, os fugitivos esconderam quase toda a carga que transportavam e passaram a progredir mais rápido, bons conhecedores que eram da área. A equipe destruía a carga escondida, quando são escutados três tiros de fuzil vindos de onde estava o Cabo Marra com o Geraldo. Como já estivesse escurecendo e chovendo torrencialmente, dificultando a perseguição, mascarando as pegadas, ficou resolvido voltar.

O Geraldo, mesmo algemado e com uma pesada mochila nas costas, tinha disparado em desabalada carreira pela mata, tentando fugir, quando foram dados três tiros de advertência. Novamente preso, com a chegada da equipe, se abrigam num mocambo de palha e o Geraldo tenta explicar que é morador da área e tinha tentado fugir porque estava assustado com tanta gente armada na mata.

Nada tendo sido achado de anormal em sua mochila, já estava para ser liberado. O chefe acatou as ponderações dos demais componentes da equipe e do

prisioneiro, mas antes de soltá-lo resolveu fazer pessoalmente uma nova vistoria na mochila, tendo achado um tubo de alumínio, de pastilhas de remédio, contendo linhas finas de pesca e anzóis pequenos, típico material de sobrevivência. Ao perguntar alguns detalhes ao Geraldo, notou que ele estava ficando pálido e assustado. Retirado todo o material de pesca do tubo, foi avistado no fundo um papel pautado de caderneta. Era a mensagem do B para o C, em linguajar militar.

Geraldo, perante tamanha evidência, não teve alternativa e respondeu às poucas perguntas que lhe foram feitas. No verso de um papel de um pacote de cigarro, foi anotado, com um toco de lápis, o que declarou.

O preso era, sem sombra de dúvida, elemento importante da organização.

Cada vez mais aumentavam as surpresas. Mas era apenas a extremidade sul da "grande área".

No dia seguinte, como combinado, num pequeno helicóptero de uma mineradora, chega o Major Othon Cobra, ao qual foi entregue o Geraldo, sendo conduzido para Xambioá e, posteriormente, para Brasília, onde foi interrogado.

Conclusão: tratava-se do subcomandante do grupo B, José Genoíno.

Graças aos militares, foi recolocado no bom caminho, após cumprir um curto período de prisão. Resta a dúvida se reconhecerá...

Triste notícia veio dias depois. Dois bandidos perseguiram e assassinaram a facadas o filho do Antonio Pereira, apenas por ter-nos acompanhado poucas horas na mata. Destruíram uma família honesta, simples moradores afastados do mundo, no interior da mata. Tiveram que se mudar para Xambioá e a família foi se deteriorando, acabando, morrendo de desgosto. Nunca foi dada pelos bandidos uma nota de arrependimento, um pedido de desculpas à família do Antonio Pereira. Pelo contrário, encobrem o assassinato frio e perverso. Hoje, distorcem a verdade dos fatos, são irrecuperáveis. Agora, na expectativa de uns trocados, os moradores, eles próprios, distorcem os fatos a gosto dos inquiridores.

Dizem, Pedro Albuquerque (o Jesuíno) e José Genoíno (o Geraldo), que foram torturados.

Primeiro, Pedro Albuquerque já tinha dado o "mapa da mina"; não havia motivo para torturá-lo. Confessou que tentara o suicídio por medo do justiçamento, pois conhecia bem os companheiros. Foi ponderado ao General Bandeira, inclusive, que não havia necessidade dele servir de guia. Fez um passeio pela mata, durante quase três dias, completamente solto, livre, cumprimentado por alguns moradores, não tentou fugir. Nem mesmo durante a noite, quando dormimos nos abrigos do sítio do Antonio Pereira. Nem mesmo guarda foi estabelecida, pois não acreditávamos no perigo do "inimigo".

Quanto a Geraldo, talvez a "tortura" a que ele se refere tenha sido a companhia de gente carrancuda e armada numa remota área desolada da Amazônia, como ele mesmo alegou para o fato de ter tentado a fuga. Principalmente depois de lida a mensagem que portava, do Osvaldão, do grupo B da Gameleira, para o Antonio da Dina, do grupo C. Não havia motivo, portanto, para torturá-lo. E está vivo até hoje, e muito vivo...

Como foi o combate com o grupo militar da guerrilha?

Num de seus livros, Elio Gaspari escreveu que o caso "Sônia" foi o episódio mais notável da guerrilha, distorcendo propositalmente os fatos e enaltecendo o fanatismo da "Sônia". Mais um erro grosseiro. O caso da Sônia talvez tenha sido o mais inusitado, por tratar-se de mulher. Mas o combate com o grupo militar da guerrilha foi muito mais importante, muito mais sangrento, tendo desmoralizado o movimento do PC do B: eles perderam, em um único combate, quatro elementos dos mais importantes (um deles entrincheirou-se atrás de uma árvore e conseguiu fugir em desabalada carreira, após cessado o tiroteio, pois estava sem arma na mão e ninguém atirou nele), todos com cursos na Albânia, Argélia, China e Cuba etc. O que fugiu, soubemos depois, era o João Araguaia, desapareceu na mata.

Os bandidos ficaram desmoralizados e, na realidade, foi o começo do fim, até a morte do Osvaldão. Por este motivo, fazem pouco alarde do ocorrido, dizendo que foram emboscados, que estavam famintos etc., embora saibam realmente o que aconteceu, uma vez que o que conseguiu escapar deve ter relatado o fato. Uma emboscada fica demonstrada ser impossível, no caso, pois numa perseguição na mata não se sabe onde eles vão passar.

Tudo se originou no assalto a um quartel da PM, ao alvorecer de um determinado dia, pegando a guarnição de surpresa. Incendiaram todas as instalações, quartel, refeitório, almoxarifado, corpo da guarda, casa da estação de rádio, paiol etc., levando todo o armamento (fuzis, revólveres), toda a munição e todo o fardamento, todo o dinheiro e material individual, agredindo com coronhadas, torturando e humilhando os militares, inclusive deixando todos de cueca. Uma ação audaciosa e reveladora da grande confiança que possuíam até então.

Deixaram um recado com o Tenente comandante do destacamento: "Que ninguém ouse nos seguir, pois agora estamos bem armados e o pau vai quebrar...". E quebrou mesmo, mas para o lado deles, principalmente.

Foi iniciada a perseguição com o efetivo de um GC, comandado por Oficial do CIE (Major Licio), ainda com o Quartel fumegando, dez horas após terem fugido.

Os bandidos, com a carga que levavam, deixavam pistas nítidas na mata e a velocidade de marcha era relativamente pequena devido ao peso da carga resultante do saque.

No terceiro dia da perseguição, a despeito das fortes e constantes chuvas, houve o confronto, cerca das 15h. Eles deram três tiros às 6h da manhã, caçando porcos monteiros. Cercados os bandidos, foi dada a voz de prisão, obtendo-se como resposta um tiro dado por um deles que estava de vigia mais à frente e que não tinha sido visto. O revide foi inevitável, imediato.

Do nosso lado, um soldado com ferimento na perna, julgado a princípio que tinha sido atingida a femural e outro soldado com distúrbios psicológicos (vomitando seguidamente e aparvalhado).

Conforme combinado via rádio, os mortos e feridos e todo o material foram transportados para o sítio da Oneide e entregues ao PIC para a devida identificação etc., uma vez que o local do combate não era localizado nas cartas. Foram seis horas de marcha extremamente difícil, numa estreita trilha em plena mata, com os cadáveres, feridos e carga sendo transportados em muares que estavam abandonados pelos moradores e foram providenciados pelos guias (Luiz Garimpeiro e Antonio Pavão). A munição de fuzil foi destruída, jogada num buraco da mata.

Numa reportagem na imprensa, um mateiro afirmou que a tropa do Exército já chegava atirando.

Primeira mentira: os mateiros iam ficando para a retaguarda na iminência do confronto. Ficavam quietinhos lá atrás até o cessar fogo. Assim, não podiam ver os primeiros instantes após dada a voz de prisão. E sempre aprovei isto, claro.

Segunda mentira: como os bandidos estavam fardados, tendo o Zé Carlos o gorro de 2º Tenente da Policia Militar do Pará na cabeça (caqui com estrela vermelha), teria obrigatoriamente que ser dada a voz de prisão para certificar-se de quem se tratava, invariavelmente.

Terceira mentira: na área, agiam vários grupos de combate, principalmente em reconhecimento, o que tornava imperiosa a identificação para não ocorrer acidente entre tropas amigas. Jamais poderia haver precipitação no encontro na mata. E nunca houve, que eu saiba.

Se a intenção fosse realmente acabar com eles, de qualquer maneira, o João Araguaia não teria sido poupado; estava sem arma na mão e ninguém atirou nele.

O mais gritante de tudo, que anula a versão de já chegar atirando, é que seria muito mais fácil levar prisioneiros marchando algemados pela mata do que transportar cadáveres em lombo de muares. Dificilmente o local dos combates, em mata fechada, permitia o pouso de helicóptero. Inclusive, eles continuariam trans-

portando as próprias cargas que roubassem. As informações que poderiam fornecer também eram de suma importância e foram perdidas, uma vez que o sobrevivente, muito ferido, não estava em condições de falar na manhã seguinte. Ele apenas deu o nome de cada um componente e da importância do grupo. Sofreu muito durante a noite e no caminho, tendo chegado muito mal no sítio da Oneide, onde foi medicado e identificado.

Tanto no caso da descoberta do local da guerrilha, quanto em todos os demais, era dada a voz de prisão. Os três elementos avistados (dois homens sem camisa e uma velha) no final da trilha de Pará da Lama, e que escaparam fugindo para a mata, podiam ter sido alvejados facilmente, tal a proximidade a que chegamos, uns 80 metros.

O mesmo poderia ter sido feito com o "Geraldo" que, inclusive, tentou fugir.

O Pedro Albuquerque está vivo, em Recife, só temendo o justiçamento por parte dos antigos camaradas de aventura.

O caso da Sônia demonstra de maneira insofismável este procedimento das patrulhas. Ela poderia ter sido alvejada mortalmente, ao puxar a arma, mas preferiu-se deixá-la ferida, após 6 sucessivas advertências.

Coronel Lício, como foi o caso "Sônia"?

Ela fazia parte de um numeroso grupo (depois confirmado, com dezoito subversivos do grupo A, do Paulo).

Estávamos seguindo o grupo na mata e, em determinado momento, a Sônia voltou inesperadamente, recebendo voz de prisão, repetida três vezes, e mais as advertências "não faça isso", à medida que ela tentava sacar o revólver do coldre.

Após a terceira advertência, como Sônia continuava, já tendo a arma na mão, foi alvejada na perna e caiu. Fui rapidamente até ela e, enquanto procurava o revólver, disse-lhe para ficar quieta que iríamos salvá-la.

Não achei o revólver no meio da espessa folhagem, já com razoável escuridão na mata fechada. Tivemos que ir em perseguição ao restante do grupo de subversivos, que fugiu, atravessando um córrego e atirando em nossa direção.

Como anoitecia – a mata já ficava bem escura – voltamos; atravessar o córrego seria expor-se muito ao inimigo.

Aproximando-me da Sônia, caída, ela abriu fogo, à queima-roupa, pois tinha encontrado o revólver. Incontinenti, nossa equipe reagiu, alvejando-a mortalmente. Caí desacordado e fui socorrido pelos meus companheiros.

Levei dois tiros, um no rosto e outro na mão; o Capitão Curió, que vinha atrás de mim, foi atingido no braço.

No grupo de subversivos encontrava-se um garoto, morador da região, que relatou depois que eles tinham preparado uma emboscada, uma vez que eu estava sendo carregado numa rede armada e suspensa num pau, nos ombros de dois soldados, cujos fuzis eram levados pelos companheiros. Essas armas ficaram batendo um contra a outra, a tiracolo, o que fazia um barulho nítido de metal contra metal.

O mesmo garoto declarou, muitos anos depois, que esteve no local 4 meses depois do incidente e viu os ossos ainda lá. Uma comissão séria que quisesse localizar restos mortais (se quisesse mesmo) já deveria ter ido lá. E por que nunca foram?

Pouco antes do local da emboscada, foi feita uma parada para descanso da equipe, reinando o silencio da mata, já noite. Tendo eles interpretado como se tivéssemos pressentido a emboscada, fugiram.

Teria sido uma dura experiência, para nós, devido à total surpresa.

Fui levado para a vila de São José, de lá para Marabá e, em seguida, para Belém, onde permaneci algum tempo para me recuperar, principalmente, da perda de sangue.

Depois, fui evacuado para Brasília, operado no Hospital das Forças Armadas para retirada do projétil. Operação delicada, pois o projétil estava alojado no pescoço, próximo à coluna e eu poderia ficar paraplégico. Após um mês, fui submetido a uma pequena cirurgia corretiva na feia cicatriz do rosto.

Três meses depois do incidente fui mandado de volta a área, já recuperado, aparentemente. Até hoje tenho seqüelas: perdi vários dentes, com a arcada abalada sem possibilidade de correção; fiquei completamente surdo do ouvido direito e uma sinusite crônica surgiu no rasto dos resíduos de chumbo deixado pelo projétil. O tiro na mão, por sorte, atravessou a palma, não tenho atingido nervo nem osso algum. Com o Curió, o projétil atravessou o braço, sem maiores conseqüências. Diz Elio Gaspari que este foi o episódio mais notável da guerrilha, enaltecendo o fanatismo da Sônia, o que demonstra o pouco apreço que tem pela exatidão do que escreve.

Doutor Adolpho Lindenberg

Nascido em 3 de junho de 1924, na Cidade de São Paulo, formou-se em engenharia civil no ano de 1950, pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, também na Cidade de São Paulo. Foi professor contratado da Pontifícia Universidade Católica – São Paulo (PUC-SP), na matéria de Sistemas Econômicos.

Desde moço integrou a organização Tradição, Família e Propriedade, onde atuou na preparação da Revolução de 1964. Trabalhou ainda na edição de quatro livros favoráveis à livre iniciativa, condenando a socialização da economia. Publicou há três anos o livro "O Mercado Livre numa Sociedade Cristã", que teve seus exemplares publicados além das fronteiras do Brasil, nos Estados Unidos, em Portugal e na Itália.

Preside a construtora Adolpho Lindenberg, que leva o seu nome, e que já construiu mais de 400 edifícios em diversas cidades do Brasil, sobretudo em São Paulo, com mais de 4 milhões de metros quadrados de construção, incluindo o Hotel Tropical, de Manaus-AM.

Entrevista realizada em 6 de dezembro de 2001.

Primeiramente gostaria de agradecer o convite para vir aqui fazer este depoimento, que julgo importante. A colaboração para se ter uma visão objetiva do que foi a Revolução de 1964, mesmo pequena como a minha, pelo fato de ela existir, é importante.

Quero igualmente dizer que para mim é uma satisfação enorme estar aqui entre militares, pois sempre fui um grande entusiasta das Forças Armadas do Brasil e acho que se não houvesse uma participação preponderante das lideranças das Forças Armadas na Revolução de 1964, ela não teria se realizado e provavelmente hoje estaríamos num regime semelhante ao cubano.

Dando início às minhas memórias daquele tempo, gostaria de chamar à atenção de que o comunismo é um sistema totalitário; ele age em todos os ramos da atividade humana. Depois da guerra, entre 1950 a 1960, apareceu um movimento de tendência claramente esquerdista e socializante nos meios católicos.

Essa influência proveio da Universidade de Luvain, na Bélgica. Então, veio para cá grande número de padres dominicanos formados em Luvain, e aqui difundiram o pensamento pseudocristão, mas de tendências claramente socialistas.

E é preciso reconhecer que eram homens de grande cultura, com todo prestígio de terem vindo do exterior e foram logo apoiados por vários bispos importantes aqui do Brasil, principalmente por Dom Hélder Câmara, que naquele tempo gozava de um prestígio ímpar; posteriormente foi apoiado pelo Cardeal Mota (Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota), aqui em São Paulo.

Esses elementos esquerdistas conseguiram criar, aqui no Brasil, uma novidade, que foi a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Essa CNBB se arrogou o direito de falar em nome da Igreja e como ela era integrada por alguns poucos bispos claramente socialistas, começou a propagar, em nome da Igreja, princípios, idéias e concepções claramente esquerdistas.

Assim, por exemplo, quando se desencadeou o movimento de reformas de base aqui no Brasil, por volta de 1960, todo episcopado representado pela CNBB apoiou essas reformas de base. A maioria dos bispos não se interessava pelos assuntos e às vezes até eram contrários às orientações esquerdistas, mas eles não eram figuras proeminentes e não tinham o apoio da CNBB.

Então, o que é que aconteceu? Os bispos liderados por Dom Hélder Câmara e pelo Cardeal Mota dominaram a CNBB e espalharam pelo Brasil a noção de que a Igreja era a favor da luta dos pobres contra os ricos, que era preciso limitar os direitos de propriedade, que era preciso combater o "imperialismo americano", que a solução cubana era condenável por ser uma revolução atéia, mas do ponto de vista social era muito instrutiva etc. Vários padres, entre eles o Frei Betto, começaram a viajar para

Cuba e a falar nos sermões: "É preciso haver reformas de base no Brasil, é preciso haver uma revolução social no Brasil, é preciso combater o capitalismo, é preciso acabar com o imperialismo americano." Enfim, todas essas teses clássicas da esquerda.

Diante desse quadro, nosso movimento, quer dizer, o movimento da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que foi fundado e dirigido por Plínio Corrêa de Oliveira, chamou a si a tarefa de tentar esclarecer ao público que as reformas de base e todas as medidas de caráter socializante não eram imposições da Igreja. Eram propostas de apenas alguns membros proeminentes do catolicismo, mas que a Igreja como tal, em sua doutrina, era contrária a isso. Ela sempre defendeu os princípios da propriedade privada, da liberdade humana e sempre condenou o regime comunista.

Então, querer transformar o Brasil num regime simpático ao comunismo era uma coisa contrária à doutrina da Igreja. Mas isso o povo não sabia e essa tarefa a TFP decidiu assumir e se dedicou durante mais de dez anos a tentar elucidar a opinião pública a esse respeito.

A principal obra que a TFP publicou, naqueles idos, foi a "Reforma Agrária – Questão de Consciência", uma crítica à primeira Lei de Reforma Agrária que houve aqui no Brasil, apresentada em março de 1960 pelo Governo paulista de Carvalho Pinto. Eles ficaram com medo de chamá-la de reforma agrária, que é um nome tipicamente comunista, timbrado pelo Partido Comunista, e chamaram-na, então, de "revisão agrária". Mas já tinha os venenos, os erros tipicamente socialistas. Um desses erros era as desapropriações das fazendas por títulos do governo. Todos nós sabemos que esses títulos do governo, quando eram emitidos, valiam a terça parte e em poucos anos valeriam muito menos. Então, era praticamente um confisco das fazendas.

Esse livro foi distribuído largamente, pelo Brasil todo, por equipes da TFP. Naquela época, edições de cinco mil, dez mil exemplares, já eram edições recordes; o número de livros vendidos no Brasil chegou a 30 mil exemplares e foi o maior *best seller*, naquele tempo.

Provocou uma verdadeira revolução nos meios religiosos brasileiros, porque o livro mostrava que a agricultura no Brasil funcionava muito bem, que a produção estava crescendo, que o confisco das propriedades era um roubo, portanto contrário aos mandamentos da igreja e que a estatização da economia agrícola traria os mesmos inconvenientes que a estatização industrial, comercial e rural trouxeram nos países comunistas, onde existia.

Naturalmente, foi combatido violentamente pelos bispos da esquerda. A CNBB não teve coragem de condenar oficialmente o livro, mas combateram as teses do livro, dizendo que quando se defendia as grandes propriedades era preciso pensar nas pequenas propriedades. Uma bobagem total, porque quem defende a grande

propriedade, defende tanto a média como a pequena, também. A violência no combate dos bispos à TFP foi algo inacreditável e, só para dar uma idéia, vou relatar um pequeno fato acontecido na ocasião.

Era professor no Liceu Coração de Jesus, na cadeira de Sistemas Econômicos e o Cardeal Mota tomou posse aqui em São Paulo, se não me engano, em julho ou agosto, quase no fim do ano de 1960 ou 1961. O superior do colégio me procurou e disse:

– Dr. Adolpho, os alunos gostam muito do senhor, têm uma verdadeira veneração pelo senhor e lamento muito, mas recebi ordens superiores em que o senhor precisa deixar de ensinar aqui na faculdade.

– Não tem problema – respondi. Estamos em outubro, falta apenas um mês de aulas; dou este mês de aulas que falta para encerrar o ano letivo e no ano que vem não retorno mais à faculdade.

Não comentei com os alunos e na semana seguinte voltei para dar aula. O reitor me procurou, muito envergonhado, e disse:

– Olhe doutor, é um sacrifício para mim, mas tenho que dar uma informação ao senhor: a ordem dada pelo Cardeal é de que o senhor abandone esta faculdade, já. Não pode nem acabar o ano letivo.

Passei pelo vexame de ser afastado de uma cadeira durante o último mês de ensino, o que, sem dúvida, era uma violência. Nós também editávamos um jornal legionário, aqui em São Paulo, e foi a primeira coisa que o Cardeal mandou confiscar; enfim, se seguiram perseguições de todo jeito.

Agora tivemos a sorte de ter dois prelados que nos apoiaram muito, um foi Dom Geraldo de Proença Sigaud, que morava em Belo Horizonte, e o outro Dom Antonio de Castro Mayer, que foi bispo de Campos. Esses dois, o Dr. Plínio Corrêa de Oliveira e mais o economista Luís Mendonça de Freitas é que escreveram o livro "Reforma Agrária – Questão de Consciência".

Eles fizeram cartas pastorais apoiando a nossa obra e tiveram a grande vantagem de mostrar ao público que o episcopado estava cindido. Havia parte do episcopado contrário à reforma agrária, contrários às reformas de base, e se não houvesse esses dois bispos, a impressão que o povo brasileiro teria, que é um povo muito religioso, era de que o episcopado estava inteirinho favorável às teses da esquerda. O grande mérito de Dom Sigaud e Castro Mayer foi mostrar que havia bispos contrários às orientações esquerdistas e o grande mérito da TFP foi publicar esse livro e difundi-lo por todo o Brasil.

Outro movimento de reação que provocamos, no qual conseguimos um resultado muito bom, foi em Minas Gerais – uma das principais reservas morais da Nação está em Minas Gerais, que ainda é um Estado de costumes muito preservados.

Houve um abaixo-assinado de sete mil universitários mineiros interpelando o então presidente da JUC (Juventude Universitária Católica), que era o Franco Montoro, depois foi Governador de São Paulo, o qual tinha se declarado eqüidistante entre o capitalismo e o comunismo. Os universitários questionavam-lhe, pois pela doutrina católica não havia como ficar eqüidistante, nesse assunto.

Também, apoiamos um movimento em Bagé-RS e conseguimos um abaixo-assinado de 30 mil assinaturas de fazendeiros contrários às reformas de base.

Quanto ao mais, passamos a divulgar nossas teses através de cursos, aulas, conferências e publicações. Editamos um jornal chamado *Catolicismo*, que substituiu *O Legionário*, que fora confiscado pelo Cardeal. Enfim, colaboramos muito na preparação da opinião pública católica para preveni-la contra o crescimento abusivo da socialização, no Brasil.

Posso afirmar que as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, tanto em São Paulo como em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, não foram promovidas pela TFP, mas nasceram de uma ação adrede preparada da TFP, esclarecendo os meios católicos de que a Igreja era contrária aos princípios marxistas. Creio que se não houvesse essa atuação, eles não teriam aderido a essa marcha. Assim, a grande preparadora psicológica das marchas foi a TFP e essa, na minha opinião, foi a maior colaboração da TFP à Revolução de 31 de Março de 1964.

Nosso desempenho não teve caráter político, pelo contrário, até nos afastamos; não houve qualquer elemento da TFP ocupando um cargo político, depois da Revolução de 1964. Também não participamos da luta armada e sempre nos mantivemos distantes dos governos militares, não porque achássemos que eles fossem maus, mas no sentido de que a nossa atividade era outra; nossa atividade era no campo ideológico.

Várias vezes solicitamos aos chefes militares, que tivessem os olhos abertos para a difusão dos princípios marxistas, que continuava a existir, mesmo depois da eclosão da Revolução.

Em pleno regime militar as livrarias brasileiras estavam encharcadas de livros esquerdistas e grande parte dos livros ideológicos publicados eram livros comunistas; livros anticomunistas quase não existia. Foi publicado na década de 1960 um livro escrito por um russo Victor Kravchenko, "Eu Escolhi a Liberdade", que descrevia a dura realidade da Rússia. Esse livro foi combatido e evitado por grande número de livrarias, aqui no Brasil. Era preciso distribuí-lo nas ruas, porque as livrarias se negavam a vendê-lo, sendo que foi um *best seller* mundial.

Então, alertamos várias vezes os generais de que era preciso atuar, também, no campo ideológico, porque os professores universitários e todos aqueles que

dirigiam o pensamento brasileiro – jornalistas, poetas, artistas, escritores, músicos etc. – eram de esquerda. Durante todo o governo militar eles agiram e acabaram triunfando; talvez não politicamente, mas ideologicamente triunfaram, porque o pensamento de esquerda realmente acabou preponderando no Brasil. A imprensa e os livros continuaram difundindo as idéias da esquerda, as músicas de Geraldo Vandré, Chico Buarque e Vinícius de Moraes eram comunistas e dominaram naquele tempo e continuam, ainda dominando, até hoje. Infelizmente, a *inteligentzia* brasileira continua de esquerda. Temos que reconhecer: a Revolução de 1964 venceu política e militarmente, mas ideologicamente a esquerda venceu e isso é lamentável.

Gostaria também de relatar sobre uma atividade que participei com três dirigentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES foi um Instituto civil que atuou muito com o fito de difundir os princípios da livre iniciativa, da propriedade privada e, também, condenando as reformas de base do Governo de João Goulart.

Junto com três diretores membros do IPES, o Paulo Ayres Filho, o João Baptista Leopoldo Figueiredo e o Paulo Reis de Magalhães, formamos uma caixa única com o objetivo de traduzir quatro livros favoráveis à livre iniciativa. Um deles chama-se "O Caminho da Servidão" principal livro de Hayek, fundador da Escola Neoliberal.

Traduzimos e publicamos esse livro; fizemos uma edição de cinco mil exemplares. Procedemos, ainda, a tradução e a publicação de mais três livros, tudo à nossa custa, e distribuímos gratuitamente os quatro livros por todos os quartéis brasileiros, por todas as universidades brasileiras, por todos os seminários brasileiros e para todos os jornalistas que tratavam de assuntos políticos. Quer dizer, eles podiam ser contra, mas não podiam dizer que eram ignorantes. Esses quatro livros já mostravam o que seria a economia de mercado, que veio triunfar nos dias de hoje.

Hoje, a economia de mercado é dominante no mundo, mas naquele tempo não era. A economia de mercado, antes da queda do Muro de Berlim, era vista como algo capitalista, norte-americana, desnecessária e prejudicial a países emergentes. E esses quatro livros mostravam exatamente que o regime socialista, de economia protecionista e estatizante, empobrecia os países, como realmente até hoje empobrece. É conhecida a miséria existente na Coréia do Norte, na Alemanha Oriental e nos países da Europa Oriental, todos de regime estatizante e dirigista.

Ficamos muito satisfeitos com a publicação desses livros. Posteriormente muitas pessoas, diria que mais de 100, vieram falar comigo que tinham mudado

de ponto de vista, graças aos livros que tinha enviado. Essas publicações prepararam alguns professores para receberem com mais boa vontade os princípios da economia de mercado.

Nas Forças Armadas sempre preponderou um espírito nacionalista, no bom sentido da palavra, de grande apego e amor aos valores nacionais e com o intuito de defendê-los contra os valores extrínsecos à Pátria. Mas, infelizmente, parte dos militares nacionalistas foi influenciada pelas idéias totalitárias do dirigismo econômico e se tornaram favoráveis a regimes estatizantes. Para esses também mandamos os livros. Reconhecíamos neles pessoas mal-informadas e não mal-intencionadas como eram os jornalistas, escritores e políticos da esquerda. Distribuímos com todo cuidado esses livros favoráveis à livre iniciativa, para um melhor esclarecimento.

O General Ernesto Geisel foi o expoente desse tipo de pensamento nacionalista militar, no Brasil. Para se ter uma idéia, quando seu Governo terminou, mais de 50% da economia brasileira estava nas mãos do Estado. Lembro-me de um professor inglês, que esteve aqui no Brasil, dizer: "O estado atual da economia do Brasil é o sonho dos partidos socialistas da Europa daqui a trinta anos." Esse era o tempo necessário que eles imaginavam para poderem estatizar a economia e chegar à situação do Governo do General Geisel, que levou quatro anos para fazê-lo.

Portanto, para nós, o Governo do General Geisel realizou mais pelos princípios socialistas do que um possível Governo do Lula. Esse, se houvesse, iria encontrar uma reação muito grande. O Geisel não teve reação alguma, ele era um herói da Revolução, era uma figura ímpar da Revolução; quem teria coragem de dizer que ele estava defendendo um princípio dirigista? Mas a realidade foi essa: no Governo Geisel, 50% da nossa economia estava nas mãos do Estado.

Não sei até que ponto os livros tiveram influência nas Forças Armadas, mas alguns militares, amigos nossos, disseram que vários outros militares leram esses livros. Sinto-me muito satisfeito em ter colaborado com isso.

Também, nos últimos três anos, publiquei um livro chamado "Mercado Livre numa Sociedade Cristã", que aborda a mesma tese da TFP dos idos de 1960 a 1964, mostrando que os princípios socialistas em si mesmos são contrários à ordem natural e, como tal, são contrários aos ensinamentos da Igreja. Mostra, ainda, que o livre mercado não é o que eles chamam de capitalismo selvagem, mas o capitalismo selvagem é uma mera caricatura do livre mercado. De qualquer coisa, até das melhores, se pode fazer caricatura.

Evidentemente que o capitalismo, se bem que seja um regime de acordo com a ordem natural, precisa ser feito obedecendo às leis. O governo de um Estado

capitalista, em vez de agir na ordem econômica, deve cuidar para que as empresas e o comércio obedeçam as leis. Essa é a função específica do Estado, aliás muito nobre. Ele é quem faz as leis e controla a aplicação das mesmas, mas a produção e a comercialização devem ser deixadas nas mãos dos empresários, porque são as pessoas capazes para fazerem isso.

O livro se refere um pouco aos danos que a economia dirigida-socialista provocou no mundo inteiro e prepara algumas “figuras” imaginando como seria uma sociedade verdadeiramente cristã, de acordo com as leis e numa economia sadia, diferente do que vivemos hoje.

Nessa questão, descrevo no livro como era o modo de viver antigo do Brasil, o Brasil de antigamente, sob muitos aspectos superior ao de hoje. Não defendo no livro uma volta pura e simples ao passado, porque isso é algo inviável, mas defendo certos aspectos do patriarcalismo brasileiro como muito mais humanos, muito mais dignos e muito mais saudáveis do que a sociedade moderna em que vivemos.

Por exemplo, antigamente havia o predomínio da família em todos os ambientes, o que hoje em dia não existe mais. Ainda se encontram resquícios dessa superioridade nas cidades do interior e quanto mais interior for, maior o predomínio da família.

A família é um instrumento que se opõe ao capitalismo selvagem. Ele permite que cada elemento da família tenha sua produção e sua propriedade, mas ela suaviza as relações com auxílios mútuos, com empréstimos, com carinho, com apoio, com correções; quer dizer, o modo do homem operar economicamente não é independente, não é aquilo que o americano diz *self made man*. O próprio modo do cristão operar na área econômica é como membro de uma família: apoiando-a e sendo apoiado. Então, esse intercâmbio entre o homem e a família, no modo de atuar econômico, para mim é a solução dos grandes males da sociedade moderna e isso procurei mostrar nos meus livros.

Vou explicar para os senhores uma coisa inacreditável, esse livro – “Mercado Livre numa Sociedade Cristã” – publiquei nos Estados Unidos, Portugal, Espanha e por que não o publiquei no Brasil? Simplesmente porque as livrarias não aceitam pô-lo nas estantes. Procurei a Saraiva, a Siciliano e, mesmo abrindo mão da minha parte na venda do livro, responderam ser o tema de meu livro polêmico e que achavam melhor deixar para mais tarde.

É o chamado patrulhamento ideológico.

Sou a prova da existência do patrulhamento ideológico até o ano de 2001. O patrulhamento ideológico foi denunciado na década de 1970 e trinta anos depois, já com todas as economias liberalizadas, queda do Muro de Berlim e tal, no

Brasil ainda não se consegue colocar à venda um livro sobre livre mercado. Vejam os senhores o que é patrulhamento ideológico!

Tudo o que não for favorável às teses de esquerda, eles não divulgam, não deixam publicar.

Nesse sentido, as humilhações que sofremos, nós, membros da TFP, membros dos IPES, enfim, defensores da livre iniciativa, foram inúmeras. Por exemplo: nos impedir de falar em conferências, de publicar livros ou suspender artigos em jornais. Um dos raros pensadores favoráveis à livre iniciativa com direito de publicar artigos em jornais era o Roberto Campos, um homem que varou, conseguiu cortar a "cortina". Assim mesmo, foi combatido, muito criticado.

Retomando a temática sobre a Revolução de 1964, creio que ela se perdeu exatamente porque desprezou, não combateu, os aspectos ideológicos do comunismo. Do ponto de vista militar e político foi brilhante, pelo menos nos primeiros governos: Castello Branco, Costa e Silva e Médici. Agora, do ponto de vista ideológico, ela se perdeu, quer dizer, não venceu os inimigos, tanto que eles continuam atuantes.

Outro defeito da Revolução foi permitir que os elementos nacionalistas do Exército – não estou condenando os nacionalistas em geral, estou me referindo aos nacionalistas simpáticos ao dirigismo – tomassem conta do Governo Geisel, que estatizou a nossa economia.

Algo mais que gostaria de falar neste meu depoimento, é que ninguém denuncia a perseguição às Forças Armadas e à Polícia pelos atuais governos de esquerda do Brasil. Desde quando o governo militar deixou de existir, discretamente, mas muito efetivamente, o Exército e a Polícia foram perseguidos e colocados em segundo lugar. Basta verificar os ordenados dos militares, que são miseráveis; isso é reconhecido pelo Brasil inteiro. A Polícia é a maior vergonha que existe sobre a face da terra. Critica-se a Polícia, mas ninguém critica os ordenados dos policiais; querer que um policial arrisque sua vida para receber um ordenado semelhante ao de uma cozinheira, de fato, é uma coisa horrível.

Realmente, a esquerda soube desprestigiar o Exército, desprestigiar as Forças Armadas e a Polícia. Os dois, hoje em dia, estão sem prestígio, sem força, e isso foi feito de modo pacífico que ninguém se queixa, mas como estou fazendo este depoimento, quero externar meu protesto contra essa ação.

Se os senhores notarem, independente de partidos, a grande maioria dos políticos que estão hoje no Governo do Brasil são elementos que saíram das forças de esquerda.

E existe um movimento muito sério aqui no Brasil para formar uma tríplice aliança com Cuba e Venezuela. Se tivermos a infelicidade do pessoal da esquerda

vencer as eleições, podem estar certos de que eles vão se aliar a Chaves, da Venezuela, e a Fidel Castro, de Cuba e, eventualmente, ao Peru e à Colômbia, conforme forem os acontecimentos lá. Não tenho dúvida alguma de que vai acontecer essa tríplice aliança, caso a esquerda vença as eleições presidenciais. Assim, temos um quadro hoje no qual a Polícia e o Exército estão desprestigiados e a *inteligentzia,* a imprensa e a cultura nas mãos deles; se, politicamente, eles vencerem, não há dúvidas de que o Brasil vai emergir numa situação semelhante à que houve em 1960.

Muito bem, o senhor sintetizou tudo o que vimos acontecer nos últimos anos e que estamos vendo. Como brasileiros, amantes desta Terra que somos, estamos vendo com muita preocupação. Gostaria de perguntar-lhe algo mais, apenas para complementar. O que o senhor nos diria sobre a organização e a atuação da TFP nos dias de hoje, de uma maneira geral?

A TFP sofreu dois golpes muito sérios: a perda do Plínio Corrêa de Oliveira, homem excepcional, possuidor de extraordinária capacidade de trabalho e inteligência; a queda dele foi realmente um baque muito violento; e o outro golpe foi a divisão interna, e o pior de tudo, formaram-se duas alas que se hostilizam; isso é a pior coisa que pode acontecer. A TFP brasileira continua publicando o seu jornal *Catolicismo* e fazendo novos manifestos. Agora, a TFP americana, francesa e espanhola vão muito bem.

Realmente, no Brasil, não podemos mais ter uma atuação tão importante como tivemos na década de 1970. Nessa ocasião tínhamos oito professores universitários dando aulas, mais de dois mil jovens se dedicando de corpo e alma às atividades deles, distribuindo livros, abaixo-assinados etc. Quando fizemos a campanha contra o divórcio, conseguimos 2 milhões de assinaturas, o maior abaixo-assinado da história, inclusive foi para o Livro dos Recordes, o "Guinness". Esses papéis com as assinaturas mandamos para a Câmara do Deputados.

Mas, nem assim eles se sensibilizaram a ponto de rejeitar essa lei, que tanto contribui para esfacelar a família, porque infelizmente muitos dos jovens hoje já se casam pensando: " Se não der certo, amanhã me separo..."

E esse amanhã pode ser daqui a alguns meses, isso é uma coisa muito ruim, porque sabemos que a lei do casamento cristão é indissolúvel; os casais devem se esforçar para se adaptarem.

A próxima pergunta seria sobre o momento atual e a Igreja Católica. O senhor citou dois grandes bispos que seguiram à risca os ensinamentos da Igreja Católica Apostólica Romana, impedindo que a esquerda tomasse conta da Igreja

Católica no Brasil. Mas esses bispos ou já estão aposentados ou já faleceram, assim como a esquerda perdeu alguns ou saíram de importantes funções, como em São Paulo e Recife. Pergunto se os substitutos são de uma linha mais equilibrada, acordes com a orientação do Papa?

Tivemos a sorte do Papa atual ser contrário à Teologia da Libertação, movimento da extrema esquerda, de grande radicalismo, ocorrido no meio católico. O Bispo Pedro Casaldáliga foi muito mais radical que Marx, Lênin e outros comunistas históricos.

Ele nem brasileiro é, mas veio agitar aqui, porque foi expulso da própria Espanha.

E esse bispo então, adotou a Teologia da Libertação, que não foi oficialmente condenada pelo Papa, mas foi cerceada, tanto que hoje em dia essa teologia é uma sombra do que era. Continua existindo, mas com uma ação muito limitada, e os bispos que o Papa tem nomeado são mais de centro. Por exemplo, Dom Paulo Evaristo Arns, de extrema esquerda, foi discretamente afastado.

Seu substituto já é mais equilibrado.

A grande vantagem foi que se deixou de ensinar ao povo que a Igreja estava a favor das idéias da esquerda. A população brasileira estava submetida a uma pressão muito forte para reconhecer que era preciso aderir à esquerda, supondo que isso é que estava de acordo com os princípios cristãos. Tal condição foi desmantelada, naquela ocasião, pela TFP e, hoje, pelo Papa e, inclusive, pelos bispos centristas que também não fazem mais essa pressão.

Assim, a população já pode respirar, embora ainda receba muita influência cultural da esquerda, mas já não é uma imposição, como havia naquele tempo.

Até nas próprias missas eram pregadas verbalmente, as filosofias de esquerda e comunistas; hoje isso já melhorou.

Agora, perguntaria ao senhor, na qualidade de grande construtor, sua opinião em rápidas pinceladas, sobre os chamados Movimento dos Sem Teto e dos Sem Terra?

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é claramente artificial. Procura seguir o modelo das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, da década de 1960, onde se organizou uma série de sindicatos de camponeses para invadirem fazendas, implantar a desordem e, enfim, instalar um governo socialista.

Por enquanto, nesse ponto é diferente das "Ligas Camponesas"; não se armou. Mas, ele está totalmente organizado como uma força militar, até me chamaram atenção, porque as tendas não variam, são pretas e alinhadas, como se fosse um acampamento militar. A disciplina interna é do tipo militar, quer dizer, tem seu chefe, seu subchefe, todos obedecem e os castigos são muito severos.

E a instrução também, um currículo escolar...

Eles já têm campo de treinamento, têm currículo e ensino próprios, quer dizer, eles estão formando líderes revolucionários.

Os Sem Teto (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST) é algo diferente. Representam uma população miserável, vivendo em favelas e realmente existe uma pressão social muito grande; são pobres coitados querendo casa para morar. Naturalmente, é um movimento também explorado pela esquerda.

Sobre essa questão gostaria de prestar um depoimento. Existe uma lei definindo os loteamentos. Eles só podem ser feitos de acordo com certas regras: largura, asfalto, água, esgoto, luz, enfim, uma infra-estrutura de primeiro mundo; maravilhosa, mas de primeiro mundo. Como a população brasileira não tem recursos para pagá-la, o que acontece? Ninguém faz loteamento.

Outro ponto é a demora para aprovar o loteamento, cerca de dois a quatro anos; às vezes os proprietários preferem vender a ficar esperando esse tempo para fazer loteamento. Resultado: toda a periferia de São Paulo cresceu com ocupação irregular do solo, por meio de favelas. Quer dizer, a favela é o fruto direto dessa lei apresentada pelos socialistas. Fizeram-na de propósito para criar uma população insatisfeita, sofrida, um caldo de cultura.

Pediria ao senhor, como temos feito a todos os demais colaboradores, que deixasse uma mensagem aos jovens que receberão a grande responsabilidade de conduzir os destinos de nossa Pátria.

A mensagem que gostaria de dar é a seguinte: Os jovens oficiais não têm idéia da importância deles. No passado, o militar brasileiro tinha uma posição muitíssimo superior à de hoje, que está reduzida à raiz quadrada do que era a importância do militar antigamente.

Creio que todos devem ficar convencidos da obrigação de lutarem para ocupar a posição de relevo e dignidade que lhes é de direito e para participar ativamente da vida política do País. Um militar convencido de suas prerrogativas, da sua missão, do seu dever e da sua honra é um elemento naturalmente defensor da ordem pública, dos valores brasileiros e da Nação.

Então, meu apelo a todos os jovens oficiais é esse: Tenham a consciência da importância dos senhores, tenham a confiança da dignidade da carreira dos senhores e assumam inteiramente o papel dos senhores na vida do Brasil!

Doutor Amadeu Armentano Neto

Nasceu em 14 de novembro de 1949, em Campinas-SP.

Cursos: Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo de São Francisco – 1974; Pós-Graduação, pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – 1980; Direito do Esporte, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo de São Francisco – 2000.

No Exército: Serviço Militar – 1968/1969 – no 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; Diploma de Amigo do Esquadrão Anhangüera – 1984; Diploma de Amigo da 2ª DE – 2000; Diploma de Colaborador Emérito do Exército – 2000.

No Esporte: Presidente do Conselho Deliberativo da Corpore – Corredores Paulistas Reunidos; Campeão da Taça Anhangüera – 2º Esq Rec Mec – 1969; Atleta do Ano – Magnum Esportes – 1981.

Maratonista, já competiu em 11 Maratonas, sendo seis delas em Nova Iorque, onde foi porta-bandeira da Delegação Brasileira de 1991 a 1995.

Obras publicadas: "A Pressão Social Sobre o Jovem Pré-Universitário" – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, São Paulo – 1980; "As Cortes Distritais do Brasil" – Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Desburocratização – 1982; "Viabilidade Econômica no Emprego de Navio de Passageiros entre os Hemisférios" – 1983/1984; "Poemas & Pensamentos" – Edicon – 2000.

Entrevista realizada em 20 de novembro de 2001.

Em primeiro lugar quero dizer da minha honra, da minha satisfação em ter sido convidado para participar do Projeto História Oral do Exército Brasileiro, projeto de fôlego, reconhecido nacionalmente e que vai resguardar a memória, tão abandonada em nosso País, de fatos históricos.

Vou prestar um depoimento factual, procurando evitar o nível ideológico, tendencioso portanto. Buscarei me ater a fatos, aos que presenciei como menino, numa família bastante politizada, muito interessada em política, muito brasileira.

Meu pai, Giuseppe Armentano, é brasileiro naturalizado, e na escrivaninha dele, então presidente da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo, cargo que exerceu durante muito tempo, esboçou-se o primeiro movimento para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que hoje é visto, por uma parte da imprensa, como movimento pejorativamente reacionário, o que não é verdade.

Analisar fatos passados não é tão difícil; o difícil é não ser tendencioso, evitar o "vamos puxar a sardinha para o nosso lado". Isso é o mais difícil.

Lembro-me de cenas familiares de extrema preocupação. Morávamos numa casa muito grande, com despensa e outras dependências típicas de antigamente; até engarrafávamos vinho. Papai saía com "bolos" de dinheiro, dinheiro vivo, que não valia, a grosso modo, quase nada, naquela época, para comprar víveres. Não existia supermercado, mas quitanda, feira, armazém, venda e, vez por outra, voltava sem muita coisa para casa, porque não tinha o que comprar.

Era um País absolutamente conturbado, vivíamos num estado, me lembro, de polícia, onde o estado de direito era algo como sonho ou utopia. O mesmo que reclamam hoje certos brasileiros, reclamava-se à época, onde a instabilidade pessoal, a instabilidade social e a instabilidade institucional, eram flagrantes.

Isso de 1961 até março 1964.

Essa situação adveio, obviamente, do que aconteceu depois da renúncia do Jânio Quadros. Foi uma época muito conturbada. Lembro-me com muita clareza do assassinato do Kennedy. O Brasil era um País absolutamente atrasado.

O atraso era algo absurdo. Natural de Campinas, viajava muito e nessa época só existia a Via Anhangüera e com uma pista para ir e outra para voltar. Era uma aventura, não era fácil; ligação telefônica para o Rio de Janeiro, pedia-se para uma determinada hora sem se saber, ao certo, a que horas obteria a ligação.

Quando Jean Pousat veio ao Brasil, já anos depois, parece que em 1970, não me lembro ao certo o ano, no comitê de recepção não tinha ninguém que falasse francês, pelo menos razoavelmente. Isso já em 1970, quando os eflúvios da Revolução já vinham acontecendo, já vinham começando a surtir os seus melhores

efeitos. Com certeza, tínhamos pessoas capazes de se expressar oralmente no idioma francês, mas não no comitê de recepção.

A Revolução não foi imposta. Se alguém ouvir que a Revolução de 1964 foi imposta, não é verdade. Resultou de um clamor público. Falo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que anos depois, já na década de 1980, em casa do doutor Manoel Figueiredo Ferraz, conversando com dona Leonor Mendes de Barros, dona Mariazinha, minha avó, minha mãe e outras pessoas, lembrávamos da marcha que, naquela época, se estiver errado por favor me corrija, reuniu mais de 1 milhão de pessoas, não é verdade? Porque minha memória pode me trair – quero que os senhores saibam que tudo que aqui está sendo falado é de "peito aberto", não tem nada escrito, não foi feito *briefing*, ninguém combinou absolutamente nada. Um milhão de pessoas, naquela época, era muita gente; hoje é muita gente, naquela época, mais ainda.

Depois de ter estudado e lido sobre o Movimento, depois de ter ouvido prós e contras, posso afirmar que foi necessário, à época. Não sei o que seria do Brasil hoje se não tivesse havido o Movimento revolucionário de 1964.

Condeno veementemente todo tipo de excesso, todo tipo de agressão à integridade física, moral, psíquica e intelectual de quem quer que seja. Sou, fui e serei sempre um homem de debate aberto. Não confundamos as coisas: excesso houve dos dois lados. Portanto, o excesso deve ser condenado onde aconteceu. Analisar fatos ocorridos, é fácil; acho um pouco mais difícil o antes e o durante, pois a toda ação corresponde uma reação contrária.

Em 1968, posso falar com mais propriedade, porque servia ao Exército Brasileiro, o nível de subversão, realmente, creio que chegou ao ápice. Era insustentável. Sentinelas do Corpo de Bombeiros eram assassinadas, às 3h da tarde, para roubarem a INA do cidadão. Para quem não sabe o que é INA, é uma metralhadora de mão que após trinta tiros disparados, o cano caía – tirando-se o exagero. Matava-se só para roubar a arma do bombeiro.

Eu mesmo tive a minha vida posta em risco, não que quisesse ou que ache isso ótimo, mas aconteceu aqui no Comando Militar do Sudeste. Foi logo depois da morte do Soldado Mário Kozel Filho, na explosão de um carro-bomba lançado contra o QG do II Exército, aqui na Rua Manoel da Nóbrega; foi difícil, foi muito difícil, foi uma época complicada, mas creio de depuração para o Brasil. O País foi obrigado a crescer, a enfrentar os seus problemas mais de frente e não vamos entrar aqui no mérito se o período dos governos revolucionários demorou mais ou menos e se foi bom ou ruim. Lembro-me perfeitamente do que vi, porque isso ficou bem gravado na minha vida, o Brasil antes e depois da Revolução de 1964: água e vinho.

Uma mudança radical, como citado agora há pouco pelo senhor, que para se telefonar de São Paulo para o Rio de Janeiro, as duas principais cidades do Brasil, às vezes levava-se horas. No ramo das telecomunicações parece que houve um grande progresso, colocando o nosso País alinhado com os primeiros do mundo nessa matéria, após a Revolução de 1964.

Mas não só nesse ramo. Trabalhei no mercado financeiro mais de 25 anos, mesa de operações e *open-market,* durante muito tempo, então você consegue ver as coisas de uma outra maneira; havia um alinhamento de mercados, se conseguia ter metas.

Hoje falam muito do Governo Médici, quando aconteceu o milagre brasileiro. Citam-no com menosprezo e menoscabo, mas realmente foi um milagre de competência.

Acredito – você não me perguntou mas vou dizer – que a Revolução deveria ter parado no Governo do General Médici. Não estou entrando no mérito dos dois governos posteriores, mas para mim tinha que ter terminado no General Médici. Seu Governo foi duro devido às circunstâncias. Os excessos, repito, condeno todos eles, sou um cristão antes de qualquer coisa. Depois, foi só desgaste; os fisiologistas dominaram e ficou tudo muito difícil. Se tivéssemos tido, logo após o General Emílio Garrastazu Médici, eleições diretas, teria sido no momento certo.

Você citou já por duas vezes que pela própria natureza lhana e amiga do brasileiro de um modo geral, nós, eu também gostaria de me incluir, somos contra todos os excessos, sobretudo aqueles que, como você falou, agridem eventualmente a outro ser humano, física ou psicologicamente...

Hoje em dia, existe uma confusão muito grande. É preciso parar com os ataques contra as Forças Armadas, contra o Exército. São integradas por pessoas como nós, como qualquer um, tem pai, mãe, filho, avó etc., alguns filhos mais excêntricos têm até iguanas dentro de casa. São pessoas que sofrem e que devem satisfação à grande maioria das suas famílias.

Então, o que eu queria dizer é que sob o ponto de vista militar, esse combate ao terrorismo infelizmente exigiu que os militares se movimentassem para conseguir sobrepujar a alguns maus brasileiros que estavam procurando ensangüentar a nossa Nação, nos idos de 1968, como você lembrou bem, e nos anos seguintes.

Sabemos que não se pode combater terrorismo com flores, de forma que os métodos foram duros mas não menos duros do que os dos próprios terroristas, que iniciaram esse processo, agredindo, assaltando e inclusive ensinando para os atuais bandidos, como seqüestrar, assaltar bancos e outras ações de mesma natureza.

Interessante é que alguns desses subversivos, assaltantes comuns de banco, bandidos de rua, de portar armas, de dar tiros em pais de famílias, hoje são deputados, e ninguém fala nada; acho isso um absurdo. Vivia-se no Brasil um estado de beligerância, não se pode ter ilusões acerca disso e, como tal, deveria ser tratado de modo bélico, não havia outra maneira. Isso não impede, mais uma vez, que se condene algum excesso.

Gostaria que você falasse um pouco sobre seu período de serviço militar, em 1968 e 1969, como integrante do nosso tradicional Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (Esqd C Mec), que naquele tempo era chamado de Esqd Rec Mec (Reconhecimento Mecanizado) e era sediado na Rua Manoel da Nóbrega, aqui perto deste Quartel-General, e sobretudo daquela operação CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo).

Quanto à tal falada operação CRUSP, sinto-me muito à vontade para falar a respeito, pois fazia parte do Pelotão Especial de Choque do Esquadrão.

Digam o que quiserem a respeito da invasão do CRUSP, mas o meu depoimento hoje, peço perdão por falar na 1ª pessoa, foi o que aconteceu.

Naquela época existia o pavilhão das moças e no sótão desse pavilhão, eu e o então sargento Florentino, hoje falecido, descobrimos o estoque de coquetéis *molotov*, na parte de cima – lembro até hoje –, eles estavam estocados num poço logo embaixo do telhado; nem me recordo quantos tinham, de tantos que eram.

Estou falando, agora, de uma operação militar; logo embaixo tinha um M8 (carro de combate) parado e municiado e a torreta do M8 era uma torreta aberta. Agora, imagine-se um infeliz daqueles acertando um coquetel *molotov* numa torreta de M8; hoje, com certeza, acho que a USP não estaria em pé. A reação seria imediata.

Foi uma operação brilhante. Os planos terrorista-comunista de origem chinesa, quem os descobriu fui eu. Desse modo, vai ser um pouco difícil alguém dizer para mim que não descobri aquilo que descobri, que não peguei e entreguei para meu superior imediato aquilo que entreguei. É a primeira vez que falo isso e estou falando tecnicamente. Não se têm a menor idéia do "barril de pólvora", que era o CRUSP.

Lembro que o CRUSP destinava-se sobretudo a acolher estudantes mais pobres que vinham do interior do Estado e até mesmo de outros Estados e que não podiam pagar aluguel, porque a vida é cara na grande cidade. No CRUSP tinham tudo, tinham o seu alojamento, tudo originalmente com muita dignidade, mas infiltrado de subversivos, inclusive de instrutores comunistas chineses, como você acabou de dizer, usaram-no para outra finalidade. Corromperam o idealismo dos

jovens para que eles incendiassem este País, contra o governo de então e o progresso imenso por que passava o Brasil, naquela época.

A grande importância geopolítica, estratégica e econômica do Brasil não o deixa naufragar, por maiores que sejam os esforços de uma parte da classe política brasileira. Então, todo interesse estratégico à época era de corromper o Brasil.

Como se mina uma sociedade? Qual é a maneira mais eficaz? Todos os governos que quiseram influenciar ou dominar ou subverter uma ordem estabelecida buscaram solapar a juventude, que é mais influenciável e ainda não tem o caráter completamente formado.

Na época da Segunda Guerra Mundial, tanto no lado dos aliados quanto no lado do Eixo utilizava-se a propaganda pornográfica e acabavam com o sujeito, obviamente sem poder ter um relacionamento sexual há meses ou, até mesmo, anos. Enfraquecia-se psicologicamente o cidadão naquilo em que ele estava mais vulnerável. Forneciam drogas, cigarros etc. O Vietnã é uma prova disso e não tem nem como ser mais cabal. As frentes russas na Ásia – não estou obedecendo a uma cronologia, apenas a informação factual – foram minadas pela fome, frio etc.

Isso tudo vai acabando com a estrutura, com o moral, com os ideais, aparecendo os imediatismos: as coisas são sempre para ontem, você vai ser feliz agora e amanhã não importa. Era o que estavam fazendo no Brasil. Hoje existe alguma coisa, também, muito parecida, embora o País esteja num estágio de desenvolvimento muito maior e sob uma tendência de globalização que não existia, naquele tempo.

Ao se analisar um fato passado deve-se buscar o raciocínio lógico e para que o mesmo seja eficaz é preciso que a premissa, o primeiro desse desencadear de raciocínios que vai levar a uma conclusão, seja o menos eivado possível de enganos ou distorções. Para tanto, é aconselhável que o analista remeta-se à época do fato.

No caso da Revolução, se consegue sentir os primeiros efeitos benéficos para o País, cinco ou seis anos depois. É fácil discernir o porquê. Se adotarmos uma medida econômica hoje, ela vai ter efeitos práticos daqui a um ano ou dois; quanto mais uma revolução política e social.

Criticar a Revolução de 1964 com olhos em 2001, quando as conseqüências certas e erradas são conhecidas, fica fácil. A questão é como nos portaríamos se fôssemos os artífices à época; se estivéssemos vivendo aquele momento sob emoção violenta, sob direitos não respeitados, sob vilipêndios de toda ordem. Teríamos agido diferente? Como seria se tivéssemos a nossa casa, a nossa família, os bens que nos são mais caros, as nossas crenças atacadas.

A bem da verdade, as células comunistas onde sofria-se lavagem cerebral, de comunistas não tinham absolutamente nada; costumava brincar: dá 1 milhão de

dólares para cada um para ver quantos comunistas vão sobrar neste país. Quantos desses ditos simpatizantes da subversão, a quem chamo de subversivos, que eram contra a ditadura, contra o estado de força, estão soltando baforadas de charuto, em Havana, com Fidel Castro? E Fidel Castro é o quê?

O Pinochet foi um ditador? Foi! Ninguém está dizendo que não; e o Fidel Castro é o quê? É o mais antigo ditador do mundo!

O ano de 1968, sob o ponto de vista técnico-militar, é muito rico para ser analisado. Por exemplo, o Capitão Lamarca fez uma opção de consciência e veio trair os princípios do nosso Exército, optando por um estado bélico subversivo.

Passou para o lado dos subversivos.

Tudo bem, que sejam subversivos, mas faço uma distinção entre terroristas e subversivos dos anos de 1968 e 1969. Seu eu não estiver contente ou não concordar com a ordem vigente no meu País, tornar-me-ei um subversivo. Tentarei mudá-la pelo caminho do direito. Os elementos da esquerda, a análise é de cada um, optaram por movimentar-se na clandestinidade contra a ordem legal existente. Buscaram mudar a lei, empregando a força. Fizeram a opção e pagaram o preço; não vamos entrar no mérito se as linhas chinesa e russa os abandonaram. Isso é um outro problema, se não tiveram o apoio que lhes foi prometido e terminaram largados ao "deus-dará".

Agora, não posso negar que o Capitão Lamarca teve os seus princípios, com os quais não concordo, mas daí a endeusá-lo fica um pouco difícil, porque ele cometeu traição.

São fatos que precisam ser analisados à época em que ocorreram. A mentira, não aquela mentirinha social, às vezes, até benéfica, mas as históricas são terríveis, e a história está sendo cada vez mais distorcida. Fiz parte da história e sei; hoje, "intelectuais" falam a respeito da Revolução de 1964 e se imagina que estão falando de algum filme ou algo parecido, mas não dos fatos reais daquela época. Parece até que estão falando de outras pessoas. Não passam para os nossos filhos o fato, mas induzem-nos ao raciocínio da mentira histórica e isso é muito triste, é muito desagradável.

Sou um legalista, se não concordo com o texto da lei, se não concordo com o texto legal vigente, vou usar dos meios legais para procurar mudar esse texto.

Quando disse, agora há pouco, que seria um subversivo, caso não concordasse com a ordem vigente, é porque, nesse caso, a lei já não existiria; existiria a ditadura e não o estado legal. Quero deixar bem claro que não estou usando de um contra-senso. Sou legalista, venho de uma família legalista e espero estar passando para meus filhos os preceitos de legalidade. Se existe um corpo de lei que não concorde, vá e lute legalmente para que ele seja mudado.

O Movimento de 1964, como vários estudiosos que aqui estiveram e puderam emitir as suas opiniões, na verdade foi um contramovimento a um afastamento que, em 1962, 1963 e 1964, o então Governo estava levando o Brasil; estava conduzindo-o para a ilegalidade, já estava praticamente na ilegalidade.

Então, o movimento militar reconduziu o Brasil ao seu verdadeiro caminho: do respeito, do progresso, da ordem e da disciplina, condições essenciais para que qualquer país possa progredir, ser respeitado no exterior e, em conseqüência de tudo isso, proporcionar as melhores condições possíveis de vida ao seu povo.

A Revolução de 1964, por muitos chamada de Contra-Revolução, veio se opor à revolução comunista engendrada por João Goulart e seus sequazes.

Peço desculpas, sei que por esta cadeira já passaram ilustres figuras, sinto-me realmente honrado e com o peso da responsabilidade por estar prestando este depoimento, mas sequer lego a esses políticos o grau de revolucionários, ou algo parecido; eles nem isso eram.

Quem?

João Goulart, Leonel Brizola, Francisco Julião... Meu Deus! Alguém já viu algum comunista latifundiário? No Uruguai, não era "fazendola" de 100 alqueires, mas muito maior; não conheço nenhum. Costumo brincar, dizendo que nunca vi alguém pegar uma jangada na Flórida e sair desesperadamente falando: "Quero entrar em Cuba! Quero entrar em Cuba!"

Nunca soube de alguém de fora da China sair correndo para tentar entrar na China, desesperado e falando: "Quero fazer parte da Coluna Chinesa!" Vejo, com tristeza, as pessoas fugindo da China, de Cuba, isso sim eu vejo. Alguém vai querer me convencer de que a Albânia era um paraíso? Houve fugas espetaculares engendradas da Berlim Ocidental para Berlim Oriental?

Não houve isso.

É irritante a insistência com que querem enfiar "goela abaixo" das pessoas coisas absurdas. Sou um democrata, gosto de sê-lo e não sei ser diferente, mas não gosto que me passem diploma de incompetência visual ou auditiva; sinto-me ofendido. Mas é o que querem passar para nós, para nossos filhos: a história distorcida.

Outro dia estava conversando com o General Albuquerque, presentes na mesma mesa os generais Saraiva, Aloísio e Valle. Comentaram que certos professores têm ensinado à garotada que o Duque de Caxias foi um carniceiro, nesses termos. Na cartilha vermelha chinesa essa é uma das primeiras lições, desmontar, acabar com os heróis, acabar com os conceitos de patriotismo, de brasilidade, no caso estamos falando do Brasil.

Não comungo com a idéia de que os esquerdistas da época eram revolucionários, pois não tinham capacidade sequer para isso. Eram oportunistas que queriam

ganhar mais dinheiro, ir para o Plaza Hotel, em Nova Iorque, ou para o George V, em Paris, ou para o Excelsior, de Roma, tomar *champanhe* Dom Perignon. Ou será que alguém acredita que eles estavam muito preocupados com as grandes massas operárias? É só pensar um pouco; não se deixem enganar. Procurem orientar os seus filhos adolescentes ou universitários, mostrando-os a realidade dos fatos, à época.

É claro que uma revolução similar como a de 1964, nos dias de hoje, não teria o menor cabimento. No entanto, como reagir diante de um estado de beligerância interna provocado por subversivos, que não têm rosto, isto é, não se sabe quem são, muitas vezes estão ao seu lado. Assim era em 1964. Como agir diante de um quadro em que carro de polícia era detonado à bomba no Conjunto Nacional, aqui na Augusta com a Paulista, onde localizava-se o então Consulado Americano; o que fazer se a sua mãe, como aconteceu com a minha mãe, tivesse sido alvo de subversivos na Praça do Patriarca e quase morresse.

Discutir os problemas do Brasil num bar, tomando uísque ou chopinho gelado e comendo provolone, é fácil. Primeiro você discute de Porto Alegre até Curitiba, depois de Curitiba se vai até Vitória e assim vai-se solucionando com uma rapidez tremenda. Mas a teoria na prática é outra.

Consulte sua consciência, tente analisar o fato sem preconceito, sem partido. Imagine-se um profissional das Forças Armadas ou um profissional da política diante desse estado de coisas, num país que vivia cinqüenta anos atrasado, sem globalização e não era como hoje em que tudo é *real time*. O que se faz em qualquer lugar do mundo sabe-se de imediato. Naquele tempo, a notícia para chegar de Salvador até São Paulo levava dias. Então, analisem os fatos, tentem se remeter ao passado.

Muito bem, são outros conceitos e idéias que enriquecem o Projeto História Oral e portanto só temos a agradecer a sua colaboração. Como pedido final, considerando que você serviu o Exército com muita honra e dignidade e que foi um período marcante em sua vida, saiu do Exército com menção honrosa pelos bons serviços prestados, pediria que deixasse uma mensagem aos jovens, sobretudo aos jovens militares que estarão defendendo os interesses da Pátria, tal qual nós o fizemos em 1968.

Queria dizer aos jovens militares, antes de tudo, que são corajosos, são seres humanos especiais, porque optaram por seguir essa árdua carreira, e explico: estão querendo empurrar os conceitos de respeito, de hombridade, de família, de patriotismo, montanha abaixo!

Digo sempre que existem três grupamentos humanos onde ainda é possível encontrarmos a ideologia pura, o ideal pelo ideal. Não significa que deixem de existir nos outros, mas nesses três grupamentos os temos com mais sensibilidade,

salta mais aos olhos: no meio militar, no meio religioso (de qualquer religião) e no meio esportivo. Nesses três segmentos existe, com maior sensibilidade e freqüência, o ideal pelo ideal. Não percam isso. Acredito que cada um tem uma missão a cumprir na nossa rápida passagem pela Terra. Aos militares cabe a sagrada missão de prover segurança à pátria. Isso é constitucional e é espiritual.

Outro ponto que não podemos esquecer é que as Forças Armadas existem em decorrência da sociedade e não o contrário.

Por fim, gostaria de acentuar que nós, civis e militares, somos a sociedade. Sou absolutamente contrário à dicotomia civil-militar. Somos membros de um só organismo, somos uma coisa só, somos o Brasil.

Doutor Antônio Carlos Adler

Nascido em 2 de dezembro de 1946, em São Paulo, capital.

Experiência advocatícia de trinta anos, sendo 15 anos na área empresarial, com especialidade em contratos internacionais, particularmente, nos setores de contratos de financiamento e de transferência de tecnologia e 15 anos como profissional liberal.

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e Mestrado em Direito Internacional, também na Faculdade de Direito da USP.

Experiências Acadêmicas: Professor de Direito Internacional Público e Privado e de Direito Comercial, das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo.

Professor de Direito Internacional Público, da Universidade Privada de Santa Cruz – Bolívia, curso ministrado em espanhol.

Conferências proferidas na Universidade Presbiteriana Mackenzie sobre Ética Disciplinar e Ética Profissional.

Obra Publicada: "Manual da National Association of Securities Dealers" (NASD) – publicado e editado em 1973, sob os auspícios da Associação das Distribuidoras de Valores de São Paulo, e que serviu de subsídio para a regulamentação e implantação do Mercado de Balcão no Brasil.

Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2000.

Sinto-me bastante honrado em cooperar com o Exército Brasileiro, neste Projeto de História Oral.

Em razão deste depoimento, guardo o desejo e, também, a esperança de que o mesmo sirva, quiçá, para uma reflexão dos mesmos senhores que me abrigam nesta importante casa, sede do mais alto comando do Exército, em São Paulo.

Farei uma retrospectiva histórica. Nos idos de 1963, época em que cursava o 2º ano do Curso Colegial, no Colégio Dante Alighieri, aqui em São Paulo, foi organizado por um pugilo de colegas, um movimento chamado Movimento Estudantil Democrático (MED). Os colegas, de quem me recordo, Rafael Boschesi, filho de um antigo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e Moacir Porfírio, orientados por nosso saudoso mestre de Português, à época, Professor Francisco Sodero, organizaram o movimento. Possuía dois campos de ação, um de ordem cultural e outro de ordem eminentemente política.

Qual o sentido desse movimento? Por que foi organizado?

Porque o Brasil caminhava, tudo levava a crer, para um momento de forte confronto, naqueles tempos de enorme agitação em nosso País: agitação cultural, agitação política, agitação econômica e, é bom recordar, também, agitação militar – em 1963 o Presidente João Goulart compareceu a uma solenidade da Marinha e, praticamente, incitou a tropa contra seus respectivos comandantes. O confronto viria entre os grupos que, praticamente, detinham o Poder, homens da extrema esquerda, e os que queriam evitar que o País caísse totalmente nessa linha política.

Daí a razão desses cursos e conferências, digamos preparatórios, para os estudantes que estavam em fase de conclusão de seus respectivos cursos colegiais e entrando nas faculdades, que, de uma maneira geral, eram verdadeiros ninhos de subversão sob a orientação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Estadual de Estudantes (UEE).

Tentava-se algum exercício democrático, um preparo de idéias democráticas para podermos enfrentar os colegas esquerdistas, estes sim, que já vinham tremendamente preparados pelo pessoal da extrema esquerda. Em outras palavras, esforçávamo-nos para que os demais estudantes não caíssem presas fáceis nas mãos das hostes comunistas. Naquela época, se usava muito essa expressão "comunista", "esquerdista". Aparentemente, hoje, esses termos estão fora de moda, mas talvez não estejam tão fora de moda assim; muda-se a forma mas não se altera o conteúdo.

O MED, movimento de reação democrática, parecia muito promissor e eram convidadas para falar pessoas ilustres do nosso meio jurídico. Recordo-me, por exemplo, do Dr. José Carlos Graça Wagner, advogado de grande renome, excelente

conferencista, do Dr. Ives Gandra Martins, outro advogado de muita respeitabilidade, e que, também, fazia suas conferências, suas palestras, e do Dr. Francisco Albuquerque, então integrante do Partido Liberal, dentre outros.

Lamentavelmente, este movimento encerrou suas atividades. Assim, chegamos ao 3º ano do Curso Colegial, às portas de entrarmos na faculdade, sem essa preparação.

Nessa ocasião, eu e mais um punhado de outros colegas, integrantes do antigo movimento, fundamos um novo, nas mesmas bases, que se chamou Associação Democrática Estudantil de São Paulo (ADESP).

Trouxe, para ilustrar esta entrevista, o antigo Livro de Atas desse movimento. Tive a honra, em certa ocasião, de obter um autógrafo, melhor dizendo, uma dedicatória do Sr. Carlos Lacerda, ex-Governador do Rio de Janeiro, já postulante à Presidência da República, que aspirava atingir na eleição seguinte ao Jango.

A ADESP, ao contrário do movimento que a antecedeu, perdurou durante um tempo maior. Cada um de nós terminou os respectivos cursos colegiais e chegou às respectivas faculdades.

Em 1966, já éramos calouros da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do tradicional Largo São Francisco. Mas, para mim foi como chegar a um cenário de guerra. Nunca havia visto, em toda a minha vida estudantil, nada parecido. Os grupos radicais e antagônicos se confrontavam, a céu aberto. Tiros ecoavam pelas paredes históricas do Largo São Francisco, como se fosse um campo de batalha. Em 1968, esse radicalismo chegou ao ponto extremo com a invasão da faculdade, diria sem nenhum exagero, pelas "tropas" esquerdistas. Instalaram um verdadeiro quartel, cerrando com tijolos de alvenaria o acesso à entrada, e inaugurando, o que eles mesmos chamavam, de "Nova Revolução Esquerdista do Brasil". Imitavam o que havia ocorrido na França e na Alemanha.

Por outro lado, alguns professores catedráticos, profundos conhecedores das suas respectivas áreas jurídicas, esqueciam-se de suas próprias origens e conclamavam grupos extremistas da direita para invadir a faculdade e resgatá-la. Então, o que acontecia lá era uma verdadeira barbaridade. Havia grupos armados dentro da faculdade, impedindo o acesso da maior parte dos estudantes e havia grupos armados fora da faculdade que, alta madrugada, passavam metralhando seus muros de alvenaria. Refiro-me ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Como estudante de Direito, embora ainda nem fosse advogado, envergonhou-me aquele quadro de selvageria dos dois lados. Entendia que a faculdade podia ser retomada juridicamente e assim o disse em carta que escrevi ao então Diretor da Faculdade, Professor Alfredo Buzaid, mais tarde Ministro da Justiça, no Brasil. Conclamava para a retomada jurídica e para a colocação da Faculdade no seu

verdadeiro lugar, como dizia na carta: "Portal do pensamento jurídico brasileiro." Bastaria uma ação de reintegração de posse. Com ousadia, um aluno lembrava o Direito aos professores!

Parece que despertaram para essa realidade. Em reunião histórica da Congregação da Faculdade de Direito, repugnou-se, finalmente, a invasão. O Professor Buzaid, delegando poderes ao saudoso Professor Geraldo de Lima Cintra, e um advogado da faculdade, ambos professores de Direito Processual Civil, promoveu-se a ação de reintegração de posse. O Juiz de Direito respectivo concedeu a liminar, a faculdade foi retomada judicialmente e os seus invasores foram todos presos. Passaram uma boa temporada, merecidamente, na Fortaleza de Itaipu.

Nesta retrospectiva histórica que estou apresentando, desafortunadamente, próximo da década de 1970, quase no final do curso, sofri forte atentado à minha vida, quase tendo sido alvejado por um tiro de calibre .45. Mas, graças ao bom Deus, atingiu apenas o meu carro. Caso contrário, não estaria aqui para prestar este depoimento. Aconselhado por alguns amigos comuns, coloquei, digamos, "um ponto e vírgula" na minha carreira política.

Terminada a faculdade, afastei-me da política, mas não totalmente. Sempre acompanhei os fatos, alguns com grande entusiasmo, como por exemplo, a espetacular obra de infra-estrutura que a Revolução de Março de 1964 conseguiu desenvolver neste País: estradas, pontes, viadutos, hidrelétricas e de comunicações; mudou-se a feição do Brasil. Do ponto de vista econômico a crise brutal, a famigerada inflação que varria o País, na época de João Goulart, em 1963, foi espetacularmente revertida pela magnífica atuação do Professor Roberto Campos, Ministro do Planejamento do General Castello Branco, autor do Fundo de Garantia, por exemplo, entre outras obras, e do Professor Delfim Neto, homens que conduziram o País para melhores destinos.

Porém, com o passar do tempo, foram surgindo problemas, apesar de todo esforço desenvolvido pelas autoridades militares que conduziam o País, até porque, tinham que se embasar nos políticos. Já naqueles anos e, pouco a pouco, o espírito revolucionário, que levou as Forças Armadas a afastarem do Governo o João Goulart, foi se esmorecendo.

Gostaria de render a minha homenagem ao fabuloso primeiro Presidente da Revolução, o General Humberto de Alencar Castello Branco, homem de uma integridade moral inatacável, herói da Segunda Guerra Mundial, onde representou nosso País, como um dos integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Também quero evocar a pessoa de outro homem, outro general, embora muito denegrido; sua reputação foi muito atacada, injustamente. Refiro-me ao General Arthur da

Costa e Silva, que carregava em seu peito a melhor das intenções, para uma abertura democrática, ainda, um pouco prematura. Mas essa era a sua grande aspiração.

Não posso deixar de evocar, também, o terceiro grande General da Revolução, Emílio Garrastazu Médici, este sim, como todo bom gaúcho, homem firme, determinado, não permitiu que os movimentos contra-revolucionários, que já na época se esboçavam, pudessem ameaçar e, muito menos, abalar a obra da Revolução.

Depois veio o General Ernesto Geisel e, por último, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, sobre o qual gostaria de abrir um ligeiro parênteses e declamar um pequeno verso, não chega a ser um poema. Quando li, fiquei de tal forma impressionado, que tomei a liberdade de escrever e guardá-lo em minha carteira. Sua origem é extremamente interessante e vou dizê-la depois, mas antes vale a pena declamá-lo:

"Não faças da intransigência
Um cavalo de batalha
Usa a tua inteligência
E finca o pé no que valha

A honra e teu pundonor
Extremos são do dever
São essência do valor
Que tua existência vai ter."

O autor é o pai do General Figueiredo na formatura de seu filho na Escola Militar do Realengo. Recordando apenas um dado histórico, o General Euclides Figueiredo, pai do General João Figueiredo, foi herói na Revolução Paulista de 1932, homem que plasmou a personalidade de seu filho, que viria a ser o último Presidente da República do Brasil, da Revolução.

Esta era a formação moral do General Figueiredo, também, tão atacado e repudiado, de tal forma que, após o seu mandato, entendeu afastar-se praticamente do convívio social, o que foi uma pena.

Mas, no meu entendimento, pena maior, já que tenho a honra de poder prestar este depoimento, foi a decisão, ao "apagar das luzes" do Governo Figueiredo, o 5º e último Governo da Revolução, de conceder a anistia ampla e irrestrita a todos os foragidos do País, naquela época.

Por que foragidos? Porque estavam perseguidos pela lei. Agora, falo como advogado: havia processos judiciais, havia condenações judiciais por toda uma série de barbaridades que todos aqueles senhores e senhoras tinham perpetrado em

nosso País. Assaltaram bancos, atiraram em sentinelas na guarita, invadiram quartéis, inclusive este importante quartel. Basta lembrar a figura do tão jovem e tão brutalmente assassinado soldado Mário Kozel Filho. Era a forma de ação deles. Violavam todas as normas, não só éticas ou de ordem moral, mas também jurídicas e de conduta. Viveu-se neste País, naquele período, uma barbaridade, uma violência que jamais se experimentou em toda a história pátria, anterior ou posterior.

E, todos esses subversivos estavam fora do País, fugiram, alguns deles chegaram inclusive a ser exilados. Entretanto, o brasileiro tem por característica psicológica a condição, até sobre-humana, de perdoar. Por que sobre-humana? Falando, novamente, como advogado, o que infringe a lei não pode ser perdoado, tem que arcar com a punição das normas que violou, pois se houvesse um perdão sempre constante e eterno, a sociedade viraria um caos completo. Se com as leis é tão difícil manter a ordem, imagine sem as leis.

Pois foi exatamente isto que se fez, naquela ocasião. Lamentavelmente, concedeu-se a anistia geral e irrestrita – e irrestrita é pior – a assassinos e ladrões, bandidos, que, "como num passe de mágica", voltaram todos ao Brasil, reintegrando-se à nossa sociedade. Muitos deles, o que é pior, retornaram à vida política, às respectivas ou novas carreiras; alguns galgaram posições de grande proeminência, não é necessário entrar em detalhes nem em nomes, pois estamos sabendo o que se passa à nossa volta.

Devo enfatizar mais um aspecto, novamente do ponto de vista jurídico, afinal sou advogado e também professor.

Na oportunidade da eclosão da Revolução de 1964, no dia 31 de março, houve, na verdade, a quebra da ordem jurídica vigente até então; muito bem. Mais tarde, porém, deu-se uma delegação de poderes, novamente, à sociedade civil. Feita a comparação, seria como a outorga de uma procuração que o cliente dá ao seu respectivo advogado, ou advogada.

Ora, muitas vezes ocorre no exercício da profissão, que o advogado recebe determinada procuração, concedendo-lhe certos poderes, mas não faz jus aos mesmos, desrespeita o seu cliente, violando princípios de ética e disciplina. A propósito, faz 12 anos que integro, com muita honra, a Comissão de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, de São Paulo, (OAB-SP), hoje, Tribunal de Ética. Então, quando este tipo de situação acontece, o cliente tem plena liberdade de cassar esta procuração. Muito simples, escreve uma cartinha, destitui o advogado de seus poderes e vai constituir um novo.

Onde quero chegar nesta comparação? Da mesma forma que o Movimento Revolucionário de 31 de Março criou uma nova ordem jurídica – vieram os Atos

Institucionais, elaborou-se uma nova Constituição, de 1967, depois a Emenda Constitucional de 1969 –, porque a anterior estava perniciosa para o destino deste País, não obstante, quando as autoridades supremas da Revolução, exatamente na pessoa do Sr. Presidente João Figueiredo, entenderam que poderiam dar uma nova procuração à sociedade civil, encerrar o ciclo revolucionário, determinar a anistia ampla, geral e irrestrita, esta delegação de poderes, esta nova procuração, também deveria ter sido rigorosamente bem cumprida por aqueles que a receberam: os políticos, os homens que passaram a governar o País, desde então.

Entretanto, se fizermos uma pequena retrospectiva e analisarmos como o País vem sendo conduzido, desde então, parece-me, salvo melhor juízo, que a situação assemelha-se àquele exemplo curioso do cliente que dá a procuração ao advogado e o mesmo não exerce a contento o seu mandato ou, pior ainda, não faz nada. Na Lei de Ética isto tem uma terminologia própria, chama-se um "locupletamento ilícito", quer dizer, o advogado se beneficia dos bens do seu cliente. No caso, o cliente é o povo brasileiro e o advogado são os políticos que estão governando este País há alguns anos.

Creio que ficou clara esta comparação com um advogado que não merece a confiança de seu respectivo cliente e, portanto, pode-se cassar a respectiva procuração e procurar um novo advogado que respeite e faça aquilo para o qual foi contratado. Da mesma forma, lamentavelmente, os políticos, os homens públicos deste País, não quero generalizar, mas vamos dizer que são quase todos, infelizmente, não fizeram por merecer a "procuração" que a Revolução, ao se encerrar, lhes outorgou, para governarem este País democrática e eficientemente. É muito fácil sair às ruas e gritar, em cima de palanques, "Diretas Já"; muito bem, tivemos as "Diretas Já" e o que se fez para o bem do País? Nada!

Da mesma maneira que hoje, neste Projeto História Oral do Exército, tive a grata honra de prestar exatamente este mesmo depoimento, há alguns anos, ao General Nialdo Bastos (Nialdo Neves de Oliveira Bastos), então Comandante da 2ª Divisão de Exército (2ª DE). Falava, com aquele ilustre chefe militar, sobre esse tema, numa agradável conversa, e concluí que o ciclo da Revolução não se encerrara. O General Nialdo mostrou-se um pouco espantado com essa minha colocação, eis por que apresentava exatamente estes mesmos argumentos.

Da mesma forma como os senhores comandantes das três Forças Armadas, ao terem outorgado de novo o Poder à sociedade civil, na pessoa dos homens públicos que para tal se propuseram a governar o País, mas que não fizeram por merecer essa "procuração", haja vista o novo caos que se instalou agora, aqueles comandantes poderiam perfeitamente cassar esta mesma "procuração" e dar se-

qüência à obra revolucionária que, lamentavelmente, não se encerrou. É claro que a conjuntura, os objetivos nacionais, atuais e permanentes, levantados nos ensinamentos fabulosos da Escola Superior de Guerra (ESG), são outros, mas os óbices continuam os mesmos.

É inacreditável, existe uma grande parcela da população brasileira morrendo de fome, enquanto as autoridades políticas, para quem a Revolução passou a respectiva “procuração” de mando, debatem no Congresso Nacional e nada resolvem. Continua tudo igual. Por exemplo, se o salário mínimo vai ser mesmo de 173 reais ou se vamos conseguir chegar ao salário de 180 reais. É vergonhosa a posição de inferioridade, por termos uma das mais baixas rendas *per capita* do mundo. Pude observar, em países limítrofes do nosso, como na Bolívia, país extremamente pobre, e no Peru, que o cidadão recebe o mesmo salário mínimo vergonhosamente baixo como o brasileiro.

Entendo que todo o espírito da Revolução, todos os motivos nobres que levaram as Forças Armadas de meu País a saírem de seus quartéis, a partir da fantástica movimentação inicial do General Olympio Mourão Filho, em Minas, e de tantos outros, em São Paulo e assim por diante, parece ter encolhido à luz das figuras tão peripatéticas que governam, hoje, nosso País. Figuras estranhas, partidos estranhos, eleições estranhas. Não estou dizendo que sou contra as eleições, mas estou afirmando que devemos primeiro ensinar o nosso povo a saber eleger para depois permitir que venha a votar. Esta idéia é, talvez, a mais nobre e mais profunda; o grande espírito da Revolução. Trazer algo novo e mais profundo ao povo brasileiro. Lamentavelmente, o período em que a Revolução deteve o Poder foi muito curto para levar adiante esta meta. Quando ela se auto-encerrou, quando se autolimitou e outorgou a tal famosa “procuração” praticamente aos mesmos homens que havia afastado do Poder em 1964 – um paradoxo, uma contradição –, não se permitiu colimar esse objetivo.

Faço estas observações como uma autocrítica, porque sou um revolucionário, desde os primeiros momentos, como sempre serei. Não se permitiu que o País pudesse ter levado adiante todo esse novo espírito, idéias e perspectivas e agora nos encontramos, no limiar do novo milênio, ainda tristemente como um País subdesenvolvido. Ainda uma promessa de tantas coisas. É mesmo frustrante constatar que se deu uma volta tão grande para chegar, senão no mesmo lugar, até num lugar pior.

Considero as Forças Armadas a única camada patriota deste País, que realmente ama o Brasil; outros há que não amam nada, a não ser o dinheiro que têm no bolso. Talvez, os índios ainda sejam, também, patriotas, dentro do ambiente primitivo deles. Então, a conclamação é que os militares “voltem a campo”, aprofundem suas

reflexões. Como disse ao General Nialdo, o ciclo da Revolução ainda não se encerrou. Assim como se dá uma procuração, pode-se cassá-la. Aprendendo as lições, que não foram poucas, durante o período curto da Revolução de 1964, quiçá o retorno dos militares possa se dar como ocorreu no Peru, meu exemplo ao General Nialdo.

Na época, Fujimori não estava execrado pela opinião pública como está agora. Os peruanos foram buscar Fujimori, Reitor da Universidade de Lima. Parece que fez um ótimo trabalho. Os militares deram todo apoio às medidas que tomou e pôs fim com a guerrilha no Peru e recuperou o prestígio desse país no âmbito global. Lamentavelmente, fatos mais recentes tornaram a situação mais confusa.

Do mesmo modo, o retorno pode ser com um civil à frente. Em nosso País, não quero "puxar a sardinha para o meu lado", há inúmeros bons advogados, sérios, éticos, como engenheiros, médicos, psicólogos, consultores, até que não sejam nada a não ser bons, mas existem. Esses são os homens que os militares devem procurar para que possam levar adiante, se é que assim entendem, essa "conclamação". Então, teremos um Brasil melhor, um Brasil verdadeiro, um Brasil respeitado no concerto das nações.

Doutor Adler, o senhor acaba de nos brindar com um candente depoimento, muito coerente, oportuno e instigante nas comparações com o mundo jurídico. Por isso tudo somos gratos, vendo enriquecido o Projeto História Oral do Exército.

Pediríamos que deixasse uma mensagem final aos brasileiros que amam nossa Pátria. Palavras de incentivo à juventude que, lamentavelmente, tem sido massacrada no processo de deturpação dos valores da Nação brasileira, massacrada pelos meios de comunicação social com inverdades sobre a própria História do Brasil, incluindo a História da Revolução de 1964. Sabemos que há partidos políticos nacionais onde é proibido dizer a palavra Pátria, por que Pátria é "termo de militar", e o que é pior, divulgam suas idéias através dos meios de comunicação social de grande alcance como a televisão, incluindo novelas e outros tipos de programas. Tentam fragilizar a família brasileira, ridicularizando os seus valores sagrados, o amor dos pais pelos filhos, o respeito dos filhos pelos pais.

Sinto-me muito gratificado em função da receptividade do meu depoimento.

Mas irei então um pouco mais adiante e me ocorreu agora um exemplo bastante recente que gostaria de incluir neste depoimento: a falta de vergonha moral, desgraçadamente, de ética e de conduta que se observa, o que é pior, também na área do ensino superior.

Refiro-me a um episódio recente, de agosto deste ano. Fui convidado por importante universidade particular de São Paulo, escola de reputação e quase cen-

tenária, para ministrar aulas, segundo me diziam "em substituição a um antigo mestre, extremamente enfermo e que só poderia voltar lá pelo mês de dezembro".

Eu de um lado e um ilustre Juiz do Trabalho de outro, visto que eram muitas as turmas. Assumimos esse desafio em socorro à universidade. As disciplinas eram Introdução à Ciência do Direito, extremamente complexa, e Teoria Geral do Estado, que hoje tem a nomenclatura moderna de Ciência Política.

Fomos enfrentar o desafio, encarando turmas na média de cem alunos em sala de aula, na parte da manhã e na parte da noite. Um trabalho incessante e, como todos sabem, os professores ganham muito mal, o que acho errado. Mas percebi naquelas turmas do primeiro ano e algumas do segundo, um material humano interessante para poder levar adiante uma mensagem, falar sobre esses conceitos que acabei, a pouco, de discorrer. A própria faculdade me convidava, também, para fazer algumas palestras sobre Ética Disciplinar e Ética Profissional e eu terminava as minhas aulas afirmando que não adiantava termos aulas de ética, conferência de ética, só falar de ética, o importante era ter uma postura ética. Percebia que esta mensagem caía muito bem.

Mas vejam os senhores o que aconteceu. A referida escola não me registrou, não assinava contrato de trabalho comigo nem com o Juiz de Direito do Trabalho, que é titular dessas mesmas disciplinas em outra reputada faculdade. O Juiz, evidentemente, ficava um pouco constrangido de postular; advogado não, advogado tem que saber pleitear. Procurava os senhores responsáveis e inquiria:

– Senhores, onde está o meu contrato de trabalho?

Afinal, para uma Faculdade de Direito, é uma situação desagradável. Passou-se um mês, repentinamente o que aconteceu? A administração da Faculdade traz um registro de um contrato de trabalho, porém com prazo posterior àquele em que eu havia iniciado minhas atividades. Achei muito deselegante. Ponderei que a data de início das minhas atividades era mais para trás. Responderam: "Não professor, é que o período... não sei o que mais. Isso é o que mais se faz neste País: enrolar e se deixamos, somos enrolados mesmo. Mas veio o pior; para minha surpresa, terminado o segundo mês daquelas massacrantes aulas e mensagens de ética, retornou o velho professor "belo e formoso", totalmente recuperado. Não foi em dezembro, mas em setembro. O que aconteceu? Chamaram-nos, os senhores responsáveis, e eu diria melhor: irresponsáveis, pela famigerada escola – como essa tem tantas outras, lamentavelmente – e nos comunicaram que estávamos automaticamente desligados: "Passem lá no setor de pessoal, para verem os seus direitos."

Como se diz na área militar, que os senhores conhecem muito melhor: "pior do que um ataque é sempre um contra-ataque". No caso, terei que suportar o con-

tra-ataque, mas posso informar que com muita satisfação. Promovi ação trabalhista e de danos morais contra a referida universidade.

As palavras que gostaria de transmitir e aquelas que encontrei na minha velha carteirinha de advogado e já me referi aos senhores, tão interessantes quanto profundas do velho General Euclides Figueiredo ao seu filho, tem algo em comum: honra, moral, dignidade, respeitabilidade, bons costumes, guerra, quero enfatizar esta última.

Na abertura desse depoimento, foi lembrado que o Brasil está comemorando 500 anos. Porém, respeitosamente senhores, não interpretem mal, foram anos de muito pouca guerra, de muito pouca luta, à exceção da época do magnífico Duque de Caxias, herói brasileiro que talvez muitos estudantes sequer conheçam hoje em dia. Mas muito poucas guerras se fizeram neste País. Gostaria de explicar melhor minhas palavras. Guerras do bem contra o mal, lutas para preservação dos valores de nossa sociedade. No Direito existe uma expressão, tão simples quanto verdadeira, que diz assim: "O acessório segue o principal." O futebol, como tantas outras coisas parecidas, são acessórios; o principal – desenvolvimento, progresso, respeito e felicidade que tanto almeja – só será alcançado, um dia, por este povo, com guerra, luta, muita tenacidade e perseverança. Se não quiser, é o que existe hoje, o acessório passa a ser o principal.

O povo brasileiro precisa acordar do "deitado eternamente em berço esplêndido", que faz parte dos versos do nosso magnífico Hino Nacional.

Recentemente, certo magistrado, inspirado nesses mesmos postulados que eu acabo de conclamar, determinou a proibição da presença de menores em determinada novela, esta sim uma verdadeira agressão a todos esses mesmos conceitos e, o que é o pior, exibido praticamente às 8h da noite, invadindo todos os lares brasileiros.

Indignados com a determinação do Juiz de Direito, diversos artistas, produtores, enfim elementos do meio artístico manifestaram-se bradando: "A censura está voltando." E por que não? Quando um povo não conhece, ainda sozinho, os caminhos que deve seguir, para se inserir no concerto das Nações como um país civilizado, respeitado, os que conhecem um pouco mais sobre o tema, tem que ensinar.

Fez muito bem o magistrado, fez muito mal, lamentavelmente, uma Corte Superior ao conceder liminar cassando a sua decisão e permitindo a volta dos menores.

Existem no País duas sociedades, dois Brasis ao mesmo tempo. Logicamente falando – a lógica no sentido que os advogados estudam, antes de estudar Direito: "a Lógica Aristotélica – Tomista", que vem dos gregos – é impossível a convivência dessas duas sociedades, uma querendo levar adiante os bons costumes, os bons princípios, a honra, a dignidade, a ética, a preservação da família etc., e outra que

é exatamente o oposto. Os valores das outras, na verdade são várias sociedades brasileiras, regem-se por parâmetros absolutamente distorcidos da nossa tradição histórica. Independentemente dos valores de ordem econômica que ditam a conduta dos elementos destas outras sociedades, existem outros elementos de ordem espiritual estranhíssimos às nossas tradições cristãs: seitas, gurus e a exploração espetacular do corpo feminino. Lamentavelmente, estas duas sociedades opostas vêm convivendo.

Nenhum dos países mais avançados da Europa como Suécia, Noruega e Dinamarca faz nada igual. A reputação da mulher brasileira, fora do nosso País, é a pior possível. Mas não é a maioria das mulheres brasileiras que é tão ordinária assim; mais ou menos.

Mais ou menos, se me permite, ocorreu-me uma comparação curiosa. É como as águas do Rio Solimões; em certo momento invadem as do Rio Negro e no final não se sabe exatamente em que rio se está. Não se sabe, realmente, em que País se está. Vamos acordar e precisamos fazê-lo logo, tantos anos que se vem dormindo. Precisa-se acordar de novo. Quando os brasileiros do bem acordarem, terão, inexoravelmente, que enfrentar, com pulso firme, os brasileiros do mal, e deste confronto, como ocorreu em tantos outros países do Mundo, haverá de emergir uma nova sociedade brasileira, uma só, verdadeira, que cultuará seus antepassados e terá honra e dignidade.

Na Bolívia, um país inserido no meio do continente que nem porto tem, pois perderam há alguns anos sua saída para o mar, conservam um espírito de civismo que me encantou. Nas cidades de La Paz, Santa Cruz, Cochabamba, no país inteiro, a cada duas quadras das avenidas existem estátuas maravilhosas de San Martín, de Bolívar, e outros heróis nacionais. Eles valorizam a sua história.

O Brasil precisa fazer história. Como falava, um patriota, tantos anos atrás numa frase magistral: "O importante não é ter história, o importante é saber fazer história!"

Muito obrigado.

Doutor Antônio José Ribas Paiva

Nasceu em 23 de maio de 1949, em São Paulo-SP. É advogado e também pecuarista; era um jovem de 15 anos em 1964, tendo participado da histórica Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.

Advogado, pós-graduado em Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, militando na advocacia cível, criminal e assessoria estratégica empresarial.

Consultor de investimentos, com curso de aperfeiçoamento na Bolsa de Valores de São Paulo, onde operou no pregão, por cerca de dez anos.

Pecuarista: Dedica-se à criação e seleção de gado nelore, em fazendas localizadas nos municípios de Promissão, Lins e Getulina.

Méritos: Medalha do Pacificador, em 25 de agosto de 1997; Amigo da 2ª Divisão de Exército, em 28 de outubro de 1999.

Associações: Preside a Associação dos Usuários de Serviços Públicos, que fundou há nove anos e tem por objeto o aprimoramento cívico do cidadão e das instituições.

Preside, desde 1995, a Associação Grupo das Bandeiras, fundada em 1993 por civis e militares das Forças Armadas, que se dedica a estudos estratégicos e de problemas brasileiros.

Entrevista realizada em 8 de agosto de 2001.

Inicialmente, quero externar a honra que o convite para depor no Projeto História Oral me traz, porque sou um admirador das Forças Armadas, particularmente do Exército Brasileiro.

Antes de abordar especificamente 1964, gostaria de dizer que sou oriundo de uma família de pecuaristas extremamente nacionalista, muito preocupada com as questões brasileiras, com os destinos da Pátria. A eleição do Jânio Quadros trouxe uma corrente de ar fresco que oxigenou as mentes, em geral, e a esperança de que o País, finalmente, usasse de suas vocações naturais para se tornar uma grande potência.

Havia a consciência que um País como o Brasil, extremamente rico em recursos naturais, uma população de gente ordeira e pacífica, só precisaria de uma mediana administração para se desenvolver adequadamente.

Toda essa expectativa se frustrou, em 1961, com o episódio da renúncia de Jânio Quadros. Era criança na época, garoto ainda, mas a preocupação foi da família inteira e também fiquei triste, porque sentimos que era mais uma oportunidade perdida do Brasil se tornar uma grande potência.

E essa preocupação continuou com todas aquelas idas e vindas da política nacional: o parlamentarismo, um plebiscito a respeito do mesmo, para um povo que não tem capacidade de conhecer, como qualquer outro povo, ciência política, que é algo extremamente complexo. O entendimento dos mecanismos da ciência política não está ao alcance dos cidadãos comuns.

Aquele plebiscito foi uma demagogia. Eu como criança e até por instinto, pelo que ouvia dos mais velhos, sentia que o País estava sendo, novamente, envolvido pela demagogia e o marasmo retornaria.

Vivemos um período de parlamentarismo em que só os políticos falaram e a população aguardou expectante.

Depois João Goulart conseguiu se tornar Presidente da República em sistema presidencialista e a seqüência dos acontecimentos – eu já um pouco mais velho – me deixou extremamente preocupado. Lia-se os jornais da época, particularmente o *Estado de São Paulo,* que meu pai era assinante – aprendi a ler no *Estado de São Paulo* –, a descrição dos fatos preocupantes, a seqüência de desmandos e irresponsabilidades que grassava no Governo de João Goulart. Ele estava preocupado em impor à sociedade brasileira, cristã, pacífica e ordeira, um regime que não dizia respeito às nossas raízes, principalmente a subversão da ordem.

As greves eram freqüentes, ocorriam atos de insubordinação nas Forças Armadas, aquilo me deixava angustiado e pelo bom exemplo que tinha dos meus pais, como adolescente me sentia frustrado. Perguntava-me: Quando é que meu

País vai conseguir o seu lugar entre as nações? O seu lugar merecido, tanto pelo povo como pela sua expressão territorial. Na escola debatia-se muito. Tinha colegas que eram favoráveis àquilo que estava acontecendo e também outros, da nossa facção, que lutavam por um Brasil ordeiro.

Em março de 1964 ocorreu a Marcha da Família, que é um episódio que me emociona muito. Naquele dia marchamos pelo Brasil. Durante a marcha, as pessoas rezavam, cantavam o Hino Nacional. Havia o subconsciente coletivo puxando os destinos do País numa mesma direção. Felizmente, em 31 de março, vimos a eclosão do Movimento.

Foi um Movimento patriótico que salvou o Brasil de um destino terrível que nos jogaria na lixeira da História. O dia "D", 31 de Março de 1964, renovou as expectativas dos brasileiros, da juventude e o povo passou a trabalhar de forma ordeira, estudar com esperança e com objetivos. Não existia uma "luz no fim do túnel", foi um sol que iluminou, a partir daquele dia. Garanto que toda a sociedade interessada nas coisas nacionais ficou tranqüila, feliz, e apoiou com veemência aquela iniciativa cívico-militar. A Salvação do Brasil! Alguns movimentos estudantis preocupavam, sabíamos que eram pessoas mal-informadas.

E devidamente infiltrados, até por agentes do exterior.

O Governo Castello Branco não supriu as expectativas, na minha opinião. Nós, estudantes, entendíamos que o Governo Castello Branco estava muito tímido em relação àquilo que o Brasil precisava para conquistar o futuro. A Revolução de 1964 trouxe uma grande esperança, mas aquela alegria foi um pouco diminuída com a timidez do primeiro governo revolucionário e com as visíveis influências que sofria esse governo de potências internacionais.

Inclusive, um assunto que nos toca de perto, diz respeito à nossa atividade empresarial. Castello Branco assinou o Estatuto da Terra, que hoje é apoiado pelos movimentos de esquerda do País. Quer dizer, o Estatuto da Terra previa uma reforma agrária e reforma agrária é a antítese do capitalismo. A economia se desenvolve através das expectativas e se você partir o solo por motivos agrícolas em pequenas propriedades, você torna o capital da terra ineficiente, principalmente do ponto de vista estratégico, porque o minifúndio inviabiliza o abastecimento. Então o Estatuto da Terra já foi uma infiltração no Governo Castello Branco.

O minifúndio mal consegue, quando consegue, desenvolver uma agricultura de subsistência própria. Produzem para comer, mais nada além disso e mesmo assim insuficiente.

E isso nos preocupou. Será que a Revolução de 1964, que trouxe tanta alegria para o povo, vai se desviar do caminho?

Acabado o Governo de Castello Branco, tomou posse o General Costa e Silva, que também não nos trouxe segurança. O Governo Costa e Silva passou a impressão para nós, adolescentes, jovens estudantes naquela época, de que era um Governo precário, sem firmeza e nos trouxe muita preocupação.

Com o episódio da doença do General Costa e Silva, felizmente assumiu uma Junta Militar firme e que nos deu um novo alento. Por quê? Porque queríamos um Brasil ordeiro, não queríamos pressões políticas, queríamos trabalho, ordem e segurança naquilo que estávamos fazendo, possibilidades de investimento no futuro dos jovens, dos empresários. A Junta Militar renovou a confiança na Revolução de 1964. Isso estou dizendo do ponto de vista do jovem, estou contando um filme de mais de trinta anos. O que estou tentando expressar é o que nós jovens sentíamos na ocasião.

Depois foi escolhido o General Emílio Garrastazu Médici, que era um desconhecido à época e nós civis que não tínhamos conhecimento das tendências dele, ficamos assim na expectativa.

Mas o Governo Médici se revelou, posso dizer hoje, o único Governo verdadeiramente revolucionário da Revolução de 1964, que protegeu o Brasil de se tornar uma imensa Colômbia, porque ele soube enfrentar os movimentos subversivos e manter a ordem, o desenvolvimento, o emprego; o povo era feliz.

Lembro que ele foi aplaudido no Maracanã por quase 200 mil pessoas e isso foi uma demonstração do apoio que o Governo do General Médici tinha da população, porque no Maracanã estava o povo.

Era como um termômetro.

Era um termômetro, não era? Se fosse esse governo de hoje... desculpe-me por fazer essa crítica, mas é só um paralelo: se o Fernando Henrique for hoje ao Maracanã, ele vai levar... muita vaia; ou, como diz o Jô Soares, uma "ovação", não é? Mas não de palmas... E naquele tempo, o povo espontaneamente aplaudiu o General Médici.

Acho que dá para dizer sem margem de erro que foi o Governo mais popular que o Brasil teve nas últimas décadas.

Sem dúvida. Tivemos poucos estadistas na História do Brasil. Não sou historiador, sou advogado, mas assim por análise da História brasileira, acho que o Brasil teve como estadistas: D. João VI, que não era brasileiro; o filho dele, D. Pedro I; Getúlio Vargas também era estadista, muito embora não concorde com muitas coisas que ele fez, mas ele era estadista, porque ele preservou o interesse nacional, lutou pelo Brasil.

Tenho sérias críticas de Juscelino Kubitschek, mas foi estadista, porque ele ajudou a conquistar a Amazônia. A marcha para o Oeste começou com a fundação de

Brasília. Se hoje não tivéssemos Brasília, a Belém-Brasília etc., o Brasil não teria se integrado e depois tivemos o Governo Médici, que consolidou o trabalho dessa gente, desses poucos estadistas que tivemos.

Mas na época não tínhamos essa consciência de estadista, éramos estudantes e nos preocupávamos com o que estava acontecendo e com o que poderia acontecer daquilo tudo.

Terminado o Governo Médici foi escolhido o General Geisel, que aparentava ser um Governo de continuidade ao do Médici, mas não foi isso.

Infelizmente, o Governo Geisel foi o começo do fim da Revolução de 1964 e o começo do fim das nossas esperanças, porque se tivéssemos dado continuidade ao que o Médici implantou e corrigiu, o Brasil hoje estaria entre as cinco primeiras potências mundiais, no mínimo.

Aliás, ele já deixou entre as oito primeiras. Hoje estaria entre as cinco, seguramente.

Quando eclodiu a Revolução, o Brasil era a 42ª economia do Mundo. Só a excelente administração de 1964 até Médici guindou o Brasil de 42º para o oitavo lugar no contexto mundial e estávamos disputando a sétima colocação com o Canadá. O nosso PIB chegou até a superar o do Canadá, mas aí escolheram outros dados, outros critérios, outros enfoques e o Canadá permaneceu como mais rico.

Então, se o Médici foi a consolidação do trabalho dos estadistas que o antecederam, o Geisel infelizmente determinou o princípio do fim do período revolucionário. Essa é a nossa ótica, uma ótica imparcial porque é tomada de fora do governo. Não tínhamos nenhum compromisso político à época, não tínhamos interesses no Governo do Geisel, éramos cidadãos observadores.

O General Figueiredo, que foi o último Governo revolucionário, seguiu a cartilha determinada pelo Geisel, que foi seu grande eleitor. Ele tentou ser populista e apesar de sofrermos com governos muito piores depois do Figueiredo, ele também ajudou a sepultar aquela esperança que teve início em 31 de março de 1964.

E agora o pior erro de Figueiredo: já que se queria fazer uma abertura, deveria ter preparado as instituições para que o poder civil assumisse o poder político civil e o País tivesse garantias dos seus objetivos nacionais permanentes. Mas não, tínhamos uma fonte de poder visível que eram as Forças Armadas e quando essa fonte se retirou do Governo, esse poder se estilhaçou em guetos. Então hoje temos guetos de poder. O corporativismo impera. Temos os guetos dos magistrados, dos procuradores, dos policiais, etc., então temos esses guetos de Poder e cada um puxa para seus interesses e a cada gueto interessa a manutenção do *status quo* que não diz respeito ao interesse nacional.

E o pior, em detrimento do interesse nacional.

E temos algo impressionante no sistema de governo, o Brasil é uma República presidencialista com um Judiciário "monárquico". E o Poder Judiciário contraria o Artigo 1º da Constituição, que diz que "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". Agora, não existe no panorama político nenhum momento em que o Poder Judiciário emanou do povo. O Poder Judiciário assumiu o poder do imperador com a Proclamação da República e não largou mais.

As revoluções que tivemos foram contra o Executivo, não foram revoluções contra o Judiciário. Então eles usurparam, diria isso, o poder do imperador e o mantiveram, pois não sofreram revoluções. Dessa forma temos o poder monárquico do Judiciário, o poder presidencialista republicano do Executivo e do Legislativo em busca de seus próprios interesses. Isso não nos leva a lugar algum porque são forças totalmente heterogêneas e não harmônicas.

Agora voltando ao Figueiredo, isso é importante frisar, porque não adianta a gente ficar pensando: onde foi que nós erramos? Temos é que fazer uma análise fria e objetiva; o erro de Figueiredo foi, em primeiro lugar, a anistia ampla, que veio do Geisel e foi consolidada; em segundo lugar, quando ele saiu do Governo pela garagem do Palácio, não passando o Governo ao seu sucessor.

Não deixou instituições sólidas dotadas de mecanismos de aprimoramentos constantes e visíveis, que são necessários para o convívio sócio-econômico. Não há isso. As instituições são absolutamente inadequadas para preservar os interesses nacionais. Então hoje o Brasil continua pagando o preço dessa falta de visão do Governo Figueiredo. Acho que as instituições têm que ser aprimoradas.

E o povo latino, ele é excessivamente messiânico, não entende a necessidade de fortalecimento institucional, o povo latino sempre está em busca do "Messias", aquele que vai resolver seus problemas de abastecimento, de emprego, de segurança, um milagre. Ele está esperando o "Messias".

Outra coisa importante, que é um conceito e que temos que deixar bem marcado aqui, é o seguinte: o aprimoramento institucional é um processo de outorga, não é um processo de demanda, porque a massa populacional não tem conhecimento de ciência política para saber o que demandar. Então o aprimoramento é feito por quem pode, deve e quer. Esse é o tripé histórico do aprimoramento institucional. Não existe na história da humanidade nenhum exemplo de aprimoramento institucional por demanda da população.

Então é isso que estamos vivendo hoje; é uma desagregação total das instituições, hoje não temos nenhuma instituição que se preste a estabelecer e garantir objetivos nacionais de curto, médio e longo prazo. Ele vive, usando uma expressão popular, "empurrando com a barriga" os problemas do dia a dia.

Tentando resolver hoje o problema que surgiu ontem, sem planejamento, sem uma previsão, sem uma visão prospectiva que tem que ser de todo bom governo.

Então, trouxe hoje aqui a minha experiência juvenil, as preocupações da época. Naquele tempo a massa dos estudantes não participava de manifestações. Era uma minoria. Outra coisa que quero dizer é o seguinte: tornei-me advogado em 1973 e advoguei em todo o período revolucionário e posso garantir que durante o período dos governos militares, o advogado era respeitado.

Como advogado, no período revolucionário, chegava ao Fórum, pedia os processos e exigia providências dos magistrados, dos funcionários; hoje um advogado não tem condições de exercer a sua profissão, porque o próprio Ministério Público está infiltrado por ideologias e apóia, por incrível que possa parecer, a prática de esbulho processual pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Essa semana ainda, falando com um Juiz federal, insurgi-me contra uma petição do Ministério Público Federal, que estava apoiando seiscentos invasores contra a decisão do juiz que mandava retirá-los de uma propriedade. Comentava com o Juiz o absurdo. O Ministério Público está advogando a prática de ato típico da Lei Penal; isso é uma distorção absurda!

A nossa expectativa é que os seguimentos responsáveis da sociedade brasileira se unam para encontrar novos caminhos para construir o nosso futuro. Já disseram que "o preço da liberdade é a eterna vigilância" e acho que isso é uma máxima que temos que seguir, temos que estar vigilantes para garantir o futuro para os nossos filhos e netos.

Agora voltarei mais um pouco, para ressaltar um aspecto muito interessante da época antes da Revolução.

Em março de 1964 os meus companheiros de escola, de 15, 16 e 17 anos, estavam prontos para entrar em combate se necessário fosse, porque a gente não sabia o que ia acontecer.

Para reconduzir o Brasil a seus rumos históricos, cristãos, democráticos e de aspiração para grande potência e não de atrelamento a uma união de esquerda mundial como era naquela ocasião. Isso que era pretendido por certos setores e pelo próprio Governo do Sr. João Goulart, razão pela qual foi derrubado.

Mas a juventude estava disposta a se empenhar numa luta, a entrar em conflito mesmo e não se sabia como seria resolvido aquele impasse, qual seria a resistência à intervenção de 1964. Depois, felizmente, o problema se equacionou de forma mais rápida, a intervenção foi cirúrgica e tudo se resolveu rapidamente, mas imaginávamos que iriam ocorrer choques armados, muitas vidas iriam se perder. Estávamos dispostos a participar disso.

Sacrificar as próprias vidas em prol da Pátria, como é no juramento dos militares.

Exatamente. Não sentíamos nenhuma diferença entre o que queríamos e o que os militares queriam; os objetivos eram exatamente os mesmos e o compromisso moral era o mesmo.

Os princípios do patriota é a lealdade e a honra. A juventude é sempre mais inocente, espontânea. Até hoje acho que os jovens são espontâneos, mas na minha época eram mais. Os jovens pensavam com mais idealismo. Não sei como está hoje, minha filha tem 16 anos e ainda não está manifestando muita coisa, mas no meu tempo os jovens tinham esse compromisso.

Muito bem Dr. Ribas, essa explanação já foi muito convincente e abarcou desde o período pré-revolucionário, com pinceladas sobre cada um dos governos e a angústia que se vive novamente na atual conjuntura.

Pediria então que falasse um pouco sobre as preocupações dos brasileiros que desejam o bem desta Pátria maravilhosa e que lamentam muito vê-la sendo malconduzida em muitas ocasiões de sua história; gostaria de ouvir então a sua opinião sobre o momento político atual.

E as preocupações, tenha certeza, não são só suas, são de todos os seguimentos do País que pensam e que acreditam ainda num Brasil grande e melhor para nossos descendentes.

Hoje está cada vez mais claro que o Brasil está sendo alvo de incursões de uma guerra comercial travada mundialmente. Essa globalização não é nada mais do que um colonialismo a distância, só que é muito mais barato para as potências colonialistas atuais, porque o colonialismo tradicional traz consigo as despesas administrativas, o custo administrativo e hoje eles excluíram do seu interesse colonial esse custo e o resultado aumentou. Eles participam apenas dos lucros, sem risco nenhum.

E isso é muito perigoso. As Forças Armadas têm formação tradicional, na guerra tradicional, na guerra de tropas e, muitas vezes, não se preocupam com o fator econômico, mas as guerras são ganhas através de jogadas financeiras e econômicas.

Napoleão Bonaparte, só para trazer um aspecto histórico que é muito significativo, perdeu a guerra porque a Casa Rothschild francesa cortou o financiamento. Especularam na Bolsa de Londres. Foi uma manobra financeira: os Rothschilds de Londres, associados aos de Paris, espalharam em Londres que a Inglaterra havia perdido a guerra. As ações da Bolsa de Londres caíram. Os Rothschilds de Paris compraram tudo. Quando três dias depois chegou a notícia de que a França havia perdido a guerra, eles eram os donos do mercado, ganharam

uma imensa quantidade de dinheiro. Então, já naquela época, a guerra se ganhava através de manobras financeiras.

Se me permite apenas um pequeno aparte, pois isso é afirmação de grandes estrategistas como Lidel Hart, Sun Tzu ou Clausewitz, que a guerra normalmente é o conflito econômico que a diplomacia não conseguiu resolver, então ela é a continuação da diplomacia por outros meios.

Hoje, o Brasil pela sua riqueza e vocação natural – é uma potência mineral e agrícola – é alvo de incursões financeiras, e isso traz distorções. Num regime supostamente democrático, as eleições são financiadas por capitais, inclusive capitais internacionais, e os políticos eleitos ficam compromissados com os seus financiadores de campanha, principalmente nas eleições majoritárias.

As proporcionais também são financiadas, mas os interesses são mais de varejo. Nas eleições majoritárias o capital tem muita importância, porque aquele que tem maior quantidade de recursos normalmente vence a eleição. Tem maior possibilidade de fazer alianças, mais espaço na mídia. Termina convencendo a mídia a apoiá-lo, por meio do aspecto econômico.

O Brasil, hoje, está absolutamente vulnerável aos interesses internacionais. Estamos perdendo a guerra comercial e um exemplo disso é que o segmento do agronegócio é o único superavitário na nossa balança comercial.

Esse ano que passou, o de 2000, tivemos um superávit de 14 bilhões de dólares na balança comercial do segmento do agronegócio. Todos os demais segmentos foram deficitários, mas mesmo assim o Governo não incentiva a produção agropecuária, não coloca capitais a custo compatível com a atividade e, pior, incentiva oficiosamente a invasão de propriedades, através de um movimento chamado MST, que todos já conhecem, que nada mais é do que uma cabeça de ponte do capital internacional no Brasil. Eles são financiados para inibir investimentos no agronegócio.

Quer dizer, isso aí é uma espécie de uma quinta coluna, antigamente se falava que eram espiões, mas hoje é um grupo guerrilheiro que está aqui a serviço das potências internacionais.

Pelo mesmo motivo, o Brasil não exporta a sua produção de grãos de Mato Grosso e Rondônia, através do Acre e do Peru, pelo Pacífico. Nesse corredor o Brasil vai encurtar a viagem em 20 mil quilômetros e vai tirar do mercado o produtor de soja americano. Então, daí a preocupação do Diálogo Interamericano, que é uma Organização Não-Governamental (ONG) interessada no Poder latino-americano, em impedir que o Brasil tenha acesso ao Pacífico e esse objetivo deles estava em risco com o Governo Fujimori, porque o Fujimori aproximava a econo-

mia japonesa com a economia brasileira, que são complementares. Os japoneses têm tecnologia e nós temos os recursos naturais que eles não têm, então são economias absolutamente complementares e agora temos a barreira do Presidente Alejandro Toledo, do Peru, que é uma incógnita e não sabemos se iremos conseguir exportar pelo Peru.

Isso é apenas um exemplo do que está acontecendo e nós, sociedade responsável, temos que nos unir para encontrar novos caminhos nesse sentido e conscientizarmo-nos de que a guerra comercial tem que ser enfrentada.

Gostaria agora de ouvir a sua palavra sobre um assunto que sem dúvida empolga todos os brasileiros e que eu sei que o senhor conhece profundamente: a criação de gado.

Nós sabemos que a produção de proteínas através da carne vermelha é extremamente onerosa em países do primeiro mundo, que criam gado em regime intensivo, com gado confinado e tratado com ração em que nos componentes entram soja e milho, concorrendo portanto com a alimentação humana. E que nós, pela extensão de nosso território, onde não temos as geleiras da Sibéria, nem as do Canadá, podemos praticamente criar gado no Brasil inteiro.

Precisa sol e chuva, o resto a terra fornece e ainda com a introdução de determinados tipos de capim, como o braquiária, que mesmo nas terras mais fracas esse capim é muito nutritivo e viceja bem, portanto podemos ter gado em qualquer lugar e isso nos livrou de ter inclusive o "mal da vaca louca", cuja origem ainda é discutida, mas fala-se nessas rações de origem animal com que o gado europeu é alimentado.

O senhor tem razão, realmente produzimos proteína vermelha da melhor qualidade com a fotossíntese. Transformamos o capim em proteína vermelha, isso é um milagre, é o milagre do País da energia que é o Brasil, porque temos sol o ano inteiro. Então, como o ser humano não come capim, ele produz isso sem concorrência na cadeia alimentar do homem e é por isso também que os países do primeiro mundo financiam o MST para invadir fazendas de criação extensiva.

Isso é estratégico, o Brasil sobrevivendo da energia solar, enquanto eles têm que fornecer lixo, literalmente lixo para o gado se alimentar, para a produção de proteínas.

Interessante que constatou-se, na Inglaterra, que houve uma distorção molecular da proteína chamada príon, que causa a "encefalopatia espongiforme", que é o "mal da vaca louca", porque eles forneceram produtos de origem animal para a alimentação de herbívoros. A natureza reagiu contra essa violência. O

príon tem uma característica interessante, é uma proteína indestrutível. Para destruir o príon, você precisa de 1.000ºC. Então, os europeus estão com um problema inclusive de esterilização de material cirúrgico, porque o bisturi, se você puser a 1.000ºC, você derrete o bisturi. Já a esterilização química é impossível.

Os laboratórios estão pesquisando para ver se acham algum produto químico que possa destruir o príon. É um mal terrível para toda a humanidade e o Brasil quase ficou vulnerável nessa questão, porque importava ração para cachorro, que é de origem animal, da Inglaterra e da Europa.

Foi o Conselho de Medicina Veterinária de São Paulo que denunciou e, então, foi barrada a importação dessa ração, em tempo ainda de evitar a contaminação. Hoje produzimos o "boi verde", o boi saudável que come capim, bebe água corrente e não precisa comer ração de origem animal.

Em termos de agricultura o Brasil neste ano conseguirá atingir a meta de produzir 100 milhões de toneladas de grãos?

Pode até produzir muito mais que isso. O problema é que você produz e não tem mercado consumidor, porque a Europa e os Estados Unidos têm barreiras de toda a natureza; eles pregam o livre comércio e impõem barreiras sanitárias, ecológicas, trabalhistas, de toda ordem. Então não adianta produzirmos 200 milhões de toneladas de grãos se não tiver quem compre tudo isso. O Brasil pode produzir as 100 milhões e mais 50 e mais 200, tanto faz, temos 30% da área agricultável do mundo. Podemos produzir o que o mundo precisar.

Agora, tem um ponto que é importante: o que provoca a fome no mundo é a especulação nas *comodities* agrícolas, particularmente pela City, de Londres, que controla as flutuações das cotações das *comodities* agrícolas, minerais e comerciais. Eles tentam, através de barreiras sanitárias e comerciais, impedir que um País como o Brasil influencie nas cotações das *comodities* agrícolas. Então a especulação – estamos numa guerra financeira – impede que o mundo tenha acesso ao celeiro que é o Brasil.

Bem, acho que já abordei quase tudo, pelo menos o que a memória permitiu mostrar, e agradeço muito a atenção do senhor, a paciência de me ouvir e espero não ter sido muito prolixo.

Pelo contrário, o senhor sintetizou muito bem, desde os inícios e os antecedentes da Revolução de 1964, passando para o período revolucionário, chegando até os nossos dias e levantou questões importantíssimas que o Brasil vive no momento.

Para terminar pediria que deixasse uma mensagem, sobretudo para a juventude que vai herdar o nosso Brasil que tanto amamos, seja a juventude militar,

seja a juventude de um modo geral, pois seguramente esse seu depoimento será ouvido por jovens militares e civis em escolas do Brasil do século XXI.

Espero que a nossa juventude se conscientize da necessidade de participar ativamente dos assuntos nacionais e que procure se informar adequadamente. Apenas pessoas bem informadas podem tomar decisões e apoiar essa ou aquela política. E, principalmente, se dediquem à análise da questão econômica, porque quem não entende de economia não pode discutir política.

A expectativa é grande e se o grande Arquiteto do Universo olhar por nós, o Brasil vai obter sem dúvida o seu merecido lugar entre as nações do primeiro mundo. Muito obrigado.

Doutor Carlos Eduardo Guimarães Lousada

Nasceu em 12 de maio de 1931, no Rio de Janeiro-RJ; é filho do Embaixador Francisco d'Álamo Lousada e da Embaixatriz Maria de Lourdes Zenha Guimarães Lousada.

Formação Profissional: Engenharia Industrial pela Miami University Majoring; Administração Técnica e Industrial em motores diesel pela Escola Técnica de Sulser Frères Whinthertur, Suíça; Economia Política, pela École Levania, Lausanne, Suíça.

Atividades profissionais: Adido Cultural do Consulado do Brasil, Miami, Flórida, ano 1955; Assistente Civil do Ministro da Marinha, Almirante Sylvio Heck; Conselheiro da administração da Cia. Nacional de Cimento de Minas Gerais – CIMINAS; Presidente e acionista principal da Microgenau Metalúrgica e Mecânica de Precisão; membro do Gabinete Civil da Presidência da República, no Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva; Diretor-Presidente da Serete Engenharia S.A. e presidente do Conselho de Administração; Conselheiro da Holdercin, Grupo Holder Bank.

Outras atividades: Diretor do Centro do Comércio do Estado de São Paulo; Conselheiro da Diretoria Executiva do Banco Francês e Brasileiro S/A; Diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Condecorações Militares: Medalha do Mérito Militar e do Mérito Naval, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Tamandaré e Diploma de Colaborador Emérito do Exército.

Entrevista realizada em 4 de abril de 2000.

Inicialmente, farei a seguinte colocação: não houve, a meu ver, uma revolução, em 1964, mas uma contra-revolução. Quem queria fazer uma revolução não éramos nós; reagimos à revolução que estava sendo montada. Em plena guerra leste-oeste, o Brasil era disputado pelas forças da época, de um lado lideradas pela União Soviética, China e, também, Cuba; do outro, nós, democratas, dispostos a defendêlo. Fizemos a contra-revolução. Impedimos uma revolução comunista, que transformaria o Brasil, não em uma nova Cuba, porém em uma nova China, em função da sua extensão territorial, riquezas, grande população e posição geográfica – na época o Atlântico Sul era militarmente vital. Geopoliticamente falando, se o Brasil caísse, cairia toda a América Latina. Foi dentro dessa visão contra-revolucionária que se articulou a Revolução de 1964, ou seja, a Contra-Revolução de 1964.

Tudo tem início, a meu ver, na renúncia do Presidente Jânio Quadros, quando os três ministros militares, Marechal Odylio Denys, Almirante Sylvio Heck e Brigadeiro Grüm Moss, assumem a liderança da Nação, durante um período. O Presidente Jânio Quadros simplesmente abandonara sua cadeira de Chefe de Estado, e seu sucessor, Sr. João Goulart, já estava comprometido com as forças ponderáveis da esquerda brasileira.

Na ocasião, Jango recebe a adesão do General José Machado Lopes, Comandante do III Exército, que apóia a posição do Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul.

Seguem-se as *démarches*, nos setores militares e políticos. A realidade é que os três ministros das Forças Armadas queriam dar um basta ao avanço das articulações da esquerda, desencadeadas no País com uma força incrível. Eles pensavam, até, em tomar definitivamente o Poder, fixando a data de 5 de setembro de 1961. Entretanto, as forças militares se dividiram. Uns queriam a tomada do Governo pelas forças militares, outros optavam por manter o País na frágil legalidade existente. O Comandante do Exército, combalido por uma fratura no pé e febre, marcou, mesmo assim, uma reunião com os generais para o dia 3 de setembro, às 7h da manhã, no Palácio Laguna, para tomar a posição definitiva.

Na véspera, tanto o Almirante Heck, que exercia forte liderança na Marinha, quanto o Brigadeiro Moss, haviam obtido total apoio dos seus pares. O Marechal Denys, porém, no dia da reunião, no Palácio Laguna, conseguiu apenas o apoio de poucos generais, cinco ou seis, se não me falha a memória. Terminada a reunião, o Marechal Denys chamou os Ministros da Marinha e da Aeronáutica ao seu escritório, no Palácio Laguna, e relatou-lhes o resultado do encontro.

O Almirante Heck dirige-se à sala de visitas, onde se encontravam todos os generais convocados pelo Marechal Denys, e apoiado pelo Brigadeiro Grüm Moss faz

a seguinte declaração: “É lamentável que a decisão tenha sido de entregar o Governo ao Jango. A revolução que poderia ocorrer hoje, de cima para baixo, amanhã será feita de baixo para cima. Mandarei fazer uma placa referente ao 5 de setembro de 1961, data que marcará o início de uma longa e dura caminhada.”

Dito isto, retirou-se para o Ministério da Marinha, acompanhado pelo Brigadeiro Grüm Moss e pelo Capitão-de-Fragata José Calvet Aranda, mais tarde Almirante; também me encontrava no carro com eles, nesta ocasião. Entregou-se o Governo ao Jango. Um grupo da Aeronáutica tentou, ainda, uma reação que o Brigadeiro Moss conseguiu impedir.

Um mês depois, no Edifício Avenida, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, realiza-se a primeira reunião, para se articular a Revolução de 1964, presidida pelo Almirante Heck. Estavam presentes, também, do Exército: Marechal Odylio Denys, General José Pinheiro Ulhôa Cintra, enteado do Presidente Dutra; da Aeronáutica: Brigadeiro Grüm Moss e outros; da Marinha: Almirantes Silveira Lobo, Acir de Carvalho Rocha, Augusto Rademaker, Mário Cavalcante, Levy Aarão Reis e Heitor Lopes de Sousa, este do Corpo de Fuzileiros Navais; do Itamaraty: Embaixador Abelardo Bueno Prado e o Embaixador Francisco d’Álamo Lousada; de São Paulo: Doutor Hermann Moraes e Barros, Osvaldo Américo Campiglia, e os médicos Nemésio Bailão e Sílvio Fausto, este muito amigo do Dr. Júlio de Mesquita Filho.

Coube-me secretariar este encontro memorável em que se decidiu iniciar o processo de articulação junto às Forças Armadas e à sociedade civil.

Como havia alguns representantes de grupos civis paulistas, na reunião, o processo começou em São Paulo, no meio civil. Em seguida, formou-se um núcleo chefiado pelo General Agostinho Cortes e outro coordenado pelo General Sebastião Dalysio Menna Barreto. Precisou-se ampliar com a formação de um terceiro grupo de coordenação e suporte financeiro, chefiado pelo Dr. Júlio de Mesquita Filho. Dele fazem parte: Dr. Gastão Vidigal, Dr. Hermann Moraes e Barros, Dr. João Baptista Leopoldo Figueiredo, que fundou, logo em seguida, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), órgão de relevante influência no processo conspiratório.

As articulações tomavam vulto, em São Paulo. O General Olympio Mourão Filho foi designado para comandar a 2ª Região Militar, em março de 1963, na capital paulista, tendo como Chefe de Estado-Maior o Coronel Ramiro Tavares Gonçalves. A partir daí, centralizou-se tudo na 2ª Região Militar e na residência do General Olympio, no início da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

Outro General, Anchieta Paz, Comandante de uma Brigada no Vale do Paraíba, passou a trabalhar ativamente na articulação militar. Estes grupos, bastante ativos e consolidados, passaram a contar com o apoio de Entidades de Classe: Sociedade

Rural Brasileira, cujo presidente era o Sálvio de Almeida Prado; da Federação das Indústrias, cujo presidente era Antônio Belisati e o vice, Teobaldo de Nigris, que posteriormente, exerceria, por muitos anos, a presidência da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Todos, companheiros dedicadíssimos, mas obedecendo a uma coordenação única. De minha parte, pelo fato de ser muito ligado ao Almirante Heck e ao Marechal Eurico Gaspar Dutra, participava, circulava em todos esses grupos. Constatava o empenho de cada um pela dedicação e serviço à Pátria.

O movimento foi crescendo, sem cessar. O General Mourão, em agosto desse mesmo ano, foi transferido para Juiz de Fora, e deixou em São Paulo um esquema extremamente forte e consolidado. A esta altura, a área militar estava bem articulada e trabalhava com mais ardor.

As reuniões importantes, no Rio, passaram a ser realizadas sempre na casa do Marechal Dutra. Era um desejo do Almirante Heck e do próprio Marechal Denys, em face do respeito e prestígio que gozava o Marechal entre militares e civis. A propósito, o Almirante Heck brincava, dizendo:

– Reunião de generais não pode ser na casa de almirante, tem que ser na casa de marechal.

São Paulo sempre na liderança da coordenação e o Movimento se expande para o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e principalmente Minas Gerais, com a coordenação do General José Lopes Bragança, figura histórica. Seu irmão havia sido assassinado por comunistas, na Intentona de 1935. Com a ida do General Mourão para comandar a 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e com a participação do General Carlos Luiz Guedes, da ID/4, o Movimento cresce e se expande em todo o Estado. O coordenador dos prefeitos, no interior de Minas, é o Prefeito de Curvelo, Evaristo de Paula, que, mais tarde, será Secretário de Estado, exercendo grande influência na política de Minas.

O Governador do Estado, Magalhães Pinto, mantém posição dúbia. O Movimento continuou a crescer e decide, então, testar sua própria força. Durante comício de Brizola em Belo Horizonte, o grupo de Minas, sediado na Capital, com o apoio do General Guedes, resolve expulsá-lo, bem como os membros do Governo João Goulart que o acompanham. A empreitada obtém pleno êxito, com grande repercussão na Imprensa Nacional.

São Paulo passou, então, a ter uma ligação muito estreita com o pessoal de Minas. Nessa ocasião, o General Joaquim Justino Alves Bastos, depois Marechal, vai comandar o IV Exército, em Recife. O Marechal Justino era irmão de Dona Judite Penha Brasil, esposa do General Penha Brasil, padrinho de meu casamento civil. Estes laços de amizade aproximaram-me do Marechal Justino, em quem o Marechal Denys também muito confiava. No Nordeste, o Marechal Justino começou a traba-

lhar pelo Movimento, sensibilizando os oficiais do IV Exército e, ao mesmo tempo, incentivando a mobilização civil, não apenas no Recife, mas também em outros Estados, sempre dentro da coordenação militar.

O crescimento do Movimento chegou a tal ponto que, um mês e pouco antes da eclosão da Revolução, resolveu-se fazer uma reunião no Rio de Janeiro, apesar da dificuldade de deslocamento dos chefes militares: o Marechal Justino, do Recife; o Almirante Rademaker, de Florianópolis; o General Mourão, de Juiz de Fora; o General Guedes, de Belo Horizonte; o General Cordeiro de Faria, do Nordeste etc. Formou-se, neste momento, um grupo de trabalho, do qual participo, para coordenar a vinda desses homens. Escalou-se um grupo de jovens oficiais, capitães e tenentes das três Forças Armadas, de confiança e que tinham automóvel, para as funções de motorista e segurança, desses chefes militares, em sua estada no Rio de Janeiro.

Para o deslocamento até o Rio sem que as autoridades tomassem conhecimento, a solução foi arrendar aviões de várias Companhias, entre elas a Trans Lima, que pertencia ao Lima Neto.

Companhias particulares de aviação civil.

Táxi aéreo. Garantido o deslocamento, restou providenciar a hospedagem. Faço questão de lembrar aqui a Embaixatriz Leitão da Cunha, Dona Nininha. Estando o Embaixador Vasco Leitão da Cunha em Portugal, ela ofereceu um apartamento na Avenida Rui Barbosa e lá se hospedou o Marechal Justino Alves Bastos e o Almirante Acir de Carvalho Rocha, Comandante do Distrito Naval de Mato Grosso. O Marechal Justino decidiu não se hospedar na residência de sua irmã, Dona Judite, porque o General Penha Brasil, homem muito sociável, recebia sempre muita gente e o Marechal não podia ser visto no Rio de Janeiro.

Aconteceu, nesse momento, a reunião histórica na casa do Marechal Dutra, na Rua Redentor, 317. Ali se decidiu deflagrar o Movimento e derrubar o Governo de João Goulart.

Em seguida à tomada da decisão, o Marechal Dutra levantou a seguinte questão, que guardo, vívida, na memória:

– O que os senhores pensam para depois? Qual dos senhores irá representar o papel de líder?

Todos os oficiais permaneceram calados; o Presidente Dutra continuou:

– É importante uma resposta e vou começar a perguntar ao general mais jovem aqui.

E, um a um, do mais jovem, General-de-Brigada Ulhôa Cintra, ao mais antigo, Marechal Denys, todos eles, por suas respostas, demonstram não ambicionar o Poder. O Presidente Dutra comentou, então, com sua proverbial sabedoria:

– É um problema que nós temos, e vamos ter que enfrentar esse problema oportunamente.

Encerrou-se a reunião. Seguiu-se a operação para deslocar esses homens de volta para os respectivos comandos.

Um mês e pouco depois, o General Mourão desencadeia, em Juiz de Fora, a arrancada do Movimento revolucionário.

Em São Paulo, reúnem-se em minha residência, na Rua Bela Cintra, o General Aldévio Barbosa de Lemos, Secretário de Segurança do Estado de São Paulo; o General de Cavalaria Franco Pontes, Comandante da Polícia Militar; Reynaldo Saldanha da Gama, Comandante da Guarda Civil; os Generais Dalysio Menna Barreto, Agostinho Cortes, além de alguns civis.

Combinara-se, anteriormente, que o General Guedes me telefonaria, passando a senha para o dia D, a que eu responderia com a contra-senha. Em determinado momento desta reunião, em minha residência, tocou o telefone: atendo, pronto para senha e contra-senha; o General Guedes, porém, declara:

– Não tem mais senha coisa alguma, eu já prendi todo mundo aqui e já estou indo para o Palácio da Liberdade com o manifesto que o Magalhães Pinto vai ter que assinar, porque se ele não assinar, vou prendê-lo e vou assumir o Governo de Minas. Agora queremos ver vocês, como São Paulo vai responder.

– General – disse –, vou passar o telefone para o Secretário de Segurança.

E passei. Terminada a ligação, todos saíram para alertar os respectivos grupos e dar início à mobilização.

A coordenação dos militares da Ativa do Exército, em São Paulo, era exercida pelo General Mourão. Quando ele foi para Juiz de Fora, o General Anchieta Paz permaneceu, ainda, em São Paulo. Havia um grupo de jovens oficiais, muito ativos, chefiado pelo Tenente-Coronel Rubens Resstel, com a participação do Major Cerqueira Lima, do Capitão Wilberto Luiz Lima, do Coronel Tomaz, entre outros.

O Tenente-Coronel Rubens Resstel teve a missão de prender o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército. Chegou, até, a invadir sua residência, na Rua Venezuela. Neste meio tempo, entretanto, o General Kruel deixava o Palácio Campos Elísios, e aderia à Revolução, tornando desnecessária a atuação do Tenente-Coronel Resstel.

Em Minas Gerais, o Movimento conseguiu a adesão de todos os seguimentos da sociedade. O General Mourão, comandando as tropas de Minas, marchou para o Rio de Janeiro, em companhia do Marechal Denys, do General Antonio Carlos da Silva Muricy e do Dr. Antônio Neder; o General Ulhôa Cintra não o acompanhou, pois todos acham preferível que ele permaneça perto do seu pai, o Marechal Dutra.

A coluna militar seguiu em direção ao Rio de Janeiro. Comandado pelo Coronel Raimundo Ferreira de Souza, o Regimento Sampaio vem-lhe de encontro; esse Regimento dispõe de poder de fogo apto a tranqüilamente deter a coluna do General Mourão. Aconteceu, porém, que o Coronel Raimundo havia pertencido ao Gabinete do Marechal Denys, e sempre lhe fora muito próximo. Ele ignora que o Marechal Denys faça parte da coluna do General Mourão. Quando, por telefone, se consegue fazer o contato do Marechal com o Comandante do Regimento, o Marechal Denys diz-lhe o seguinte:

– Você vai combater seu velho chefe!?

– Eu não sabia que o senhor estava aí! – respondeu o Coronel – Então, já me coloco à sua disposição.

Todo o Regimento Sampaio adere à coluna do General Mourão e, com essa atitude, dá a vitória ao Movimento de 1964.

Os fatos que relatei são os que eu vivi.

O Presidente Dutra, meu padrinho, com discrição que o caracterizava, jamais exaltou o papel fundamental que ele representou na Revolução de 1964. O mesmo se aplica a todos os chefes militares por mim aqui citados.

Eis o resumo da experiência que vivi, quando jovem. Embora sem poder de decisão, tive o privilégio de ouvir, agir e presenciar, e, assim, participar de fatos que mudaram o rumo da História do Brasil.

Importantíssimo para o Projeto de História Oral do Exército o vosso testemunho, sobretudo pelo senhor ter vivenciado esses fatos. Dando prosseguimento, gostaria de ouvir a sua opinião sobre como a Revolução, que o senhor chamou inicialmente de Contra-Revolução, foi recebida pela população local em seus primeiros tempos e o que se esperava dos novos governantes?

Naquela época, o povo brasileiro assistia estarrecido, assustado e amedrontado, à anarquia, ao caos, à subversão desencadeada, à quebra de hierarquia dentro das Forças Armadas, principalmente dentro da Marinha, à comunização se proliferando e ao Governo participando. Aliás, o Presidente da República – Jango – incentivou os marinheiros a jogarem seus oficiais no mar, o que veio de fato a ocorrer: oficiais foram atirados ao mar. Tratava-se, praticamente, da reedição da Revolução Marxista de 1917.

Quando da eclosão e vitória do Movimento, antes de ir para o Rio de Janeiro – porque passei a ter uma atuação junto aos chefes militares com quem convivia na época, como articulador político – vi a cidade de São Paulo parar: papel picado pela cidade inteira, carros buzinando, alívio e sentimento de vitória.

Tudo de euforia e alegria pelo Movimento.

Havia uma euforia inacreditável, não só em São Paulo mas no Brasil inteiro: papel picado, o povo nas ruas, festejando o término do medo e do caos.

Para se ter uma idéia da situação antes do Movimento Democrático, as "Ligas Camponesas", chefiadas por Francisco Julião, invadiam fazendas, desrespeitando o direito de propriedade. O presidente da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), João Pinheiro Neto, pregava as invasões de terras, a violação do direito de propriedade, incêndio de lavouras, matança de gado, enfim a quebra do setor produtivo agrícola. Numa dessas pregações, em Curvelo, o povo da cidade o expulsou a tiros para fora de Minas.

Nas Forças Armadas, havia alguns "generais do povo": não generais da Nação, porque o militar quando inicia sua carreira faz um juramento de lealdade à Nação, e não ao Chefe de Estado de plantão. Este juramento, que o militar vive a vida inteira, mesmo na Reserva, estava sendo desrespeitado pelos chamados "generais do povo", "almirantes do povo" e "brigadeiros do povo". Havia quebra de hierarquia, a desordem nos quartéis começava a se generalizar. A insegurança foi total! As classes produtoras se perderam!

Então o que aconteceu?

As classes produtoras – sem rumo nem perspectivas, diante da falência e destruição de fábricas, da paralisação do setor industrial com greves, da desvalorização do dinheiro, da insegurança generalizada – uniram-se rapidamente e maciçamente aos chefes militares que reagiam contra esta situação intolerável.

O que o povo esperava da Contra-revolução que passou a se chamar de Revolução?

Esperava desenvolvimento, honestidade, austeridade, ordem e segurança: isto de fato aconteceu. O Governo de Castello, porém, não ouvia "o grupo revolucionário", que havia desencadeado a Revolução. Ligava-se pouco ou quase nada, devido às seqüelas por ocasião da renúncia do Jânio. Falavam-se pouco e não se cumprimentavam.

Uma desunião.

Exato. Tanto que ao ocupar a Presidência da República, Castello Branco enfrentou problemas com este grupo. O Ato Institucional Nº 2 (AI-2) só saiu porque os pára-quedistas pressionaram. Quartéis pressionaram, comandados pelo Plínio Pitaluga, ainda vivo, o Confúcio, o Sebastião Chaves, que comandava o Regimento Floriano. Resolveram depor o Castello e colocaram as tropas na rua. A Marinha, chefiada pelo Almirante Heck, dispunha-se, também, a bloquear a barra do Rio, para exigir a saída do Castello. O General Costa e Silva, Ministro da Guerra, foi à Avenida Brasil num carro-comando, reunir-se com os coronéis para um acordo. Antes, ao sentir a crise, Costa e Silva foi até o Castello, cuja filha, Antonieta – Nieta –, pediu-lhe:

– Salve o papai!

Era um carro-comando PC, ou seja, Posto de Comando instalado na viatura.

Exatamente. Nesse carro-comando, Costa e Silva fez um acordo com os coronéis. Estes oficiais tinham apoio de pessoal da Força Aérea, inclusive, pelo Haroldo Veloso. Em suas bases, encontravam-se prontos para a ação. Nesse dia, na Av. Brasil, surgiu a candidatura do Costa e Silva e saiu o AI-2. Costa e Silva assumira o compromisso de arrancar tudo o que os coronéis queriam do Castello.

Inclusive o AI-2.

Fundamentalmente o AI-2. Foi na crise do Negrão de Lima para Governador do Rio e um outro Governador que não me lembro (Israel Pinheiro, em Minas Gerais). Felizmente não fizemos uma revolução dentro da Revolução, o que, ao meu ver, teria sido um desastre.

Costa e Silva torna-se Presidente, escolhendo um ministério razoavelmente bom, excelente até, em alguns casos, como fora o de Castello. Seu sucessor seria o General Emílio Garrastazu Médici.

Vou voltar um pouco no tempo para registrar esta passagem: o General Médici era Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras; os chefes militares preocupavam-se sobre qual seria a sua posição na eclosão militar, porque todos diziam que se colocassem cadetes na Dutra, isso deteria qualquer força, porque nenhuma tropa do Exército atira e mata cadetes, pelo menos não há no Brasil, conforme registram sua cultura e história.

Certa ocasião, quando o General Mourão Filho se encontrava em São Paulo, conduzi-o, em meu carro, até Resende. Foi quando conheci o General Médici, que me perguntou:

– O quê você é do Embaixador Lousada?

– Sou filho – respondi.

Ele então me abraçou e disse:

– É porque fui colega de turma do seu pai.

A partir daí ficamos muito ligados e tive o privilégio de tornar-me seu amigo pessoal. Encontramo-nos mais tarde, no Gabinete do Costa e Silva: ele, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e eu, da Casa Civil. Nossa amizade consolidou-se e continuo amigo de sua família.

O senhor já abordou sobre o ciclo dos presidentes militares, notadamente sobre aspectos dos Governos Castello Branco e Costa e Silva e nos deu a posição do General Médici; gostaria de falar alguma coisa sobre ele?

Abordarei alguns aspectos. Depois que o Presidente Costa e Silva teve o derrame, houve um processo inicial de disputa do Poder pelo General Affonso de

Albuquerque Lima, de um lado, e pelo General Syzeno Sarmento, do outro. O grupo, vamos chamar assim, do Costa e Silva ou da Revolução não se empenhara nem por um nem por outro, mas sim, pelo General Médici, nessa época Comandante do III Exército e sem qualquer aspiração à Presidência da República. Precisávamos convencê-lo a aceitar. O episódio que vou relatar ilustra quanto se articulou, no Rio, em favor da escolha do General Médici.

O Brigadeiro Carlos Dellamora decolou o avião presidencial, sem ordem de ninguém, do Rio de Janeiro para Porto Alegre. Telefonei, então, para o General Médici, com quem tinha muita liberdade – aliás, em seu livro, "A Revolução Impossível" Luiz Mir me identifica como o elemento de ligação com o General Médici –, avisando-o de que o Brigadeiro Dellamora se encontrava a caminho do Sul para discutir sobre assunto que só poderia ser tratado pessoalmente. O General Médici perguntou:

– O que ele vem fazer aqui?

– Aguarde – respondi –, que ele vai conversar com o senhor.

Ao chegar, o Brigadeiro, muito amigo do Médici, apanha-o no Comando do III Exército e dirigem-se para sua residência, onde começam a conversar lá pelas quatro ou cinco horas da tarde e só terminam às cinco horas da manhã, quando, enfim, o General declarou: "Então, eu aceito."

Conseguiu convencê-lo.

O General Médici veio ao Rio no Viscount presidencial, pilotado pelo Brigadeiro Dellamora, pessoa extraordinária, grande patriota, e de quem tenho, também, o privilégio de ser amigo. São detalhes importantes que a gente vai se lembrando.

Talvez pudéssemos ouvir agora a sua opinião sobre o seguinte tema. Uma vez desencadeada, a Revolução, ou a Contra-Revolução Democrática, resultou na queda do comunismo no Brasil, na retomada do progresso do País, na valorização dos princípios da honestidade, da austeridade pública, na valorização do patriotismo e em tudo que se precisava para impulsionar o real progresso da nossa Pátria.

A atuação nefasta de alguns políticos e o terrorismo obrigaram, porém, no caso, os governos democráticos presididos pelos generais, após a Revolução, a tomar medidas duras contra essas tentativas de ensangüentar a nossa Pátria, pelo terrorismo.

Gostaria de saber a sua opinião se realmente, como e por que essa atuação dos políticos resultara na escalada revolucionária para medidas mais duras, como por exemplo os Atos Institucionais, notadamente o AI-5?

Tudo começou já praticamente na posse do Presidente Médici, quando houve o seqüestro do Embaixador americano e foi de uma violência inaudita o interrogatório

a que o submeteram – a maneira com que fizeram esse interrogatório está aí, nos livros – não vou nem falar as pessoas que o interrogaram com tamanha crueldade.

E que hoje até se vangloriam disso.

Vangloriam-se até nos jornais. Mas começou por aí, eles partiram para assaltos a banco, terrorismo, assassinatos. Na candidatura Costa e Silva, houve o primeiro sinal, em Recife, no aeroporto, quando jogaram uma bomba que matou um almirante e um jornalista e feriu diversas pessoas. Em São Paulo, explodiram uma bomba no Consulado Americano; entre os feridos, o parente de um amigo meu, que perdeu a perna.

Havia, portanto, uma situação de extrema violência, de guerrilha urbana: as forças da lei, incluindo as Forças Armadas, não dispunham de outra maneira de combatê-las, a não ser pelas armas. Não havia outra forma, porque os comunistas haviam escolhido o caminho das armas. O Estado brasileiro, as forças da lei, apenas responderam à altura, para defender o cidadão brasileiro, a Pátria brasileira de toda aquela violência para a qual não estávamos preparados.

Mas de onde vinha tudo aquilo?

Das escolas de guerrilha de Cuba, da Coréia do Norte e de outros "paraísos socialistas". Figuras "ilustres", hoje conhecidas, articularam esse movimento terrorista. Vieram e implantaram no Brasil uma técnica de brutalidade intolerável, obrigando as Forças Armadas a responder à altura para derrotá-las.

Embora nós, militares antigos, já soubéssemos disso, é muito importante o vosso depoimento, esclarecendo também esses pontos, sobretudo para as gerações mais novas, que, não tendo vivenciado tudo isso, hoje são expostas apenas às propagandas enganosas, às distorções que fizeram da história.

Lênin dizia: "(...)Vamos reescrever a história e transformar a versão em verdade(...)" e é isso que está acontecendo.

O senhor julga que o poder de governar o País foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente?

Acho que não foi no momento adequado, nem da maneira conveniente. Por exemplo: fala-se hoje que vivíamos, na época dos militares, uma "ditadura". Porém, quando o Presidente Médici terminou o Governo – isso é importante lembrar – tivemos um aumento de 14% no Produto Interno Bruto (PIB) e apenas 13% de inflação, e havia pleno emprego para quem quisesse trabalhar.

Não havia greve.

Não havia greve, nem desemprego. Nessa época, presidia a Serete Engenharia, talvez a maior empresa de projetos de engenharia no País. Contávamos

com 1.200 funcionários e a demanda era tanta que precisávamos contratar engenheiros de fora do Brasil, pois os profissionais brasileiros não davam conta de tantos projetos.

Então não tinha nada a ver com a situação que tange ao mundo do trabalho de hoje, com a exacerbação do desemprego no País; era extremamente o oposto.

Era o oposto. Então hoje pergunto, posso falar a mesma coisa?

Hoje, só aqui na Grande São Paulo há mais de dois milhões de desempregados. Onde estava a "ditadura"? "Ditadura" que dava pleno emprego, conforto, segurança, tranqüilidade, e o jovem já saía empregado da faculdade ou hoje, que o estudante termina sua faculdade e não tem emprego! Enfrenta filas quilométricas para ganhar, às vezes, duzentos ou trezentos reais; ou recebe o diploma de engenheiro, advogado, economista e vai ser chofer de táxi ou vender cachorro-quente nas ruas, naquelas vans coreanas que andam por aí.

Qual é a "ditadura"? A dos governos militares ou a do "governo democrático" de hoje?

Hoje sim, estamos vivendo a ditadura, a ditadura da fome, sim! Naquela época nós vivíamos a "ditadura" da prosperidade, da riqueza, da tranqüilidade, de segurança. Esta é a diferença: 14% de aumento do PIB e apenas 13% de inflação, nos transformamos na oitava economia do Mundo. Não entramos no G7 (Grupos das sete economias mais desenvolvidas) porque a Itália – isto é até bom lembrar – com as medidas hábeis de reforma tributária e fiscal, atraiu grande parte dos italianos da economia informal para a formalidade; com isso seu PIB aumentou, ela entrou para o G7 e nós ficamos em oitavo.

E hoje, onde estamos?

Somos, hoje, a 11ª ou 12ª economia do Mundo. A Espanha tem o mesmo PIB que nós, um pouco mais até, porém com cerca de um quarto da nossa população. O bolo é dividido por um número bem menor de pessoas do que o nosso. Outro aspecto: temos oito milhões e meio de quilômetros quadrados. A Espanha, cerca de 10% desse território.

Onde está a "ditadura"? É uma questão de avaliação.

Qual a "ditadura": a dos governos militares ou a do governo atual?

O senhor gostaria de acrescentar algo mais?

Gostaria de encerrar da seguinte forma:

O que nós precisamos no Brasil, hoje, é de ter noção de Pátria, ter orgulho de ser brasileiro e honrar a nossa Bandeira. Deveríamos poder transmitir ao grande público aquele juramento que os militares fazem: "(...)dedicar-se inteiramente ao

serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida".

Se pudermos transmitir estes valores, chegaremos fatalmente onde deveríamos chegar. Porque o Brasil é um dos cinco países com condições de se tornar grande potência, ao lado dos Estados Unidos, Rússia, Índia e China, por sua extensão territorial, grande população e riqueza de seu solo e subsolo. Somos um País rico, com mais de 20% da água potável do mundo e muito sol: sol e água que significam comida e energia.

No dia em que conseguirmos honrar a Bandeira brasileira, vibrar com o Brasil, seguramente, encontraremos "o nosso caminho".

Doutora Iedda Borges Falzoni e Doutora Maria Lucia Whitaker Vidigal

Doutora Iedda Borges Falzoni

Nascida em 2 de maio de 1927, no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal.

Cursos: Letras Anglo-Germânicas, pela Universidade de SãoPaulo (USP) – de 1945 a 1949; *Senior Certificate of the University of Cambridge*, pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa; Administração de Empresas, pela Universidade Anhembi-Morumbi; Especialização em turismo; Tradutora simultânea.

Atividades Profissionais: Assessora de Turismo do Secretário Municipal de Turismo de São Paulo, de 1975 a 1977; Ombundsman do *Shopping Center* Penha, de 1992 a 2000.

Doutora Maria Lucia Whitaker Vidigal

Nascida em 18 de maio de 1929, casada com o Dr. Marcelo de Camargo Vidigal, tem dez filhos, 25 netos e quatro bisnetos.

Trabalhou na TV Cultura como produtora e apresentadora, durante vinte anos.

Atualmente é a presidente da Liga das Senhoras Católicas, pela segunda vez, onde presta assistência, diretamente, a mais de 4.500 pessoas. É, ainda, bibliotecária e tradutora de inglês.

Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2001.

D. Iedda: Em primeiro lugar, muito obrigada pelo convite para participar do Projeto História Oral. É um privilégio passar a nossa experiência vivida no seu dia a dia, nos idos de 1964, de tudo aquilo que aconteceu e cujas conseqüências são benéficas até hoje, como sabemos.

D. Maria Lucia: Gostaria de começar falando da insegurança. Naquela época, já tinha oito filhos e, naturalmente, no aspecto mundial, o comunismo era algo que nos assustava, embora ainda não tão perto de nós. Quando o Jânio renunciou, a perspectiva do Jango assumir começou a nos afligir. Meu marido, por força de seu trabalho, sempre teve muito contato com o Exército e me disse: "Você não tem que se preocupar, porque na hora que for necessário fazer algo, o Exército vai se mexer e fazer o que tiver que ser feito, pelo bem do Brasil." Ele nunca ficou aflito como os demais amigos. Tinha muita confiança no Exército.

Quando daquela decisão tão teatral do Jânio – o Jango estava na China – surgiram os comentários: "O Jango assume ou não assume?" Assumiu, e começou no Brasil uma época muito incerta. No Nordeste, as "Ligas Camponesas" com pessoal armado com foices; greves no Sul do País, apoiadas pelo Brizola. Começou o medo do comunismo vingar no País, chegar mais perto de nós, ao mesmo tempo, muito aflitas com nossas famílias – eu já com bastante filhos – e com a parte religiosa. Sabíamos que o comunismo defendia o ateísmo.

Essa vivência aflitiva fez chegar o dia em que decidimos fazer algo; não se poderia permanecer quieto.

D. Iedda: Diria que as raízes de 1964 começaram em 1960, com Jânio Quadros. Até então, o comportamento geral da sociedade brasileira e lógico dos governos era tradicional, convencional. Com a subida ao Poder desse líder populista, que teve uma votação fabulosa, ele sentiu-se com apoio para inovar. Desde os pequenos atos até as grandes decisões, com algumas restrições e um certo espanto, sempre contaram com a aceitação popular.

O Jânio era um populista. O povo apelidou de "pijânio" as roupas que usava, que nada tinham a ver com paletó e gravata vigentes até hoje, quase 50 anos depois. Tomou decisões que chamaria de lúdicas, porém nem tão lúdicas assim, porque foi-se preparando um terreno muito perigoso, quase minado.

Teve muitos problemas com o Congresso, que não aprovava suas iniciativas. Jânio, por seu lado, provocava o Parlamento. Não estou julgando este Presidente, não estou falando mal dele, estou relatando os fatos. Exacerbou as atribuições de

Presidente da República, intrometendo-se em assuntos irrelevantes, como proibição do uso do biquíni nas praias, brigas de galo etc. O clima emocional ficou, um pouco, desestabilizado. Ele, também, se desencantou com o Congresso.

Sua renúncia, ao que tudo indica, foi uma manobra para alargar os seus poderes. Caso fosse esse o seu objetivo, ele não o atingiu. Uma atitude muito perigosa foi ter dispensado honrarias ao líder comunista "Che" Guevara. Também, mandou o João Goulart, Vice-Presidente, em missão diplomática especial à China.

Sobe Jango, que era abertamente de esquerda.

Creio que o comunismo já existia no País, estava aqui dentro – nesse ponto não concordo muito com Lucia. Provavelmente sem intenção, Jânio preparou e fertilizou o terreno para o seu crescimento.

Esse intróito é importante para se entender perfeitamente o momento histórico que estávamos vivendo. É muito importante entender isto. Na época, tinha 36 anos e Lucinha tinha 34, portanto, não éramos meninas inconseqüentes nem tampouco senhoras idosas apavoradas de perder regalias. Isso era o que eles pensavam, mas não era nada disso.

Nós e muitas outras mulheres, mães, cidadãs conscientes, estávamos preocupadas com o futuro de nossas famílias diante do que estava, provavelmente, por eclodir e que teria sido um desastre, talvez irreversível.

Gosto de citar, nessa altura, um trecho do apóstolo Paulo na sua segunda carta a Timóteo: "Nós não fomos feitos para a covardia, mas para o amor e a moderação." Fomos movidas pelo amor e com moderação, dentro da nossa coragem, inclusive física, além da coragem moral. Então, houve aquele movimento que foi a grande demonstração cívica e consciente de cidadãs e mães, que foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

D. Maria Lucia: Não foram só as mulheres, Iedda. Foram as famílias inteiras.

D. Iedda: Foram as famílias, mas o *quorum* presente foi praticamente só de mães.

A Marcha teve uma concentração ao lado da Escola Normal, na Praça da Sé e saímos pela Barão de Itapetininga. Estou lembrando de ter olhado em volta e aquela rua nos pareceu muito estreita, com aqueles paredões de prédios. Penso que se fosse hoje, com essa violência toda, poderia ter acontecido algo grave. As calçadas estavam lotadas de gente, olhando, demonstrando tacitamente seu apoio às mulheres, às crianças. Foi uma manifestação muito bonita e que, hoje, a essa distância, me parece realmente com uma importância histórica.

A senhora lembra a data?

D. Maria Lucia: Foi em 19 de março de 1964. É interessante que ainda hoje estava conversando com a minha filha mais velha e ela se recorda perfeitamente. Levei cinco filhos para essa marcha.

E a mais velha tinha que idade?

D. Maria Lucia: Naquela época ela estava com 16 anos.

D. Iedda: Meu filho tinha entre 13 e 14 anos; morávamos em frente ao Palácio do Governo e quando saí disse:

– Henrique, você fica tomando conta da casa e o revólver está aqui; defenda a sua casa.

O meu marido era radioamador e o Exército perdera a confiança em alguns graduados, naquele momento. Então, foram convocados os radioamadores para que fossem feitos os contatos; é bom lembrar que não havia esse *boom* de comunicação, como hoje. Os radioamadores, como qualquer empresa de radiofonia, recebem uma licença para operar. Eles não foram convidados, mas convocados para ajudar. Muitos, porém, se omitiram alegando que seu equipamento não estava bom.

Lembro-me de meu marido até de madrugada transmitindo mensagens sigilosas, que ele não me deixava ouvir. Foi uma atuação muito grande. A Revolução levou só dois dias para vencer, mas devo dizer que foram dois dias de intensa vivência. Definiram um momento histórico que deve ser lembrado, constantemente.

A Marcha reuniu, segundo as estatísticas da época, um milhão de pessoas, em São Paulo.

D. Iedda: Um milhão de pessoas e devemos lembrar que os habitantes da cidade de São Paulo daquele tempo era muito menor. Ainda hoje, para uma população de 16 milhões, é uma quantidade considerável, avalie naquele tempo. Só para ver quanta gente pensava como nós, se preocupava como nós e como o povo brasileiro comparece na hora de tomar decisões, para expressar suas opiniões.

Foi muito bonito esse movimento que depois se repetiu em outras capitais, sobretudo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, importantes cidades do Brasil.

D. Iedda: Vivemos hoje um momento histórico, também, muito preocupante: o terrorismo. Apesar de estar longe de nós, sabemos que violência gera violência. É como jogar uma pedra no meio de um lago. A repercussão no Ocidente, especialmente na parte do Hemisfério Sul, ainda parece ser fatos isolados, mas que não deixa de preocupar as autoridades, para fazê-las tomar algumas providências para aquietar os ânimos. Então, examinando o que era o comunismo, que depois se deteriorou, mas que naquele tempo, iludia muitas pessoas... a gente precisa se lembrar que era um perigo que já estava enraizado aqui dentro.

Lucinha e eu tínhamos tomado, um ano e meio antes, parte numa campanha eleitoral para Governador de São Paulo, que era o Carvalho Pinto. Nessa época, visitei favelas, todo o ABCD; fui a vários lugares. Tínhamos total consciência da existência de um terreno fértil para aquelas idéias enganosas do comunismo; conhecíamos perfeitamente a semente e o terreno onde seria semeada. Não tomamos nenhuma atitude movida por impulso, mas por grande conscientização.

Estávamos muito bem acompanhadas de pessoas como Carlos Lacerda, que tinha sido comunista e que havia se desencantado com essa ideologia e punha a público o que eles faziam e os maus intentos deles; Padre Calazans, Senador, e o Padre Godinho, Deputado Federal, sempre nos elucidando e ensinando. Insisto que não foi um impulso de "patriotada". Foi um movimento consciente, com maturidade, de dever cívico e dever de mãe.

D. Maria Lucia: Foi bom você lembrar que nós trabalhávamos na periferia.

D. Iedda: Você se lembra o que se fundou em decorrência da campanha política?

D. Maria Lucia: Os Clubes de Mães e chegamos a ter 15 Clubes de Mães, cada um com trinta mulheres.

Ensinando inclusive a cuidar do bebê.

D. Maria Lucia: Não só a cuidar do bebê, mas também de toda a família.

D. Iedda: Foi algo que deu resultado. Esses Clubes de Mães começaram em 1965 e existem até hoje. Várias das atuais professoras foram nossas alunas e ficamos amigas; fazíamos chás em nossas casas, havia uma comunicação de culturas. O resultado foi excelente não só para elas, assim como para nós. Recebemos, também, muitíssimo. Aprendi muito com aquelas senhoras de outra cultura, de comunidades extremamente carentes, e fico gratificada de pensar que estávamos mais devolvendo do que entregando.

Mas, penso que a Marcha da Família simboliza a nossa atuação, na Revolução.

Sim, até porque é importante lembrar que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, empreendida pelas senhoras de São Paulo e depois, também, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, foram fundamentais para motivar os chefes militares a desencadear o Movimento de 1964. Esse é um fato histórico incontestável.

O auxílio dos radioamadores, para que houvesse comunicações confiáveis entre os elementos envolvidos no desencadear da Revolução, é um ponto que ainda não tinha sido abordado. A senhora bem disse, quando afirmou que havia alguns

graduados do Exército iludidos, a maioria como inocentes, pelo canto da sereia das falas de João Goulart e outros. A base de comunicação entre os quartéis naquele tempo se fundamentava nos operadores de rádio em Código Morse e alguns deles, felizmente no final se constatou que eram poucos, não eram confiáveis.

Os Governos revolucionários prepararam o Brasil para um grande progresso, através de muitas obras de infra-estrutura: viárias, de geração de energia etc. A esse respeito, gostaria de ouvir a opinião das senhoras, em face dos ideais da Revolução de 1964. Segundo muitos os Governos acertaram, mas também cometeram erros.

D. Maria Lucia: Na minha opinião, há muito pouca divulgação dos acertos dos governos militares. A memória nacional é muito curta. Nossos jovens precisam saber sim o que foi feito de bom naquela época. Reclama-se apenas e o que foi feito não é apreciado, como acontece, também, em relação ao Governo atual. Sou francamente de acordo com o que foi feito, mas acho que faltou à Revolução de 1964 divulgar melhor as suas boas obras. O que é que o pessoal sabe hoje? Nada!

D. Iedda: Respondendo-lhe a pergunta, digo o seguinte: a memória é extremamente seletiva e privilegia, única e exclusivamente, as críticas negativas, o que é uma injustiça sem tamanho. Tudo que se fez de melhor nos governos militares foi olvidado e as críticas, do tipo "é governo forte" e "é ditadura" são as idéias divulgadas, que prevalecem e que se exporta.

D. Maria Lucia: Você disse algo que é gravíssimo. Infelizmente, o brasileiro tem tão pouco auto-estima que me impressiona muito. É um povo alegre, mas está sempre comentando as coisas horrorosas que acontecem aqui.

D. Iedda: A culpa é da mídia, porque as reportagens negativas são as que vendem bem. Ninguém vai fazer reportagens sobre hortas e quintais, prados verdejantes e águas tranqüilas. A mídia repercute os fatos difíceis, qualquer que seja o lugar onde ele ocorre. O interessante é que não se difunde, no Brasil, os pontos negativos dos outros povos; só passamos os pontos altos. Existe uma elegância sem tamanho para os problemas das outras nações e a recíproca não é válida.

D. Maria Lucia: Vocês acham que tem cabimento aquele francês, o Sr. Bové, invadir uma fazenda aqui no Rio Grande do Sul, destruir a plantação e ninguém fazer nada?

Aproveitando o que as senhoras falaram, com muita propriedade, à Imprensa como um todo interessa o assunto catastrófico. Não lhe interessa divulgar o sucesso, o que

deu certo, porque segundo eles isso não vende o jornal, a revista ou não aumenta a audiência, na televisão. Tanto que se observa o nível muito baixo dos principais jornais televisados do Brasil. São reportagens sobre corrupção policial, escândalos de toda ordem e outras baixarias.

D. Iedda: Quem assiste tem a tendência a generalizar: "a Polícia é assim!" Aquele seguimento fica todo contaminado por causa de um câncer bem localizado, que é aquele pequeno grupo. Para desmentir essa idéia a Imprensa não se esforça nem um pouco.

D. Maria Lucia: Vocês sabem qual é o maior poder no País? É a mídia!

Exatamente. A mídia é um poder fortíssimo, porque forma a opinião pública. Os adversários da Revolução de 1964 conquistaram a mídia. Não bastasse isso, muitos intelectuais brasileiros daquela ocasião – alguns dos quais estão em funções de relevância no mundo brasileiro de hoje – saíram pelo mundo afora denegrindo a imagem do Brasil e com isso se criou uma espécie de um status: *quando se tem notícia do Brasil, é para falar mal.*

Lembro-me de uma ocasião em que estava sendo inaugurada a maior usina hidrelétrica do mundo, a de Itaipu; na ocasião residia na França e a televisão francesa fez uma chamada que iria falar sobre essa inauguração. Fiquei contente, pois pela primeira vez deveriam falar bem, já que não tinham como falar mal. Mas, falaram poucos minutos da obra em si e ficaram meia hora num pobre prostíbulo, na barranca do rio, entrevistando aquelas mulheres que tinham sido tiradas do local onde moravam e obrigadas a se prostituir. Meia hora sobre isso e poucos minutos sobre a obra da maior hidrelétrica do mundo.

Em face disso, achamos que um dos problemas da Revolução foi não ter conseguido controlar melhor a mídia; reconhecemos que foi um erro.

Mas, o nosso Movimento Democrático inspirou outros países latino-americanos a se contraporem às tentativas comunizantes de que eram vítimas.

D. Iedda: E aí então se define muito bem o quadro: o que teria sido de nós, se não tivesse acontecido a Revolução de 1964? Talvez, transformados numa União Soviética sem nenhuma identidade nacional, sem auto-estima – pareceríamos um amor tresloucado. Se não, naquela Cuba inexpressiva, se metendo aqui e ali, nivelando tudo por baixo. O que teria sido de nós, este país continental, se não tivéssemos lutado contra um poder vermelho?

Quanto àquela parte negativa da Revolução, passível de críticas e tudo mais, foi o preço pago para usufruirmos da liberdade atual. Todos podem votar como quiser,

em quem quiser; temos toda esta liberdade. Então, pergunto: "Não fora a Revolução de 1964, o que teríamos?" Alegam que pagamos um preço alto: "Um governo forte."

Se bem que, os latinos funcionam muito melhor com um governo forte.

D. Maria Lucia: Certo dia li uma pesquisa entre os jovens do Rio de Janeiro, onde perguntavam o que eles preferiam: um governo democrático, como o que estamos tendo, ou um governo forte. A maioria disse que preferia um governo forte.

Para terminar, temos sempre solicitado aos nossos convidados que deixem uma mensagem para o jovem brasileiro que irá se espelhar e se instruir nesses depoimentos. Eu lhes repasso a palavra para que deixem uma breve mensagem aos nossos jovens.

D. Iedda: Antes, gostaria de fazer uma pequena observação sobre algo que merece ser destacado. O governo militar, embora não tivesse tradição administrativa e política, fez tudo de bom que estava dentro do seu alcance e muito mais do que se reconhece. Cito um exemplo: naquele tempo, muitos brasileiros que não tinham acesso aos estudos, conseguiram ter.

Além desse, muitos outros aspectos favoráveis da Revolução têm sido negligenciados, mas existiram exatamente como as hidrelétricas e tantas outras obras que beneficiaram o País inteiro. Conseguimos atingir uma posição de realce e de admiração pelo nosso sucesso, conquistado com os esforços daqui de dentro. De maneira que, se as críticas são apontadas e divulgadas, seria muito justo que os acertos realizados nesse tempo histórico fossem igualmente mencionados.

Não se pode apenas apontar as críticas e sempre tendenciosamente agressivas. Deve-se dar o devido peso aos fatos, segundo eles aconteceram. Nada como o tempo para ser o verdadeiro juiz dos fatos.

D. Maria Lucia: Gostaria de deixar a mesma mensagem que costumo dirigir aos jovens, na Liga das Senhoras Católicas. Orgulhar-se desse País maravilhoso; procurar melhorá-lo sempre e para isso temos que estudar. Não há saída, é muito difícil para quem não estuda enfrentar o mundo. Estudem e sejam patriotas! Vamos ser brasileiros convictos, procurando cada um ajudar o outro, para construir um Brasil cada vez mais humano, justo, feliz e reconhecido pelas outras nações. E principalmente, saibam que existe um Deus, que existe um Pai que nos ama muito!

D. Iedda: Endosso todas as palavras de Lucia. Sou do tempo que se recitava na escola e dessas poesias lembro de uma frase que neste momento acho muito oportuna:

"Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste; não verás país algum como este."

É verdade. O Brasil para mim é aquele Brasil que a TV Cultura mostra de manhã bem cedo, junto com o Hino Nacional, para abrir a sua programação; aquele é o meu Brasil, o Brasil de todos nós. Amar o Brasil é saber cada feito heróico da minha gente.

Temos que valorizar a imagem deste País para nós mesmos. Sempre vivenciamos essa maneira de pensar. Fomos participativas, conscientes, fizemos a nossa parte, não nos omitimos. Não fomos feitos para a coragem, fomos feitos para a valentia dentro das nossas limitações e com amor e moderação.

Fizemos a nossa parte. E é isso que acho que o Brasil espera de cada um de nós.

Se não nos orgulharmos do nosso País, de nossa gente miscigenada, deste povo que é o nosso povo, não podemos esperar respeito fora das nossas fronteiras.

Muito obrigada.

Doutor José Carlos Graça Wagner

Nasceu em Santos-SP, em 1930. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Seguiu as especialidades de Direito Tributário, Direito Econômico e Direito Constitucional. Fundou seu próprio escritório em 1956, hoje com sede central em São Paulo e filial em Brasília e representantes em diversas capitais.

Foi conselheiro da Ordem dos Advogados de São Paulo, foi duas vezes Vice-Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo; foi fundador e Diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; foi Conselheiro da USP, é Professor de Direito Tributário em diversos cursos de extensão universitária; publicou diversos livros, em conjunto com outros autores, sobre temas tributários e econômicos.

Presidente, há cerca de 10 anos, do Conselho Curador da Fundação Cásper Líbero; Conselheiro da Associação Comercial de São Paulo há cerca de 20 anos; Presidente do Instituto Brasileiro pela Liberdade Econômica e Desenvolvimento Social e da Brazilians for Economic Freedom and Social Development Foundation, em Miami, que promove seminários em São Paulo e em Miami. Foi escolhido Tributarista do Ano em 1982; foi escolhido "Homem de Visão" em 1986; pronunciou conferências no Clube Militar sobre o Foro de São Paulo e o Diálogo Interamericano e sobre o significado do Movimento de 1964; foi agraciado com a Medalha do Pacificador, conferida pelo Exército Brasileiro, em 25 de agosto 1999.

Entrevista realizada em 20 de setembro de 2000.

Em primeiro lugar, gostaria de externar a minha satisfação em estar aqui para prestar depoimento sobre uma época da vida nacional de grande significação para mim, acima de tudo porque diz respeito ao meu começo de exercício profissional. Em 1964 tinha 34 anos e já estava com dez anos de profissão, de tal maneira que acompanhei toda essa movimentação, muito proximamente. Meu envolvimento não foi repentino. Eduquei-me na religião católica e nos princípios maristas. Meu pai, alemão luterano, converteu-se ao catolicismo, de maneira que era bem rígida nossa formação.

Meu primeiro desafio, em 1945 ou 1946, ainda era adolescente. Em Santos, onde morava, concluída a apuração das eleições, passou a ser dominada completamente pelos comunistas, tanto a Câmara Municipal como, também, os organismos sindicais e estudantis da cidade. O marxismo para mim, a rigor, representa a negação do Cristianismo, a negação das minhas convicções religiosas.

Convidei um amigo, de apenas 13 anos, a iniciarmos um trabalho a fim de mudar o quadro do setor estudantil. Pensamos que seria bom conversar com Dom Idílio José Soares, Bispo local, pois a natureza do nosso impulso era religiosa. Ele nos disse que via com bons olhos o fato de os cristãos assumirem suas responsabilidades na vida do País e que, portanto, ele não se oporia se procurássemos organizá-los para enfrentar os comunistas, nos centros estudantis de Santos. Sem entrar em detalhes, conseguimos organizar uma chapa, visitamos todos os colégios católicos e ganhamos as eleições, para surpresa dos comunistas. Fizemos um trabalho de inteligência, de disfarce. Os comunistas controlavam os mecanismos de movimentação dos estudantes, mas conseguimos que nossos eleitores chegassem sem serem percebidos.

Repetimos a mesma estratégia nas eleições da União Estadual dos Estudantes (UEE), naquela tempo presidida pelo Almino Alves Afonso, e o derrotamos. Mais tarde, José Gregório quis ser presidente e também o derrotamos. Posteriormente, fizemos uma mobilização a nível nacional com os estudantes udenistas e de outros partidos e conseguimos derrubar a chapa comunista na União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse tempo, já era presidente do Departamento Estudantil da União Democrática Nacional (UDN).

Na seqüência dos acontecimentos nacionais e no bojo dessa dinâmica, começou a se aproximar a questão relacionada com o que viria a ser a Revolução de 1964. Acabávamos de sair da ditadura de Getúlio Vargas, mas João Goulart despontava como força do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e continuava muito vinculado à questão do getulismo. Luís Carlos Prestes, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o “Partidão”, começou a desenvolver uma articulação muito grande, aproximando-se de Goulart. Com a renúncia do Jânio, Jango assume o Poder.

O panorama em formação era claro para nós, que tínhamos toda essa vivência anterior, que tínhamos lutado intensamente contra os comunistas dentro da UEE e da UNE, que sabíamos do comportamento, mentalidade e reais objetivos deles. Cuba, por essa época, desenvolvia de uma maneira incrível o comunismo. Fuzilara 17 mil pessoas; o problema não era só desaparecimento. A matança de estudantes contou com meu enérgico protesto público. Goulart e Prestes pretendiam desencadear no Brasil um movimento absolutamente similar ao de Cuba. Evidentemente, acompanhávamos toda movimentação cubana por meio da literatura disponível e os discursos dos líderes revolucionários. Tínhamos a plena convicção de que estávamos chegando a um momento realmente crítico.

Assim convictos, passamos a articular nacionalmente, vou usar a palavra clara, a derrubada de João Goulart. Não tínhamos dúvida de que seria instalada uma ditadura comunista no Brasil, muito pior do que aquela conhecida do tempo de Getúlio Vargas.

É bom rememorar fatos para ilustrar a brutalidade que estávamos convictos seria seguida pela ditadura comunista. Tinha 13 anos, foi no Largo de São Francisco após ato público contra Getúlio Vargas. A Polícia Especial, aquela do "chapeuzinho vermelho", chegou em dois caminhões e antes de descer das viaturas já metralhou o povo. Um senhor do meu lado caiu, atingido por um tiro; não sei se morreu. Minha tia, que estava comigo, me jogou rapidamente dentro da igreja existente no Largo, para me preservar.

Os civis que participavam de todas essas movimentações tinham uma sensibilidade aguda a respeito da caminhada para o comunismo que o País estava atravessando. Acredito que a nossa convicção era maior que a dos militares daquele tempo.

Sabíamos, também, porque Fidel Castro não se preocupava em esconder. Sempre afirmou, e afirma até hoje – recentemente escreveu um artigo nesse sentido em um jornal de Miami – que para conseguir atingir a missão da sua vida: pôr de joelhos o "Gigante do Norte", necessitava contar com o Brasil. É uma constante dos escritos de Fidel Castro. Para ele, é indispensável conquistar o Brasil, antes da tomada da América Latina.

Com receio dessa escalada comunista, começamos a articular. Nesse tempo era o presidente nacional do Departamento Estudantil da UDN e comecei a viajar pelo Brasil inteiro, conversando com os governadores da UDN: Juraci Magalhães, o pai do Collor, Arnon de Mello e Paulo Sarasate, no Ceará. Era militante, eles eram governadores, mas eu representava o partido político e eles me atenderam sempre muitíssimo bem e fizemos uma articulação completa.

Em Fortaleza, durante um debate num teatro, tentaram me agredir, a minha esposa e mais um casal, quando sustentávamos a nossa posição. Pusemos as duas

senhoras para trás fizemos uma espécie de quina e avançamos contra o grupo que estava nos ameaçando. Curiosamente, na última hora, quando iria haver um choque, esse grupo se abriu. Mas recebemos uma recomendação de um dos líderes do Partido Comunista para nos retirarmos rapidamente; ele era um sujeito mais moderado e não queria que acontecesse o pior. O fato é que o problema foi difícil.

Outra ação que começamos a preparar foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. No período do suicídio de Getúlio Vargas exercera a função de secretário do Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, o que me permitiu desenvolver amplo relacionamento com setores políticos, deputados etc. A articulação realizava-se no gabinete do Presidente da Assembléia. Mas a maior coordenação foi feita por uma freira que se revoltou com a diatribe de João Goulart atacando uma concentração de senhoras que rezavam o terço, num ato de repúdio ao comunismo, numa praça, em Minas Gerais. Essa freira fez uma grande campanha, pelo telefone, em São Paulo. Em uma semana, apenas, conseguiu tal mobilização que a Marcha foi marcada para o dia de São José, 19 de março.

No dia marcado para a Marcha estávamos no gabinete do Presidente da Assembléia. A ansiedade era grande pelo resultado. Quando fomos para a Praça da Sé, tivemos uma enorme surpresa. Uma massa de gente já estava presente, bem antes da hora, e logo fomos vendo que essa massa se estendia por todas as ruas centrais da cidade, especialmente a Rua Direita, o Viaduto do Chá, a Praça da República; tudo lotado. A surpresa é explicável: imaginava-se apenas um movimento de pessoas de uma praça para outra, mas estava tudo absolutamente lotado. Essa demonstração do povo me deu a nítida impressão, que mantenho até hoje, de que houve realmente um sentimento cívico brasileiro, absolutamente profundo, de acabar com aquele esquema cada vez mais patente, de preparação de um golpe de estado por parte de João Goulart.

Nos dias seguintes, essas passeatas se espalharam por todas as cidades do País, pelo menos para as principais, e como Santos era a minha cidade, fui para lá, onde também foi feita uma grande passeata.

Concluída a fase preparatória, chegou o 31 de março. Em Minas Gerais, tropas do Exército deram início ao processo revolucionário. Sem filhos, ainda, minha esposa e eu saímos do apartamento. Meu único revólver, deixei-o com ela. Antes, havíamos combinado os locais que deveríamos ir caso acontecesse algo dessa natureza. Fui para o escritório de Paulo Egídio Martins, engenheiro, depois Governador de São Paulo, no centro da cidade. O grupo que lá se reuniu combinou de buscar caminhões para o Exército. As tropas de São Paulo precisavam de transporte para deslocarem-se pelo Vale do Paraíba, na direção do Rio de Janeiro. Dirigimo-nos para a sede da Superin-

tendência da Reforma Agrária (SUPRA), pegamos os caminhões e os colocamos à disposição do Exército. Esse foi o primeiro episódio que vivi, na noite do dia 31 de março.

Saindo do escritório do Paulo, fomos para outro local de reunião, no Clube de Engenharia. Seu presidente era o Eduardo Sousa Queiroz. Júlio Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, presente ao clube e sabendo ser eu santista, solicitou-me que levasse um coronel para assumir o Comando do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM), da Praia Grande. O comandante não aderira à Revolução. Levei-o em meu carro, um Fusca, até a porta do quartel. Identificou-se e disse ao oficial de dia que desejava falar com o comandante. Na hora que ele entra no quartel, pede que eu o acompanhe. Imaginei que fosse ficar no carro esperando por ele, mas ele pediu que o acompanhasse. Chegando no gabinete do comando, ele simplesmente declara:

– Em nome da Revolução, vim assumir o comando dessa Unidade. Você não aderiu à Revolução, então vim assumir o comando.

Sem mais explicações. O comandante permaneceu silencioso, quieto. Ouvia-se as moscas voarem. Após algum tempo levantou-se e disse:

– O comando é seu.

E se retirou.

Sem resistência?

Senti um grande alívio, nesse momento.

Poderiam ser presos.

Não tinha a mínima noção do que poderia representar a rebeldia civil dentro de um quartel militar; não fazia avaliação sobre o que seria isso.

Do quartel da Praia Grande, fui para Santos. Lá havia outro grupo formado, de civis, armados com um "revolverzinho" 38 ou 32. Recebi, junto com meus companheiros, nova missão. Tratava-se de enfrentar estivadores, portuários, que deveriam vir do lado de Cubatão, pela via férrea, para invadir o porto que estava, nesse momento, em poder das forças que passamos a chamar de legalistas. Essa era a notícia que nos chegou. Concentramo-nos nessa ponta do porto e aguardamos. Mas o enfrentamento não aconteceu. Antes disso, primeiro chegou um jipe, depois, outras forças do Exército, suficientes para assegurar o controle da situação, embora o coronel que comandava aquele pequeno destacamento não nos dispensou, pelo contrário, pediu que ficássemos, para o que fosse necessário.

Foi um momento agudo, de 31 de março a 1º de abril de 1964, que tive a oportunidade de vivê-lo. Nos dias seguintes, a situação foi-se normalizando. A Revolução consolidou-se, principalmente depois da assunção do novo comando militar do Rio Grande do Sul. Nesse Estado houve a única morte ocorrida durante o

desencadeamento do Movimento. Um oficial, se me lembro bem da Aeronáutica, tentou matar o comandante e acabou sendo morto. O Presidente do Senado aceitou a renúncia do Jango; assumiu o Presidente do Congresso. As articulações que se seguiram são já conhecidas razoavelmente. Forças políticas nacionais fizeram reuniões para escolher o presidente que substituiria João Goulart. Houve uma eleição rápida e o General Humberto de Alencar Castello Branco assumiu o Poder. Demandou-se para isso mais alguns dias, mas estava finda a etapa inicial da Revolução de 1964.

Oportunamente, hoje faz cem anos que nasceu o Marechal Castello Branco.

A questão, em seguida, que foi sendo colocada, foi a de como restabelecer o processo político normal ou como se daria a reorganização das forças políticas do País. Havia expectativa sobre o comportamento dos partidos políticos. Nas eleições a nível estadual que logo se seguiram houve, evidentemente, o que sempre acaba acontecendo, depois de uma revolução: os quadros procuram se reorganizar de diversas formas; aparecem movimentos paralelos e certos antagonismos. Em Minas e no Rio sagraram-se vitoriosos candidatos que se colocavam numa posição contrária à Revolução, pertencentes ao Partido Social Democrático (PSD). Esse Partido, embora afastado de João Goulart, com a Revolução reaproximou-se do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formando-se, de novo, força política muito consistente em termos eleitorais, no Brasil.

Tanto o PSD como o PTB originaram-se na ditadura de Getúlio Vargas. O PTB organizou-se a partir da estrutura dos sindicatos formados durante o regime de Vargas. Contou, então, com o apoio de toda a estrutura sindicalista do País. Eis o porquê se falava, no Governo de João Goulart, de República Sindicalista. O PTB usufruía de todos os elementos provenientes do sindicalismo, inclusive das vantagens acentuadas de poder econômico e político proporcionadas pelo Imposto Sindical. Do outro lado, o PSD, organizado com a sua base na estrutura administrativa do Estado brasileiro – prefeituras e governos estaduais – durante o período de 15 anos de Getúlio Vargas. Logo, a aliança entre esses dois partidos uniu a estrutura sindical, de um lado, e a administrativa, do outro, ambas governamentais. A estrutura política assim formada e unida tinha uma capacidade eleitoral bastante forte, superior à União Democrática Nacional (UDN), que havia combatido a ditadura do Estado Novo.

Após a Revolução, a remontagem dessa aliança partidária criou um problema em relação à manutenção dos partidos políticos. Carlos Lacerda, lançado pela UDN candidato à Presidência da República, nessas circunstâncias de aliança PSD e PTB perderia a eleição. A situação política ficou realmente complicada.

Quando soube que cogitava-se a preparação de medida para a extinção dos partidos, e como eu era, nesse momento, secretário geral da UDN, procurei o General

Golbery (Golbery do Couto e Silva) com quem me relacionara bem durante o período de preparação da Revolução. Disse-lhe que era contra o fechamento dos partidos políticos, substituídos por dois partidos fictícios, falsos, sem base, sem representatividade, surgidos de cima para baixo. O PSD, PTB e UDN tinham uma representatividade razoável na sociedade. Correr-se-ia o risco de uma excessiva militarização da Revolução e expliquei-lhe: as forças políticas de expressão, de comando, de capacidade de pressão legítima que pudessem haver durante os governos, teriam um caráter muito menos ligado às fontes de representação popular que tinham gerado a Revolução. Acreditava que isso poderia criar um problema e queria ponderar-lhe esse aspecto.

O General Golbery respondeu-me que embora achasse racional os meus argumentos, havia uma situação real a considerar. Se houvesse eleição, a oposição – PTB e PSD – venceria; Lacerda sairia perdedor. Nesse provável cenário, criar-se-ia um dilema: Deixar como se nada houvesse acontecido e devolver o Poder a João Goulart e seus aliados comunistas ou ter que derrubá-lo a seguir, um Governo recém-eleito; fazer uma segunda revolução. Concluiu, então, o general, que diante da situação só restaria dissolver os partidos políticos, para que se pudesse manter, ainda, um sistema democrático, vamos dizer, um sistema em que o Congresso e as eleições seriam mantidos.

Concordei em relação à problemática em si, embora disse-lhe que mesmo assim as conseqüências não poderiam ser afastadas pura e simplesmente. Haveria, de certo modo, uma perda de substância da liderança civil de alto nível que existia naquele período de 1964, a saber: Milton Campos, Juraci Magalhães, Pedro Aleixo, Carlos Lacerda, Mem de Sá, Paulo Sarasate, Bilac Pinto, gente de primeiríssima qualidade política. Meu alerta, em resposta ao General Golbery, foi que a perda da presença efetiva desses líderes políticos na cena nacional seria a falta de certeza maior de como se desenvolveriam os fatos.

Em razão de tudo isso, resolvi me afastar da atividade político-partidária. Não me agradava fazer parte de uma Arena (Aliança Renovadora Nacional) ou de um MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Depois de uma militância política iniciada aos 15 anos de idade e que tinha mais de 20 anos, entendi que não deveria me submeter a um quadro que não acreditava.

A partir dessa situação, mudou o panorama que se pretendia conseguir.

É certo que na ocasião já era possível perceber que se o golpe articulado por João Goulart tivesse prevalecido, a chamada repressão teria níveis extremamente elevados, os procedimentos seriam muito mais dramáticos, drásticos.

Além desse quadro mais pesado, a hipótese da vitória do golpe de Jango colocaria os Estados Unidos numa posição de extrema dificuldade em nível mundial.

É bom lembrar que muitos países da América Latina, nessa época, também estavam com problemas. Estimulados por Cuba, vamos dizer, havia várias revoluções ou guerrilhas em andamento. Se o Brasil não tivesse impedido a revolução comunista, naquele período, toda a América Latina fatalmente sucumbiria sob o domínio comunista.

Caindo a América Latina praticamente seria inevitável o confronto nuclear entre as duas grandes potências da época: EUA e URSS. É uma opinião pessoal, de quem sempre acompanhou política mundial muito de perto. Vejamos o seguinte: A Ásia e África estavam fora do controle americano; a Europa oferecia uma tênue linha de resistência, incapaz de resistir uma semana a uma ofensiva soviética. É crível admitir que com a América Latina na mão a URSS, que tinha um poder ofensivo extremamente poderoso, inclusive nuclear, não perderia um instante para atacar a Europa.

Não esqueçamos que a Itália e a França estavam, praticamente, nas mãos dos comunistas; eles tinham respeitável maioria nesses dois países. A Alemanha dividida ao meio, sem uma capacidade efetiva de maior resistência. Sem dúvida a União Soviética aproveitaria essa circunstância para dar o "xeque-mate", o *ultimátum* aos Estados Unidos.

O dilema americano seria entre atacar por antecipação ou no revide. Mas, é muito difícil imaginar, num quadro mundial desses, ser possível qualquer outra alternativa senão a guerra atômica.

Os EUA, na minha opinião, são grandes devedores do Brasil e está na hora de pagar a conta. Rigorosamente, o Brasil exerceu papel fundamental na balança do poder mundial, talvez sem saber, naquele momento. Ninguém estava pensando em evitar guerra atômica ou algo parecido, mas a conseqüência de ter impedido que a América Latina caísse nas mãos da União Soviética foi permitir que o mundo ultrapassasse aquele momento dificílimo da guerra fria.

São esses os dois pontos que destaco dos momentos da Revolução de 1964: o problema dos partidos políticos e, no âmbito internacional, essa situação dramática da guerra fria. Evidentemente, também, sentimos a necessidade de uma maior presença de civis na vida do País. Lamentavelmente o desdobramento que se seguiu não foi o mais adequado.

Concluído o processo revolucionário, deu-se a volta dos civis ao Poder político. Foi claramente desastrosa, primeiro pela perda das lideranças anteriores de alta qualidade, substituídas por novos líderes, de um modo geral, muito oportunistas. O jogo passou a ser essencialmente eleitoral. Não se pensa nos rumos do País; não se pensa o País. Joga-se o lance da próxima eleição. Nesse momento, também, bastante sério da vida internacional, o Brasil deixa de ter uma representação, que é necessária.

Gostaria, agora, de dizer algumas palavras sobre estratégias em curso sobre o País e que foram objetos de pesquisa da minha parte, inclusive em universidade e Congresso americanos, e ajuda de várias outras entidades. O levantamento deu-me uma nítida idéia do que está acontecendo, neste momento, no Brasil. Está havendo um desdobramento não previsto, totalmente novo.

Numa reunião presidida por Fidel Castro e com as presenças de Lula (Luís Inácio Lula da Silva), do José Genoíno, do Frei Beto e de outros líderes do Partido dos Trabalhadores (PT), Fidel disse claramente: "Se Lula não ganhar a eleição (de 1989) é preciso formar uma entidade para coordenar a esquerda latino-americana." Previa-se, em janeiro de 1989, nessa reunião em Cuba, o chamado Foro de São Paulo.

Lula perdeu a eleição e fundou-se o Foro de São Paulo, em julho de 1990, exatamente como tinha sugerido Fidel Castro. Foi num evento no Hotel Danúbio, na capital paulista, presentes 48 entidades, várias guerrilheiras, dentre as quais, duas peruanas e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A estrutura de toda a esquerda, na América Latina, em 1990, começou a ser organizada.

Seguiram-se reuniões em 1991, no México, em 1992, na Nicarágua, e em 1993, em Cuba. A reunião do Foro de São Paulo de 1993, na cidade de Havana, foi estrategicamente muito importante. Novamente se tentava conquistar a base territorial – o Brasil –, na América Latina, conforme chamava Fidel Castro, para sustentar a revolução socialista. Para tanto, era necessário que Lula ganhasse a eleição presidencial. Sem essa base territorial seria difícil fazer a revolução socialista/comunista.

Decidem, em primeiro lugar, que todas as suas entidades – já eram 112 entidades de esquerda – deveriam proporcionar todo apoio possível para Cuba suportar o que eles chamavam de "período especial", isto é, a perda da ajuda soviética decorrente da desintegração da URSS; em segundo lugar, que o objetivo era eleger Lula, no Brasil, e para tal toda esquerda latino-americana deveria se mobilizar; o terceiro objetivo era impedir o desenvolvimento do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Para este último objetivo, diz respeito ao México, se decide que no dia em que o NAFTA entrasse em vigor seria iniciado o levante em Chiapas. Essas foram as três decisões básicas, naquela ocasião.

O Foro de São Paulo se desenvolve, ainda, em sucessivas reuniões, e em 1995 decide que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passaria a ser uma ponta-de-lança, veja bem, uma ponta-de-lança da revolução socialista na América Latina. Formar-se-ia o que chamavam de União das Repúblicas Socialistas da América Latina, URSAL; em substituição a URSS, criariam a URSAL.

Eles ainda têm esse objetivo?

Tenho as informações para mostrar que eles, ainda, têm o mesmo objetivo.

Em 1997, o movimento Zapatista, de Chiapas, é admitido no Foro de São Paulo. Não pôde fazê-lo antes, devido à aliança do Foro com o Diálogo Interamericano (DI), entidade que ainda não me referi, em janeiro de 1993. Se ingressasse logo que criado – o movimento zapatista aconteceu no início de 1994 – iriam ferir o Diálogo Interamericano, criar um problema e o acordo poderia cair por terra.

É bom lembrar que junto à decisão sobre o papel de ponta-de-lança do MST, na América Latina, definiu-se que o PT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais entidades de movimentos sociais "populares", seriam secundárias em relação ao MST. O trabalho revolucionário, aquilo que interessa, seria comandado pelo MST; ele é o elemento prioritário. Ao PT caberia a cobertura do MST e o trabalho eleitoral.

Em síntese, esse é o esquema formado pela esquerda para a América Latina. Existem vários cursos de marxismo espalhados pelo interior do País. A FARC sempre presente, em todo esse processo.

Quando começa um fato novo? O Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, não era do grupo de esquerda latino-americano e Fidel Castro o chama para ingressar, consegue conquistá-lo, e o nomeia coordenador militar do Foro de São Paulo. Nessa condição, Chávez passa a ser o comandante putativo das FARC. Lógico, não para ações imediatas, mas como conceito geral. Chávez, na estratégia de Fidel, proporcionaria a base territorial para a ação revolucionária, e o petróleo como instrumento de pressão.

Quando ele assumiu o Poder na Venezuela, previ em escritos que teríamos problemas ligados ao mercado de petróleo. O primeiro ato de Chávez, quando confirmado Presidente da República, foi visitar os países árabes para maquinar o aumento do preço do petróleo. Obtido esses recursos extras, pôde a Venezuela dar o suporte à retomada do processo de equilíbrio econômico de Cuba, substituindo a antiga União Soviética na prestação do apoio logístico. Não é por outra razão que Fidel Castro está esnobando, de novo, os Estados Unidos. Já está com melhores condições para enfrentar o "Gigante do Norte".

Inclusive aquele início de abertura democrática, ele já cortou também.

Já cortou.

Poderemos chegar a uma conclusão, abordando a outra entidade pesquisada por mim, o Diálogo Interamericano, dos potentados ricos dos EUA. Não tem nada de comunista. O grande poder econômico do Nordeste americano formou o DI. O objetivo estratégico é impedir a ida de outros povos, especialmente latinos, que com sua religião e outros aspectos culturais alterariam profundamente o sistema de vida americano. Henry Kissinger, em seu relatório de 1974, apontava esse proble-

ma, capaz de afetar a Segurança Nacional e, como tal, precisava ser evitado. O DI organiza-se em 1982 e, como é interamericano, convidaram alguns latino-americanos, entre eles, o atual Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, para o cargo de vice-presidente do DI.

Com a desintegração da URSS em 1989/1990, o conceito do DI, no começo de 1993, passa a ser o seguinte: "A esquerda latino-americana ficou sem pai, vamos ser os padrastos deles; a União Soviética foi desta para uma melhor, vamos dar as garantias para a esquerda latino-americana."

Nesse sentido, por articulação de Fernando Henrique Cardoso e outro líder mexicano, faz-se uma reunião na Universidade de Princeton e são convocados para participarem da mesma Lula e outros candidatos a presidente da América Latina integrantes do Foro de São Paulo. O objetivo é selar um acordo entre a esquerda latino-americana e o poder econômico norte-americano.

Basicamente, três pontos-chave destacavam-se, nesse acordo: O primeiro era a criação da chamada "cláusula democrática", muito eficiente para evitar a imigração de latinos para os Estados Unidos, aumentada com a atuação guerrilheira e a repressão. Essa cláusula garantia a posse e a permanência no Poder de candidato esquerdista de qualquer país que vencesse as eleições. O segundo ponto era o problema da miséria na América Latina. Teria que se fazer um programa para contê-la, começando pelo México. Daí o NAFTA, em vigor a partir de 1994, porque era preciso evitar a chamada "imigração da pobreza". O terceiro ponto do acordo incidia sobre o problema populacional propriamente dito. A população hispânica crescia mais rápido do que a negra, por exemplo, fazendo alterar o quadro populacional americano. A idéia era promover uma campanha de legalização do aborto, particularmente no Brasil, da esterilização e do homossexualismo – isso está escrito, com todas as letras, no relatório de Kissinger. Legal e em plena moda nos Estados Unidos, o aborto foi praticamente legalizado no Brasil com a edição da denominada Norma Técnica do SUS (Sistema Único de Saúde). Basta a mulher, mesmo casada, fazer um Boletim de Ocorrência (BO) na polícia que está autorizada a abortar, até os cinco meses de gravidez.

Nesse BO ela diz que foi estuprada.

Sim, basta dizer que foi estuprada.

E faz isso com apoio do próprio SUS, que é pago pelo Governo.

Isso já está sendo feito.

A esterilização foi aprovada com lei assinada pelo Fernando Henrique e o problema do homossexualismo... todos estão vendo os avanços para a sua legalização; em alguns municípios está sendo adotado. Essas campanhas estão sendo desen-

volvidas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Essas seriam as três formas para a redução da imigração.

Segundo conclusão dos estudos deles, seriam adversários à redução as elites locais. Entendem por elite todas as pessoas que de alguma maneira cresceram socialmente no País. Ainda dentro das conclusões dos estudos, eles dizem que nos quinhentos anos de civilização essa elite teria tido o apoio das Forças Armadas e da Igreja católica, elegendo-as, portanto, em forças adversas do acordo entre o Foro de São Paulo e o Diálogo Interamericano.

O acordo traçou estratégias para enfraquecê-las. Com relação às Forças Armadas, principalmente, envolvê-las no combate ao tráfico de drogas, tornando-as o instrumento básico dessa luta. Quanto à Igreja Católica o enfraquecimento viria com a idéia do misticismo individual. Por essa teoria, que seria difundida, cada um de nós recebe um grau de misticismo que determina a nossa relação com Deus. Não precisa de Igreja, padre, pastor protestante, de nada. Aí vem a televisão e orienta o que temos que fazer; a televisão passa a ser um diretor espiritual da massa, sem respaldo moral de qualquer espécie. Curioso: além de bancos, algumas entidades da mídia são membros do DI.

Tal era o panorama desenhado. Lula, respaldado na "cláusula democrática" exigiu que o ex-padre Aristide, deposto, voltasse ao Poder no Haiti. Serviria de teste das intenções acordadas. A intervenção foi aprovada pela OEA (Organização dos Estados Americanos) e Aristide reassumiu o Governo daquele país.

Logo depois da colocação do Lula, Peter Hakim, presidente do DI – continua até hoje – foi a Cuba e declarou não existir qualquer importância o fato do Fidel Castro perdurar, no Poder, por vários anos; o que importava era que ele começasse a abrir gradativamente a economia cubana para os países da região. Quer dizer, estava tudo na "santa paz do Senhor", entre gregos, troianos, fenícios e quem mais fosse daquela área.

Hoje, esse processo está em crise. Concluo para dizer que, talvez, estejamos com algo parecido a 1964. O Diálogo Interamericano ajudou muito o Foro de São Paulo, inclusive o MST. Atualmente, o Fernando Henrique Cardoso, homem do DI na América Latina, está sendo considerado inimigo pelo MST. Em outras palavras, o Foro está indo por um caminho e o Diálogo não está conseguindo controlá-lo. Restaria, nessa altura dos fatos, duas alternativas: ou o equilíbrio do processo é retomado pelo DI, inclusive em relação ao Peru, onde foi derrotado – o Diálogo fez de tudo para derrotar o Fujimori – ou surgirão problemas sérios.

Sabe-se que o Peru, em um novo quadro político, poderá abrir-se para o narcotráfico da Colômbia. A situação deixaria o Oeste do Brasil cercado por uma

situação estratégica extremamente difícil. Já temos Colômbia e Venezuela comprometidas, o Equador periclitante e uma eventual perda da posição independente do Peru causaria ao Brasil um problema real e preocupante. Como o MST está ligado às FARC, se o Sendero Luminoso vier a ser reorganizado no Peru, teríamos uma espécie de aliança tríplice: FARC, MST e Sendero Luminoso!

Fica para o gosto de cada um projetar as conseqüências. Ninguém aqui é oráculo ou profeta, logo, esses fatos poderão não acontecer, mas é uma análise em cima de dados levantados e estudados. De algum modo poderemos ter que passar por momentos cruciais nunca vividos, na América Latina.

Ao agradecer esse seu excelente depoimento, gostaria, para terminar, que o senhor pudesse deixar uma mensagem para os nossos jovens militares, baseada naqueles quatro pilares, que tive a oportunidade de ouvir do senhor em outra ocasião, e que ilustram tão bem como se deve conduzir a vida com dignidade, com respeito, com amor à Pátria e com amor ao próximo?

Esses quatro pilares simbolizam os valores que devem orientar uma vida humana digna e profícua, na minha opinião. Imaginando um sentido metafórico, seriam as quatro pernas de uma mesa, sendo esta a representação da vida. A primeira delas simboliza a família, primeiro grupo social que interagimos ao nascer. A segunda é a religião – sou católico praticante. Depois, vou crescendo e encontrando amigos, outras crianças, e acabo tomando conhecimento que sou parte de uma sociedade, de um conjunto. A terceira perna é o cidadão, a sociedade, a Pátria. A quarta e última é a profissão, o trabalho, a vocação que cada um de nós tem para realizar algo de útil na vida.

Esses quatro pés não podem ser descurados em nenhum momento. Família, religião, cidadania e profissão têm que ser tratados ao mesmo tempo, com igual equilíbrio e esmero, porque senão um deles enfraquece e a mesa cai. Procurei sintetizar os elementos que devem levar o homem a atuar na vida, tendo logicamente como valores fundamentais aqueles que advêm da religião.

Agradeço a oportunidade de transmitir a minha mensagem.

Doutor Paulo Ayres de Almeida Freitas Filho

Nascido em São Paulo-SP, em 15 de agosto de 1918. Formado em Química e Didática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Dedicou-se depois a estudar Administração de Empresas e Economia, tendo feito um curso denominado Top Manager, no Methods Engineering Council, de Ohio, USA.

Começou a sua carreira no Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos S/A, que veio a constituir-se, anos depois, o maior grupo farmacêutico nacional, com a aquisição do Laboratório Paulista de Biologia.

Empresário, participou como diretor, consultor ou conselheiro, de empresas como: Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo, Banco Mercantil de São Paulo, Sociéte Générale, Security Pacific National Bank, World Wide Special Fund, Fundição Progresso, RHODIA, Anderson Clayton (que depois se transformou em Gessi Lever), Universal Consultores Associados etc. e de entidades como: Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Associação Comercial de São Paulo, União Cultural Brasil-Estados Unidos etc.

Divide hoje o seu tempo entre o Banco Mercantil de São Paulo e a Soluziona – Serviços de Internet.

Entrevista realizada em 16 de outubro de 2001.

Para mim, como empresário, é um privilégio muito grande e uma honra ter a oportunidade, depois de passados tantos anos, de vir aqui fazer um depoimento sobre o motivo por que, eu e tantos outros milhares de empresários, acabamos nos interessando por política e tentando fazer um movimento de doutrinação, de formação de opinião pública. Nosso objetivo era mudar o curso político, econômico e social que o Brasil estava começando a trilhar com grande perigo, de 1960 a 1964.

Tudo começou pelo amor à liberdade de um modo geral, que fui adquirindo através de minha vida. Creio que a primeira vez que ouvi com grande insistência as palavras liberdade, democracia e tirania foi em 1930, quando todos na minha família, sobretudo meu pai, minha mãe e meus tios, estavam profundamente chocados com a possibilidade de o Brasil vir a ser dominado por extremistas. Era tempo de Getúlio Vargas. Evidentemente que eu ainda era uma criança.

Logo em seguida a 1930, quando comecei a fazer algumas poucas perguntas em família, aconteceu o Movimento de 1932, belíssimo, maravilhoso, absolutamente encantador. São Paulo, diria, as famílias de São Paulo e os paulistas por escolha que aqui moravam, realmente tentaram repor o Brasil no caminho da democracia e da liberdade. Mas, infelizmente, São Paulo foi vencido, e só dois anos depois viria uma constituinte e, de novo, a esperança.

Os movimentos de 1935 e de 1937 foram convulsões de caráter político que não atendiam, em hipótese alguma, na minha opinião e daqueles com quem trabalhei esse tempo todo, às necessidades do povo brasileiro.

Revoluções, ameaças, na realidade, salvo pequenos interregnos de um pouco mais de paz, de tranqüilidade, de bom senso, de decência na condução do Brasil, a situação piorava, até chegar em 1960. Daí em diante, tudo se agravou tremendamente.

Para dar uma seqüência melhor, vou me reportar a 1950. Nessa época, já era um libertário convicto. Lia, em diversas publicações, o que algumas entidades já estavam fazendo pelo mundo afora. O primeiro trabalho que realmente me empolgou foi o de uma entidade norte-americana sediada perto de Nova Iorque, chamada Foundation for Economic Education. O livro por eles editado me entusiasmou tanto que depois consegui com amigos editá-lo em português. Daí em diante fui, de uma certa maneira, me tornando um panfletário. Recebia de amigos, de organizações, também indicadas por amigos, muitas delas dos Estados Unidos principalmente, mas também algumas da Europa, sobretudo uma de Londres, que foi, e é, espetacular, todas essas literaturas e as imprimia numa pequena tipografia que tínhamos no Instituto Pinheiros ou tirava alguns trechos, ou *slogans,* e ia distribuindo pelos amigos.

Fiz isso de 1950 ou 1952 em diante, até que, em outubro de 1960, estava no meu escritório e recebo um telefonema de uma pessoa que nunca tinha visto, nem

mesmo o nome tinha ouvido e, obviamente, passou a ser um grande amigo. Telefona-me do Rio de Janeiro um senhor chamado Gilberto Huber Filho, responsável pela impressão das listas telefônicas amarelas, naquela época. Numa reunião social no Rio de Janeiro ele fazia parte de um grupo que conversava sobre as ameaças de esquerdização do Brasil: socialização, comunização, a possibilidade de se chegar a choques, conflitos violentos, guerra civil; era um negócio muito aterrorizante, na época. Nesse grupo carioca estava o Trajano Pupo Neto, outro grande amigo meu, que disse a eles: "Olhem, não façam nada sem conversar com um grande amigo lá em São Paulo que é um "tarado" em matéria de liberdade econômica." E o Huber me telefona, eram talvez 13h30min ou 14h, se apresentou, contou essa história e me perguntou:

– Quando é que posso te ver?

– Bom, quando você vier a São Paulo estou à sua disposição – respondi.

– Não, o assunto é muito urgente e é sério – disse ele –. Posso ir já?

– Pensei que você estivesse no Rio.

– Mas estou e vou pegar o primeiro avião. Quero conhecê-lo e conversar com você.

E esse Senhor Huber, como disse, tornou-se um "amigão", chegou no meu escritório mais ou menos umas 16h e só saiu da minha casa depois da meia-noite. Então, nesse primeiro encontro, creio que o Huber concorda comigo, nasceu o que veio a se chamar Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (IPES), porque resolvemos que faríamos alguma coisa nesse sentido: ele com o grupo do Rio e eu com os amigos de São Paulo.

Como Deus é brasileiro, eleito Jânio Quadros, ele convida o João Baptista Leopoldo Figueiredo, outro grande brasileiro e, também, grande "amigão" meu, para presidente do Branco do Brasil. João me levou à força para ser Diretor da Carteira de Crédito do Banco do Brasil, quando então, João e eu, no Rio, tivemos a chance de conhecer o grupo carioca e de conversar com eles. Continuamos a fazer planos, que depois se tornaram urgentíssimos com aquele espetáculo triste da renúncia proporcionado por Jânio Quadros.

Tal atitude nos deixou alucinados, porque nós, ali no Banco do Brasil, estávamos vendo que o Jânio, com todas as esquisitices dele, com aquele estilo único de comandar, estava de fato criando condições de muita disciplina, de muita obediência, de muita seriedade na administração pública. Notava isso pela correria dos funcionários públicos em comparecer as suas repartições. Algumas do Rio de Janeiro ficaram sem mesas e cadeiras para todos os funcionários, porque havia um número tão grande dos que não as freqüentavam que não couberam nas salas, quando passaram a comparecer. E os bilhetinhos do Presidente Jânio

realmente eram contundentes. Todos achavam que agora daria certo; um estilo estranho, mas que estava fazendo efeito. Infelizmente, com o gesto da renúncia...

Para mim, ele tentou um golpe, naquele afã de querer fazer as coisas bem ao seu estilo. Acho que ele, realmente, queria ficar independente do Congresso. Com certeza, não era para fazer o mal. Acredito sinceramente que ele queria fazer as coisas mais rapidamente e sem ouvir ninguém, o que nunca é bom, quando se está na Presidência ou no comando de um País; nem de uma empresa, imagine de um país.

Enfim, ascendeu o João Goulart, que era o Vice-Presidente e aí as coisas sem dúvida se tornaram mais do que claras. Havia realmente um interesse, um trabalho tremendo de infiltração comunista nos ambientes governamental e não-governamental. Assim ocorreu no meio universitário, no meio sindical, na mídia, na música, no teatro, no cinema, em todo lugar.

Estávamos mais do que decididos a fazer uma empresa para doutrinação econômica, porque uma das desgraças do Brasil é que, mesmo nos meios onde a economia deveria ser muito conhecida, sobretudo economia de mercado, como nas classes produtoras, a ignorância da economia era uma coisa terrível. No meio empresarial, já dissemos isso tantas vezes, em tantas literaturas, o analfabetismo econômico era uma tragédia e isso ainda hoje não foi sanado. De qualquer maneira, a nossa obrigação, há tantos anos já pensando na sorte do País, era fazermos tudo o que fosse possível para evitar que essas idéias esquerdizantes, abertamente socialistas ou comunistas, vingassem no Brasil.

Assim, outras entidades surgiram, também, mas Rio e São Paulo criaram o IPES e o seu presidente foi o João Baptista. Em São Paulo, além do próprio João, contávamos, também, com gente como Paulo Reis de Magalhães, que foi um grande companheiro, Roberto Pinto e Sousa, enfim são tantos que vou fazer a injustiça de nem tentar relacioná-los. No Rio de Janeiro, junto com o Huber tinha muitos outros companheiros como Harold Polland, presidente do grupo carioca, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, enfim, muitas pessoas sérias, de nível alto e, sobretudo, de um patriotismo estupendo.

O IPES deu início, então, ao seu trabalho e hoje estou tendo o prazer de entregar aqui, ao Exército, os arquivos do IPES. O do Rio de Janeiro foi doado para a Biblioteca Municipal, o que achei um erro grave. Aqui não, eles vão ficar guardados no Exército e vão ser consultados por quem, sem idéia preconcebida, queira estudar o que foi todo aquele movimento.

Se me perguntassem: “Mas, o que vocês faziam?” Responderia: “Olha, dia e noite mudava o que se fazia.” Dependia de sabermos onde havia uma crise, onde era identificado um esforço realmente sério de desinformação, que é uma técnica

terrível. A mídia brasileira passou a ter conotações com a esquerda, que nos deixava desesperado. Eram os colaboradores, os idealistas que nada estudavam de economia, pensavam na fome, na ignorância do povo, como qualquer um de nós pensa, e partiam para soluções que jamais tirariam o povo da condição de miséria e de ignorância.

Partimos para uma série de atitudes. Tivemos a sorte de encontrar, em todos os meios: sindicalistas, da mídia, dos estudantes, das mulheres, dos profissionais, gente que pensava como nós. Em torno de cada pequeno grupo foi surgindo um "ipesinho" e, felizmente em tempo, os IPES tornaram-se realidade no Brasil inteiro, inclusive, nos ambientes mais fechados.

Fomos obrigados, com muito prazer até e com grandes resultados, pedir o auxílio de oficiais, que estavam desesperados, também. Dentro da disciplina militar, era muito mais difícil para eles, do que para nós, se dedicarem a qualquer movimento. Então, eles tiravam licença-prêmio, o IPES custeava a viagem e eles foram, aos poucos, sondando a opinião de seus colegas, pelo País inteiro.

Isso foi nos dando a segurança de que valia a pena a doutrinação que estávamos empenhados, pois no meio das Forças Armadas também havia o desassossego e o medo de o Brasil desaparecer ou cair num fosso sem fim. Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, oficiais já aposentados trabalhavam permanentemente conosco e outros, ainda na tropa, visitavam o Brasil todo para identificar os seus companheiros de idéias.

Com esse tipo de assistência conseguimos bons resultados. Na mídia, contudo, era uma coisa terrível e é hoje, ainda. A influência da mídia com televisões espalhadas pelo País inteiro é uma coisa terrível e infelizmente degradante, porque parece que a imprensa toda acredita que tenha que baixar ao nível do povão para que eles consumam seus produtos, quando a obrigação principal da mídia, uma obrigação principal de qualquer professor doutrinador, seja quem for, é elevar o seu público ao nível mais alto possível. Mas a mídia infelizmente, na ocasião, partia para um campo completamente contrário ao que desejávamos.

Esse é um velho problema no mundo inteiro: a independência total da mídia, a licença de se expressar como e quando bem quiser. Isso um dia, na minha opinião, vai sofrer uma certa restrição, senão política pelo menos ética, porque os abusos surgem; quando se pode corrigi-los, muito bem.

Vou dar um exemplo, para ilustrar, de como controlávamos a imprensa. No Brasil, tivemos que enfrentar uma situação quase que insolúvel. O que fizemos como empresários que éramos? Conhecíamos os grandes anunciantes de jornal, de televisão, de rádio e de revistas; reunimos os maiores chefes de agências de pro-

paganda aqui do Brasil e pedimos para eles fazerem um levantamento muito simples: Quanto cada grande empresa está financiando cada um desses veículos de comunicação. Paralelamente, um grupo nosso levantava o que cada um desses veículos estava divulgando contra a empresa.

De posse do levantamento, mostrávamos para o financiador de um jornal qualquer, alertando-o: "Todo mês você dá tanto para esse jornal. Veja nesse mês o que o jornal disse contra a sua empresa ou contra as empresas, de modo geral. Nesse último caso, a sua empresa também é atingida." Com isso os anunciantes começaram a ficar preocupados e dois jornais brasileiros fecharam as portas por falta de anunciantes. Ninguém obrigou, pressionou, pediu polícia, nada que pudesse parecer opressão.

Simplesmente mostramos os fatos, porque quem anuncia não pensa. Não é o dono da empresa nem a diretoria e nem o conselho; existe um grupo de propaganda que contrata uma empresa e esta faz um trabalho muito bonito, mas ao lado dessa divulgação bonita da empresa, existem notícias ou reportagens horrorosas contra a mesma. Então, isso não tem cabimento e esse grupo fez um trabalho lindo.

Outra idéia que apoiamos foi-nos sugerida por Jean Manzon – se foi dele ou de algum outro membro do IPES, não me lembro. Há pouco tempo foi publicado um livro, no Rio de Janeiro, dizendo que o autor da idéia tinha sido um general –, aquele grande cineasta e fotógrafo brasileiro, um homem extraordinário. Naquela época – os que são moços não conhecem –, todos os cinemas, antes do filme principal, exibiam um curta-metragem; era uma espécie de jornal cultural ou de notícias, mesmo, e que levava uns dez minutos. No arquivo do IPES existem as cartas em que ele diz: "Meu caro Paulo, quero que você fique informado do que estou planejando fazer. Os assuntos que creio devam ser explorados, nesses curtas-metragens, são(...)."

Topamos o programa do Jean Manzon. Havia curtas-metragens sobre petróleo, eletricidade, vantagens e desvantagens da energia hidráulica, sobre o problema da água, do crescimento anual da população a 3,2%, mostrando que não há país no mundo que consiga manter essa população num nível bom, sobretudo um país ainda em desenvolvimento, sobre problemas específicos das universidades, dos sindicatos e assim por diante. Eram 20 ou 22 temas, se não me engano, e que tiveram um resultado espantoso como doutrinação. Todos comentavam esses curtas-metragens. Eles tinham uma mensagem pela liberdade econômica, pela liberdade do indivíduo, pela repulsa a qualquer tipo de governo com tamanho e poder exagerados.

Também de grande importância foram os artigos que começaram a aparecer nos jornais a propósito de movimentos que estavam surgindo no seio dos sindica-

listas, universitários etc. Conseguimos, ainda, em diversos jornais, que eles publicassem – os comunistas usavam muitos *slogans* como "O petróleo é nosso" e outros – no rodapé um *slogan* a favor da economia de mercado, da liberdade, e assim por diante. De modo que, dessa maneira, pudemos realmente "ir ao ar" e prestar uma inestimável ajuda para a formação da opinião pública.

Outro trabalho do IPES na área sindical foi a formação, no prazo de cerca de um ano, com auxílio de outras instituições, numa chácara na represa de Santo Amaro, mais ou menos dois mil e quatrocentos líderes sindicais. A tática dos esquerdistas no sindicato é a da "minoria que berra", "que briga" e pronto; o resto do pessoal fica todo calado. Então, formamos gente para "berrar", "brigar" e não ficar calado. Com isso os sindicatos começaram a mudar de mãos e foram se democratizando, escapando daquele jugo que vinha do exterior; porque a sugestão para dominar vinha de fora.

Entre os estudantes aconteceu a mesma coisa. Houve uma mudança enorme de atitude dos estudantes, que também começaram a ficar senhores de suas próprias entidades. De São Paulo, isso espalhou-se pouco a pouco pelo País afora, e já não era necessária a intervenção do IPES. Era o resultado do trabalho do Instituto. Surgiram diversas entidades, que iam copiando as que haviam aqui em São Paulo.

Também, conseqüência do nosso trabalho, surgiram as organizações de mulheres. Um primeiro movimento foi no Rio de Janeiro, quando Brizola, que ainda está por aí, ia pronunciar um discurso qualquer num salão, não me lembro bem qual foi o lugar. Convocaram uma porção de pessoas e as mulheres foram mais cedo, um monte de mulheres, nem sei quantas centenas, e quando ele apareceu elas começaram a rezar o terço, em voz bem alta. Ele não pôde fazer o discurso e acabou tendo que se retirar, derrotado pelo terço que as mulheres rezavam. Depois, usou uma expressão indelicada, dizendo que o terço não enche barriga ou uma bobagem parecida, mas a verdade é que ele foi impedido de falar.

Mais tarde houve um movimento liderado pelas mulheres contra o comunismo e a favor da democracia. Acredito que foi a única vez, aqui em São Paulo, que não só a maioria era de mulheres, mas a liderança do movimento era delas próprias. Foram, no mínimo, 500 mil a um milhão de pessoas marchando abertamente pela Cidade de São Paulo, todos por Deus, pela Família, pela Democracia e contra o comunismo.

Estou citando alguns dos trabalhos feitos pelo IPES, nesses quatro anos de intensa atividade. Recebíamos muitas sugestões. Um programa muito bom, com influência de longo prazo, foi a impressão de livros sobre economia. Contou com a participação decidida de Adolpho Lindenberg, grande arquiteto e, também, grande lutador. Adolpho procurava entrar em contato com entidades do exterior que pos-

suíam publicações sobre economia de mercado e acabou conseguindo imprimir muitos livros. Tive o prazer de trabalhar com ele. O Instituto conseguiu que algumas entidades de classe patrocinassem, pela primeira vez, a publicação de alguns desses livros que vinham lá de fora.

A mensagem contida neles era a da liberdade do indivíduo. A liberdade econômica era tratada como a mais importante para o gozo de todas as outras liberdades. Não adianta votar se não tiver liberdade econômica; não adianta viver se não puder fazê-lo como desejar ou trabalhar como quiser ou gastar o que tiver ou economizar. Se de outro modo, tudo fica dentro de um padrão. Não precisa muito, basta o Governo fazer como agora, quando pensa em mudar o Imposto de Renda. Se o fizer, vai ser para piorar e para ele gastar mais. O grande problema do Brasil, naquela época e hoje, é o gasto excessivo do Governo.

Felizmente, tivemos – chamei de interregno – um projeto de privatização, que já tinha sido amplamente discutido, antes do Jânio Quadros. Embora quase inteiramente implantado, falta muito, ainda, e convém o quanto antes prosseguirmos com esse projeto, e por quê? Porque o Governo deve ficar tomando conta do que a empresa privada, a sociedade não puder fazer; quanto menor for o Governo mais a empresa privada vai fazer pela própria sociedade.

Na indústria farmacêutica sofri pessoalmente e a culpa foi do Governo. As empresas brasileiras – inclusive a nossa em 1972 foi vendida – foram sumindo por causa do controle de preços da famosa Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), o que pervertia a economia completamente, desestimulando-a. O laboratório brasileiro que, naquela época, lançasse ações ao público, não venderia nenhuma.

Bom, esses são alguns exemplos do trabalho desenvolvido pelo IPES. Acredito que conseguimos formar uma opinião pública muito forte, muito brasileira, porque ela espalhou-se pelo País todo. É bom ressaltar que havia outras instituições, também, mas o IPES realmente teve uma participação fundamental, naquela época. As idéias e os trabalhos do IPES, feitos abertamente, expressavam a vontade dos brasileiros e, assim, permitiu que as Forças Armadas vissem melhor o que estava acontecendo no País e qual o rumo que o povo queria. Se me permite, mostramos isso ao Exército.

As Forças Armadas não podem ir contra a vontade do povo, mas podem ir contra o Estado, contra uma constituição. Em 1964, já era necessária essa intervenção. Assegurar a segurança nacional exige, em primeiro lugar, garantir o bem-estar e a harmonia do povo e quando isso desaparece, quando o povo começa a ficar dividido – quem é do lado esquerdo e quem é do lado direito –, prevê-se a guerra civil. Nesse instante, o que é que as Forças Armadas vão fazer? De que lado elas ficam?

Desencadeou-se a Revolução, trazendo um alívio enorme. O início do governo foi um imenso sucesso mas, de novo a mídia, sobretudo internacional, não perdoou nenhum soldado pelo que tinha havido no Brasil. A crítica era permanente, acusando-a de "golpe", "ditadura", etc.

Isso que o senhor está dizendo foi estimulado até por brasileiros que se auto-exilavam para falar mal do Brasil e do Governo de então.

Havia até uma entidade no Chile dedicada, exclusivamente, a formar intelectuais de esquerda e que causou um problema enorme na América Latina, especialmente no Chile, tanto que anos depois da Revolução brasileira veio a chilena.

No início, nem tudo concordávamos, mas entendíamos que era algo novo. O General Castello Branco começou seu governo de maneira excelente. A direção da economia com o Professor Octávio Gouvêa de Bulhões e o Roberto Campos, todos já falecidos, foi formidável. Eles foram responsáveis pelo grande sucesso que o Brasil colheria anos depois, ao introduzirem modificações estruturais e, sobretudo, ideológicas, de pensamento político-econômico, cujos resultados aparecem três ou quatro anos depois. O crescimento do Brasil, de 1967 a 1973, esteve acima de 6%, 7% ao ano e chegou até a 10%, 11%. Uma maravilha! O Brasil, se tivesse continuado nesse ritmo, hoje seria uma Nação desenvolvida, sem os graves problemas de miséria e ignorância que ainda temos.

Entretanto, depois, começou o que não esperávamos. Imaginávamos uma outra solução para o Governo do País. Por razões que desconhecemos, a sucessão do General Castello Branco já foi tumultuada, como foram as outras, e sobre isso não vou me estender. Não se trata de querer me eximir de expressar a minha opinião contrária ao que houve; fui violentamente contra muita coisa que aconteceu, depois de Castello Branco.

Condeno o próprio Castello, que tinha tudo em suas mãos para limpar o Brasil. Poderia privar de direitos políticos quem ele bem entendesse, mudar a Constituição, mudar a legislação, modernizar a previdência social, por exemplo, que hoje é uma calamidade, mudar o sistema de governo, privatizar as empresas estatais, pois seria facílimo, naquela época. No entanto, parece que teve que parar no meio do caminho. Infelizmente, sem entrar em pormenores, em virtude das falhas dessa época, estamos vivendo uma situação muito parecida com aquela de 1960 a 1963.

O que é preciso fazer, hoje? Creio que devemos voltar novamente ao trabalho de doutrinação. Terá que ser muito mais maciça, porque agora ficou mais difícil; os meios de propaganda, a televisão, mesmo que você não queira, estão na sua casa dia e noite – é um inferno! Só no campo da mídia, o trabalho de contrapor doutrinas e

de esclarecer insistentemente sobre a superioridade das vantagens da liberdade individual e do livre mercado é imenso. Devemos continuar a defender a democracia baseada na liberdade econômica, com governo de poderes e, particularmente, tamanho limitados. Nunca desisti de fazer algo nesse sentido; o IPES acabou.

O IPES, já que o senhor tocou no assunto, ele vigorou precisamente de que ano a que ano?

Vigorou de 1960 a 1964, quando foi fundamental. Depois, nos anos seguintes, o que aconteceu? Já disse sobre o analfabetismo econômico da classe empresarial e, sobretudo, das elites, fenômeno típico brasileiro. É bom ressaltar que não me refiro aos economistas, pois temos excelentes deles.

Por que o IPES parou? Porque assim que houve a Revolução de 1964, das 440 empresas que contribuíam para ele – para defendermos as próprias empresas, defendermos o País, defendermos o interesse brasileiro – foram deixando de fazê-lo. Era uma tragédia: em cada reunião dez, vinte, trinta paravam.

Em 1965 e 1966 já se pensava em fechar o IPES. Em São Paulo, em 1967, passou a hibernar, e, finalmente, fechou em 1968. O do Rio de Janeiro durou um pouco mais, mas também desviou as atividades. Não havia, por parte dos empresários, seja brasileiros ou, muito menos, estrangeiros, interesse em apoiá-lo para que continuasse realizando aquele trabalho de tão bons resultados.

Não imagino o retorno do IPES, mas a volta de todo o seu trabalho; o caminho será copiar o que o Instituto fez, por meio da atividade política – com "P" maiúsculo – de empresários, profissionais liberais e, também, artistas, que nunca se preocuparam muito com a economia, mas está na hora de entenderem que o mercado deles depende do desenvolvimento econômico.

Não sei como poderia ser feito. Posso dizer que já existe um movimento expressivo representado pelos institutos liberais. Anos atrás estava voltando a ser panfletário e, por isso, me procuraram para formar um Instituto Liberal. Não pude aceitar, naquela ocasião. Paralelamente, surgiu um outro no Rio, liderado por um empresário que se dedicou realmente 100% àquilo, mas morreu há pouco tempo. Era um sujeito extraordinário; reuniu o pessoal do IPES e outras pessoas que queriam trabalhar e conseguiu fazer um Instituto Liberal dedicado exclusivamente à doutrinação e à cultura econômica. Obteve muito sucesso.

Em São Paulo, foi formado outro Instituto Liberal. Tive o privilégio de ser convidado para me aliar a eles e acabei sendo presidente do seu Conselho Consultivo. Doei ao Instituto a minha biblioteca de economia, tudo sobre mercado. Existem hoje, pelo que sei, oito institutos liberais no Brasil inteiro. Porém, aí vem a dolorosa informação: todos, sobretudo o de São Paulo, estão passando pelo mesmo

problema que o IPES viveu – queda da arrecadação e elevação dos custos. Começa-se a perguntar: pára ou não pára?

Como fazer para evitar que parem? Só será possível continuar se os empresários, os profissionais liberais, todos pensarem um pouco e perceberem que a salvação do País depende de mais cultura, cultura econômica sobretudo. A conseqüência será o desenvolvimento do conceito de liberdade e democracia, no País.

Esses institutos liberais, o senhor os assemelha ao IPES da década de 1960?

São semelhantes quanto à doutrinação, mas eles não estão envolvidos em política e nem em pancadaria como os nossos aliados ou formandos estavam naquela época. Hoje, apesar da importância da doutrinação para a cultura econômica do País, a dificuldade é desanimadora, até para só contribuir.

Quando surgiu o movimento para a elaboração de uma nova constituição tentamos influenciar. A atual Constituição brasileira resultou uma desgraça completa. Pior do que ela só mesmo o Governo de João Goulart: demagógica, inútil, irracional; não há documento pior em nenhuma outra nação. Durante todo período da constituinte, os IPES de São Paulo e do Rio propiciaram aos políticos acesso aos melhores estudos que surgiram no País sobre educação, sobre energia, sobre tudo o que quisessem. Saíram dos IPES de São Paulo e do Rio pilhas e pilhas de pastas com sugestão de leis, de modificações ou de novas leis. Participei um pouco dessas atividades e ficava empolgado com o entusiasmo com que todos se reuniam para sugerirem novas idéias para o Brasil. Quase nada, praticamente nada, foi aceito. Continuamos, então, nessa situação, persistindo nos mesmos erros, desde a era de Pedro Álvares Cabral.

Esse seu depoimento acrescentou importantes dados e informações para o real conhecimento das atividades relativas ao IPES, enriquecendo o nosso Projeto. Para encerrar pediria ao senhor, que deixasse uma mensagem de estímulo, em especial para os jovens.

A realidade de hoje é muito diferente. Duas questões entram na balança com pesos iguais: riscos maiores e outras oportunidades geradas por esses mesmos riscos. A revolução tecnológica das comunicações trouxe um impacto brutal na economia e, por conseqüência, nos empresários. Os da minha idade, então, nem se fala. Mas, o que acontece é que, hoje, todos têm acesso ao que quiserem, mesmo com o Governo atrapalhando. Não se precisa dele (Governo) para aumentar a cultura, aprender no dia a dia o que quiser. Isso tudo está à disposição dos jovens. Muitos empresários parecem que ainda não perceberam.

Lamento que, com todos esses percalços no Brasil, exista um certo descaso dos mais jovens. São poucos os que conheço procurando, além de seu trabalho e

da sua família, fazer algo pelo País. A maioria dos jovens vai se encontrar nessa busca e agradecerá esta modernidade. Ela cria condições novas no trabalho, na sociedade, nas artes, no lazer, em todo os setores. É uma revolução que ainda não foi nem sentida.

Às vezes penso até que ponto já a assumi, mas é muito pouco. Não tenho mais idade para me preocupar demais com essas coisas, mas me envolvo por causa dos meus filhos e netos, por causa da minha família, por causa dessa juventude toda do Brasil.

Nossa História está cheia de grandes homens que em momentos dificílimos do País souberam vencer as dificuldades. É uma lista grande. Falei há pouco em dois ou três da área da economia. O Dr. Eugênio Gudin, por exemplo, veio a São Paulo a convite do IPES e fez a palestra mais brilhante que já vi, li e ouvi na minha vida sobre inflação, com uma clareza impressionante. Teremos que agradecer-lhe pelo resto de nossas vidas pelo que ele fez. Concito os jovens a procurarem na nossa História os grandes nomes do Brasil.

Existe uma oportunidade fantástica que não havia na minha época; tudo está ao alcance, sem precisar pedir. Antigamente, estudávamos e acabávamos sabendo, mas o jovem do interior nem sabia de Europa, Estados Unidos, África, Ásia.

Nos desafios existe uma oportunidade enorme de absorção de conhecimentos. Aceitem-no e absorvam os conhecimentos possíveis. Lembrem-se daquela coincidência de que falei. Passei dez anos como panfletário e um dia um homem lá do Rio de Janeiro me telefona, o Gilberto Huber, e nasceu a idéia que se tornou de uma importância vital para a Revolução de 1964. Surgiu assim, de um encontro, e são essas “coincidências” que fazem, a meu ver, o grande progresso do País e de qualquer lugar. Acredito que os jovens têm muito que trabalhar, mas têm muito o que colher também.

Renovo meu agradecimento por esta oportunidade de ser entrevistado no bojo do Projeto de História Oral do Exército. O improviso veio do arquivo e da memória como um fio condutor. Foi um privilégio, de modo que estou muito contente e honrado. Muito obrigado!